



**JOSÉ OTÁVIO
SANTOS DE
ALMEIDA BRAGA**

**MOVIMENTOS CÍVICOS, CULTURA DE
PARTICIPAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA
CIDADE: TENSÃO E COOPERAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO URBANO**

**CIVIC MOVEMENTS, PARTICIPATION CULTURE
AND CITY TRANSFORMATION: TENSION AND
COOPERATION IN URBAN DEVELOPMENT**



**JOSÉ OTÁVIO
SANTOS DE
ALMEIDA BRAGA**

**MOVIMENTOS CÍVICOS, CULTURA DE
PARTICIPAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA
CIDADE: TENSÃO E COOPERAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO URBANO.**

**CIVIC MOVEMENTS, PARTICIPATION CULTURE AND
CITY TRANSFORMATION: TENSION AND
COOPERATION IN URBAN DEVELOPMENT.**

Dissertação a ser apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Doutor José Carlos Baptista da Mota, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho a todos e todas que já empreenderam esforços para construção de cidades mais democráticas e coletivas.

o júri

presidente

Prof. Doutor Fernando Manuel Martins Nogueira
Professor Auxiliar, Universidade de Aveiro

Profa. Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio
Professora Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Prof. Doutor José Carlos Baptista da Mota
Professor Auxiliar, Universidade de Aveiro

- Mas, Sr.Dent, o projeto estava à sua disposição na Secretaria de Obras há nove meses.

- Pois é. Assim que eu soube fui lá me informar, ontem à tarde. Vocês não se esforçaram muito para divulgar o projeto, não é verdade? Quer dizer, não chegaram a comunicar as pessoas nem nada.

- Mas o projeto estava em exposição...

- Em exposição? Tive que descer ao porão pra encontrar o projeto.

- É no porão que os projetos ficam em exposição.

- Com uma lanterna.

- Ah, provavelmente estava faltando luz.

- Faltavam as escadas, também.

- Mas, afinal, o senhor encontrou o projeto, não foi?

- Encontrei, sim – disse Arthur. – Estava em exibição no fundo de um arquivo trancado, jogado num banheiro fora de uso, cuja porta tinha a placa: cuidado com o leopardo.

- Douglas Adams (2010, p. 15), em trecho de “O Guia do Mochileiro das Galáxias” no qual o protagonista, Arthur Dent, passa por uma situação estapafúrdia para ter acesso ao projeto municipal. Enquanto isso, a realidade aparenta ter ainda mais obstáculos para, no fim, não se conseguir o acesso.

agradecimentos

Ao meu orientador e amigo, José Carlos Mota, por todo o apoio dado durante todo o mestrado (e antes dele, que atraiu minha atenção para vir a Portugal) e pelas oportunidades incríveis que me proporcionou, pelo apoio e incentivo ao tema escolhido e pela inspiração enquanto pessoa e cidadão.

À minha família, meu pai, minha mãe, minha irmã, minhas avós, tios, tias, primos e a Milla que fizeram falta durante essa estadia além-mar, mas que sempre me transmitiram o carinho e apoio necessário para facilitar o período.

À Larissa que, mesmo distante, foi uma companhia incrível nos últimos meses e grande auxílio e apoio na produção deste trabalho.

À Vanessa, minha amiga-irmã-vizinha de quarto-colega arquiteta do mestrado, que Aveiro proporcionou a amizade que guardarei para a vida toda.

À Isabella que entre muitos papos e desabafos sobre movimentos sociais e participação popular, muito me ensinou e inspirou.

Aos professores do departamento que se prestaram ao auxílio e suporte necessário às dúvidas que surgiram sobre a dissertação. Professora Sara e professores Frederico, Gonçalo, Fernando, Rosa Pires e Paulo Silva.

À Isabel Pinheiro, amiga que se tornou a representante mais próxima de uma família cá em Portugal. Ao apoio e cuidado demonstrado.

À Vanessa, à Chiquinha, ao Silvio, ao Arthuro e à Barbara que me propiciaram as condições necessárias de estudo e descontração em casa nesse último semestre.

Aos amigos que não mediram esforços para a melhoria do ambiente coletivo de nossa cidade e que em muito me inspiraram a ser quem eu sou e me aprofundar a pesquisar este tema: do Direitos Urbanos Fortaleza, Abner, Barbara, Yuri; do cicloativismo: Celso, Felipe, Rafaela, Luisa, Karinne, Clah, Oswaldo, Bia, Daniel, Lucas; pelo Cocó: João Alfredo, Gabriel, Leo, Franklin, Luana, Ivina, Rosa; pela Praça Portugal: Olga, Érika, Rogers, Maria Emília, Neila, Aderbal, Adriano e Clélia; ao Thadeu e à Ju pelos bons momentos de produção do Lugar-Niúm; do coletivo A-braço e do Fortaleza SOUP: Alana, Marioli, Raquel, Waldemar, Felipe, Noah, Maia, Thais, Carol, Mari Saraiva e Piero, Abner, Rayana, Rogers e Ivina.

Aos amigos que fiz em Portugal – especialmente à minha *Crazy Family* - ou que vieram me visitar e proporcionaram maravilhosos momentos nesse país que bem me recebeu.

Aos amigos de Fortaleza que, mesmo com o passar do tempo e com a distância, sei que serão os mesmos bons amigos onde e quando for.

palavras-chave

Movimentos sociais, cidadania Ativa, participação popular, governação democrática, espaço público.

resumo

Em um contexto global de desconfiança quanto aos rumos tomados pela política institucional e seus gestores, muitos cidadãos buscam maneiras – individuais ou coletivas - possíveis de participar na tomada de decisão, de forma a garantir maior autonomia aos seus futuros e representatividade nas decisões. Entre o querer e o poder as distâncias são, todavia, bastante variáveis, e muitas vezes o desejo de colaborar se transforma em esforço para resistir e lutar contra os obstáculos impostos a uma verdadeira governação democrática.

A partir de uma atuação prévia do autor deste trabalho como cidadão interessado de forma individual ou em vários grupos cidadãos, surgiu a impressão de que, não fossem as resistências dos poderosos a uma participação intensamente democrática, as próprias administrações e políticas públicas (além da sociedade como um todo) poderiam ser muito beneficiadas pelo voluntarismo de tantos cidadãos em ajudar o desenvolvimento de sua cidade. Para isso, esta dissertação objetivou aprofundar o conhecimento e refletir sobre a atuação dos movimentos cívicos no desenvolvimento urbano em relação aos diferentes modelos de governação e à cultura de participação à escala local.

Para alcançar esse objetivo, foram escolhidos oito casos (seis no Brasil e dois em Portugal) com diferentes níveis de participação (identificados por vários autores) ofertada pelo poder público e métodos de ação ou reação vinda por parte dos cidadãos. Parte desses casos foi acompanhada pelo autor, enquanto outros tiveram suas informações angariadas por meio da pesquisa bibliográfica.

Ao fim da análise dos casos à luz dos conceitos teóricos e do cruzamento de seus resultados, o trabalho percebeu a necessidade de uma reinterpretação do contributo da “escada de participação cidadã” de Arnstein (1969), a qual foi feita com inclusão de informações relacionadas ao tipo de governação e a postura (predominante) adotada pelos cidadãos. Dessa forma, a hipótese de fortalecimento da sociedade mediante os esforços cívicos foi confirmada com muitos valores sociais positivos resultantes como as novas relações pessoais, os novos aprendizados, o fortalecimento da coletividade, o afeto e o senso de pertencimento gerado com o espaço.

keywords

Social movements, active citizenship, popular participation, democratic governance, public space.

abstract

In a global context of distrust to the paths taken by institutional policy and its managers, many citizens look for ways to participate – individually or collectively - in decision-making, as a way to ensure greater autonomy to their futures and representativity in the decisions. Between wanting and being able to there are, however, variant distances and many times the will to collaborate becomes effort to resist and fight against imposed obstacles to a true democratic governance.

Starting from previous acting of the author of this work as activist/interested citizen as individual or in citizen groups, an impression has arisen that, if not by the resistance of the powerful against an intense democratic participation, even public policies and government (besides society as a whole) could be greatly benefitted from the voluntarism of so many citizens to help the development of their city. For this, this thesis aimed to deepen the knowledge and reflect over the way of acting of civic movements for urban development in relation to different governance models and participation levels offered by public sector.

To reach this objective, it was chosen eight cases (six in Brazil and two in Portugal) with different participation levels (that were recognized by many authors before) offered by public power and action or reaction methods by citizens. Some of these study cases had their developments followed by the author, while others had their informations collected from bibliographical research.

By the end of case analysis according to theoretical concepts and the intersection of its results, the work perceived the need for a reinterpretation of the contribution of Arnstein "ladder of citizen participation", that was made with inclusion of information related to governance type and (predominant) position adopted by citizens. In this way, the hypothesis of society strengthening through civic efforts was validated by many resulting positive social values like the new personal relations, new knowledges and learning, strengthening of collectivity and the affect and belonging sense generated with the space.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	21
LISTA DE TABELAS	27
LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS	29
DESAMBIGUAÇÃO PT-BR = PT-PT	31
1. INTRODUÇÃO	33
1.1. JUSTIFICATIVA DO TEMA	33
1.2. HIPÓTESE	33
1.3. OBJETIVOS	34
Objetivo Geral	34
Objetivos Parciais	34
1.4 METODOLOGIA	35
1.5 ESTRUTURA.....	37

PARTE I - COMPONENTE TEÓRICA

2. PODER PÚBLICO E GOVERNO À ESCALA LOCAL	41
2.1 Enquadramento histórico-conceitual.....	41
2.2. Problemas e desafios da governação municipal	44
2.3 Modelos alternativos de governança democrática	50
2.3.1 Auroville	50
2.3.2 Christiania.....	51
2.3.3 Rojava.....	54
2.4 Síntese do capítulo	57
3.CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO	59
3.1 Histórico e caracterização do espaço público	59
3.2 Espaço público e abandono.....	62
3.3 A reconquista do espaço público.....	68
3.4 Síntese do capítulo.	70
4. PARTICIPAÇÃO POPULAR	71
4.1 A participação no processo democrático	71
4.2 Cidadania e gestão democrática	72
4.3 Direito à Cidade	73
4.4 Características da participação popular	74
4.4.1 Vantagens dos processos participativos	74
4.4.2 O papel do profissional de planeamento	76

4.5 Palcos da participação popular.....	77
4.6 Desafios prévios à participação popular	79
4.7 Riscos durante processos participativos	84
4.8 Instrumentos de participação no planejamento	86
4.8.1 Audiências Públicas	87
4.8.2 Conselhos Participativos	87
4.8.3 Orçamento Participativo	88
4.8.4 Planos participativos	90
4.9 Escala de intensidade da participação e seus desafios	91
4.9.1 Não-participação.....	93
4.9.2 Pseudoparticipação.....	94
4.9.3 Participação Real.....	95
4.10 Síntese do capítulo	97
5. MOVIMENTOS CÍVICOS URBANOS.....	99
5.1 Distinção entre movimentos e ativismos	99
5.2 Motivações e desafios aos movimentos	100
5.3 Grupos – características organizacionais e estruturais	103
5.3.1 Estrutura organizacional dos grupos.....	104
5.3.2 Capacidade Institucional dos grupos	106
5.3.3 Capacidade de liderança e mobilização	107
5.3.4 Comunicação, imagem externa e capacidade de mobilização.	109
5.3.5 Estratégias e Métodos de Ação no território.....	111
5.3.6 Qualidades Necessárias ao Sucesso dos Grupos.....	114
5.4 Síntese do capítulo	115

PARTE II - COMPONENTE PRÁTICA-ANALÍTICA

6. COLETA DE DADOS – PESQUISA “MOVIMENTOS CÍVICOS URBANOS”	119
6.1 Identificação pessoal	121
6.2 Características dos grupos.....	124
6.3 Relação dos grupos com o público	135
6.4 Relação dos grupos com o poder público	138
6.5 Considerações finais dos respondentes	142
7. ANÁLISE DOS CASOS	145
7.1 Metodologia da análise	145
7.2 Análise dos casos.....	147
7.2.1 Caso 1 – Ocupe o Cocó.....	147

7.2.2 Caso 2 – Ciclofaixas Cidadãs.....	156
7.2.3 Caso 3 – Praça Portugal.....	164
7.2.4 Caso 4 – Fórum Cocó.....	178
7.2.5 Caso 5 – Avenida Lourenço Peixinho	187
7.2.6 Caso 6 – Vivacidade.....	194
7.2.7 Caso 7 – Praça de Bolso do Ciclista	200
7.2.8 Caso 8 – Praça da Alvorada	207
8. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	215
8.1 OS PROCESSOS.....	215
8.1.1 Discussão dos Aspectos Convergentes e Divergentes	225
8.2 A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS	234
8.2.1 Discussão dos Aspectos Convergentes e Divergentes	237
8.3 A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	239
8.3.1 Discussão dos Aspectos Convergentes e Divergentes	239
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
9.1 VISÃO GERAL E PRINCIPAIS IDEIAS	241
9.2 CONCLUSÃO.....	244
9.3 LIMITAÇÕES E DESAFIOS ENCONTRADOS	249
9.4 PRÓXIMOS PASSOS.....	250
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	251

ANEXOS

A1. COMPONENTE DESCRITIVA DOS ESTUDOS DE CASO	259
A1.1 Ocupe o Cocó	260
A1.2 Ciclofaixas Cidadãs – Massa Crítica Fortaleza	280
A1.3 Praça Portugal	298
A1.4 Fórum Cocó	321
A1.5 Avenida Lourenço Peixinho.....	336
A1.6 Vivacidade	341
A1.7 Praça de Bolso do Ciclista.....	346
A1.8 Praça da Alvorada.....	353
A2. MATERIAL UTILIZADO PARA A COLETA DE DADOS.....	361
A3. TABELA DE APOIO À ANÁLISE DOS CASOS E SEUS RESULTADOS.....	371
A4. DOCUMENTOS ANEXOS REFERIDOS NOS ESTUDOS DE CASOS	383

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro resumo da estrutura do confederalismo democrático de Rojava. Fonte: Gavroche, 2017	56
Figura 2: A violência urbana incentiva o abandono do espaço público, por vezes de maneira explícita. Fonte: O Povo, 2017	66
Figura 3: Corrente repassada em redes sociais traz “dicas de sobrevivência” e explicita a paranoia percebida pela classe alta ou média-alta. Nota-se a ausência de situações cotidianas de classes sociais mais baixas, como caminhar, pedalar e fazer uso do transpor	67
Figura 4: Escada de participação popular nas leituras dadas por Arnstein (1969), Souza (2015) e Mota (2013). Fonte: autoral	92
Figura 5: Níveis de participação de acordo com Susskind (1999). Fonte: Mota (2013)	93
Figura 6: As três dimensões da Capacidade Institucional (Healey et al., 1999)	106
Figura 7: Resultados da pergunta “Tem preferência por ter sua identidade preservada na pesquisa, sendo identificado como ‘anônimo’?” Fonte: Autor	121
Figura 8: Resultados da pergunta “Qual seu gênero?”. Fonte: Autor	121
Figura 9: Resultados da pergunta “Qual sua idade?”. À esquerda, gráfico da pesquisa final (2018). À direita, gráfico da pesquisa preliminar (2017). Fonte: Autor	122
Figura 10: Localização das cidades, nos territórios brasileiro e português, onde atuam os respondentes, de acordo com a pergunta “Em que cidade o grupo atua?”. Fonte: Autor	125
Figura 11: Nuvem de palavras produzida a partir das respostas à pergunta “O que motivou o seu surgimento?”. Fonte: Autor	126
Figura 12: Número de citações das áreas temáticas pelos respondentes. Fonte: autor.	127
Figura 13: Número de grupos de acordo com as tipologias definidas após leitura e análise das respostas. Fonte: autor.	129
Figura 14: Porcentagem de respostas para a pergunta “quantas pessoas participam ativamente e continuamente na maior parte das discussões e ações?”. Fonte: autor	130
Figura 15: Número de grupos de acordo com a pergunta “quantas pessoas participam ativamente e continuamente na maior parte das discussões e ações?”. Fonte: autor	131
Figura 16: Referências por categoria para a pergunta “Incluindo essas, quantas pessoas o grupo é capaz de reunir para um evento ou ação?”. Fonte: autor.	131
Figura 17: Capacidade de mobilização, por grupos. Fonte: autor	132
Figura 18 (esq): Tipologia de relacionamentos dos grupos com empresas (2018). Fonte: autor	133
Figura 19 (dir): Tipologia de relacionamentos dos grupos com empresas (2017). Fonte: autor.	133
Figura 20: Multidisciplinariedade por grupos. Fonte: autor.	133
Figura 21: Voluntariedade dos respondentes. Fonte: autor.	134
Figura 22: Voluntariedade dos grupos. Fonte: autor	134
Figura 23: Quantidade de grupos por método de financiamento. Fonte: autor	134
Figura 24: Métodos de acesso predominantes às estruturas organizacionais dos grupos. Fonte: autor.	135
Figura 25: Ferramentas de comunicação utilizadas por grupos. Fonte: autor.	136
Figura 26: Tipos de relacionamentos com os meios de comunicação. Fonte: autor.	137
Figura 27: Nota dada pelos respondentes à pergunta “Como você avalia a abertura à participação no planejamento das políticas públicas?”. Fonte: autor.	138
Figura 28, 29 e 30 (esquerda, centro e direita): Classificações dadas pelos respondentes quanto à abertura da participação na políticas públicas das cidades de Fortaleza, Aveiro e Porto Alegre, respectivamente. Fonte: Autor	138
Figura 31, 32 e 33 (esquerda, centro e direita): Classificações dadas pelos respondentes quanto à abertura da participação na políticas públicas das cidades de Curitiba, São Paulo e Braga, respectivamente. Fonte: Autor	139
Figura 34: Menções às categorias estabelecidas para as sugestões de como ampliar a participação popular nas políticas públicas. Fonte: Autor	140
Figura 35: Categorias sumarizadas dos grupos à pergunta “Em algum momento o poder público reagiu às ações do grupo? Especifique, se possível, a reação tanto em caso positivo como negativo”. Fonte: autor.	140
Figura 36: Respostas dos grupos quanto à pergunta “O grupo já cooperou alguma vez com o poder público? Como se deu essa parceria?”. Fonte: autor.	141

Figura 37: Categorias mencionadas pelos respondentes na pergunta sobre cidade ideal. Fonte: Autor	142
Figura 38: Categorias mencionadas pelos respondentes na pergunta sobre direito à cidade. Fonte: Autor	143
Figura 39: Categorias mencionadas pelos respondentes na pergunta sobre autogestão. Fonte: Autor	143
Figura 40: Categorias mencionadas pelos respondentes na pergunta sobre motivações a participar dos grupos e suas atividades. Fonte: Autor	144
Figura 41: Acampamento do Ocupe Cocó. Foto: Autor, 09/2013	147
Figura 42: Ativistas e guardas municipais. Foto: Letícia Peixoto (08/2013)	148
Figura 43: Pintura da Ciclofaixa Cidadã da Rua Ana Bilhar. Foto: Massa Crítica Fortaleza, 2013	156
Figura 44: Bicicleta pintora de ciclofaixas. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2018	158
Figura 45: Encontro de lazer e protesto em defesa à Praça Portugal Foto: Autor, 2015	164
Figura 46: Praça Portugal em seu desenho circular. Foto: autor desconhecido	165
Figura 47: Cenário projetado para cruzamento no lugar da Praça Portugal. Fonte: PAITT, 2014	165
Figura 48: Reunião do Fórum Cocó. Fonte: Fórum Cocó, 2016.....	178
Figura 49: Mosaico de unidades de conservação propostas pelo governo. Fonte: SEMA, 2016	180
Figura 50: Comparação entre as poligonais do Fórum Cocó e oficial. VLT se refere a populações reassentadas por remoções do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Fonte: SEMA, 2016.....	180
Figura 51: Avenida Lourenço Peixinho. Foto: Autor, 2016.....	187
Figura 52: Manutenção do Largo de São Sebastião. Foto: Equipa Vivacidade, 2016.....	194
Figura 53: Praça de Bolso do Ciclista. Foto: Bruno Kendi / Gazeta do Povo, 2016	200
Figura 54: Ação de placemaking na Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-Braço, 2016	207
Figura 55: Casos aplicados à escada de participação. Fonte: Autor, 2018.....	215
Figura 56: Releitura da escada de participação em relação aos modelos de governação e às atitudes despertadas nos cidadãos. Fonte: Autor, 2018.....	245

ANEXOS

Figura 57: Início do acampamento do Ocupe Cocó. Foto: Eugenia Siebra, 07/2013	260
Figura 58: Bacia hidrográfica da cidade de Fortaleza. Fonte: (Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2015a), 2015.....	261
Figura 59: Dizimação da cobertura vegetal de Fortaleza. Fonte: (Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2015a).....	261
Figuras 60 e 61: Maquete 3D dos viadutos do Cocó. Fonte: PMF, 2013.....	262
Figura 62: Desenho da época mostra questionamentos quanto ao uso da bicicleta, caminhabilidade e obstrução de visuais. Autor: Daniel Lima, 2013	263
Figuras 63 e 64: Manifestação do Castelão em 19/06/2013, com 70.000 protestantes e confronto com a polícia. Fonte: Mara Paula/Valdecy Alves (fig. 47), 2013 e Thompson Mota (fig. 48), 2013.	263
Figura 65: Cartaz do concurso de alternativas aos viadutos. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2013.	265
Figura 66: Vice-prefeito de Fortaleza criticou os manifestantes. Fonte: Jornal dos Municípios, 2013.....	265
Figura 67: Governador Cid Gomes visita o acampamento do Cocó. Fonte: Jornal dos Municípios, 2013.	266
Figuras 68, 69, 70, 71, 72 e: Registros da violência da Guarda Municipal contra os manifestantes do Ocupe o Cocó. Fonte: página “Dunas do Cocó” no Facebook, 2013.	267
Figura 73: Guarda usa spray de pimenta no vereador João Alfredo. Fonte: autor desconhecido, 2013	267
Figuras 74 e 75: Apresentação das propostas alternativas no Ocupe o Cocó. Fonte: André Teixeira/G1, 2013.	268
Figura 76: Proposta autoral de alternativa aos viadutos. Compartilhada centenas de vezes e com mais visualizações no youtube do que o vídeo do projeto oficial. Fonte: Autor	268
Figura 77: Canto e reunião em defesa do parque. Foto: Lucas Moreira Victor, 2013	269
Figura 78: Participantes da manifestação a favor dos viadutos. Foto: Kilvia Muniz, 2013	269
Figuras 79 e 80: Roda de conversa com projetistas e alunos de escolas. Fotos: Júlia Duarte, 2013	270
Figura 81: Convite para debate público organizado por vereadores da oposição. Fonte: Cacau UFC, 2013.....	270
Figuras 82 e 83: Manifestantes se aglomeram na ocupação, dão entrevistas e se amarram entre si e às árvores para resistir ao despejo. Fotos: David Chang, 2013	271
Figura 84: Foto panorâmica mostra a grande quantidade de manifestantes na resistência do Ocupe o Cocó. Foto: David Chang, 2013	271

Figura 85: Grande roda humana em apoio ao Ocupe o Cocó. Foto: David Chang, 2013	272
Figura 86: Manifestantes iniciam greve de fome. Foto: Rosa da Fonseca, 2013	272
Figura 87: Grevistas dão entrevista. Foto: Eugenia Siebra, 2013	272
Figura 88: Debate sobre o direito à resiliência. Fonte: ADUFC, 2013	273
Figura 89: Cinedebate na Universidade Estadual do Ceará. Foto: Júlia Duarte, 2013	273
Figura 90: Debate sobre a legalização do Parque do Cocó e as alternativas aos viadutos na Universidade Federal do Ceará. Fonte: rede social Ocupe o Cocó, 2013	273
Figura 91: Cartaz do evento “Brotando Arte no Cocó”. Foto: Mayara Kiwii, 2013	274
Figura 92: Cartaz de exibição de filme sobre mobilidade urbana. Fonte: Ciclovida, 2013	274
Figura 93: Audiência pública promovida por vereadores de oposição. Fonte: rede social Ocupe o Cocó, 2013	274
Figura 94: Venda de camisetas em apoio à ocupação. Foto: Lucas Moreira Victor, 2013	274
Figura 95: Grupos, como os Franciscistas demonstraram apoio à ocupação. Fonte: Diogo Mendonça, 2013	274
Figura 96: Manifestantes dançam com indígenas antes da desocupação. Foto: Thais Leo, 2013	275
Figura 97: Manifestantes e passantes assistem a desocupação. Foto: Tiago Stille, 2013	275
Figura 98: Batalhão de Choque realiza a desocupação dos manifestantes. Foto: Bruno Mendonça, 2013	275
Figura 99: Prefeito acena positivamente ao trator. Foto: Kiko Silva, 2013	276
Figura 100: Charge do Clayton de 5 de outubro de 2013. Fonte: Clayton, 2013	276
Figura 101: Convite audiência pública Circuito Cocó. Fonte: rede social do Circuito Cocó, 2013	276
Figura 102: Audiência Circuito Cocó no auditório do legislativo municipal. Foto: Felipe Arruda, 2013	277
Figura 103: Convite à apresentação do Circuito Cocó no parque do Cocó. Fonte: Circuito Cocó, 2013	277
Figura 104: Manifestação na Praça do Ferreira pelo parque do Cocó. Foto: Felipe Arruda, 2013	277
Figuras 105 e 106: Manifestantes protestam em defesa do Cocó durante a inauguração dos viadutos. Fotos: Arquivo pessoal, 2014	278
Figura 107: Imagem dos viadutos do Cocó concluídos. Foto: PMF, 2015	278
Figura 108: Aniversário do prefeito com bolo de viaduto. Fonte: página facebook Roberto Cláudio, 2013	278
Figura 109: Tia Lourdes: não é o Cocó que precisa da gente. É a gente que precisa do Cocó. Foto: Juliana Muniz, 2013	278
Figura 110: Ciclofaixa cidadã da Rua Ana Bilhar. Fonte: versodepequebrado, 2013	280
Figura 111: Malha cicloviária de Fortaleza em janeiro de 2013. Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2016	281
Figura 112: Preparação da Gaudência. Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2016	282
Figura 113: Gaudência em ação na pintura da ciclofaixa da Ana Bilhar	282
Figura 114: Preparos para passar a máquina de ciclofaixas na Ana Bilhar. Fonte: versodepequebrado, 2013	282
Figura 115: Modelo de stêncil de bicicleta semelhante ao utilizado na ação. Fonte: 1bandoav, 2014	282
Figura 116: história em quadrinhos “Yehuda Moon” demonstra o receio de represálias quanto à pintura de ciclofaixas cidadãs. Autor: Rick Smith, 2008	283
Figura 117: Pintura de ciclofaixas cidadãs atraem os ciclistas devido à possibilidade de deslocamento mais seguro nelas. Autor: Rick Smith, 2008	283
Figura 118: Há uma série de pessoas interessadas em pedalar que se sentem inseguras sem espaços dedicados a isso. Autor: Rick Smith, 2008	284
Figura 119: Pintura de faixa de pedestres após pintura da ciclofaixa da Av. Antônio Sales. Fonte: versodepequebrado, 2013	284
Figura 120: Há quem apoie ciclofaixas, desde que feitas pelas autoridades estatais. Autor: Rick Smith, 2008	286
Figura 121: Charge de Rafael Limaverde retrata as dificuldades de pedalar com os “tubarões” do trânsito. Autor: Rafael Limaverde, 2013	286
Figura 122: Programa de implantação da rede cicloviária de Fortaleza. Fonte: (Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza, 2014)	287
Figura 123: Segunda versão da máquina de pintura de ciclofaixas, durante a pintura no Bom Jardim. Fonte: Queimando Ilusões, 2014	288
Figura 124: Lema da Massa Crítica Fortaleza, se “a prefeitura não faz, o povo faz”. Fonte: Massa Crítica, 2014	289
Figura 125: Manifesto colado nas ruas do Bom Jardim. Fonte: Massa Crítica, 2018	289

Figura 126: A pintura das ciclofaixas vem não como forma de oposição ao planejamento cicloviário público, mas como demanda para a implementação rápida desse. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2014.....	290
Figura 127: As ciclofaixas cidadãs podem trazer ganhos também à administração pública. Fonte: Rick Smith, 2008.....	290
Figuras 128 e 129: As ciclofaixas cidadãs realizadas em dezembro de 2014 logo foram apagadas, como todas as outras anteriores. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2014	291
Figuras 130, 131 e 132: Respectivamente, ciclofaixa cidadã da av. Perimetral; ciclofaixa cidadã da Av. Da Universidade; ciclorrota da rua João Brígido. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2014	291
Figura 133: A estrutura segregada traz segurança e conforto aos ciclistas, mas nem todas as ruas têm demanda a esse formato. Ciclorrotas são adequadas a vias mais calmas. Fonte: Rick Smith, 2008	292
Figura 134: Imagens das intervenções ocorridas no dia 07 de agosto de 2015. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2015	293
Figura 135: Convite à manifestação contra a criminalização da Massa Crítica e dos movimentos sociais. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2015	293
Figuras 136 e 137: Cenas da manifestação “Lutar não é crime”. Fonte : Massa Crítica Fortaleza, 2018.....	293
Figura 138: Montagem anuncia a ciclofaixa da Domingos Olímpio. Fonte : Massa Crítica Fortaleza, 2015 .	294
Figuras 139 e 140: A terceira versão da máquina de pintar ciclofaixas. Fonte : Massa Crítica Fortaleza, 2018	294
Figura 141: Ciclofaixa oficial da Avenida Domingos Olímpio. Fonte : Tribuna do Ceará, 2016.....	295
Figura 142: Convite a participar do Rueda Film Festival. Fonte : Massa Crítica Fortaleza, 2017	296
Figura 143: Malha cicloviária de Fortaleza a 23 de maio de 2018. Fonte : PMF, 2018	296
Figura 144: Evento de lazer e protesto na Praça Portugal. Foto: Autor, 2015.....	298
Figura 145: O primeiro desenho da Praça Portugal. Foto: Autor desconhecido.....	299
Figura 146: Praça Portugal após reforma de 1991. Foto: Autor desconhecido	299
Figura 147: Manifestação operária do “Dia Estadual de Lutas”. Foto: Evilázio Bezerra, 2014	299
Figura 148: Protesto pelo impeachment da presidenta Dilma Roussef. Foto: Kleber Gonçalves/DN, 2015	299
Figura 149: Manifestação “Mobilidade Urbana para Quem?”. Foto: André Teixeira/G1, 2013	299
Figuras 150 e 151: Modelos 3D do cruzamento no lugar da Praça Portugal. Fonte: PAITT, 2014	300
Figuras 152, 153, 154, 155, 156 e 157: Bom-humor ao ironizar as críticas à praça. Fonte: Fortaleza desmemoriada, 2014.....	301
Figuras 158 e 159: Cenários alternativos analisados pelo PAITT. Fonte: (PAITT - Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito, 2014, pp. 33–34).....	302
Figura 160: Ativistas pintam faixa de pedestre na Praça Portugal. Fonte: Massa Crítica 2014	303
Figura 161: Caderno de propostas alternativas à Praça Portugal. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2014	303
Figura 162: Proposta alternativa do arquiteto Yuri Nobre. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2014.....	303
Figura 163: Proposta alternativa do arquiteto José Otávio Braga. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2014	303
Figura 164: Proposta alternativa dos arquitetos Paulo Angelim, Abner Sousa e Vítor Xavier. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2014	303
Figuras 165 e 166: Representações gráficas do projeto para a Praça Portugal do escritório Imagic . Fonte: Imagic, 2014	304
Figura 167: Carlos Iury Holanda vencedor da Olimpíada de Língua Portuguesa. Foto: Helena Martins, 2014	306
Figura 168: Apresentação de dança típica portuguesa. Fonte: Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza, 2014	306
Figura 169: Casal dança quizomba na Praça Portugal. Fonte: Branquelas Produções, 2014.....	306
Figura 170: Cartaz do segundo evento Praça Portugal, viva!. Fonte: Praça Portugal Viva, 2014	307
Figura 171: Crianças se divertem durante o evento Praça Portugal, Viva!. Fonte: Praça Portugal Viva, 2014	307
Figura 172: Pessoas tomam banho de sol na Praça portuguesa. Foto: Érika Fonseca, 2015.....	308
Figura 173: Ensaio “Fortaleza: iconografia do esplendor e do esquecimento”. Foto: Régis Amora, 2015 ...	308
Figura 174: Imagem divulgação da segunda edição do Ai Dentu. Fonte: Autor, 2015	308
Figura 175: Feira do Ai Dentu! Lá na Praça – 1ª edição. Foto: Autor, 2015	308
Figura 176: Feira do Ai Dentu! Lá na Praça – 2ª edição. Foto: Autor, 2015	308
Figura 177: Música no Ai Dentu! Lá na Praça – 6ª edição. Foto: Autor, 2015	308
Figura 178: Ato de Amor à Praça Portugal - Ai Dentu! Lá na Praça – 8ª edição. Foto: Autor, 2015	308
Figura 179: Exibição de filme no Ai Dentu! Lá na Praça – 10ª edição. Foto: Autor, 2015.....	308

Figura 180: Comentário da jornalista Regina Marshall de 11 de fevereiro de 2015. Fonte: Diário do Nordeste, 2015	309
Figuras 181 e 182: Votação no COEPA com manifestações por meio de faixas. Foto: Arquivo pessoal, 2015	311
Figura 183: As faixas também foram expostas na praça no “Ato de Amor à Praça Portugal” em 14 de junho de 2015. Foto: Arquivo pessoal, 2015	311
Figuras 184 e 185: Intervenção da Massa Crítica na Praça Portugal. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2015	312
Figura 186: Fotografia de estudo urbanístico para a Praça Portugal recebida no dia 10/09/2015. Foto: Arquivo pessoal, 2015	313
Figura 187: Desenho esquemático das alterações propostas na nova proposta. Fonte: Diário do Nordeste, 2015	313
Figura 188: Resposta dada pela SEUMA ao vereador João Alfredo. Fonte: João Alfredo, 2015	315
Figura 189: Relato da visita feita à SEINF para recolha do projeto. Fonte: Arquivo pessoal, 2016	315
Figuras 190 e 191: Imagens 3D do novo projeto da Praça Portugal. Curiosamente, as imagens traziam a informação de terem sido produzidas no dia 30 de setembro de 2015. Fonte: SEINF, 2016	315
Figura 192: Alterações físicas na Praça Portugal (em vermelho tracejado, forma anterior). Fonte: Autor, 2016.....	317
Figuras 193 e 194: Praça Portugal durante obras de remodelação. Fonte: Autor desconhecido, 2016.....	318
Figura 195: Nova Praça Portugal. Foto: JL Rosa, 2016	319
Figura 196: Evento de natal Vós na Praça. Fonte: Revista Vós, 2016	319
Figura 197: Membros do Fórum Cocó entregam as propostas para criação do Parque do Cocó ao governador. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2015	321
Figura 198: Reunião do Fórum Cocó de 29 de abril de 2015. Fonte: Fórum Cocó, 2015	323
Figura 199: Apresentação do GT “Aspectos Jurídicos”. Foto: Bruno Gomes, 2015	323
Figura 200: Poligonal apresentada no Fórum Cocó. Fonte: SEMA, 2015	324
Figura 201: Poligonal dos estudos de 2008 do CONPAM. Fonte: CONPAM, 2008.....	324
Figura 202: Intervenções que ameaçam o Parque do Cocó. Apresentada primeiro individualmente e depois melhorada para apresentação do GT 4. Fonte: João Alfredo Melo, 2015	324
Figura 203: Poligonal existente do decreto de 1989 (1.046,22ha). Fonte: Autor, 2015	325
Figura 204: Poligonal do estudo do CONPAM de 2008 (1.312,30ha). Fonte: Autor, 2015	325
Figura 205: Poligonal apresentada por Maria Dias no Fórum Cocó (1.204,66ha). Fonte: SEMA, 2015	325
Figura 206: Sobreposição da poligonal e inclusão da área em azul claro. Fonte: Autor, 2008	325
Figura 207: Poligonal sugerida pelo GT Poligonal (1.387ha). Fonte: Autor, 2015.....	326
Figura 208: Demonstração do método de sobreposição de poligonais. Fonte: Autor, 2015.....	326
Figura 209: Versão alternativa proposta pelo SINDUSCON para a poligonal. Fonte: Autor, 2015	326
Figura 210: Poligonal proposta pelo GT 1 + acréscimos sugeridos. Fonte: Autor, 2015	327
Figura 211: Poligonal deliberada e aceita pela maioria do Fórum Cocó (1.435ha). Fonte: Autor, 2015	327
Figura 212: Tipologia deliberada e aceita para o parque. Fonte: Autor, 2015	327
Figura 213: Proposta deliberada e aceita para desapropriações e indenizações. Fonte: Autor, 2015	327
Figura 214: Participantes do Fórum Cocó se reúnem com governador. Fonte: Fórum Cocó, 2015	328
Figura 215: Coordenador Alessandro Sales entrega propostas do Fórum ao governador. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2015.....	328
Figura 216: Mosaico de unidades de conservação propostas pelo governo. Fonte: SEMA, 2016	329
Figura 217: Comparação entre as poligonais do Fórum Cocó e oficial. VLT se refere a populações reassentadas por remoções do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Fonte: SEMA, 2016.....	329
Figura 218: Comparação entre Poligonal do Fórum (verde claro) e oficial (vermelho). Fonte: Autor, 2016	330
Figura 219: Gabriel Aguiar, do SOS Cocó, e Leonardo Jales, do Movimento Pró-Árvore falam em frente o mangue do Cocó. Fonte: Frente Cocó, 2016	332
Figura 220: Membros da Frente Cocó denunciam o que ocorria. Fonte: Frente Cocó, 2016	332
Figura 221: Governador Camilo Santana cria o Parque do Cocó. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2017	333
Figura 222: Poligonais do Parque do Cocó definidas na lei. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2017.....	333
Figura 223: Premiação do concurso nacional de ideias para o Parque do Cocó. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2017.....	334
Figura 224: Posse dos conselheiros do Conselho Gestor do Parque do Cocó: Diário do Nordeste, 2018	334

Figura 225: Avenida Lourenço Peixinho, em Aveiro. Foto: Autor, 2016	336
Figura 226: Cartaz para seminário “O Futuro da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Fonte: Mota, 2013.....	337
Figura 227: Seminário “O Futuro da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Fonte: Mota, 2013.....	337
Figura 228: Programa base para requalificação da avenida. Fonte: Mota, 2013.....	338
Figura 229: Princípios produzidos pelos Amigos d’Avenida. Fonte: Mota, 2013	338
Figuras 230 e 231: Workshop “Utilização do Espaço Público”. Fonte: Mota, 2013	338
Figuras 232 e 233: Apresentação do projeto final para a Avenida. Fonte: Mota, 2013.....	339
Figuras 234, 235 e 236: Imagens da maquete 3D para o novo projeto da Avenida. Fonte: CMA, 2013	339
Figura 237: Largo de São Sebastião após término das obras. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	341
Figuras 238 e 239: Antiga taberna e vazio urbano anterior. Fonte: Google Street View, 2016.....	341
Figuras 240 e 241: Primeiras reuniões com a comunidade. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	342
Figura 242: Um dos estudos preliminares ao espaço. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	342
Figura 243: Preparação para o início das obras. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	343
Figura 244: Oficina Vivacidade. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	343
Figura 245: Trabalho colaborativo para construção do novo espaço. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	344
Figura 246: Montagem do jardim vertical no novo espaço. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	344
Figura 247: Votação nas ruas para o nome do novo espaço. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	344
Figura 248: Celebração da inauguração do Largo de São Sebastião. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	344
Figura 249: Presença do Presidente da Câmara na celebração. Fonte: Actors of Urban Change, 2016	344
Figura 250: Vista geral da Praça de Bolso do Ciclista. Fonte: Santana, 2016	346
Figura 251: Antigo vazio urbano onde hoje está a PBC. Fonte: Santana, 2016	347
Figura 252: Mural pintado durante a terceira edição do Fórum Mundial da Bicicleta. Fonte: Santana, 2016	347
Figura 253: Cartaz-convite às reuniões de discussão do projeto. Fonte: Santana, 2016	347
Figura 254: Projeto inicial da praça feito pelo IPPUC. Fonte: Santana, 2016.....	348
Figura 255: Projeto final da Praça feito a partir das reuniões abertas e colaborativas. Fonte: Santana, 2016	348
Figura 256: Banner-convite à construção coletiva. Fonte: Santana, 2016.....	348
Figura 257: Reuniões preparatórias de gestão das atividades. Fonte: Santana, 2016.....	348
Figuras 258 e 259: Construção da praça reuniu pessoas de todos os tipos. Fonte: Santana, 2016.....	349
Figura 260: Profissional ensina voluntária. Fonte: Santana, 2016	349
Figuras 261 e 262: Eventos culturais animaram a construção da PBC. Fonte: Santana, 2016.....	349
Figura 263: Placa de inauguração da PBC. Fonte: Santana, 2016	350
Figura 264: Pessoas caminham pela PBC num dia qualquer. Fonte: Santana, 2016.....	350
Figura 265: Mobiliário urbano novo na Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016.....	353
Figura 266: Garrafão de água improvisado como lixeira. Foto: Luciana Otoch, 2016	354
Figura 267: Primeira conversa informal com utilizadores da Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016.....	355
Figura 268: Divulgação da “Oficina de Placemaking” na rádio local. Fonte: Coletivo A-braço, 2016	355
Figura 269: Apresentação na praça sobre a ação da “Oficina de Placemaking”. Fonte: Coletivo A-braço, 2016	355
Figura 270: Apresentação e convite às crianças nas escolas. Fonte: Coletivo A-braço, 2016.....	355
Figura 271: Programação da “Oficina de Placemaking”. Fonte: Coletivo A-braço, 2016.....	356
Figuras 272 e 273: Palestras do primeiro dia da “Oficina de Placemaking”. Fonte: Coletivo A-braço, 2016	356
Figura 274: Setorização da Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016	357
Figuras 275, 276 e 277: Cartazes com as propostas desenvolvidas pelos participantes aos setores. Fonte: Coletivo A-braço, 2016	357
Figura 278: Pintura da mureta com ajuda das crianças. Foto: Luciana Otoch, 2016	358
Figura 279: Novos brinquedo com pneus usados no parque infantil. Fonte: Coletivo A-braço, 2016.....	358
Figura 280: Criação de novos bancos a partir de pallets. Fonte: Coletivo A-braço, 2016.....	358
Figura 281: Pintura da mureta da quadra finalizada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016	358
Figura 282: Novo banco com “ninho do livro”. Fonte: Coletivo A-braço, 2016	358
Figura 283: Apresentação e convite às crianças nas escolas. Foto: Luciana Otoch, 2016	358
Figura 284: Participantes da ação de placemaking na Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016 ...	359

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Grupos surgidos por ano	124
Tabela 2: Grupos por área de atuação	128
Tabela 3: Análise dos conceitos da componente teórica em relação aos casos escolhidos	146
Tabela 4: Análise comparativa do “Caso 1 – Ocupe o Cocó” com os demais casos.	217
Tabela 5: Análise comparativa do “Caso 2 – Ciclofaixa Cidadã” com os demais casos.	217
Tabela 6: Análise comparativa do “Caso 3 – Praça Portugal” com os demais casos.	218
Tabela 7: Análise comparativa do “Caso 4 – Fórum Cocó” com os demais casos.	218
Tabela 8: Análise comparativa do “Caso 5 – Avenida Lourenço Peixinho” com os demais casos.	219
Tabela 9: Análise comparativa do “Caso 6 – Vivacidade” com os demais casos.	219
Tabela 10: Análise comparativa do “Caso 7 – Praça de Bolso do Ciclista” com os demais casos.	220
Tabela 11: Análise comparativa do “Caso 8 – Praça da Alvorada” com os demais casos.	220
Tabela 12: Análise comparativa dos conceitos similares de administração pública (Cap. 2) entre os casos.	221
Tabela 13: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos de administração pública (Cap. 2) entre os casos.	221
Tabela 14: Análise comparativa dos conceitos similares de espaço público (Cap. 3) entre os casos.	222
Tabela 15: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos de espaço público (Cap. 3) entre os casos.	222
Tabela 16: Análise comparativa dos conceitos similares de participação popular (Cap. 4) entre os casos.	222
Tabela 17: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos de participação popular (Cap. 4) entre os casos.	223
Tabela 18: Análise comparativa dos conceitos similares de movimentos cívicos (Cap. 5) entre os casos ...	223
Tabela 19: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos de movimentos cívicos (Cap. 5) entre os casos.	224
Tabela 20: Análise comparativa do total de conceitos similares entre os casos.	224
Tabela 21: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos identificados entre os casos.	224
Tabela 22: Modelo da tabela comparativa para discussão da taxa de similaridade entre os casos.	229
Tabela 23: Tabela comparativa da taxa de similaridade entre os casos a respeito da administração pública.	230
Tabela 24: Tabela comparativa da taxa de similaridade geral da administração pública entre setores.	230
Tabela 25: Tabela comparativa da taxa de similaridade entre os casos a respeito do espaço público.	231
Tabela 26: Tabela comparativa da taxa de similaridade geral do espaço público entre setores.	231
Tabela 27: Tabela comparativa da taxa de similaridade da participação popular entre os casos.	232
Tabela 28: Tabela comparativa da taxa de similaridade geral da participação popular entre setores.	232
Tabela 29: Tabela comparativa da taxa de similaridade dos movimentos cívicos entre os casos.	233
Tabela 30: Tabela comparativa da taxa de similaridade geral dos movimentos cívicos entre setores.	233
Tabela 31: Tabela comparativa da taxa de similaridade total entre os casos.	234
Tabela 32: Tabela comparativa da taxa de similaridade total entre setores.	234
Tabela 33: Apreciação dos entrevistados quanto à abertura à participação popular.	235
Tabela 34: Apreciação dos entrevistados quanto aos ganhos alcançados pelos grupos envolvidos.	236
Tabela 35: Reflexão dos entrevistados quanto às possibilidades de ampliação da participação.	237
Tabela 36: Percepção dos entrevistados quanto às mudanças de posturas da participação promovida pelo Estado.	237
Tabela 37: Síntese das respostas fornecidas pelos órgãos públicos.	239
Tabela 38: Quadro síntese do caso “Ocupe Cocó”.	279
Tabela 39: Quadro síntese do caso “Ciclofaixas Cidadãs”.	297
Tabela 40: Quadro síntese do caso “Praça Portugal”.	320
Tabela 41: Quadro síntese do caso “Fórum Cocó”.	334
Tabela 42: Quadro síntese do caso “Avenida Lourenço Peixinho”.	340
Tabela 43: Quadro síntese do caso “Vivacidade”.	345
Tabela 44: Quadro síntese do caso “Praça de Bolso do Ciclista”.	351
Tabela 45: Quadro síntese do caso “Praça da Alvorada”.	360
ANEXO 4 – Tabela 46 - guia para a análise dos casos à luz dos conceitos teóricos identificados	371

LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS

SIGLA	SIGNIFICADO
ONU	Organização das Nações Unidas
TINA	There Is No Alternative
NHA	Não Há Alternativa
PYD	Partido da União Democrática curdo
TEV-DEM	Movimento por uma Sociedade Democrática
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
PPP	Parceria Pública Privada
PPS	Parceria Pública Social
CMDU	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
PDM	Plano Diretor Municipal
CMDUA	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PDCI	Plano Diretor Cicloviário Integrado
SCSP	Secretaria de Conservação e Serviços Públicos
NIMBY	Not In My Backyard
YIMBY	Yes In My Backyard
TICE	Tecnologias de Informação e Comunicação Eletrônicas
CMA	Câmara Municipal de Aveiro
SEINF	Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza
AMC	Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania
IAB-CE	Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção Ceará
OAB-CE	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará
DU	Direitos Urbanos Fortaleza
COMPHC	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e de Interesse Cultural
COEPA	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
CICLOVIDA	Associação dos Ciclistas Urbanos de Fortaleza
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
LAI	Lei de Acesso à Informação

CPHC	Comissão de Patrimônio Histórico e Cultural da SECULTFOR
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SECULT-CE	Secretaria de Cultura do Estado do Ceará
SEMA-CE	Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
SETRAN	Secretaria de Trânsito de Curitiba
Cicloiguação	Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu
MP-CE	Ministério Público do Estado do Ceará
MPF	Ministério Público Federal
PR-CE	Procuradoria da República do Estado do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
PDP	Plano Diretor Participativo
SINDUSCON	Sindicato das Indústrias de Construção Civil
PEDUCA	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro
ha	Hectare
km	Quilômetro
€	Euro
R\$	Real
H	horas
min	minutos

DESAMBIGUAÇÃO PT-BR = PT-PT¹

PT-BR	PT-PT
Rotatória	Rotunda
Mutirão	Reunião coletiva para uma ação específica
Pedestre	Peão
Faixa de Pedestres	Passadeira
Trecho	Troço
Ônibus	Autocarro
Secretário Municipal	Vereador
Vereador	Deputado Municipal
Câmara dos Vereadores	Assembleia Municipal
Tombamento patrimonial	Classificação patrimonial
Parada de ônibus	Paragem de autocarro
Barraca de acampar	Tenda de campismo
Deslocamento	Deslocação

¹ Palavras que tenham apenas uma letra diferente, como “planeamento” e “planejamento” não serão esclarecidas aqui, devido a sua alta semelhança.

1. INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICATIVA DO TEMA

O tema escolhido resulta da reflexão formulada a partir de estudos e da atuação pessoal deste autor em grupos que questionam as políticas públicas de base territorial desenvolvidas na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, no Nordeste do Brasil e, posteriormente, pela atenção de grupos e atividades similares na cidade de Aveiro, em Portugal.

A atuação de indivíduos e coletivos nos questionamentos de decisões públicas têm sido algo constante na sociedade humana, mas têm alcançado novas escalas no atual momento histórico de representatividade democrática em crise e alta individualização concomitante com a hiperconexão proporcionada pela Internet e suas redes virtuais. Decisões que não atendem os anseios populares e a boa técnica, seja por reduzida capacidade institucional governamental ou por interesses particulares escusos ocultos em sua formulação, catalisam os ativismos.

Tanto no caso brasileiro como no português, é possível avaliar resultados e mudanças, positivas e negativas, dessas movimentações populares. Faz-se interessante analisar e refletir sobre as causas, motivações, ações, metodologias e desenvolvimentos alcançados por grupos ativistas – com atuação a nível municipal ou mesmo vicinal - nesses processos.

Muitas perguntas surgem, conseqüentemente, quanto a esse cenário dos grupos locais. Como os movimentos e grupos atuam para intervir sobre a política tradicional? O que motiva seu surgimento? Como são percebidos os seus resultados? Que obstáculos aparecem sobre esses durante o caminho? Como o resto da população é afetada e/ou influenciada por eles? São possíveis cooperações entre o poder tradicional e a sociedade civil organizada? Que quadros institucionais favorecem ou distanciam esse tipo de atuação? É possível haver financiamento sem perder ou colocar em risco as qualidades do ativismo? Como se comunicam com seu público alvo e qual a sua relação com os meios de comunicação tradicionais? Dentre tantas outras questões.

Essas e outras inquietações foram as grandes motivadoras deste estudo, pois é de meu mais profundo interesse contribuir no debate urbano de forma mais qualificada e com horizontes programáticos mais claros quanto aos melhores direcionamentos a tomar. Além de lançar bases sólidas que continuem a orientar minha pesquisa e atuação nesse campo, na academia ou nas ruas.

1.2. HIPÓTESE

Este trabalho segue a hipótese inicial de que os movimentos cívicos urbanos atuantes nos espaços públicos da cidade fortalecem a sociedade, a democracia e trazem benefícios às administrações públicas e às políticas municipais. Será buscada validação ou refutação a partir da literatura relacionada e análise de casos selecionados.

1.3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Esta dissertação tem como objetivo principal aprofundar o conhecimento e refletir sobre a atuação dos movimentos cívicos no desenvolvimento urbano e os resultados dessa em políticas públicas de base territorial e na cultura de participação à escala local.

Objetivos Parciais

- Perceber o papel do Estado na escala local/municipal e de que maneiras (reais ou utópicas) ele se estrutura e se relaciona com os munícipes.
- Compreender que contextos motivam (ou impedem) a formação de movimentos cidadãos.
- Analisar as tipologias, interesses, motivações e modelos de funcionamento desses movimentos e suas interações com grupos externos (governos, corporações, partidos políticos, mídias).
- Verificar as metodologias utilizadas e resultados alcançados por esses movimentos no desenvolvimento urbano em processos participativos ou na ausência deles.

1.4 METODOLOGIA

Para esse trabalho, a metodologia inicialmente adotada baseou-se na pesquisa bibliográfica relacionada ao tema. Apesar de este trabalho ter sido oficialmente iniciado a meados de 2017, a pesquisa do tema e seus aspectos correlatos já estava em desenvolvimento há alguns anos devido à atuação como arquiteto e urbanista militante na defesa do interesse coletivo em áreas como mobilidade urbana, meio ambiente, espaço público e patrimônio histórico. Por essa razão, muitas leituras e reflexões já haviam sido realizadas anteriormente, mas foram revisitadas sob um olhar mais maduro.

Após a definição preliminar desta dissertação - que terminou por ser chamada de “Os movimentos cívicos, a cultura de participação e a transformação da cidade: tensão e cooperação no desenvolvimento urbano” -, definiu-se que a revisão bibliográfica deveria estar baseada em quatro pontos que permitissem uma breve compreensão dos macrotemas referidos no título. O primeiro macrotema refere-se à administração pública, especialmente à escala local. O segundo refere-se ao entendimento do que é o espaço público urbano. O terceiro refere-se aos processos participativos de planejamento do território (via de regra promovidos pelo poder público). O quarto e último ponto da parte teórica refere-se aos movimentos cívicos urbanos. A pesquisa buscou livros, produções acadêmicas – artigos científicos, monografias, dissertações e teses -, legislações e documentações em geral, a partir do estabelecido como objetivo a este trabalho.

Para esta dissertação, foi dada continuidade à coleta de dados realizada em Janeiro de 2017 para a produção do artigo científico “Movimentos Urbanos e Cívicos de Fortaleza, Brasil, e suas Relações com o Público e o Poder Público” (Braga, 2017), aceito para publicação na “IV conferência de planejamento regional e urbano” (promovida pela Universidade de Aveiro). Essa recolha, realizada por meio de formulário Google (capítulo A2), apesar de ter sido focada nos movimentos urbanos cívicos da cidade de Fortaleza, foi produzida com uma estrutura suficientemente abrangente (e não específica ao contexto daquela cidade) a ponto de poder ser replicada para movimentos de qualquer cidade (desde que compreendessem a língua portuguesa). Para a produção do artigo mencionado acima, o formulário contava com cinco seções (identificação pessoal; identificação das características do grupo em que participa mais ativamente; relação do grupo com seu público alvo e seguidores; relação do grupo com o poder público; e considerações finais com perguntas optativas e de resposta subjetiva sobre a motivação pessoal e entendimento de conceitos) e alcançou 81 respondentes (de 115 contatados) daquela cidade, provenientes de diversos movimentos atuantes nas mais distintas áreas. Apesar de encerrado àquela altura, o formulário foi reaberto no início de 2018 para coletar contributos de ativistas de outras cidades, o que acrescentou 19 novas respostas, totalizando 100 contribuições. É importante mencionar que o formulário, embora aberto a resposta de quem seja, tinha um público específico e, por isso, teve os esforços de coleta direcionados a pessoas específicas previamente conhecidas - e permitissem fácil aproximação - ou terceiros sugeridos por essas, em um esforço de ultrapassar o círculo de relacionamentos do autor.

Com base nos resultados alcançados por esse formulário, na experiência empírica vivida como membro dos grupos “Direitos Urbanos Fortaleza” e “Instituto dos Arquitetos do Brasil – seção Ceará” e nas pesquisas realizadas no âmbito do mestrado em Planejamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro, foram selecionados casos de estudos que permitissem cruzar e analisar informações referentes a:

1. Intervenções no espaço público urbano;
2. O envolvimento de movimentos cívicos;
3. O nível de participação popular do processo.

Em relação ao nível de participação, foram considerado também os processos de não-participação em que a participação não é promovida pela administração pública ou é deficiente de diversas maneiras. Os casos elegidos para aprofundamento foram oito por serem de alguma maneira relevantes e distintos. São eles: o Ocupe Cocó, ocupação na cidade de Fortaleza contra destruição de parte de um parque urbano para construção de estrutura rodoviária; as Ciclofaixas Cidadãs, pinturas de pistas cicláveis por cidadãos em vias urbanas; a Praça Portugal, processo de manifestações contra a demolição de uma praça histórica em uma rotatória² para substituição por um cruzamento viário; o Fórum Cocó, decorrente da luta pela regulamentação do Parque do Cocó, foi criado pelo Ministério Público Federal, essa estrutura de conselho para estudos e envio de contribuições para facilitar e pressionar pelo regulamento; a Avenida Lourenço Peixinho, o processo participativo no exercício de planejamento de uma nova identidade à Avenida Lourenço Peixinho em Aveiro, Portugal, foi bastante longo e resultou em um projeto que, por fim, não foi executado; o Vivacidade no Largo de São Sebastião da na mesma cidade, criou um espaço vivo e agradável no lugar de uma antiga taverna, em parceria com o grupo 4iS; a Praça de Bolso do Ciclista, em Curitiba, Brasil, como no Vivacidade, constituiu em um processo de colaboração entre associação cívica e administração pública para requalificação de um vazio urbano que se tornou um espaço público qualificado; a Praça da Alvorada, em Fortaleza, Brasil, foi um processo de placemaking para requalificação de uma praça em bairro periférico da cidade. Os dois primeiros casos podem ser considerados processos de *não-participação*. Os três seguintes caracterizam processos de *pseudoparticipação*. Os três últimos podem ser considerados processos de *participação real*. Essas classificações serão desenvolvidas na fundamentação teórica e melhor abordadas aquando dos estudos de caso.

Houve a participação direta do investigador em quatro dos casos selecionados (e indireta em um). Essa pesquisa empírica – referida por Straatemeier, Bertollini & Brommelstroet (2010, como citados por Mota, 2013, p. 41) como *experiential case-study analysis* - trouxe grandes contributos e perspectivas que apenas a leitura analítica talvez não trouxesse, mas também implica em envolvimento e tomada de lado no processo, o que pode dificultar o distanciamento necessário à avaliação crítica (não neutra, o que seria impossível, mas), parcimoniosa e criteriosa. Flybvjerg (2002, como citado por Mota, 2013, p. 322) justifica sua intervenção cívica em processos de planejamento que pesquisava devido a métodos e resultados não devidamente justificados pela administração pública para tornar a situação mais democrática e eficaz e conscientizar a população quanto aos maus resultados produzidos, sendo necessário, portanto, “fazer parte das relações de poder”. Motivação semelhante incitou o autor desta dissertação a atuar nos casos estudados que, embora não fossem desde aquele momento alvos desta investigação, foram bem documentados.

Para possibilitar uma análise crítica melhor e não enviesada devido à tomada de lado quanto o desenvolvimento dos casos, foram inquiridos³ tanto os ativistas participantes, como os órgãos municipais responsáveis pelo planeamento, projeto e obras dos casos escolhidos. As perguntas visavam o entendimento da abertura à participação dos dois grupos de atores, o papel dos movimentos cívicos pela percepção da administração pública, as vitórias e benefícios – diretos ou indiretos – percebidos pelos ativistas e se acreditavam que o processo poderia ter sido mais participativo e de que maneira (a ambos).

O cruzamento e análise de todas essas informações permitiu melhor entendimento sobre os processos participativos, os movimentos cívicos e a forma com que se relacionam, de acordo com o objetivo geral elencado anteriormente.

² Rotatória é a estrutura viária conhecida em Portugal como rotunda

³ Questionamentos feitos nos inquéritos podem ser verificados no capítulo A2

1.5 ESTRUTURA

O desenvolvimento desta dissertação foi estruturado em duas componentes, além dos anexos, após o capítulo introdutório. A primeira refere-se ao referencial teórico desenvolvido através de leituras e pesquisas bibliográficas que fundamentam o amadurecimento da reflexão e propiciou os critérios de análise aos casos estudados. Quatro capítulos se enquadram nessa etapa: o capítulo 2 - Poder público e governo à escala local - trata da formação de governos por meio de um enquadramento histórico e conceitual para depois refletir sobre alguns problemas e desafios da governação municipal e então finalizar com exemplos de formas de governo alternativas quanto ao sistema dominante; capítulo 3 - Cidade e espaço público - trata da história e caracterização do espaço público urbano, os desafios e os problemas históricos que causaram abandono desse espaço e encerra discursando sobre iniciativas para revivê-lo e requalificá-lo; capítulo 4 - Participação popular - é o maior capítulo dessa etapa e trata sobre a participação no processo democrático (direto ou representativo), a cidadania como instrumento necessário à gestão democrática, o direito à cidade, características, palcos e desafios aos processos participativos, instrumentos para participação popular e, por fim, a escala de intensidade da participação baseada em diversos autores; capítulo 5 - Movimentos cívicos urbanos - é o último capítulo do referencial teórico e inicia por diferenciar movimentos de ativismos para avaliar as motivações e desafios aos movimentos e encerrar com análise das características organizacionais e estruturais dos grupos que atuam dessa maneira.

A segunda componente refere-se à etapa prática/analítica. O capítulo 6 refere-se à coleta e análise dos dados do formulário de pesquisa “Movimentos Cívicos Urbanos”. Nesse momento, os resultados são apresentados de forma abrangente, sem especificação das respostas a cada grupo e/ou seus membros. O capítulo 7 trata da seleção de estudos de caso relacionados aos grupos identificados no formulário e à análise, caso a caso, do objeto (do espaço público), da participação formal (espaços convidados top-down ou bottom-up), e dos movimentos (espaços inventados, planejamento insurgente), do desfecho. Também foram coletados considerações dos participantes dos processos (ativistas e administração pública), tendo seu discurso sintetizado e analisado. O capítulo 8 fará uma análise comparativa entre os casos para perceber as diferenças entre métodos e resultados de cada caso a partir da participação fornecida e da atuação dos movimentos.

O capítulo 9 traz as considerações finais produzidas a partir do conteúdo teórico levantado, dos dados coletados e dos casos analisados. No capítulo 10 as referências bibliográficas encerram o corpo da dissertação.

A terceira componente do trabalho (em anexo) refere-se à descrição pormenorizada do desenvolvimento dos processos de cada caso um dos oito casos de estudo no capítulo A1. Como etapa descritiva, sua leitura não é obrigatória, mas pode trazer melhor compreensão e entendimento, além de fornecer conteúdo para futuras pesquisas (deste autor e de outros que porventura estudem este trabalho).

PARTE I
COMPONENTE TEÓRICA

2. PODER PÚBLICO E GOVERNO À ESCALA LOCAL

Este capítulo objetiva enquadrar a formação e conceitos relacionados à governação à escala local para depois verificar problemas e desafios que a atingem e, então, concluir com breve análise de modelos alternativos de governos democráticos e autogeridos.

2.1 Enquadramento histórico-conceitual

No passado, as comunidades humanas abandonaram a vida nômade de caçador-coletor e estabeleceram assentamento em determinados locais que lhe permitiam o desenvolvimento da agricultura. Essa concentração espacial para produção de bens ocasionou o surgimento de uma organização social politizada - e muitas vezes hierarquizada - que permitiu avanços e desenvolvimento na defesa do território, construção de infraestruturas e concentração de riqueza. Para isso, como diz Carvalho e Rodrigues (2016, p. 11), “Surgiu a concepção de nação e de Estado, ideias que levariam todos os indivíduos a seguirem as mesmas leis, o mesmo código moral, a mesma religião, a mesma autoridade soberana. A cidade estava, enfim, formada”.

Mesmo antes da formação dos primeiros assentamentos urbanos, os grupos humanos já estavam organizados no que podia já ser considerado estruturas políticas. Afinal, “a vida política é em parte uma resposta necessária aos desafios da vida cotidiana e o reconhecimento de que a ação coletiva é quase sempre melhor que a individual” (Kelly et al., 2013, p. 12). Tensões e conflitos já existiam nos tempos de escassez nômade ou mesmo após a utilização da agricultura. Paul Kelly (idem) cita que “se todos pudessem ter o que quisessem na hora em que quisessem, não haveria aquilo que chamamos de política”. Por isso, a arte política de explicar, desafiar, contradizer, convencer e satisfazer surgiu como forma de resolver esses conflitos e direcionar as florescentes comunidades ao futuro. Aristóteles (como citado em Kelly et al., 2013, p. 12) definia a política como “a nobre atividade na qual os homens decidem as regras pelas quais viverão e os objetivos que querem buscar coletivamente”. Esses avanços deram um novo patamar de complexidade à humanidade.

Os conflitos e relações de poder definem o território (Souza, 2015, p. 374), caracterizado por uma localidade geográfica, concreta e abstrata que é frequente e permanentemente transformada pela ação coletiva do ser humano em interações sociais, econômicas, de poder e soberania, distinta de outros territórios com os quais se relaciona (Mota, 2013, pp. 147, 323).

Para manter a sociedade organizada, leis e normas foram estabelecidas para guiar a conduta cívica, por meio de direitos e deveres que evitariam o caos e resolveriam problemas. Ao ponto que “a intervenção crescente do Estado na vida dos habitantes tem se norteado por produzir um certo modelo de normalidade e saúde aos cidadãos” (Rolnik, 2012, p. 73) ou apenas como forma de manter as classes inferiores subjugadas na estrutura hierárquica criada. “Lembremos que o sistema jurídico facilmente se torna uma ferramenta a serviço da manutenção e ampliação do modo de produção vigente em determinada época” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 29). Dessa maneira, é importante perceber que o sistema legal e normativo costuma também apresentar uma natureza elitista e excludente que não necessariamente trabalha para um ambiente justo e ideal, mas um que reflita e garanta as características do modelo dominante (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 29).

Uma das estruturas organizacionais mais interessantes - e que faz parte da base de desenvolvimento deste trabalho - é a democracia. Surgida na Grécia há mais de dois milênios, esse é o sistema caracterizado pelo poder exercido pela população (do grego, *demos* e *kratos*

significam povo e poder, respectivamente)⁴, mas isso engloba uma grande variedade de possibilidades a partir do quão envolvida cada população é, desde o envolvimento mínimo de eleger governantes a cada período eleitoral temporalmente determinado até modelos autonomistas em que cada grupo populacional se autogere através do respeito mútuo e da resolução de conflitos por meio do debate. Entretanto, geralmente, a maioria de nós tem envolvimento mínimo e pouca confiança em nossas democracias ou políticos (Espinosa & Walker, 2011, p. 224).

Os governos democráticos têm proliferado ao redor do mundo desde fins do século XVIII a partir das movimentações geradas pelo Iluminismo e o combate ao absolutismo. No entanto, mais ou menos na mesma época, um novo sistema surgia, sócio-econômico e de constante interação com a esfera política. O capitalismo, surgido durante a Revolução Industrial, tem como objetivo maximizar eficiência, produtividade e lucros, mas “(...) capitalism is not just about efficiency and profits; it is a class system based just as much on power and exploitation as productivity and growth” (Walker, 2016, p. 169). Entretanto, apesar de exploratório e altamente agressivo nas áreas exploradas, o capitalismo é bastante resiliente, com grande capacidade de adaptação em busca do lucro de curto e médio prazo, alheio às consequências ambientais e sociais provocadas. Caso esses fatores sejam levados em consideração, os resultados financeiros ficam prejudicados ao curto prazo e outras empresas baseadas na “livre” – e agressiva - concorrência logo as superariam (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 16). Nesse sistema, a ordem jurídica tem como fundamentos “A proteção ao sujeito detentor de posses, o instituto da propriedade privada e a segurança da relação contratual” (Ibidem, p.26).

Já no século XIX, devido aos avanços da revolução industrial, uma grande parte da população dos campos se transferiu para as cidades em busca de oportunidades de crescimento pessoal. Para melhor ordenar o crescimento urbano, surge o urbanismo como ciência dos estudos e planejamento dos ambientes citadinos. Não que não cidades não fossem planejadas anteriormente, mas a disciplina não havia sido doutrinada e estabelecida como tal. Era, devido a isso, exercida por outros profissionais, como arquitetos e engenheiros. Logo, foi concebida a atividade e profissão de planejamento do território com foco na resolução dos problemas territoriais, enquanto antes a prioridade era a busca pelo desenho urbano morfologia ideal.

O planejamento do território é entendido como a atividade desenvolvida por um ator promotor público estatal que, em defesa do interesse coletivo e em contextos específicos, define objetivos para um determinado objeto alcançar um futuro desejado, com identificação das ações e métodos necessários e a mobilização dos atores para alcançá-lo (Mota, 2013, pp. 147, 209). Mirafab (2016, p. 375) acrescenta que o planejamento reconhece os múltiplos centros de poder, meios de ação e linguagens em um campo de disputa. Souza (2015, p. 40) define o objetivo do planejamento como “o desenvolvimento urbano, ou a mudança social positiva da e na cidade” e estabelece quatro atividades fundamentais do planejamento, a partir de vagas modificações de Cullingworth (1997, p. 6, como citado em Souza, 2015, p. 34). São elas: “pensamento orientado para o futuro / escolha entre alternativas / consideração de limites, restrições e potencialidades; consideração de prejuízos e benefícios / Possibilidade de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis”. Faz-se de grande importância diferenciar “planejamento urbano” e “gestão urbana”, que, embora complementares, se distinguem por o primeiro remeter ao futuro, enquanto a segunda é uma atividade do presente, de administração de situações imediatas e/ou de curto prazo (Silva, 2009, p. 127).

Já no século XX, após a II Guerra Mundial houve um período de paz – apesar de conflitos localizados – e intenso desenvolvimento socioeconômico mundial nunca antes experimentado.

⁴ <https://www.significados.com.br/democracia/>

Com o advento de novas tecnologias, o mundo passou pelo que é considerada a “Grande Aceleração” em que a produção e exploração de recursos aumentaram exponencialmente. O impacto disso no meio ambiente logo foi sentido com aumento de poluição aérea, formação de ilhas de plástico no oceano, extinção de espécies e o aparecimento de um buraco na camada de ozônio que permitia os raios ultravioletas solares nos afetarem com maior intensidade. Com vistas a isso, a Organização das Nações Unidas – ONU – publicou o documento “Nosso Futuro Comum” da Comissão Brundtland em 1987 que explicitava o termo desenvolvimento sustentável. Nele, o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades (Brundtland, 1987, p. 41). A partir dessa primeira definição o conceito foi aprofundado por diversos autores, como “interdependências entre três dimensões onde a dimensão ambiental é o quadro (no sentido de limites absolutos), a dimensão econômica os meios e a dimensão social os objetivos do desenvolvimento sustentável” (HUR2050, 2006 como citado em Polk, 2011, p. 195) ou como “‘Sustainable’ development’ has become a widely used concept expressing the potential for creating a positive-sum strategy combining economic, environmental, and social objectives in their spatial manifestation” (Albrechts, 2004, p. 748). Surgiram, inclusive, novos termos derivados, como a “resiliência”, que define “a capacidade de um sistema ou de um indivíduo lidar com a mudança e simultaneamente continuar a desenvolver-se” (GRAID, 2016).

A partir de meados da década de 1980, surge o neoliberalismo, uma nova ideologia política relacionada ao capitalismo, fortalecida nos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América. Com os objetivos de defender o livre mercado, a livre concorrência e reduzir o papel regulador (e desenvolvedor) do Estado (que caberia então ao mercado e sua atuação), essa ideologia trouxe enfrentamento à prática de planejamento, pois, para ela, “o planejamento impunha à sociedade uma visão parcial dos interesses colectivos, definida por um grupo socioprofissional restrito e, portanto, de legitimidade controversa” (Pires, como citado em Mota, 2013, p. 235). Graças à globalização e à grande conexão difundida por novas tecnologias, esse pensamento se disseminou e foi aplicado a boa parte do planeta. No entanto, graves problemas surgiram em decorrência de sua aplicação, inclusive aumento das desigualdades socioeconômicas. Consequentemente, muitos críticos se manifestam quanto às políticas neoliberais e seus resultados, “eles afirmam que as escolhas de mercado nem sempre são tão livres quanto parecem. E afirmam também que certos bens e práticas sociais são corrompidos ou degradados se implicarem alguma transação com dinheiro”. (Sandel, 2014, p. 99). A possibilidade de corrupção por meio do dinheiro é grandemente influenciada pela desigualdade econômica, pois “Evidentemente não existe uma sociedade perfeitamente igualitária. Assim, o risco de coerção paira sempre sobre as escolhas feitas pelo indivíduo no mercado de trabalho.” (Sandel, 2014, p.109).

Como forma de aprimorar os resultados governamentais, se fala bastante atualmente em governança. A ONU considera que “A boa governança promove a igualdade, a participação, o pluralismo, a transparência, a responsabilidade e o Estado de Direito, de forma efetiva, eficiente e duradoura”⁵. Outros veem o fenômeno da governança como uma resposta ao processo de globalização e a forças de mercado excessivamente neoliberais que reduzem a capacidade de gerenciamento das economias dos estados-nações, além de ocasionar fragmentação política e maior difusão de agentes influentes sobre os governos, com diferentes interesses e identidades que dificultam a coordenação da sociedade contemporânea (Taylor, 2007). Algumas características da teoria da governança são as novas combinações de mercados, hierarquias e redes. A abertura do processo decisório à maior participação; a governança multinível; a descentralização. O conceito também é associado com a comunidade, o capital social e a

⁵ <https://nacoesunidas.org/acao/governanca/>

sociedade civil como forças integradas em redes baseadas em confiança (Taylor, 2007, p. 299), de forma a melhorar serviços e as políticas elaboradas em localidades onde o ato de governar já se destacou do Estado e é então exercido por uma gama de alianças e lugares para além do estado (Taylor, 2007). Assim, “Governing has thus become a domain of strategies, techniques and procedures through which different forces and groups attempt to render their programme operable” (Rose & Miller, 1992, como citado em Taylor, 2007, p.300).

2.2. Problemas e desafios da governação municipal

No mundo contemporâneo e globalizado predomina a proliferação de grandes companhias transnacionais em governos que continuam a realizar políticas neoliberais em maior ou menor escala. Paralelamente, a grande difusão da Internet e das redes sociais permitiu que pessoas do mundo todo se conectassem em tempo real, recebendo notícias de forma imediata e possibilitando que vozes pudessem se pronunciar e serem ouvidas fora dos meios tradicionais de comunicação. Apesar disso, muitos problemas sistêmicos de longa data continuam a assolar várias nações. Dentre vários, talvez o mais relevante – especialmente no Brasil - seja a desigualdade socioeconômica, ocasionada pela exploração da base socioeconômica e pelo acúmulo de cada vez mais riquezas em uma parcela cada vez menor da população. A assimetria socioeconômica termina por se converter em assimetria política, por várias pessoas mal terem recursos para sobreviver e lutar por suas necessidades, enquanto algumas concentram cada vez mais poder e recursos.

Apesar de mais percebida tradicionalmente em países em desenvolvimento, as políticas globais das últimas décadas têm ampliado os níveis de desigualdade também nos países já desenvolvidos, com expressão territorial na proliferação de favelas e da pobreza. “A intensa desigualdade econômica é fundamental no processo de exploração da minoria rica sobre a maioria pobre” (Silva, 2009, p. 128). Como dito por Walker (2016, p. 164), a existência de excedentes monetários implica em iniquidade social e exploração, e inevitavelmente leva à discussão do papel dos estados na construção de cidades. Se é inevitável que as trocas comerciais e os processos econômicos produzam excedentes, cabe ao poder político definir e atuar para reduzir as consequências negativas e produzir justiça social. “Uma sociedade justa distribui (...) a cada indivíduo o que lhe é devido. As perguntas difíceis começam quando indagamos o que é devido às pessoas e por quê” (Sandel, 2014, p. 28).

Como mencionado anteriormente, a desigualdade socioeconômica possui reflexos espaciais na cidade, através de processos como a segregação espacial. Quando essa se faz presente, os territórios mais centrais – ou “nobres” – são destinados aos de maior poder aquisitivo enquanto as camadas de menor renda são fadadas à periferia, distantes dos centros econômicos e de tomada de decisão da sociedade. Quanto mais forte for esse processo, maior será o sentimento de não pertencimento ao bairro do “outro”. Os ricos passam a ver os territórios carentes como lugares perigosos, marginais, a serem evitados e os pobres veem os territórios privilegiados como lugares onde não são bem-vindos para além dos momentos de exercício da força laboral.

Lefebvre (2001, p. 23) explica que “Como a democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominantes, esta impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a ‘urbanidade’”. Para Lefebvre, as classes dominantes detêm tanto o poder público quanto o privado e, por isso diz que “o Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação” (idem). As próprias leis podem servir “como mecanismos de segregação sócio-espacial, como

forma de garantir que a população em geral não ocupe as regiões de interesse para os bons negócios privados” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 29), como quando obras de urbanização provocam remoções e mandam os indesejáveis às periferias distantes (Maricato et al., 2013, p. 39; Pinheiro, 2018, p. 268). O planejamento urbano também tem parte nesse processo quando, por meio de políticas de zoneamento, ocasiona segregação, isolamento, divisão, fragmentação e tendência ao conflito (Maricato et al., 2013, p. 28). “O próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade” (Rolnik, 2012, p. 57).

Quão mais distantes forem as capacidades socioeconômicas entre os mais pobres e os mais ricos, maior será também a influência das elites econômicas no direcionamento das políticas estatais que não são neutras. “Uma elite refere-se a um pequeno grupo de pessoas que têm poder sobre um grupo maior do qual faz parte, normalmente sem responsabilidade direta sobre ele e, frequentemente, sem seu conhecimento ou consentimento” (Freeman, 1970, p. 4). O Estado “se torna um aliado precioso do capital, já que a classe política municipal costuma ser cooptada pelo poder econômico desde a campanha eleitoral, tornando-se mais suscetível a favorecer os interesses dos grupos dominantes, em detrimento do bem-estar da coletividade” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 36). Com esse método, o poder estatal é dominado pelas elites econômicas – que agem de forma sutil, dissimulada, traiçoeira e escondida do escrutínio público (Freeman, 1970, p. 4) - que vão, de certa maneira, se “autofiscalizar”, o que explica por que algumas legislações e normativas são extremamente eficientes – em especial as que viabilizem negócios imobiliários de grandes empresários (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 32) -, enquanto outras parecem ser esquecidas ou convenientemente (para alguns) deixadas de lado.

Dessa maneira, políticas sociais, concretizações urbanísticas e mesmo o desenvolvimento sustentável podem ser sabotados por quem tem poder, pois “sabe que pode ditar ou subverter as regras e assim agir com impunidade” (L. Rodrigues, 2017, p. 161), enquanto é promovida uma agenda neoliberal de interesses privados, mesmo que conte com algum tipo de abordagem participativa (Polk, 2011, p. 186). Assim, as imagens atuais de nossas cidades – por mais caóticas que sejam – “representam uma vitória dos grupos que procuram extrair benefícios através da espoliação dos territórios urbanos. Não é, pois, sinal de incompetência governamental, mas de uma competência dos grupos de pressão que atuam nos bastidores do planejamento urbano” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 37) de forma que os objetivos de um planejamento urbano inclusivo e democraticamente informado frequentemente se distanciam (Polk, 2011, p. 186).

Além da influência direta do poder econômico na administração estatal, também é preciso refletir sobre a atuação dos agentes públicos. Uma parte deles se corrompe ou é corrompida e não exerce a função pública como se espera: imparcial, justa e coletiva. Isso ocorre, por exemplo, na cooptação dos agentes – muitas vezes bastando agir sobre os superiores para afetar toda a cadeia hierárquica abaixo - ou nos interesses particulares sobrepostos ao dever público.

Alguns pensadores consideram que todas as coalizões de governo tendem a favorecer os seus pares (acesso privilegiado), exercer controle do centro (recentralização) e moldar os cidadãos à sua imagem e gosto (responsabilização) (Sommerville, 2005, p. 125 como citado em Taylor, 2007, p. 300) e isso se torna muito perceptível quando os membros do governo advêm somente (ou majoritariamente) de camadas mais ricas e favorecidas – ou são colocados lá por elas – e governam a “cidade corporativa”, termo definido por Milton Santos que explica que todo o esforço governamental passa a ser colocado a serviço das empresas hegemônicas e apenas uma pequena parte do que sobra do orçamento público é direcionado ao grosso da população, sob a mais estrita racionalidade capitalista (Santos, 1993, p. 110) e dessa maneira, “a opção que pode prevalecer não será necessariamente a melhor, mas a opinião daquele que a fez valer da melhor

maneira possível – quer por mérito próprio, quer por demérito passivo de quem supostamente deveria defender o interesse público” (Rodrigues, 2017, p. 185).

A cada novo ciclo eleitoral, fica a dúvida quanto a continuidade de gestores, de equipes, de políticas e programas, pois a regra é de cada representante do poder municipal tocar a sua agenda e os seus projetos, muitas vezes sob prejuízo do já estabelecido (M. Cavalcanti, 2013, p. 33), e em desconsideração a visões e planos definidos coletivamente que perdem prioridade face a vários pequenos projetos desarticulados na macroescala, o que é perigoso pois “projetos são peças, são consequência de uma ação de planejamento. Projeto é um resultado, projeto não pode ser o guia de nenhum desenvolvimento de cidade” (Cavalcanti, 2013, p. 61).

As escolhas dos representantes e gestores do poder público dizem muito nas entrelinhas. Não raras vezes é possível verificar valorização de patrimônios particulares indiretamente por atos administrativos – algumas vezes sob influência ilícita dos proprietários – (Rodrigues, 2017, p. 70) ou alteração de planos e regulamentos existentes que estejam “desatualizados” ou em discordância com a atual visão pública municipal de forma que elementos legais obstantes sejam modificados (Rodrigues, 2017, p. 97). Nesse contexto, os setores técnicos municipais podem permanecer passivos por diversas razões, Rodrigues (2017, p. 185) cita três: o desconhecimento quanto a uma forma melhor de resolver os problemas (ou a falta de percepção crítica quanto aos resultados), a intimidação pelos particulares ou mesmo pelos superiores hierárquicos e a premeditação quando o agente tem em mente as consequências de suas ações – ou ausência delas – mas está em conluio com os corruptores e prevaricadores sob expectativa de recompensa monetária ou ascensão profissional. Os técnicos que agem dessa maneira podem reforçar um ciclo vicioso de má conduta profissional aos outros que, por não quererem se tornar malvistas perante os colegas, tentam se adequar. Alguns outros podem perceber os problemas, mas acreditam que a responsabilidade será diluída após o processo (Rodrigues, 2017, p. 174). Souza (2015, pp. 27-29) comenta que o planejamento – ou intervenção e regulação estatal – pode ter por missão manter o *status quo* e a sobrevivência do sistema capitalista, o que confirma parte das críticas marxistas à atividade. Entretanto, o autor reforça que isso não é uma verdade absoluta e, mesmo operando em uma comunidade socialmente injusta, o planejamento pode contribuir para a superação dessas injustiças.

Com tantas ingerências políticas e econômicas, não é de se estranhar que falem bom senso e ponderação nas decisões urbanísticas que, submissas a interesses privados, podem trazer ideias dispendiosas e ineficientes que, ao fim, agradarão os que as irão construir, os que acreditarão na eficiência da gestão por verem resultados e nos que se beneficiarão dessa imagem produzida que, ao fim, prejudicará de forma grave o desenvolvimento sustentável da cidade (Rodrigues, 2017, p. 206 e 225). O arquiteto Norman Foster diz que “Não existem barreiras tecnológicas ao desenvolvimento sustentável, só obstáculos de natureza política” (Leoni, 2011, p. 79), por isso é muito importante que os gestores públicos sejam bem escolhidos, pois “é um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social” (Santos, 1993, p. 113) e “a vontade política é o fator por excelência das transfusões sociais” (Santos, 1993, p. 126). Apesar de tantos interesses em jogo nas decisões urbanísticas, “o urbanismo não tem de ser um mau negócio para muitos e um excelente negócio para alguns: é possível e desejável que possa também ser um bom negócio para todos” (Rodrigues, 2017, p. 236).

No contexto municipal, talvez seja o mercado imobiliário o nicho empresarial que mais influencia o desenvolvimento. Esse mercado atua sobre o ambiente construído e as terras urbanas que são, por si próprias, fontes de renda e exploração derivadas de aluguéis de terrenos e construções que atendem à demanda das pessoas por acesso e proximidade a tudo que os centros urbanos oferecem e, portanto, se dispõem a pagar por isso - e a quem possui excedentes

financeiros, investir nisso - (Walker, 2016, p. 173). Essa demanda reflete a vitalidade econômica e os prazeres urbanos, o que explica porque os preços crescem tanto nas cidades mais atraentes (Glaeser, 2012, p. 11). Por outro lado, a oferta também conta. Cidades ou mesmo bairros já adensados com pouca possibilidade de expansão horizontal (por falta de espaço) ou vertical (por restrições construtivas) veem aumento de preços por alta demanda e oferta reduzida (idem).

É nos contextos financeiramente oportunos ao mercado imobiliário que vemos o fenômeno da especulação imobiliária que “consiste na aquisição de bens imóveis, baseada numa expectativa de rentabilização lucrativa dos mesmos a curto, médio ou longo prazo” (Rodrigues, 2017, p. 55). A especulação imobiliária não é, por si, um fato criminoso já que qualquer um que revenda um imóvel por um preço mais alto do que o comprado anteriormente é, também, um especulador imobiliário (idem). O problema vem quando proprietários e investidores adquirem muitos imóveis e aumentam artificialmente a demanda para o mercado através de uma oferta propositalmente reduzida. Por vezes esse processo pode resultar em bolha imobiliária que “mais não é do que a oferta desmesurada e sobreavaliada de bens imobiliários, ou seja, imóveis em excesso que não valem o preço pelo qual foram avaliados (Ibidem, p. 57) e podem resultar em “ficções econômicas que alimentam negócios obscuros, ilícitos e onerosos para a comunidade” (idem). Quando ocorre em bairros antigos “trata-se da retomada de um espaço que, do ponto de vista do capital imobiliário, tem um potencial para gerar uma renda maior do que a auferida no mercado. Trata-se, portanto, de uma atualização da renda fundiária” (Rolnik, 2012, p.69).

Além dos métodos de atuação no mercado, o capital imobiliário - e fundiário - influencia a gestão pública para uma urbanização corporativa que, sob o comando das grandes firmas, traz grandes consequências da expansão capitalista dos recursos públicos, orientados para os investimentos econômicos e não sociais (Santos, 1993, p. 95). Os resultados desse processo são notáveis, especialmente nas grandes cidades, nas vastas superfícies entremeadas de vazios onde a população pobre ocupa - devido ao déficit de residências economicamente acessíveis nos centros -, na periferia carente de infraestruturas e com problemas de transporte devido ao modelo rodoviário que favorece o crescimento disperso e espraído. Os fatores se interligam e se reforçam, pois as cidades se expandem porque há especulação e vazios num círculo vicioso que favorece os centros em detrimento das periferias (idem).

Não obstante os vazios urbanos e a expansão das periferias, o capital imobiliário pode também direcionar seus esforços, em cumplicidade com o poder público, na remoção de comunidades desassistidas que estejam em áreas de interesse, na descaracterização de edificações e/ou bairros históricos que, bem estruturados, apresentam grande possibilidade de mais-valia ou mesmo na alteração do status de áreas de proteção/preservação ambiental como meio de garantir um novo front de construção de equipamentos a serem comercializados. Assim, Carvalho & Rodrigues (2016, p. 54) clamam que “a cidade não pode continuar sendo um espaço dotado de alta concentração de propriedades imóveis na mão de poucos, nem um palco de práticas especulativas que afetam diretamente a dignidade de todos os seus habitantes”.

Parte das razões para a situação estar dessa maneira deve-se a políticas neoliberais que visam o desmonte da capacidade do estado de formular planos para o desenvolvimento urbano (Maricato et al., 2013, p. 38) e de promover o interesse público (Pinheiro, 2018, p. 66), para então confiar largas fatias da gestão e administração pública aos cuidados da iniciativa privada – tida supostamente como mais eficiente – (Souza, 2015, p. 32). A desregulamentação dos mercados, a submissão às lógicas mercadológicas e o enfraquecimento e redução do estado favorecem ainda mais (e frequentemente por influência dessas) as elites econômicas. A partir da década de 80 foi possível perceber o enfraquecimento do planejamento estratégico público devido em parte pelo desdém neoconservador pelo planejamento – que privilegia a gestão imediatista e míope dos problemas (Ibidem, p. 31) -, mas também pelo ceticismo pós-modernista que acreditava que o

progresso, caso aconteça, não pode ser planejado (Albrechts, 2004, p. 743), com exceção clara para as empresas que devem ter planejamentos rígidos para sobreviver e superar a concorrência. Taylor (2007, p. 301) menciona que muitas das novas formas de governo que se consideram para “além do estado” se situam numa ampla ordem econômica neoliberal – que inclui a privatização de serviços públicos – que cada vez mais erode o caráter democrático da esfera política devido às ações das forças de mercado que estabelecem as regras do jogo. Nesse contexto, Lefebvre (2001, p. 84) questiona “o que é que a empresa ‘privada’ deixa para o Estado, para as instituições, para os organismos ‘públicos’ a não ser aquilo de que ela não se encarrega por ser demasiadamente oneroso?”).

As políticas neoliberais aliadas aos agentes do mercado imobiliário tornam a própria cidade uma grande mercadoria “sem mediações da valorização e financeirização do capital” (Maricato et al., 2013, pp. 37-38) para quem for capaz de adquirir as frações de seus. “Trata-se da consequência mais grave do capitalismo: a cidade se torna, ao mesmo tempo, [...] lugar de consumo e consumo de lugar” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 16) e passam, na escala da globalização, a se venderem e serem vendidas ao mundo todo, como “empresas em concorrência umas com as outras pela atração do capital” (Maricato et al., 2013, pp. 37-38), seja turismo ou investimentos privados. No entanto, “para sobreviver em um mercado global altamente competitivo, acabam por negar os interesses e necessidades de seus próprios habitantes. O global supera o local e a lógica de fluxos de mercadorias, serviços e capital supera a própria política” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 67), enquanto que as necessidades crescentes por viabilidade econômica e competitividade, ritmadas pela governança capitalista “glocal”, dão pouco espaço a problemas como conservação ambiental e justiça social, as fundações do desenvolvimento sustentável (Polk, 2011, p. 185) e produzem segregação, exclusão e conflitos territoriais (Thörn et al., 2011, p. 297). Tudo isso demonstra o quanto a teoria do transbordo (*trickle down theory* em inglês), baseada nos benefícios filtrados às camadas mais baixas pelo desenvolvimento econômico das camadas mais altas, não se sustenta (Carmon, 1999, p. 5) e o que se percebe é que cada vez mais a cidade neoliberal aprofunda e agudiza os problemas já existentes: “favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamentos e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados” (Maricato et al., 2013, p. 39).

Para evitar grandes protestos e revoltas devido aos efeitos dessas políticas, há um constante esforço de convencimento à população. Institutos ideológicos (*think-tanks*), financiados por quem se beneficia desse tipo de política, espalham à exaustão as bases desse pensamento a públicos leigos em um esforço atrativo de “marketing intelectual” (Peck, 2016, p. 4) - mesmo que façam uso de correlações estatísticas descontextualizadas (Ibidem, p. 25) - que atraem hordas de seguidores que, talvez por falta de posicionamento crítico, se tornam massa de manobra de agentes econômicos ocultos e sequer refletem sobre as consequências do que passam a defender. Assim, a intervenção estatal passou a ser vista como algo nefasto que inibe a liberdade das forças de mercado (Maricato et al., 2013, p. 38) e os discursos em períodos de crise nos levam a crer que Não Há Alternativa (NHA, ou TINA, em inglês, *There is no Alternative*) à agenda neoliberal global de crescimento desigual (Thörn, Wasshede & Nilson, 2011, p. 293). Além disso, seus impactos são encobertos sob a impressão de progresso que trazem, mesmo que leis sejam descumpridas (geralmente com anuência do poder público). A massificação da propaganda e a ausência de informações qualificadas reduzem as resistências e contestações e são parte de uma estratégia de extermínio da crítica e do debate para a construção de uma “cidade do pensamento único” (Pinheiro, 2018, p. 283).

Para ademais dos problemas relacionados à corrupção e a ideologia neoliberal, outros conceitos também podem prejudicar enormemente a administração pública. Dentre vários, serão abordados os temas do utilitarismo, da tecnocracia e do rodoviarismo.

Para uma visão utilitarista, “a coisa certa a fazer é aquela que maximizará a utilidade. Como ‘utilidade’ ele define qualquer coisa que produza prazer ou felicidade e que evite a dor ou o sofrimento” (Bentham, como citado em Sandel, 2014, p. 48). Essa teoria é perigosa, pois “Só porque uma coisa proporciona prazer a muitas pessoas, isso não significa que possa ser considerada correta” (Ibidem, p. 138). Ao privilegiar um utilitarismo de curto/médio prazo, é possível acarretar graves consequências que se apresentarão somente a longo prazo (Rodrigues, 2017, p. 189), por isso a visão imediatista e sem compreensão holística dos problemas deveria ser combatida pelos técnicos e políticos, “confrontando os cidadãos com os dilemas decorrentes tanto das opções de curto como de longo prazo” (Ibidem. 141). Desrespeitar direitos humanos de um acusado para apaziguar uma turba enervada, desmatar uma área verde para se construir um parque de diversões, cortar uma árvore para dar mais visibilidade à fachada de um comércio, privilegiar manutenção de asfalto em vez de garantir saneamento básico. Todas essas escolhas podem trazer “utilidade”, mas acarretam (ou mantêm) graves problemas a médio ou longo prazo. Apesar disso, muitos políticos, baseados em ciclos eleitorais, não se preocupam com esses resultados indiretos futuros, pois não refletirão em votos a eles.

A tecnocracia, por outro lado, traz sua ideologia e mitos na crença de “que a alta especialização técnica na atividade estatal vai necessariamente beneficiar as pessoas” (Barbacovi, 2016, p. 24). O “primado da técnica” (Lefebvre, 2001, p. 31) no urbanismo e no planejamento, no entanto, se preocupa “com aspectos singulares e não com a problemática global, planificação mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico, quando o que se necessita é de uma planificação sociopolítica” (Santos, 1993, p. 113). Ao afirmar que “A técnica resolve tudo” (Rodrigues, 2017, p. 206), os técnicos municipais se isentam da preocupação em ouvir a população leiga por acreditarem já deter todo o conhecimento necessário para escolher a melhor direção (a mais técnica). No entanto, a melhor decisão técnica será decidida como meio de alcançar determinado objetivo, e esses objetivos são definidos por ideologias e visões políticas dos servidores técnicos ou dos tomadores de decisões acima desses – agentes públicos ou não. Assim, como não podemos prescindir da técnica e dos conhecimentos científicos apropriados, o tecnocratismo é condenável não só por seu autoritarismo, mas também por “pretender negar o fato de que planejar e gerir intervenções no espaço urbano são atividades eminentemente políticas, uma vez que o sentido e as finalidades da vida coletiva estão em jogo” (Souza, 2015, p. 37).

Uma terceira questão que influencia negativamente a gestão pública é a opção da política de mobilidade pelo rodoviarismo. Por influência de montadoras de automóveis e companhias petrolíferas, foi estabelecido o conceito de que o desenvolvimento está atrelado ao aumento da frota de automóveis em um país. Por causa disso, muito das nossas cidades foi descaracterizado por planos e leis que visaram dar mais espaço aos automóveis e suas estruturas “como se o automóvel fosse o desejo natural e o destino final de todas as pessoas” (Instituto de Energia e Meio Ambiente, Boareto, Corrêa, & Cunha, 2010, p. 12), quando, na verdade, os imensos valores alocados não servem “à racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário” (Maricato et al., 2013, p. 25) sob o disfarce de “bem comum” (Miraftab, 2016, p. 366). Enquanto isso, aspectos básicos da vida cotidiana como o silêncio e a caminhabilidade são retirados para dar espaço ao livre tráfego veicular e, conseqüentemente, o aumento das fatalidades de trânsito - efeito colateral do desenvolvimento, tido como “aceitável”.

2.3 Modelos alternativos de governança democrática

Tendo em mente todos os problemas que se colocam contra uma boa governação democrática que possibilite um ambiente favorável à igualdade, justiça e liberdade, muitas tentativas ocorreram ao longo da história para criar essa sociedade ideal. No entanto, “sem a habilidade de alcançar e exercer o poder, os valores – a despeito do quão nobres possam ser – são inúteis” (Kelly et al, 2013, p. 13). Cansados de lutar contra o sistema para reformá-lo e esbarrar nos obstáculos impostos, ou mesmo desapontados com os rumos tomados por revoluções - pois “a mudança revolucionária tem sido vista como a substituição de um tipo de tirania por outro” (Ibidem, p. 14) -, muitos foram os que, em busca de suas utopias, decidiram criar novas sociedades do zero, distantes das estruturas estatais consolidadas ou em uso de espaços abandonados por essas. “Alguns teóricos consideram o pensamento político utópico uma iniciativa perigosa, já que, no passado, ele levou a justificativas da violência totalitária. No entanto, em sua melhor versão ele é parte de um processo de luta por uma sociedade melhor” (Ibidem 2013, p. 13) e é a busca por essas utopias que reúne pessoas, em determinados contextos históricos e locais, em busca de experimentar alternativas que reflitam suas ideias e ideais políticos, que “são uma abstração da vida de uma sociedade, Estado, cultura ou movimento político” (Ibidem, p. 15). A utopia tem várias definições. Em Kapur (2018, p. 85), utopia é fé em uma visão. Este autor considera muito interessante a definição que diz que utopia é apenas a realidade ainda não alcançada, visto que muitas de nossas realizações, embora um dia parecessem utópicas, foram concretizadas. Assim, grupos e até nações buscam uniões políticas diferenciadas, mais complexas e democráticas, apesar das novas dificuldades que podem advir desses novos formatos.

Com base nesse preceito serão analisadas aqui três comunidades autogeridas, surgidas em contextos bastante diferentes, com modelos de governação incomuns aos padrões contemporâneos dominantes. Por ordem cronológica de surgimento: a cidade de Auroville, na Índia em 1968; a comunidade de Christiania, na Dinamarca em 1971; e Rojava – ou Curdistão Ocidental, na Síria, a partir de 2012.

2.3.1 Auroville

Para falar de Auroville, foram utilizados os depoimentos do livro “Auroville: dream and reality – an anthology” editado e introduzido por Akash Kapur. Esse livro lançado em 2018 como e-book traz vários relatos, depoimentos e cartas de diferentes momentos históricos vividos por diversos moradores de Auroville. Assim, foi possível conseguir um panorama da cidade, suas origens e evolução.

Auroville, fundada em 1968, deixou de ser utopia para se tornar uma comunidade complexa e muito real com, em torno de, 2500 habitantes aninhados na baía de Bengala acima do oceano Índico, e celebra neste ano de 2018 seu 50^a aniversário, o que é um acontecimento notável pois poucas comunidades intencionalmente alternativas – em qualquer parte da história e do mundo – sobreviveram por tanto tempo (Kapur, 2018, p. 15)

Se mudar para Auroville requer uma motivação para abandonar o estilo de vida tradicional dos locais onde seus moradores cresceram. Essa motivação pode bem ser um desejo por uma mudança de vida ou mesmo insatisfação com a forma como as coisas são. “A combinação desses fatores deve ser forte para fazer alguém abandonar o sistema, pois não é um passo fácil ou simples e, por isso mesmo, muitas pessoas não o fazem” (Kapur, 2018, p. 137, tradução autoral).

Auroville foi construída sobre um fundamento espiritual muito forte. Rishi Walker (Kapur, 2018, p. 198) afirma que é esperado que os moradores participem ativamente e em conjunto na realização de uma nova humanidade que externalize o divino e a consciência total do mundo, finalmente livre das pequenezas de uma mente incompleta, como os preconceitos e velhos hábitos, as mentiras, o medo, a individualidade, o ego e a cristalização das imperfeições.

Construída a partir de um sonho utópico, Auroville precisou lidar com as dificuldades da realidade e de uma natureza humana imperfeita, mas também com aspectos da vida cotidiana como construir estradas, levar as crianças à escola, fazer exames médicos e buscar comida.

Os moradores de Auroville enfrentaram algumas tensões inerentes aos projetos utópicos, como os conflitos entre idealismo e pragmatismo, otimismo e realismo, a busca de construir algo novo e o peso inercial do velho (Kapur, 2018, p. 18), entre o que é e o que se deseja ser. Auroville está impregnada de idealismo e senso de propósito que a diferencia de qualquer outra pequena cidade. No entanto, as restrições e falhas da natureza humana são inescapáveis e põem obstáculos à ambição da cidade de um mundo mais ideal (Kapur, 2018, p. 96).

A Fundação Auroville administra a cidade de forma a garantir que a aplicação dos ideais da Carta de Auroville sejam os princípios orientadores de sua realização. A fundação se organiza em três camadas composta pela Assembleia dos Residentes de Auroville (para moradores com idade acima de dezoito anos), um Conselho Consultivo Internacional e um Conselho Diretivo que se liga com a Assembleia por meio do Comitê de Trabalho eleito por essa. Além desse comitê, vários outros foram instituídos para facilitar a administração cotidiana da cidade, entre eles o Serviço de Entrada, o Grupo de Habitação, o Comitê Coordenador do Orçamento, o Time de Recursos Humanos, o Conselho de Auroville, o Conselho de Desenvolvimento Urbano e o Comitê de Fundos e Ativos Gerenciais. Esses grupos são inter pares em suas estruturas organizacionais e participativos em seus processos (Kapur, 2018, p. 314). No entanto, apesar dessa estrutura, não há leis em Auroville, apenas a Carta. Nessa situação, a governança é baseada em orientações e políticas adotadas pela comunidade que dependem, entretanto, da boa vontade e cooperação dos moradores, pois não há estruturas coletivas para garantia da ordem (Kapur, 2018, p. 315).

A tomada de decisões é realizada sem hierarquia na comunidade, o que é admirável, mas que também significa que os processos internos podem ser extremamente morosos. As decisões vêm através de processos de busca de consenso. No caso do consenso não ser alcançado, votação pela maioria é utilizada. Os moradores reconhecem as limitações e por isso experimentam ocasionalmente diferentes formas de organização para manifestar melhor a visão do ideal de Auroville da Mãe fundadora (Kapur, 2018, p. 315). Apesar disso, há também na comunidade as tendências individualistas que se demonstram num crescente desinteresse pelas questões públicas relacionadas à 'pólis' de Auroville (Kapur, 2018, p. 138).

2.3.2 *Christiania*

Christiania é uma área autônoma dentro da cidade de Copenhague, na Dinamarca, que foi ocupada em 1971 por cidadãos-ativistas e que resiste por mais de 40 anos num esforço pelo direito à cidade e autonomia democrática bem no centro de Copenhague. Ao passar das décadas, Christiania foi considerada um experimento social, passou por violentos confrontos com a polícia, foi legalizada em 1989 e passou por uma tentativa de descaracterização/normalização a partir de 2004. Apesar de tudo isso, a cidade autônoma constitui um excelente exemplo de laboratório socialista/anarquista/liberalista (tudo isso ou nada disso. Não há definição oficial) experimental que atrai pessoas interessadas em estudar e experimentar esse novo modelo de desenho urbano, vida alternativa, democracia direta e justiça socioambiental que, entretanto, tem um contexto

muito específico e, infelizmente, não apresenta uma fórmula mágica para sua replicabilidade (Thörn, Wasshede & Nilson, 2011).

O clima social na Dinamarca – e especialmente em Copenhague - no outono de 1971 era de críticas estruturais à organização e comportamento da sociedade. Casas e também terras do interior eram tomadas por estudantes, ativistas de esquerda e usuários de drogas para formar comunidades utópicas e autônomas de inspiração hippie que eram percebidas como “ilhas revolucionárias no oceano capitalista” (Thörn et al, 2011, p. 39). Na capital, a municipalidade havia implementado um programa de regeneração urbana que deixou muitas casas desocupadas, enquanto dezenas de jovens buscavam um lugar para morar. Ao unir essa necessidade e oportunidade com as dimensões ideológicas do coletivismo e da cultura Faça Você Mesmo (*Do It Yourself* em inglês), um grupo encenou uma tomada simbólica dos galpões de um conjunto militar, localizado na proximidade do centro da cidade, no dia 26 de setembro de 1971 – atualmente reconhecida como o aniversário oficial de Christiania (Thörn et al., 2011).

Notícias da proclamação da “Cidade Livre de Christiania” foram propagadas nacionalmente, mas as autoridades não tomaram nenhuma atitude à época, pois não tinham qualquer plano para a área (Thörn et al., 2011). Enquanto a notícia se espalhava, os responsáveis pela ocupação trouxeram a declaração de que “O objetivo de Christiania é construir uma sociedade autogerida, onde cada indivíduo possa se desenvolver livremente enquanto permanecendo responsável pela comunidade como um todo” (Thörn et al, 2011, p. 41, tradução autoral). Assim, Christiania desafiou vários pilares da sociedade capitalista, tais como a propriedade privada (do estado dinamarquês no caso), a soberania e jurisdição estatal e o estilo de vida burguês em uma audaciosa ocupação de um terreno valioso e muito visível no centro de Copenhague, distante não mais do que um quilômetro do parlamento dinamarquês (idem) e com 500 residentes já em 1972.

Em 2004, um novo governo de direita quis acabar com o status de cidade livre de Christiania e reestabelecer a propriedade privada para acesso do mercado. Teve início então um processo de resistência contra a normalização de Christiania e em defesa de sua própria versão do direito à cidade (Thörn et al, 2011, p. 294). Enquanto as negociações seguiam em ritmo muito devagar devido às dificuldades decisórias – ou táticas de atraso - impostas pelo sistema democrático consensual em Christiania, apoios foram conseguidos e medidas legais foram tomadas contra o estado de maneira a ganhar tempo para uma mudança de governo ou vitória judicial. Além disso, já que o processo de consenso em Christiania é enquadrado no ideal democrático, tão importante ao estado dinamarquês, esse se abstém de punir ou mesmo condenar vigorosamente a desobediência gerada pelo consenso (Thörn et al., 2011, p. 275).

Algo essencial no processo de resistência da comunidade ao plano estatal de normalização - mas também à vida cotidiana - é o processo radicalmente democrático de tomada de decisão que vigora desde seu início, a democracia de consenso. Em torno de 900 pessoas moravam em 2011 em Christiania e quando tinham uma decisão importante a fazer, todos os interessados – a participação não é obrigatória - tinham que concordar, mesmo que houvesse influências externas do governo dinamarquês, da municipalidade, da polícia de Copenhague e do crime organizado atuante localmente. Os consensos desenvolvidos ali serviram para manter a sociedade forte e unida, protegida de estratégias de “dividir para conquistar”. O local de reunião para as tomadas de decisões consensuais conhecidas como Encontros Comuns (*faellesmoden* em dinamarquês) se dá no Salão Cinza (*Den Gra Hal*, capaz de suportar centenas de pessoas reunidas) (Thörn et al., 2011, p. 263).

Em teoria, tende a haver uma grande contradição entre processos estratégicos e de democracia direta. Há quem diga que os primeiros são os mais eficientes para alcançar objetivos dentro de estruturas hierárquicas, enquanto os segundos são úteis para fortalecer comunidades e

movimentos, mas que passam a ser um problema quando é preciso tomar decisões. Depoimentos de moradores e estudiosos de Christiania trazem, entretanto, percepções que os processos consensuais facilitam a inovação tática e dão vozes a minorias enquanto lidam bem com os conflitos presentes (Thörn et al, 2011, p. 268).

Apesar das vantagens da democracia consensual, também é possível perceber muitos problemas que surgem nos encontros comuns em Christiania. Percebem-se relações de poder nesse ambiente “radicalmente democrático”. Observa-se que para ter uma participação política completa, é preciso um capital social derivado do tempo de residência e do comprometimento e contributos com os assuntos comunitários. Quem não possui esse capital e se coloca em posição contrária a da maioria corre o risco de justificadamente ser mandado embora. As limitações democráticas durante as sessões também são enquadradas pelo fato de que, embora livres e abertas, muitos receiam falar em público, seja por insegurança ou receio quanto a críticas e reações agressivas e/ou violentas que apenas os fortes conseguem aguentar. Githa Iversen diz que “não é democrático. É apenas àqueles que conseguem aguentar essa pressão, aqueles que conseguem permanecer por longo tempo durante a noite, por exemplo” (Thörn et al., 2011, p. 276, tradução autoral). Há ainda o risco de sessões serem tumultuadas quando um grupo não deseja discutir o assunto – caso dos traficantes quanto a legalização de drogas. Devido a isso, grupos de trabalhos foram formados para pensar em como melhorar os processos (ibidem, p. 277)

No caso concreto quanto à normalização proposta pela municipalidade, a comunidade ficou dividida durante sete anos entre os que rejeitavam os termos governamentais e os que queriam avançar com a legalização proposta. No entanto, a busca de consenso favoreceu os que eram contrários às negociações, já que poderiam atrasar o processo e os impasses eram aliados no tempo. Além disso, esse método descentralizado é também eficiente contra o risco de cooptação, pois a ausência de líderes torna mais difícil fazer acordos. A Agência de Palácios e Propriedades dinamarquesa inclusive condena a prática do consenso por diluir responsabilidades (Thörn et al., 2011, p. 272). Sob o manto democrático e com aparente empenho e boa-fé nas negociações, era mais propício atrasar o desenvolvimento. A cada reunião com as autoridades, havia nova onda de discussões e impasses em Christiania. Como métodos alternativos para decisão, tentou-se realizar votação, mas não houve consenso se a decisão deveria ser pelo voto. Em outra tentativa, os participantes foram divididos espacialmente de acordo com suas opiniões e a polarização resultante foi exacerbada. “Foi incrível. As pessoas estavam cuspiendo umas nas outras. Foi mesmo selvagem” (ibidem, p. 278, tradução autoral). Nessa época, era visível a chateação e o clima de fragmentação na comunidade.

Posteriormente, foi decidido - com grande apoio - propor às negociações um plano próprio para o futuro da comunidade. Três pessoas foram delegadas para facilitarem o processo de forma neutra, apesar das opiniões pessoais. Assim, a comunidade se uniu para trabalhar em torno de uma visão positiva. Apesar disso, houve complicações. Tata Blanco, moradora, afirma que “consenso é uma maneira terrível de tomar decisões entre 800 pessoas” porque “escolhemos o mais baixo denominador comum e isso é o ruim sobre os consensos, você sempre escolhe o mais baixo e isso pode ser entediante. Entediante!” (Thörn, 2011, p. 282, tradução autoral). Para ela, é antidemocrático que as decisões sejam tomadas porque alguém tem uma boa oratória. No entanto, a retórica é aceitável se não visar a consolidação de poder político. Dessa maneira, as decisões da visão comum foram tomadas por meio de ferramentas de manipulação de discurso como boa oratória racional, apelo afetivo e relacional e performances cênicas, mas tudo foi considerado aceitável porque foi feito pelo que representa a Cidade Livre (idem, p. 285).

Fica claro que os Encontros Comuns são regidos por algumas regras de engajamento como: retórica é aceitável se não for utilizada para acumular poder; porta-vozes são esperados, líderes

são desaprovados; e os facilitadores não precisam ser neutros, mas devem respeitar a decisão coletiva. Dessa maneira, é possível enfrentar os desafios da cooptação, má representatividade e da grande variedade de visões presente na comunidade (Thörn, 2011).

2.3.3 Rojava

Rojava, também conhecida como Curdistão do Oeste, é a parte norte do território sírio que, em meio a guerra civil síria e a conflitos com grupos extremistas – como o Estado Islâmico -, conquistou autonomia para se autogerir sem, no entanto, se declarar como um estado independente. Lá está sendo aplicado o sistema de confederalismo democrático teorizado pelo líder curdo Abdullah Öcalan, onde as decisões são tomadas da base ao topo em diferentes níveis por delegados escolhidos a partir do menor ponto, a comuna, além de combinar anti-liberalismo, sustentabilidade ecológica e propriedade moral comum com produção comunal e cultural. Essa iniciativa é o primeiro exercício revolucionário do século 21 em aplicar uma agenda confederada e municipalista por meio de democracia direta, de forma transparente e popular por meio das livres escolhas, debates, cooperativas econômicas e exercício da razão que são defendidos por milícias populares – YPG/YPJ, masculina e feminina - (“Authonomy Region Rojava,” n.d.). Há quem identifique essa estrutura como mecanismos de autodefesa do povo contra a ação do capitalismo, o patriarcado e o estado (Dirik, 2016).

A esse modelo foi dado o nome de Confederalismo Democrático, um sistema que parte da base e aplica seus princípios não só na governança, mas também na economia, educação e saúde (“Authonomy Region Rojava,” n.d.).

O Confederalismo Democrático é um modelo social de autogoverno que se opõe ao modelo do estado. Superar o estado e seus limites territoriais é um objetivo de longo prazo (TATORT Kurdistan, 2014). Neste sistema, a democracia é usada como ferramenta para garantir a vontade e autonomia da sociedade (Dirik, 2016). Para tornar isso possível, a comuna é utilizada como núcleo do sistema societário (TATORT Kurdistan, 2014). Entretanto, a teoria não determina de que forma as decisões devem ser tomadas – voto, busca de consenso. Todavia, favorece o discurso, o argumento e o compromisso sem obrigatoriedade de resultados (Simons, 2016)

O potencial do federalismo é subutilizado atualmente. A maioria dos países o utiliza de forma a acumular poder, controlar e dominar populações, o que é o oposto da definição histórica do conceito de minúsculas unidades de governo - cada vez mais subdivididas de forma a diluir a concentração de poder até eliminá-la - que agem em cooperação por acordos mútuos (Simons, 2016). Em Rojava, as comunas como centro político se unem até o nível do Cantão – seguindo o modelo Suíço – formados pela cooperação dos níveis inferiores (TATORT Kurdistan, 2014).

O conceito de autonomia democrática visualizado por Öcalan é muito similar ao proposto pelo pensador libertário Murray Bookchin como uma democracia radical e descentralizada sem estado-nação e em respeito ao meio ambiente e a igualdade entre gêneros, religiões e grupos étnicos (“Authonomy Region Rojava,” n.d.). Os sistemas são similares no aspecto mais crucial: o poder deve fluir da base de forma ascendente por meio de diversos níveis federativos. Para Bookchin, tudo começaria na assembleia de cidadãos e ascenderia aos bairros, cidades e confederação. Em Rojava, os níveis são a comuna, o bairro, o distrito e o cantão. Em ambos os casos, são formados por delegados enviados e não por representantes em uma legislatura. Os delegados – também chamados de co-presidentes – transmitem os anseios ao nível seguinte sem tomar iniciativa própria. Murray salientava a importância do poder – que não tem como ser eliminado – e precisa ser definido quem o detém. Em Rojava, esse poder permanece na base com o povo, com capacidade de retomá-lo (Biehl, 2014).

Mesmo antes da rebelião e do início da guerra na Síria em resistência ao regime de Bashar al-Assad, os curdos do Partido da União Democrática (PYD no original) de esquerda radical formaram, em conjunto com cidadãos e outros partidos, uma coalizão política chamada Movimento por uma Sociedade Democrática (TEV-DEM). Esse movimento estabeleceu os primeiros comitês de democracia direta e comunas baseadas nas ideias do Confederalismo Democrático para a maior parte da população da região (“Authonomy Region Rojava,” n.d.; TATORT Kurdistan, 2014).

As instituições do confederalismo democrático de Rojava coexistem com um governo central do Comitê Supremo Curdo, estabelecido em 12 de julho de 2012. Esse parlamento, resultado de eleições livres com supervisão internacional, é formado como uma estrutura paralela ao sistema de conselhos e constitui uma espécie de poder duplo transitório. É previsto que 40% dos assentos desse parlamento venham do TEV-DEM – conselhos *bottom-up* - e o resto de partidos políticos em uma mistura de democracia direta e representativa (Biehl, 2014; Gavroche, 2017; TATORT Kurdistan, 2014). Essa contradição na revolução traz o risco do poder central reprimir os movimentos de menor escala (Gavroche, 2017), mas talvez seja inevitável até certo ponto para alcançar um nível mais amplo – como os cantões (Dirik, 2016).

Em qualquer órgão social, administrativo, projetos econômicos e organizações da sociedade civil devem obedecer a uma cota de gênero de 40% e a liderança deve ser formada por co-presidentes, um homem e uma mulher (Tax, 2016). Em cada municipalidade, no entanto, em respeito a diversidade étnica, os três principais oficiais devem ser um curdo, um árabe e um assírio ou um cristão armênio, com pelo menos um dos três sendo uma mulher (“Authonomy Region Rojava,” n.d.).

A estrutura do sistema democrático direto parte da comuna, a menor unidade federativa, que é formada por, até, 300 pessoas (TATORT Kurdistan, 2014). É nelas que acontece a verdadeira vida política, onde problemas são debatidos e resolvidos, com execução rápida e sem burocracia (“Authonomy Region Rojava,” n.d.). Cada comuna orienta as instâncias superiores ao eleger dois co-presidentes – um masculino e um feminino, que também se tornam delegados daquela comuna ao próximo nível, que é o conselho popular do distrito, que pode englobar dezenas de comunas, mas em geral 20. O nível seguinte é o nível da cidade - uma cidade grande pode ter mais de um distrito. A partir desse nível, partidos políticos e organizações não governamentais podem ser eleitos como delegados, com cotas iguais para cada partido e ONGs. O mesmo acontece ao nível dos cantões que recebem os delegados das cidades. O cantão de Cizîre tem 12 cidades e o número de delegados é de acordo com a população. Qamislo é a maior cidade, portanto recebe mais delegados (eleitos nos conselhos populares). Em todos esses conselhos, independente da escala, vigora as regras de: cotas de gênero de 40%; decisões tomadas por consenso; todos têm direito ao mesmo tempo de fala; mandatos de delegados são revogáveis. Ao fim, uma estrutura como a de um parlamento, mas com laços preservados com os níveis mais baixos (idem).

Cada comuna possui comitês temáticos, como: Comitê das Mulheres, Comitê de Defesa; Comitê da Economia; Comitê Político; Comitê da Sociedade Civil; Comitê da Sociedade Livre; Comitê de Justiça; Comitê da Ideologia (ao nível da cidade, todos os comitês estão presentes, mas na comuna ou distrito pode haver só alguns). Esses comitês se repetem nos níveis superiores e se comunicam de forma a trazerem as necessidades locais numa escala maior de forma coordenada (“Authonomy Region Rojava,” n.d.). Entretanto, os assuntos só são repassados ao nível superior caso não possam ser resolvidos na base, ou sejam de interesses mais amplos do que o abrangido pela escala local. Os níveis superiores são também responsabilizados perante os inferiores e devem informar suas ações e decisões (Dirik, 2016).



Figura 1: Quadro resumo da estrutura do confederalismo democrático de Rojava. Fonte: Gavroche, 2017

Comuna vem da palavra latina *communia* que significa um grupo de pessoas vivendo uma vida comum ou partilhada (Simons, 2016). Em Rojava, as comunas são o centro da autogestão política e funcionam como estruturas que conectam a vizinhança (Tatort Kurdistan, 2014), onde as pessoas se reúnem semanalmente (“Authonomy Region Rojava,” n.d.) e participam de forma voluntária e livre (Dirik, 2016). Lá, as decisões buscam sempre que possível serem resolvidas por meio do consenso e sempre com respeito às cotas de 40% para cada gênero. Questões como direitos de propriedade privada e empreendedorismo dependem da vontade democrática das comunas, onde em vários casos os recursos e serviços importantes às necessidades básicas foram coletivizados (P2P Foundation).’

Apesar das dificuldades quanto ao contexto regional – guerra, embargos, culturas antigas, estruturas despóticas -, o Movimento pela Sociedade Democrática (TEV-DEM) tem atuado para difundir a cultura democrática e conseguido bons resultados. Além de um sistema de educação alternativa, a auto-organização tende a reproduzir uma sociedade consciente e mobilizada (Dirik, 2016) que se reúne de forma extremamente corriqueira, o que demonstra o quanto o processo está aprofundado na sociedade (Simons, 2016). Além disso, a autonomia das comunas permite que, caso um indivíduo esteja insatisfeito com as decisões tomadas localmente, possa sempre buscar uma assembleia que lhe apeteça mais (Simons, 2016).

Bookchin, a partir de estudos sobre os movimentos revolucionários, escreveu que não é possível fazer uma revolução a qualquer momento. A história tem que estar ao seu lado e, mesmo assim, nem sempre as pessoas estão suficientemente organizadas para tomar essa oportunidade quando ela aparece (Biehl, 2014). Rojava estava preparada para o momento certo e realizou uma revolução popular advinda de grande esforço. Torna-se importante, portanto, não apenas pelo experimento em democracia direta e igualitarismo econômico, mas porque a alternativa é terrível (Gavroche, 2017) e traz luz à esperança das capacidades humanas (“Authonomy Region Rojava,” n.d.).

2.4 Síntese do capítulo

Nesse capítulo, foi feita a introdução a temas macropolíticos relacionados à administração pública, como política, desenvolvimento sustentável, democracia, capitalismo e governança, além da introdução à formação das cidades e governos.

No segundo tópico foram elencados vários problemas que constituem desafios à boa governação municipal, como: desigualdade, segregação espacial, influência e cooptação do Estado pelas elites econômicas, corrupção e incapacidade de agentes públicos; especulação imobiliária; neoliberalismo; marketing e propaganda manipuladores; políticas do pensamento único (NHA ou *TINA*); utilitarismo; tecnocracia; rodoviarismo.

Por fim, foi realizada uma apresentação de modelos de autogestão governamental que fazem uso da democracia direta em diferentes escalas e contextos: Auroville (pequena cidade), Christiania (bairro urbano) e Rojava (nação).

No próximo capítulo, será estudada a cidade e o espaço público, as dimensões físicas onde as políticas e a governação são praticadas e têm efeito.

3.CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

Todo e qualquer sistema de governo se expressa espacialmente no território. Essa expressão pode se dar nos espaços livres e públicos ou mesmo nos edifícios estatais, em que a arquitetura da época se alinha com a política dos governantes para se expressar fisicamente aos olhos da população. As cidades, por outro lado, têm sua imagem formada ao longo de séculos e, por isso, não é a visão de apenas um governo ou período temporal que nela se encontra representada.

Esse capítulo abordará o conceito de cidade e espaço público, com início na sua formação e definição para, em seguida, tratar dos problemas que afetam a percepção e utilização do espaço público, especialmente os desenvolvidos ao longo do século XX. Por último, tratará aspectos e iniciativas que requalificam o interesse das pessoas em usufruir desse espaço que, espera-se, seja de uso livre e coletivo.

3.1 Histórico e caracterização do espaço público

Apesar da tendência à uniformização de um modelo de cidade contemporânea em tempos de globalização, as diversas cidades surgidas ao longo da história apresentaram muitas características que ora as assemelhavam, ora as distinguiam, seja por contextos locais, climáticos ou econômicos. Dessa maneira, tem sido muito difícil tentar criar uma “teoria urbana universal” (Walker, 2016, p. 177), mas nada impede que vários autores tenham dado diferentes visões e definições para o que entendem como cidade. Para Lefebvre, a cidade é a “projeção da sociedade sobre um local” (2001, p. 62), enquanto que para Goldberger (2001) é um lugar comum que nos apoia e nos lembra o significado de comunidade. Glaeser afirma que cidade é proximidade, densidade e aproximação entre pessoas e também empresas (2016, p. 6). O Fórum Social Mundial Policêntrico (2006, p. 4) cravou a definição de cidade como a de aglomerado urbano “que esteja organizado institucionalmente como unidade local de governo de caráter municipal ou metropolitano”.

Independente da definição, a origem das cidades teve lugar quando o ser humano largou a vida nômade dos caçadores-coletores e passou a estabelecer assentamentos coletivos. A partir daí, logo surgiram as primeiras cidades. Não tão organizadamente como nos dias de hoje, mas, à época já era possível perceber os elementos que compõem “a gramática da cidade” (Gehl, 2013, p. xi), como ruas, praças e largos, além das habitações. No entanto, “A origem da cidade desde então se confunde, portanto, com a origem do binômio diferenciação social / concentração do poder”. (Rolnik, 2012, p.22). Outros atores concordam com isso quando definem o papel fundamental das cidades como centros de produção e troca econômica (Scott & Storper como citado em Walker, 2016, p. 165) que acabam se acumulando em setores - castas, aristocracia, burguesia, elite estatal - que ostentam e demonstram essa riqueza e poder, atraindo mais pessoas que desejam por alcançar patamar semelhante (Walker, 2016, p. 168).

Para Richard Walker, “o ambiente construído é sempre uma afirmação de intenção, desejo, exaltação, desafio, celebração, dominação e mais” em “relações sociais de classe, conquista, raça e outras formas de poder” (Walker, 2016, p. 174, tradução autoral). A cidade sempre é, portanto, expressão da hierarquia social e relações de dominação existentes nas quais os ricos e poderosos deixam marcas físicas que demonstrem sua riqueza e poder e validem a ordem social vigente (ibidem, p. 173)

Para além das relações de poder esculpidas no espaço urbano, “a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história” (Rolnik, 2012, p. 9) que é constantemente escrito e lido, interpretado e reinterpretado por seus habitantes de acordo com cada momento temporal de uma sociedade (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 70). Por isso, “olhar para o patrimônio cultural e histórico de uma cidade é olhar para esse percurso” (Rodrigues, 2017, p. 209) que evolui e por vezes encontram sua maturidade – quando vibrantes – ou velhice – quando em decadência – ao passar das gerações que vão, cada uma, ter gravado sua versão desse texto em constante produção (Luca, 2008, pp. 145, 147).

Por não serem estáticos e estarem em constante evolução em resposta ao dinamismo da vida urbana, os espaços públicos arquetípicos – ruas, praças e parques – devem ser produzidos para servir de apoio às comunidades utilizadoras (San Francisco Planning, 2016, p. 3). Assim, as necessidades da vizinhança podem se alterar e isso deve refletir no ambiente físico, pois a mudança dentro de uma gestão flexível permite a qualificação desse (Heemann & Santiago, 2015, p. 67).

A importância da qualificação dos espaços públicos de uma cidade é que “os locais, as culturas e os anseios por detrás de quem vê a cidade, promovem modos diversos de as considerar que enriquecem a sua compreensão” (Fernandes & Sposito, 2013, p. 7). Há quem afirme que a cidade deve exprimir alegria (Piano, 2011) ou mesmo compare a cidade com uma residência, equivalendo o parque ao jardim e as ruas aos corredores (Cavalcanti, 2013, p. 43). Talvez, o mais importante é que se torna claro que as cidades são tanto o que não queremos, como o que queremos (Goldberger, 2001) e por isso devemos cuidar delas (Cavalcanti, 2013, p. 43) apesar de suas desordens, caos, misturas e complexidades, pois delas emana uma extraordinária energia criativa pública que afeta profundamente todos que nela residem (Goldberger, 2001).

Há, de fato, um impulso urbano à comunidade (Goldberger, 2001). Aceita-se que nunca se está só na cidade, faz-se parte de um coletivo (Rolnik, 2012, p. 20) que, por meio da sociabilidade, são construídas teias de relacionamento para “concretizar uma vida mais digna e feliz” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 12). Lefebvre afirma a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, do encontro das atividades produtoras e consumidoras (Lefebvre, 2001, p. 94).

O uso principal para consumo na cidade, de acordo com Lefebvre, é a festa (2001, p. 12). Diz-se que “uma boa cidade tem muitas semelhanças com uma boa festa: os convidados ficam porque se divertem” (Gehl, 2013, p. 147), especialmente os jovens (Guarnacia, 2015, p. 81) que buscam se encontrar em busca de nada mais do que o prazer e prestígio (Lefebvre, 2001, p. 12) do ambiente social. Por isso, os “espaços públicos bem sucedidos são aqueles onde as celebrações são realizadas, onde as trocas sociais e econômicas ocorrem, são pontos de encontro entre amigos” (Heemann & Santiago, 2015, p. 13) onde uma grande diversidade de pessoas se reúne para atividades sociais cheias de vida, surpresas, experiências e imprevisibilidade um palco da vida pública, na cidade como local de encontro (Gehl, 2013, pp. 22, 26; Heemann & Santiago, 2015, p. 13). Enquanto se caminha por esses espaços, pratica-se a comunhão entre pessoas (Gehl, 2013, p. 19), o contato cara a cara que produz confiança, generosidade e cooperação (Glaeser, 2016, p. 35).

A cidade é local de encontro da sociedade, onde, ao longo da história, ocorreram trocas democráticas, acordos, celebrações, socialização, expressões do poder e contra o poder, afinal, “a cidade não é só o palco das lutas, mas é também aquilo pelo que se luta” (Maricato et al., 2013, p. 69), por meio de atividades e atores que produzem a força colaborativa que é a principal razão da existência das cidades (Glaeser, 2016, p. 15).

A sustentabilidade social tem uma importante dimensão democrática nos espaços públicos (Gehl, 2013, p. 109) por ser onde ocorrem encontros, confrontos, conhecimentos e

reconhecimentos dos modos de viver e dos padrões que coexistem (Lefebvre, 2001, p. 22). Eles devem, portanto, ser abertos e de participação livre (Santana, 2016, p. 120) para que a democracia possa encontrar sua expressão física (Rogers & Gumuchdian, 2001, p. 152) que “configura a vontade e a opinião coletivas” (Santana, 2016, p. 23). Isso ocorre com maior visibilidade “durante as grandes manifestações civis, quando o espaço público deixa de ser apenas cenário de circulação do dia a dia para assumir o caráter de *civitas* por inteiro” (Rolnik, 2012, p. 26). Esses momentos não tomam forma sem que haja conflitos, tensões e embates (Santana, 2016, p. 143), mas é através deles que “a cidade impede os poderes de manipularem à sua vontade os cidadãos-indivíduos, grupos, corpos” (Lefebvre, 2001, p. 84).

A qualidade do espaço público, no entanto, se torna perceptível principalmente durante a vida cotidiana, nos encontros diários e ordinários entre cidadãos. Grande parte da população entende esses espaços como “lugares de propriedade pública ou de uso público, acessíveis e agradáveis para todos de forma gratuita e sem intenção de lucro”⁶. Há uma diferença importante a ser mencionada para o conceito de “lugar”. Lugar é “todo aquele espaço agradável que convida ao encontro de pessoas ou ao nosso próprio encontro. Ele estimula a permanecer e praticar alguma atividade” (Abbud, 2006, p. 24). Por outro lado, existe o não-lugar que é apenas “o espaço que une dois lugares. É sinônimo de passagem” (Ibidem, p. 25). Ruas, praças, parques e instalações públicas podem ser tanto um como o outro em momentos temporais distintos, mas para se tornarem lugares é preciso que, além dos aspectos físicos e estéticos, sejam espaços vívidos onde as funções venham antes da forma (Heemann & Santiago, 2015, p. 12). Que os rituais da vida cotidiana tomem lugar no espaço público (Lydon & Garcia, 2015, p. 61).

Um conceito que se relaciona profundamente com a qualidade dos espaços públicos é o da caminhabilidade, que condensa todas as características de uma boa vizinhança vista pelos olhos dos pedestres. (Lydon & Garcia, 2015, p. 109). Aspectos como o paisagismo e a presença de árvores são percebidos como importantes fatores para o alcance e o caráter das atividades ao ar livre às pessoas. A qualificação do microclima pode ser o diferencial ao uso de espaços públicos em dias muito frios ou muito quentes. Algo que também possui papel fundamental à atração humana são as vistas de atrações próximas ou distantes que enriquecem o espaço urbano (Gehl, 2013, pp. 21, 178 e 180).

Para quem está no espaço público, a vista que se tem da envolvente, ou seja, os espaços de transição entre o domínio público e o privado – fachadas, jardins, cercas, entradas - têm influência decisiva na vida urbana, pois por eles ocorrem as interações da vida dentro das edificações e ao ar livre (Gehl, 2013, p. 75). É fácil de reconhecer os locais com espaços de transição deficientes, pois neles a caminhada parece longa e pobre em termos de experiência (Ibidem, p. 77) e esvaziada em relação a utilizadores. Praças isoladas entre vias de tráfego intenso (Ibidem, p. 75) que produzem poluição sonora, visual e do ar ou mesmo um entorno de longos muros e vidraças espelhadas com poucas aberturas parecem pedir para seguir buscando um verdadeiro “lugar” (Ibidem, p. 81).

Quando os espaços públicos cumprem todos os requisitos de qualidade (boa estrutura física, espaços de transição humanizados e programação cultural/funcional), torna-se comum a ida de pessoas apenas para sentir a ambiência e ver o que se passa no cotidiano urbano. Para Gehl, “observar a vida na cidade é uma das mais importantes atrações urbanas. Ver gente é uma atividade universal que ocorre constantemente quando andamos, paramos ou nos sentamos” (2013, p. 148). O grande interesse no cenário citadino desenvolvido nesses espaços vem do fato que as cidades não são lineares. As conexões aleatórias, as surpresas e a impressão de infinitas possibilidades são o que as fazem funcionar (Lydon & Garcia, 2015, p. 77). “Imprevisibilidade e

⁶ <http://www.archdaily.com.br/br/787442/onu-alerta-sobre-a-diminuicao-dos-espacos-publicos-nas-cidades>

espontaneidade são palavras-chaves” (Gehl, 2013, p. 22) para a vivência indispensável à educação de qualquer pessoa no ambiente urbano (Cavalcanti, 2013, p. 66).

Faz-se importante ressaltar que não apenas os pedestres são utilizadores do espaço. Mesmo quem está em um automóvel ou transporte público, torna-se um utilizador indireto ao visualizar e observar a vida nesses espaços, mas os ciclistas, por sua vez, têm uma relação intermediária na percepção do meio urbano, que garante maior sensibilidade ao ambiente da cidade (Santana, 2016, p. 5) do que alguém em um veículo motorizado. O uso da bicicleta na cidade aproxima seus utilizadores dos espaços urbanos, pois passam esses a ter maior contato e a observar em maiores detalhes os espaços circundantes, a vida e as relações por onde passam (Santana, 2016, p. 49).

3.2 Espaço público e abandono

Neste subcapítulo serão trazidos aspectos que deterioram a vida cidadã no ambiente urbano. As características a serem desenvolvidas aqui tiveram, em sua maioria, origem no século XX, a partir do Movimento Moderno que trouxe uma nova concepção de produção de cidades. A partir daí, outros problemas surgiram, enquanto alguns já lá estavam há muito mais tempo (como a segregação socioespacial).

O movimento moderno surgiu nas primeiras décadas do século XX e em meados desse já havia se tornado a ideologia dominante em muitos campos, inclusive na arquitetura e no urbanismo. Embora tenha predominado por um período de apenas sessenta a setenta anos, fez com que a dimensão humana fosse seriamente negligenciada nesse período (Gehl, 2013, p. 198). Seus principais ideais davam baixa prioridade ao espaço público, aos pedestres e aos espaços urbanos como local de encontro (Ibidem, p. 3) de forma a desenvolver um cenário racional e simplificado por meio do aumento do tráfego de automóveis (Ibidem, p. 26), a separação de usos e a criação de edifícios autônomos (Ibidem, p. 3). Aos poucos, as forças de mercado e as tendências arquitetônicas focaram em edifícios cada vez mais isolados, autossuficientes e indiferentes (Idem) que resultaram em “cidades sem vida, esvaziadas de pessoas” (Idem).

Por todo o período do modernismo – e ainda presente em grande parte hoje -, “nem os urbanistas, nem os planejadores de tráfego colocaram o espaço urbano e a vida nas cidades no topo de suas agendas” (Gehl, 2013, p. XIV) e mesmo quando bem intencionados, pareciam não saber como lidar com a complexidade da vida em comunidade (James, Magee, Scerri, & Steger, 2015, p. 20). As consequências só foram reconhecidas muito tempo depois (Gehl, 2013, p. XIV).

A difusão de tecnologias permitiu a verticalização, que trouxe a figura dos arranha-céus e eliminou a limitação vertical imposta pela capacidade física dos habitantes, e a motorização. Isso permitiu o planejamento modernista realizar seu modelo de cidade com edifícios altos e a grandes distâncias com arquitetura voltada a quem se locomove em altas velocidades (Gehl, 2013, p. 56). Ao caminhar, poucas pessoas são encontradas e menos ainda são os detalhes que inspiram uma parada mais atenta (Ibidem, p. 53). As novas áreas urbanas concebidas dessa maneira consistem, normalmente, por agrupamentos de edifícios espetaculares – muito belos de se ver de fora e do alto, mas nem tanto de perto ao nível do solo – isolados, envolvidos por estacionamentos e grandes vias (Ibidem, pp. 56, 196). Cidades como Brasília – síntese do modernismo – e Dubai – embora com desenvolvimento posterior, bebe muito dos mesmos ideais – são “desertas e desestimulantes” (Ibidem, p. 89) a quem aceita o desafio de vivenciá-las sem meios de transporte motorizados.

O automóvel teve sua grande difusão durante o século XX, quando foi popularizado e tornado um sonho de consumo essencial a grande parte das famílias. Em muitos casos, era também uma necessidade, pois o “florescente tráfego de automóveis estava efetivamente espremendo o restante da vida urbana para fora do espaço urbano” (Gehl, 2013, p. 3) de forma que cada vez mais os planejadores de tráfego e políticos concentravam-se em dar espaço aos veículos e a estacionamentos (Ibidem, p. 91), o que tornou difícil a vida desprovida de um carro.

“Com a invasão dos carros, os pedestres foram empurrados, primeiro, contra as fachadas dos prédios e, depois, apertados em calçadas cada vez menores” (Gehl, 2013, p. 122). Cada vez mais, caminhar se tornava uma tarefa mais árdua. Por menor que seja a calçada, ela é sempre compartilhada com uma série de objetos de sinalização e orientação ao tráfego dos automóveis. São placas, semáforos, parquímetros, postes. Nada pode ficar no caminho do tráfego veicular, o carro tem total prioridade no espaço. Além dos objetos, as interrupções são várias, como desníveis e rampas que dão acesso à parte interna dos edifícios, desvios, carros estacionados em local proibido – e reservado aos pedestres – tornaram o caminhar mais difícil e muito menos atraente (Ibidem, pp. 91, 123) de tal forma que se adotou a irracionalidade das passagens elevadas e túneis subterrâneos. Além da insegurança que essas trazem – especialmente nos túneis escuros e desertos -, faz-se que as pessoas caminhem muito mais do que o necessário – também com rampas ou escadas – e demorem muito mais tempo para o simples ato de atravessar uma rua sem causar interrupções ao livre fluxo do trânsito. Poderiam ser os automóveis a passarem por esses desvios, mas o argumento econômico os favorece, em detrimento das pessoas a pé (Phoenix, 2014, p. 121). Apesar disso, muitas vezes pessoas se arriscam em atravessar fora dessas estruturas para poupar energia e tempo em uma rota mais natural (Gehl, 2013, p. 127), pois “os pedestres procuram o trajeto mais curto em vez de procurar o mais seguro” (Ibidem, p. 235).

Apesar dos esforços em garantir o fluxo livre ao trânsito – frequentemente em detrimento do fluxo pedonal -, percebe-se que “o número de automóveis particulares se multiplica em um ritmo tão frenético a ponto de torná-los praticamente inúteis para o deslocamento” (Guarnacia, 2015, p. 81). Não é raro que em horários de picos (cada vez mais estendidos) um carro se desloque pouco mais veloz que uma pessoa a pé – e bem mais devagar que um ciclista – nos centros urbanos. As intervenções parecem inúteis, pois “as tentativas de construir novas vias e áreas de estacionamento para aliviar a pressão do tráfego geraram mais trânsito e congestionamento” (Gehl, 2013, p. 9) devido ao fenômeno que se convencionou chamar de “demanda induzida”, que significa que a maior oferta de espaço aos automóveis logo será preenchida por novos automóveis, ou seja “construir vias adicionais é um convite direto à aquisição e ao uso de mais automóveis” (idem).

Quanto mais automóveis na cidade, menos espaço resta a qualquer atividade de interação humana, pois esses ocupam uma área enorme, tanto em movimento como quando parados. Um estacionamento – ou “depósito de propriedades privadas em solo público” (Guarnacia, 2015, p. 82) – é um não-lugar, um intervalo entre atividades (Phoenix, 2014, p. 96) que, caso seja para vinte ou trinta carros, “ocupa o mesmo espaço que uma boa praça urbana” (Gehl, 2013, p. 55). Dessa maneira, quanto mais voltadas ao uso dos carros (ou “carrocratas”) sejam as cidades, mais espaços elas tomarão, se estendendo ao horizonte – como Phoenix e Los Angeles nos EUA - devido ao espraiamento urbano que produz custos ambientais altíssimos (Glaeser, 2016, pp. 12-13). Cidades compactas, por outro lado, são propícias à modos alternativos ao transporte particular motorizado, como o transporte público, a bicicleta e a caminhada. Quando não optam por esses meios, sofrem igualmente com congestionamentos.

Apesar de que “provavelmente nunca haverá espaço suficiente para os carros” (Phoenix, 2014, p. 191) e da perda de oportunidades de encontro e autoexpressão entre pessoas, redução

da qualidade de vida e aumento da poluição sonora veicular (Gehl, 2013, pp. 151, 219), governantes continuam a serem eleitos com promessas de mais estradas, vias expressas e fluxo livre (Phoenix, 2014, p. 191).

A expansão descontrolada das cidades, dentro de um sistema capitalista que “mercantiliza seus espaços e transforma a qualidade de vida em um bem de elevado preço”, (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 4) cria núcleos urbanos de desejo. Neles, a qualidade de vida é alta e se concentram as ofertas de emprego. Fora deles, residem as pessoas que não possuem poder aquisitivo suficiente para lá estar, em locais muitas vezes entendidos como “áreas problemas – lugares a evitar, espaços dos ‘outros’, cujo endereço pode ser visto como pouco recomendável” (Fernandes & Sposito, 2013, p. 40). Grande parte da população – especialmente em países em desenvolvimento – residem nessas áreas, segregados de seus locais de trabalho, que estão concentrados nas ilhas de riqueza ou áreas nobres (Rolnik, 2012, p. 46). Por meio dessa divisão, a cidade se torna um território dividido, hierarquizado (Carvalho & Rodrigues, 2012, p. 19), onde a agenda urbana e o mercado atuam seletivamente quando há possibilidade de capitalização – política ou monetária (Fernandes & Sposito, 2013, p. 40) e que, mesmo quando com boas intenções, os melhoramentos em áreas necessitadas fazem delas palco de conflitos de interesses com classes mais altas (Santos, 1993, p. 113). Dessa maneira, a cidade se torna demarcada por cercas, fronteiras imaginárias onde cada qual conhece seu lugar e não se sente bem-vindo nos demais (Rolnik, 2012, pp. 4, 45). “A este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial” (Ibidem, p. 45).

A segregação tem efeitos perversos. Por meio dela, as pessoas são afastadas, laços são quebrados, a coletividade fica enfraquecida (Luca, 2008, p. 145) de forma que mesmo os protestos, as contestações e ações tendem a ser impedidas (Lefebvre, 2001, p. 123). Rogers & Gumuchdjan (2001, p. 153) afirmam que “estamos construindo cidades que segregam e brutalizam em vez de emancipar e civilizar”. Thörn et al. (2011, p. 294) ressalta que as demolições de espaços para uma nova população e construção de limites para controle de quem está dentro e fora é uma prática comum há milênios e, dessa forma, espaços conhecidos desaparecem quase que de repente (Rolnik, 2012, p. 68)

Por isso, “reconhecer que a discriminação molda o espaço urbano é um primeiro passo para produzir cidades mais amparadas pela justiça social” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 43). Na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, afirma-se que todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de qualquer gênero, como também devem ser preservadas a memória e a identidade cultural dos grupos (Fórum Social Mundial Policêntrico, 2006, p. 2).

Apesar da segregação, muitas pessoas continuam a se dirigir às cidades. A população mundial que preferiu – de certa forma - residir em cidades, ao invés do campo, já passou de 50%. No Brasil, em 2015, esse índice, de acordo com o IBGE era já de 84,72%⁷. As cidades se expandem rapidamente porque a densidade urbana traz alguma possibilidade de prosperidade e ascensão social, especialmente nos países mais pobres (Glaeser, 2016, p. 1). No Brasil, por exemplo, o processo de urbanização, intensamente associado com o da pobreza, se tornou generalizado a partir do terceiro terço do século XX (Santos, 1993 pp. 9-10). Em visões semelhantes, porém distintas, Edward Glaeser (2016, pp. 9-10) sugere que a atração de pessoas pobres às cidades é um indicador de força em que o mercado urbano funciona e as pessoas escolhem “o melhor lugar para serem pobres”. Já Milton Santos (1993, p. 9) considera que a cidade é um polo da pobreza com “força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas”.

⁷ Fonte: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/populacao-rural-e-urbana.html>

Quando as cidades são compactas, as distâncias da segregação e os tempos de deslocamento são reduzidos, mas quando permanecem desiguais e segregadas socioeconomicamente, não raro vemos a formação de favelas ou guetos bastante adensados e sem espaços públicos atraentes devido à sua intensa ocupação (Gehl, 2013, p. 68). “Cidades vivas requerem estrutura urbana compacta, densidade populacional razoável, distâncias aceitáveis para serem percorridas a pé ou de bicicleta e espaço urbano de boa qualidade” (Ibidem, p. 69).

Há, todavia, fatores que afastam as pessoas dos espaços públicos e da convivência cidadã. O mais relevante de causa humana talvez seja a insegurança advinda, principalmente, da violência criminal. Em entrevista, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz conta a relação do índice de homicídios por 100.000 habitantes com a vivência social. Para ele, “os homicídios impactam a população, nas idas e vindas da cidadania, no enfrentamento da realidade” (Azevedo, 2018). O investigador conta que de 0 a 2 homicídios por 100.000 habitantes é a taxa civilizada que, até uma taxa de 5/100.000, reflete confiança nos cidadãos, que não temem a violência ao sair à rua. De 5 a 10 começa a aparecer o temor, o medo de estar fora de casa com processos de autolimitação à vida exterior. Acima de 10 cria-se um ambiente de psicose sobre a violência que evita sair de casa e só o faz a lugares bem específicos, iluminados e vigiados (Idem). Enquanto em Portugal esse índice foi de 0,97 em 2015⁸, no Brasil, no mesmo ano, foi de 28,9, sendo que a taxa de homicídios em 1980 era de 13,9 (Maricato et al., 2013, p. 21). Levando em conta que é uma média nacional, há cidades com valores bastante superiores. Fortaleza foi a capital com o maior índice, 66,6 (Cerqueira et al., 2017).

É importante, portanto, reconhecer que há fatos que afetam a convivência cidadã e produzem intranquilidade e insegurança. Conflitos violentos são o principal, mas aspectos físicos como presença de lixo nas ruas, iluminação precária, espaços deteriorados, barulho e apropriação do espaço público também têm responsabilidade (Cavalcanti, 2013, p. 144). Gehl acrescenta ainda as ruas sem vida, edificações monofuncionais de pouca atividade, fachadas escuras, passagens desertas e excesso de arbustos como ingredientes da receita perfeita para um ambiente urbano inseguro (Gehl, 2013, p. 101). Esses fatores afastam as pessoas da vida urbana, pois “sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano” (Ibidem, p. 91). Contraditoriamente, “a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada” (Idem). Roberto Montezuma diz que “quando você vai para a rua, você passa a ser a garantia do outro cidadão. A presença de um é a segurança do outro” (Cavalcanti, 2013, p. 70). Tonucci (1996, p. 32 como citado em Santana, 2016, p. 23) diz que fechar-se em casa significa abandonar a cidade e a cidade abandonada se torna todavia mais perigosa, agressiva, inumana. Se as pessoas se motivassem a abandonar o isolamento para ocupar melhor a cidade, muitos problemas de insegurança e aversão ao espaço público seriam reduzidos ou evitados (Santana, 2016, p. 24). Dessa maneira, “ser capaz de caminhar com segurança no espaço da cidade é um pré-requisito para criar cidades funcionais e convidativas para as pessoas” (Gehl, 2013, p. 97), pois só o movimento da vida cidadã torna interessante e significativo permanecer na área pública (Ibidem, p. 83).

⁸ <https://www.datosmacro.com/demografia/homicidios/portugal>



Figura 2: A violência urbana incentiva o abandono do espaço público, por vezes de maneira explícita. Fonte: O Povo⁹, 2017

Há uma outra face da segregação socioespacial que afeta principalmente a classe média alta e tem como motivo principal uma tentativa de evitar a violência urbana. Com o Estado incapaz de garantir a segurança, as ruas se tornam terra de ninguém (Delicato, 2007, p. 6) – ou do crime organizado (figura 2) - e “imperam uma política de paranoia concreta” (Maricato et al., 2013, p. 68). Os espaços públicos passam então a ser vistos como “zonas proibidas” (Caldeira, 2000 como citado em Delicato, 2007, p. 6) e os que têm condições financeiras, contratam seguranças particulares e transformam suas moradias em fortalezas protegidas ou optam pela residência em condomínios fechados, isolados da cidade pública entre os seus iguais (Delicato, 2007, pp. 1, 6). Seria difícil dizer quem está sitiado, não fosse o fato de que as mortes por homicídio no Brasil são econômico, étnicas e espacialmente seletivas (Maricato et al., 2013, p. 68). A figura 3 traz uma mensagem transmitida pelo aplicativo Whatsapp que serve de exemplo da paranoia causada pela insegurança e que leva ao isolamento voluntário.

Nos espaços dos condomínios fechados ocorrem verdadeiras privatizações do espaço público em que várias ruas residenciais têm o acesso restrito aos moradores daquela comunidade murada, guardada e isolada (Goldberger, 2001). O espaço se torna um simulacro idealizado de um estilo de vida com ruas tranquilas e seguras, mas de forma artificial, controlada e planejada para a felicidade desse grupo de pessoas (Delicato, 2007, p. 2). Os estranhos a esse grupo só entram após permissão e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns (Ibidem, p. 1), mesmo porque geralmente lá estão a trabalho. Dessa maneira, esses espaços existem para excluir, enquanto a cidade tradicional existe para incluir, ou ao menos tem o efeito da inclusão (Goldberger, 2001).

⁹ <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/07/onde-as-faccoes-determinam-como-entrar-ou-sair.html>

- 1- Nada de bares ou lanchonetes em locais abertos.
- 2- Não sair de casa após dez da noite.
- 3- Transitar somente por vias movimentadas. Evite atalhos.
- 4- Nada de ir à farmácias. Ligue e peça.
- 5- Tá com fome? iFood.
- 6- Passeios somente em Shoppings.
- 7- Casa de praia sem segurança privada e armada, nem pensar.
- 8- Quando dirigir e parar em um sinal, mantenha distância do veículo da frente, para que você possa ver os pneus traseiros. Isso dá para manobrar e sair se for preciso.
- 9- Não pare na faixa da esquerda em sinais, pois o acesso ao motorista vem pelo canteiro central. De preferência, pare na faixa do meio.
- 10- Mantenha distância de duplas, em motocicletas.
- 11- Nunca parem para falar no WhatsApp dentro dos veículos.
- 12- Se forem buscar alguém em algum lugar, não fiquem parados esperando. Fique dando voltas até o passageiro chegar.
- 13- Quem mora em casa, dê várias voltas antes de entrar com o carro na garagem. Ao sair de casa, olhe atentamente se não tem ninguém na rua. De preferência, pelas câmeras de TV ou no celular.
- 14- Quem mora em casa, não esquecer de instalar cerca elétrica, sensores, câmeras e ter cães de guarda. O melhor mesmo é se mudar para um condomínio fechado ou apartamento.
- 15- Quem tiver condições de comprar um carro blindado, compre!
- 16- Sempre suspeitar de tudo e de todos.
- 17- Ter uma postura defensiva e estar sempre atento.
- 18- Quando for se dirigir ao veículo estacionado, nunca vá diretamente à ele. Observar todo ambiente em volta e se estiver tudo tranquilo, entrar e sair rápido.
- 19- Se tiver que ir a algum ambiente público como padarias, restaurantes ou bares, dê preferência aos que têm segurança armada. Vigias com cacete e apito não servem mais.
- 20- Nunca ir a caixas eletrônicos à noite, nem no Fim de semana e nem em lugares desertos. Dê preferência aos shoppings.
- 21- Ao abastecer o veículo, desembarque e mantenha uma postura atenta.
- 22- Nada de conversas em frente de casa na calçada. Esse tempo já passou!
- 23- Mais Importante: Se for surpreendido, NUNCA REAJA!!

Repassem para seus Familiares e Amigos.

Figura 3: Corrente repassada em redes sociais traz “dicas de sobrevivência” e explicita a paranoia percebida pela classe alta ou média-alta. Nota-se a ausência de situações cotidianas de classes sociais mais baixas, como caminhar, pedalar e fazer uso do transpor

3.3 A reconquista do espaço público.

Apesar de tantos problemas e dificuldades, as últimas décadas têm sido especialmente interessantes quanto à requalificação do espaço público. Novas correntes de pensamentos pós-modernistas tendem a retomar o foco do planejamento urbano para as pessoas e a vida urbana não motorizada. É o caso do Novo Urbanismo que sistematizou várias dessas ideias em uma carta, tal como o planejamento urbano moderno havia feito décadas antes por meio da Carta de Atenas. Além disso, com cidadãos interessados no bem comum e mais conectados (devido às redes sociais virtuais), muitas iniciativas têm surgido e proliferam melhor quando têm as instituições públicas ao seu lado para união e potencialização dos esforços (Sobral, 2017, p. 9).

Em 2001, o Congresso para o Novo Urbanismo, publicou a Carta do Novo Urbanismo. Nela, reconheceram como desafios ao futuro urbano o espraiamento urbano, a segregação socioespacial, a degradação ambiental e a erosão do patrimônio edificado. Por isso, apoiaram a restauração das cidades e centros urbanos e a preservação do patrimônio natural e cultural por meio de políticas públicas reestruturadas que garantem a diversidade de usos, a caminhabilidade, a acessibilidade espacial e a valorização das práticas autóctones. Deixaram claro, no entanto, que soluções físicas não resolvem por si só os problemas socioeconômicos, mas uma estrutura física equilibrada apoia as soluções. Por fim, declaram que estavam representadas nessa carta os pensamentos de uma ampla base cidadã - formada por líderes dos setores público e privado, ativistas comunitários e diversos profissionais - empenhada na cocriação e participação pública cidadã para a recuperação dos espaços urbanos públicos e também particulares (Congress for the New Urbanism, 2001).

O Novo Urbanismo repudiou o caráter anti-histórico e a perspectiva dos edifícios autônomos e isolados sem qualificação dos espaços públicos do modernismo (Lydon & Garcia 2015, p. 68). Agora, de modo geral, “se aceita que a vida na cidade e a consideração pelas pessoas no espaço urbano devem ter um papel-chave no planejamento urbano e de áreas edificadas” (Gehl, 2013, p. XIV). Tornou-se urgente garantir a acessibilidade, a caminhabilidade e ambientes públicos qualificados, bem como o reforço da função social do espaço urbano como lugares que contribuem à sustentabilidade social e à sociedade democrática (Ibidem, pp. XI, 6). Bairros bem planejados inspiram, enquanto seu oposto brutaliza os cidadãos, pois “nós moldamos as cidades e elas nos moldam” (Ibidem, p. XI). Souza (2015, p. 144) considera que o movimento tenta compatibilizar o desenvolvimento urbano, no sentido capitalista, com humanização do espaço e valores comunitários, sintetizados de forma antimodernista e pragmaticamente mercadofila.

É preciso garantir “como objetivo-chave para o futuro, um maior foco sobre as necessidades das pessoas que utilizam as cidades” (Gehl, 2013, p. 6) e muito dessas passa por meio de garantir a urbanidade e a caminhabilidade, já que “Há mais no caminhar do que simplesmente andar” (Ibidem, p. 120). Uma cidade que convida seus moradores a caminhar deve ter espaços públicos atraentes, distâncias curtas entre pontos de interesse e grande variedade de atividades funcionais durante o dia e, sempre que possível, à noite. Tudo isso garante sensação de segurança pelo incremento dos “olhos nas ruas” (Gehl, 2013, pp. 6, 120, 133).

Paralelamente ao desenvolvimento do Novo Urbanismo e o renascimento da vida urbana, a rede mundial de computadores também se popularizou e se difundiu a partir da década de 1990 (Gehl, 2013, p. 26). No entanto, por vezes foi colocada o questionamento se as redes sociais e os encontros virtuais substituiriam seus equivalentes físicos. Na verdade, precisamos de ambos (idem), pois a cidade não é o oposto da Internet, mas seu semelhante. Nela ocorrem também as conexões aleatórias, os encontros por acaso que fazem seu encanto e força (Goldberger, 2001).

Há quem diga que enquanto os contatos virtuais são seletivos, dentro de bolhas sociais e grupos de interesse, “a cidade confronta pensamentos distintos, sendo por isso um lugar privilegiado para a troca de experiências e de evolução de perspectivas” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 46). Para os urbanistas, isso significa que o ambiente físico do urbanismo compacto permite que a conectividade radical entre as pessoas prospere. A união do digital com a cidade tradicional é uma surpresa aos que haviam feito previsões negativas quanto o futuro dos espaços públicos (Lydon & Garcia, 2015, p. 76) e é por isso que precisamos das cidades, para manifestar nossas ideias de comunidade (Goldberger, 2001).

Embora ainda haja cidades sendo construídas de forma fragmentada, com paisagem fria e indiferente (Gehl, 2013, p. 167), muitos foram os que concluíram ao redor do mundo que, apesar das diferenças climáticas, culturais e socioeconômicas, melhorar as condições para as pessoas nos espaços públicos reflete no aumento de seu uso, de sua vitalidade, mesmo se feitas intervenções pequenas, mas eficazes (Ibidem, pp. 16, 17, 73).

“Pouco a pouco, diversas cidades ao redor do mundo vêm reconquistando seus espaços públicos” (Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010, p. 16) por meio de melhores calçadas, ciclovias, equipamentos e boa iluminação noturna, de forma a resgatar a potencialidade de local de encontro, contato interpessoal e vivências para o lazer urbano (Santana, 2016, p. 151). Ao reforçar a vida na cidade e a permanência das pessoas nos espaços públicos, ocorre o aumento da segurança, real e percebida por causa dos diversos olhares que recaem uns sobre os outros (Gehl, 2013, p. 99).

É interessante perceber que, enquanto as classes mais abastadas – em sociedades desiguais – são as primeiras a evitar o espaço público por se sentirem inseguras, os bairros mais populares muitas vezes apresentam uma vida urbana mais pulsante e ativa. As ruas são locais de encontro, as crianças brincam, pessoas conversam nas calçadas em um verdadeiro lugar de sociabilidade (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 32).

A Colômbia, apesar de ter vivenciado um período de extrema violência urbana e ainda apresentar grandes índices de pobreza e desigualdade em meados dos anos 1990, realizou grandes transformações em seus espaços públicos e na cultura cidadã, em Bogotá e Medellín. Lá, houve o lema “as melhores obras para os mais pobres” (Cavalcanti, 2013, p. 73), com recursos, iniciativas sociais e equipamentos de qualidade direcionados às áreas mais carentes da cidade (Ibidem, pp. 73, 140), que é onde mais impacto produz as intervenções no espaço ao ar livre (Gehl, 2013, p. 217). Foram melhoradas as condições para pedestres e ciclistas (Ibidem, p. 222) e a conscientização cidadã alcançou tal nível que grande parte das pessoas tinha um conceito sobre a cidade, o papel da prefeitura e de si próprio (Cavalcanti, 2013, p. 34).

No outro lado do oceano Atlântico e no hemisfério norte, as cidades europeias não foram tão afetadas pelo planejamento modernista e motorização como foram as cidades do continente americano. Com centros tradicionais fortes, no entanto, a invasão motorizada prejudicou em muito seu usufruto. Para combater isso, houve um grande desenvolvimento do uso da bicicleta e da caminhabilidade – em especial na Alemanha, Holanda e em países escandinavos. Com essa nova condição, os ciclistas deixam de ser apenas os bravos entusiastas que desafiam a morte para se tornarem um grupo mais amplo da sociedade (Gehl, 2013, p. 189).

Na Dinamarca, “Stroget, a rua mais tradicional de Copenhague, foi transformada em um grande calçadão já em 1962” (Gehl, 2013, p. 13). Houve ceticismo e críticas à utilização por estarem em um país frio, mas em apenas um ano bons resultados foram observados – 35% mais pedestres. Consequentemente, outras ruas foram convertidas para uso pedonal e ciclístico, e estacionamentos públicos foram sendo transformados em novas praças (Idem). As últimas

propostas vêm no sentido de formação de ruas compartilhadas, onde o pedestre tem absoluta prioridade (Ibidem, p. 234).

Em vários lugares do mundo, uma tipologia diferente que surgiu foi a dos *pocket parks*, que são pequenos espaços urbanos abertos com tipologia variável a depender das demandas da vizinhança e podem ser fruto de “parceria público privada, através de instituições, associações vicinais, empresas – assumindo a responsabilidade de gestão e manutenção, e por vezes até de projeto e execução” (Noah, 2014, p. 45 como citado em Santana, 2016, p. 30). Essas novas tipologias permitem mais facilmente a ativação dos espaços comunitários com atividades locais e de pequena escala (San Francisco Planning, 2016, p. 5), enquanto ampliam “as possibilidades de convivência entre as pessoas e estimulam a apropriação do meio urbano” (Santana, 2016, p. 27).

Embora as parcerias público privadas (PPP) sejam bem difundidas em vários países, há quem estude e defenda as parcerias público sociais (PPS), mais focadas na sociedade civil – e não em empresas – e sua relação com o poder público através de participação, cocriação e gestão compartilhada do público e comum (Sobral, 2017, p. 2). Esse tipo de parceria costuma acontecer após processos de reivindicação popular e autogestão e que, posteriormente, alcançam a institucionalização com o Estado. Nada impede, no entanto, que sejam exclusivos da sociedade civil (e informais perante os olhos estatais). Como PPP ou PPS, há vários exemplos que regulamentações para manutenção de espaços públicos¹⁰.

3.4 Síntese do capítulo.

Este capítulo teve início com a apresentação de vários entendimentos sobre o conceito da cidade, como: a expressão física de uma comunidade; expressão da ordem social e de suas lutas; cidade como registro histórico constantemente reescrito; a cidade festa, dos encontros, celebrações e rituais que transformam espaços em lugares. Além disso, foram analisados alguns aspectos relacionados à qualidade do espaço público e sua relação com pedestres e ciclistas.

Em seguida, foram tratados problemas impeditivos ao bom uso do espaço urbano. Inicialmente, o planejamento modernista constituiu um desses porque seus conceitos de cidade-máquina e zoneamento propiciam a segregação espacial e o rodoviarismo. Esse último, na busca de sempre oferecer mais espaço aos automóveis, elimina o espaço das pessoas, dos encontros. A violência, a falta de cuidado e manutenção com os espaços também afasta potenciais utilizadores. O medo gerado principalmente em comunidades socioeconomicamente desiguais acarreta o isolamento voluntário dos que podem pagar pelo encastelamento.

Por último, foi falado de iniciativas e novos pensamentos voltados à qualificação dos espaços públicos. O Novo Urbanismo, as redes sociais virtuais e novos conceitos como “parques de bolso” e “parcerias público-sociais” (em contraponto às parcerias público-privadas) são bons exemplos de iniciativas para esse fim. Foram mencionados também casos internacionalmente reconhecidos de cidades que requalificaram seus espaços, como Copenhague, Bogotá e Medellín.

Este capítulo se encerra para que seja discutido de que maneira a população pode participar (por promoção da atuação da administração pública) na construção da cidade.

¹⁰ <https://bit.ly/2LK6nUD> – Fortaleza, Brasil; <https://bit.ly/2sVobE8> - São Paulo, Brasil; <https://bit.ly/2cnQn8I> - Madrid, Espanha; <https://bit.ly/1fpyUe5> – Bolonha, Itália. Acessos em maio de 2018.

4. PARTICIPAÇÃO POPULAR

Após tratar sobre a governação à escala local e a cidade e seus espaços públicos, este capítulo versará sobre como os cidadãos podem contribuir no planeamento e execução das mudanças que dizem respeito a todos.

Este capítulo traz comparativos entre a democracia representativa e formas mais autonomistas do exercício democrático (democracia participativa/deliberativa/direta) com reflexão sobre os conceitos de cidadania, direito à cidade e aprofundamento sobre as características, os palcos, os desafios, os instrumentos e a escala das possíveis formas de participação popular nas definições do futuro político coletivo.

4.1 A participação no processo democrático

Embora a maior parte dos países no mundo tenham governos democráticos, suas democracias são representativas, onde o “governo do povo” é exercido por meio de representantes políticos eleitos para agir no interesse dos cidadãos por determinados períodos temporais. A participação, para os apoiadores dessa estrutura, deve servir para informar os decisores ou legitimar suas decisões (Mota, 2013, p. 176). Esse método democrático traz uma participação mitigada, de uma forma elitista que (propositalmente) não leva em conta a diferença de poder e de expressão dos diferentes grupos (Idem).

O sistema democrático representativo está em crise em diversos lugares do mundo. Casos de corrupção, desconectividade com as bases populares e falta de legitimidade têm contribuído para esse cenário. Conflitos internos às estruturas governamentais também são comuns com tensões entre as visões de políticos profissionais e do corpo técnico estatal. No entanto, os dois representam um tipo de tecnocracia, a primazia dos *experts* (Souza, 2015, p. 340) em que, junto com intransparência e falta de prestação de contas com a sociedade produz o entendimento da democracia representativa como, na verdade, uma *oligarquia liberal* (Castoriadis, 1999, como citado em Souza, 2015, p. 327).

Perante a ausência de intervenção e regulação cívica, o poder manipula as informações de forma a defender interesses e privilégios ocultos (Flyvbjerg, 1998, como citado em Mota, 2013, p. 178) de uma classe política que não se conhece muito bem e que recebe imensos poderes em troca de vagas promessas (Souza, 2015, p. 327). Por isso, o crescente desencanto e descontentamento com a representação têm feito surgir reflexões sobre a natureza da democracia e do processo de decisão e o interesse da participação dos cidadãos em matérias de interesse coletivo (Mota, 2013, pp. 171, 223). Reconhece-se que há um déficit de democracia participativa que precisa ser resolvido (Maricato et al., 2013, p. 100) e, para isso, doses de democracia direta têm sido aplicadas para tentar corrigir as distorções do sistema representativo (Souza, 2015, p. 325) por meio de instrumentos democráticos de participação, gestão e fiscalização dos gestores públicos (Barbacovi, 2015, p. 31)

“Participar, no sentido essencial de *exercer a autonomia*, é a alma mesma de um planeamento e de uma gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo *democrático(a)*” (Souza, 2015, p. 335). Assim, o conceito de participação se relaciona com o envolvimento, a informação, a consulta e o engajamento cívico como forma de aprofundar os processos democráticos, reforçar a legitimidade política e corresponsabilizar os atores para melhorar tanto a ambiência espacial como política (Mota, 2013, p. 179; Healey, como citada por Mota, 2013, p. 179).

A democracia deliberativa baseia-se na confiança e nos acordos entre diferentes atores através da criação de condições de diálogo aberto e verdadeiro, discussão colaborativa e fluxos de informações bidirecionais entre executivos e cidadãos que não incubem a outros advogar por si e tomam parte de forma cívica e autodeterminada na formulação de decisões que afetam suas vidas (Mota, 2013, pp. 173, 176; Mirafteb, 2016, p. 368).

A participação na deliberação é, provavelmente, uma das características mais importantes da democracia. Mannheim (1940, como citado por Mota, 2013, p. 221) refere a existência de quatro estruturas sociais de acordo com a participação e a centralização do papel do Estado, sendo a ditadura, com baixa participação e elevada centralização, a anarquia, com alta participação e baixa centralização, a anomia, com ambas baixas e a democracia, com ambas elevadas. Na democracia ateniense, por exemplo, as decisões não rotineiras eram tomadas coletivamente por todos os cidadãos (categoria que excluía mulheres, escravos, dentre outros) em assembleias denominadas de *Ecclesias* (Souza, 2015, p. 324). Lá, o papel de gestão de atividades rotineiras ou tarefas específicas era delegado a outros cidadãos em mandatos imperativos, que não têm independência para decidir livremente como fazem os representantes eleitos da democracia representativa. Entretanto, muitos são os que se dedicam a buscar críticas a esse sistema ao dizer que é inviável que todos tenham o direito de participar e que as decisões não seriam eficazes e eficientes por serem tomadas por não-técnicos (Ibidem, p. 325). “Na realidade, a democracia direta só parece inexecutável àqueles que resistem em aceitar a ideia de que uma alternativa deve ser seriamente considerada” (Ibidem, p. 328).

4.2 Cidadania e gestão democrática

A cidade e o espaço público, enquanto lugar de encontros, conflitos, festas, celebrações e interações diversas, estão profundamente ligados com a noção de participação e cidadania, por sua vez entendida como “a participação dum indivíduo numa comunidade, à qualidade de ser membro dela” (Barbalet, 1998, como citado por Mota, 2013, p. 177). Por isso, “a cultura urbana é fundamentalmente participativa e ela se manifesta em atividades que ocorrem apenas os ambientes densos e interativos da cidade” (Rogers & Gumuchdjan, 2001, p. 151).

Exercer a cidadania implica na existência de cidadãos reivindicativos ansiosos a construir coletivamente a sociedade e o território por meio de direitos e deveres para poder participar ativamente, deliberar e expressar sua opinião em contextos estatais permissivos e interessados (Mota, 2013, pp. 177, 178). A participação, então, mesmo que submissa a regras e regulamentos (Rolnik, 2012, p. 23), reforça a cidadania com chances de maior integração da sociedade e minimização da exclusão dos desprivilegiados (Souza, 2015, pp. 335, 390).

A cidadania reflete-se na visão que alguém possui para sua cidade, nos aspectos que lhe dizem e não lhe dizem respeito. Para isso, um cidadão desenvolve empatia e tem de ser altruísta (Rodrigues, 2017, p. 218). Essa atitude combate a ganância excessiva e o egoísmo e reforça as virtudes cívicas do sacrifício compartilhado em prol do bem comum e de uma sociedade justa e unida (Sandel, 2014, pp. 16, 325).

Além da ganância, a desigualdade socioeconômica é um fator que atrapalha o exercício da cidadania democrática, pois “vale destacar que o sujeito, antes de se voltar para a vida política de sua cidade, precisa ter acesso às bases de sua sobrevivência: uma casa, um emprego, condições adequadas de saúde, educação, etc.” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 48) e somente após a conquista do básico, podem adquirir o status de partícipes do processo cívico (Ibidem, p. 53). Quanto maior o fosso entre ricos e pobres, mais a solidariedade que a cidadania democrática requer fica enfraquecida (Sandel, 2014, p. 327) e buscam-se privilégios ao invés de direitos

(Santos, 1993, p. 109). No entanto, os violentos contrastes e conflitos entre poderosos e oprimidos não impedem o apego à cidade e a luta de classes, nem a contribuição ativa à cidade. O “contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentido de pertencer” (Lefebvre, 2001, p. 13).

4.3 Direito à Cidade

A ideia do Direito à Cidade foi formulada primeiramente pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu livro *Le droit à la ville* de 1968. Nessa obra, o autor trouxe a ideia de um direito não sistematizado à vida urbana, de forma abrangente aos outros direitos e que inclui os direitos à participação na obra (construção da cidade) e à apropriação (Lefebvre, 2001, pp. 117, 134). Lefebvre também trata na obra de como os esforços e reivindicações revolucionárias no território podem ser convertidos em ganhos sociais e políticos (Thörn et al, 2011, p. 298)

Em várias obras posteriores, o conceito de direito à cidade foi interpretado, aprofundado e disseminado por diversos autores. David Harvey comenta que é muito mais que o acesso ao que já existe, “é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (Maricato et al., 2013, p. 28). Carvalho & Rodrigues (2016, pp. 3, 51) contam que enquanto esse direito permite às pessoas se instalarem devidamente na cidade e ter acesso à sua estrutura, não se restringe a isso, pois permite que cada indivíduo seja também um idealizador de sua própria cidade, manifestada através da vontade coletiva. Barbacovi (2015, p. 26) cita a urgência do direito à cidade ser garantido a toda a população, incluindo os grupos marginalizados, de forma a garantir o controle democrático sobre a produção e utilização do excedente.

Carvalho & Rodrigues (2016, p. 47) comentam que o direito à cidade possui três dimensões distintas, mas complementares: o direito a permanecer na cidade, de usufruto pleno da vida urbana e o direito à participação política do desenho futuro urbano. O Fórum Social Mundial Policêntrico (2006, p. 3) reconheceu o território das cidades como espaço e lugar de exercício e cumprimento de direitos coletivos de forma equitativa, universal, justa, democrática e sustentável e confirmou o direito à cidade como interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluso os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Mesmo sem apresentar fórmulas prontas, “as obras que tratam do Direito à Cidade são verdadeiros atos de convocação dos cidadãos, para que estes exerçam sua parcela de poder político e remodelem a cidade conforme suas expectativas” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 71).

O conteúdo do direito à cidade “nasceu dos diversos movimentos populares de democratização da cidade” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 47) que pressionam por transformações sociais e participação política (Barbacovi, 2015, p. 115) nos contextos de “agudização dos conflitos urbanos decorrentes da implementação deste projeto excludente de cidade” (Pinheiro, 2018, p. 285). Por isso, é dito que “o direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político” (Maricato et al., 2013, p. 34). Assim, muitos grupos têm surgido no mundo com o desejo de usar e cuidar do que é público (Sobral, 2017, p. 2) por meio do esforço coletivo e das solidariedades sociais (Maricato et al., 2013, p. 32) em contraposição a ideia de cidadãos como meros consumidores sem capacidade de tomar decisões (Stewart, 1995, p. 74, como citado em Taylor, 2007, p. 302).

Lefebvre concebeu o direito à cidade “como um reconhecimento de que a cidade pertence a todos os seus habitantes, e deve ser criada e remodelada de acordo com suas necessidades e interesses” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 71). Por isso, “o direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer

estejamos cientes disso ou não” (Maricato et al., 2013, p. 31). Entretanto, substituir a mercantilização do espaço “pela ótica humanizadora do Direito à Cidade acaba por levantar muitas resistências” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 27).

4.4 Características da participação popular

Os esforços pela participação popular partem, normalmente, da mesma premissa. Pessoas desprovidas de direitos querem alcançar poder suficiente para tornar as instituições mais responsivas a seus desejos e necessidades (Arnstein, 1969, p. 3). No entanto, fazer com que todos os atores urbanos cooperem é certamente um desafio (Sobral, 2017), por isso várias formas de participação política têm surgido. É possível dividi-las em duas categorias: *top-down* (de cima para baixo ou descendente) e *bottom-up* (de baixo para cima ou ascendente). No primeiro modelo, as decisões são tomadas por autoridades/representantes de forma centralizada e implementadas localmente, enquanto que no segundo, as decisões e suas implementações devem vir de instâncias mais próximas e interativas à população, por meio de amplos processos de negociação entre poder público e cidadãos. O termo *bottom-up* também faz referência a ações cívicas produzidas à escala local (Ibidem, p. 7).

Em contextos permissivos à participação popular (por iniciativa própria ou após conflitos), o poder público tem responsabilidade crescente na interatividade desse processo (Santana, 2016, p. 153). Essa abertura permite que a sociedade civil – evidenciado a importância do associativismo local e dos movimentos sociais nestes processos (Idem) – se conscientize dos problemas urbanos e torne, cada vez mais, a cidade um reflexo de suas perspectivas (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 71).

Considera-se atualmente que no atual contexto de globalização e sistemas complexos de governança, é impossível governar sem a cooperação de outros atores (Taylor, 2007, p. 297). Novos espaços foram abertos e deram oportunidades a atores que eram, no passado, excluídos do processo político e isso é refletido na grande diversidade de respostas às mudanças econômicas e políticas (Idem; GRAID, 2016).

É importante ter em mente que, mesmo dentro da estrutura do poder público governamental, há contradições e conflitos que, se bem explorados, podem trazer benefícios e permitir a formação de alianças e ganhos que podem levar a mudanças importantes, diferentemente da prática de dominação estatal usual (Taylor, 2007, p. 311; Souza, 2015, p. 29).

4.4.1 Vantagens dos processos participativos

A revisão da literatura permitiu identificar quatro grupos de vantagens referentes aos processos participativos. Para este trabalho, serão colocadas as vantagens relacionadas a: democratização e redução das distorções dos processos de planejamento; empoderamento dos cidadãos e visibilidade ao conhecimento empírico; aprendizagem coletiva através da diversidade, do consenso e da formação de alianças; e, por último, o aumento da eficácia e eficiência das instituições por meio da governança colaborativa. Mota (2013, p. 187) também identificou quatro fins da participação no planejamento, sendo esses: reforço da legitimidade do promotor do planejamento do território e clarificação e defesa do interesse coletivo; tornar o processo de planejamento mais justo e democrático; tornar os atores cívicos mais resilientes, capacitados e mobilizados para a ação coletiva; e em quarto, promover uma ação coletiva mais eficiente e eficaz

que valorize os meios e motivações dos atores. Há muitas semelhanças entre os resultados e as divergências são explicadas pelas diferentes fontes buscadas por cada pesquisador.

O primeiro grupo de vantagens dos processos participativos trata de como os mesmos reforçam a democratização do planejamento do território. Além de resultados como maior transparência e abertura a contribuições (Mota, 2013, p. 306), a maior participação popular reduz a possibilidade de distorções vindas por corrupção ou erros de avaliação (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 51; Souza, 2015, p. 333). Embora a participação não seja garantia de acerto e eliminação de erros, a transparência do processo e a possibilidade de monitoração e controle torna-se expandida e dificulta que erros de interpretação por parte de um grupo técnico possam acontecer, ou mesmo que essa pequena quantidade de atores possa ser corrompida por influências econômicas vindas de lobbies empresariais, pois é mais difícil corromper centenas e milhares do que meia dúzia (idem). “Onde há corrupção e erros de avaliação, há também, *desperdício* de tempo e recursos, e mais ainda, comprometimento da credibilidade das instituições” (Souza, 2015, p. 333)

O segundo grupo trata do conhecimento empírico e do empoderamento cidadão. Para Arnstein (1969), a participação cidadã é, na verdade, um termo categórico para poder cidadão, pois é a redistribuição de poder que permite aos indivíduos desprovidos de recursos terem voz e serem deliberadamente incluídos no futuro (Arnstein, 1969, p. 1) e, infelizmente, na maioria dos casos esse poder não foi dado pelo governo e teve de ser tomado pela população, pois os poderosos desejam manter o *status quo* (Ibidem, p. 10). Dessa maneira, é possível superar os obstáculos e desafios a uma reforma urbana (Silva, 2009, p. 129) e reforçar o papel dos cidadãos na ação coletiva (Mota, 2013, p. 185).

O esforço democrático para incluir a população traz demandas como a transparência governamental, a prestação de contas do estado e planejadores, o direito a ser ouvido e participar das decisões de interesse e reduzir ou eliminar as estruturas de poder desigual entre grupos e classes (Albrechts, 2004, p. 750). A inclusão das vivências e conhecimento empírico trazem importantes contributos que incentivam a colaboração dos participantes e auxiliam o corpo técnico a desenvolver os trabalhos necessários. Pateman e Day (como citados em Mota, 2013, p. 171) defendem que a participação seja feita de forma individual e livre, para que haja controle sobre a própria vida e seus anseios e independência de coletivos que possam distorcer sua opinião em favor de outros interesses. Pateman (idem) coloca também que os processos participativos podem estimular ação política e social individual mais responsável. Souza (2015, p. 334) concorda que os cidadãos passam a se sentir mais responsáveis pelos resultados, sejam eles positivos ou negativos. A responsabilidade fará com que a população cuide e fiscalize melhor o patrimônio público (idem), reduza os conflitos, torne-se proativa e mobilizada para a ação (Mota, 2013, p. 198) e evite recorrer à violência. Além disso, o amadurecimento político permitirá o surgimento da sabedoria prática para deliberar sobre o que seja bom para si e também para a coletividade (Sandel, 2014, p. 246).

O terceiro grupo de vantagens diz respeito ao processo de aprendizagem coletiva e formação de alianças. É entendido que unir atores que nunca haviam estado juntos em espaços de discussão cara a cara, permite o entendimento mútuo e a construção de consensos (Taylor, 2007, p. 309; Mota, 2013, p. 185). Esses novos relacionamentos, em grupos diversificados de pessoas de diferentes áreas profissionais, culturas e contextos, permite a conscientização, amplia suas perspectivas e traz consciência das conexões e interdependências, além de propiciar a criatividade e capacidade de adaptação (GRAID, 2016; Polk, 2011, pp. 184, 190, 198).

A participação ampla da comunidade favorece: a entrada de conhecimento e novos recursos; o desenvolvimento do capital social e da coesão comunitária; a realização dos anseios

comunais; o reforço da democracia; e o clima de confiança entre as partes em redes locais para a ação colaborativa. (Idem; Taylor, 2007, p. 300; Nelson, 2007, p. 182).

Os processos participativos também geram aprendizagens coletivas que promovem o capital intelectual, político e social, uma melhor percepção da realidade, das forças diretoras atuantes no território e das alternativas possíveis, a resiliência face às perturbações, alinhamento dos interesses para ação (Mota, 2013, pp. 185, 190, 243) e maior disponibilidade a experimentar e correr riscos (GRAID, 2016). Entretanto, essa interação e seus resultados só ocorrem quando for possível tornar explícito e aprofundado os quadros culturais (Healey, Magalhães, & Madanipour, 1999, p. 126).

O quarto grupo de vantagens está ligado ao aumento da eficácia e eficiência das instituições por meio da governação colaborativa. A aprendizagem institucional favorece a criação da cultura de planejamento e de sociedade, pois traz inteligência coletiva aos processos decisórios por meio da valorização, mobilização e alinhamento dos meios e motivações dos atores e identificação dos recursos e objetivos. Esses processos plurais melhoram a comunicação e permitem compreender melhor o comportamento dos atores, com a aproximação e formação de compromissos entre as partes em processos que aumentam a utilidade social e combatem a “ingenuidade tecnocrática” e o “autoritarismo iluminista”, por meio do estímulo a abordagens inovadoras e criativas (Mota, 2013, pp. 187, 189, 190, 264, 306). Day acrescenta que a participação estimula um aparelho administrativo mais democrático e responsivo, “pois os cidadãos têm maior possibilidade de expressar a sua opinião e preferências” (Day, 1977, p. 425, como citado em Mota, 2013, p. 171) nos processos de tomada de decisão.

Os processos participativos trazem formas diferentes de valorização dos atores e seus meios e contribuem para fortalecer a capacidade desses de melhorar a eficácia do planejamento do território enquanto se aumenta sua democraticidade de forma holística, útil, relevante e pluralista (Mota, 2013, p. 306).

4.4.2 O papel do profissional de planejamento

Em processos participativos, o papel dos profissionais de planejamento é um tanto diferente do convencional. Miraftab (2013, p. 227) afirma que “o planejamento enquanto uma profissão, se auto enaltece por atender ao bem público, mas os planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado”. Harvey (como citado em Souza, 2015, p. 27) conta que os planejadores tinham o papel de “corretor de erros e desequilíbrios”, mas essa postura progressiva era delimitada pelas definições de interesse público, desequilíbrio e equidade da ordem social vigente que, não deixa de ser, capitalista. A tentativa de ofertar processos participativos dentro do *status quo* sofreu várias tentativas de manipulação por questionar a posição intocável dos técnicos (Healey, como citada em Mota, 2013, p. 227). Todavia, “o fracasso do planejamento convencional em proporcionar melhores condições de vida, sob o ângulo da justiça social, não significa que o planejamento deva ser negligenciado, mas sim que alternativas estratégicas precisam ser apresentadas” (Souza, 2015, p. 15).

Em processos participativos, a posição do técnico de planejamento como autoridades inquestionáveis e “protagonistas do planejamento” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 51) é inadequada. Também não é propício que os planejadores atuem como médicos - tratando os cidadãos como meros pacientes - ou secretárias - que apenas redige o que lhes é dito (Souza, 2015, p. 14). Uma atuação mais adequada se dá como um tipo de “consultor popular” (Idem), um “facilitador da comunicação” (Forester, como citado em Mota, 2013, p. 183) ou no papel de

“condutores” (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 51). Para esses autores, a missão do intelectual/pesquisador/planejador é de, com competências dialógicas e de negociação não ideológicas, aconselhar e chamar a atenção para contradições entre objetivos, problemas e margens de manobra, corrigir eventuais dificuldades de compreensão e entendimento dos participantes e aconselhar, sob a base de seu treinamento profissional/técnico-científico que permite ser capaz de coletar, manusear e integrar grandes volumes de dados de natureza variada junto à capacidade de reflexão combinada de diversas escalas espaciais e temporais. Dessa maneira. Essa atuação presta um inestimável auxílio à coletividade de cidadãos livres, que para serem livres devidamente, devem exercer sua autonomia e utilizar de suas vivências para se tornarem os agentes responsáveis pela deliberação, aprovação, gestão e planejamento da cidade, seus espaços e suas vidas (Souza, 2015, pp. 14, 36; Mota, 2013, p. 183; Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 51).

4.5 Palcos da participação popular

Os palcos podem ser encontrados de diversas formas. Há palcos físicos ou virtuais, de escala local à global, com um ou vários tipos de atores, de acesso restrito ou livre (Mota, 2013, p. 164). Eles objetivam criar pontes e contextos empáticos para: conhecimento mútuo e formação de confiança; gestão de conflitos; oportunidades de diálogo; valorizar a pluralidade dos atores; interagir e reforçar o envolvimento para mobilização conjunta (Ibidem, pp. 165 e 307). Os palcos são essenciais para a partilha e expressão pessoal, especialmente dos atores mais frágeis (Ibidem, p. 291). Para o bom funcionamento dos palcos, é importante que sejam espaços convidativos, acolhedores, plurais e tolerantes e sejam geridos com muito cuidado por profissionais empáticos e com competência para mediação, de forma transparente, aberta a todos, amplamente divulgada e com prestação de contas dos resultados alcançados (Ibidem, p. 307)

Uma ampla e aprofundada participação popular pode tornar necessária a criação de novos espaços participativos mais robustos (Mota, 2013, p. 295) em que novas alianças, redes e ideias surgem por meio de articulações estratégicas (Albrechts, 2004, p. 750)

Mota (2013, p. 165), reconhece nove tipos de palcos. Dentre esses, este trabalho não abordará os palcos “Econômicos (Mercados)”, “Criação e inovação (do conhecimento)” e “Fiscalização” por serem os que, na interpretação deste autor, menos se relacionam com os movimentos cívicos. O mesmo autor também estabelece três tipos de palcos: os informativos, com fluxo de informação unidirecional e não presencial; os de auscultação e diálogo, presenciais e com trocas de informações bidirecionais; e os de colaboração e parceria que se apresentam de forma regular, com objetivos específicos e atores pré-determinados (Ibidem, p. 210).

A respeito dos outros palcos, temos: o palco do território que é todo o espaço em que são executadas as ações planejadas e não planejadas (Mota, 2013, p. 165); o palco mediático se refere aos meios de comunicação que selecionam e amplificam discussões de outros palcos. Apesar de seguirem agendas empresariais de suas diretorias – por vezes influenciadas por instituições políticas e partidárias -, costumam oferecer abertura à defensores de interesses difusos (Ibidem, pp. 166-167); o palco da rua é espaço de convívio e, ao mesmo tempo, de protesto (Ibidem, p. 166); o palco de interface digital (TICE) é um espaço virtual e acessível que serve como prolongamento do espaço público (Idem), como mencionado por Goldberger (2001); o palco institucional é onde atuam os políticos profissionais e onde são tomadas as decisões que afetam o território e seu futuro (Mota, 2013, p. 165); por último, em articulação de todos os outros palcos, o palco do planejamento do território é onde se ausculta, analisa, dialoga e reflete

sobre a realidade para construir quadros de referência e conceber e implementar planos e propostas. É, normalmente, coordenado por instituições políticas e técnico-administrativas (Ibidem, p. 166).

É importante ter em conta que a maior parte das definições de gestão e planejamento do ambiente urbano se dão nos palcos “institucionais” de “planeamento do território”. Esses espaços são normalmente coordenados pelos atores públicos e não são, portanto, neutros. Muitas vezes as agendas desses palcos são imediatistas e impostas de acordo com ciclos eleitorais, o acesso a esses é restrito ou condicionado e há conflitos entre os atores participantes, de forma que a coordenação pode muito bem ser inadequada. É importante perceber como se dá o acesso a esses palcos, que tipo de linguagem é utilizada, quem realmente interage e quem controla – atores com mais poder – para que esses espaços tornem-se mais transparentes e fique claro como a participação pode ser ampliada e diversificada em espaços agradáveis, descentralizados e, o máximo possível, neutros (Mota, 2013, pp. 161, 165, 209).

As condicionantes presentes à participação nesses espaços de governação recordam que esses são espaços criados e definidos pelo estado, onde a comunidade e os residentes urbanos são convidados – “espaços convidados” – em contraposição aos espaços formulados pelos cidadãos – “espaços populares” – (Taylor, 2007, p. 300). Muitas vezes é necessário fazer um exercício de reflexão para decidir entre se envolver e ter voz nesses espaços convidados, sob o risco de cooptação, ou construir espaços populares independentes de forma a manter uma distância crítica com capacidade para estratégias de resistência alternativas em oposição ao sistema democrático formal (Ibidem, p. 311). De fato, Taylor (2007, p. 310) encontrou evidências de que uma combinação de estratégias internas e externas aos espaços de governação podem ser mais efetivas, pois os que estão dentro beneficiam-se das discussões e argumentos colocados pelos que estão fora, enquanto os de fora se beneficiam dos aliados dentro dos processo político que tentam influenciar a agenda política e, no pior dos casos, mitigar impactos causados por retrocessos (idem).

Os atores que participam dessas novas arenas de governação aprendem gradualmente como funcionam, formam alianças e descobrem novas estratégias (Taylor, 2007, p; 310). No entanto, esses participantes são muito diversos, não homogêneos e fragmentados, com relações de poder desigual, motivações concorrentes e interesses contraditórios, e mesmo incompatíveis, com difícil convergência e concretização (Mota, 2013, pp. 147, 149, 160). Mota (2013, p. 186) considera haver três posturas fundamentais nos processos participativos de planejamento: uma postura reativa, uma postura proativa pelo interesse de intervir na sociedade, e uma cultura passiva – exercida pela maioria. O mesmo autor considera que a postura reativa se identifica com movimentos NIMBY (*not-in-my-backyard*, em inglês) em defesa de interesses particulares, enquanto que defensores de interesses difusos e coletivos seriam designados como YIMBY (*yes-in-my-backyard*, em inglês). Entretanto, é possível colocar um contraponto, pois a postura reativa pode também estar em defesa de interesses difusos e coletivos, como em defesa de uma praça ou parque ameaçado de remoção para construção de torres ou centros comerciais, enquanto a proativa pode estar em favor de interesses particulares sobre bens públicos (geralmente com argumentações pelo desenvolvimento econômico e criação de empregos, como visto no tópico 2.1.2). Por vezes, a definição de proativo ou reativo depende de pontos de vistas e advém de julgamentos políticos e, portanto, subjetivos.

Os atores, enquanto participantes nos processos públicos, transmitem aos promotores do planejamento as necessidades específicas ou gerais de maior relevância (Mota, 2013, p. 279). Entretanto, é importante ter em conta que há sempre os “não actores”, que incluem os que permanecem em silêncio, os abstencionistas ou os cidadãos excluídos e desfavorecidos que, ou

não possuem direitos, ou não possuem a capacidade de os reivindicar (Ibidem, p. 153) e é importante tentar incluí-los nos processos.

4.6 Desafios prévios à participação popular

Em contextos de governança política neoliberal, os processos participativos mais representativos são as Parcerias Público-Privadas (PPP), surgidas nos anos oitenta como forma de articular autoridades públicas com agentes privados e mobilizar o capital privado na definição de políticas públicas e concretização de projetos em busca de rendimentos que tornem a cidade mais competitiva e atraente internacionalmente (Mota, 2013, p. 237; Pinheiro, 2018, p. 265). Entretanto, esse instrumento torna notável os “conflitos e tensões entre interesse público e os interesses fundiários e econômicos” (Booth, 2005, p. 258, como citado em Mota, 2013, p. 237) que reforçam áreas já valorizadas, enquanto fragilizam pautas sociais (Pinheiro, 2018, p. 265) e se organizam longe do escrutínio e debate público com agendas escondidas, em prejuízo da prestação de contas e defesa da esfera pública (Mota, 2013, p. 238). Carlos Vainer (Maricato et al., 2013, pp. 38-39) afirma que a cidade se torna “flexível, negocial, negociada” em “uma espécie de ‘democracia direta do capital’”.

A metodologia de participação adotada nesse contexto político é a de realizar uma seleção e auscultação de atores-alvos – *stakeholders* - de maior capacidade de concepção e implementação dos projetos e ações estratégicas (Mota, 2013, p. 236). Em relação à participação da comunidade, esta “era considerada irrelevante ou sem sentido, pois os promotores argumentam que eles é que conhecem o mercado a quem se dirigem as operações e por isso não há justificção para a participação da comunidade, o que só atrasa o processo” (Ibidem, p. 236). Esse novo quadro de governança neoliberal busca despolitizar conceitos como participação e empoderamento para legitimar seus atos (Idem) e causar dependência do planejamento a interesses econômicos com prejuízo do interesse coletivo (Ibidem, p. 242) e os investimentos em áreas sociais e efetivação de direitos básicos, que não são rentáveis (Pinheiro, 2018, p. 265). As decisões favorecem, portanto, os mais ricos e melhor organizados em detrimento dos menos poderosos ou que têm dificuldade em se organizar e gera situações de crescente tensão e conflito social (Hall, como citado em Mota, 2013, p. 236).

Como exemplo dessa situação, Pinheiro (2018, pp. 268, 282) reflete sobre o cenário da cidade de Fortaleza (Ceará, Brasil) em que a gestão e o planejamento urbanos se baseiam em projetos pontuais, fragmentados e concentrados em poucas áreas urbanas, com atuação e participação da iniciativa privada desde o início, longe do debate público, em desrespeito à legislação que garante instrumentos de controle social – conselhos gestores de operações urbanas consorciadas – e com minimização das informações e conflitos.

Com tantos problemas, vários autores debateram e aprofundaram o tema da participação popular no planejamento do território como uma forma de democratização e resistência à governança neoliberal. Mota (2013, p. 249) explica que as práticas colaborativas e comunicativas baseadas na articulação e consenso “têm sido valorizadas enquanto inspiradoras de um planejamento do território mais democrático e responsabilizador”. No entanto, o mesmo autor define sete requisitos que devem estar presentes para uma participação efetiva. O primeiro requisito é a presença de uma liderança política com capacidade técnica assertiva, voluntarista e colaborativa que inspire confiança nos parceiros (Mota, 2013, pp. 190, 249). O segundo requisito é a existência de um objeto bem definido e objetivos claros para perceber bem as questões e as métricas necessárias a uma avaliação final dos resultados da participação (Ibidem, p. 191). O terceiro é a boa identificação dos atores e o cuidado com a escolha do método de participação

para que se garanta a mobilização e o engajamento dos atores menos habilitados a fazê-la (Ibidem, p. 191). O quarto é a criação de instâncias públicas de diálogo autêntico (face a face ou virtual) e amplamente informado para que todos possam expressar seus pontos de vista e deliberar sobre os problemas, de modo a facilitar um compromisso (Idem). O quinto, que relaciona-se com o anterior, tem a ver com a clarificação das motivações dos diferentes atores e seus papéis no processo de forma a assegurar transparência (Idem). O sexto estabelece que o processo participativo tem de selecionar os instrumentos, métodos, e condições adequados às realidades, necessidades, capacidades, conhecimento e recursos locais dos atores e deve ser estruturado, contínuo, faseado e organizado (Ibidem, p. 192). O sétimo e último requisito define que é preciso prestar contas durante o exercício para demonstrar responsabilidade e garantir o interesse dos partícipes (Idem).

O Stockholm Resilience Centre (GRAID, 2016) coloca também uma série de orientações e requisitos – que se assemelham em grande parte aos de Mota (2013) - a uma participação mais ampla e eficaz. São eles: “clarificar os objetivos e as expectativas com o processo participativo; envolver os intervenientes certos; encontrar líderes inspiradores e motivados capazes de mobilizar o grupo; disponibilizar recursos para o reforço das capacidades; resolver as questões de poder e eventuais conflitos; e assegurar recursos suficientes para possibilitar uma participação eficaz”.

Um dos pontos que é colocado como de maior importância por diversos autores é o referente ao requisito número quatro de Mota (2013), relacionado com o diálogo autêntico. Sennet (2012, como citado por Mota, 2013, p. 215) menciona a necessidade dos mediadores da participação em ter competências dialógicas para saber falar/comunicar, “ouvir e interpretar antes de responder, perceber gestos e silêncios”. Innes & Booher (2010, como citados por Mota, 2013, pp. 215, 243) mencionam o diálogo verdadeiro e as técnicas adequadas como condição para que os participantes sejam informados e tenham poder de expressar suas posições e ser ouvidos, de forma que também haja aprendizagem por “*learning through listening*” de forma a reduzir as disparidades e construir consensos. Forester (como citado em Mota, 2013, p. 242) diz que a dimensão comunicativa é importante por acrescentar às características do diálogo a percepção do contexto e as relações de poder onde tudo se passa. Habermas (como citado por Mota, 2013, p. 242; Souza, 2015, p. 390) formula a teoria do agir comunicativo que prioriza o diálogo como meio de resolução de conflitos não violentos e identifica quatro ideais para o processo de planeamento, sendo que “a comunicação entre atores deve ser compreensível, factualmente verdadeira, sincera e genuína”. Essas condições devem ocorrer simultaneamente para que um verdadeiro processo de diálogo possa ter sucesso (Mota, 2013, p. 242).

Mota (2013, pp. 280, 288, 295, 312) constata a necessidade do esforço pedagógico de explicação e clarificação da metodologia e das expectativas do processo, de valorização dos contributos de cada ator e garantir um feedback na explicitação das razões de mudanças ou não mudanças, visto a fraca cultura de participação no planeamento – em Portugal, no Brasil e em boa parte do mundo. O autor menciona que o esforço deve ser maior para a mobilização de atores com mais dificuldade de intervenção – silenciosos ou sem direitos -, sempre que possível, com ajuda dos atores com maior capacidade. Os mediadores dos processos participativos devem ainda ter particular atenção aos comportamentos individuais, às relações e assimetrias entre os diferentes atores, de forma a construir um compromisso quanto aos objetivos e ações para o projeto coletivo.

O papel dos promotores de processos participativos no planeamento territorial é, portanto, fundamental, por estabelecer as técnicas e métodos que definirão a participação popular, desde a elaboração das regras, à coordenação e condução do desenvolvimento do processo, até a obtenção dos resultados (Mota, 2013, p. 287). Para isso, é preciso tomar cuidado

para que os atores mais capacitados – e com interesses particulares – não liderem ou dominem os processos, que haja grande esforço para a informação, auscultação e diálogo, que seja evitado o excesso de aparato participativo que possa confundir, que estejam atentos ao controle de acesso aos palcos para dar voz e oportunidade a todos, que os meios adequados sejam disponibilizados e que se consiga ultrapassar barreiras estruturantes, pessoais culturais, governamentais e de estilo (Ibidem, p. 289). Tudo isso deve ser feito, se possível, em uma metodologia circular não linear que garanta mecanismos de avaliação constante sobre o desenvolvimento do processo, que possibilitem o retorno a etapas anteriores caso se julgue necessário (Ibidem, p. 308) e a percepção do que foi ou não alterado e por quais razões (Ibidem, p. 292).

Apesar de todo o conhecimento, muitas vezes esses requisitos não serão atendidos e desafios surgirão à criação de processos participativos ou no desenvolvimento desses. Um dos primeiros obstáculos é o da questão da representatividade que rege nossos governos, pois “existe uma cultura governativa que entende que não tem de promover a participação, pois os decisores têm uma legitimidade garantida pelo voto, entendendo que é seu dever assumir total responsabilidade pelas decisões” (Mota, 2013, p. 192). Isso pode ser perigoso porque quem assume o poder tentará fazer os outros acreditarem que é para o seu próprio bem (Kapur, 2018, p. 141) e mesmo o corpo técnico mais bem-intencionado pode não estar a par dos problemas e aspirações dos necessitados (Arnstein, 1969, p. 7). Guarnacia (2015, p. 120) faz uma comparação que diz que “sempre haverá esquimós querendo sugerir aos congolezes, afetados de febre tropical, o que eles devem fazer”. Isso também cria dificuldades de negociação com coletividades e receio das reações que consomem tempo e questionamento ao *status quo* (Mota, 2013, p. 192).

“De coisas mais epidérmicas, como a conjuntura política, a limites mais profundos, como a cultura política e as tradições de organização, muitos fatores colaborarão para que esquemas ousados como esse venham a ter a sua realização dificultada” (Souza, 2015, p. 384). Implantar processos participativos não é fácil. Mesmo propostas bem consistentes e administrações progressistas encontrarão resistências e obstáculos. Felizmente, nenhum desses obstáculos é intransponível (Ibidem, p. 384, 387)

Abers (1997, como citado por Souza, 2015, p. 387) e Albrechts (2002, como citado por Mota, 2013, p. 192) identificam cada um três problemáticas ou barreiras à participação. O primeiro identifica as problemáticas da implementação, da cooptação e da desigualdade. O segundo identifica as barreiras estruturais, culturais e de efeito da cultura de governo. A seguir, essas dificuldades serão tratadas com outras identificadas no estudo.

A primeira etapa a ser superada para a organização de processos participativos é o interesse das administrações públicas em promover esses processos, pois os espaços convidados organizados pelo Estado são os palcos de planejamento territorial numa democracia representativa. Isso pode partir de “vontade política” ou vir como resultado de esforços de reivindicação cidadã. Entretanto, há muitas resistências, pois “a maioria dos autarcas acredita numa democracia mais delegada e menos participada, até porque consideram que os próprios municípios não estarão suficientemente preparados para intervir nas decisões” (Rodrigues, 2017, p. 183). Assim, a administração pública exerce uma relação paternalista sem diálogo e espera que a população mantenha o criticismo em níveis mínimos e não dificulte a implantação de seus projetos previamente definidos (Ibidem, pp. 184, 227). Stiglitz (2002, como citado por Mota, 2013, p. 174) refere que há quem veja um conflito entre participação democrática e crescimento/progresso. No entanto, a construção do consenso, o diálogo aberto e uma sociedade civil ativa e educada são ingredientes para o desenvolvimento sustentável, enquanto que as resistências criadas por agendas impostas unilateralmente criam desgaste e tomam tempo.

A “problemática da implementação” como definida nas palavras de Souza (2015, p. 387) parte do pressuposto de uma administração pública progressista e favorável aos processos participativos. As dificuldades podem ser externas como boicotes de setores econômicos influentes ou internas como: escassez de recursos; incompetência gerencial; corrupção de administrações anteriores; conflitos ideológicos e resistências corporativistas e tecnocráticas dos funcionários e corpo técnico. Todos esses problemas são de difícil resolução.

A “problemática da desigualdade”, como explicada por Souza (2015, p. 387) se relaciona com as “barreiras estruturais”, como explicadas por Mota (2013, p. 192). A primeira se refere às dificuldades para a participação voluntária da população mais pobre que dispõe de muito menos recursos (tempo, dinheiro, locomoção e autoconfiança) que os cidadãos de classe média. A segunda trata dos aspectos como segregação social, opressão, dominação, marginalização e exclusão dos grupos sociais desfavorecidos pelas elites, o que dificulta o exercício da participação.

Muitas vezes há também desapontamentos e frustrações com as participações (ou tentativas) nesses processos. Quando é possível vencer as “barreiras culturais” – falta de compreensão do sistema político, de capacidades comunicativas, de conhecimentos ou confiança, pessimismo e individualismo - mencionadas por Albrechts (como citado por Mota, 2013, p. 192), a/o cidadã(o) que quer ajudar levando uma ideia logo percebe que o processo formal pode ser pesado, demorado e trazer frustração a quem quer trazer ações positivas, mas sente-se impotente em usar o sistema sem ser um funcionário municipal ou consultor contratado (Lydon & Garcia, 2015, pp. xx, 79).

Processos participativos estão também sujeitos à “problemática da cooptação” que diz respeito à instrumentalização da sociedade civil para eliminar focos de oposição e crítica e constituir redes de apoio às forças políticas que estejam no governo (Souza, 2015, p. 388). O risco de cooptação afasta muitas pessoas capacitadas de processos participativos em “palcos convidados”, no entanto, “ir contra o Estado e fazer a crítica do Estado e do que ele representa, não quer dizer que se deva ignorá-lo” e evitar usar seus aparatos para a mudança social positiva, desde que a ação estatal não seja reacionária (Ibidem, p. 33).

Mesmo caso não haja cooptação, as pessoas podem perder a confiança, se frustrarem e se alienarem da vida e ação coletivas (barreiras de efeito da cultura do governo, Albrechts, como citado por Mota, 2013, p. 192), ao perceberem que o envolvimento geralmente não produz efeito. Os participantes continuam se sentindo ignorados mesmo ao ir a encontros, contribuir em websites e responder a questionários (Espinosa & Walker, 2011, p. 225). Hirschman (1982, como citado por Mota, 2013, p. 172) sublinha que as frustrações podem se dar pelo insucesso em alcançar as causas coletivas ou de conseguir e não haver mais metas. Ferrão (2011, como citado em Mota, 2013, p. 205) alerta que o aumento da participação pode não trazer, necessariamente, mais conscientização pública, mais democracia ou mais cidadania.

No meio social – não apenas entre gestores e corpo técnico - abundam concepções equivocadas quanto à participação, mesmo na academia há alguma desconfiança em relação à participação que se baseia em alguma evidência, mas também em preconceitos (Mota, 2013, 171). Uma primeira objeção é a que acredita que os cidadãos desejam ser liberados do fardo de se ocupar de negócios coletivos. Confunde-se com esse argumento, a causa e o efeito, pois a reprodução do desinteresse ou ojeriza à política é um valor destilado pela ideologia de uma sociedade heterônoma que estimula a apatia política, a alienação e o desinteresse pelo coletivo, mas que também resulta do exercício político marcado por intransparência e corrupção que favorece o escapismo aos comportamentos individualistas, privatistas, hedonistas e consumistas sugeridos na dinâmica capitalista (Souza, 2015, pp. 16, 328, 335). Ao citar Hirschman, Mota (2013, p. 172) menciona que “parte considerável da vida é dedicada a assuntos privados, sendo normal

desvalorizar a ação pública e a participação, como dimensão alternativa a ação centrada no interesse privado”. Souza (2015, p. 328) contrapõe que o desinteresse público não é inerente à vida social, pois depende de contextos políticos e históricos, visto a amplitude – embora limitada estruturalmente – da vida política da democracia ateniense, por exemplo. O mesmo autor coloca que é preciso ter cuidado com esse argumento para não reforçar a alienação, e deve-se tentar despertar, principalmente nos mais jovens, o pensamento inconformista e socialmente responsável (Ibidem, pp. 16, 328).

A alienação à participação política pode acontecer em diversas escalas. Na mais restrita, com a figura de um Estado paternalista que toma todas as decisões sem oferecer nenhuma abertura. Nesse caso, é preciso ter em conta que “a participação é um direito inalienável” (Souza, 2015, p. 334) e abrir mão disso é aceitar ser infantilizado ao ser colocado numa posição de tutela. Há quem realmente sintam-se aliviado por não precisar participar (por razões dentre as quais mencionadas no parágrafo anterior), mas isso “é um juízo que cada indivíduo fará de acordo com suas predisposições e idiossincrasias” (Ibidem, p. 335). Quando ocorre alguma abertura à participação, há os “free riders” (Olsen, 1965, como mencionado por Mota, 2013, p. 171) que ficam tentados a não dar suas contribuições e participar da ação coletiva para evitarem os custos (tempo, esforço) e por terem a expectativa de que outros o façam em seu nome. Hirschman (1982, como citado por Mota, 2013, p. 172) contrapõe esse pensamento ao afirmar que “a única forma dum indivíduo aumentar os benefícios individuais da ação coletiva é aumentar o seu próprio esforço em benefício da política pública”. Apenas enganam-se a si próprios na esperança de que alguém represente homogeneamente seu pensamento.

Outro argumento preconceituoso é o que se refere à incapacidade técnica ou moral das decisões de uma coletividade. A maior parte da população realmente está indevidamente informada devido a contextos de acesso desigual às informações de sociedades heterônomas (Souza, 2015, p. 329), mas apesar da menor qualificação técnico-científica, os cidadãos não são ineptos e são capazes de aprender e dialogar com técnicos que atuem como consultores/assessores/guias (como já explicado sobre o papel do planejador) em diálogos autênticos. Esses processos trazem amadurecimento político e reforçam a sabedoria prática (Sandel, 2014, p. 274) para decisões corretas e bem informadas. Portanto, “postular ausência de compromisso com as consequências das escolhas coletivamente feitas equivale a equiparar a sociedade organizada a um conjunto de irresponsáveis” (Souza, 2015, p. 350).

Outro argumento impeditivo à participação ampla é que “é preciso manter os pés no chão para compreender que a abertura de ‘tudo a todos’ nem sempre é possível, em função das dimensões da cidade, do número de habitantes e dos numerosos processos que envolvem as decisões públicas” (Santana, 2016, p. 105). A mesma autora defende por isso “a importância e a necessidade das práticas associativas, de grupos organizados, que tendem a facilitar o diálogo e a busca pelo atendimento das demandas da sociedade” (idem). Souza (2013, p. 330) considera esse argumento frágil por ignorar as possibilidades da: 1) descentralização territorial que permite decompor os palcos em subunidades até escalas locais adequadas à organização de assembleias; 2) a utilização da delegação que permite grandes populações participarem de processos políticos através de um porta-voz que presta contas e leva os anseios dos grupos a instâncias superiores; 3) o uso maciço das tecnologias de informação e comunicação que possibilitam a participação ampla sem a necessidade da presença física.

Por isso, é uma importante questão ao presente e futuro pensar na “modelagem institucional mais adequada, a fim de que sejam evitados, ao mesmo tempo, problemas como a sobrecarga de participação e a alienação de poder decisório a respeito de matérias importantes (não-rotineiras)” (Souza, 2015, p. 383). Para isso, é preciso utilizar os artifícios da descentralização e delegação (como usados em Rojava, apresentados no tópico 2.3.3) para que a participação de

todos os interessados possa se dar à escala local e que seus anseios sejam transmitidos por delegados – mandatos imperativos, revogáveis e controlado pelos outorgantes - a instâncias superiores quando o grande número de pessoas torne inviável ou inconveniente a participação. O uso de grandes estruturas multifuncionais que sirvam também à participação (como grandes salões e estádios) poderia favorecer a presença cívica massiva. Além disso, o uso da tecnologia pode permitir participações diretas e pessoais de um enorme número de pessoas para fins determinados em que a desvantagem da ausência de interação presencial não constitua grande impedimento (Ibidem, pp. 331, 373, 379).

4.7 Riscos durante processos participativos

Após verificar requisitos e desafios prévios aos processos participativos, é importante ter em mente que durante os processos também há diversos obstáculos e armadilhas para que sejam bem sucedidos e alcancem resultados efetivos. Este tópico tratará de alguns deles.

Uma das primeiras dificuldades se refere à comunicação e convite dos processos participativos. Se o processo desejar ser o mais amplo possível – e não restritos apenas a *stakeholders* -, é importante que o convite ao início do processo e a repercussão dos encontros seja de fácil acesso e grande divulgação. Os meios de comunicação difusores de informação podem contribuir bastante nesses exercícios como parceiros na divulgação da evolução e dos resultados (Mota, 2013, p. 284), mas frequentemente esses momentos apelam a um público específico: os mais educados que têm interesse em questões cívicas e, o mais importante, tempo livre. É importante garantir maneiras de engajar o mais diverso número de atores possíveis (Lydon & Garcia, 2015, p. 11).

Taylor (2007, p. 312) evidencia como resultado de seu estudo que dois fatores se mostraram cruciais à participação dos indivíduos: tempo e apoio técnico qualificado, o que não é novidade, pois por muitos anos esses já eram entendidos como a receita para um engajamento efetivo. O tempo é um bem escasso que nem todos atores dispõem e caso os encontros se tornem rotineiros e sem grandes encaminhamentos, é possível que os participantes sejam desmobilizados (Mota, 2013, pp. 249, 295). Embora seja impossível achar um momento temporal em que todos estejam livres, é importante buscar horários em que a presença dos cidadãos seja a mais viável. Reuniões em horário de trabalho da maioria da população ou mesmo em horário de folga, mas em locais distantes (passíveis de grande consumo de tempo nos deslocamentos) são impeditivos à efetiva participação. Lydon & Garcia (2015, p. 12) sugerem que as propostas municipais sejam levadas aonde as pessoas já estão e lá testadas sua viabilidade. Há ainda o risco que mesmo que todos consigam se fazer presentes aos encontros de seu interesse, apenas algumas vezes minoritárias recebam atenção (Taylor, 2007, p. 306). Albrechts (2004, p. 749) cita o risco dos processos se tornarem mais e mais dependentes de conhecimentos e habilidades presentes apenas nos mais altamente educados. O mesmo autor menciona um estudo que diz que os com maior educação formal eram doze vezes mais presentes que outros grupos, por isso o empoderamento cívico e o assessoramento constante pelos técnicos públicos (e populares) é necessário para superar as barreiras estruturais, as desigualdades e assimetrias entre atores.

Mesmo que a representação entre os grupos seja numericamente equivalente, há outras formas de assimetria que recaem em disputas de poder e conflitos. As pessoas com menor poder frequentemente percebem os poderosos como um sistema monolítico e os detentores do poder os veem como “aquele povo” que não compreende suas posições e as diferenças entre eles (Arnstein, 1969, p. 3). Taylor afirma haver resistência ativa de partes do setor público (e privado) à participação comunitária (Taylor, 2007, p. 306), seja por racismo, paternalismo ou resistência a

redistribuição do poder (Arnstein, 1969, p. 3). Isso acontece, por parte do poder público, devido ao receio de serem disciplinados e ter seus poderes limitados, sua legitimidade questionada ou precisar justificar seus atos (Taylor, 2007, p. 306; Mota, 2013, p. 265). Do outro lado, os obstáculos podem ser a falta de conhecimentos, os problemas socioeconômicos, a dificuldade em se organizar, a futilidade, alienação e desconfiança (Arnstein, 1969, p. 3). A desconfiança surge ao perceber a diferença entre passar por rituais vazios de participação e ter o real poder para afetar os resultados do processo (Ibidem, p. 2)

Taylor (2007, p. 305) conta que nos palcos participativos de governança neoliberal há um considerável desequilíbrio de recursos. Albrechts (2004, p. 750) conta que alguns indivíduos e grupos têm mais recursos e poder que os permitem perseguir seus objetivos. Para contrapor essa situação, é preciso ouvir o que as pessoas têm a dizer - inclusive suas fúrias por viverem em um mundo de preconceito e exclusão - (Idem), fornecer o apoio técnico necessário ao engajamento efetivo e entendimento político (Taylor, 2007, p. 311) e garantir a redistribuição de poder para superar a auscultação e poder mudar o *status quo* (Arnstein, 1969, p. 2). Um entrevistado de Taylor (2007, p. 306) disse que a comunidade nunca é um parceiro real porque não vem equipada com imóveis e empréstimos bancários. Por essa e outras razões é difícil fazer a transição de uma atitude de enfrentamento para uma de engajamento (Ibidem, p. 312).

Essas diferenças e desacordos trazem também conflitos, o que é normal pois “a vida em sociedades democráticas é cheia de divergências entre o certo e o errado, entre justiça e injustiça” (Sandel, 2014, p. 36). Os conflitos, inclusive, podem mesmo ser sinal de vitalidade e de liberdade (Mota, 2013, p. 183) e podem justificar práticas insurgentes de cidadania, caso haja evidências de opressão e dominação institucionalizada (Ibidem, p. 243). No entanto, esses conflitos podem levar a situações em que os diferentes grupos permanecem imersos em bolhas, sem ouvir uns aos outros, mesmo que tenham muito em comum - e nem desconfiem (Buarque, 2018). Para isso, as contradições precisam ser superadas em momentos de diálogo o mais amplo possível e que o autoritarismo seja substituído por debates livres e confrontos abertos de ideias (Souza, 2015, p. 337) de forma tolerante ao conflito e à diferença (Mota, 2013, p. 337).

As teorias de gestão do conflito “desenvolvem o papel dos facilitadores e mediadores para a criação de consensos” (Mota, 2013, p. 273) que são acordados entre as partes e buscam compromissos e cedências de parte a parte (Idem). Para alcançar esse consenso, a ação comunicativa de Habermas que comenta que a decisão será racional do ponto de vista comunicativo, desde que “alcançada através do consenso por meio de deliberações envolvendo todos os actores, tratados de igual forma, com o mesmo poder e informação e em condições ideais de diálogo” (Innes, 1996, p. 461 como citado por Mota, 2013, p. 182). Para que o processo seja plenamente racional-comunicativo, deve esse ser não violento, compromissado com o diálogo e informado com conhecimento emancipador (Mota, 2013, p. 182; Souza, 2015, p. 390). Mesmo assim, é preciso ter em mente que nem sempre será possível encontrar consensos quanto a uma questão (Mota, 2013, p. 292) e o consenso pode camuflar relações de poder e a definição de vencedores e perdedores (Ibidem, p. 249) ao ser definido o que deve ser feito após o acordado e o que realmente acontece (Ibidem, p. 178). Sandel (2014, p. 187) reforça que a aquiescência diante de alguém com maior conhecimento e poder pode não ser totalmente voluntária, estando sujeita a pressões ou coações, o que caracterizaria fraude ou enganação.

Os métodos adotados para os processos participativos podem também, com maior ou menor intensidade, sofrer manipulação para alcançar fins pré-determinados sem transparência pelos promotores do processo ou por atores mais influentes, que podem buscar legitimar os interesses dominantes e ignorar ou silenciar possíveis alternativas (Taylor, 2007, p. 302; Mota, 2013, p. 188). Mirafteb (2016, p. 375) coloca que “o custo de não usar ideias e ideais convencionais e elitistas de planejamento é que nós não somos ouvidos”.

A eliminação de possibilidades para o direcionamento a certos resultados pode ser feita de forma paternalista indireta. Isso se torna bastante perceptível quando atores com maior conhecimento depreciam alternativas e práticas, as rotulando de irreais ou utópicas ao mesmo tempo em que apresentam obstáculos “técnicos” sem os devidos esclarecimentos e aprofundamentos (Miraftab, 2016, p. 375; Souza, 2015, p. 388).

Uma maneira recorrente de aliciamento e convencimento é o uso direto ou indireto da figura do especialista ou *expert*. Rodrigues (2017, pp. 184-185) conta que o especialista “constitui a voz de autoridade técnica, fundamental nos debates urbanísticos”, o que lhe garante a atenção dos participantes e poder de influência. Essa figura pode estar diretamente associada e identificada com os agentes promotores ou grupos influentes, ou pode estar associado a esses, mas tentar passar “uma imagem desinteressada de idoneidade e neutralidade” (Ibidem, p. 184) para obter maior credibilidade. No entanto, “a contribuição do melhor especialista não conduz necessariamente à melhor solução urbanística, já que aquele pode estar a defender um interesse particular, antagônico com o interesse público” (Ibidem” p. 185). Entretanto, os pareceres dos especialistas não deveriam inferiorizar e deslumbrar os cidadãos leigos a ponto de inibir sua participação e questionamentos (Ibidem, pp. 186-187).

Várias vezes, principalmente em formatos *top-down*, a participação é aberta somente ao fim dos processos e com possibilidade muito limitada de mudança (Mota, 2013, p. 189). Mesmo se a abertura aos cidadãos estiver disponível desde o início e houver forte impressão de democraticidade (Ibidem, p. 188), frequentemente os participantes sentem que sua influência é voltada a “micropolítica” e aspectos de menor relevância, sendo sua influência e controle limitados ou nulos em grandes temas, ou percebem mesmo que as regras do processo já condicionam certos resultados (Taylor, 2007, pp. 303-304). Ocorre até que enquanto um exercício participativo encaminha a uma direção, o poder público toma decisões em sentido contrário, o que gera descrédito à efetividade dessa participação (Mota, 2013, p. 295).

Um grande risco nesses processos se dá sob a possibilidade de cooptação. Os detentores do poder (público ou privado) podem contratar pessoas para aplacar seus esforços ou utilizar suas habilidades em outros temas (Arnstein, 1969, p. 3). Organizações com dificuldades financeiras frequentemente correm também o risco de terem suas agendas limitadas para não desagradar patrocinadores (Taylor, 2007, p. 306). Outros tipos de cooptação serão abordados no item 4.9.2.

Por último, é perigoso quando os exercícios de planejamento participativo responsabilizam demais os cidadãos de forma a dar “pouca autoridade, mas muita responsabilidade” (GRAID, 2016). Essa responsabilização pode servir como uma forma de absolver o estado de seus deveres e das falhas em combater a injustiça social (Taylor, 2007, p. 301) e coloca os atores cívicos como responsáveis por sua própria exclusão (Ibidem, p. 302). Essa metodologia pode também desencorajar o risco e encorajar a evasão de culpa, optando por “procedimentos consagrados”, especialmente quando resultados não forem imediatos (Ibidem, p. 313). Ao fim, mesmo a decisão de não participar traz muito significado e pode gerar críticas que passam a qualificar os cidadãos como apáticos, pouco esforçados, dependentes e pobres de expectativas em uma clara atitude de culpabilização da vítima (Ibidem, pp. 305).

4.8 Instrumentos de participação no planejamento

Para efetivar a participação nos exercícios de planejamento territorial, alguns instrumentos são criados. Alguns desses procedimentos são normatizados, outros têm aplicabilidade e funcionamento dependente do contexto político local. A criação de regras pode

causar menor flexibilidade nos processos, mas a ausência delas pode causar insegurança quanto à continuidade, além de não clarificar as regras, o que induz risco de captura (Mota, 2013, p. 263). Na Alemanha e no Reino Unido, por exemplo, a participação se dá mediante a possibilidade, dentro de um prazo estabelecido, dos “cidadãos oferecerem críticas e sugestões aos documentos elaborados por planejadores profissionais” (Souza, 2015, p. 392). Mota (2013, p. 201) afirma que as metodologias colaborativas ocasionam uma crescente relevância da participação e “ajudam na criação de políticas públicas para resolver programas precisos de ambientes específicos” (Rogers & Gumuchdjan, 2001, p. 172).

Muito do que se discute sobre os instrumentos de planejamento se refere a ferramentas pouco ou muito pouco utilizadas, o que não se deve, necessariamente, à sua ineficiência, mas ao potencial dessas em causar incômodos às elites urbanas (Souza, 2015, p. 17). Como esses instrumentos buscam democratizar os processos e promover a justiça social, demanda-se para sua eficácia que sejam influenciados e monitorados pelos cidadãos, o que, infelizmente, só costuma ser possível após muita pressão popular da sociedade civil (Ibidem, p. 321).

Este estudo abordará alguns dos processos que possibilitam o debate e deliberação – ou ao menos a consulta – dos cidadãos. Serão discutidos as audiências públicas (auscultação), os conselhos participativos, os orçamentos participativos e os planos participativos, respectivamente procedimentos de consulta, de gestão política, de gestão orçamentária e de planejamento.

4.8.1 Audiências Públicas

A audiência pública é, provavelmente, o instrumento de participação mais conhecido. Embora frequentemente sua aplicação seja obrigatória e regulamentada por legislações específicas, as pessoas são apenas ouvidas e não tem o poder de rejeitar (Cisneiros, 2015), o que dificulta a possibilidade de sucesso em incidir e influenciar as propostas e projetos que afetam as cidades. O fato da participação ocorrer apenas ao fim do processo gera, via de regra, atitudes mais reativas do que propositivas, com embates entre diversos interesses de indivíduos ou grupos.

4.8.2 Conselhos Participativos

Os conselhos participativos são instrumentos de gestão urbana cidadã. Eles podem estar ligados às mais diferentes áreas temáticas e podem gerir políticas¹¹ ou mesmo territórios específicos da cidade. É importante que eles sejam de livre acesso e o mais diversos possíveis. Carvalho & Rodrigues (2016, p. 2) considera importante que diferentes agentes relacionados com a realidade urbana “ingressassem conjuntamente nesse campo teórico e prático, cada um por sua porta, para que as particularidades dos fenômenos citadinos não escapem pela abertura que se revelar desocupada”.

No Brasil, o principal órgão de gestão e planejamento participativo do ambiente urbano são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Urbano (CMDU). Souza (2015, pp. 359 e 378) conta que os CMDUs são – juntamente com os conselhos de orçamento participativo – “as instituições-símbolo de um esforço consistente na democratização da cidade”. Neles, por meio da livre disputa de ideias e propostas, atua-se na definição, confecção e acompanhamento da

¹¹ Em 2015, Fortaleza tinha mais de 30 conselhos regulamentados, muitos deles inativos (Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2015a, p. 248)

implementação de políticas públicas e intervenções diversas. Normalmente essas instâncias são criadas e regulamentadas com os Planos Diretores Municipais (PDMs). No entanto, por vezes os PDMs apenas os mencionam e deixam “inteiramente para legislação ordinária adicional¹² a definição de quaisquer normas de composição e funcionamento” (Ibidem, p. 363). O mesmo autor ainda critica a prática usual de criar cadeiras destinadas a grupos específicos – geralmente entidades profissionais e empresariais -, de forma corporativista que cristaliza posições de poder (Ibidem, p. 378).

Os CMDUs têm grande flexibilidade na definição de suas composições, mas o que se percebe em muitos casos é que eles costumam ser paritários (metade dos assentos para o poder público e metade para a sociedade civil) ou tripartites (um terço para instituições públicas, um terço para entidades relacionadas, um terço para cidadãos representativos). Como exemplo, Souza (2015, p. 362) traz a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), que indica no máximo uma parceria entre o Estado e a Sociedade civil. O CMDUA de Porto Alegre é composto por 25 pessoas, sendo o presidente mais oito membros dos governos municipal, estadual e federal, oito de entidades ligadas ao planejamento urbano e oito representantes da comunidade¹³.

Souza (2015, pp. 362 e 379) sugere como bom exemplo de formato participativo democrático a composição e funcionamento do Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Esse é formado por 44 delegados da sociedade civil - sendo dois conselheiros indicados por cada uma das dezesseis unidades territoriais em que o município foi dividido (algo similar às juntas de freguesia de Portugal), mais dois conselheiros indicados por cada uma das seis plenárias temáticas (saúde, educação, mobilidade, etc...) – mais um representante do sindicato dos municipais, um representante da federação municipal de associações de moradores e apenas dois representantes do poder público. Todos esses têm direito a voz e voto, com exceção dos representantes governamentais que não têm direito a voto, pois têm o papel de informar e orientar tecnicamente as decisões do conselho. O autor sugere que esse formato poderia ser melhorado com a presença de um profissional independente que pudesse oferecer um contraponto por meio de informações e aconselhamentos alternativos aos prestados pelos planejadores profissionais municipais.

4.8.3 Orçamento Participativo

¹² Em Fortaleza, por exemplo, o Plano Diretor Participativo de 2009 deixou a criação e regulamentação do CMDU para lei ordinária que até agosto de 2018 não havia sido promulgada.

¹³ Em Fortaleza, sem ter seu CMDU instituído, o papel de discussão da política urbana, monitoração, análise e aprovação de projetos especiais (que não são sujeitos às restrições de uso e ocupação do solo) é feito pela Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor (CPPD). Sua composição, definida pelo decreto 13.262/2013, prevê apenas órgãos próprios do poder público municipal. Entretanto, a atual composição dessa comissão é formada por 13 órgãos públicos da administração municipal e 13 órgãos externos a administração municipal, mas não necessariamente da sociedade civil (mais informação em <https://urbanismoemioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/382-comissao-permanente-de-avaliacao-do-plano-diretor-cppd>). Desde o fim de novembro de 2017, foi realizada uma minuta de projeto de lei para a criação do CMDU de Fortaleza que define a divisão paritária dos membros entre 11 conselheiros oriundos da administração pública municipal e 11 da “sociedade civil”, sendo que foi considerado nesse grupo os representantes do poder legislativo municipal e de uma empresa concessionária de serviços públicos (mais informações em: <http://www.lehab.ufc.br/wordpress/tag/cmdu/>). Na prática, a composição não seria muito alterada em relação à existente na CPPD e continuaria a vigorar a situação confortável e pseudoparticipativa em que os projetos municipais são facilmente aprovados por maioria em votações (facilitado por metade dos votantes serem funcionários indicados a serviço da instituição proponente)

O orçamento público é um dos instrumentos mais importantes e usuais da gestão econômica das coletividades. No entanto, muitas vezes é encarado como um instrumento puramente técnico e politicamente neutro, quando na verdade tem um relevante fator político na decisão de para que fins serão alocados os recursos (Souza, 2015, pp. 338, 342).

Tendo sido criado em fins dos anos 70 no Brasil, na cidade de Lages (Souza, 2015, p. 343), o orçamento participativo se tornou mais conhecido após sua consolidação e desenvolvimento na cidade de Porto Alegre – com início em 1989. A experiência local se tornou internacionalmente conhecida e foi replicada em muitos países do mundo (Ibidem, pp. 343, 392)

O orçamento participativo consiste, em essência, em uma abertura do aparelho estatal através do qual a população participa diretamente para a tomada de decisão a respeito dos objetivos dos investimentos de uma parte ou da totalidade dos recursos públicos disponíveis (Mota, 2013, p. 173; Souza, 2015, p. 344). Souza (2015, p. 344) detalha o funcionamento do mecanismo da seguinte forma: primeiramente, a população é organizada em unidades espaciais – que podem equivaler a um bairro ou agrupamento desses – onde debatem e deliberam, em assembleias, sobre as prioridades dos investimentos àquela escala. Nesses momentos, a população elege delegados – em número proporcional ao número de eleitores de cada assembleia – para organizar as discussões sobre as prioridades de investimento em cada unidade territorial. O poder público tem o dever de – além de organizar o processo – informar anualmente a disponibilidade dos recursos e prestar contas sobre a execução orçamentária do ano anterior. Também são eleitos, nas assembleias, os conselheiros do orçamento participativo que acompanharão e participarão, junto da administração municipal, da elaboração da peça orçamentária. Em Porto Alegre também foram instituídas plenárias temáticas em que conselheiros são eleitos não em função do local de moradia, mas de temas específicos como saúde, educação e transporte, para organizar as prioridades do debate sobre os investimentos nessas áreas na cidade como um todo.

O orçamento participativo busca “repolitizar o orçamento (...) no sentido de um controle direto e efetivo da administração pela sociedade civil” (Souza, 2015, p. 342). O instrumento deve ser visto como um objeto transdisciplinar aberto à toda população que institucionaliza a participação, oferece transparência das contas públicas, incentiva a cooperação entre eleitos e eleitores, beneficia a população político-pedagogicamente na consciëntização de seus direitos e contribui para maior coesão e solidariedade socioterritoriais (Mota, 2013, p. 173; Souza, 2015, p. 342).

É preciso ter atenção, no entanto, a alguns aspectos relativos ao exercício do orçamento participativo. O primeiro trata do questionamento sobre sua institucionalização, em que há quem prefira confiar numa autorregulamentação da sociedade civil em oposição à regulamentação via lei específica, por receio que os legisladores amarrem o instrumento a regras que o enfraqueça e descaracterize-o, limitando a margem de ação da população e reservando mais poder às autoridades tradicionais, sem grande flexibilidade (Souza, 2015, p. 352). Autorregulamentado ou legalizado, é importante que o processo tenha critérios e objetivos claros sobre a repartição dos recursos (Ibidem, p. 348), que não serão totalidade, mas uma parte do todo, devido a recursos de destino obrigatório, como pagamento de dívida pública, despesas com servidores públicos ou recursos vinculados à educação e saúde (Ibidem, p. 349) A divisão das unidades territoriais deve resultar de uma reflexão criteriosa para que realidades similares ou com pouca afinidade não sejam, respectivamente, separadas ou unidas artificialmente. “Além disso, tanto um número excessivo (pulverização) quanto um número demasiado pequeno (pouca diferenciação) de unidades espaciais de referência tende a acarretar vários problemas” (Ibidem, p. 356). Dias (2006, como citado em Mota, 2013, p. 173) menciona a dificuldade em elaborar um pensamento estratégico sobre o território, devido a pouca interação entre os cidadãos e técnicos. Em Porto

Alegre, a presença das plenárias temáticas e dos planejadores profissionais assessorando o conselho do orçamento participativo foram criados para mitigar esses prejuízos.

O orçamento participativo é reconhecidamente um instrumento com grande potencial em ampliar a participação e democratizar a gestão pública. Por isso mesmo e como era de se esperar, o mecanismo coleciona diversos adversários que podem ser encontrados em políticos ligados a visões conservadoras ou a técnicos refratários à ideia de abrir mão de suas prerrogativas e ver seu prestígio diminuído (Souza, 2015, pp. 347 e 358).

4.8.4 Planos participativos

Os processos de planeamento para definição de planos territoriais, não são obrigatoriamente participativos, mas neste trabalho abordaremos características dos que assim o são, especialmente os processos de planejamento estratégico, como definidos principalmente por Albrechts (2004).

Para Mota (2013, p. 245), os planos estratégicos são um dos principais instrumentos das metodologias colaborativas, aplicáveis em diferentes contextos e com objetivos e temas diversos. Foram criados com o objetivo de definir estratégias baseadas na análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças na busca de priorizar o essencial do acessório por meios adequados (Healey, 2009, p. 442, como citada por Mota, 2013, p. 245).

Para Albrechts (2004, pp. 746, 748), o planejamento estratégico se trata do processo, do design institucional e da mobilização para definição de quadros de ação e seleção dos assuntos estratégicos. Para isso, logo no início, os atores devem se tornar conscientes da distribuição desigual de poder em todas as etapas do processo (Ibidem p. 754) para a elaboração de uma dialética mutuamente benéfica entre estruturas *top-down* e *bottom-up* que possam propiciar a confiança necessária ao envolvimento ativo, diálogo aberto, a colaboração e a responsabilização para formação de consensos (Ibidem, pp. 751, 754). Por isso, processos dominados somente por *experts* ou atores poderosos devem ser evitados, pois isso acarreta menor disponibilidade em enfrentar problemas e favorece o aceite de ideias genéricas sobre grupos não lá representados (Ibidem, p. 754).

O planeamento estratégico deve ter uma visão crítica do ambiente para determinar as forças e fraquezas no contexto de oportunidades e ameaças, ele reúne as principais partes interessadas (públicas e privadas) e permite uma governança com envolvimento amplo e diverso que desenvolva uma visão coletiva de futuro que leve em conta as estruturas do poder, as incertezas e os valores divergentes de forma a influenciar a mudança territorial. Se trata de gerar ideias e processos por meio do entendimento mútuo e consensos que possam ser levados adiante. Tudo isso em um processo seletivo e orientado a um número limitado de aspectos e áreas estratégicas que sejam mais eficazes em trazer respostas justas a problemas estruturantes, que possam ser implementadas e realizadas com apoio da comunidade por meio de ações específicas, dentro de um processo de avaliação, revisão e monitoramento responsivo e constante (Albrechts, 2004, pp. 747, 751).

O planejamento estratégico é um processo dinâmico e criativo não linear que deve permitir a alteração de decisões prévias à luz de novos fatos e perspectivas (Albrechts, 2004, p. 752). O resultado final desse processo deve constituir um consenso (ou desacordo parcial) sobre a análise do ambiente, a visão coletiva de futuro, um plano de ações de curto a longo prazo, orçamento e estratégia de implementação (Ibidem, p. 753).

Ao meio desse processo, os planejadores devem ter consciência que não são neutros e devem estar profundamente envolvidos em servir como catalizadores, contrapesos e iniciadores da mudança que permitirá a formação de alianças e anteciparão e combaterão os esforços de interesses particulares que ameacem o exercício de planejamento democrático e os fins pré-determinados (Albrechts, 2004, pp. 750, 752).

Após o término da formulação do plano, as expectativas para o futuro estão em seu auge. No entanto, o entusiasmo e o ímpeto desvanecem enquanto esperam por orçamento, financiamento e priorização política (Lydon & Garcia, 2015, p. 215)¹⁴. Dessa forma, muitos exercícios de planejamento se revelam apenas como formas dispendiosas de discutir o possível, com implementação perpetuamente no aguardo do alinhamento dos recursos e da política (Ibidem, p. xvi).

4.9 Escala de intensidade da participação e seus desafios

Este tópico versará sobre os diferentes níveis de participação possível, baseado principalmente no artigo da autora Sherry Arnstein, “Ladder of citizen participation” (1969), mas também nas releituras dada por Marcelo Lopes de Souza, em “Mudar a Cidade” (2015) e na tese de doutoramento de José Carlos Mota, “Planeamento do Território” (2013), na figura 4.

Arnstein (1969, pp. 2-3) considera em seu trabalho que os primeiros degraus (manipulação e terapia, níveis 1 e 2) da escada de participação se referem a processos “não-participativos” que visam enganar os cidadãos. Acima disso, tem início o nível de participação simbólica em que as pessoas começam a ser informadas (informação, nível 3) e a ter voz (consulta, 4), mas continuam sem os meios para efetivar suas perspectivas. O nível de aplacamento (5) também faz parte da participação simbólica, porque apesar de permitir o aconselhamento e mesmo direito a voto em processos, as regras do jogo são colocadas de forma a manter o poder ao *status quo*. Os três níveis superiores permitem maior influência popular nos

¹⁴ Em Fortaleza, este autor participou na construção de dois planos, o Plano Diretor Cicloviário de Fortaleza (PDCI) e o plano estratégico Fortaleza 2040. O segundo se estendeu por dois anos, os quais não acompanhei todas as etapas. No primeiro, junto com outros cicloativistas, analisamos e criticamos as proposições e sugerimos alterações, pois a abertura à participação se deu próximo ao fim e de forma reativa às críticas, apenas após a definição de um primeiro esboço de plano. Compartilho da impressão de Barbacovi (2015, p. 94) quando afirma que “foram detectadas várias falhas no plano (...) que refletiam a falta da participação popular, visto que até aquele momento havia sido concebido a portas fechadas, por empresas que desconheciam a realidade da cidade e as necessidades particulares dos ciclistas fortalezenses, tendo o Plano só sido apresentado e aberto às sugestões naquele momento por pressão da sociedade civil” (Barbacovi, 2015, p.94).

Após aprovação legal, o PDCI trouxe uma inovação para o processo de monitoração ao criar uma comissão de “Gestão Cicloviária”, organizada pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP), que realiza reuniões de entrada livre a cada dois ou três meses a fim de debater e planejar os rumos da política cicloviária. No entanto, essas reuniões contam apenas com a presença de técnicos municipais especializados na área, sem a presença de autoridades detentoras do poder decisório. Assim, os participantes saem sem conclusões concretas das reuniões, pois “as resoluções tiradas entre os técnicos cicloviários e a sociedade civil não possui nenhum caráter vinculativo, muito menos obrigatoriedade na agenda pública, uma vez que não há poder para determinar prazos para aplicação das medidas” (Barbacovi, 2015, p. 109). Como exemplo dessa questão, desde o fim de 2016 foi definido nas reuniões que a prioridade máxima na construção de novos trechos cicloviários deveria ser dada à conexão entre as ciclofaixas da av. Antônio Sales e a ciclovia da av. Washington Soares, um trecho de importante ligação do tecido urbano, com alta quantidade de veículos, velocidades de 60km/h e muitas estruturas – viadutos, túneis e passarelas - que favorecem as grandes velocidades e aumentam a insegurança viária. Apesar de novas pistas cicláveis terem sido realizadas, esse trecho permanece sem efetivação (mesmo com o prazo inicial tendo sido para julho de 2017).

processos de tomada de decisão. Primeiro, vem a figura da parceria (6) que permite a negociação e trocas com os tradicionalmente poderosos, o poder delegado (7), que dá, em certas ocasiões, real poder decisório aos cidadãos e o controle cidadão (8) em que todas as decisões partem dos cidadãos. Souza (2015, pp. 202, 205) considera que os níveis de não-participação são manifestações explícitas da arrogância do tecnocratismo, os níveis intermediários são “expressões de dissimulação ou falsa participação” e os níveis superiores constituem a participação autêntica onde as “soluções de planejamento e gestão possam ser encontrados de modo fortemente democrático e sobre os alicerces do emprego da racionalidade e do agir comunicativos”.

Souza (2015, p. 202) faz uma releitura dos níveis propostos por Arnstein (1969) por considerar inadequadas algumas categorias da autora, como a “terapia” que entende ser uma variante da manipulação em um processo muito específico de assistencialismo comunitário. Também afirma que “manipulação” não inclui situações mais duras que podem ser consideradas como coerção pura. O autor considera aplacamento (apaziguamento em sua tradução) como um termo impreciso e opta por utilizar “cooptação” que diferencia melhor da “consulta”. Por último, o autor considera “controle cidadão” algo muito vago e difícil de diferenciar do “controle delegado” e, por isso, opta pelo termo “autogestão” como ápice da participação em exercícios de planejamento sem o aparato estatal.

Mota (2013, p. 269) estabelece, por sua vez, cinco tipologias do que pode ser considerado como processos de abertura à participação (o autor não aborda os níveis de não-participação). O nível mais básico seria o de “informação”, com relação unilateral entre os promotores dos processos e os atores; em seguida, “consulta”, o nível mais frequente e com relação bilateral; depois, o “diálogo”, de relações bilaterais simultâneas e ponto fundamental para participações mais efetivas; logo, “cooperação” com relações bilaterais ou multilaterais entre os atores; e, por último, a “parceria” fundada na mesma relação anterior, só que de forma aprofundada.

Dessa maneira, uma síntese entre as leituras dos diferentes níveis de participação por cada autor e suas equivalências pode ser verificado na figura logo abaixo.

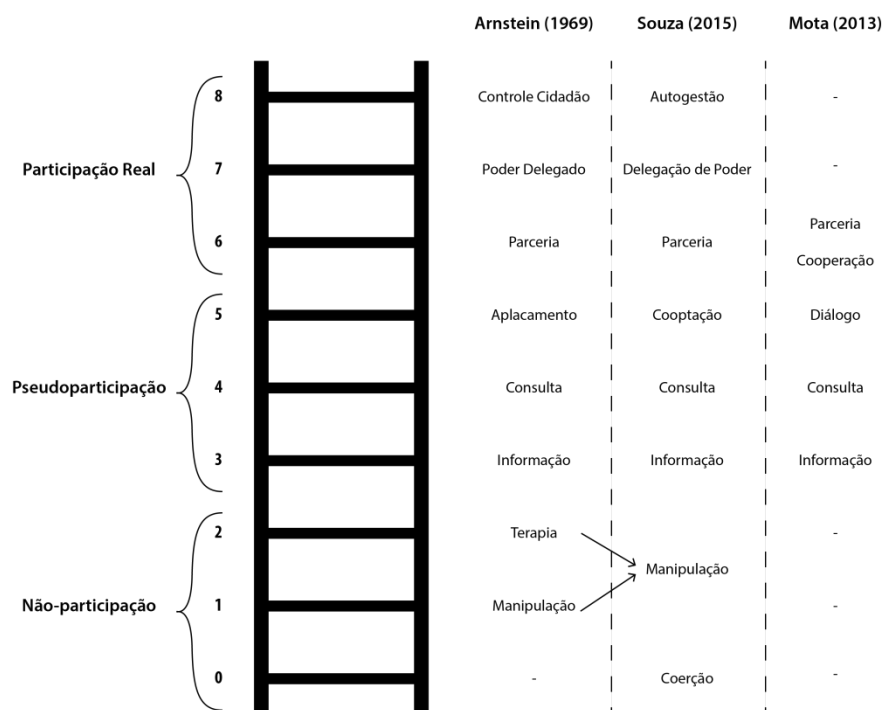


Figura 4: Escada de participação popular nas leituras dadas por Arnstein (1969), Souza (2015) e Mota (2013). Fonte: autoral

Mota (2013, p. 182) traz ainda uma outra escala de participação, formada por Susskind que compara em oito níveis, a quantidade e intensidade da participação em relação ao esforço dos promotores do processo de agregar mais atores. “O nível mais baixo está relacionado com a tomada de decisão unilateral pelo decisor, enquanto o nível mais alto envolve a procura da decisão totalmente consensual, com diferentes níveis intermédios” (idem).

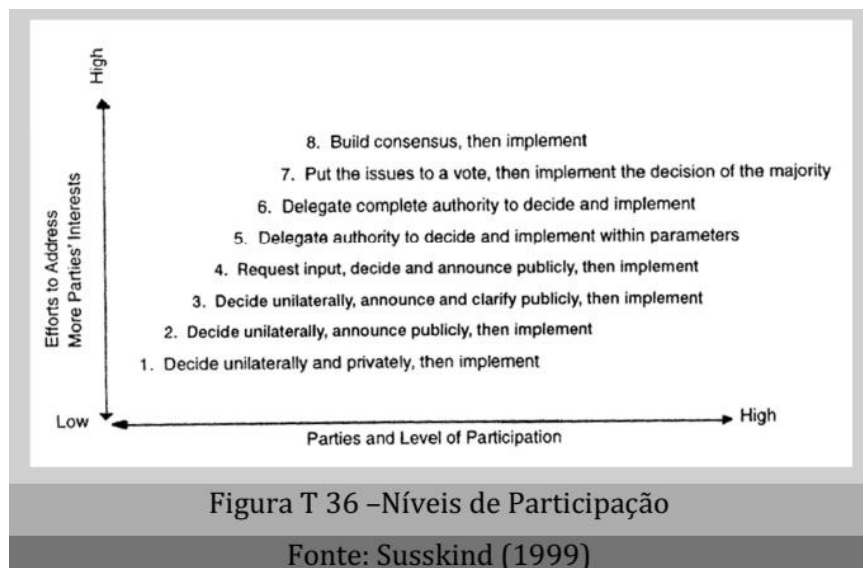


Figura 5: Níveis de participação de acordo com Susskind (1999). Fonte: Mota (2013)

4.9.1 Não-participação

Os níveis de não-participação se referem aos que a abertura à participação dos cidadãos está ausente ou gravemente distorcida. Arnstein (1969) considera os níveis de “Manipulação” e “Terapia” nessa dimensão, enquanto Souza (2015), coloca “Coerção” e “Manipulação”.

Para Souza (2015, p. 203), os processos coercitivos são os mais baixos do que pode se considerar como “participação”. São momentos em que os cidadãos são obrigados a assinar documentos sem maiores explicações para que o estado consiga atingir alguns fins. Remoções de favelas e aglomerados subnormais são um importante exemplo desse método. “Normalmente, situações de clara coerção são encontradas em regimes de exceção (ditatoriais ou, mesmo, totalitários) nas quais a própria democracia representativa não existe ou deixou de existir” (idem).

O nível seguinte é o da manipulação. Souza (2015, p. 203) afirma que esse tipo é aplicável quando uma população é induzida a aceitar uma intervenção devido ao uso maciço da propaganda e de outros mecanismos, sem que o Estado tenha como objetivo criar um diálogo verdadeiro ou canais de participação. Arnstein (1969, p. 4) considera que a manipulação ocorre quando há o diálogo entre cidadãos e promotores, mas as informações são distorcidas ou dadas de forma incompleta de forma a obter apoios necessários à efetivação de uma determinada intervenção. De início, as pessoas podem até se orgulhar por terem participado no processo para, posteriormente, perceber que muitas informações não haviam sido ditas e os resultados podem ter ocorrido diferente do esperado.

O nível da terapia (que para Souza [2015] é apenas outra forma de manipulação) é, segundo Arnstein (1969), um processo desonesto e arrogante em que os promotores criam

terapias de grupo para os cidadãos tratarem sua falta de poder – como se fosse um distúrbio psicológico.

4.9.2 Pseudoparticipação

Os processos pseudoparticipativos se referem às etapas de informação e consulta (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015) e aplacamento (Arnstein, 1969)/cooptação (Souza, 2015)/diálogo (Mota, 2013). Essas etapas demonstram primeiros e importantes passos à participação real, mas ou são insuficientes ou são distorcidas de maneira a impedir a real deliberação cívica sobre os rumos da política urbana.

O nível de informação refere-se às ações de prover os cidadãos sobre seus direitos, deveres, responsabilidades e a intenção do estado quanto ao desenvolvimento urbano através de veículos de comunicação ou encontros. No entanto, frequentemente a informação se dá de forma unidirecional *top-down* sem abertura ao diálogo e a negociação, e já em momentos tardios (Arnstein, 1969, p. 5). Arnstein (*idem*) reforça que mesmo em encontros a informação pode vir de forma unidirecional e superficial de forma a desencorajar questões ou dar respostas irrelevantes. Souza (2015, p. 203) afirma que a depender da cultura política e do grau de transparência, as informações podem vir “mais ou menos completas, menos ou mais ‘ideologizadas’”. Rodrigues (2017, p. 184) alerta para a tênue distinção entre “informação” e “propaganda”, sendo a primeira feita para esclarecer e a segunda feita para influenciar – ou por acreditar no bem maior a ser proporcionado e querer realizá-lo de forma rápida, ou por envolvimento com interesses ocultos que “devem” ser concretizados rapidamente.

A etapa da consulta é, como a informação, um passo legítimo a uma participação completa. Mota (2013, p. 227) afirma que a complexidade do exercício de planejamento induziu sobretudo à consulta aos cidadãos e que, “mesmo modesta e sem os resultados desejados, esta introdução dos mecanismos formais de participação era uma expressão de mudança na concepção do planejamento” pois a discussão puramente técnica dava abertura ao debate político sobre os valores e futuros desejados. Souza (2015, p. 204) aponta que o processo de consulta pode mesmo “ser, algumas vezes, bem organizado e útil para o balizamento da atividade planejadora”. O problema resta quando não se oferece, em um diálogo verdadeiro, garantia ou compromissos que as opiniões, ideias e preocupações da população serão levadas em conta (Arnstein, 1969, p. 6; Souza, 2015, p. 204). Quando não passa disso, o processo participativo não passa de uma enganação em que os participantes são encarados como estatísticas numéricas a partir do número de presentes ou respondentes de questionários (Arnstein, 1969, p. 6). Os participantes “participam na participação” e os promotores passam pelo requerimento de envolver “aquelas pessoas” (*idem*). Os métodos mais frequentes de consulta são pesquisas, encontros de vizinhança e audiências públicas (*idem*).

O nível do aplacamento ou cooptação (pelo que dito por Arnstein, não há diferenciação prática, apenas terminológica) consiste no convite a indivíduos, geralmente líderes ou ativistas, a integrar postos na administração pública ou tomarem parte em alguma instância participativa (Souza, 2015, p. 204). “Essa cooptação individual ou de um segmento da sociedade serve, menos ou mais intencionalmente, à cooptação de uma coletividade mais ampla” (*idem*). “O que hoje é uma alternativa pode se tornar uma tendência dominante e despolitizada pela repressão e cooptação amanhã, com sua força transformadora minada” (Miraftab, 2016, p. 369), pois “esse tipo de ativismo escravo é o que a teoria despolitizada de planejamento celebrou e popularizou como planejamento inclusivo através da participação cidadã” (*idem*).

A institucionalização de canais e instâncias participativas é de todo modo um avanço em comparação com a mera consulta e pode fornecer meios de dar mais visibilidade às causas da sociedade civil. Entretanto, caso esse canal participativo não tenha real poder decisório (seja consultivo) e os detentores do poder tradicional mantenham a prerrogativa de tomar a decisão final ou tenham a maior parte dos assentos - e possam sempre vencer votações de forma confortável -, o risco de domesticação e desmobilização da sociedade civil se torna ainda maior (Arnstein, 1969, p. 7; Souza, 2015, p. 204). A qualidade do assessoramento técnico e a mobilização comunitária para pressionar são fatores que podem amenizar o risco de cooptação (Arnstein, 1969, p. 7). Por isso, uma grande quantidade de pesquisadores identifica a forte limitação desses espaços em exercer influência real – sob controle estatal disfarçado – e em combater desequilíbrios de poder entre os participantes (Taylor, 2007, p. 297). Arnstein (1969, p. 9) exemplifica essa limitação com o caso de que, mesmo ao receber responsabilidade por gerar planos, os participantes podem não receber o tempo e recursos técnicos necessários e, portanto, não se produzem resultados diferentes dos tradicionais.

Os níveis de informação, consulta e cooptação constituem etapas onde os cidadãos podem perceber que por mais que participem, os resultados não vão além do permitido pelos detentores do poder (Arnstein, 1969, p. 8), não passando de uma ilusão de participação (Souza, 2015, p. 338) ou pseudoparticipação ruim para a coletividade a longo prazo (Ibidem, p. 205). Ao invés desses processos favorecerem o amadurecimento político e a socialização dos atores, eles materializam a institucionalização da cooptação pela dinâmica do capital (Pinheiro, 2018, pp. 282-283). Lefebvre (2001, p. 104) já anunciava que “após um simulacro mais ou menos desenvolvido de informação e de atividade social”, as pessoas voltavam à passividade por um pequeno preço à sua aquiescência. Para ele, a participação real e ativa seria a “autogestão” (idem).

4.9.3 Participação Real

Os últimos níveis da escada se referem aos processos de “cooperação” (Mota, 2013)/“parceria” (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015), “delegação de poder” (Arnstein, 1969; Souza, 2015) e “controle cidadão” (Arnstein, 1969)/“autogestão” (Souza, 2015). Essas três etapas são onde começa a se perceber uma possibilidade real e efetiva de participação, com divisão de responsabilidades e poderes entre os promotores e participantes.

O primeiro grau de participação autêntica refere-se às parcerias – nem consultivas, nem cooptativas – em que o Estado e a sociedade civil colaboram e negociam em um ambiente de diálogo e razoável transparência para, de fato, distribuir e partilhar o poder e responsabilidades do planejamento e da tomada de decisão, ressalvado que mudanças nas regras concordadas não podem ser alteradas de forma unilateral (Arnstein, 1969, p. 9; Souza, 2015, p. 205). As parcerias permitem que competências diversas e complementares sejam partilhadas e aplicadas conjuntamente com auxílio de recursos humanos, financeiros e técnicos que são atraídos com o amadurecimento e o ganho de legitimidade dessas (Nelson, 2007, pp. 176, 181).

Há, no entanto, que levar em consideração alguns requisitos para que as parcerias sejam bem-sucedidas, para que os cidadãos tenham real capacidade de barganha e para que tanto esses como os promotores achem útil manter a parceria. São elas: que as comunidades responsáveis tenham líderes organizados, que os grupos cívicos tenham recursos para pagar seus líderes por seus esforços, que o grupo tenha recursos para poder contratar assessoria técnico-jurídica (Arnstein, 1969, p. 9); que haja um histórico prévio de engajamento, que haja tempo para a curva de aprendizado da parceria gerar confiança e respeito entre os atores (Taylor, 2007, p. 311); que haja fertilização cruzada de ideias e conhecimento, que haja tentativa de encontrar consensos,

que se instale um senso de propósito comum, que se combinem esforços e recursos a objetivos conjuntos, que se partilhe informações e expertise, que seja encorajado o aprendizado, o diálogo e o entendimento entre diferentes perspectivas, que sejam tomadas decisões melhores, que se criem resultados em que todos ganham; que o processo seja aberto, responsável e inovador e que encoraje o envolvimento, a ação, o compromisso e a avaliação (Nelson, 2007, pp. 176-177).

As parcerias também correm riscos diversos, como a possibilidade dos promotores buscarem apenas parceiros que se identifiquem com a filosofia/ideologia do governo atual, que as “regras do jogo” limitem a participação ao demandar habilidades e conhecimentos muito específicos (Taylor, 2007, p. 307), que as relações pragmáticas mascarem a desconfiança e os objetivos múltiplos entre os atores chaves, o que pode inibir seu desenvolvimento e demandar grande esforço em a manter e qualificar as relações internas enquanto se desenvolvem novas redes relacionais (Healey et al., 1999, p. 130).

No caso da delegação de poder, um nível acima da parceria, a balança do poder pende ao lado da sociedade e os cidadãos passam a deter a autoridade de tomada de decisão para um plano ou programa particular, pois o estado pode abdicar de suas funções em favor da sociedade civil (Arnstein, 1969, p. 10; Souza, 2015, p. 205). Outro modelo de delegação de poder é o que prevê a possibilidade de veto cívico a proposições da administração pública caso as diferenças de opiniões não possam ser superadas (Arnstein, 1969, p. 11). Apesar de continuar nos marcos da democracia representativa, os elementos de democracia direta são evidentes e ocasionam, junto com as parcerias, “situações de cogestão entre Estado e sociedade civil (Souza, 2015, p. 205).

O nível mais alto do que pode ser entendido como participação real é a “autogestão”, uma forma de gestão autônoma popular, sem intermediários e insubmissa ao capital. Assis, Silva, Siqueira & Binotto (2015, p. 9) esclarecem que Proudhon e Marx visualizavam o futuro como pertencente a sociedades autogeridas, mas por meios diferentes. O primeiro acreditava que a capacidade de se autogerir já lá estava e surgiria a partir de inter-relações entre o pluralismo social de diversos grupos. O segundo, respectivamente, defendia que processos autogestionários só seriam possíveis por via revolucionária que eliminasse a burguesia, as classes sociais, toda e qualquer propriedade e a subordinação do trabalho ao capital. Com o mesmo objetivo, Proudhon optou por um caminho reformador e Marx pela revolução (Ibidem, p. 10). De qualquer forma, percebe-se que a autogestão pressupõe suficiente autonomia, “sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido” (Souza, 2015, p. 205). Por isso, considera-se que a “delegação de poder” é o nível mais elevado alcançável dentro do binômio capitalismo e democracia representativa. Entretanto, é possível que experiências autogestionárias marginais tomem forma nas bordas do sistema com maior ou menor impacto político-pedagógico (idem).

Devido ao fato de que uma participação autêntica e autogerida de uma sociedade exige uma transformação social muito mais ampla do que apenas na escala local de uma cidade (Souza, 2015, p. 206), o escopo passou a ser o de organizações isoladas que tinham sua efetivação melhor viabilizadas, deixando de ser “uma forma de organização social para se constituir em uma forma de gestão” (Assis et al., 2015, p. 10) não hierárquica, de posse compartilhada e de participação direta dos envolvidos em processos decisórios (idem). Apesar disso, não resta excluída a possibilidade de conseguir ganhos de autonomia dentro de uma sociedade capitalista, quando, a despeito das tensões, elementos de democracia direta passam a ser recombinações com os métodos tradicionais representativos (Souza, 2015, p. 206). Esse processo caracteriza o desenvolvimento da gestão participativa, em um cenário reformista como proposto por Proudhon (Assis et al., 2015, p. 10).

A autogestão então é um processo mais complexo e exigente que surge a partir das demandas da população para que seja garantido maior poder e controle cívico na governação sem possibilidade de mudanças externas não negociadas (Arnstein, 1969, p. 11). A medida que os desempoderados pressionam por seus anseios, grupos e corporações autogeridas surgem e produzem bens e serviços sociais úteis (idem). No entanto, muitos planejadores e promotores de processos participativos “têm grandes dificuldades para superar definitivamente o ‘estadocentrismo’ e radicalizar seu enfoque da tão invocada ‘participação popular’” (Souza, 2015, p. 14).

A partir das metodologias colaborativas apresentadas nesse tópico, “assistiu-se (...) a uma crescente relevância da participação” (Mota, 2013, p. 201). As pessoas que participam nesses processos sentem que “a participação ativa é uma forma de autonomia do cidadão, como coparticipe da e na cidade”, o que gera sentido de pertencimento e cuidado com a cidade e seus espaços (Santana, 2016, p. 105). Por isso, é preciso que desenvolvamos um novo modelo de sociedade democrática e sustentável em que a administração pública permita um clima favorável para que os governados tenham, por meio da colaboração, real controle de seus governos (Espinosa & Walker, 2011, p. 225; Santana, 2016, p. 105).

4.10 Síntese do capítulo

Este capítulo tem início com uma breve reflexão sobre sistemas de governo, com a maioria (ou ao menos a maioria dos que se consideram democráticos) das nações constituídas sobre democracias representativas, que estão em crise devido a insatisfações com os rumos tomados pelos governantes. As populações querem participar e, para reduzir esse déficit, pitadas de democracia direta são disponibilizadas, mas somente o exercício da autonomia deliberativa dos cidadãos pode ser entendido como “realmente” democrático.

A respeito dos cidadãos, a cidadania pode ser entendida como a participação em uma comunidade, de forma altruísta, com direitos e deveres estabelecidos perante o coletivo. Entretanto, a pobreza e a desigualdade constituem impedimentos ao pleno exercício cívico. Quem luta pelo urbano reforça, além da cidadania, o senso de pertencimento.

Um conceito muito importante a respeito da participação popular é o Direito à Cidade, constituído pelo direito de acesso à cidade, ao usufruto dessa e a tomar parte em sua construção coletiva. Embora supostamente inerente à vida urbana, esse deve ser conquistado através de lutas contra o sistema hegemônico excludente.

Os esforços pela participação (*top-down* ou *bottom-up*) surgem como meios de demandar e concretizar anseios e necessidades. Nesses processos, as instituições saem reforçadas, o planejamento é democratizado e os cidadãos são empoderados através de exercícios que formam alianças e permitem a aprendizagem coletiva. Para esses momentos, o profissional em planejamento deve atuar como facilitador e consultor.

A participação toma parte em palcos variados e diversos, mas é difícil acessar os que detêm a prerrogativa de tomada de decisões (de forma não neutra). Os espaços de participação podem ser divididos entre **espaços convidados** ou **espaços populares**, com posturas reativas ou proativas dos cidadãos participantes. Os promotores desses processos devem sempre atentar aos não-atores (silenciosos, ausentes, excluídos).

Há, no entanto, diversos desafios para dar início a processos participativos. Em contextos de governança neoliberal, o termo participação é, muitas vezes, associado com as parcerias público-privadas, de acesso restrito e longe do escrutínio público. É preciso estar atento aos

fatores necessários a processos participativos bem sucedidos que façam frente às resistências do setor público (e parte do privado) e que possam incluir mesmo as camadas mais desfavorecidas ou recessas. Para isso, é muito importante que os promotores ajam de forma comunicativa para criar diálogos autênticos que vençam preconceitos e não infantilizem a população.

Após iniciados, são muitos os riscos que podem se apresentar aos processos participativos. Primeiramente, é necessário garantir que haja ampla divulgação dos encontros. Em seguida, é preciso que os encontros ocorram em períodos e locais que possibilitem a mais ampla participação possível e que contem com apoio técnico. Posteriormente, é preciso combater o desequilíbrio de recursos, a superresponsabilização e culpabilização dos cidadãos, o risco de cooptação e o tecnicismo autoritário que podem camuflar coerções e legitimação prévia de interesses externos. É importante garantir que os conflitos e as diferenças possam tomar parte para serem superados em processos racionais-comunicativos realmente efetivos.

Para realizar a participação, foram criados muitos instrumentos (alguns normatizados, outros não), importantes à democratização dos processos de gestão e planejamento urbano. No entanto, é raro vê-los sendo aplicados em todo o seu potencial porque têm grande possibilidade de incomodar elites urbanas. O instrumento mais comum e aplicado é o da audiência pública, mas essas são consultivas e, geralmente, inócuas aos resultados. Os conselhos participativos fazem a gestão de políticas e do território, mas têm, muitas vezes, suas composições estabelecidas de forma a garantir o triunfo constante do poder público. Os orçamentos participativos fazem a gestão política e democrática de parte ou totalidade dos investimentos urbanos. Os planos estratégicos formulam, de maneira colaborativa, visões de futuro e planos de ação.

A participação pode se dar de diversas maneiras, com maior ou menor intensidade. É possível dividir os tipos participativos em três categorias macro: não-participação; pseudoparticipação; e participação real. A primeira traz métodos coercivos e manipuladores. A segunda traz algumas experimentações (informação, consulta e aplacamento), que são inócuas por não darem real poder aos cidadãos e terem margem de atuação limitada até onde o Estado permite. Os processos de participação real são aqueles que realmente oferecem poder aos cidadãos, seja em parceria com o Estado ou delegado por esse. O nível mais alto dessa categoria é a autogestão que, a nível de sociedade, não pode ocorrer em um sistema estatal.

Com o devido entendimento das formas que a participação popular pode se dar e seus desafios, o próximo passo será o de compreender os grupos organizados da sociedade civil que vão buscar essa participação nos espaços convidados ou em espaços criados.

5. MOVIMENTOS CÍVICOS URBANOS

Os processos participativos (ou a ausência deles) causam reações na sociedade civil. Processos de não-participação ou pseudoparticipação podem desencadear protestos e movimentos reativos, enquanto os processos realmente participativos trazem todos os benefícios já mencionados no capítulo anterior.

Independente da forma, a sociedade civil tende a se organizar em grupos para promover assuntos específicos, lutar por seus direitos e se opor a sua retirada ou aproveitar as aberturas à participação oferecidas pelos promotores. Rem Koolhaas (Rauterberg, 2009, p. 109) diz que “para uma cidade vital, tanto são necessários elementos planejados como não planejados. Juntos eles produzem a tensão necessária”. Este capítulo aprofundará o tema dos movimentos cívicos urbanos, a estruturação dos grupos atuantes e suas ações e ativismos.

5.1 Distinção entre movimentos e ativismos

Inicialmente, é preciso fazer a diferenciação de alguns termos para clarificar seu entendimento. Os movimentos sociais são expressões de ação coletiva decorrentes de lutas sociopolíticas, econômicas ou culturais que se esforçam por conseguir alterações abrangentes e de grande amplitude social. Têm como características: demandas identitárias, adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias para redes de mobilizações, práticas comunicativas diversas, projetos de visão de mundo que suportam suas ações e maneiras próprias de encaminhar suas reivindicações (Pinheiro, 2018, p. 284; Santana, 2016, p. 104). Admitindo a escala ampliada, este trabalho entende movimentos sociais como causas macros identificáveis que podem envolver diversos grupos militantes a esses objetivos, como o movimento feminista, movimento negro, movimento ambientalista, movimento cicloativista, etc.

Os movimentos sociais frequentemente entram em conflito com as administrações públicas e colocam questões importantes que, ao longo do tempo, mudam as práticas institucionais (Taylor, 2007, p. 303). “Essa manifestação dos conflitos urbanos através de movimentos sociais é um dos instrumentos do processo de apropriação do espaço da cidade pelas pessoas e para a mudança dos padrões citadinos” (Barbacovi, 2015, p. 108).

Este trabalho seguirá o entendimento de que, por os movimentos sociais serem causas amplas, a expressão desses nas escalas locais se dará através de “grupos” cívicos. A escolha do termo grupo é por generalizar as diversas formas de associativismo (associação, sociedade, coletivo, iniciativas, empresas). “Um grupo pode constituir um conjunto de pessoas que se reúnem e têm um fim comum, que ordena as relações estabelecidas entre si” (Santana, 2016, p. 16). Essa definição não é de entendimento universal, mas será utilizada neste trabalho para facilitar a compreensão quando autores mencionarem “movimento social” em referência a pequenos grupos que atuam na escala local. Quando Santana (2016, p. 26) coloca que “micro revoluções são realizadas a cada dia em favor da cidade, por iniciativa de diversos movimentos”, a afirmação se refere aos grupos e causas locais e mais específicas, e não a movimentos amplos.

Os movimentos sociais atravessam décadas, já que são basicamente ideias construídas coletivamente. Tarrow (como citado por Taylor, 2007, p. 303) argumenta que, mesmo quando os movimentos (ou melhor, os grupos atuantes dentro do movimento mais amplo) colapsam e avanços são revertidos, expansões na cultura popular e na participação popular e outras redes de movimentações residuais são formadas.

Os grupos atuantes em movimentos sociais exercem sua atuação por meio de ativismos, pois “os ativismos buscam propor melhorias que têm um alcance local, não abrangendo a totalidade da cidade” (Santana, 2016, p. 104), mas sempre com um sentido político de atender demandas pontuais de grupos específicos, podendo mesmo ocorrer uma desmobilização após o atendimento da demanda (Idem; Pinheiro, 2018, p. 279). Silva (2009, p. 129) considera que qualquer mobilização social é considerada um ativismo, mas para se tornar um movimento ela necessita evoluir a níveis mais ambiciosos.

5.2 Motivações e desafios aos movimentos

Os grupos ativistas de movimentos sociais têm, geralmente, uma coisa em comum, eles desejam o melhor para sua cidade e atuam, frequentemente, de forma voluntária. Santana (2016, p. 97) afirma que “a ação humana no espaço público é uma forma de sinalizar conteúdos práticos da vida social urbana”. Vida essa que ocorre nos espaços da cidade, em seus elementos marcantes e que constitui a identidade cívica que gera o sentimento de pertencimento (Gehl, 2013, p. xiii). Torna-se fundamental agir para a cidade (Cavalcanti, 2013, p. 41), pois “acredita-se que as pessoas que têm experiências significativas e ligações afetivas a determinados locais tendem a cuidar melhor, a vigiar, a conscientizar a respeito do seu uso” (Santana, 2016, p. 119).

Exatamente por terem o sentimento de pertencimento apurado e por desejarem cuidar de sua cidade, os cidadãos passam por processos de reflexão política a respeito das questões que tumultuam a cidade (Sandel, 2014, p. 39) e formam diversos grupos – num verdadeiro sentimento de responsabilidade coletiva (Ibidem, p. 228) pelo meio urbano - como contraposição a mudanças, geralmente autoritárias, que não passam pelo devido debate público e terminam vendidas como a única alternativa possível. Despertam-se e organizam-se, a partir de solavancos (Rogers & Gumuchdjian, 2001, p. vii), em torno de pautas contra a “democracia direta do capital” (Maricato et al., 2013, p. 40) e “a cidade do pensamento único” (Pinheiro, 2018, p. 283), tomando as cidades em suas próprias mãos (Miraftab, 2016, p. 367). Vainer (Maricato et al., 2013, p. 40) comenta que há muito tempo se multiplicam manifestações de protesto, insatisfação e resistência, de forma diferenciada, dispersa e fragmentada.

Para tornar as cidades mais voltadas às pessoas (Gehl, 2013, p. xiv), os cidadãos se unem com quem pensa de maneira similar (Mota, 2013, p. 179) para, por meio da mobilização, da luta política/social (Maricato et al., 2013, p. 31) e dos recursos disponíveis, vencer o medo para exercitar o direito à cidade (Maricato et al., 2013, p. 31), enfrentar quadros de envolvimento cívico limitados e pouco favoráveis (Mota, 2013, p. 179) e, assim, tornar real o sonho de melhores cidades (Gehl, 2013, p. 31). Jacobs (como citado por Mota, 2013, p. 233) define que – a partir da sua experiência em Nova Iorque -, se houver uma razão mobilizadora, uma área territorial específica, tempo e ajuda de mobilizadores, movimentos urbanos cívicos podem emergir.

O movimento cicloativista, por exemplo, se tornou um ícone de movimentos reivindicatórios (Santana, 2016, p. 53) do espaço público assim que os carros começaram a dominar as ruas urbanas (Lydon & Garcia, 2015, p. 39). Apesar de ter sua origem anterior ao automóvel, o uso da bicicleta passou a simbolizar uma imagem alternativa de sociedade, associada a mudanças sociais e em oposição aos valores hegemônicos (Santana, 2016, p. 53).

Guarnacia (2015, p. 13) afirma que a revolta Provo, na Amsterdã dos anos 1960, foi o primeiro episódio em que jovens, atuando de forma independente, tentaram influenciar o território da política, de forma inédita e com a intenção de provocar um “curto-circuito”, ao recusar o uso de automóveis e propor a bicicleta como instrumento de locomoção e lazer por

excelência (Ibidem, p. 74). Reivindicavam, de forma intencionalmente provocativa, o direito de se mover em segurança sem ser ameaçado por veículos automotores agressivos e também o direito de não consumir nem seguir modelos de consumo (Ibidem, p. 75).

O movimento ambientalista, apesar de existente há décadas e presente em lutas de escala global (como as alterações climáticas), se faz presente nas cidades também através de uma faceta mais local referente à defesa das áreas verdes (parques, praças, jardins) e à arborização urbana (árvores nos passeios/calçadas e praças). Esses ativistas compartilham da reflexão de Holanda (1976, p. 45) quando diz que “está merecendo um estudo a atual falta do gosto do homem urbano (...) pela arborização nas imediações de sua casa”. Situações de difícil compreensão como cortes de árvores para dar “visibilidade” a fachada de um negócio, substituição de espécies frondosas e já crescidas por espécies novas, de valor principalmente estético, ou mesmo no caso dos moradores que pediram para remover todas as árvores da rua para que suas seivas não sujasse a pintura de automóveis (Rodrigues, 2017, p. 140), demonstram o quanto estamos habituados a privilegiar o conforto pessoal e imediato sem perceber as vantagens prolongadas e quase invisíveis que a arborização nos propicia (Idem). Especialmente em locais de clima quente, em que a sombra das copas traz conforto durante o ano todo, esse tipo de movimento cívico costuma ser presente e atuante.

O movimento em defesa do patrimônio histórico enquanto movimento cívico urbano pode se referir à proteção de monumentos e espaços públicos (praças, por exemplo) ou mesmo a edificações – públicas ou privadas -, as quais a população se apropria visualmente (os espaços de transição ditos por Gehl, 2013) e as defendem mesmo que jamais lá tenham adentrado. Nogueira (2014, p. 52) afirma que o ato de patrimonializar refere-se a ação de identificar valores culturais em um bem e assim o reconhecer socialmente. Esses movimentos agem principalmente de maneira reativa (como tantos outros, na verdade) pelo desejo de preservação e o medo da destruição e da perda de bens. Colocam então em debate a necessidade de preservação desses (A. G. R. Nogueira, 2014, p. 54), enquanto ativam a emoção e identificação comunal para o reconhecimento de categorias como “a autenticidade, a presença e a beleza que (...) levam um bem a entrar para a cadeia patrimonial” (Soares, 2011, p. 485).

Esses movimentos cívicos passaram então a tornar “viva a voz de quem é o fim e deveria ser também o meio da política, o povo” (Cisneiros, 2015) e espalham essas ideias entre as cidades e dentro dessas para modificar mesmo as instituições mais desafiadoras (Lydon & Garcia, 2015, p. 149) por meio da rebeldia instintiva que se transforma em resistência (Guarnacia, 2015, p. 65) e das experiências de lazer reflexivo, questionador e reivindicador (Santana, 2016, p. 142). Apesar de esses ativismos evitarem o fim da conscientização, a apatia (Freeman, 1970, p. 9) e a conformação e consumismo – pressupostos do modo de vida capitalista – (Santana, 2016, p. 47), há muitos autores (Guarnacia, 2015, p. 140; Pinheiro, 2018, p. 272) que fazem a crítica aos movimentos que buscam ganhos pontuais ou apenas o reformismo da vida cotidiana – que não deixam de ser pequenas vitórias -, sem fazer a crítica aprofundada quanto ao sistema que produz essa realidade, tornando-se assim mais uma força mantenedora do *status quo* que aceita a realidade capitalista.

Mesmo que o poder de ação dos movimentos cívicos urbanos seja incapaz de alcançar uma revolução sistêmica, não deixa de ser um encaminhamento para a conquista da autonomia por meio de contingências, lutas, negociações e vontade coletiva – que não virão de um indivíduo iluminado – (Souza, 2015, p. 383) que, partindo da base comunitária, alcançará o verdadeiro desenvolvimento sustentável (James et al., 2015, p. 20). A mudança positiva e sustentável da comunidade é entendida como as práticas e significados do engajamento que favorecem a adaptação e resiliência dos domínios ecológico, cultural, político e econômico (Ibidem, pp. 23-24).

Tendo a opção pela via reformista ou revolucionária, os movimentos urbanos cívicos objetivam um tempo mais autônomo e democrático. O futuro virá inevitavelmente, mas ele é infinitamente aberto, plural e, paradoxalmente, vazio, por ser um território de forte contestação política de intensa disputa e inúmeras possibilidades, há ainda de ser imaginado e reinventado (Miraftab, 2016, p. 374). “Se não ousarmos imaginar o inimaginável, então, o futuro é menos aberto e mais predeterminado como persistência e perpetuação do presente” (idem), o que torna, portanto, a luta política por um futuro mais justo que produzirá um novo senso comum a chave para um urbanismo mais humano (idem).

Às vezes, são os idealistas que tomam a atitude correta ao defender o interesse público e preservar valores mais importantes do que os levados em conta pelo mercado e, muitas vezes, pela administração pública (Rodrigues, 2017, p. 38). Para isso, eles ousam “imaginar um futuro radicalmente diferente que seja mais justo e que corporifique um urbanismo humano” (Miraftab, 2016, p. 376) por meio da esperança, considerada por Aristóteles (como citado por Piano, 2011, p. 110) como “o sonho dos acordados”. Questões como “E se a Prefeitura... não fizesse a praça, e se a gente fizesse a praça?” (Santana, 2016, p. 75) mostram a esperança que muitos desses ativistas têm em imaginar um mundo melhor. Miraftab (2016, p. 374) afirma que “o fim da história como a conhecemos, pode ser também o começo da história como a queremos”. BIG (2011, p. 392) e Harvey (Maricato et al, 2013, p. 33) concordam que se nossas cidades foram imaginadas e feitas de uma maneira que não se ajusta ao que queremos que seja, então podemos e devemos reimaginá-la e refazê-la, mudá-la. Além, disso, construir a cidade de nossos desejos está intrinsecamente ligado à pessoa que queremos nos tornar (Maricato et al, 2013, p. 28). Portanto, “talvez o segredo seja não manter os sonhos na gaveta. É preciso ousá-los” (Piano, 2011, p. 142)

É preciso ter em conta que qualquer um pode aprimorar um lugar, sem restrições de profissão, setor ou perspectivas e quando se unem pessoas diversas de forma transdisciplinar, novas ideias podem surgir para enfrentar as necessidades e aproveitar as oportunidades da vida urbana (Lydon & Garcia, 2015, pp. 26 e 121). Abre-se a ressalva de que, embora não seja algo que deva ser feito apenas por arquitetos e/ou urbanistas, a ideia “de mudar o mundo não pode abandonar o arquiteto” (Piano, 2011, p. 87).

Esses atores da sociedade civil têm como dever então “denunciar e alertar para as situações onde o interesse coletivo está a ser posto em causa, não vastas vezes por inoperância do próprio promotor de planejamento, o que pode gerar situações de tensão” (Mota, 2013, p. 280). Essa tensão é, na verdade, inerente entre governantes e governados e tão velha quanto as próprias cidades (Lydon & Garcia, 2015, p. 21) e produz relações conflituosas em todos os casos, com alguns assumindo mesmo “uma postura de negação da possibilidade de negociação com o Estado, enquanto outros movimentos consideram estratégica ainda a inserção em conselhos de políticas públicas e a abertura de canais com os gestores” (Pinheiro, 2018, p. 284). Apesar do poder ter “alergia aos profissionais liberais de espírito” (Guarnacia, 2015, p. 63) e a burocracia almejar a ordem e o controle da sociedade (Ibidem, p. 83), é importante que os movimentos sociais tenham consciência do papel exercido pelas administrações municipais, seus alcances políticos e econômicos, para se perceber o que se consegue obter por meio delas e reconhecer suas limitações devido a problemáticas de escala mais ampla, regional, nacional ou global (Silva, 2009, p. 130). Dessa forma, “apesar da importância de procurar solucionar os problemas em âmbito local, é preciso pensar e agir também de maneira mais abrangente” (idem).

As tensões ficam evidentes em diversas maneiras de atuação e relacionamento dos ativistas com os governos. O abandono da manutenção de espaços públicos por limitada capacidade – ou desinteresse devido a outras prioridades - do poder público causa, conseqüentemente, o abandono também dos cidadãos usuários daqueles lugares. Então, quando os movimentos cívicos atuam de maneira a qualificar esses espaços, “se chocam com o Estado,

que ao mesmo tempo, como ele efetivamente não tem atuado de forma consistente e efetiva, fica fragilizado nessa relação” (Sobral, 2017, p. 6). Lydon & Garcia (2015, p. 96) contam a frase dita por um servidor público em um encontro, que afirmou que “Isso é espaço público, então ninguém pode usar”, o que provocou a ação criativa dos moradores da localidade como reação ao absurdo. Conseqüentemente, mesmo que a administração pública (ou parte dessa) responda negativamente a atividade cívica não autorizada, a população tende a aplaudir, o que expõe ainda mais a tensão e distanciamento entre a gestão existente e a cidade desejada (Ibidem, p. 13).

Outro caso em que a tensão é exacerbada é referente à repressão policial oferecida como resposta a protestos e manifestações - mesmo que pacíficas. Glaeser (2016, p. 55) comenta que a “repressão funciona” na medida em que governos autoritários e brutais tendem a ver menos protestos do que em regimes (realmente) democráticos. Dessa maneira, forças policiais pouco afeitas ao diálogo e capazes de incutir medo, mas não respeito (Guarnacia, 2015, p. 71), garantem “uma fachada de democracia perfeita, de paz social e liberalidade” (Ibidem, p. 40) ao repreender os “vândalos” e “baderneiros” que insistem em demonstrar a sua real estrutura autoritária.

A repressão pode se dar de forma não-física, mas através de estratégias políticas antidemocráticas, como no caso da Praça Taksim, em Istambul (Turquia), que em defesa da permanência do espaço contra a construção de um novo centro comercial, “cidadãos preocupados e organizações civis exauriram os canais liberais representativos de participação cidadã (os chamados espaços convidados) para expressar sua oposição” (Miraftab, 2016, p. 372), mas esses eram canais pseudoparticipativos e em nada impediram a agenda de destruição do capital (idem). Cisneiros (2015) traz caso semelhante, ocorrido na cidade de Recife (Brasil) em que para proteger edifícios de valor histórico do antigo Cais do Estelita contra a construção de empreendimentos habitacionais de classe alta, a ocupação das ruas se fez necessária devido à “indiferença do poder público em relação às manifestações, a tentativa dos vereadores de impedirem a entrada de pessoas e a sonegação de informações por parte da mídia”. Por isso, “movimentos radicais necessitam, assim, reinventar constantemente seus espaços de ação através de ‘práticas de ruptura e criação’” (Miraftab, 2016, p. 369), devido ao risco constante de ser desmobilizado devido a repressões policiais violentas ou de ser contido e cooptado pelo organismo estatal, tornando-se assim um “ativismo escravo” (idem).

Os ativismos dos movimentos cívicos urbanos se dão por meio do planejamento insurgente que rompe de forma radical com “o confinamento e a conformação das ações dos cidadãos às normas do Estado democrático liberal e do aparato de mercado e também reconhece como os cidadãos podem usar essas normas para induzir uma ruptura e criar algo novo” (Miraftab, 2016, p. 369). Os movimentos conseguem, devido a muita luta e esforço, algumas vitórias – umas pontuais, outras abrangentes -, mas colecionam muito mais derrotas devido ao forte aparato de manutenção do sistema e do *status quo*. Suas vitórias são, sobretudo, indiretas e a insatisfação e frustração tornam-se constantes. Todavia, “é melhor ser um humano insatisfeito do que um porco satisfeito; é melhor ser Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito” (Mills, como citado em Sandel, 2014, p. 71) e os ativistas sabem que vencer não é apenas chegar ao poder naquele momento, que “a paz é o nome que os vitoriosos dão ao silêncio dos vencidos” (Benjamin, como citado por Luca, 2008, p. 153) e, por isso, não se calam.

5.3 Grupos – características organizacionais e estruturais

Este tópico intenciona organizar definições sobre as características organizacionais e estruturais dos grupos constituintes dos movimentos cívicos urbanos. Mota (2013, p. 151) afirma que a identificação de uma tipologia deve buscar saber as motivações (por que), os meios (com

que), os palcos (quando e onde) e os métodos (as maneiras). Aqui, no entanto, não será debatido de forma específica nenhum grupo (isso ocorrerá indiretamente nos estudos de caso). Restará, portanto a discussão sobre os aspectos globais que os interconectam e os identificam.

Já tendo sido abordada as motivações que unem as pessoas em grupos, faz-se importante destacar os benefícios que são alcançados quando as pessoas se organizam para atuar coletiva e colaborativamente. Manzini (2016) afirma que as organizações colaborativas são importantes por duas razões. Primeiro, elas permitem enfrentar problemas sociais, ambientais e econômicos aparentemente intratáveis. Segundo, elas geram valor social e bens relacionais imateriais – a depender da qualidade das interações - como confiança, empatia, simpatia e atenção. Assim, “são vários movimentos, várias ações coletivas que vão além da reclamação, do lamento” (Cavalcanti, 2013, p. 36) e contribuem para trazer os problemas à tona, fazer cair as máscaras (Guarnacia, 2015, p. 134), além de combater a hiperindividualização, a perda de coesão social e a fragilidade resultante nas sociedades atuais (Manzini, 2016).

Quando organizações colaborativas são criadas, suas visões de futuro orientam a ação conjunta. Manzini (2016) conta que necessitamos de visões que valorizem os bens relacionais e os bens sociais que favoreçam o bem-estar social e individual. O mesmo autor coloca ainda que, através da “normalidade disruptiva”, práticas que podem ser normais em pequena escala (como andar de bicicleta numa cidade sem estrutura ou plantar e cuidar de árvores e espaços públicos, ou mesmo participar na vida pública da cidade), podem se espalhar a partir de poucas pessoas compromissadas uma coletividade mais ampla e menos comprometida, que passa a adotar esses hábitos e atitudes benéficos à sociedade (idem).

5.3.1 Estrutura organizacional dos grupos

Os movimentos urbanos cívicos se reúnem e se organizam de diversas maneiras. Ferrão (como citado por Mota, 2013, p. 205) reflete que o “número de movimentos cívicos tende a crescer à medida que a democratização e a descentralização do poder se aprofunda”. Mota (idem) entende que isso pode causar fragmentação nos movimentos. Embora fragmentados, é provável que haja maior pluralidade e diversidade em suas composições e organizações.

O principal aspecto a ser debatido em relação às estruturas organizacionais dos grupos se refere à escolha entre ser hierarquizado ou não-hierarquizado – por vezes confundido com ausência de estrutura. Muitos grupos, especialmente os de afinidade com a ideologia anarquista, buscam a ausência de estrutura formal e de lideranças reconhecidas, de forma a evitar qualquer tipo de representatividade e opressão características de poderes institucionalizados. Essa ideia também vem como reação à “sociedade superestruturada na qual a maioria de nós se encontrava, no controle inevitável que isso dava a outros sobre nossas vidas e no elitismo persistente da esquerda e de grupos similares entre aqueles que supostamente combatiam essa superestruturação” (Freeman, 1970, p. 1).

Esse tipo de grupo que nega a estruturação é flexível, informal e encoraja a receptividade e a participação na discussão (Freeman, 1970, p. 1), mas não são muito eficazes na hora de agir (Ibidem, p. 8). Freeman (1970, p. 2) defende que os movimentos devem se livrar dos preconceitos quanto à organização e a estrutura, pois, apesar de poderem ser mal usados, não são intrinsecamente ruins e rejeitá-los nega ferramentas necessárias ao desenvolvimento.

Freeman (1970, p. 2) afirma que não existe o mito do “grupo sem estrutura”. Para ela, qualquer grupo de pessoas reunido a qualquer momento e para qualquer propósito invariavelmente estruturar-se-á de alguma maneira – flexível, variável, com tarefas, recursos e

poderes distribuídos igualmente ou não -, apesar das personalidades e intenções dos envolvidos. Para a autora, o fato de termos aptidões, predisposições e experiências diferentes torna isso inevitável e, por isso, uma ausência de estrutura só seria possível na individualização isolada. Por isso, almejar a “ausência de estrutura” é tão inútil quanto almejar por uma reportagem “imparcial” ou uma economia “livre” (Idem). “A ideia se torna uma dissimulação para que o forte ou o afortunado estabeleça uma hegemonia inquestionada sobre os outros” (idem), possível porque a “ausência de estrutura” não impede a formação de estruturas informais, apenas de formais” (idem).

Caso as regras de tomada de decisão sejam conhecidas apenas por alguns em uma estrutura informal, a consciência do poder é restrita aos que conhecem as regras (Freeman, 1970, p. 3). “Para que todas as pessoas tenham a oportunidade de se envolver num dado grupo e participar de suas atividades, é preciso que a estrutura seja explícita e não implícita” (idem) com regras claras e transparentes, que só são possíveis em estruturas formalizadas. Caso o grupo seja formalizado, as estruturas informais permanecerão, mas haverá ferramentas de controle do poder dessas pequenas elites informais.

Freeman (1970, p. 3) diz que “um grupo inestruturado tem sempre uma estrutura informal ou disfarçada. É esta estrutura informal, particularmente em grupos inestruturados, que fornece o fundamento para as elites”. Ser informal não quer dizer que essas elites sejam invisíveis, frequentemente são formadas por grupos de amigos que – de forma perceptível – falam mais, são menos interrompidos, confiam mais entre si e são consultados pelos outros antes das decisões (ibidem, p. 4). “Enquanto os grupos de amizade forem o principal meio de atividade organizacional, o elitismo se torna institucionalizado” (ibidem, p. 9). Freeman (1970, p. 5) considera que grupos estruturados funcionam melhor porque as redes informais podem competir entre si pelo poder formal, sob o julgamento, arbítrio e demandas dos demais membros.

Apesar das críticas possíveis, as estruturas informais não são inevitavelmente ruins – apesar de serem inevitáveis. Elas podem fazer coisas úteis ou agir de maneira responsável (pois assim agem os que desejam manter sua influência), mas não são obrigadas a agir dessa maneira pelo grupo, pois seu poder não lhes foi dado, logo não lhes pode ser retirado. Enquanto o grupo não pode obrigar sua responsabilidade e não puder limitar coletivamente o uso do poder, os interesses dessa elite se sobrepujarão e a estrutura informal de deliberação funcionará como uma irmandade (Freeman, 1970, pp. 6-7). Caso o grupo continue a, deliberadamente, “não escolher quem deve exercer o poder, ele termina por não abolir o poder. Tudo que faz é abdicar o direito de exigir daquele que exerce o poder e a influência que tenha responsabilidade por esse poder e influência” (ibidem, p. 12)

O fato de não haver escolha de porta-vozes (ou líderes, delegados, representantes) oficiais, faz com que a imprensa busque as pessoas com maior distinção pública para falar por esses movimentos (Freeman, 1970, p. 7). Mesmo que elas tenham consciência de que não representam o grupo e se ofendam por que assim o pensem, a omissão na escolha continuará a incentivar a busca e a promoção dessas pessoas (ibidem, p. 8). Além disso, torna-se fácil diminuir a contribuição de um grupo ou pessoa ao questionar a legitimidade desses (Taylor, 2007, p. 307).

A maior parte dos grupos menores que operam e têm demandas na escala local consegue operar autonomamente mesmo de forma inestruturada (Freeman, 1970, p. 11), pois para isso os maiores requisitos são o objetivo/interesse comum e o bom relacionamento entre os membros na ação e tomada de decisão (Assis et al., 2015, p. 20). Entretanto, se a estrutura informal não estiver suficientemente unida e em contato entre si, terá dificuldades de funcionamento e corre o risco de desmobilização (Freeman, 1970, p. 8). Mesmo que consigam operar localmente com a ausência de estrutura formal e mesmo que suas ideias se espalhem – a depender de interesse da

mídia e de um contexto favorável – amplamente e sejam adotadas – especialmente em caráter individual -, no que depender da implantação ao nível político, será demandada maior organização para manter os esforços (Freeman, 1970, p. 12).

Alcançar níveis mais altos de influência política e cultural requer a formalização e institucionalização da estrutura, que abre espaço para a responsabilização e contestação formal (Freeman, 1970, p. 10). “Se o movimento continua a manter o poder tão difuso quanto possível porque sabe que não pode exigir responsabilidade daquele que o tem, ele impede qualquer grupo ou pessoa de dominá-lo totalmente”, mas limita sua capacidade de atuação (Ibidem, p. 12).

Os grupos estruturados e organizados que alcançam poder de influência supralocal (regional, nacional ou global) definem as pautas de seus movimentos sociais. Os grupos inestruturados tornam-se, então, tropas sob a liderança dessas organizações, podendo decidir ou não pelo apoio a suas campanhas, mas sendo incapazes de promover pautas na mesma escala (Freeman, 1970, p. 11).

Taylor (2007, p. 308) afirma que grupos comunitários se mostraram capazes de manipular o discurso prevalente à sua vantagem, mas reforça a necessidade de levar a sério a responsabilização e legitimidade para evitar que alguém determine o que é melhor às coletividades sem qualquer consulta, se beneficiando a custa dos outros, por vezes com “fins tirânicos” (Ibidem, p. 307).

5.3.2 Capacidade Institucional dos grupos

A capacidade institucional é um termo promovido em um trabalho realizado por Healey, Cars & Madanipour (1999), no qual essa expressão é atribuída à avaliação dos grupos envolvidos de alguma forma na ação coletiva da governação (Healey et al., 1999, p. 119). Polk (2011, p. 311) comenta que a capacidade institucional se refere à habilidade em responder e gerir os desafios sociais e ambientais através da tomada de decisão e processos de planejamento e implementação. A capacidade institucional é formada por três aspectos: recursos de conhecimento, recursos relacionais e capacidade de mobilização. Os dois primeiros serão aprofundados neste tópico, enquanto o último será debatido no tópico 5.3.4 (capacidade de liderança).

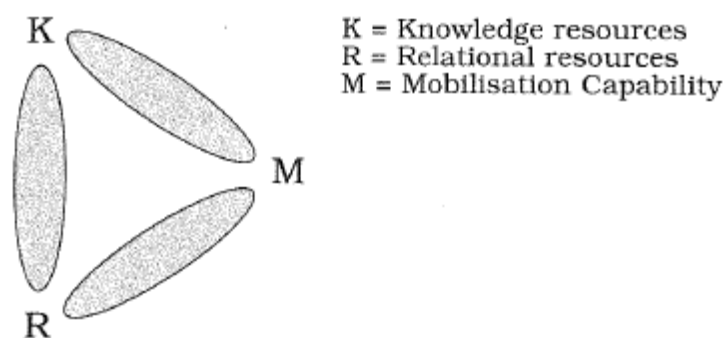


Figura 6: As três dimensões da Capacidade Institucional (Healey et al., 1999)

Os recursos de conhecimento são definidos por Polk (2011, p. 188) como os tipos de *expertise* formal ou informal e o *know-how* que incluem os tipos de conhecimento formal, tácito e empírico. Santana (2016, p. 103) traz um comentário similar ao defender a valorização das

experiências educacionais formais – do ensino formal – ou informais – das vivências. Healey (et al., 1999, p. 126) diz que os recursos de conhecimento necessários à iniciativas futuras de sucesso são: o acesso a uma rica variedade de conhecimento; à reflexão consciente e o desenvolvimento de quadros de referência; a atributos compartilhados entre todos os envolvidos; ao desenvolvimento dos quadros pela introdução e invenção de novas ideias e a renovação das já estabelecidas.

Os recursos relacionais se referem ao alcance, à forma, à integração e às relações de poder relativas às organizações, tanto interna, como externamente - redes em que estão inclusas - (Healey et al., 1999). Healey, Cars & Madanipour (1999, p, 127) afirmam que os indivíduos podem estar em vários graus e de várias maneiras possíveis, incluídos em várias teias - e redes - de relações sociais. Essas são unidas por direitos e obrigações morais que geram o instituto da confiança. As redes podem ter diferentes formas, sendo algumas hierárquicas, outras sem distinção de níveis, algumas lineares, outras centralizadas (idem). O elevado grau de conectividade entre grupos permite o intercâmbio de informações e propicia o clima de confiança e reciprocidade. No caso, certos atores poderão servir como intermediários e introduzir novas ideias aos variados grupos (GRAID, 2016).

Os recursos relacionais também estão profundamente ligados ao conceito de “capital social”. Putnam (como citado por Mota, 2013, p. 149) define capital social “como as conexões entre actores e as normas de reciprocidade e confiança que estabelecem entre si”. Putnam (como citado por Healey et al., 1999, p. 121) complementa a conceitualização ao dizer que se refere às características das organizações sociais, como confiança, normativas e redes que melhoram a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas. Mulgan (idem) afirma ser esse o conceito recente mais valioso para o entendimento da capacidade das sociedades em se regenerar e às habilidades dos cidadãos de formar relacionamentos recíprocos entre si. Polk (2011, p. 189) afirma que a exata definição do termo varia enormemente, mas há uma distinção crucial entre o capital social “reforçador” (*bonding*) que constrói conexões dentro dos grupos e o capital social “conectivo” (*bridging*) que constrói conexões entre grupos.

As redes sociais virtuais (há pouco mais de uma década, mais ou menos) inovaram a forma de comunicação e organização dos grupos. Essas redes “têm o potencial para aprofundar a participação do público e o engajamento cívico, apoiando grupos informais de cidadãos, integrando redes sociais fragmentadas numa única plataforma, recolhendo e divulgando informações e articulando a dimensão física com a virtual” (Mota, 2013, p. 211). Entretanto, elas não são autossuficientes e continuam a necessitar da presença de uma quantidade relevante de agentes mobilizadores para envolver e motivar os cidadãos participantes das redes e ampliar o debate para além das fronteiras virtuais (Ibidem, p. 212). Sassen (como citado por Mota, 2013, p. 211) diz que o facebook pode ser um fator importante para diversos eventos coletivos, mas não quer dizer que todos eles são alcançáveis pelo facebook.

5.3.3 Capacidade de liderança e mobilização

A capacidade de mobilização definida por Healey (et al., 1999, pp. 131-132) baseia-se nas oportunidades, nas arenas, nos repertórios e nos agentes de mudança. As oportunidades são dependentes dos contextos, as arenas foram mencionadas no tópico 2.3.5 (Palcos da participação popular), os repertórios serão mais aprofundados no subtópico 2.4.3.6 (Estratégias e métodos de ação), mas, em relação ao que diz respeito sobre os “agentes de mudança”, aqui interpretados como líderes, decidiu-se dar maior profundidade a esse tópico, que se relaciona bastante com o

subtópico 2.4.3.2 (Estrutura organizacional dos grupos) devido ao papel fundamental que as lideranças e agentes mobilizadores têm na efetivação dos ativismos dos movimentos cívicos urbanos.

Os grupos reúnem pessoas com características e aspirações diferentes, mas unidas por objetivos comuns. Para que essa diversidade complexa de personalidades resulte em um grupo coeso, faz-se necessário a figura da liderança para integrar o grupo, gerir os interesses individuais, os conflitos, dentre outros, para mobilizar e influenciar positivamente para as ações que visem a realização dos objetivos organizacionais coletivos (Assis et al., 2015, pp. 5-6). O líder é um ingrediente crítico para a efetiva mobilização da força coletiva de mudança que pode aproveitar as “rachaduras” de oportunidade (Healey et al., 1999, p. 131), além de possibilitar a evolução e ampliação das ações de maneira a incluir muito mais pessoas no processo (Lydon & Garcia, 2015, p. 90). Por outro lado, a ausência de liderança leva à confusão e desmobilização, o que pode levar organizações ao fracasso (Veronese como citado por Assis et al., 2015, p. 6).

Em associações, os processos de tomadas de decisão ocorrem em contextos de decisões coletivas, por isso as lideranças devem atuar diferentemente da maneira que atuam em organizações heterogeridas (Assis et al., 2015, pp. 6, 8-9). Nesse caso, são exigidas do líder habilidades sociais descentralizadas e compartilhadas (ibidem, pp. 8-9) para promover a interação, a articulação e a conciliação dos interesses individuais na condução de esforços para alcançar as metas e os objetivos coletivamente legitimados (Ibidem, pp. 6 e 7).

Uma característica fundamental das lideranças colaborativas é a tomada de decisão em grupo em que os líderes devem articular as metas e gerir complexos sistemas de relações sociais. Os líderes podem desenvolver, para esses processos, relações únicas com cada um dos colaboradores, adaptando seu estilo de comportamento para atender as particularidades e necessidades individuais de cada um. Essa atitude favorecerá a conquista e aproximação dos membros dos grupos, o que facilitará os esforços para alcançar os objetivos, visto que a liderança – individual ou partilhada - unificadora detém, devido a sua influência, parte considerável do poder de decisão final (Assis et al., 2015, pp. 13, 21, 23).

A atuação das lideranças é representadas por “diferentes papéis a fim de que os objetivos traçados sejam alcançados” (Assis et al., 2015, p. 7). Quinn et al (como citado por Assis et al., 2015, p. 8) ressalta oito papéis dos líderes, sendo estes: 1 – Mentor – demonstra consideração por seus subordinados, busca compreender a si mesmo e aos outros e incentiva o desenvolvimento de colaboradores; 2 – Facilitador – fomenta processos coletivos e trabalho em equipe enquanto administra conflitos no grupo de trabalho; 3 – Monitor – monitora o desempenho individual, gerencia o desempenho dos processos coletivos e analisa informações de forma crítica; 4 – Coordenador – coordena esforços, planeja e gerencia projetos; 5 – Diretor – estabelece metas e objetivos e comunica a visão; 6 – Produtor – fomenta um ambiente de trabalho produtivo e busca uma melhor gestão do tempo e estresse; 7 – Negociador – constrói e mantém a base de poder para a negociação de acordos, compromissos e ideias; 8 – Inovador – gere, convive bem com a mudança e possui pensamento criativo.

Uma característica positiva que pode (ou não) acontecer aos grupos é a fluidez na liderança, em que “conforme os encontros entre associados vão se sucedendo, as lideranças são situacionais, ou seja, cada atividade porta um ou mais líderes devido a sua especificidade e ao conhecimento que o indivíduo possui” (Vecchio como citado por Assis et al., 2015, p. 13). Vecchio (como citado por Assis et al., 2015, p. 19) afirma que essa situação de lideranças situacionais proporciona relações equilibradas em que ora se propõe e ora se acata. Knickerbocker (idem) afirma que o líder surge como resposta aos problemas enfrentados pelo grupo, podendo ser,

portanto, qualquer componente do grupo. Apesar disso, Taylor (2007, p. 313) evidencia que seus estudos demonstraram uma tendência do poder permanecer nos líderes.

A relação entre líderes e liderados baseia-se, sobretudo na confiança que permite a influência positiva para os esforços na busca das metas, objetivos e propósito coletivo (Assis et al., 2015, p. 18). No entanto, apesar das decisões serem tomadas coletivamente, a mediação promovida pela liderança pode conduzir o comportamento dos membros do grupo de maneira mais ou menos democrática (ibidem, pp. 14 e 19), o que geraria perda de confiança. Assis et al. (2015, p. 19) identificou em seu estudo o receio dos participantes que o líder se utilizasse de sua posição para benefício próprio em detrimento dos interesses coletivos, da mesma forma que citaram a falta de honestidade e o individualismo como os comportamentos mais inaceitáveis.

5.3.4 Comunicação, imagem externa e capacidade de mobilização.

Os grupos mantêm diversas estratégias de comunicação, tanto internamente entre os participantes, de forma a reforçar suas conexões, como externamente para se conectar com novas pessoas. A capacidade de mobilização vai depender muito das oportunidades contextuais, dos palcos e repertórios adotados.

Os grupos buscam, costumeiramente, se reunir presencialmente sempre que possível para debater pautas diversas e conseguir construir consensos sobre quais estratégias adotar. Entretanto, devido à dificuldade de conciliação de agendas pessoais e às novas oportunidades geradas pelas ferramentas tecnológicas, tem sido muito mais fácil manter contato entre todo o grupo a qualquer momento e de forma imediata. Grupos de conversa por mensagens instantâneas no *Whatsapp*, *Facebook (Messenger)* e *Telegram*, ou ferramentas de videoconferência de grupo (*Skype*, *Google Hangout*) garantem a comunicação imediata, mas não tão organizada. Ocasionalmente listas de e-mail (*mailing lists*), grupos privados de *Facebook* ou pastas compartilhadas na nuvem (*Google Drive*, *Microsoft One Drive*) permitem o compartilhamento de documentos e garantem o trabalho (até mesmo de forma simultânea em um mesmo documento) não-presencial dos grupos. Há mesmo websites que permitem o gerenciamento de tarefas como *Slack* e *Trello*. Todas essas ferramentas vêm sendo utilizadas em maior ou menor escala para a gestão interna dos grupos cívicos, e algumas delas servem também à comunicação externa.

Para a comunicação externa, grupos organizados costumam ter, no quesito virtual, ao menos : um e-mail institucional (para não personalizar a causa); uma página oficial do *Facebook* em que se publica novidades, faz-se debates e convites a eventos próprios ou relacionados; e, mais recentemente, perfis institucionais no *Instagram*, que é uma rede com grande adesão recente, mais visual e que, devido a mudanças no algoritmo de visibilidade do *Facebook*, tem garantido maior compartilhamento e visualização do conteúdo lá publicado (mesmo que haja menor interação). Grupos mais empenhados e com melhor estrutura organizacional ter também websites próprios. Há ainda os que propagam as mensagens fisicamente por meio de elementos móveis (banners, faixas, bandeiras, standartes) ou afixação de comunicação visual em muros/paredes (cartazes, pôsteres, lambe-lambes, grafitti, stêncil). A capacidade de mobilização dessas ferramentas (palcos) de comunicação externa vai depender não apenas do conteúdo (repertório) como também das redes relacionais que vão fazer o esforço de ampliação e das oportunidades (pois um mesmo conteúdo pode, em diferentes contextos e através dos mesmos métodos, alcançar 20 ou 20.000 pessoas).

Tarrow (como citado por Jiménez-Martínez, 2017, p. 110) diz que os movimentos sociais tentam substituir as crenças dominantes que legitimam o *status quo* por crenças alternativas mobilizadoras que apoiem a ação coletiva para mudança. Os movimentos se prestam então, muitas vezes, ao papel pedagógico e educativo, que devem constantemente ser repetidos devido à inexorável sucessão de gerações (Hardin, 1968, p. 5). A linguagem utilizada nessa pedagogia é importante, pois há quem defenda que nenhum bem pode surgir do sentimento de culpa, pois os culpados só se atentam a si e suas ansiedades (Ibidem, p. 9), o que reforça a necessidade do discurso positivo e construtivo.

Os movimentos cívicos têm relacionamentos diversos e, por vezes, contraditórios com os meios de comunicação tradicionais – jornais, revistas, rádio e televisão. Primeiro, embora um veículo de comunicação possa ter um posicionamento editorial identificável e duradouro, “a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado” (Cruz & Peixoto, 2007, p. 264), por isso, deve-se evitar caracterizações generalizantes e perceber que essas mídias estão sob pressão constante dos interesses e perspectivas de seu público (idem) e por isso mesmo, estão sujeitas à mudança (Jiménez-Martínez, 2017, p. 118).

Enquanto esses meios de comunicação podem agir de forma a dar voz às demandas e razões populares para denunciar abusos públicos e privados e resistir a esses atos (Carmon, 1999, p. 6), é muito frequente o quanto a mídia convencional busca deslegitimar e diminuir a importância das manifestações cívicas, especialmente em protestos, ao rotular os participantes como “vândalos” e “baderneiros” que perturbam a ordem social (Jiménez-Martínez, 2017, pp. 117-118, 119). No Brasil, por exemplo, apesar do aumento de diversidade midiática, as redes dominantes são controladas por poucos conglomerados que apoiam os interesses das elites econômicas das classes mais altas e da direita (Ibidem, p. 120), especialmente na televisão que retroalimenta o sistema vigente ao controlar e deter, praticamente, o monopólio da visibilidade (Maricato et al., 2013, p. 90). Na Amsterdã da década de 60, o movimento Provos passou a cobrar preços diferenciados (mais caro para imprensa internacional e burguesa, mais barato para a de esquerda) para dar entrevistas, de forma a que a mídia patrocinasse e divulgasse suas ideias, “já que os jornais estão a serviço do poder e desesperados por notícias” (Guarnacia, 2015, p. 101).

Apesar dos esforços, muitas vezes imagens negativas são criadas e aplicadas aos movimentos sociais, perdurando por bastante tempo. Além dos “vândalos” e “baderneiros”, é muito comum e frequente que se aplique a pecha de “vagabundos”, “desocupados”, “maconheiros” aos ativistas, que “aterrorizam as pessoas de bem”. “Como podemos ver, são mais ou menos as mesmas palavras que os jornais de meio mundo utilizarão” (Guarnacia, 2015, p. 87). Outro argumento que costuma ser frequentemente invocado contra as demandas cívico-sociais, é a questão do desenvolvimento econômico. Sob promessa de mais empregos ou mais receita, “todo o sentido crítico é desligado e qualquer contestação ou dúvida em relação ao empreendimento será visto com desdém” (Rodrigues, 2017, p. 134). O receio de perder essas “grandes oportunidades” faz com que a maioria da população se oponha aos movimentos, classificando-os como “personagens inconvenientes que apenas estão a inviabilizar o progresso da comunidade” (idem).

Como reação às distorções de imagem realizadas por parte dos meios de comunicação tradicionais e com o auxílio das novas ferramentas digitais, muitos ativistas e coletivos de mídia alternativa tem surgido de forma a mostrar o ponto de vista dos movimentos sociais e promovê-los em trabalhos profissionais (com produção e edição) ou visibilizá-los em tempo real (em protestos e manifestações, por transmissão simultânea e sem edição). Eles são o que Dayan (como citado por Jiménez-Martínez, 2017, p. 129) chama de empreendedores da visibilidade (*visibility entrepreneurs* no texto original). A literatura acadêmica sobre meios de comunicação e

movimentos sociais frequentemente celebra esses atores por desafiar a autoridade e os poderes instituídos, diminuir o vácuo democrático e trazer informações de forma rica e com menos sensacionalismo do que a mídia impressa e televisiva (Jímenez-Martínez, 2017, p. 129, 132). No entanto, é preciso reconhecer as limitações e não superestimar seu impacto, pois mesmo que seu alcance chegue aos milhares, ainda é pouco comparado aos milhões das mídias dominantes (Ibidem, p. 132).

Tudo o que foi apresentado neste tópico reforça o papel do espaço urbano como espaço político de contestação. Cada grupo de atores promove uma imagem e entendimento, que é percebido diferentemente por cada interlocutor. Tarrow (como citado por Jímenez-Martínez, 2017, pp. 109-110) diz que tanto o estado, os meios de comunicação e os movimentos sociais frequentemente entram em conflito devido às diferentes representações que usam para definir cada situação específica.

5.3.5 Estratégias e Métodos de Ação no território

Todo grupo, seja de movimento social ou não, tem que ter uma estratégia de ação para viabilizar seus objetivos. Alvin Toffler (como citado por Cavalcanti, 2013, p. 59) diz que “quem não tem um projeto próprio, quem não tem estratégia própria, é parte da estratégia de alguém”. Lefebvre (2001, p. 113) considera estratégia a “hierarquia das variáveis” que devem ser consideradas para que grupos capazes de iniciativas revolucionárias se encarreguem das soluções para os problemas urbanos e suas realizações.

Primeiramente, as iniciativas que surgem a partir dos cidadãos e grupos desses podem ser chamadas de bottom-up (ascendentes). Elas se dão por meio da participação em processos participativos à escala local ou se dão de maneira insurgente e autônoma, em crítica à atuação estatal. Embora muitos movimentos atuem de forma crítica por meio de processos de reflexão e comunicação de seus pontos de vista (Mota, 2013, p. 205), há os que intervêm diretamente no território.

Faranak Miraftab (2016) utiliza o termo planejamento Insurgente para tratar das formas de ação, que tomam lugar em comunidades inferiores (em relação ao *status quo*), não apenas nos palcos convidados pelos grupos dominantes, mas também nas “insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados” (Ibidem, p. 368). Essas práticas de ação e planejamento insurgente buscam o atendimento às necessidades coletivas através da inclusão autodeterminada – não por representação (Ibidem, pp. 367-368). Apesar das instituições de poder criminalizarem os espaços inventados, esses métodos necessitam ser reconhecidos como instâncias do fazer e planejar a cidade de forma coletiva (Ibidem, pp. 367, 368-369). O que importa são as práticas, não os atores e, por isso, os planejadores profissionais constituem apenas mais um grupo de atores (Ibidem, p. 368).

Miraftab (2016, p. 370) entende que as práticas de planejamento insurgente se baseiam em três princípios: a transgressão das falsas dicotomias entre espaços convidados e inventados da participação e das fronteiras nacionais ao conectar-se em movimentos transnacionais; ação contra e anti-hegemônica com o intuito de desestabilizar as relações de dominação capitalista; imaginação para recuperar o idealismo por uma sociedade justa. Através desses princípios, sua atuação faz uso da estratégia da “espada e escudo” para defender bens comuns/coletivos e populações ameaçadas e para atacar por meio de manifestações escritas, presenciais ou mesmo

jurídico-legais (Ibidem, p. 371). Para a autora (ibidem, p. 373), essas práticas nos auxiliam a “empurrar os limites da imaginação e evocar um futuro alternativo que seja pela justiça espacial”.

Um exemplo de prática insurgente que é criminalizada pelos poderes dominantes são as ocupações. Para Cisneiros (2015), “ocupar as ruas é uma forma de descentralizar o poder conferido às instituições que ditam o desenho urbano ao sabor do gosto individual e individualizante do mercado imobiliário” e de “mostrar que a legitimidade da democracia se constrói nas ruas”. Pinheiro (2018, p. 284) comenta que as pessoas que atuam no espaço público de maneira democrática, sustentável e, por vezes, autogestionária, muitas vezes entram em conflito com os interesses do capital. Por isso, “a margem de atuação desses militantes é ameaçada por conta da visibilidade que se expõem, por colocarem seus corpos de maneira mais vulnerável para as várias formas de violência que os rodeiam” (ibidem, p. 282).

Um método de ação no espaço público menos insurgente é o Placemaking que, em poucas palavras, pode ser considerado como o ato de qualificar ruas, praças e outros espaços de forma a transformá-los em lugares que convidem as pessoas a permanecer (Tanscheit, 2016). De forma mais longa, pode-se dizer que o placemaking abrange o planejamento, o desenho, a gestão e a programação de espaços públicos em processos com participação comunitária que cria conexões – sociais, econômicas, culturais – e valoriza os ativos da comunidade, suas inspirações e potenciais (Heemann & Santiago, 2015, pp. 10-11). Sua metodologia implica em buscar parceiros – que podem ser pessoas, especialmente da comunidade, ou instituições como escolas, museus, empresas, dentre outros - desde o início do projeto para que reflitam sobre o espaço e forneçam ideias para viabilizar sua realização, sempre priorizando a comunidade (Ibidem, pp. 54, 58 e 66).

Outra metodologia de ação é o Urbanismo Tático que faz uso da ativação e construção de vizinhanças por meio de intervenções escaláveis, replicáveis, de curto prazo e baixo custo em processos abertos e interativos que fazem uso da criatividade e dos recursos locais (Lydon & Garcia, 2015, p. 2). Pode ser promovido por governos, empresas, associações, grupos cívicos e indivíduos e tem como abordagem levar os conceitos do planejamento aos locais onde as pessoas e os problemas estão em vez de obrigá-las a comparecer a reuniões administrativas nos edifícios municipais (Ibidem, pp. 15, 124). O urbanismo tático surge como resposta aos lentos processos convencionais ao permitir que: os cidadãos ajam imediatamente na reformulação do espaço público; que empreendedores colem informações importantes a seus públicos-alvo; que grupos cívicos possam demonstrar alternativas viáveis e assim conquistar apoio político; que o governo consiga efetivar rapidamente boas práticas (Ibidem, p. 3). O objetivo é demonstrar, por meio da ação direta, diferentes e ajustáveis possibilidades de futuro para que a coletividade tome melhores decisões sobre políticas ultrapassadas ou condições físicas indesejadas e quebre a morosidade dos processos convencionais (Ibidem, pp. 3, 12, 15).

O urbanismo tático pode ser iniciado por uma vasta gama de atores que desejem testar ideias e causar mudanças rapidamente e, apesar da imagem frequente de ser algo realizado por grupos jovens e renegados, os projetos desse método existem em um espectro que varia de ações não autorizadas como as travessias pedonais e ciclofaixas cidadãs às ações autorizadas como protótipos pelos departamentos municipais (Lydon & Garcia, 2015, p. 8). Independente do ator promotor, a população provavelmente apreciará essas intervenções à escala humana e não saberá diferenciar o que é autorizado do que não é (idem).

Nos casos em que esses exercícios são realizados pelo poder público, se articulados de maneira interativa, podem prolongar a motivação dos participantes de processos participativos convencionais ao comunicar e realizar pequenas mudanças temporárias que se tornam visíveis e disponíveis à reflexão crítica da população, além de servirem como passo inicial à mudança duradoura (Lydon & Garcia, 2015, pp. 16, 201). Caso os projetos não funcionem como o

planejado, o orçamento total não fica comprometido e os responsáveis podem reverter às condições existentes anteriores (Ibidem, pp. 16, 161). Esse método permite a mitigação de críticas dos defensores do *status quo* pelos baixos custos e reversibilidade das ações temporárias, e demonstra a importância de permitir que iniciativas partidas da base informem a direção aos decisores. (Ibidem, pp. 29, 161).

O método do urbanismo tático segue as seguintes etapas (para projetos autorizados ou não): deliberação coletiva em busca de soluções a um território delimitado específico; construção de compromissos e expectativas realistas para mobilização; promoção de iniciativas experimentais de baixo custo e grandes benefícios que possam ser replicadas futuramente (Mota, 2013, p. 204). Essas pequenas intervenções ocorrem em resposta ao descrédito com os processos de planejamento tradicional, altamente burocrático, longo e de poucos resultados que inibe desde o início a vontade de agir (Mota, 2013, p. 263; Lydon & Garcia, 2015, p. 84). Dessa maneira, um crescente número de ações cívicas (e, por vezes, promovidas por entidades públicas) lideradas por pessoas comuns tomam forma com auxílio técnico-científico voluntário e multidisciplinar (Mota, 2013, p. 263; Lydon & Garcia, 2015, p. 91). Ações levadas por pessoas e grupos idealistas e motivados a causar mudanças positivas acontecem por meio de plantações de árvores em espaço público, pintura de murais, manutenção de jardins públicos, etc. (Gehl, 2013, p. 180; Lydon & Garcia, 2015, p. 84). No entanto, é importante perceber que, frequentemente, há uma quantidade considerável de pessoas familiarizadas com os processos cívicos ou educadas em matérias relacionadas ao desenvolvimento urbano, o que ajuda no sucesso de suas ações (Lydon & Garcia, 2015, p. 91).

Qualquer cidade se beneficia dessas manifestações cívicas em que os cidadãos se engajam voluntariamente para construir a cidade de seus sonhos, por meio de projetos transparentes e facilmente replicáveis (Mota, 2013, p. 204; Lydon & Garcia, 2015, p. 184). Mesmo que essas práticas, quando fazem uso da desobediência civil para realizar ações sem burocracia, infringam alguma lei (ou outro tipo de proibição), costumeiramente o resultado é positivo e os autores apenas se desculpam enquanto criam oportunidades de diálogos de como transformar positivamente a cidade (Lydon & Garcia, 2015, pp. 12, 184). Mota (2013, p. 263) alerta que as micro-intervenções devem, no entanto, ocorrer paralelamente às grandes intervenções, para evitar a fragmentação e respostas situacionistas.

Alguns projetos de urbanismo tático ficaram conhecidos na história e foram replicados em diversos contextos e localidades, mas é importante ter em mente que por trás de cada caso de sucesso há histórias que, frequentemente, surgem da frustração e resultam em respostas criativas aos desafios do espaço urbano construído (Lydon & Garcia, 2015, p. 28). As *woonerfs* (ruas compartilhadas) surgiram na cidade de Delft, Holanda, por iniciativa de moradores que cansados da insegurança viária, poluição e congestionamento, interviram fisicamente por meio de ação direta de forma a criar obstáculos para que os automóveis trafegassem em velocidades reduzidas e permitisse a prática de atividades cotidianas como brincar, andar e pedalar; em Raleigh, nos EUA, um cidadão instalou placas indicativas de tempos de caminhada até pontos de interesse, em protesto à falta de sinalização aos pedestres. A iniciativa, aprovada pela população, foi removida pela municipalidade por não ter sido autorizada, mas foi reinstalada e institucionalizada após pressão popular por sua manutenção (Ibidem, pp. 111-113); em Amsterdã, também na Holanda, o movimento Provos liberou diversas bicicletas brancas pela cidade para que qualquer um as utilizasse como quisesse para ir onde achar melhor (um antepassado dos sistemas de bicicletas compartilhadas *dockless*). A polícia confiscou as bicicletas e foi bastante desaprovada pela atitude (Guarnacia, 2015, pp. 76, 86); As ciclofaixas pintadas nas ruas por indivíduos ou pequenos grupos se espalharam pelo mundo todo e, mesmo que sejam apagadas, criam pressão sobre as municipalidades para efetivar aquelas linhas de desejo.

Apesar dos projetos de urbanismo tático aparentarem ser espontâneos, costumam requerer algum esforço de planejamento, que vai desde o design espacial a preocupações logísticas (Lydon & Garcia, 2015, p. 187). Podem ser autorizados e levar meses ou anos, ou serem realizados mesmo sem autorização de forma rápida com esperança na boa repercussão para evitar represálias. O financiamento das ações pode se dar de diversas maneiras, com patrocínio quando autorizados ou com doações e empréstimos quando realizados autonomamente.

O objetivo dos projetos de urbanismo tático é, portanto, criar mudanças físicas ou políticas duradouras em parcerias com as comunidades. Os processos de planejamento e construção coletiva unem diversos atores com habilidades diversas que formam novos relacionamentos e redes sociais na comunidade, criam capacidade institucional a projetos futuros e incentivam novas lideranças. A necessidade de pedir ajuda a outros reforça conexões existentes e propicia novas relações (Lydon & Garcia, 2015, pp. 127, 187, 201). Isso é importante porque também facilita o desenvolvimento da manutenção e ativação desses espaços que vão demandar cuidados e programação constante para permanecerem “vivos” (Ibidem, p. 161).

5.3.6 Qualidades Necessárias ao Sucesso dos Grupos

Muitos autores elaboraram uma série de requisitos e recomendações para atuações bem-sucedidas dos grupos. Além dos aspectos já mencionados das estruturas (formais e informais), da capacidade institucional (recursos relacionais, de conhecimento e capacidade de mobilização – inclusive capacidade de liderança), suas estratégias de ação e comunicação, há aspectos que complementam o que já foi dito.

Para Manzini (2016), a produção de valores sociais por organizações colaborativas são custosas, pois requerem tempo e atenção – recursos limitados. Por isso, existe uma competição entre a efetividade e o valor social, já que para difundir mais demanda mais esforços que diminuam o contato interpessoal que os aprofunda. Por isso, o autor orienta que cada organização defina seu equilíbrio ideal desses aspectos para que sejam suficientemente acessíveis a uma larga audiência ao mesmo tempo em que envolve e motiva esses novos interessados na colaboração. Esse equilíbrio permite que as organizações colaborativas se espalhem, juntamente com seus valores sociais correlatos.

Tarrow (como citado por Healey et al., 1999, p 131) identifica quatro dimensões para o sucesso das dinâmicas colaborativas: uma estrutura política oportuna; a presença de referências simbólicas pelos quais as pessoas podem ser mobilizadas; a disponibilidade de redes que possam conectar os líderes e o núcleo de movimentos às suas bases (e às administrações públicas [Santana, 2016, p. 70]); atuações práticas para alcançar a mudança.

Healey (et al., 1999, p. 132) desenvolve as dimensões de Tarrow e sugere as seguintes características para iniciativas que são eficientes e com potencial de desenvolvimento de sua capacidade. Para isso, devem: estar situados em contextos oportunos e, ao menos parcialmente consensualizados, às mudanças; devem ter a habilidade de identificar os espaços onde se concentra o poder e as possibilidades de mudança para dedicar esforços a esses; possuir um rico repertório de práticas para situações específicas e que sejam capazes de promover a mobilização; ter acesso a “agentes de mudança” (o equivalente a líderes) qualificados que concentrem esforços em pontos cruciais às mudanças, mas que não causem dependência de seus grupos a ponto de inviabilizar a continuidade das ações sem sua presença.

Assis (et al., 2015, p. 13) reforça “a importância da coesão entre os atores e o compartilhamento das experiências e cooperação que auxiliam na identificação com o grupo e na realização de atividades”.

Freeman (1970, pp. 14-15) estabelece sete princípios essenciais para a estruturação democrática, a difusão e rotatividade do poder e a eficácia política dos grupos. Para a autora, deve haver: 1 - delegação, por meios democráticos, de autoridades específicas a indivíduos específicos para tarefas específicas, de forma a gerar compromissos; 2 – responsabilização daqueles a quem for delegada autoridade, de forma a manter o controle pelo grupo; 3 – distribuição de autoridades entre o maior número possível de pessoas de forma a impedir o monopólio do poder, exigir consulta ao coletivo e oferecer a oportunidade de novatos aprenderem novas habilidades; 4 – rotatividade cíclica de tarefas entre as pessoas para impedir a apropriação delas por uma única personalidade, mas tendo em conta o tempo necessário ao aprendizado e realização bem-sucedida do trabalho; 5 - alocação de tarefas mediante critérios racionais e objetivos, especialmente a habilidade, o interesse e a responsabilidade, mas que permita a aprendizagem de forma tutorial; 6 – Difusão de informação a todos com a maior frequência e transparência possível, pois informação e o acesso a ela aumentam o poder e, por isso, deve ser democratizada; 7- Acesso igualitário (ou o mais igualitário possível) aos recursos necessários ao grupo para que as habilidades sejam ensinadas e não haja grandes discrepância entre os colaboradores.

Da mesma forma que há qualidades necessárias ao sucesso dos grupos, há aspectos que ocasionam o fracasso desses. Dentre esses, podemos citar o individualismo, a ausência de metas e objetivos, a falta de liderança, a competição, a falta de troca de experiências, a desmobilização e os conflitos não superados como fatores que dificultam a gestão dos grupos (Assis et al, 2015, p. 13). O individualismo e a imaturidade em processos colaborativos podem gerar receio em assumir responsabilidades devido à dificuldade de entender a importância de uma participação efetiva para o processo de autogestão e organização dos grupos (Ibidem, p. 24). Souza (2015, p. 387) adverte para que os grupos – e seus membros – não se deixem seduzir somente “pela conjuntura, pelo local, pelo tático, pelo curto e médio prazos”, tendo sempre em mente os aspectos mais gerais. Healey, Cars & Madanipour (1999, p. 134) advertem contra um “manual” ou “modelo ideal” de organizações, pois os futuros devem ser feitos, não controlados ou previstos e são dependentes de contingências locais. Por isso mesmo, devem ser desenhados e inventados e não encaixados em um modelo pré-concebido.

5.4 Síntese do capítulo

Este capítulo teve início na busca por oferecer melhores definições e compreensões de certos termos. Para este trabalho, “movimentos” serão entendidos como causas amplas que reúnem vários grupos; grupo é um conjunto de pessoas com um objetivo comum; e ativismo são as ações ou atuações tomadas por grupos para atender demandas pontuais e específicas.

Os cidadãos unem-se em grupos por terem afeto e identificação com a cidade, e atuam com objetivos comuns para melhorar a cidade contra políticas autoritárias. Dessa forma foram iniciados os movimentos cicloativista, ambientalista e de defesa do patrimônio histórico, por exemplo. Os movimentos cívicos dão voz e oferecem resistência a políticas públicas questionáveis, na busca por autonomia, desenvolvimento sustentável e um futuro ideal (em constante disputa). Muitas tensões com os governos resultam das denúncias e atuações desempenhadas pelos movimentos, normalmente apoiados por (grande) parte da população. Por isso, são reprimidos, acumulam derrotas e se reinventam para persistir e resistir.

A atuação dos grupos gera valores sociais e coletivos e suas práticas disruptivas podem ocasionar novas situações de normalidade. Os grupos podem se organizar de várias maneiras. Muitos optam por manter estruturas informais e flexíveis. Entretanto, é preciso deixar claro que não existe ausência de estrutura, há apenas grupos estruturados formalmente ou informalmente. Estruturas informais podem favorecer a hegemonia de uma elite de um grupo, mas isso não é, necessariamente, um problema, pois alguns grupos pequenos conseguem funcionar bem nessas configurações. Todavia, isso cria problemas quanto a definição de porta-vozes, responsabilização, capacidade de ação e influência em maiores escalas.

A capacidade institucional refere-se à habilidade de responder e gerir desafios através de três dimensões: recursos de conhecimento – referentes a todas as capacidades obtidas pelo aprendizado formal, tácito ou empírico; recursos relacionais – que tratam das capacidades internas e externas de comunicação e conexão; e capacidade de mobilização que se refere ao alcance e engajamento proporcionado, intimamente relacionada com o aspecto da liderança.

A liderança é um fator crítico à coesão do grupo, além de favorecer a mobilização e a atratividade de interessados. Sua ausência ocasiona desorganização e desmobilização. Em grupos associativos, as lideranças articulam e atuam sempre em respeito às decisões coletivas para gerar e manter a confiança dos colegas. Além disso, a liderança pode ser fluida, situacional e compartilhada, de acordo com a necessidade do momento e as habilidades de cada um.

Para comunicação interna, o contato das reuniões presenciais faz-se muito importante, mas uma série de ferramentas virtuais compensa conflitos de agenda e a necessidade de comunicação instantânea. Os movimentos entram em conflito com o governo e elites econômicas por tentar substituir crenças dominantes por imagens alternativas mobilizadoras. A respeito dos meios de comunicação tradicionais, os grupos podem ter relacionamentos variáveis e até contraditórios. A mídia alternativa, por outro lado, promove e dá visibilidade aos movimentos, mas tem alcance restrito.

Os grupos têm estratégias de atuação próprias, seja em processos participativos *bottom-up* ou de maneira insurgente, idealista, coletiva, transgressora e, por vezes, criminalizada. Há grupos que usam os métodos colaborativos do placemaking ou do urbanismo tático, que criam mudanças positivas nos espaços de forma rápida e barata, paralelamente às ações de maior escala do planejamento tradicional.

Para serem bem sucedidos, a bibliografia consultada recomenda que os grupos devem achar o equilíbrio entre o tempo e a atenção dada a cada ação, além de seguir vários critérios e sugestões que podem favorecer o sucesso e evitar fracassos. Entretanto, é importante ressaltar que não há modelo ideal de atuação, tendo que cada organização encontrar o seu.

Com o fim deste capítulo, encerra-se também a componente teórica. A seguir, a componente prática-analítica.

PARTE II
COMPONENTE PRÁTICA-ANALÍTICA

6. COLETA DE DADOS – PESQUISA “MOVIMENTOS CÍVICOS URBANOS”

Este capítulo dá início à componente prática-analítica do trabalho. A coleta de dados de movimentos cívicos dará informações adequadas para que seja feita a seleção posterior dos estudos de casos e suas análises.

O formulário Google (anexo 1) utilizado para coletar dados, informações e contributos de ativistas de diversos grupos e movimentos cívicos auxiliou a criação de quadros e tabelas comparativas entre as estruturas e tipologias organizacionais internas aos grupos, como também aos aspectos relativos à comunicação externa com o público e à administração pública. Este capítulo sintetizará as respostas obtidas. A análise detalhada de alguns grupos e movimentos será feita no âmbito da análise dos casos de estudos (capítulo 7) e somente para os grupos e movimentos cívicos atuantes e relacionados diretamente com o caso estudado.

O formulário foi dividido em cinco seções. A primeira seção tratava da identificação pessoal dos respondentes e buscou conhecer a diversidade de perfis dos cidadãos atuantes no contexto dos movimentos e grupos. As seguintes perguntas foram colocadas: 1 – Qual seu nome? 2 – Tem preferência por ter sua identificação preservada na pesquisa? 3 – Qual seu gênero? 4 – Qual sua idade? 5 – A qual grupo/coletivo/movimento você participa e auxilia majoritariamente? Que outros grupos você participa ou participou? As perguntas 3 e 4 foram incluídas posteriormente após sugestões dos primeiros respondentes e, por isso, têm duas respostas a menos que o total, apesar de sua obrigatoriedade.

A segunda seção do formulário buscou identificar melhor os grupos escolhidos – um por respondente, já que esses podem fazer ou ter feito parte de mais de um grupo –, com 16 perguntas que visavam abordar as dimensões da capacidade institucional como estabelecidas por Healey et al. (1999) – recursos de conhecimento, recursos relacionais e capacidade de mobilização, incluso a identificação dos “agentes da mudança”. As perguntas desta etapa eram: 1 – Qual grupo vai definir suas respostas seguintes? 2 – Quando surgiu o grupo? 3 – Em que cidade o grupo atua (essa pergunta foi adicionada após a reabertura do formulário em 2018 para inclusão de respostas de ativistas não residentes na cidade de Fortaleza)? 4 – O que motivou o seu surgimento? 5 – O grupo ainda está ativo? Em caso negativo, quando foi encerrado e por quê? 6 – Em que área(s) o grupo atua? 7 – Como o grupo se organiza internamente? Há hierarquia? Existem mandatos eletivos e/ou temporários? 8 – Quantas pessoas participam ativamente e continuamente na maior parte das discussões e ações? 9 – Você considera haver alguma pessoa imprescindível ao grupo (núcleo duro)? Se sim, quantas? 10 – Incluindo essas, quantas pessoas o grupo é capaz de reunir para um evento ou ação? 11 – Com quais outros grupos e instituições o grupo se relaciona e dialoga? 12 – O grupo se relaciona com empresas? Se sim, como se dá essa relação? 13 – É um grupo multidisciplinar? Quais profissões, conhecimentos e habilidades se fazem presentes nos participantes ativos do grupo? 14 – Os participantes atuam voluntariamente? 15 – Explique como se realiza o financiamento das ações e atividades? 16 – Em sua opinião, quais foram as ações e atividades mais relevantes já realizadas pelo grupo? Das 16 perguntas, 12 eram de resposta aberta - sendo quatro de respostas curtas (perguntas 1, 2, 3 e 9) e oito de resposta longa (4, 5, 7, 11, 12, 13, 15 e 16) – e quatro de múltipla escolha (6, 8, 10 e 14), com possibilidade de acréscimo de opções pelos respondentes (caso a resposta buscada não estivesse dentre as opções presentes).

A terceira seção se referia à comunicação e interação dos grupos com a população em geral. Suas perguntas eram: 1 – Como se pode participar do grupo? Como se dá a entrada de novos membros? 2 – Como o grupo comunica-se com o público em geral? 3 – Quais vantagens e

desvantagens você percebe nesse método de comunicação? 4 – Qual a relação do grupo com a mídia (jornais, televisão, blogs)? Todas as perguntas dessa etapa permitiam respostas abertas, curtas ou longas.

A quarta seção objetivava conhecer melhor a relação dos grupos com o poder público e trazia, para isso, quatro perguntas: 1 – Como você avalia a abertura à participação no planejamento das políticas públicas (Essa pergunta era de múltipla escolha dentre uma pontuação que ia de 0 [totalmente errada] até 5 [excelente] e terminava antes com “no contexto de Fortaleza e do Ceará”, o que foi suprimido para adequação às respostas de pessoas de outras localidades)? 2 – O que você avalia que poderia ser feito diferentemente pelo poder público para ampliar a participação? 3 – Em algum momento o poder público reagiu às ações do grupo? Especifique, se possível, a reação tanto em caso positivo como negativo; 4 – O grupo já cooperou alguma vez com o poder público? Como se deu essa parceria? Com exceção da primeira questão, todas as outras permitiam respostas abertas e longas.

A quinta e última seção era totalmente optativa para preenchimento e visava abordar o entendimento dos respondentes a temas relacionados com os movimentos cívicos urbanos, recomendações de pessoas para envio do formulário ou comentários adicionais. As perguntas eram: 1 – O que é a cidade ideal para você? 2 – O que é Direito à Cidade para você? 3 – O que você entende por autogestão? 4 – O que lhe motiva a participar desses grupos e atividades? 5 – Sugira alguém para preencher esse formulário e fornecer mais informações à pesquisa (nome e, se possível, e-mail ou página do facebook); 6 – Gostaria de adicionar mais alguma coisa? As quatro primeiras perguntas eram de resposta longa e se alinham a temas aprofundados na fundamentação teórica desse trabalho (nos tópicos 3.3; 4.3; 4.9.3; 5.2, respectivamente), enquanto as duas últimas serviam como suporte a novas respostas e melhorias no formulário.

Como dito na metodologia (subcapítulo 1.3), o formulário alcançou 81 respondentes, a partir de 115 contatos realizados quando ainda era voltado à realidade de Fortaleza. Após a reabertura, novos contatos foram realizados (em torno de 30, porém alguns foram feitos indiretamente por meio de *fanpages* institucionais dos grupos no Facebook), que totalizaram 100 contribuições. Percebeu-se maior dificuldade em obter os contributos de pessoas que o contato se deu apenas de forma virtual, sem que houvesse contato pessoal anterior.

A seguir, serão trazidos os resultados dos questionamentos, sendo ocasionalmente comparados os resultados parciais relativos à cidade de Fortaleza (Brasil) com os resultados totais. As respostas longas providas pelos respondentes foram sumarizadas a partir de suas leituras para facilitar a compreensão deste trabalho e a compreensão dos resultados gerais. É importante ressaltar que grupos que tiveram mais respostas trazem quadros mais plurais e menos suscetíveis a uma visão particular ou interpretação pessoal.

6.1 Identificação pessoal

A primeira pergunta dessa seção tratava da identificação pessoal dos respondentes através do nome (o e-mail é pedido de início pelo formulário). Essas informações serão preservadas neste trabalho, com exceção ocasional de atores entrevistados para os estudos de caso que não optaram pelo anonimato e podem ter suas opiniões reveladas durante as análises, caso sejam relevantes.

A segunda pergunta era referente à preferência pelo anonimato na pesquisa. Das 100 respostas, 76 disseram que não tinham preferência por ter sua identidade preservada, enquanto 24 afirmaram preferir em permanecer como anônimo no caso de identificar os autores das respostas. Curiosamente, esse resultado se manteve proporcional à etapa preliminar da coleta de dados, quando havia apenas 81 respondentes, todos de Fortaleza. Naquele momento, 62 pessoas (76,5%) responderam “não” e 19 responderam “sim” em relação à opção pela preservação da identidade.

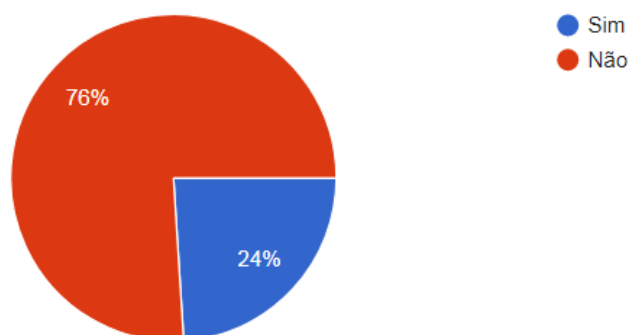


Figura 7: Resultados da pergunta “Tem preferência por ter sua identidade preservada na pesquisa, sendo identificado como ‘anônimo’?” Fonte: Autor

A terceira pergunta questionava sobre a identidade de gênero dos respondentes. Como dito anteriormente, esse questionamento foi adicionado após as sugestões dos primeiros inqueridos. Em razão disso, o total de respostas desse item foi de 98 (duas a menos que o total), sendo 50 correspondentes a “feminino” e 48 a “masculino” (os dois primeiros respondentes eram do gênero masculino, o que garante uma perfeita equivalência de gênero nessa pesquisa). Na etapa preliminar (somente Fortaleza), não houve grande diferença no resultado em comparação a agora (resultado prévio de 51,9% para feminino e 48,1% para masculino).

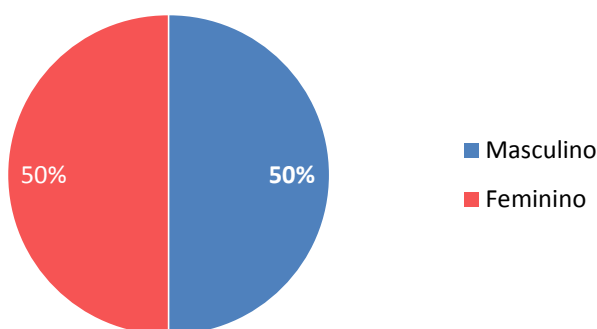


Figura 8: Resultados da pergunta “Qual seu gênero?”. Fonte: Autor

A quarta pergunta trazia o questionamento sobre a idade dos participantes. Foi pedido para identificar sua idade por meio de opções de faixa etária. Com exceção da opção “menos de 20”, as respostas contemplaram todas as faixas etárias da múltipla escolha. Maior número de respondentes assinalou ter entre “25 a 30” anos (22 respostas); em seguida, 18 anotaram ter entre “30 a 35” anos; as categorias “20 a 25” e “35 a 40” tiveram igual número de respostas, 17 cada. 15 pessoas afirmaram ter entre “40 a 50” anos (intervalo de 10 anos, o dobro das categorias anteriores) e nove dizem ter “mais de 50”. Foi percebido um envelhecimento por parte das pessoas que responderam o inquérito em 2018, já que em 2017, as categorias mais referidas haviam sido “20 a 25”, “25 a 30” e “30 a 35”, todas com 20,3% (16 votos) cada

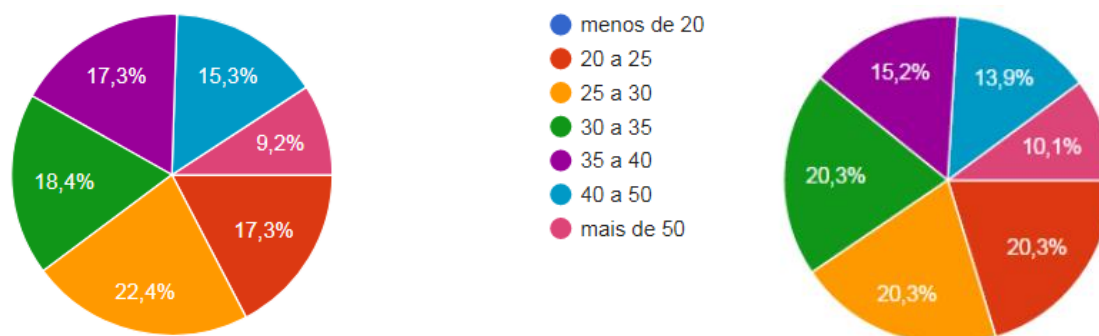


Figura 9: Resultados da pergunta “Qual sua idade?”. À esquerda, gráfico da pesquisa final (2018). À direita, gráfico da pesquisa preliminar (2017). Fonte: Autor

A quinta e última pergunta da primeira etapa questionava a que grupo o respondente auxilia majoritariamente e a que outros grupos participa ou participou. Na época do fechamento preliminar do formulário com as 81 respostas de Fortaleza, em 2017, haviam sido identificados 75 grupos que os questionados participavam ou haviam participado. Em 2018, com as 19 novas respostas, 34 novos grupos foram mencionados¹⁵. Em 2017, 51 respondentes (63% à época) afirmavam participar ou terem participado de mais de um grupo, coletivo ou movimento. Em 2018, esse número passou a 61 (61%). Os grupos referidos foram: Ciclovida; Direitos Urbanos Fortaleza; Coletivo A-Braço; Coletivo Verdejar; Anonymoys; Ciclanas; Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política; Movimento Ceará no Clima; Massa Crítica Fortaleza; Instituto Verdeluz; Movimento Pró-Árvore; Projeto Bike + Periferia; Urban Sketchers; Festival Concreto; Bike Anjo; Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim; Coletivo Abarca; Quem Dera Ser um Peixe; Comitê de Movimentos Populares; Branquelas Produções; Coletivo Intencidades; SOS Cocó; Instituto Viramundo; Movimento pela Praça Portugal; Rede Nacional de Advogados Populares; Frente de Luta pela Moradia; Coletivo Nigéria; Movimento Náutico Urgente; Movimento PróParque; Projeto Enxame; Estar Urbano; Fortaleza Para Quem; Atapu; Centro pela Defesa da Vida Herbert Souza; Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará; Associação Boca do Golfinho; Fortaleza Insurgente; Mobilidade Humana; Movimento Estudantil Secundarista; Movimento em Prol da Revitalização da Praça do Mirante; Movimento Proporções; Comando de Greve Estudantil; Marcha das Vadias; Partido Socialismo e Liberdade – Ceará; Movimento SOS Lagoa da Maraponga; União dos Ciclistas do Brasil; Num Guento Mais Calor; Coletivo Tambor de Crioula Filhos do Sol; Caravana Cultural do Ceará; Ocupe o Cocó; Ocupação SECULTFOR; Ocupação IPHAN-Fica MINC; O Estoril é nosso; Frente Cocó; Diretório Acadêmico de Ciências Biológicas da

¹⁵ As 100 pessoas que responderam indicaram, portanto, que participavam ou já haviam participado em um total de 109 grupos. Em uma mesma cidade, pessoas distintas podem fazer parte de um mesmo grupo, ou fazer parte de vários grupos. Caso o grupo tenha escala nacional, ele pode estar presente em respostas de participantes de cidades distintas.

Universidade Federal do Ceará; Centro Acadêmico Adolfo Herbster da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza; Movimento de Pessoas com Deficiências; Fórum Cearense de Luta Antimanicomial; Comitê Cearense Pró-Fórum Social Mundial; Fórum Estadual de Reforma Urbana; Fórum Cearense do Meio Ambiente; Frente Popular Ecológica de Fortaleza; Partido dos Trabalhadores – CE; Porto Iracema das Artes; Coletivo Permanece; Projeto Arte (Espaço Comum) IntenCidades; Delegacia Sindical; Conselho de Habitação de Fortaleza; Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos; Coletivo Fortaleza de Todas as Cores; Centro Acadêmico da Engenharia Civil da Universidade Federal do Ceará; Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará; Espaço Libertário; Observatório do Patrimônio do Ceará; (os grupos escritos a partir **daqui** foram indicados nas respostas coletadas em 2018) Ciclaveiro; NBicla; Aveiro em Transição; Coletivo Taramela; Campo Popular do Plano Diretor; A Cidade Precisa de Você; TransLAB.URB; Raiz Urbana; Br Cidades; Cais Mauá de Todos; AMACAIS; A cidade que queremos; Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza; Pedra Redonda; CCD de Vilas Conceição e Assunção; Chega de Demolir Porto Alegre; Instituto dos Arquitetos do Brasil; Braga Ciclável; Batatas Jardineiras; Coletivo Carcará; Amigos d’Avenida; A-CORDA; London Cycle Link; New Hope Community Bikes; Associação Grão Saber; Casa da Videira; Cicloiguaçu; Bicicletada Curitiba; 4iS – Plataforma para a Inovação Social; Movimento Alvorecer Florestal; Coletivo Com as Mãos; Instituto Energia Humana; Plataforma Cidades; APEVECA.

6.2 Características dos grupos

A primeira pergunta da segunda etapa identificou a que grupos os respondentes orientariam suas respostas. Dos 109 grupos, 48 foram escolhidos pelos próprios respondentes para serem aprofundados (eram 33 à época do fechamento preliminar de 2017, com acréscimo de mais 15 após a reabertura em 2018). Dessa maneira, 61 grupos não tiveram suas estruturas detalhadas (eram 42 em 2017). Os grupos que foram referidos para aprofundamento foram especificamente: Ciclovida; Direitos Urbanos Fortaleza (DU); Coletivo A-Braço; Coletivo Verdejar; Anonymous; Ciclanas; Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política (CDPP); Movimento Ceará no Clima; Massa Crítica Fortaleza; Instituto Verdeluz; Movimento Pró-Árvore; Projeto Bike + Periferia; Urban Sketchers Fortaleza; Festival Concreto; Bike Anjo; Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (RDSGBJ); Coletivo Abarca; RUA; Quem Dera Ser um Peixe (QDSP); Comitê de Movimentos Populares (CMP); Branquelas Produções; Coletivo IntenCidades; SOS Cocó; Instituto Viramundo; Movimento pela Praça Portugal; Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP); Frente de Luta pela Moradia (FLM); Coletivo Nigéria; Movimento Náutico Urgente; Movimento PróParque; Projeto Enxame; Estar Urbano; Fortaleza Pra Quem; (a partir **daqui** estão as respostas coletadas em 2018) NBicla – Núcleo da Bicicleta da AAUAv; Ciclaveiro; Coletivo Taramela; A Cidade Precisa de Você; TransLAB.URB; Cais Mauá de Todos; Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Braga Ciclável; Batatas Jardineiras; Coletivo Carcará; Amigos d’Avenida; A-CORDA; Cicloiguaçu; 4iS; Plataforma Cidades.

Dos 48 grupos, 27 receberam apenas uma representação no formulário e 11 foram representados por duas pessoas. Os grupos com melhor representatividade (três ou mais respostas) foram: Ciclovida (11 contributos); Direitos Urbanos Fortaleza (6); Coletivo Verdejar (5); Ciclanas (5); Quem Dera ser um Peixe (5); Coletivo A-Braço (4); SOS Cocó (4); Coletivo Abarca (3); Massa Crítica Fortaleza (3) e Movimento Pró-Árvore (3). Todos os que foram referidos por três ou mais pessoas são da cidade de Fortaleza. Uma das razões para essa discrepância foi a maior rede de contatos deste autor com os movimentos cívicos fortalezenses e o número de contributos alargados obtidos daquela cidade.

A segunda pergunta desta seção questionava o ano de criação dos grupos referidos. É interessante verificar que há grupos que foram criados há décadas (SOS Cocó em 1985 e Instituto dos Arquitetos do Brasil em 1948), enquanto há outros que foram criados há pouco tempo (Coletivo Carcará, em 2018). Houve **dois grupos** em que os respondentes não souberam especificar o ano de criação (Rede Nacional dos Advogados Populares – RENAP e Festival Concreto). Os anos com maior incidência de criação de grupos foram 2013 e 2014 (cada um com respectivamente 8 novos grupos). No caso brasileiro, esses dois anos podem estar associados com a ocorrência das Jornadas de Junho de 2013, mês de revoltas e protestos contra a organização da Copa do Mundo que levaram centenas de milhares de pessoas às ruas e despertou consciência cívica e inquietação quanto aos problemas existentes. Houve ocasional desencontro nas respostas de alguns membros de um mesmo grupo. Por exemplo, para a “Ciclovida” foi respondido 2012 e 2013, para o “SOS Cocó” foi dito 1985 e “década de 90”, a Ciclaveiro teve 2014 e 2015. Nesses casos, optou-se pela opção referida por mais membros ou adoção da opção referida pelo membro percebido como mais representativo (segundo avaliação pessoal deste autor).

Tabela 1: Grupos surgidos por ano

Ano	Nº de grupos	Grupos
1948	1	Instituto dos Arquitetos do Brasil
1985	1	SOS Cocó
1993	1	Comitê de Movimentos Populares

1995	1	Movimento ProParque
2000	1	Projeto Enxame
2001	1	Instituto Viramundo
2003	3	Anonymous; Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim; Plataforma Cidades
2006	1	Bike Anjo
2007	1	Massa Crítica Fortaleza
2008	1	Amigos d’Avenida
2010	2	Coletivo Nigéria; Batatas Jardineiras
2011	2	Movimento Pró-Árvore; Cicloguaçu
2012	3	Quem Dera Ser um Peixe; Braga Ciclável; 4iS
2013	8	CICLOVIDA; Direitos Urbanos Fortaleza; Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política; Coletivo Abarca; Instituto Verdeliz; Movimento Náutico Urgente; Estar Urbano; Urban Sketchers
2014	8	Movimento pela Praça Portugal; Frente de Luta pela Moradia; Movimento Ceará no Clima; RUA; Branquelas Produções; Coletivo IntenCidades; Ciclaveiro; A-CORDA
2015	5	Coletivo Verdejar; Ciclanas; A Cidade Precisa de Você; TransLAB.URB; Cais Mauá de Todos
2016	5	Coletivo A-Braço; Bike + Periferia; Fortaleza pra Quem; NBicla; Coletivo Taramela
2018	1	Coletivo Carcará

A terceira pergunta dessa etapa se referia às cidades onde os grupos atuavam. Para o formulário só houve 19 respostas a este questionamento, já que os 81 primeiros vinham da cidade de Fortaleza. Em adição às primeiras respostas, temos então que: 84 respondentes atuam em Fortaleza; 7 em Aveiro; 4 em Porto Alegre; 2 em Curitiba; 2 em São Paulo; e 1 em Braga.



Figura 10: Localização das cidades, nos territórios brasileiro e português, onde atuam os respondentes, de acordo com a pergunta “Em que cidade o grupo atua?”. Fonte: Autor

A quarta pergunta da segunda etapa questionava sobre as motivações de formação dos grupos. Para o artigo “Movimentos urbanos e cívicos de Fortaleza, Brasil, e suas relações com o público e o poder público” (Braga, 2017), foi debatido a motivação de surgimento de cada um dos grupos. Para este trabalho, as motivações serão apresentadas de forma abrangente (mas serão abordadas especificamente quanto aos grupos envolvidos nos casos estudados). Dessa maneira, o método utilizado para análise de todas as 100 respostas de motivações (textos longos em sua maior parte), foi o de análise das palavras mais citadas através da criação de uma nuvem de palavras (*word cloud*¹⁶), em busca de perceber os temas transversais à formação dos grupos.

Na lista de palavras que forma a nuvem, podemos verificar a quantidade de incidência de cada uma. Não houve uma palavra mais mencionada, mas duas. “Necessidade” e “Cidade” foram as palavras mais mencionadas (22 vezes cada) em relação às motivações de todos esses 100, de alguma forma, ativistas urbanos. Percebe-se então que a necessidade de atuar na cidade ou para atender as necessidades dessa é o fator preponderante pra início dos movimentos urbanos cívicos. A seguir, com 16 menções, vem a palavra “Fortaleza”, o que é retrato do grande número de respondentes daquela cidade (“Aveiro” teve 4 menções). Mencionada 13 vezes, “espaços” estabelece a área de atuação desses movimentos no espaço urbano, uma ação territorializada. Com 10 menções, vêm as palavras “ciclistas”, “grupo”, “meio”, que demonstram o grande número de grupos ligados à mobilidade ciclável e meio pode ser entendido como sinônimo de “espaço”. A seguir, com nove menções, as palavras “movimentos” e “urbanos”. “Transporte” foi mencionada sete vezes. Com seis repetições, “mobilidade”, “urbana” (provavelmente mencionadas juntas como mobilidade urbana), “Acquário”, “Ceará” (igual ao caso anterior, referente ao equipamento Acquário Ceará), “luta” e “uso”. Com cinco menções, as palavras “respeito”, “ambiente” e “público”. Repetidas quatro vezes cada, “preservação”, “comunidade”, “construção”, “mudanças”, “cultural”, “mulheres”, “projeto”, “vontade”, “Aveiro”, “junto”, “forma”, “poder”. As palavras com três menções ou menos não serão analisadas nesse trabalho. O resultado gráfico pode ser conferido na figura 11



Figura 11: Nuvem de palavras produzida a partir das respostas à pergunta “O que motivou o seu surgimento?”. Fonte: Autor

¹⁶ Produzida no site <https://www.wordclouds.com/>

A quinta pergunta objetivava perceber quais grupos permaneciam ativos e por quais razões os inativos haviam encerrado suas atividades. À época da análise preliminar, apenas dois grupos foram considerados inativos: o coletivo Abarca e a Central de Movimentos Populares. O primeiro foi encerrado entre o fim de 2014 e o começo de 2015 por dificuldade de conciliação das agendas dos membros e por início de outros projetos pessoais. O segundo está inativo em Fortaleza, mas continua ativo em outras localidades do Brasil. É importante abrir a ressalva de que alguns dos grupos respondidos no ano passado podem ter se tornados inativos em 2018, mas não será buscada a atualização dessa informação no momento. Todos os grupos advindos da reabertura do formulário em 2018 permanecem ativos.

A sexta pergunta dessa etapa questionava a área de atuação dos grupos. Algumas categorias estavam já presentes em uma lista de múltipla escolha – com Mobilidade Urbana, Meio Ambiente, Habitação, Espaço Público, Patrimônio Histórico, Arte Urbana, Planejamento Urbano, Comunicação, Feminismo, Segurança Pública, e Juventude -, mas foi permitido o acréscimo de categorias que, porventura, não estivessem lá listadas. Os números apresentados na figura 12 se referem à quantidade de vezes mencionada pelos respondentes.

Dessa maneira, os temas mais referenciados nas respostas foram: Espaço público (66 menções); Mobilidade Urbana (59); Meio Ambiente (48); Planejamento Urbano (42); Patrimônio Histórico (28); Habitação (27); Arte Urbana (24); Juventude (16); Comunicação (13); Feminismo (10); Segurança Pública (6); Outros (22). Na categoria de “outros”, foram mencionados os seguintes temas: educação ambiental; mudanças climáticas; água; saúde; LGBT; igualdade racial; educação; questão agrária; gestão democrática; registro urbano material e imaterial; mobilização e sensibilização para as lutas; comunidades tradicionais; arte educação; direitos humanos; desenho da paisagem; cultura; política; cocriação e participação; ativação urbana; revitalização e dinamização urbanas; transparência; hackativismo; economia solidária. “Espaço público” é um tema transversal à quase todos os grupos que atuam no meio urbano, mas o alto número de respostas para mobilidade urbana pode ser, em parte, explicado pela grande quantidade de participantes de organizações cicloativistas.

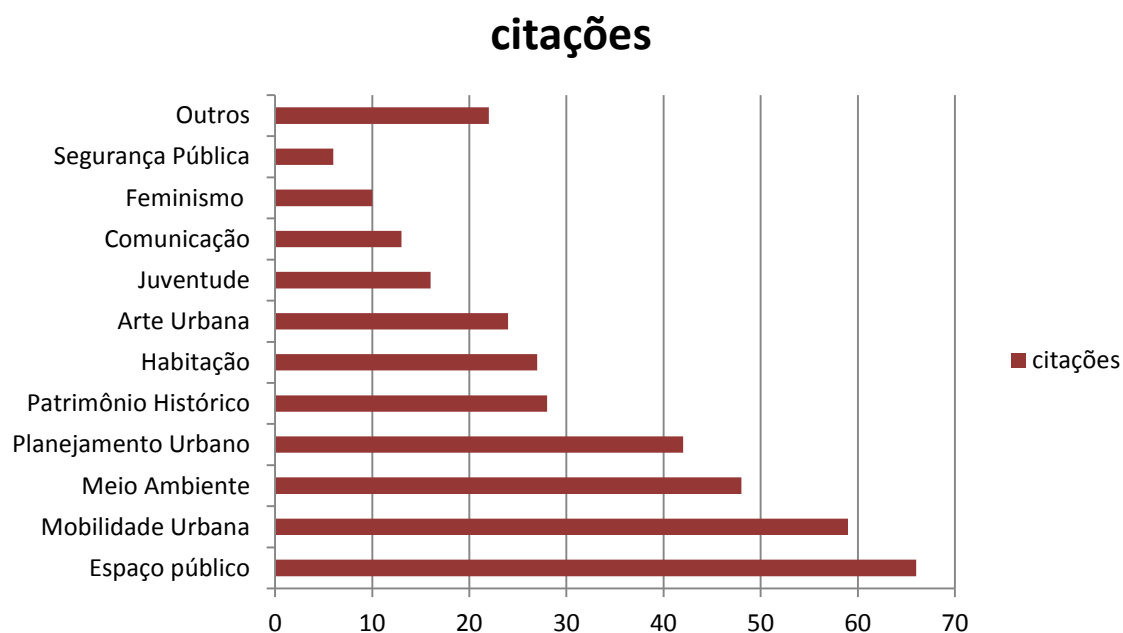


Figura 12: Número de citações das áreas temáticas pelos respondentes. Fonte: autor.

A tabela 2 demonstra quais grupos estão relacionados a que áreas de atuação de acordo com as respostas fornecidas. No caso de haver vários respondentes por grupos e não haver concordância entre eles sobre os temas de atuação foram considerados os consensualizados e apontados pela maioria. Para grupos com dois respondentes, apenas as áreas consensualizadas são colocadas e no caso de apenas um respondente, todas as categorias indicadas são inclusas na tabela (com a compreensão que isso permite a grupos menos representados na coleta de dados estarem presente em mais áreas temáticas).

Tabela 2: Grupos por área de atuação

Área	Nº de grupos	Grupos
Mobilidade Urbana	22	Ciclovida; DU; Ciclanas; A-Braço; Massa Crítica; Estar Urbano; IntenCidades; RENAP; Viramundo; Nigéria; Bike + Periferia; Bike Anjo; NBicla; Ciclaveiro; A Cidade Precisa de Você ; TransLAB.URB; IAB; Braga Ciclável; Amigos d’Avenida; Cicloiguaçu; 4iS; Plataforma Cidades
Meio Ambiente	21	DU; Verdejar; QDSP; A-braço; SOS Cocó; Pró-Árvore; Verdeluz; CMP; RUA; IntenCidades; Viramundo; RENAP; Nigéria; Proparque; RDSGBJ; FortalezapraQuem; IAB; Braga Ciclável; Batatas Jardineiras; Amigos d’Avenida; Plataforma Cidades
Habitação	15	DU; QDSP; CMP; Viramundo; RENAP; FLM; Nigéria; RDSGBJ; FortalezapraQuem; Coletivo Taramela; IAB; Coletivo Carcará; Amigos d’Avenida; 4iS; Plataforma Cidades
Espaço Público	31	DU; Verdejar; QDSP; A-braço; Abarca; Massa Crítica; Urban Sketchers; Estar Urbano; Movimento pela Praça Portugal; RUA; Branquelas; IntenCidades; Viramundo; RENAP; FLM; Nigéria; Proparque; RDSGBJ; NBicla; Coletivo Taramela; A Cidade Precisa de Você; TransLAB.URB; Cais Mauá de Todos; IAB; Braga Ciclável; Batatas Jardineiras; Coletivo Carcará; Amigos d’Avenida; Cicloiguaçu; 4iS; Plataforma Cidades
Patrimônio Histórico	13	DU; QDSP; Náutico Urgente; Urban Sketchers; Movimento pela Praça Portugal; IntenCidades; RENAP; RDSGBJ; FortalezapraQuem; Cais Mauá de Todos; IAB; Coletivo Carcará; Amigos d’Avenida
Arte Urbana	11	A-Braço; Abarca; Estar Urbano; Branquelas; IntenCidades; Nigéria; Festival Concreto; TransLAB.URB; IAB; Batatas Jardineiras; 4iS
Planejamento Urbano	16	Ciclovida; DU; Verdejar; QDSP; CMP; FLM; RDSGBJ; FortalezapraQuem; Coletivo Taramela; TransLAB.URB; IAB; Braga Ciclável; Batatas Jardineiras; Amigos d’Avenida; Planejamento Urbano; Plataforma Cidades
Comunicação Feminismo	5	Nigéria; NBicla; Braga Ciclável; Coletivo Carcará; 4iS
Segurança Pública	5	Ciclanas; CMP; RUA; Renap; Nigéria.
	3	CDPP; RENAP; Nigéria.
Juventude	11	Verdeluz; Enxame; CDPP; CMP; RUA; IntenCidades; Viramundo; RENAP; Nigéria; RDSGBJ; NBicla; 4iS
Educação	2	Verdejar; Proparque

A sétima pergunta da segunda etapa era referente à organização interna dos grupos, se havia hierarquia, mandatos eletivos e/ou temporários, etc. Essa pergunta está muito relacionada com a temática abordada no tópico 5.3.2 (“Estrutura organizacional dos grupos”) que usa principalmente as reflexões de Freeman (1970) sobre grupos estruturados e inestruturados, dentre os quais foi feita a diferenciação entre horizontalizados e hierarquizados.

Os resultados obtidos para esta pergunta vieram da interpretação das respostas - de texto curto ou longo -, depois de organizadas para unificar as que tratassem do mesmo grupo. Dentre as quatro categorias citadas acima, a maior parte dos grupos se encaixa na categoria “Grupos Inestruturados Horizontalizados” (GIHo), com 25 (52,1%) grupos identificados dessa maneira. Em seguida, “Grupos Estruturados Horizontalizados” (GEHo) e “Grupos Estruturados Hierarquizados” (GEHi) têm, cada um, 11 (22,9%) grupos identificados. Por último, apenas um (2,1%) grupo foi identificado como “Grupo Inestruturado Hierarquizado” (GIHi).

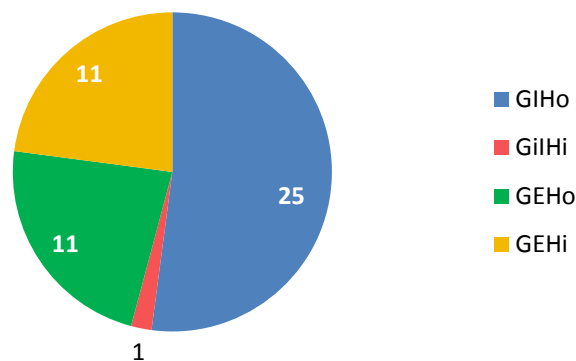


Figura 13: Número de grupos de acordo com as tipologias definidas após leitura e análise das respostas.

Fonte: autor.

Os grupos inestruturados horizontalizados se referem principalmente a coletivos e grupos pequenos em que poucas pessoas com objetivos comuns se reúnem para agir de forma mais efetiva. Quanto menos pessoas, mais efetivamente a horizontalidade age. Quando os grupos são um tanto maiores (acima de 5 pessoas, normalmente) e passam a agregar novos voluntários que não estavam desde o início, costumeiramente – ou “naturalmente” - surgem lideranças, reconhecidas como “núcleo duro”, “linha de frente” ou “moderação”. Essas lideranças tomam o papel mencionado pelas “elites”, como dito por Freeman (1970), um grupo que acumula o poder e passa a deter maior influência em relação aos outros. Apesar disso, ter essas elites informais no grupo não é, necessariamente, mal. Como os grupos são – majoritariamente - voluntários e descompromissados, caso esse aglomerado de liderança aja mal, os outros seguidores deixarão de segui-los. Um problema resultante disso, no entanto, é que enquanto um pequeno grupo de pessoas funcionar como “cabeça” do grupo, caso, por qualquer motivo, elas deixem de ser atuantes, muito provavelmente o resultante grupo “acéfalo” não terá continuidade, sendo esse um dos principais motivos para encerramento de atividades de pequenos grupos.

O único caso identificado como de grupo inestruturado hierarquizado se refere a um grupo que surgiu decorrente do convite de uma pessoa para que outros o ajudassem e dessem ideias para realização de um evento. Dessa forma, apesar de não haver uma estrutura formal, todas as decisões deveriam passar por esse organizador.

Tanto os grupos estruturados horizontalizados como os grupos estruturados hierarquizados são, normalmente, associações sem fins lucrativos, organizações não governamentais, pessoas juridicamente constituídas perante o Estado, com uma série de direitos e deveres, dentre os quais de constituir diretorias que os representem. Por isso, via de regra, esse formato foi considerado como GEHi, a não ser que os respondentes mencionem a horizontalidade nos processos decisórios em assembleias livres e coletivas. Nesses casos, a diretoria existe por necessidade para cumprir com a burocracia requisitada e, na prática, o grupo continua horizontal, mas com uma estrutura que permite a melhor difusão e controle do poder. Frequentemente, esse tipo de grupo costuma surgir a partir de movimentos que se estruturam para alcançar resultados que a falta de estrutura formal os impedia (quatro grupos de cicloativistas, de diferentes cidades, seguiram esse mesmo método organizativo). Por outro lado, para ser um GEHo, não necessariamente precisa ter estatuto formal e identificação jurídica registrada. Grupos que tenham regras bem definidas para determinação de coordenadores e tomada de decisões, mas permaneçam informais juridicamente também se enquadram nessa categoria.

Os GEHi são, como dito anteriormente, as associações que possuem diretoria, mandados eletivos, hierárquicos e temporários e não mencionaram os processos coletivos de tomada de decisão (o que pode acontecer, mas sem a confirmação de um respondente, passam a se enquadrar nessa forma). Além disso, um dos grupos também funciona como empresa, por isso há hierarquia quanto às responsáveis por esse formato e outro se organiza como projeto de pesquisa, com um professor orientador gerindo e sendo responsável pelo grupo.

A oitava pergunta da segunda etapa questionava sobre a quantidade de membros ativos e frequentes nesses grupos. Houve grande variedade nas respostas e houve um aumento da representação da resposta “5 a 10” em relação ao resultado preliminar em 2017. Naquele momento, as 24 respostas equivaliam a 29,6% e a categoria “10 a 20” possuía maior peso, com 26 respostas (32,1% naquela altura).

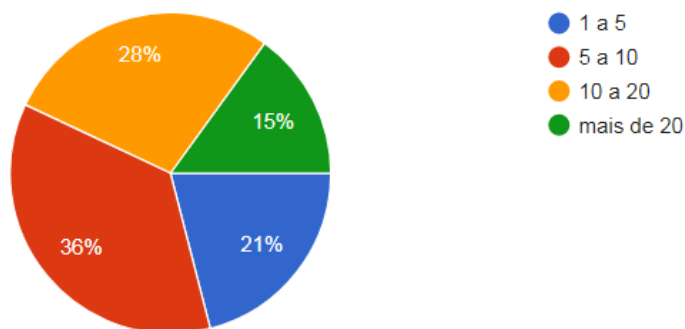


Figura 14: Porcentagem de respostas para a pergunta “quantas pessoas participam ativamente e continuamente na maior parte das discussões e ações?”. Fonte: autor

Ao cruzar as respostas individuais com os grupos identificados, há entendimentos contraditórios entre os respondentes. Aconteceu de duas, ou mesmo três, opções serem assinaladas para um mesmo grupo. Foi adotada a opção mais referida entre os membros e, em caso de empate, a que indicasse menor quantidade de participantes. Dessa maneira, dos 48 grupos, em 18 participam ativamente 5 a 10 pessoas (em 2017 eram 9), para 13 participam 1 a 5 (antes eram 10 menções), para 9 há de 10 a 20 membros ativos (8 anteriormente) e 8 grupos com mais de 20 (6 em 2017).

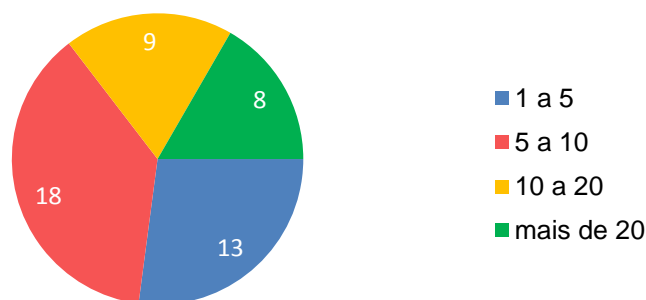


Figura 15: Número de grupos de acordo com a pergunta “quantas pessoas participam ativamente e continuamente na maior parte das discussões e ações?”. Fonte: autor

A nona pergunta da segunda etapa questionava sobre a imprescindibilidade de algum membro para o funcionamento do grupo. Das 100 respostas, foram identificadas 16 negativas quanto à imprescindibilidade de algum membro específico. Todos os outros respondentes identificaram haver pelo menos uma pessoa imprescindível aos grupos. Há mesmo os que dizem ser todos os membros imprescindíveis, seja por ser um grupo muito reduzido ou como mera forma de demonstrar gentileza e apoio ao coletivo. Dentre os grupos com mais de uma resposta, houve muitas discordâncias de opinião quanto ao número de pessoas as quais o grupo não pode preceder. A única exceção foi o Coletivo Taramela, que na resposta de seus dois membros, identificou seis pessoas fundamentais (a totalidade de membros daquele grupo).

A décima pergunta questionava sobre a capacidade de mobilização dos grupos para as suas atividades e ações. Essa opção demonstrou que cada respondente entende a capacidade de mobilização de seu grupo de formas diversas. Foi necessário um esforço de “reclassificação” devido ao grande número de respostas adicionadas. Por exemplo, se foi dito que o grupo é capaz de mobilizar mais de 150 pessoas, a análise permite classificar como “mais de 50”. Na categoria “Outro”, só restariam as afirmações inconclusivas. Individualmente, os respondentes identificaram o seguinte quadro (figura 15) a partir de suas respostas.

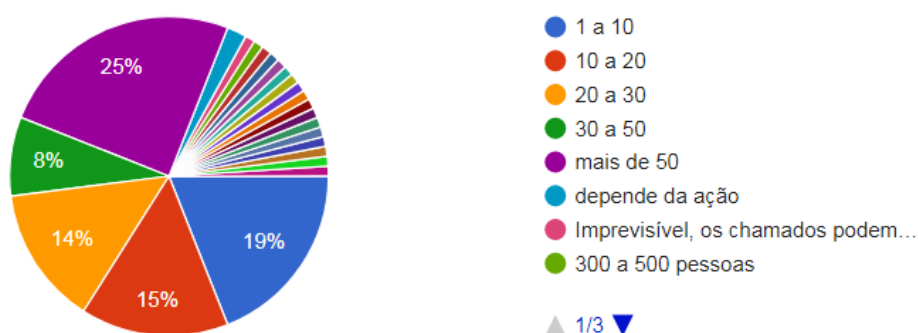


Figura 16: Referências por categoria para a pergunta “Incluindo essas, quantas pessoas o grupo é capaz de reunir para um evento ou ação?”. Fonte: autor.

A opção mais referida foi “mais de 50” (25 vezes selecionada). Além das opções pré-definidas, 19 pessoas escreveram na categoria “Outros”. Praticamente todas essas respostas se referiam à variabilidade de público a depender da atividade realizada, que pode variar de um

número ínfimo (3 pessoas, menor referência) aos milhares (mais de duas mil pessoas, maior refer).

Como coletivos, a opção definida foi a mais referida ou, em casos de empate, optou-se pela opção de maior valor das duas. É interessante mencionar que, em relação à análise preliminar de 2017, houve um grande aumento dos grupos que dizem ser capazes de mobilizar mais de 50 pessoas (10 grupos de um total de 15 novos). Em seguida, vêm pequenos grupos e coletivos com baixa capacidade (e talvez, interesse) de mobilização – 1 a 10 pessoas.

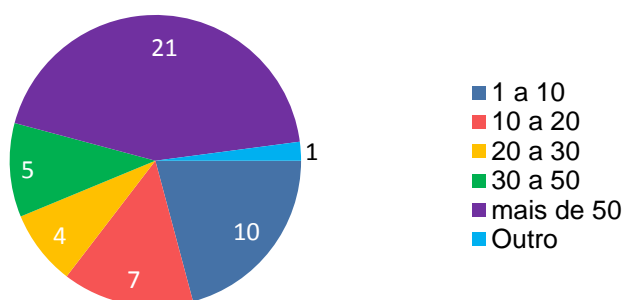
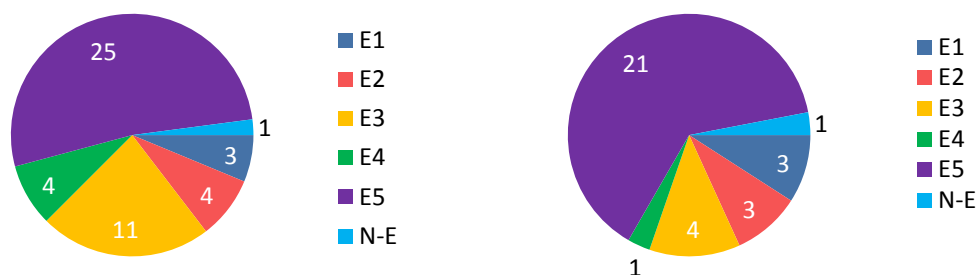


Figura 17: Capacidade de mobilização, por grupos. Fonte: autor

A décima primeira pergunta faz referência a outros grupos e instituições que o grupo referido porventura se relacione. Ao separar as respostas individuais para a ótica dos grupos, foi percebido que apenas dois dos 48 grupos mencionados afirmaram não haver diálogos formais com outros grupos ou não saber informar. Todos os outros 46 grupos confirmaram o relacionamento com outras instituições e grupos, inclusive entre muitos dos listados anteriormente.

A décima segunda pergunta objetivava perceber se os grupos tinham relacionamentos com empresas e de que forma se dava essa relação. Nesse caso, é preciso analisar as respostas do mesmo grupo, para perceber o entendimento dos membros quanto a esse aspecto institucional. Em alguns casos, certos respondentes afirmaram que o grupo não se relacionava com empresas, enquanto outros especificavam como se dava o relacionamento. Para esses casos, foi adotado que havia relacionamento, com base nos detalhes fornecidos.

De acordo com os resultados identificados após análise da informação organizada por grupos, foram identificadas cinco categorias: E1 – Se relacionam com ressalvas e apenas com empresas em sintonia com os objetivos e ideologia do grupo; E2 – Se relacionam sem ressalvas com empresas dos membros, ou como empresas com relações comerciais; E3 – Se relacionam por meio do recebimento de apoio, doações e formação de parcerias; E4 – Se relacionam da mesma forma que o E3 e podem prestar serviços a essas empresas; E5 – Não se relacionam. Um grupo não especificou como se dava o relacionamento (N-E, não especificado). É perceptível um cenário bem diferente entre os resultados preliminares (2017) e os posteriores (2018). A relação mais representativa era e continua a ser a de distanciamento e não relacionamento com as empresas. No entanto, houve grande aumento nas categorias E3 e E4, respectivamente relações mais permissivas de parceria com apoio, e de prestação de serviços a essas empresas, o que é um sinal do acréscimo de grupos mais estruturados, formalizados e organizados nas respostas do formulário.



A décima terceira pergunta questionava se os grupos eram multidisciplinares e quais profissões, conhecimentos e habilidades faziam parte desses. Esse aspecto se relaciona com os “recursos de conhecimento” da capacidade institucional (Healey et al., 1999). Dos 48 grupos, 40 (83,3% dos grupos, contra 81,8% em 2017) se consideraram multidisciplinares, com profissionais de diversas categorias e com habilidades plurais (figura 20). Os oito grupos não percebidos como multidisciplinares guardam algumas características próprias, são duplas ou coletivos de poucos integrantes – seis nesse caso, sendo quatro da área de arquitetura e urbanismo, um da produção artística e cultural e um da comunicação – ou são grandes redes profissionais nacionais, como é o caso da Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP – e do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB.

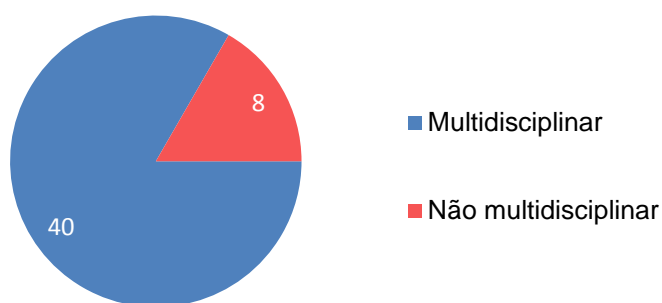


Figura 20: Multidisciplinariedade por grupos. Fonte: autor.

A décima quarta pergunta questionava sobre a voluntariedade dos respondentes e de seus grupos. Dos 100 respondentes, 90 afirmaram atuar voluntariamente (figura 21), mas 10 abriram ressalvas de que, embora haja atividades voluntárias, ocasionalmente há remuneração de participantes por serviços prestados, financiamentos obtidos ou patrocínio. Sete grupos foram identificados como remunerados de alguma maneira (figura 22). Esse tipo de resposta retrata os grupos que conseguiram se formalizar e achar um nicho de mercado ou oportunidade financeira que permite a dedicação integral (ou parcial) a causas consideradas importantes, diferente da maior parte dos grupos que, por serem efetivamente voluntários, têm uma margem de atividade mais limitada por seus membros não poderem se dedicar integralmente à causa, tendo suas atividades restritas às horas livres de seus trabalhos/empregos. Apesar de remunerados (de forma constante ou ocasional), esses grupos não deixam de realizar ações voluntárias e coletivas.

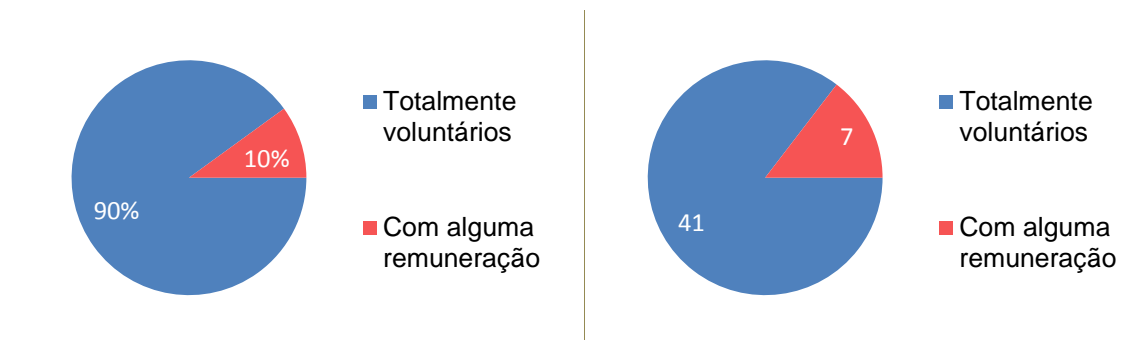


Figura 21: Voluntariedade dos respondentes. Fonte: autor.

Figura 22: Voluntariedade dos grupos. Fonte: autor

A décima quinta pergunta pede que os respondentes expliquem de que maneira é realizado o financiamento das ações e atividades de seus grupos. Os grupos (a partir do identificado nas respostas individuais) apresentam diversos métodos de financiamento para viabilizar suas ações e garantir maior eficiência na coleta. O método mais referido foi a divisão de custos entre os participantes ou membros do grupo (21 menções), comum em ações esporádicas de baixo custo. Em seguida, doações (20), ocasionais ou regulares, vindas dos membros (p. ex: anuidade) ou de agentes externos, tanto em forma de dinheiro como serviços e materiais. O terceiro método mais comum é o apoio ou patrocínio de empresas ou instituições (15). Esse pode se dar por oferta de serviços (uso de um auditório, impressão de material gráfico, confecção de camisetas) ou recursos financeiros provenientes de empresas, fundações ou instituições de maior escala (uma organização nacional que provê recursos a organizações locais). Os editais (12 menções) costumam prover grande quantidade de recursos que permitem ações de maior escala com maior organização, mas são esporádicos e sujeitos à seleção por comissão julgadora. A prestação de serviços (9 menções) refere-se à venda de produtos ou serviços relacionados a suas áreas de atuação. As ferramentas de financiamento coletivo (*crowdfunding*, 4 menções) são virtuais e permitem o apoio amplo de pessoas. As rifas e bazares (2) sorteiam ou vendem produtos novos ou usados. Há também grupos sem financiamento (4), com cada participante pagando seus custos individuais ou não realizando ações que demandam recursos.

Métodos de financiamento

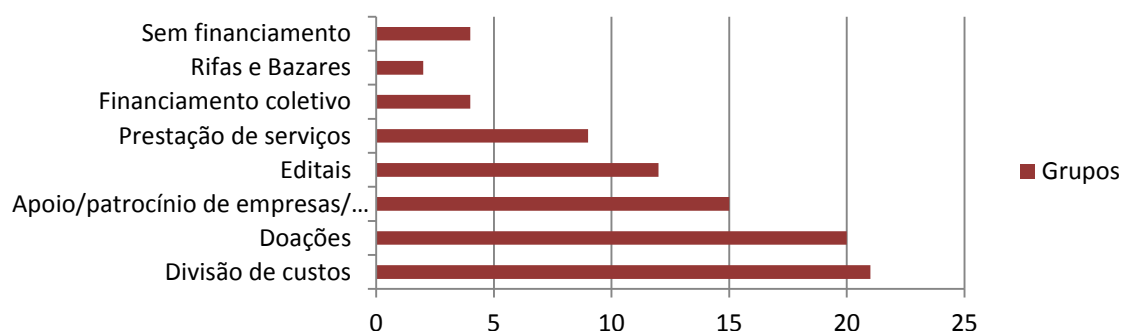


Figura 23: Quantidade de grupos por método de financiamento. Fonte: autor

A décima sexta pergunta pedia aos respondentes que identificassem as ações e atividades mais relevantes já realizadas por seu grupo. Diversas ações foram mencionadas e foram relevantes para a seleção dos estudos de casos e análise específica, mas não são relevantes para serem mencionadas nesta etapa, que visa uma compreensão geral dos grupos.

6.3 Relação dos grupos com o público

A terceira etapa do formulário consistia na análise do entendimento da relação dos grupos com a população, seus públicos alvos e em geral. Essa seção conta com quatro perguntas a respeito da forma de ingresso de novos membros, das ferramentas de comunicação grupo-população, vantagens e desvantagens do uso dessas e a forma que se dá os relacionamentos com a mídia (tradicional ou alternativa).

A primeira pergunta questionava como era possível participar do grupo e como se dava a entrada de novos membros.. A partir das respostas recebidas, percebe-se que, talvez, a pergunta não tenha sido suficientemente elucidativa, visto que muitos confundiram entre participar das atividades (geralmente coletivas, abertas e voluntárias) e participar da organização (e seus processos de tomada de decisão). Os resultados dessa pergunta ficaram (ainda mais) sujeitos à interpretação do autor, mas de qualquer forma foi possível identificar 4 categorias: P1 – Acesso livre – refere-se principalmente a grupos que tomam suas decisões e se organizam em assembleias de acesso livre e deixaram isso claro em suas respostas; P2 – Solicitação por interesse – Os grupos dessa categoria normalmente reforçam que suas ações são de livre acesso, mas para ser considerado membro é necessário realizar uma inscrição eletrônica ou demonstrar interesse para ser aceito pelos demais membros, após avaliação; P3 – Convite – Trata-se dos grupos que não parecem abertos à entrada de novos membros, mas, por aproximação, pode acontecer de um novo participante receber um convite a ingressar na estrutura organizacional; P4 – Sem abertura – essa categoria trata de grupos muito pequenos (geralmente de 1 a 5 pessoas) de amigos que querem manter sua identidade e não previram (até então) a entrada de novas pessoas. A diferenciação entre convite e solicitação por interesse é tênue e, apesar de identificado pelas respostas fornecidas, é muito possível que ambos os casos façam-se presente como formas de admissão de um mesmo grupo.

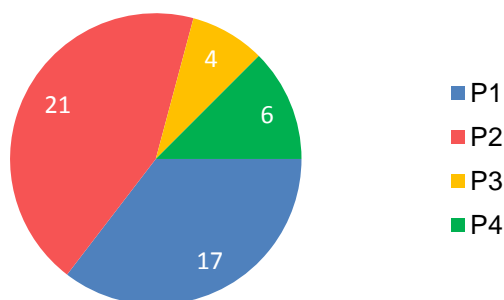


Figura 24: Métodos de acesso predominantes às estruturas organizacionais dos grupos. Fonte: autor.

Dos 17 grupos da categoria P1, nove informaram ter uma estrutura de fórum virtual no Facebook, onde muitas decisões são tomadas de forma aberta a todos os participantes (apesar de sujeita a moderação e administração dessas páginas). Desses nove, cinco têm acesso livre a qualquer um e quatro permitem a entrada depois da solicitação de acesso (que exclui, a priori, perfis falsos da rede social, *trolls* [causadores de confusão] ou categorias aprioristicamente excluídas, como o caso de homens em um fórum exclusivamente feminino).

A segunda pergunta buscou compreender as ferramentas de comunicação utilizadas pelos grupos para se comunicar com simpatizantes, interessados e a população em geral (comunicação externa). Para a categorização desse tópico, foram desconsiderados métodos dependentes de

terceiros (como espaços fornecidos em jornais ou rádios locais), sendo levado em conta apenas os que dependem dos esforços dos próprios grupos.

As ferramentas de comunicação identificadas após leitura dos contributos, ordenadas pela quantidade de vezes referidas, foram: redes sociais (utilizadas por 43 grupos); listas de e-mails ou *mailing list* (16 grupos); website (13); fórum virtual de discussão (9); panfletagem (5); atividades presenciais (2; Entendidas como promoção do grupo e de eventos no espaço público, não as ações e atividades em si); cartilhas (1); e telefone (1). Muitos respondentes afirmaram que durante as ações e atividades, o contato interpessoal é importante para a divulgação do grupo, mas esse não foi entendido como uma ferramenta.

Ferramentas de comunicação

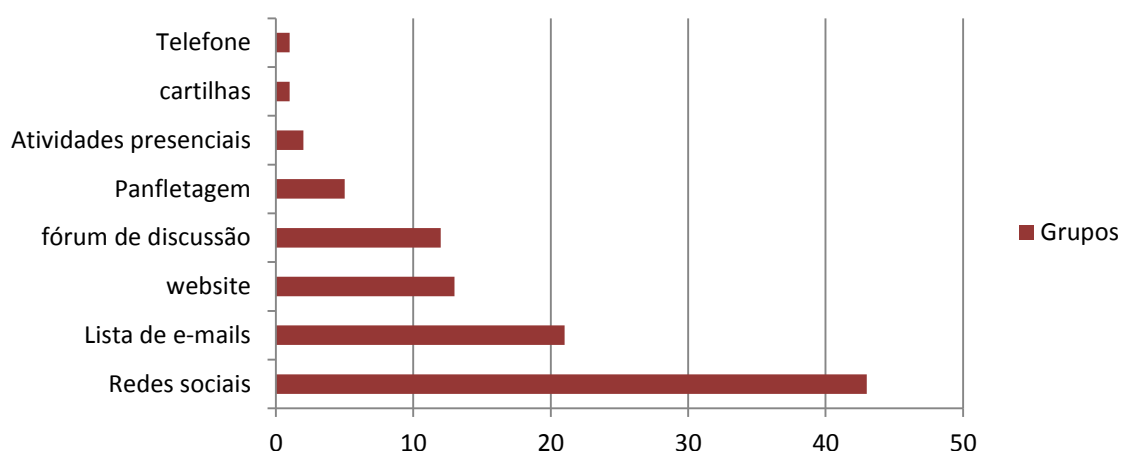


Figura 25: Ferramentas de comunicação utilizadas por grupos. Fonte: autor.

A terceira pergunta questionou os respondentes sobre as vantagens e desvantagens percebidas nos métodos de comunicação elencados. Após a análise cuidadosa das respostas (em que apenas um grupo informou não ter um método de comunicação definido), foram identificadas um total de 22 vantagens e 23 desvantagens para essas ferramentas. A maioria se refere aos meios virtuais (redes sociais, listas de e-mails, website e fóruns de discussões).

Para as redes sociais – mais notadamente o uso do Facebook e do Instagram – foram identificadas as seguintes vantagens: fácil acesso; permite grande alcance a um público diverso com linguagem acessível; permite *feedback*; é rápido; possibilita pautar a imprensa local; fornece maior visibilidade; alcança muitos jovens; é a melhor forma de se comunicar sem financiamento por ser muito barato ou gratuito; permite o contato a qualquer hora; permite ao público ficar a par das atividades do grupo. Como desvantagens, temos que: fornece baixo alcance; gera pouco engajamento real; exige dedicação às páginas; tem dificuldade de alcançar as camadas mais humildes; atinge apenas públicos específicos; traz uma comunicação impessoal; arrisca que o presencial perca força; o Facebook é desorganizado; demanda alguma urgência no retorno às solicitações; fica concentrado na mão de poucos; não gera muita credibilidade; não é permitido o anonimato; se restringe a bolhas ideológicas; é uma ferramenta da sociedade do espetáculo; dá pouco alcance ao público maior de 50 anos; o Facebook não é mais tão eficiente; alcança apenas o já conhecidos; é uma forma de comunicação amadora.

Para a lista de e-mails, temos como vantagens que: permite maior registro das atividades, fornece uma maior interação; é um método barato ou gratuito; é um espaço democrático; livre de censura externa; permite uma comunicação fluida; garante o contato a qualquer hora. Como

desvantagens: fornece pouco engajamento real; tem dificuldade em alcançar os mais humildes; é impessoal; arrisca que o presencial perca força; fica concentrada na mão de poucos; tem pouco alcance com o público de mais de 50 anos.

Para os websites, foi citado que: dão maior visibilidade; alcançam muitos jovens; permitem que o público fique a par das atividades do grupo. Como desvantagens: têm pequeno alcance; geram pouco engajamento real; têm dificuldades de alcançar os mais humildes; são impessoais; têm pouco alcance a pessoas com mais de 50 anos.

Os fóruns de discussão apresentam como vantagens: os intensos debates com fontes acadêmicas; a maior interação; ser um método barato e/ou gratuito. Como desvantagens: geram pouco engajamento real; os debates se diluem em curto período; têm dificuldade de alcançar os mais humildes; podem retirar a força do presencial; no Facebook é desorganizado; demanda urgência no retorno de solicitações; não permite o anonimato; tem pouco alcance com o público de mais de 50 anos; é uma forma de comunicação amadora.

A panfletagem e a divulgação presencial apresentam como vantagens: serem mais efetivas em sensibilização e envolvimento; a captação de mais interessados; o contato pessoal. Como desvantagem: dificuldade na divulgação.

As cartilhas têm como vantagem o auxílio na propagação de ideias bem desenvolvidas, mas têm dificuldades na distribuição física. As atividades presenciais geram um novo olhar sobre a cidade, mas demandam muita energia e esforço. O telefone apresenta como desvantagem a dificuldade em manifestar ideias e ações, por falta de recursos visuais.

A quarta pergunta da terceira etapa questionava sobre de que forma os grupos se relacionavam com os veículos de comunicação (jornais, televisão, blogs...). A partir das respostas coletadas, cinco tipos de relacionamento com a mídia foram percebidos. A primeira categoria refere-se aos grupos que têm boas relações (28 grupos) com a mídia (ou parte dela), enviando press releases, dando entrevistas ou mesmo tendo espaços periodicamente garantidos em jornais ou rádios para divulgação de suas ideias. A seguir, há os grupos que se relacionam com ressalvas (9 grupos) que demandam receber matérias escritas antes da publicação ou reconhecem que as informações dadas podem ser deturpadas e distorcidas, podendo mesmo se negar a dar entrevistas que possam sofrer edição. Em seguida, há os que nunca se relacionaram (6 grupos) seja por ter suas atividades encerradas previamente ou por falta de interesse da mídia local em suas atividades. Três grupos afirmaram evitar os grandes veículos de comunicação, mantendo relações somente com a mídia alternativa. Por último, um grupo evita qualquer relacionamento com a mídia por realizar ações insurgentes e anônimas, sem que nenhum participante pode falar pelo grupo.

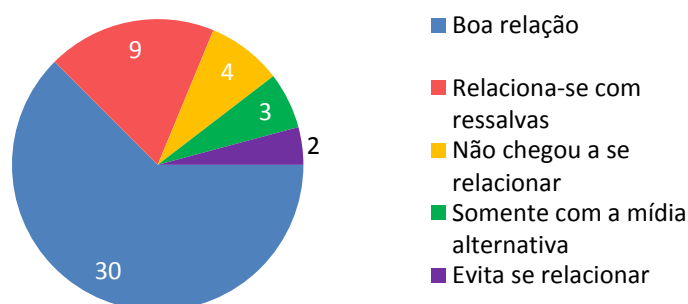


Figura 26: Tipos de relacionamentos com os meios de comunicação. Fonte: autor.

6.4 Relação dos grupos com o poder público

A quarta etapa do formulário objetiva compreender como os respondentes veem o processo participativo, de que forma poderia ser melhorado e que tipo de interações ocorreram entre os poderes públicos e os movimentos cívicos urbanos.

A primeira pergunta dessa etapa solicitava que o respondente, por meio de sua avaliação pessoal, atribuísse uma nota à participação popular no planejamento das políticas públicas. Foi possibilitada a escolha dentro de uma escala de 0 a 5, que significava, respectivamente, “Totalmente errada”, “Muito ruim”, “Inadequada”, “Regular”, “Boa” e “Excelente”. Nove pessoas deram nota 0, 45 deram nota 1, 34 deram nota 2, oito deram nota 3, três deram nota 4 e somente uma pessoa deu nota 5 (na análise preliminar feita em Braga, 2017, ninguém havia dado a nota máxima).

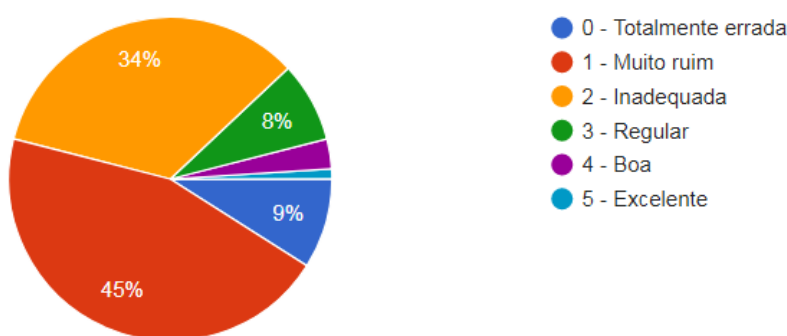


Figura 27: Nota dada pelos respondentes à pergunta “Como você avalia a abertura à participação no planejamento das políticas públicas?”. Fonte: autor.

Se atribuirmos a cada nota um peso equivalente a seu valor, é possível tirar uma nota média de todas as respostas. Assim, a soma total dos valores daria 154. Ao dividir pelo número total de respondentes (100) verificamos que a média da pesquisa seria 1,54, algo entre “Muito ruim” e “Inadequada”.

É possível inclusive verificar a nota atribuída à abertura da participação no planejamento em todas as cidades pesquisadas (com a ressalva de que, embora Fortaleza seja muito diversa com 84 respostas, Braga terá a nota dada por apenas uma pessoa).

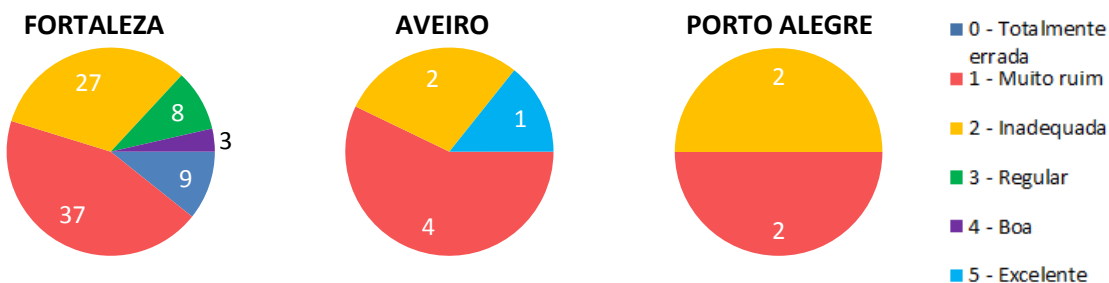


Figura 28, 29 e 30 (esquerda, centro e direita): Classificações dadas pelos respondentes quanto à abertura da participação nas políticas públicas das cidades de Fortaleza, Aveiro e Porto Alegre, respectivamente.

Fonte: Autor

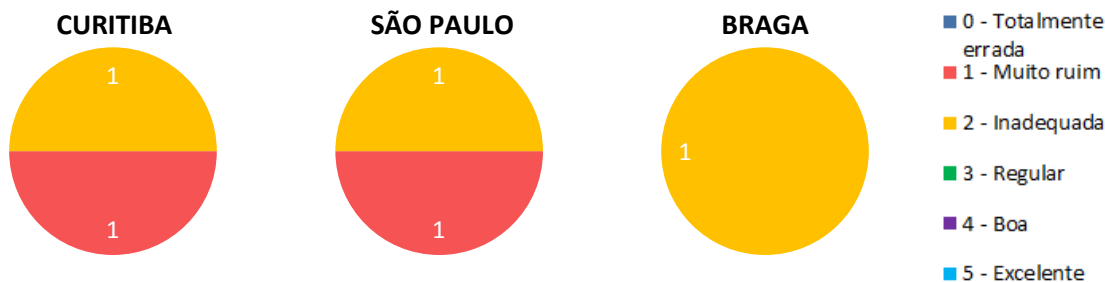


Figura 31, 32 e 33 (esquerda, centro e direita): Classificações dadas pelos respondentes quanto à abertura da participação na políticas públicas das cidades de Curitiba, São Paulo e Braga, respectivamente. Fonte: Autor

Após verificação dos gráficos resultantes da classificação atribuída pelos respondentes quanto a abertura à participação nas políticas públicas de suas cidades, vemos que, no geral, há uma avaliação muito negativa (com notória exceção de um inquirido de Aveiro que deu nota máxima). Dessa maneira, a nota média de cada cidade fica: Fortaleza = 1,51 (84 respostas); Aveiro = 1,86 (7 respostas); Porto Alegre = 1,5 (4 respostas); Curitiba = 1,5 (2 respostas); São Paulo = 1,5 (2 respostas); Braga = 2 (1 resposta).

A segunda pergunta da quarta etapa questionava de que maneira cada respondente acreditava que a participação popular nas políticas públicas poderia ser ampliada. As 100 respostas fornecidas trouxeram considerações pessoais e espontâneas, percebidas em decorrência das dificuldades encontradas nas tentativas de participar do desenvolvimento das políticas de seu interesse. Para melhor compreensão, as 100 respostas foram resumidas em 22 categorias estabelecidas após cuidadosa leitura e visualizável pelo número de menções no gráfico da figura 34. São elas: 1 – reuniões com grupos setoriais e organizações sociais (17 menções); 2 - reuniões fora do horário de trabalho (seis menções); 3 – compromisso com as demandas populares, as sugestões advindas dos cidadãos e as decisões tomadas em conjunto com a sociedade (32 menções); 4 – maior transparência (11 menções); 5 -desburocratização, maior divulgação e abertura às reuniões, debates, diálogos, e decisões (31 menções); 6 – consultas populares (oito menções); 7 – seguir o que está colocado no Plano Diretor Municipal (inclusive criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano) (quatro menções); 8 - ter reuniões frequentes em periodicidade regular com a sociedade (oito menções); 9 – mais formas de participação efetiva – comunicação e decisão (15 menções); 10 – criação de uma ouvidoria atuante e efetiva (quatro menções); 11 - criar conselhos de controle social com representantes populares com poder de voto e veto (cinco menções); 12 – priorizar as demandas populares sobre a dos grandes interesses econômicos (cinco menções); 13 – organizar mais concursos de ideias e projetos (duas menções); 14 – formar grupos de trabalho e conselhos de bairro (quatro menções); 15 – levar os grupos cívicos urbanos e de ativismo às escolas (uma menção); 16 – não ter poder público (uma menção); 17 - fazer marketing e comunicação mais informal e jovem (uma menção); 18 – estabelecer parcerias com as universidades (uma menção); 19 – retirar pessoas que têm interesse político-partidário futuro (uma menção); 20 – receber comissões formadas a partir de protestos (uma menção); 21 – promover momentos de formação técnica básica para democratizar o conhecimento (uma menção); 22 – não temer a falha e a perda de controle sobre processos participativos (uma menção).

Sugestões para melhorias à participação

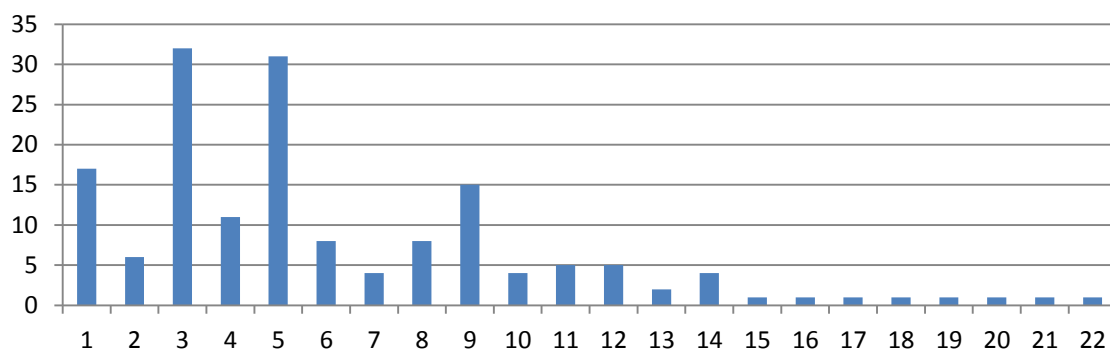


Figura 34: Menções às categorias estabelecidas para as sugestões de como ampliar a participação popular nas políticas públicas. Fonte: Autor

A terceira pergunta da quarta etapa questionou se a administração pública havia, de alguma maneira, reagido, de forma positiva ou negativa, às ações do grupo. O resultado trazido no gráfico da figura 35 é uma simplificação das respostas a partir da leitura. Dessa forma, seis grupos disseram já ter recebido reações positivas e negativas, dez afirmaram que só receberam reações positivas, nove só reações negativas, nove nunca receberam nenhuma reação do poder público quanto às suas atividades e dois não souberam informar. Dentre as principais reações positivas podem ser citados o atendimento de demandas, convites a reuniões e ações conjuntas, reconhecimento público dos esforços do grupo ou mesmo o recebimento de prêmios. As negativas incluem a desqualificação dos grupos e seus argumentos, interrupção de atividades, culpabilização, repressão policial e até o boicote e a criminalização das ações e de seus integrantes.

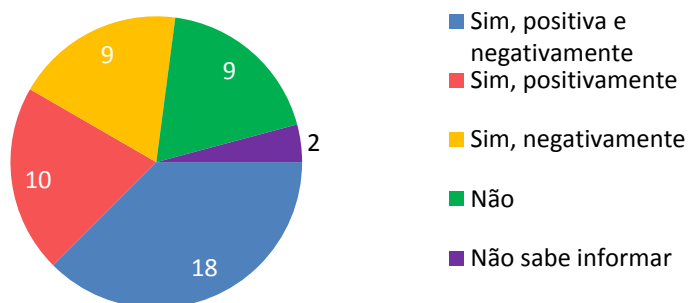


Figura 35: Categorias sumarizadas dos grupos à pergunta “Em algum momento o poder público reagiu às ações do grupo? Especifique, se possível, a reação tanto em caso positivo como negativo”. Fonte: autor.

A quarta e última pergunta da quarta etapa questionava sobre a realização de parcerias entre a administração pública e os grupos e pedia a explicitação desses processos. Dos 48 grupos analisados, 26 afirmaram já terem feito parcerias com o poder público para viabilização de ações e atividades. 19 afirmaram não ter ainda realizado parcerias. Dois afirmaram só ter firmado parcerias com o Ministério Público (provavelmente em oposição ao executivo municipal) e um grupo não soube informar. É importante perceber que a viabilização de parcerias é muito dependente do contexto, pois há gestões políticas mais permissivas ou reativas a determinadas pautas e grupos, podendo inverter o entendimento a cada período eleitoral.

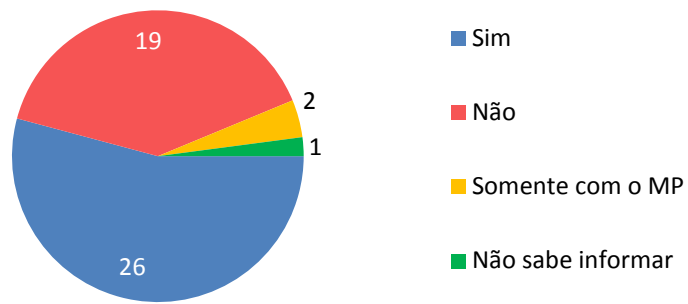


Figura 36: Respostas dos grupos quanto à pergunta “O grupo já cooperou alguma vez com o poder público? Como se deu essa parceria?”. Fonte: autor.

6.5 Considerações finais dos respondentes

A quinta e última etapa do formulário trouxe questionamentos (de preenchimento opcional) que buscavam perceber o entendimento dos respondentes quanto a suas motivações para seguir em movimentos cívicos urbanos, opiniões sobre o que consideram a cidade ideal e suas compreensões sobre os conceitos de “direito à cidade” e “autogestão”. As respostas fornecidas foram muito ricas e diversas, mas também possibilitavam a conexão entre temas destacados. Por isso, e para evitar o exagero de colocar todas as respostas de opinião neste documento, foram sumarizadas em categorias cuja soma pode passar do número total de respondentes, já que cada resposta podia trazer mais de uma ideia. É importante deixar claro que as categorias vieram da interpretação momentânea da leitura, um trabalho muito pessoal e situacional e que, feito em outro momento ou por outras pessoas, poderiam as categorias ser elencadas textualmente diferentes, apesar de, provavelmente, ter preservada sua essência.

A primeira questão perguntava “O que é a cidade ideal para você?”. Foi respondida por 92 dos 100 respondentes e, a partir dessas respostas, foram sintetizadas 15 categorias de acordo com suas afinidades e semelhanças. São elas: 1- Cidade social, coletiva e criativa (4 referências); 2 – Cidade com justiça social e garantia de acesso igualitário a todos os direitos e oportunidades, sem nenhuma discriminação ou opressão (31 menções); 3 – Cidade solidária com respeito e gentileza mútua entre seus cidadãos (10 menções); 4 – Cidade livre, caminhável, acessível, segura e limpa (17 menções); 5 – Espaço plural, participativo e realmente democrático (23 menções); 6 – Cidade onde haja acolhimento, garanta-se o desenvolvimento pessoal e seja possível sentir-se bem, feliz e com qualidade de vida (12 menções); 7 – Cidade que facilita a vida dos habitantes, especialmente os que mais precisam (3 menções); 8 – Lugar que as pessoas sejam donas, respeitem e cuidem (2 menções); 9 – Cidade com meio ambiente ecologicamente saudável e com respeito dos cidadãos a esse (11 menções); 10 – A cidade que busque e garanta uma vida digna (2 menções); 11 – Cidade culturalmente rica (4 menções); 12 – Que seja sustentável em todos os aspectos (6 menções); 13 – Que forme para a cidadania (2 menções); 14 – Cidade onde o privado não se sobrepõe (5 menções); 15 – A cidade onde moro (3 menções).

O que é a cidade ideal para você?

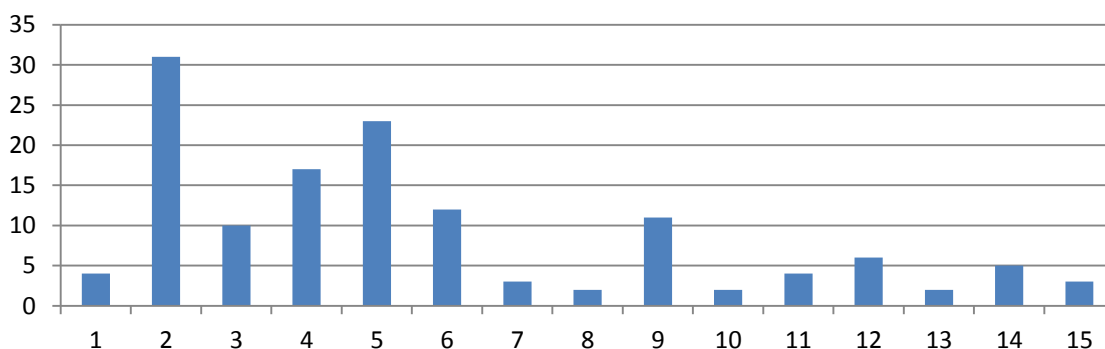


Figura 37: Categorias mencionadas pelos respondentes na pergunta sobre cidade ideal. Fonte: Autor

A segunda questão trazia o questionamento “O que é Direito à Cidade para você?”. Nessa, 93 pessoas responderam e foram elencadas 19 categorias, que seguem: 1 – Acesso livre e pleno a tudo que a cidade oferece (47 menções); 2 – Participação nas decisões que transformam o território (27 menções); 3 – Cidade acessível, ir e vir com qualidade (18 menções); 4 – Não discriminação, cidade equitativa e igualitária (18 menções); 5 – Direito a serviços públicos de qualidade (8 menções); 6 – Direito a não exclusão (8 menções); 7 – Direito à moradia (6

menções); 8 –Direito à qualidade de vida digna (8 menções); 9 – Acesso a uma cidade mais justa (5 menções); 10 – Viver saudável com o meio ambiente (5 menções); 11 – Predomínio da organização popular e horizontal (4 menções); 12 – Ter seus direitos respeitados (3 menções); 13 – Cidade integralmente sustentável (3 menções); 14 – Liberdade de pensamento (3 menções); 15 – Direito de escolha (2 menções); 16 – Direito ao trabalho (1 menção); 17 - Direito a um ambiente público organizado e consentido (1 menção); 18 - Construção coletiva através de dinâmicas individuais (1 menção); 19 - Dever de fazer parte (1 menção).

O que é Direito à Cidade para você?

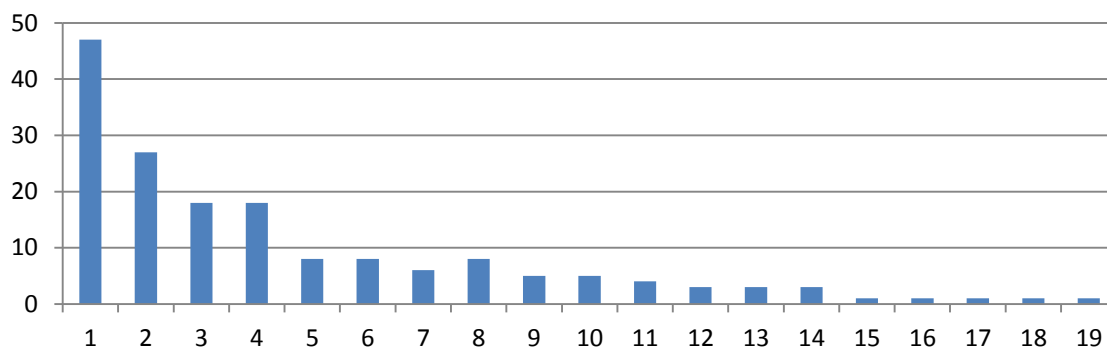


Figura 38: Categorias mencionadas pelos respondentes na pergunta sobre direito à cidade. Fonte: Autor

A terceira pergunta questionava “O que você entende por autogestão?”. Essa pergunta teve 91 respostas e foi a que houve maior “consenso”, sendo elencadas apenas 14 categorias que seguem: 1 – Autogerenciamento de cidades, grupos ou indivíduos interessados (27 menções); 2 – Sociedade tomando decisões sobre seu funcionamento (17 menções); 3 – Gestões sem hierarquia, relações de poder ou controle externo (24 menções); 4 – Organizações com horizontalidade nas discussões e decisões (11 menções); 5 - Cidadãos intervindo positivamente na coletividade (9 menções); 6 – Interesses em comum decidindo rumos e projetos (7 menções); 7 – Gestão sem Estado (6 menções); 8 – Democracia direta (5 menções); 9 – Amadurecimento do público / sucesso de uma civilização (5 menções); 10 – Interesses públicos sendo atendidos (2 menções); 11 – Consenso através do debate e consentimento (1 menção); 12 – Prefeito fazendo a cidade funcionar bem sem muitas intervenções pessoais (1 menção); 13 – Um chavão (1 menção); 14 – Não encontrou resposta (1 menção).

O que você entende por autogestão?

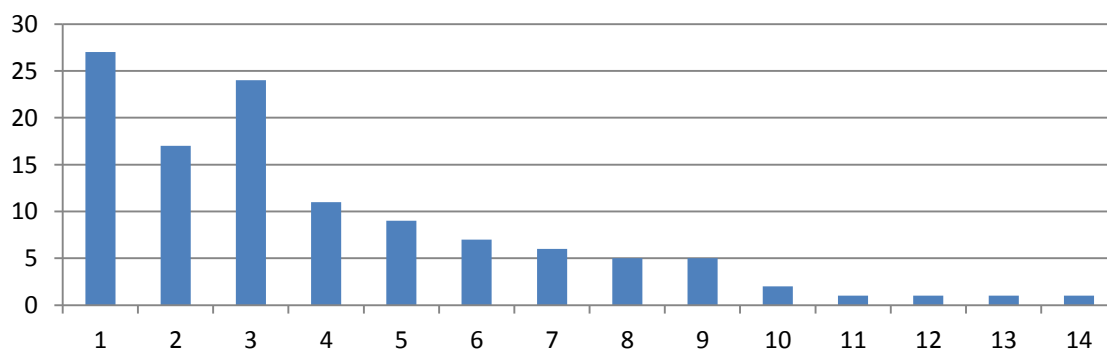


Figura 39: Categorias mencionadas pelos respondentes na pergunta sobre autogestão. Fonte: Autor

A quarta e última pergunta questionava “O que lhe motiva a participar desses grupos e atividades?”. 93 pessoas responderam essa e foram elencadas dezoito categorias. São elas: 1 – Desejo pessoal de voluntariado e mobilização social coletiva (9 menções); 2 – Tentar melhorar a cidade, torná-la mais justa e democrática (25 menções); 3 – Melhorar a qualidade de vida dos moradores (6 menções); 4 – Ver projetos e ideias se tornando realidade (1 menção); 5 – Cidadania (3 menções); 6 – Deixar uma cidade melhor para as futuras gerações (6 menções); 7 – Conhecer novas pessoas e realidades que nos enriquecem (10 menções); 8 – Incômodo, insatisfação, senso de dever e necessidade (10 menções); 9 – Fazer parte da mudança (11 menções); 10 – Aprender (4 menções); 11 – Criar uma cidade ambientalmente saudável (5 menções); 12 – Cuidar da minha cidade (6 menções); 13 – Ser mais vida, menos morte (1 menção); 14 - Acreditar, ter esperança e vontade de contribuir na melhoria e na mudança da cidade (20 menções); 15 – Pensar a cidade (1 menção); 16 – Militância política (1 menção); 17 – Partilhar coletivamente as coisas boas (1 menção); 18 – Vontade que os objetivos dos movimentos se tornem realidade (1 menção).

O que lhe motiva a participar desses grupos e atividades?

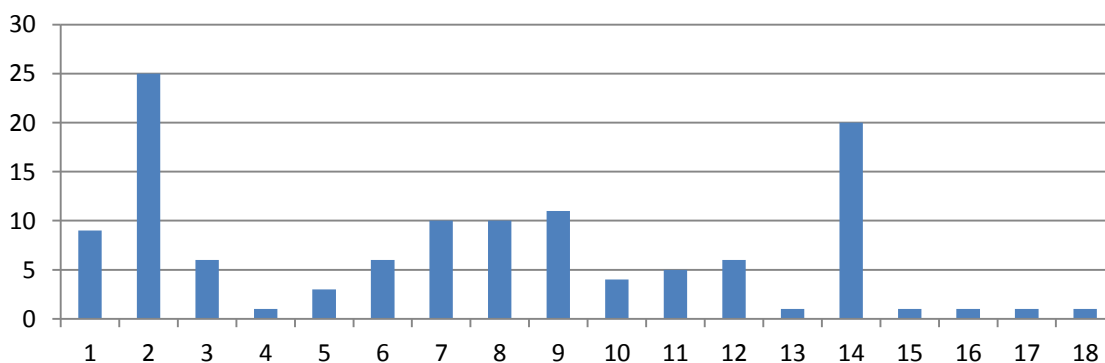


Figura 40: Categorias mencionadas pelos respondentes na pergunta sobre motivações a participar dos grupos e suas atividades. Fonte: Autor

7. ANÁLISE DOS CASOS

Este capítulo discursará sobre casos que se relacionam com a mudança do espaço físico urbano através de desenvolvimentos que podem ou não terem sido realizados de maneira participativa, e que contaram com o envolvimento e atuação de movimentos cívicos urbanos.

7.1 Metodologia da análise

A coleta de dados fornecida pelo formulário “movimentos cívicos urbanos e suas relações com o público e o poder público” (A2 – Anexo 1) trouxe dados importantes ao desenvolvimento deste trabalho. Entretanto, como este trabalho foca não só nos movimentos cívicos urbanos, mas também no espaço público e na cultura de participação, foi necessário desenvolver um método que integrasse essas três áreas.

O método escolhido para verificar a relação entre as temáticas abordadas nesta dissertação passou então pela análise de atuações relevantes de movimentos cívicos urbanos - referenciados na coleta de dados – sob a teoria do espaço público, da administração pública, participação popular e movimentos cívicos.

A escolha da quantidade de casos de estudo partiu da tentativa de adequar a escada de participação (figura 4) e seus oito níveis (nove, caso seja incluída a coerção, nível 0) às atuações relevantes dos movimentos cívicos. Para a seleção dos casos, foi feita uma avaliação preliminar de adequação desses a cada degrau, para que fosse possível a análise da grande diversidade de desdobramentos participativos, a partir do conhecimento obtido com as leituras e vivências, e com alguma flexibilidade em relação aos níveis definidos pelos autores pesquisados.

Foram decididos para os níveis da não-participação os seguintes casos: 1 – “Ocupe o Cocó” (Fortaleza, Brasil) como processo de manipulação; 2 – “Ciclofaixas Cidadãs” (Fortaleza, Brasil) como processo não-participativo por escolha dos ativistas, em contraposição e negação ao caráter estrutural rodoviário da administração pública, apesar da realização e encontros informativos; 3 – “Praça Portugal” (Fortaleza, Brasil) como processo de aplacamento/cooptação; 4 – “Fórum Cocó” (Fortaleza, Brasil) como processo de consulta iniciado fora da administração pública; 5 – “Avenida Lourenço Peixinho” (Aveiro, Portugal) como processo de consulta iniciado pela administração pública; 6 – “Vivacidade” (Aveiro, Portugal) como parceria entre poder público e sociedade civil; 7 – “Praça de Bolso do Ciclista” (Curitiba, Brasil) como processo de poder delegado pelo Estado à sociedade civil; e 8 – “Praça da Alvorada” (Fortaleza, Brasil) como um processo que pode ser considerado como sendo de autogestão ou delegação de poder. Para cinco desses, houve atuação e participação direta do autor deste trabalho (“Praça Portugal”, “Fórum Cocó” e “Praça da Alvorada”) ou indireta (“Ocupe Cocó” e “Ciclofaixas Cidadãs”), com informações trazidas pela documentação angariada à época, vivência empírica e bibliografia de outros autores. Os demais casos (“Avenida Lourenço Peixinho”, “Vivacidade” e “Praça de Bolso do Ciclista”) partiram da leitura bibliográfica de produções comunicativas e acadêmicas. Durante as análises, foi percebido (especialmente em casos desenvolvidos por períodos temporais mais alongados) que elementos de maior ou menor intensidade participativa podem ser desenvolvidos em diferentes etapas. Isso será demonstrado durante este capítulo.

Todos os casos foram descritos e desenvolvidos na “Componente Descritiva dos Estudos de Casos” (capítulo A1 dos Anexos) a partir do material mencionado no parágrafo acima. A leitura desses é opcional, mas recomendada por este autor para que se percebam melhor os pormenores de cada etapa do desenvolvimento desses processos - especialmente os vivenciados diretamente

pelo autor, o que permitiu maior coleta de informações durante seus desenvolvimentos -, que podem ser realmente interessantes, mas não suficientemente relevantes para a análise pretendida neste trabalho. Neste capítulo será escrita apenas uma síntese do desenvolvimento do caso para introdução à análise.

Para a análise desses casos, foi desenvolvida a tabela 46 (anexo 4, capítulo A3) em que foram levantados todos os conceitos mencionados na componente teórica após cuidadosa releitura do material produzido. Ao todo, 214 ideias foram reconhecidas, sendo 24 no capítulo 2 – Poder Público e Governo à Escala Local; 38 no capítulo 3 – Cidade e Espaço Público; 84 no capítulo 4 – Participação Popular; e 68 no capítulo 5 – Movimentos Cívicos Urbanos. Esse material foi cruzado com os oito estudos de casos para verificar a pertinência de aplicação desses conceitos a cada caso. Dentre todos os pensamentos reconhecidos, foi percebido que alguns não eram aplicáveis aos casos (itens 5, 53, 56, 62, 71, 111, 124-127, 134, 184), por serem fatores relacionados ao Orçamento Participativo (124-127) que não se fazem presentes em nenhum caso, ou serem premissas genéricas não aplicáveis (itens 81, 137, 171, 174, 191), como a afirmação 174 que diz que “não se pode abolir o poder, é preciso controlá-lo por estruturas formais”. Apesar de genérica, esse tipo de informação será analisada com base nos dados dos grupos fornecidos pelos respondentes do formulário.

Tabela 3: Análise dos conceitos da componente teórica em relação aos casos escolhidos

CASOS	CAP. 2	CAP. 3	CAP. 4	CAP. 5	TOTAL
1 - <i>Ocupe o Cocó</i>	16 /24	14 /38	25 /84	48 /68	103 /214
2 - <i>Ciclofaixas Cidadãs</i>	6 /24	9 /38	22 /84	53 /68	90 /214
3 - <i>Praça Portugal</i>	19 /24	29 /38	38 /84	52 /68	138 /214
4 - <i>Fórum Cocó</i>	9 /24	3 /38	35 /84	35 /68	82 /214
5 - <i>Av. Lourenço Peixinho</i>	3 /24	14 /38	33 /84	30 /68	80 /214
6 - <i>Vivacidade</i>	3 /24	17 /38	25 /84	24 /68	69 /214
7 - <i>Praça de Bolso do Ciclista</i>	4 /24	17 /38	28 /84	31 /68	80 /214
8 - <i>Praça da Alvorada</i>	3 /24	15 /38	25 /84	33 /68	76 /214

O cruzamento dessas ideias com os casos permitiu a análise específica dos aspectos relativos ao objeto em questão, às características da administração pública e da participação (espaços convidados ou populares) e da atuação desenvolvida pelos movimentos cívicos.

Como apoio à melhor verificação dos resultados alcançados, foi elaborada uma série de perguntas direcionadas a dois grupos: 1 – os cidadãos dos grupos relacionados (anexo 2 – capítulo A2); 2 – os órgãos públicos envolvidos nesses processos (anexo 3 – capítulo A2). Ao primeiro grupo, as perguntas questionavam a opinião dos respondentes quanto à qualificação da abertura à participação popular, os ganhos diretos e indiretos obtidos pelos movimentos cívicos e de que maneira acreditavam que o processo poderia ter sido mais participativo. Em alguns casos, foi feito um quarto questionamento referente à percepção de mudança na política de participação após alteração da gestão pública municipal. Ao segundo grupo, as perguntas foram semelhantes, em referência ao entendimento e definição à abertura da participação popular promovida naquele caso, ao papel atribuído aos movimentos cívicos urbanos nesses casos e se o órgão achava que o processo poderia ter sido mais participativo e, se sim, de qual maneira.

Os resultados serão discutidos nas próximas páginas com a seguinte ordem: contextualização do caso; análise do objeto (relacionado ao espaço público); análise da administração pública e participação; análise dos movimentos; desfecho do caso; perspectiva dos cidadãos; perspectivas da administração pública; e discussão.

7.2 Análise dos casos

7.2.1 Caso 1 – Ocupe o Cocó



Figura 41: Acampamento do Ocupe Cocó. Foto: Autor, 09/2013

O Ocupe o Cocó foi um acampamento de militantes em defesa da preservação do Parque do Cocó, um dos maiores parques urbanos do continente americano e a maior área verde natural do município de Fortaleza, com um rio cuja bacia hidrográfica abrange quase toda a área municipal. A pesquisa para esse caso utilizou “O ocupe o cocó: apontamentos para uma aproximação entre os direitos à resistência, à cidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na luta em defesa do parque” (Melo & Marinho, 2016), em notícias jornalísticas e em publicações nas redes sociais de pessoas envolvidas. A componente descritiva completa do caso pode ser lida no tópico A1.1 dos Anexos.

O acampamento foi iniciado como protesto ao anúncio da construção de dois viadutos sobrepostos que removeriam uma quantidade considerável de árvores do parque para alargamento viário.

Em um contexto favorável de mobilização cidadã decorrente das Jornadas de Junho de 2013¹⁷, alguns ativistas iniciaram o acampamento poucos dias após o anúncio - e início imediato de obras dos viadutos -, para evitar o corte de mais árvores. As demandas do movimento eram não apenas a não construção da estrutura viária, mas também a proteção legal do parque, que carecia de sistematização jurídico-legal que o protegesse contra as várias pequenas intervenções que vinham tomando suas margens há anos.

¹⁷ Grandes manifestações que ocorreram em diversas cidades do Brasil em favor de mais investimentos em saúde, educação e mobilidade e contra corrupção e os imensos recursos dispendidos para a Copa do Mundo FIFA de 2014.

A presença dos acampados possibilitou grande debate na cidade e apoio de diversas instâncias que fizeram parte do movimento em defesa do Parque do Cocó. Associações profissionais declararam apoio e demandaram comprovação de necessidade técnica das obras ou mesmo realização de concurso para escolha transparente do projeto; jovens arquitetos realizaram propostas alternativas para criar na sociedade a conscientização de que as coisas poderiam ser feitas de maneira diferente; diversos artistas dinamizavam culturalmente o espaço e propiciavam um ambiente atraente à visitação e reconhecimento de moradores da cidade; moradores da envolvente doavam comida e ofereciam suas instalações domiciliares para banho dos acampados.

Apesar de todo o apoio criado e fornecido, não houve abertura para diálogo por parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), que capitaneou uma campanha difamatória contra os ativistas para desmoralizá-los perante a opinião pública (que com o uso da máquina e conexões estatais foi em muito amplificado, contraposto em parte pela mobilização cívica e de outras instituições apoiantes). As obras, no entanto, só não tiveram prosseguimento devido a uma intensa disputa judicial que ora as impedia, ora as permitia.

Com apoio crescente, o Governador do Estado do Ceará foi, sem aviso, ao acampamento propor a saída dos manifestantes em troca da legalização do parque, mas de forma vaga. Sem acordo, a PMF enviou a Guarda Municipal - na noite de 8 de agosto de 2013, um dia após a visita do governador - para remover os acampados de forma violenta, coerciva e ilegal, pois necessitava de autorização judicial e acompanhamento de profissionais que garantissem os procedimentos adequados e o respeito aos direitos humanos. Devido à ilegalidade do despejo e a uma nova decisão judicial favorável, os manifestantes retornaram no dia seguinte ao acampamento e obtiveram maior apoio popular graças à arbitrariedade do poder público no caso.



Figura 42: Ativistas e guardas municipais. Foto: Letícia Peixoto (08/2013)

Poucos dias após a retomada do acampamento, houve apresentação das propostas alternativas na própria ocupação. Esse momento foi um divisor de águas porque favoreceu o aprendizado dos manifestantes e de outras centenas de pessoas que se fizeram presentes quanto a aspectos urbanísticos e de mobilidade urbana, o que foi ampliado ao discurso da preservação ambiental que já era propagado por esses.

Os projetos alternativos e as visitas constantes de representantes de instituições da sociedade civil angariaram cada vez mais apoio. Mesmo assim, a abertura ao diálogo não surgiu e

os apoiadores dos viadutos consideraram as alternativas inviáveis tecnicamente sem, no entanto, oferecer mais detalhes. O único momento participativo em um espaço convidado foi uma audiência pública realizada no dia 16 de setembro de 2013 pelo poder legislativo municipal, a Câmara Municipal de Fortaleza (CMF), a pedido de vereadores de oposição ao governo municipal (um fator que ocasionou a ausência de apoiadores da obra e de representantes do executivo municipal, apesar de vários setores da sociedade se fazerem presentes e apoiarem a abertura ao diálogo quanto a alternativas).

A intransigência e indisponibilidade do poder público ao diálogo fez com que os manifestantes depositassem todas as esperanças em um impedimento judicial definitivo, devido à ausência de Estudo de Impacto Ambiental para a obra e por o Plano Diretor Municipal (PDM) não permitir construções na área do parque. Entretanto, uma decisão definitiva pela retomada das obras e à reintegração de posse da área pelo governo estadual, levou a uma nova remoção do acampamento (dessa vez definitiva) no dia 04 de outubro, dessa vez de dia, com acompanhamento e aviso prévio. Assim foi encerrado, após quase três meses, o acampamento do Ocupe o Cocó.

OBJETO:

A análise do objeto se adequou a 13 das 38 ideias referentes ao espaço público.

O objeto em causa é um parque urbano. O projeto municipal para a área retoma as ideias de que os governantes continuam a se eleger com mais promessas de fluxo livre (Phoenix, 2014) com estruturas criadas para o automóvel, em detrimento dos pedestres (Gehl, 2013) e que retira cada vez mais os espaços de interação humana (Guarnacia, 2015), por mais que uma cidade desigual como Fortaleza necessitasse de tantos investimentos em sua periferia, e não em sua “área nobre” (Carvalho & Rodrigues, 2016; Santos, 1993)¹⁸. Tudo isso demonstra como a cidade continua a ser a expressão física da hierarquia social e das relações de poder que validam o *status quo* (Walker, 2016).

Entretanto, o início do acampamento e das manifestações de indignação com as políticas adotadas reforçaram o aspecto coletivo da cidade (Rolnik, 2012), que consegue unir tantas pessoas devido à proximidade e densidade característica delas (Glaeser, 2012) para não apenas lutar na cidade, mas por ela (Maricato et al., 2013) por meio da força colaborativa (Glaeser, 2012) que é expressa democraticamente nos espaços abertos e livres (Rogers & Gumuchdjan, 2001; Santana, 2016).

Por fim, a cidade é interpretada diferentemente em cada momento temporal (Carvalho & Rodrigues, 2016) e àquele momento a maior conectividade proporcionada pelas redes sociais (especialmente o *Facebook*) ampliou em grande escala as vozes e os apoios populares ao movimento.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da administração pública deste caso foi compatível em 15 das 24 ideias presentes na componente teórica sobre administração municipal, e em 24 das 86 da teoria sobre participação popular.

¹⁸ Os viadutos custaram 18 milhões de reais. Em torno de 4 milhões de euros. Fonte: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/11/viadutos-do-coco-serao-inaugurados-na-manha-deste-sabado-em-fortaleza.html>

A administração pública trouxe, junto à ideia de construir novos viadutos, a priorização da gestão urbana de curto prazo (Souza, 2015) em detrimento do planejamento de longo prazo, pois à época a cidade não possuía plano de mobilidade e sequer apresentava soluções para os pedestres e ciclistas. Além disso, houve muita desconfiança da população por não perceberem aberturas ao diálogo (Espinosa & Walker, 2011) e repararem que apenas as elites econômicas, principalmente do mercado imobiliário conseguiram ter acesso e influência ao governo (Carvalho & Rodrigues, 2016; L. Rodrigues, 2017; Taylor, 2007), com todo o esforço desse voltado a atender demandas de empresas (Santos, 1993), que, à época, se suspeitava ter sido para agradar e pagar dívidas com as empresas doadoras da campanha eleitoral do gestor municipal (com algumas posteriormente mencionadas em escândalos de corrupção nacional)¹⁹.

Os viadutos foram obras imensamente dispendiosas que agradaram a maior parte da população (L. Rodrigues, 2017) que não está familiarizada com temas como mobilidade urbana e reproduzem o *status quo* (idem). Como reforço a isso, alguns especialistas (voluntários ou a trabalho) intensificaram o discurso (idem) pró-viaduto²⁰ que distorcia conceitos como desenvolvimento sustentável²¹ (Brundtland, 1987) e foi até criado um “movimento” artificial a favor das obras com pessoas contratadas para comparecerem em e demonstrarem apoio²², além do grande marketing negativo utilizado contra os manifestantes acampados (Peck, 2016).

Para reforçar sua obra, o poder público fez uso de argumentação utilitarista (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014), rodoviária (Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Maricato et al., 2013) e tecnocrático (Barbacovi, 2016; Lefebvre, 2001; L. Rodrigues, 2017; Souza, 2015) quando depreciou e rejeitou alternativas dos grupos cívicos sob o argumento de que seriam “tecnicamente inviáveis” e que não haveria alternativa (Thörn et al., 2011), sem que fossem dadas mais informações (Miraftab, 2016; Souza, 2015).

O processo foi marcado por muitas resistências. Resistência dos atores promotores e das elites em partilhar o poder (Arnstein, 1969; Guarnacia, 2015; Kapur, 2018; Mota, 2013; L. Rodrigues, 2017) que colocaram vários obstáculos à participação (Souza, 2015) e ao diálogo verdadeiro (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Taylor, 2007), fazendo uso mesmo de comentários preconceituosos e desmoralizantes²³ (Mota, 2013; Souza, 2015), o que reforça a ideia de que a democracia representativa seria, na verdade, uma oligarquia liberal pouco participativa (idem). Por outro lado, houve também resistência dos manifestantes, que adotaram uma postura reativa (Mota, 2013) às obras impostas unilateralmente, o que gerou grande desgaste e tomou tempo (idem).

Durante o período em que o acampamento resistiu, houve ao menos um momento em que foi realizada uma audiência pública, um processo de consulta que não permite grandes mudanças (Cisneiros, 2015), um espaço convidado (Miraftab, 2016; Taylor, 2007) em que

¹⁹ <http://www.politicacomk.com.br/viadutos-do-coco-acao-do-mpf-contraprefeitura-e-empiteiras-tramitana-justica-federal/>; <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/operacao-lava-jato-ex-presidente-da-queiroz-galvao-morre-e-defesa-pede-desbloqueio-de-bens.ghtml>

²⁰ <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2013/08/26/noticiasjornalopiniao.3117308/a-verdade-sobre-o-desmatamento-do-parque-do-coco.shtml>

²¹ Chegou-se a dizer que novos viadutos eram uma solução ecológica porque os carros ficariam menos tempo parados lançando CO² na atmosfera.

²² Para saber mais sobre a manifestação “Viaduto SIM”, ver o vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=vjDAA9hrJu4&t=5s>

²³ Ciro Gomes, o irmão do então governador Cid Gomes e candidato a presidente da república brasileira em 2018, atribuiu a contestação aos viadutos a coisa de alguns “burgueses e maconheiros”, como verificado em: <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/politica/2013/07/24/noticiapoliticacoluna.3097851/a-polemica-dos-viadutos-para-alem-das-arvores.shtml>

participam mais os que têm tempo livre e maior educação formal (Mota, 2013; Taylor, 2007), e que foi promovido não pelos proponentes da obra em questão, mas pelos políticos de oposição, o que reduziu ainda mais sua eficácia, já que os espaços onde se tomam as decisões eram de muito mais difícil acesso e participação (Mota, 2013). Outros instrumentos como conselhos participativos (como o CMDU explicado no tópico 4.8.2) poderiam efetivar melhor participação (Mota, 2013; Souza, 2015), mas esses incomodam as elites urbanas (Souza, 2015).

Os cidadãos, no entanto, ao quererem ajudar, se depararam com muitas resistências (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013) e criaram seus próprios espaços populares (Taylor, 2007), na forma de um acampamento autogerido por assembleias livres que (Assis et al., 2015) debatem sobre a cidade e as melhores estratégias a adotar, em um esforço cívico altruísta e coletivo (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014), que reforça o senso de pertencimento (Lefebvre, 2001) por melhores respostas a seus anseios e necessidades (Arnstein, 1969).

MOVIMENTOS CÍVICOS

A análise dos movimentos cívicos para este caso foi compatível com 47 das 68 ideias presentes na componente teórica correlata (Capítulo 5).

Como explicado anteriormente, os movimentos sociais são causas amplas (Barbacovi, 2016; Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Taylor, 2007) que, no caso em questão, estavam representados pelo movimento ambientalista – mais especificamente pela preservação e proteção ao Parque do Cocó – e pelo movimento da mobilidade urbana, especialmente o movimento cicloativista, que é símbolo de resistência contra o rodoviarismo (Guarnacia, 2015; Santana, 2016). Os grupos, como pessoas unidas por um objetivo comum (Santana, 2016), buscavam resultados distintos, mas complementares e, portanto, se auxiliaram no processo. Os grupos mais relevantes e atuantes neste caso foram o “Ocupe Cocó”, o “SOS Cocó”, o “Direitos Urbanos Fortaleza” e a “Crítica Radical”. Com a mobilização alcançada neste caso, os movimentos resistiram e deram voz à camada da população que questionava a arbitrariedade institucional (Cisneiros, 2015; Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Santana, 2016), mas como tinham uma demanda pontual típica dos ativismos, foram, em parte, desmobilizados após a remoção da ocupação e continuação das obras (Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Silva, 2009).

Unidos por uma visão comum, vários cidadãos mobilizaram-se para melhorar a cidade (Gehl, 2013; Maricato et al., 2013; Mota, 2013) e denunciar as inoperâncias do poder público (Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013; Pinheiro, 2018) em busca ao direito à cidade, à uma maior autonomia democrática e ao desenvolvimento sustentável (James et al., 2015; Souza, 2015). Esse levante contra o autoritarismo demonstra o afeto que sentem pela cidade (Miraftab, 2016; Rogers & Gumuchdjian, 2001; Sandel, 2014) que é, junto com o sentido de pertencimento, reforçado pelas ações (Santana, 2016) geradoras de valores sociais e relacionais (Guarnacia, 2015; Manzini, 2016). Unidos pela insatisfação e idealismo, pessoas de todas as profissões e habilidades (Lydon & Garcia, 2015) se esforçam pela construção do futuro de seus sonhos (BIG, 2011; Maricato et al., 2013; Miraftab, 2016; Piano, 2011; Santana, 2016), que é um território em disputa (Miraftab, 2016).

Os grupos atuantes neste caso apresentaram grande diversidade de composições e estruturas (Mota, 2013). Embora muitos tivessem sido criados recentemente e optassem por estruturas informais e flexíveis (Freeman, 1970), conseguiram funcionar muito bem àquela situação (idem). A atuação dos grupos dentro desse movimento maior demonstrou boa capacidade institucional (Healey et al., 1999) com muitos recursos de conhecimentos (Healey et

al., 1999; Polk, 2011) e uma grande capacidade de comunicação por meio de uma vasta rede relacional (Healey et al., 1999; Mota, 2013).

Embora a maior parte dos grupos fosse inestruturado (Freeman, 1970), suas lideranças foram atuantes e exerceram vários papéis diferentes (Assis et al., 2015), como articulação e conciliação (idem) que garantiu a coesão, o engajamento e a atração de interessados (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Lydon & Garcia, 2015). Praticamente todos os grupos envolvidos diretamente se organizavam de maneira horizontal, cabendo às lideranças (fluidas e situacionais [Assis et al., 2015]) gerir os processos e executar as decisões tomadas coletivamente (Assis et al., 2015). Assim, foi fortalecido o senso de confiança entre os participantes e suas lideranças (idem).

De acordo com todas as características tidas como importantes aos grupos (listadas no tópico 5.3.7), os que estiveram presentes no movimento contra a construção dos viadutos apresentavam vários dos aspectos elencados. Para Tarrow (como citado por Healey et al., 1999), estava presente neste caso a presença de uma estrutura política oportuna (no caso, pela mobilização social decorrente das Jornadas de Junho de 2013), a presença de uma referência simbólica como o Parque do Cocó e redes que conectavam os líderes às bases, com exceção da conexão com a administração pública, que não foi obtida. O princípio da coesão entre atores e o compartilhamento das experiências e cooperação mencionados por Assis (et al., 2015) também foi atendido. De acordo com as qualidades necessárias mencionadas por Healey (et al., 1999) o caso apresentava-se em um contexto oportuno, com consenso entre os ativistas, mas não na sociedade como um todo. Foram identificados os espaços de poder e os grupos atuaram, com auxílio dos “agentes de mudança” por meio de várias ações que promoveram mobilização sobre o tema, mas não tiveram sucesso em possibilitar a mudança. Os princípios elencados por Freeman (1970) referem-se muito a grupos estruturados, mas pode-se afirmar que dentro dos movimentos havia delegação, responsabilização, distribuição de autoridades, alocação mediante critérios pré-definidos, difusão de informação e acesso igualitário aos recursos. Não houve rotatividade cíclica porque o período temporal do acampamento foi muito curto.

Cada grupo apresentava um método próprio de reivindicar (M. Cavalcanti, 2013; Lefebvre, 2001). De forma participativa, *bottom-up*, autônoma (Miraftab, 2016; Mota, 2013) e, especialmente, insurgente (Miraftab, 2016) que rompe com os espaços delimitados (e obstruídos) pelo Estado (idem) e cria espaços de ação inventados, inclusivos, coletivos, idealistas, transgressores e anti-hegemônicos (idem). Atuando da forma que conseguiam equilibrar o tempo e a atenção (Manzini, 2016), as ações ativistas foram apreciadas pela população, mas criaram tensões com o poder público instituído (Lydon & Garcia, 2015; Sobral, 2017). Embora a conexão e diálogo estivessem presentes em todo o movimento, o SOS Cocó, Ocupe Cocó e Crítica Radical atuaram mais diretamente na ocupação e na promoção dessa, enquanto o Direitos Urbanos Fortaleza atuou na promoção dos projetos urbanísticos alternativos aprovados pelos manifestantes.

A respeito da comunicação interna, o movimento tentava se reunir (sempre que possível) presencialmente em assembleias no parque, mas cada grupo tinha seus próprios canais de comunicação em redes sociais que facilitaram a comunicação e a mobilização cidadã (Mota, 2013). Externamente, o movimento tentou promover uma imagem alternativa e mobilizadora diferente da crença dominante propagada pelo governo (Jiménez-Martínez, 2017) em seus próprios canais e, às vezes, nos meios tradicionais de comunicação. Esses demonstravam posicionamentos e posturas variantes quanto ao movimento, alguns dando visibilidade e espaço, outros distorcendo e difamando (Carmon, 1999; Jiménez-Martínez, 2017) com o uso, principalmente, do argumento econômico (L. Rodrigues, 2017) – através por exemplo, de responsabilização da ocupação por obras paradas, pelos maiores custos aos cofres públicos e pelo seguimento de congestionamentos. A mídia alternativa, por outro lado, teve um papel importante

na visibilização – apesar do alcance limitado - do movimento através dos vídeos produzidos pelo canal de Youtube “verso de pé quebrado” que demonstraram visitas e momentos de diálogo na ocupação, ou a desocupação violenta feita pela Guarda Municipal; e pela transmissão simultânea (*livestream*) realizada por canais como Rapadura Ninja que transmitiram festas e celebrações, como também toda a conversa promovida durante a visita surpresa do governador Cid Gomes.

Devido ao grande alcance promovido pelo movimento e os diversos grupos que o compunham, houve muita repressão e até mesmo a criminalização das ações insurgentes (Cisneiros, 2015; Pinheiro, 2018). Além da difamação e desmoralização verbal, a violência física foi expressa durante a desocupação ilegal promovida pela Guarda Municipal a mando do prefeito Roberto Cláudio (Glaeser, 2012; Guarnacia, 2015). Essa atitude força os movimentos a se reinventarem constantemente (Cisneiros, 2015; Mirafteb, 2016), apesar das muitas derrotas que frustram e desmobilizam ou mantêm a resistência (Luca, 2008; Sandel, 2014).

DESFECHO DO CASO

A construção dos viadutos do Cocó durou pouco mais de um ano e sua inauguração foi realizada em novembro de 2014. Na ocasião, manifestantes do movimento ambientalista e cicloativista protestaram pela demarcação e legalização do parque do Cocó, bem como pela implantação de ciclofaixas na área, respectivamente. Com a entrada de nova gestão estadual, o Parque do Cocó foi finalmente delimitado em 2017, mas até junho de 2018 a região dos viadutos permanecia sem infraestrutura cicloviária, o que ocasiona um “buraco negro” que interrompe a conexão de pistas cicláveis em todas as vias que ali chegam ou dali partem. Aos pedestres, foram criadas faixas de pedestre sob a estrutura e uma passarela elevada na proximidade, de forma a não atrapalhar o fluxo livre de automóveis. Para a gestão municipal, os viadutos se tornaram, talvez, o seu maior símbolo imagético, pois representa não apenas a política de mobilidade e a ousadia técnica-construtiva, mas também a vitória e subjugação da sociedade que lhe fez oposição.

A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Para os questionamentos, foram entrevistadas quatro pessoas que estiveram presentes no desenvolvimento do Ocupe Cocó. A seguir, serão apresentadas como O1, O2, O3 e O4. O1 percebeu mal os questionamentos e respondeu, em sua maioria, como se o objeto de avaliação fosse o “Fórum Cocó” (subcapítulo 7.2.4) e não o “Ocupe o Cocó”. Por isso, algumas de suas respostas foram redirecionadas ao tópico pertinente deste trabalho.

A respeito da primeira pergunta que questionava sobre a percepção da abertura à participação popular durante o Ocupe o Cocó, O1 analisou o processo do Cocó como um todo, do Ocupe ao Fórum Cocó, no qual considerou as atitudes dos gestores municipal e estadual arbitrárias em um “verdadeiro simulacro de democracia”. O2 avalia que a administração do prefeito Roberto Cláudio “foi completamente impermeável a debater a ocupação e suas propostas”, com o único desejo de remover os ocupantes à força, de forma legal (como foi em outubro) ou ilegal (como o fez em agosto). O2 destaca o reforço e apoio dado ao movimento por instituições governamentais não executivas como o Ministério Público Federal e a Universidade Federal do Ceará. O3 destaca o caráter único do movimento e a beleza que esse apresentou na reunião e conscientização de tantas e tão diversas pessoas. No entanto, afirma que os efeitos na conquista de abertura pelo poder público foram reduzidos, pois “não houve mudança significativa

na participação popular nas decisões públicas, nem neste e nem em outros assuntos”, mas sim a violência na dispersão dos manifestantes, desconsideração com as propostas alternativas e manutenção da falta de credibilidade e legitimidade nos processos (supostamente) participativos existentes. O4 analisou o questionamento pela abertura à participação da população no movimento social autogerido, em detrimento da abertura do poder público à participação. O4 destaca então as diversas atividades promovidas no acampamento com uma grande variedade de pessoas das mais diversas qualidades.

A respeito dos benefícios e vitórias, diretas e indiretas, alcançadas pelos movimentos, O2 destaca a ineditude e o caráter extraordinário da escala alcançada pelo acampamento, pelo número de ocupantes, mas principalmente pelo grande alcance proporcionado pelo debate pedagógico de temas como meio ambiente e mobilidade urbana, além do papel em destaque no seguimento do processo de “legalização definitiva do parque”. O3 considera que o movimento foi inspirador a todos que por lá passaram, o que proporcionou maior engajamento dessas pessoas em outras causas sociais. Além disso, menciona os ganhos de ter havido uma pequena redução da área a ser devastada e o alerta dado às forças governamentais de que a população estava viva, ativa e capaz de resistir. O4 afirma terem sido muitas as vitórias e benefícios, entre os quais destaca o compartilhamento de experiências, a convivência com a diversidade dos participantes, a aprendizagem de novos conhecimentos, a ampliação da consciência ecológica, a denúncia aos “podres poderes” articulados com a mídia e o despertar de uma opinião pública favorável a alternativas.

Quando questionados se o processo poderia ter sido mais participativo, O2 avalia que se os conselhos municipal e estadual do meio ambiente (COMAM e COEMA, respectivamente) tivessem maior “autonomia em relação aos chefes do executivo, teriam sido locais importantes e adequados para esse debate”. O3 considera que a abertura dada pelo poder público ainda é muito incipiente, sendo, portanto, urgente construir “ferramentas de democracia direta como referendos, consultas públicas, fóruns e debates que sejam feitos não para apresentar as decisões já tomadas, mas para discutir e negociar pontos de vista e soluções diferentes”. O3 ainda menciona o caráter aberto, os esforços em comunicação e o interesse genuíno de inclusão do movimento para que mais pessoas participassem do debate. O4 responde por meio da participação promovida pelo movimento ao reconhecer que os esforços cívicos não alcançaram a cidade como um todo, que ficou dividida durante o processo.

A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No dia 15 de maio de 2018, foram enviadas, ao mesmo e-mail, seguidamente, as perguntas do anexo 3 (capítulo A2), referentes tanto a este caso, como ao “Caso 3 – Praça Portugal” à Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza (SEINF). A secretaria respondeu no dia 22 de maio (uma semana depois) informando que qualquer dúvida da Praça Portugal deveria ser redirecionada a outra secretaria. No dia 25 de maio de 2018, este autor entrou em contato para obter esclarecimentos tanto à resposta dada ao caso 3, como a não-resposta ao caso 1. Durante o contato, a assessora de comunicação informou que não havia recebido o e-mail que questionava sobre os viadutos do Cocó e informou que as perguntas – para obterem respostas - deveriam ser reenviadas com documento assinado pelo orientador desta dissertação.

DISCUSSÃO

Ao verificar todo o processo, seria difícil não avaliar esse caso como um caso de não-participação (Arnstein, 1969; Souza, 2015) em que houve coerção pura e violenta durante a desocupação ilegal, mas que foi principalmente marcado por um grande esforço de manipulação (nível 1 da escada, figura 4) e resistências à abertura ao diálogo por parte do poder público. De acordo com a escala de Susskind (como citado por Mota, 2013, figura 5), este caso estaria no nível 2 – “Decidir unilateralmente, anunciar publicamente e implementar”, já que era uma obra inesperada e a construção – e a remoção das árvores - teve início logo após o anúncio. O único momento participativo formal convidado pelo governo se deu sem divulgação e apenas para cumprimento de requisitos legais, todos os outros foram espaços convidados pela oposição institucionalizada ou foram organizados em espaços populares, inventados e insurgentes. A dificuldade de obtenção de informações é demonstrada, mesmo cinco anos depois do caso, com as dificuldades impostas às questões enviadas. O fato de terem requisitado documento da universidade com assinatura do orientador - além de ser desmotivador - implica em um acesso privilegiado da informação que traz a reflexão “um cidadão comum interessado não poderia acessar essa informação, por não dispor do apoio de uma universidade?”. Mais do que a resposta às perguntas em si, a verificação da forma com que a administração pública lida com o pedido é suficiente para os objetivos desta pesquisa.

A resistência, embora derrotada, foi muito rica para os movimentos cívicos, devido ao número de acampados, o imenso apoio interinstitucional angariado, a visibilidade que as novas redes e a mídia alternativa propiciaram e o alcance do debate proporcionado aos temas do meio ambiente e da mobilidade urbana. Aos jovens que se envolveram pela primeira vez, o movimento contra os viadutos despertou uma nova consciência e incentivou a continuidade em outros grupos ativistas e militantes pelo direito à cidade. Aos mais velhos, tanto pode ter ocasionado um novo frescor ao ver um movimento tão bonito alcançar patamares tão altos, como pode ter sido a gota d’água para perder as esperanças em uma governação democrática, pois se nem dessa forma conseguiu-se participar efetivamente da gestão pública, não se sabe mais o que poderia ser feito. Embora grupos tenham surgido e/ou se estruturado formalmente a partir daí, o grupo conhecido como Ocupe o Cocó se desmobilizou e se fragmentou em grupos menores com pautas que ocasionalmente perseguiriam o mesmo caminho.

Após um breve avanço temporal, as conexões realizadas durante esse momento permitiram que, em ocasiões similares futuras, houvesse maior interconexão e articulação entre a sociedade civil. As dinâmicas e a demanda pela preservação da área foram, inclusive, um fator catalisador para que o executivo estadual eleito em 2014 promettesse a regulamentação do parque como uma de suas prioridades de governo (concretizada em 2017), o que ocasionou que o Ministério Público Federal do Estado do Ceará (MPF-CE que atuou judicialmente como aliado do movimento contra os viadutos) iniciasse um fórum consultivo (capítulo 7.2.4) para auxílio aos estudos. Até mesmo o executivo municipal que obstruiu todas as possibilidades de diálogo, pintou, após críticas, faixas de pedestre sob o viaduto e iniciou a implantação de pistas cicláveis pela cidade, que viriam a se tornar um símbolo dos atos (e do marketing) da gestão.

7.2.2 Caso 2 – Ciclofaixas Cidadãs



Figura 43: Pintura da Ciclofaixa Cidadã da Rua Ana Bilhar. Foto: Massa Crítica Fortaleza, 2013

As ciclofaixas cidadãs constituem uma ação direta de urbanismo tático realizada por grupos cicloativistas que desejam demonstrar viabilidade de pistas cicláveis em vias públicas e pressionar por sua oficialização. Neste caso, serão analisadas as ciclofaixas cidadãs produzidas na cidade de Fortaleza (Brasil) pelo grupo Massa Crítica Fortaleza, a partir de dados fornecidos pelo próprio grupo (Massa Crítica Fortaleza, 2014, 2015a, 2018), alguns dados fornecidos pela PMF (Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2015b; Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza, 2014) e notícias jornalísticas. A descrição completa desse caso pode ser verificada no tópico A1.2.

Baseado no grupo homônimo nascido nos Estados Unidos (*Critical Mass*), a Massa Crítica Fortaleza teve início em 2007 como um grupo que (como o grupo original) organizava pedaladas mensais para demonstrar a viabilidade do uso da bicicleta como meio de transporte. Entretanto, no contexto de forte mobilização político-social decorrente das Jornadas de Junho de 2013 e com intenso debate sobre mobilidade urbana acontecendo localmente graças à polêmica em volta da construção do complexo de viadutos e do acampamento “Ocupe o Cocó” (Caso 1, tópico 7.2.1), alguns cicloativistas optaram por agir de forma insurgente e mais incisiva sobre o território.

No dia 04 de agosto de 2013, o grupo se reuniu nas primeiras horas da manhã para pintar sua primeira ciclofaixa cidadã na Rua Ana Bilhar no bairro Aldeota. Produzida com auxílio de uma máquina adaptada a partir de um carrinho de supermercado e um dispositivo com tinta, mangueira, registro e vassoura, a pista foi pintada por pouco mais de dois quilômetros e recebeu vários símbolos de bicicleta produzidos com tinta aplicada sobre um desenho-base em stêncil.

Essa primeira ação alcançou enorme repercussão, local e nacional²⁴, com vários veículos de comunicação reportando o feito e com um vídeo gravado durante a ação e produzido pela

²⁴ <https://catracalivre.com.br/brasil/cidadania/indicacao/protesto-criativo-de-ciclistas-rende-novas-ciclofaixas-em-fortaleza/>

mídia alternativa “verso de pé quebrado”, que alcançou milhares de visualizações já nas primeiras horas²⁵. Como já mencionado, o contexto era altamente positivo e gerou imenso apoio nas redes sociais - especialmente por parte dos jovens. Entretanto, como ocorre em tantas outras cidades do mundo, houve também bastante *bikelash*²⁶ com críticas de várias pessoas, grupos de comunicação e da administração pública que consideravam não ser adequado utilizar a bicicleta como meio de locomoção na cidade e que a deslocação na ciclofaixa cidadã seria mais perigosa do que fora dela, por não seguir critérios e padrões técnicos de execução. A estrutura foi apagada no dia seguinte pela Prefeitura de Fortaleza.

Apesar da celeridade em apagar o resultado da ação direta do grupo, os participantes da Massa Crítica Fortaleza agiram novamente, uma semana depois, para pintar a ciclofaixa da avenida Antônio Sales onde, ao seu fim, estava o acampamento “Ocupe o Cocó”. Na ocasião, foi pintada também uma faixa de pedestre de acesso ao parque (que não existia na avenida limítrofe). Após a desocupação do acampamento, a Massa Crítica seguiu realizando ciclofaixas cidadãs em vários pontos da cidade, em intervalos de tempo irregulares.

O grupo Massa Crítica Fortaleza segue preceitos das outras Massas Críticas como a não indicação de líderes e a horizontalidade nas discussões. No entanto, por fazerem uso da ação direta e insurgente, os ativistas optam pelo anonimato, para evitar a divulgação da identidade dos participantes. Esse tipo de atitude resguarda os ativistas das represálias, perseguições e criminalização esperáveis de uma cultura estadocêntrica e autoritária. Por outro lado, isso impede a participação de porta-vozes (ninguém fala pelo grupo) em debates e entrevistas. Manifestações coletivas do grupo costumam vir em formato de notas públicas escritas e divulgadas em suas próprias redes sociais.

Apesar da Prefeitura Municipal de Fortaleza ter desenvolvido, em 2014, o Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI, com participação permitida apenas ao final com um período de alguns dias para análise e envio de sugestões sobre o traçado e tipologia da malha cicloviária), com previsão de aumento da malha cicloviária de 75 para 520km até 2030, o grupo não cessou suas atividades. Ao contrário, as rotas previstas no plano passaram a auxiliar e fundamentar a escolha das próximas pinturas, baseado no que os participantes consideravam prioritário (o que não significa que fossem escolhas para favorecimento pessoal).

Além do plano em si, a PMF criou uma instância participativa (a “Gestão Cicloviária”) de informe sobre os próximos passos na execução da malha e ocasional consulta aos participantes (sem vinculação entre o que for decidido lá e o que será realmente feito). A Massa Crítica Fortaleza não se faz presente nesses momentos não só por seu caráter anônimo, mas também por não acreditar na democracia representativa e suas instâncias pseudoparticipativas. Os objetivos políticos dos participantes mais frequentes do grupo (o acesso é livre nos encontros mensais às 18:30 da última sexta-feira de cada mês na Praça da Gentilândia, não há restrições) são de demandar maior autonomia cidadã em uma democracia o mais direta quanto possível.

Após várias ciclofaixas pintadas (e conseqüentemente apagadas pouco depois) na cidade, a Prefeitura de Fortaleza, através da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC), solicitou que a polícia investigasse o grupo Massa Crítica Fortaleza por fazer uso de atribuições exclusivas do poder público. Essa atitude ocasionou a promoção do evento “Lutar não é crime – manifestação contra a criminalização dos movimentos sociais” que reuniu centenas de ciclistas no dia 28 de agosto de 2015 em apoio ao grupo que fizeram pinturas de frases e foram às portas do órgão público protestar e entoar gritos de apoio à causa.

²⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=Roq26AWROZk>

²⁶ Mistura das palavras *bike* (bicicleta) e *backlash* (repercussão negativa)

Em 2016, os ativistas da Massa Crítica Fortaleza fizeram uma nova versão da máquina de pintura de ciclofaixas ao acoplar o dispositivo de tinta numa bicicleta cargueira. Isso permitiu a rápida pintura de longos percursos enquanto se pedala (no entanto, deixa-se de fazer os desenhos de bicicletas com stêncil). Com esse método, novas pistas foram pintadas nas avenidas Domingos Olímpio, Perimetral e Eduardo Girão. Ao fim de 2017, foi produzido e divulgado um documentário chamado “Massa Crítica Fortaleza – o Filme” (Massa Crítica Fortaleza, 2018) que conta, sob o ponto de vista dos participantes, as principais ações do grupo. O filme serviu para melhor divulgar as ações do grupo e rendeu convites para exposição em festivais internacionais e também matérias em websites estrangeiros²⁷.



Figura 44: Bicicleta pintora de ciclofaixas. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2018

OBJETO:

A análise do objeto se adequou a nove das 38 ideias referentes ao espaço público.

A pintura das ciclofaixas cidadãs se dá não em um ponto específico de convivência humana (como uma praça), mas em qualquer trecho do sistema viário municipal, espaços de circulação e de não-permanência (não-lugares). Qualquer rua pode receber a pintura de uma pista ciclável, que surge como forma de contrapor a expressão física dominante da hierarquia social e do *status quo* (Walker, 2016) rodoviarista, anunciados e prometidos nos discursos eleitorais dos governantes (Phoenix, 2014) e em suas práticas executivas, mesmo que haja políticas públicas referenciais na qualificação do espaço público (M. Cavalcanti, 2013; Gehl, 2013), como é o caso de Fortaleza em relação ao sistema cicloviário.

Fortaleza é a quarta capital mais adensada do Brasil, com 8.602 hab/km²²⁸, essa característica reforça os conceitos de cidade como um lugar de proximidade (Glaeser, 2012) onde nunca se está só (Rolnik, 2012) e, apesar dos deslocamentos cicloviários ainda não constituírem um número expressivo percentualmente, a bicicleta permite a maior aproximação de seus

²⁷ <https://www.citylab.com/transportation/2017/10/this-is-how-to-do-guerilla-bike-activism/542871/>

²⁸ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/fortaleza-e-a-quarta-em-densidade-demografica-1.1835609>

utilizadores com os espaços urbanos (Santana, 2016), unidos por meio das conexões possibilitadas e reforçadas pelas redes sociais virtuais (Goldberger, 2001; Sobral, 2017).

Os ciclistas que se unem para a realização dessas ações diretas demonstram que a força colaborativa decorrente da proximidade é um dos principais fatores positivos da vida urbana (Glaeser, 2012) que, no caso, é utilizada para lutar na e pela própria cidade (Maricato et al., 2013).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da administração pública se relacionou com seis das 24 ideias levantadas pela teoria, enquanto 22 dos 84 conceitos de participação popular foram aplicados.

A característica que chama atenção na administração pública nesse caso é o rodoviarismo (Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Maricato et al., 2013), que continua a influenciar o planejamento urbano pela manutenção desse *status quo* (Souza, 2015) que influencia a competitividade pelo capital global (Carvalho & Rodrigues, 2016; Maricato et al., 2013), apesar de Fortaleza também divulgar a imagem de cidade amiga do ciclista em busca de uma mobilidade adequada ao desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987). Essa situação gera, especialmente nos ciclistas, desconfiança e pouco interesse no envolvimento com a política institucionalizada (Espinosa & Walker, 2011), o que favorece a busca de uma alternativa, uma utopia (Kelly et al., 2013).

A respeito da participação nesse caso, percebe-se que essa se encontra de forma mitigada em um contexto de democracia representativa (Mota, 2013; Souza, 2015), onde as decisões que realmente importam são de difícil acesso, ou mesmo inacessíveis, à população em geral (Mota, 2013). Apenas as elites política e econômica têm acesso a esses espaços, e impõem grande resistência à partilha desse poder (Arnstein, 1969; Guarnacia, 2015; Kapur, 2018; Mota, 2013; L. Rodrigues, 2017), o que pode ocasionar decisões inadequadas, reforçadas por especialistas que compartilhem da visão dominante (L. Rodrigues, 2017).

A participação para este caso se dá em espaços convidados (Taylor, 2007) pela administração pública. Primeiramente, houve um curto período de revisão final do PDCI que possibilitou o atendimento de algumas observações feitas pelos cidadãos. Posteriormente, a participação nas reuniões da “Gestão Cicloviária” se mostraram inócuas, pois as grandes questões se apresentam já definidas e são apenas informadas para discussão de itens acessórios. Nelas também é consultado o interesse da população em novas pistas, mas esse não será necessariamente atendido (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015; Taylor, 2007). Esses momentos, que remetem ao instrumento da “audiência pública” (Cisneiros, 2015; Mota, 2013; Souza, 2015), tem o aspecto positivo de buscar proximidade temporal e espacial com o público mais interessado em conjunto com técnicos facilitadores (Albrechts, 2004; Lydon & Garcia, 2015), mas, mesmo assim, o público presente costuma ser formado majoritariamente por aqueles que têm tempo livre e maior educação formal (Mota, 2013; Taylor, 2007). Ao fim, percebem que o processo pseudoparticipativo só permitirá mudanças até onde for confortável à gestão política executiva (Arnstein, 1969), e, por isso, tendem a se desmotivar e desmobilizar por considerarem ineficazes os esforços à participação (Espinosa & Walker, 2011; Mota, 2013).

Os cidadãos buscam participar nesses momentos por meio de um esforço altruísta (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014) em busca de melhores respostas aos anseios e necessidades coletivas (Arnstein, 1969). Ao se desiludirem com a participação formal, podem então se reunir em espaços populares (Taylor, 2007) autogeridos (Assis et al., 2015) que reagem de forma proativa ou reativa às agendas impostas unilateralmente (Mota, 2013). Essas lutas que buscam as

oportunidades e contradições do poder governamental (Souza, 2015; Taylor, 2007) reforçam o sentido de pertencer às cidades (Lefebvre, 2001).

MOVIMENTOS CÍVICOS

Em relação aos movimentos cívicos, foram reconhecidas neste caso 53 das 68 ideias mencionadas na componente teórica do trabalho.

Como já mencionado anteriormente, os movimentos sociais são causas amplas que envolvem vários grupos em defesa de um ideal coletivo (Barbacovi, 2016; Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Taylor, 2007). Os grupos são caracterizados pela reunião de pessoas com objetivos em comum (Santana, 2016) e os ativismos são ações específicas e locais realizadas pelos grupos (Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Silva, 2009). Neste caso, o movimento cicloativista, símbolo de resistência ao rodoviarismo (Guarnacia, 2015; Santana, 2016) engloba o grupo da Massa Crítica Fortaleza (e a Ciclovida, a associação de ciclistas com estrutura formal da cidade) nas ações em busca de dar voz ao povo, questionar as instituições (Cisneiros, 2015; Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Santana, 2016) e conquistar a autonomia e o desenvolvimento sustentável (James et al., 2015; Souza, 2015).

Os cidadãos que se mobilizam por essas causas urbanas são cidadãos insatisfeitos – de qualquer profissão (Lydon & Garcia, 2015) - com a situação presente e buscam, unidos por uma visão comum, realizar o futuro de seus sonhos (BIG, 2011; Maricato et al., 2013; Miraftab, 2016; Piano, 2011; Santana, 2016) e melhorar a cidade enquanto exercem seu próprio direito à cidade (Gehl, 2013; Maricato et al., 2013; Mota, 2013) e fortalecem seu pertencimento e afeto para com ela (Santana, 2016).

Os grupos do movimento cicloativista de Fortaleza seguem uma grande diversidade organizacional (Mota, 2013). Há grupos estruturados e formalizados (como a Ciclovida e o Bike Anjo) e há grupos inestruturados com diferentes estratégias de ação (por exemplo, a Massa Crítica Fortaleza e as Ciclanas, tendo o último um papel pedagógico para o ensino e encorajamento do uso da bicicleta por mulheres). Não há método ideal para o alcance dos objetivos coletivos (Healey et al., 1999). No caso da Massa Crítica Fortaleza, a opção pela estrutura informal favorece maior flexibilidade de ação (Freeman, 1970). No entanto, esse modelo organizacional possibilita a hegemonia de um grupo de pessoas mais influente, uma elite dentro do grupo que, apesar de inevitável, só é ruim quando age de forma irresponsável com o coletivo (idem).

Taylor (2007) considera que, para evitar a tirania, é preciso dar seriedade à responsabilização e legitimidade à liderança dos grupos. É inevitável que lideranças surjam naturalmente, afinal são elas que promovem a coesão, a atração e a mobilização do grupo (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Lydon & Garcia, 2015). Como na Massa Crítica Fortaleza as decisões são tomadas em assembleias ocorridas durante os encontros mensais, as pessoas que se adequem como líderes devem seguir a decisão coletiva para demonstrar responsabilidade e favorecer a confiança dos outros participantes (Assis et al., 2015). Por não haver estrutura definida de diretoria no grupo, as lideranças situacionais podem surgir com mais facilidade, a partir de diferentes demandas (idem).

Os grupos apresentam várias características que definem sua capacidade institucional para gerir e responder os desafios apresentados (Healey et al., 1999). A Massa Crítica Fortaleza não possui uma lista de associados. Seus participantes variam a cada encontro presencial, mas mantêm comunicação interna (Mota, 2013) entre os que se adequam aos objetivos do grupo – o

que inclui o anonimato e a ação direta. Essa variação de participantes e rede informal também garante alguma diversidade de recursos de conhecimentos (Polk, 2011) que pode, no entanto, estar ausente em determinados encontros.

Para comunicação externa, o grupo faz uso das redes sociais virtuais (Mota, 2013) por meio de uma página no *Facebook* que divulga os “posicionamentos oficiais” do coletivo. Por meio dessa, o grupo compartilha sua visão de mundo alternativa às crenças e discursos dominantes (Jiménez-Martínez, 2017) para construção de um futuro em disputa (Miraftab, 2016) e em conflito com o propagado pelo governo (Miraftab, 2016). O grupo é avesso aos meios de comunicação tradicionais – que dão visibilidade e ocasional apoio ou críticas - (Carmon, 1999; Jiménez-Martínez, 2017), evitando dar entrevistas (para preservar o anonimato). No entanto, a mídia alternativa prestou grande apoio ao movimento ao divulgar – por meio de diversos canais autorais - filmagens das ações (Jiménez-Martínez, 2017).

Os autores referenciados na pesquisa dizem que todo grupo tem uma estratégia própria (E. R. Cavalcanti, 2016) que demanda tempo e atenção (Manzini, 2016) para orientar suas ações revolucionárias (Lefebvre, 2001). A Massa Crítica Fortaleza nega os espaços convidadas de participação formal por não acreditar na eficácia da democracia representativa. Por isso, realiza ações *bottom-up* autônomas de planejamento insurgente (Miraftab, 2016; Mota, 2013) em espaços inventados, coletivos, inclusivos, idealistas, anti-hegemônicos e transgressores que rompe com os espaços delimitados e normatizados pelo Estado (Miraftab, 2016). A criação de ciclofaixas cidadãs, principal atividade do grupo, pode ser caracterizada como uma ação de urbanismo tático, realizada coletivamente para testar alternativas de curto prazo e baixo orçamento (Lydon & Garcia, 2015) em resposta aos procedimentos longos e burocráticos do planejamento tradicional (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013). A pintura criativa dessas pistas é fruto de adequada reflexão e planejamento que produz transformações rápidas e positivas à cidade (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013) - apreciadas pela população (Lydon & Garcia, 2015) – com o objetivo de criar mudanças físicas e políticas duradouras através da ação direta e da pressão exercida aos governantes. Essa atuação gera, mesmo que temporariamente, uma nova normalidade física (Manzini, 2016), além de novos valores sociais e relacionais que fortalecem o coletivo (Guarnacia, 2015; Manzini, 2016).

A Massa Crítica Fortaleza tem, dentre as características de sucesso de dinâmicas colaborativas descritas por Tarrow (como citado por Healey et al., 1999), um contexto político oportuno de grande interesse pela mobilidade urbana. A estrutura pública institucional não é a mais adequada, mas há uma vontade política em ampliar o sistema cicloviário. Os participantes do grupo são mobilizados pela referência simbólica do uso da bicicleta. As características ditas por Healey et al. (1999) que ampliam as ditas por Tarrow, são de difícil avaliação por serem bastante dependentes da figura da “liderança” e dos “agentes de mudança”. Por o grupo atuar de forma anônima e sem liderança publicamente estabelecida, não é possível fazer uma avaliação precisa. Assis et al. (2015) reforçam a importância da coesão entre os atores e a cooperação que auxilia na identificação e realização das atividades. Essa característica é alcançada por as decisões serem tomadas coletivamente em assembleias antes das ações. Dentre os princípios de sucesso estabelecidos por Freeman (1970), muitos se aplicam a grupos com estruturas formais e lideranças claras, mas pode-se considerar que o grupo divide autoridades entre o maior número possível de pessoas durante as assembleias e difunde a informação e aloca tarefas adequadamente.

Dentre os aspectos que podem atrapalhar o sucesso dos grupos, a ausência de metas (já que as decisões são tomadas sempre com vistas ao curto prazo) e a falta de uma liderança clara podem ser obstáculos à amplificação das vitórias. Souza (2015) adverte para que os grupos não sejam seduzidos a atuar somente em aspectos táticos, locais e de curto prazo. Para ele, é preciso

estar sempre atento a aspectos mais gerais. De certa forma, a Massa Crítica Fortaleza tem como objetivo geral a mudança cultural e a implantação da rede cicloviária prevista no PDCI, mas suas ações não se mostram articuladas a uma escala maior.

Por fim, além de produzir tensão com o poder público por denunciar suas inoperâncias (Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013; Pinheiro, 2018) ao realizar ações ativistas apreciadas diante da inércia pública (Lydon & Garcia, 2015; Sobral, 2017) e atuar de forma insurgente e transgressora aos limites estabelecidos pela autoridade pública, o grupo teve e segue sempre sob risco de ter suas ações criminalizadas (Cisneiros, 2015; Pinheiro, 2018) que, talvez, só não sejam reprimidas com violência (Glaeser, 2012; Guarnacia, 2015) devido ao cuidado de agir de forma anônima e discreta. O fato das ciclofaixas serem apagadas rapidamente e a perseguição causada pelas autoridades públicas mostra que o grupo tem mais derrotas do que vitórias que poderiam desmobilizar os participantes (Luca, 2008; Sandel, 2014), mas constantemente se reinventa com novas estratégias e atitudes (Cisneiros, 2015; Miraftab, 2016).

DESFECHO DO CASO

Quando a Massa Crítica Fortaleza pintou a primeira ciclofaixa cidadã, a cidade possuía apenas 73km de pistas cicláveis. Até o dia 23 de maio de 2018, esse número havia subido para 226,3km. Apesar de ter suas pistas apagadas e ter sofrido um processo de investigação policial, o apoio popular prestado às ações do grupo desmotivou qualquer atitude mais repressiva. O grupo segue na ativa, de forma imprevisível devido à sua característica organizacional.

A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Para essas perguntas, foram entrevistadas três pessoas que já participaram em algum momento da Massa Crítica Fortaleza. Serão designados como C1, C2 e C3.

Em relação à primeira pergunta sobre a percepção da abertura à participação popular dada pelo poder público, C1 relata que a gestão municipal é resistente à abertura à participação popular, devido em parte por pertencer a uma cultura política tradicional e autoritária. Ressalta, no entanto, que o corpo técnico de mobilidade ciclística da prefeitura organiza a cada dois a quatro meses consultas populares por meio da “Gestão Cicloviária”. “Porém o alcance das discussões é extremamente limitado. As deliberações não vinculam a Prefeitura, e delas não participam o Secretário ou o Prefeito, nem outros órgãos governamentais. Portanto, há apenas reuniões com pessoas com pouco poder decisório dentro da Prefeitura”. C2 conclui não haver participação enquanto o poder estiver com burocratas e pretensiosos que subjagam a capacidade de organização do povo e mancomunam com a lógica capitalista rodoviária. C3 define que “a participação popular real é limitada pela burocracia e pelo modelo de organização política”. Reconhece também que, mesmo com “abertura”, o “poder real de decisão sempre fica nas mãos da autoridade governamental” que atende e capitaliza sobre as demandas populares quando elas não contrariam os interesses econômicos (“que controlam o poder político”) e as ignoram ou subjagam quando confrontam esses mesmos interesses.

A respeito dos benefícios e vitórias, diretas e indiretas, alcançados por meio das ciclofaixas cidadãs, C1 afirma que foram elas que iniciaram a bicicleta no discurso político e deram o ponto de partida para os investimentos na malha cicloviária da cidade. C3 também reconhece a oficialização de ciclofaixas cidadãs como a consequência mais clara, além do crescimento do número de usuários de bicicleta. Reconhece ainda que as ações diretas da Massa Crítica Fortaleza

mostram outra forma de fazer política, substituindo “o diálogo com autoridades, em gabinetes e auditórios, através de representantes” pelo “diálogo direto com a população, através de ações de rua”. C2 diz haver quase nenhum benefício, pois a lógica rodoviária continua a predominar.

Quando perguntados de que forma os processos poderiam ser mais participativos, C1 diz que as gestões políticas locais desprezam os movimentos e os vêem como inimigos. Acredita que para melhorar, é preciso haver respeito a esses. C2 considera que para melhorar, é preciso aplicar ferramentas de autogestão e democracia direta. C3 tem posição similar ao declarar que “os processos políticos seriam mais participativos se fossem menos burocráticos, mais descentralizados e mais horizontais”, em favor de modelos democráticos e autogeridos.

A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para os questionamentos, foi buscado o contato com a assessoria de comunicação da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos (SCSP), órgão responsável pelo planejamento e execução de pistas cicláveis do PDCI. Tendo as questões sido enviadas por e-mail após contato telefônico no dia 15 de maio de 2018, foi realizado novo contato no dia 23 de maio após uma semana sem resposta. Na ocasião, o atendente informou que iria verificar o e-mail e responderia em seguida, mas desligou sem informar se havia realizado a verificação. Novamente, foi tentado contato no dia 25 de maio. Nessa ocasião, foi informado que só quem poderia responder os questionamentos era o “Davi”, que não estava. Foi informado que a ligação seria repassada, mas ninguém atendeu e caiu. Não foi tentado novo contato e o e-mail não obteve resposta.

DISCUSSÃO

A pintura das ciclofaixas cidadãs pela Massa Crítica Fortaleza é uma ação contínua. Como é uma atitude proativa de ação direta antes de qualquer anúncio municipal (apesar de reativa a um contexto rodoviário), o processo poderia ser considerado como não-participativo, mas por opção popular de negar as instâncias pseudoparticipativas instituídas (audiências públicas ou reuniões informativas ou consultivas como a “Gestão Ciclovária”) e buscar maior autonomia na definição das prioridades da política ciclovária. De acordo com a tabela de Susskind (figura 5), o procedimento público padrão para as pistas cicláveis estaria entre o nível 3 e o 4, pois as reuniões com ciclistas interessados consultam seus interesses, mas não rebatem claramente nas decisões.

O grupo Massa Crítica tem uma organização e estratégia de ação muito peculiar devido à opção pelo anonimato e pela falta de lideranças estabelecidas. Essa atitude permite a tomada de ações mais insurgentes e transgressoras com algum resguardo e cautela quanto à repressão, mas dificulta a busca e consulta de interessados ao grupo.

Como a pintura de ciclofaixas busca a efetivação de um cenário planejado no PDCI, não há real prejuízo ao grupo se a municipalidade as desfizer. A pressão exercida para efetivação daquele percurso atinge quem as utiliza ou quem as descobre, pessoalmente ou pelos meios de comunicação (que ampliam o alcance e são muito importantes à estratégia do grupo). É uma grande vitória quando percursos são oficializados em logradouros que haviam recebido a ação.

A grande ampliação da malha ciclovária de Fortaleza teve vários fatores importantes, como a mudança da percepção cultural quanto à bicicleta, a vontade política determinante nesse rumo, e a ação de diversos grupos do movimento cicloativista. Dentre os quais, a pressão exercida pela Massa Crítica Fortaleza e suas ciclofaixas cidadãs desempenhou um importante papel.

7.2.3 Caso 3 – Praça Portugal



Figura 45: Encontro de lazer e protesto em defesa à Praça Portugal Foto: Autor, 2015

A Praça Portugal é uma praça circular no meio de uma rotatória na cidade de Fortaleza, Brasil. A análise deste caso compreende o período entre 07 de março de 2014 até 18 de abril de 2016, do anúncio de um novo projeto que modificaria a geometria da praça até o início das obras nela. Para este caso, foi utilizado o material contido nos artigos acadêmicos “Quem faz a cidade? Uma reflexão sobre memória, planejamento e participação no caso da Praça Portugal em Fortaleza, CE” (Braga, 2015) e “Praça Portugal: a negação da identidade e da memória coletiva pela política cearense” (Cavalcante, 2015), além de muitos documentos angariados durante a atuação pessoal deste autor no caso, notícias jornalísticas e manifestações de entidades diversas. A descrição não sintetizada do processo pode ser lida no tópico A1.3 dos anexos deste trabalho.

A Praça Portugal é um dos principais espaços públicos do bairro Aldeota, na cidade de Fortaleza. Construída em 1968 a meio da expansão urbana a leste, a praça recebeu esse nome devido ao apoio financeiro e logístico prestado pela comunidade portuguesa na construção desse espaço circular (algo notório numa cidade de malha predominantemente quadricular regular). Por muito tempo, foi um lugar pacato que recebia ocasionalmente uma feira. Na década de 80, todavia, a feira se intensificou e desconfigurou o desenho interno da praça, que tinha um mural de uma caravela portuguesa sobre um espelho d’água.

Em 1991, a Praça Portugal passou por uma mudança de desenho, quando foi executado um projeto que previa a implantação de um arco central com uma esfera armilar (símbolo da união Brasil-Portugal) suspensa em um desenho radial que valorizava o monumento como marco urbano (reforçado na época do natal com enormes árvores de natal estilizadas). A praça é um espaço muito valorizado que recebe o afeto da população fortalezense, mas a crescente motorização da população foi, aos poucos, tornando o local ilhado, de difícil acesso. Isso ocasionou o uso massivo do espaço por uma população de cultura marginal, que podia tomar aquele espaço como seu.

Com críticas quanto a seu acesso e a meio de uma gestão política municipal que tinha obras de mobilidade urbana como uma de suas principais bandeiras (apesar de serem rodoviaristas em sua maioria, como os viadutos apresentados no caso 1, tópico 7.2.1), o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, anunciou no dia 07 de março de 2014, a implantação de um binário²⁹ nas avenidas Santos Dumont e Dom Luís. A obra previa a retirada do canteiro central e suas árvores para implantação de sentido único, com faixa exclusiva de transporte público e ciclofaixa. Entretanto, a Praça Portugal, de formato circular, que funcionava como rotatória, constituía um entrave para a efetivação desse projeto na Avenida Dom Luís. Por isso, o projeto previa a remoção da praça em seu caráter circular para implantação de um cruzamento e subdivisão dessa em quatro praças menores.



Figura 46: Praça Portugal em seu desenho circular. Foto: autor desconhecido

Figura 47: Cenário projetado para cruzamento no lugar da Praça Portugal. Fonte: PAITT, 2014

O anúncio do projeto não foi bem recebido pela população e muitas manifestações críticas foram levantadas (apesar de algumas favoráveis, com vista aos pontos positivos da “revitalização” do espaço). A imensa repercussão negativa levou o prefeito a tomar movimentos contraditórios. Primeiramente, a partir do dia 10 de março de 2014, ele e sua base aliada deram início a uma campanha de críticas e ressignificação do espaço, ao afirmar que ali não era uma praça, mas uma rotatória (dentre outras afirmações). No mesmo dia, o gestor anunciou que estava aberto a sugestões sobre a Praça Portugal. Com base nisso, enquanto muitos cidadãos reagiam às críticas, outros adotaram uma postura proativa ao buscar contato com a municipalidade para verificar alternativas. Assim, a comunidade portuguesa (com o Vice-Consulado de Portugal à frente) estabeleceu uma comissão de diálogo com a prefeitura, o Instituto dos Arquitetos do Brasil – seção Ceará (IAB-CE) convidou os técnicos a apresentarem o projeto do binário em sua sede, e o grupo Direitos Urbanos Fortaleza iniciou uma campanha de ideias alternativas à remoção da Praça Portugal para envio e debate com os servidores públicos. Todas essas iniciativas se mostraram infrutíferas. A apresentação dos técnicos no IAB-CE foi meramente informativa com anúncio de início das obras (nas avenidas e, posteriormente, na praça) para os dias seguintes, sem abertura a mudanças e com muitas críticas dos presentes quanto a essa postura (o grupo técnico realizou outras apresentações meramente informativas em universidades e sempre recebeu críticas das plateias). O grupo dos representantes portugueses abdicou de participar na comissão, após perceber a irredutibilidade municipal quanto a intenção de remover a praça (Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza, Câmara de Comércio Brasil Portugal no Ceará, Vice-Presidente da Federação das Câmaras Portuguesas no Brasil, Sociedade Beneficente Dous de Fevereiro, & Academia do Bacalhau, 2014). O grupo Direitos Urbanos Fortaleza (DU) reuniu sete ideias alternativas ao cruzamento e enviou à equipe

²⁹ Duas rotas paralelas, cada uma direcionada a um sentido oposto ao da outra.

do Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito (PAITT) no dia 02 de maio de 2014. A confirmação de recebimento veio dezessete dias depois e não teve nenhum encaminhamento.

As obras na praça não haviam sido iniciadas ainda porque o projeto arquitetônico não estava completo e a mudança geométrica de um logradouro público precisava ser aprovada pela Câmara de Vereadores de Fortaleza - órgão legislativo municipal. Outro requisito é que o projeto passasse por uma audiência pública. No caso, para evitar críticas, a Prefeitura de Fortaleza agendou uma audiência para o dia 20 de maio de 2014 com divulgação apenas duas horas antes do início da sessão. Após muitas críticas, uma nova audiência foi marcada para o dia 02 de junho de 2014. Na ocasião, o público presente estava majoritariamente em defesa da Praça Portugal e houve apresentação do caderno de alternativas do DU e de uma proposta da comunidade portuguesa, além das do poder público. Poucos vereadores (que decidiriam a respeito da intervenção na praça) estiveram presentes e um deles, aliado do gestor municipal, criticou a atitude dos que lá estavam apresentando contrapropostas, comparando-os a pessoas em busca de emprego. Votado no dia 12 do mesmo mês, o projeto foi aprovado pelos legisladores (ausentes da audiência) por grande maioria (30 votos a favor, 7 votos contrários).

Com poucas alternativas devido à não existência de diálogo com a Prefeitura, grupos da sociedade civil ingressaram desde abril de 2014 com pedidos de tombamento provisório para proteção do bem no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Cultural (COMPHIC), órgão deliberativo paritário sob tutela da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). No dia 03 de julho de 2014, um dos pedidos foi avaliado (o outro foi arquivado sumariamente) e posto em deliberação. O secretário da cultura (cargo de confiança indicado pelo prefeito que é também presidente do conselho) omitiu documentos integrantes do pedido e criticou o requerimento como ato de oposição partidária. Por ser um conselho paritário, metade dos componentes eram parte da estrutura governamental e a outra metade vinda da sociedade civil ou de instituições supragovernamentais (como Ministério Público e Instituto Nacional de Patrimônio Histórico). O resultado final deu empate entre os representantes do governo (todos indicados pelo gestor municipal ou estadual) e os membros da sociedade civil com instituições supragovernamentais. O desempate foi dado pelo presidente, que negou o tombamento provisório e consequente abertura de estudos para tombamento definitivo³⁰.

Apesar de não haver mais obstáculos à construção, a municipalidade ainda aguardava o dinheiro vindo de financiamento internacional e precisava realizar uma licitação pública para escolha da construtora. Enquanto isso, diversos grupos da sociedade civil continuaram a se manifestar em defesa da praça para evitar o arrefecimento do debate. Além disso, vários eventos passaram a ser realizados na Praça Portugal como forma de dinamizar o espaço e demonstrar a adequabilidade do local ao uso. Houve apresentações diversas, desde banho de sol coletivo, ensaios fotográficos nus, dança tradicional portuguesa e até roda de capoeira. Dois eventos se destacaram pela continuidade: o “Praça Portugal Viva!” que trazia atividades voltadas ao público infantil, teve três edições realizadas entre outubro de 2014 e janeiro de 2015; e o “Ai Dentu – Lá na Praça” que organizava feiras diversificadas, com venda de comidas e objetos (teve dez edições de janeiro a julho de 2015).

Paralelamente à realização dos “Ai Dentu”, pessoas oriundas de vários grupos se uniram como um grupo informal chamado “Amigos da Praça Portugal” e requisitaram novo pedido de tombamento da praça, no dia 26 de janeiro de 2015, porém no âmbito estadual, no Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (COEPA). O processo nesse conselho (que seguia

³⁰ Um aspecto relevante é que o único membro de uma instituição não-governamental a votar contra o tombamento foi o representante recém-indicado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que havia recebido dez dias antes um terreno doado pela Prefeitura para construção de sua nova sede.

o mesmo modelo de conselho deliberativo paritário) foi mais longo e permitiu apresentações dos defensores e críticos da Praça Portugal. A deliberação a respeito do tombamento provisório para realização dos estudos para tombamento definitivo (ressalto que qualquer obra na praça já estava temporariamente impedida enquanto o objeto estivesse sob análise no conselho) foi realizada no dia 17 de junho de 2015. Nessa ocasião, apesar do longo período e das apresentações realizadas, o resultado não foi diferente. A bem da verdade, foi pior do que o ocorrido no COMPHIC. O governador do Estado do Ceará, Camilo Santana – aliado do prefeito Roberto Cláudio substituiu quatro conselheiros e nomeou outros seis às vésperas da votação da Praça Portugal (Cavalcante, 2015, p. 8). A manobra resultou em maioria contra a preservação da praça, formada não apenas pelos órgãos públicos, mas também por instituições ligadas à indústria e ao comércio e uma universidade particular que havia votado no ano anterior em defesa da praça. Representantes independentes da sociedade civil, conselheiros por notório saber, os acadêmicos Liberal de Castro e Diatahy Bezerra de Menezes teceram críticas pesadas à manipulação realizada naquele instrumento “participativo”. Houve até relatos de conselheiros que ameaçaram abandonar suas posições ao perceberem que o órgão havia deixado de realizar o papel de promotor de políticas públicas culturais para se tornar um legitimador de políticas governamentais.

A partir desse resultado, os grupos em defesa da Praça Portugal se viram virtualmente sem mais nenhuma possibilidade de adiar ou reverter a decisão de demolir a praça. O prefeito Roberto Cláudio anunciou, logo após a deliberação do conselho, que as obras teriam início em setembro de 2015. O grupo Massa Crítica Fortaleza então realizou uma ação direta de pintura da praça, no dia 06 de setembro, para dar visibilidade a ela em seus últimos momentos. Foram pintados o piso da praça e o monumento, além de uma faixa de pedestre multicolorida. O ato trouxe críticas também dos defensores da preservação da praça, mas foi capaz de expor a contradição da gestão pública que, para criticar o grupo e a ação realizada, afirmou ser dever da prefeitura manter o patrimônio público. O grupo se propôs a limpar a pintura assim que a administração pública desistisse de sua demolição.

Paralelamente, o início das obras na praça era constantemente adiado porque a Prefeitura aguardava liberação dos recursos vindos de empréstimo internacional³¹. Após vários adiamentos da demolição, o prefeito anunciou no dia 26 de outubro de 2015 que a praça não seria mais demolida, devido à falta de recursos. Em compensação, uma intervenção seria realizada para alargar o leito carroçável da ex-rotatória (o que diminuiria o diâmetro da praça central em oito metros). O gestor anunciou que o novo projeto surgiu por ideia da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e lá estava sendo desenvolvido. Entretanto, informantes já haviam, ainda em setembro, informado este autor de que um projeto vinha sendo gestado em alguns escritórios de renome e/ou que mantinham contato próximo com a prefeitura, a pedido da própria. Os autores do novo projeto só vieram a ser divulgados no dia 29 de dezembro de 2018.

Com base na menção ao novo projeto, o IAB-CE solicitou acesso ao projeto por meio de ofícios registrados na sede da SEINF, SCSP e no gabinete do prefeito. Nenhum dos três foi respondido no período previsto pela Lei de Acesso à Informação (LAI), que prevê 20 dias corridos para que seja respondido, com possibilidade de acréscimo de mais dez dias após justificativa expressa. Assim, o instituto entrou com nova leva de pedidos, reforçando que acionaria o Ministério Público no caso de descumprimento do prazo novamente. Dessa maneira, o gabinete do prefeito encaminhou à SCSP que respondeu que o projeto estava sendo desenvolvido na SEUMA, enquanto a SEINF afirmou que o projeto estava disponível para consulta em sua sede. O autor deste trabalho, na qualidade de secretário-geral adjunto do IAB-CE no período de 2014-

³¹ A liberação dos recursos dependia de aprovação do Senado Federal, pois é algo que aumentaria o endividamento da União. Na ocasião, o Brasil estava em uma crise econômica e os senadores do estado do Ceará faziam oposição ao gestor municipal.

2017, foi ao órgão municipal no dia 13 de janeiro de 2016 consultar e buscar cópia do projeto. Ao ser recebido pela coordenadora de projetos da secretaria, foi dito que o projeto que estava lá era o anterior (do cruzamento), que só havia imagens do projeto novo e que a SEUMA deveria ser consultada por ser a responsável pelo desenvolvimento dessa nova proposta.

No dia 03 de fevereiro de 2016 o IAB-CE fez pedido à SEUMA para acesso e discussão sobre o novo projeto. Dois dias após o pedido, a secretaria organizou uma reunião a portas fechadas com convidados selecionados para apresentar o projeto. Apesar de não ter nenhum registro de convite realizado ao IAB-CE, foi anunciado em matéria institucional (anexo 14) da prefeitura que o IAB-CE havia sido convidado (mas não foi) e que o DU havia estado presente, sendo que este autor era também moderador do Direitos Urbanos Fortaleza e a face mais ativa do grupo em defesa à praça. No caso, um colega foi convidado sem ser avisado que representaria o grupo e tinha ido como cidadão interessado. Posteriormente, esse repassou as informações da reunião em que afirmava que o projeto arquitetônico já estava completo e pronto para execução.

O IAB-CE entrou com reclamação no dia 06 de fevereiro de 2016 pela falsa informação de ter sido convidado à reunião e a secretária do órgão respondeu no mesmo dia afirmando que tinha havido um ruído na comunicação e se prestou a realizar uma nova reunião (que nunca aconteceu, mesmo após o pedido para que essa fosse realizada de forma aberta a todos os interessados). A resposta ao pedido de acesso ao projeto só veio no dia 22 de fevereiro de 2018, com a informação que “não consta nos arquivos desta secretaria, projetos ou documentos referentes as (sic) intervenções urbanísticas na Praça Portugal”, apesar de todas as informações prestadas em notícias pelo prefeito, por outras secretarias e pela responsável por esse órgão. Uma semana seguinte, no dia 29 de fevereiro de 2017 foi informado ao IAB-CE que o projeto havia sido protocolado naquela secretaria no dia 23 de fevereiro de 2016, sem, no entanto, informar como proceder à sua consulta. Paralelamente, já havia sido veiculado na imprensa, no dia 18 de fevereiro, que as obras na praça teriam início na primeira quinzena de março, custariam seis milhões de reais e seriam realizadas por parceria-público-privada (PPP).

Os vários obstáculos colocados pela PMF para o acesso ao projeto motivaram que um grupo de defensores da Praça Portugal entrasse com uma representação judicial no Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE) para envio de explicações e cópia do projeto. Quando a prefeitura respondeu o requerimento, enviou cópia do projeto antigo e não houve represálias quanto a isso.

A partir do dia 15 de março de 2016 começou a tramitar na Câmara dos Vereadores novo projeto de lei para alteração física da Praça Portugal (o que havia sido aprovado em 2014 não valia mais, pois referenciava um projeto distinto). Como requerimento para votação, foi realizada uma audiência pública com a presença da secretária responsável pela SEUMA e deste autor na qualidade de representante do IAB-CE. Na ocasião, a secretária afirmou que o projeto vinha sendo desenvolvido desde antes de setembro de 2015, que não estava aberto à consulta porque estava em formulação, disse que as propostas alternativas enviadas em 2014 não atendiam a critérios técnicos (sem especificar quais) e ao responder a crítica de que não havia tido debate durante o processo, respondeu afirmando que estavam a debater ali naquele momento.

Poucos dias depois, o projeto de lei de alteração da geometria da praça para o novo projeto foi aprovado novamente. Por outro lado, a informação das empresas que se responsabilizariam pela construção da praça só foi divulgada no dia 15 de abril de 2016 – três dias antes do início da remodelação da Praça Portugal.

OBJETO:

A análise do objeto Praça Portugal se adequou a 29 das 38 ideias referentes ao espaço público.

A Praça Portugal é um espaço público que, embora razoavelmente recente (completa 50 anos em 2018) tem muito afeto pelas várias gerações que nela vivenciaram bons momentos, desde as feiras até os encontros culturais de grupos específicos. A cidade é registro de sua própria história (Rolnik, 2012), projeção da sociedade sobre um local (Lefebvre, 2001) em que o patrimônio cultural mostra o percurso percorrido (L. Rodrigues, 2017). A praça marca bem o registro da expansão a leste da cidade e projeta em si as peculiaridades da sociedade. Como exemplo da percepção única que cada geração tem da cidade (Luca, 2008) e da interpretação de cada novo momento temporal (Carvalho & Rodrigues, 2016), pessoas que utilizavam a praça na época da feira da década de 80 se dividiam entre manter o afeto por aquele lugar ou aceitar a destruição desse para garantir uma possível retomada do espírito anterior, em desconsideração ao uso dado pelos jovens da nova geração. Uns queriam permanência, enquanto outros aceitavam a cidade que se remodela e se reconstrói quase instantaneamente (Rolnik, 2012; Thörn et al., 2011).

Com tantas pessoas que utilizaram a praça em algum momento temporal, o espaço foi convertido em lugar, onde as funções e rituais cotidianos tomam parte (Heemann & Santiago, 2015; Lydon & Garcia, 2015) e demonstram que nunca se está só na cidade (Rolnik, 2012), onde a proximidade e densidade reúne as pessoas (Glaeser, 2012) que colaboram na dinâmica espacial por meio da força colaborativa (idem), reforçada pela conectividade das redes sociais virtuais (Goldberger, 2001; Sobral, 2017) que possibilita a cidade em espaço de festa, celebração e encontro entre amigos (Gehl, 2013; Heemann & Santiago, 2015; Lefebvre, 2001). Entretanto, a Praça Portugal não foi apenas local de diversão e vida cotidiana, mas também foi palco de muitas lutas (Maricato et al., 2013) e manifestações políticas que fazem uso de seu espaço aberto, livre e democrático (Rogers & Gumuchdjian, 2001; Santana, 2016) para ser visto e ampliar causas³².

Apesar do grande uso dado à praça por tantas pessoas ao longo do tempo, o rodoviarismo e a crescente motorização trouxeram dificuldades de acesso e uso ao local, o que contribuiu para o seu “abandono” (pois para alguns, o uso por culturas marginais não configurava um “uso adequado”) (Gehl, 2013). Governantes, como o prefeito Roberto Cláudio, são eleitos com promessa de livre fluxo aos automóveis (Phoenix, 2014), criando estruturas e intervenções que facilitam a locomoção motorizada em detrimento do uso à escala humana (Gehl, 2013). Assim, um projeto de tráfego automobilístico que daria mais espaço ao carro e menos às atividades humanas (Guarnacia, 2015) foi disfarçado de projeto voltado às pessoas e à urbanidade (prometia-se aumento de área livre para uso das pessoas, mas ignorava que essas áreas estariam desarticuladas e separadas por vias de fluxo moderado a alto). Esse projeto atualizaria o formato da praça a um mais condizente com a hierarquia social e rodoviária e as relações de poder existentes (Walker, 2016), criando uma nova expressão física para a comunidade (Goldberger, 2001).

O maior empecilho ao uso da praça era seu acesso e caminhabilidade, que constituem fatores de qualificação aos espaços públicos (Lydon & Garcia, 2015). A Praça Portugal já contava com outros aspectos como boa estrutura física, espaços de transição humanizados e programação

³² A Praça Portugal já foi palco de diversas manifestações de todo o espectro políticas. Foi palco do Dia Estadual da Luta, de Protestos pela Mobilidade Urbana, protestos pelo impeachment da presidente Dilma Roussef, protestos pela permanência da praça,, dentre outros. Sua forma peculiar garante grande visibilidade no centro da área mais nobre da cidade.

cultural ocasional (Gehl, 2013). O corpo técnico do PAITT não aproveitou os recursos existentes quando propôs o cruzamento como única solução para qualificar o espaço e atrair mais pessoas (Gehl, 2013; Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Santana, 2016). O novo urbanismo estabeleceu como princípios: a caminhabilidade, a preservação e renovação do tecido urbano que afirmem a continuidade e evolução da sociedade (Congress for the New Urbanism, 2001).

Por último, o projeto para a Praça Portugal (tanto o cruzamento como a adaptação posterior) é um claro exemplo da discriminação que molda o espaço urbano (Carvalho & Rodrigues, 2016; Fórum Social Mundial Policêntrico, 2006). A grande quantidade de recursos destinados a intervir numa área consolidada em um espaço urbano de reconhecida qualidade (Carvalho & Rodrigues, 2016; Santos, 1993) reforça a desigualdade e a segregação que brutalizam os habitantes (Lefebvre, 2001; Luca, 2008; Rogers & Gumuchdian, 2001) e faz com que não se reconheçam em outras áreas (centro-periferia ou periferia-centro).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da administração pública se relacionou com 19 das 24 ideias levantadas pela teoria, enquanto 38 dos 84 conceitos de participação popular foram aplicados. O alto número de conceitos da administração pública aplicados a este caso significa que foi possível perceber muitos dos problemas e desafios abordados no tópico 2.2.

Quando o projeto do binário (e, conseqüentemente, o cruzamento na Praça Portugal) foi anunciado, esse veio de surpresa a todos. Não era algo esperado, não estava incluso em nenhum plano, não dialogava com a suposta linha leste do metrô que seria feita sob a mesma avenida. Surgiu como proposição para interesses de curto prazo (Souza, 2015) que trariam utilidade (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014) ao trânsito, numa perspectiva rodoviarista (Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Maricato et al., 2013), em que a municipalidade apresentou um projeto de identidade forte para concorrer a financiamentos de bancos internacionais (Carvalho & Rodrigues, 2016; Maricato et al., 2013). Apesar do discurso humanizador, a lógica da divisão espacial pouco foi alterada e manteve o status quo³³ (Souza, 2015) de predominância do automóvel individual. A insistência e irredutibilidade da gestão municipal na realização do cruzamento e das quatro mini-praças trouxe também várias dúvidas e questionamentos quanto à influência das elites econômicas e, especialmente, do mercado imobiliário (Carvalho & Rodrigues, 2016; L. Rodrigues, 2017; Santos, 1993)³⁴. Era como se todo o interesse público (no caso, da municipalidade) estivesse direcionado a uma obra milionária, não essencial, em uma área consolidada e já repleta de investimentos (Santos, 1993).

Caso houvesse sido construído, o novo cruzamento (com o projeto definitivo, que contava com estruturas arrojadas e projeção holográfica sobre uma fonte, divulgado em 20 de maio de 2014) geraria enormes despesas, mas agradaria muitos (L. Rodrigues, 2017) que seriam conquistados pelo poder das imagens de divulgação ou pelo marketing (Peck, 2016) intensivo (e manipulador, já que distorcia e omitia informações a seu favor) que levava a crer que não havia nenhuma alternativa (Thörn et al., 2011), enquanto a maior parte da população segregada nas periferias estranhava mais um investimento supérfluo (Fernandes & Sposito, 2013; Santos, 1993) e desnecessário.

³³ Passados quatro anos desde o anúncio das obras do binário, a promessa de intervenção para melhoria dos passeios foi a única (ou uma das poucas) ação a não ser executada.

³⁴ Como no caso dos viadutos do Cocó, o financiamento das campanhas eleitorais advinha bastante da iniciativa privada, especialmente de construtoras do mercado imobiliário. Tornou-se prática comum que os gestores buscassem construir grandes obras como maneira de retribuir o investimento dessas empresas.

A governança neoliberal se demonstra na estratégia do planejamento por projetos (Mota, 2013) em que apenas os *stakeholders* conseguem o acesso privilegiado necessário a influenciar o governo (Taylor, 2007). Para isso, os servidores técnicos são corrompidos ou cooptados a seguir as ordens superiores e seus interesses sob risco de isolamento ou demissão (L. Rodrigues, 2017). Disfarçaram-se as barreiras de acesso à governação sob um manto de tecnocracia (Barbacovi, 2016; Lefebvre, 2001; L. Rodrigues, 2017; Souza, 2015) que elimina qualquer possibilidade de debate ao afirmar que as sugestões populares não atendem os critérios técnicos, que sequer precisam ser mencionados para a negativa.

Tantos aspectos negativos causam desconfiança nas democracias e nos políticos e induzem o cidadão a perguntar a si mesmo do que adianta tentar se envolver (Espinosa & Walker, 2011). Entretanto, há os que não desistem de buscar suas utopias (Kelly et al., 2013).

Os que continuam a se esforçar por maior participação em busca de melhores respostas a seus anseios e necessidades (Arnstein, 1969) exercem uma cidadania ativa para efetivar seus direitos (Mota, 2013; Rogers & Gumuchdjan, 2001; Rolnik, 2012; Souza, 2015) por meio da ação altruísta pelo coletivo (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014) que, conseqüentemente, reforça o sentido de pertencimento desses atores (Lefebvre, 2001), como também fortalece o afeto dos que se levantaram para defender a Praça Portugal.

Os esforços para participar esbarraram, entretanto, na resistência das elites do poder público (e privado) em criar um diálogo verdadeiro para partilha do poder (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Taylor, 2007), o que ocasiona decisões inadequadas (Arnstein, 1969; Guarnacia, 2015; Kapur, 2018; Mota, 2013; L. Rodrigues, 2017). Os detentores da prerrogativa de tomada de decisão optaram pela participação *top-down* (Sobral, 2017) em palcos de difícil acesso (Mota, 2013) onde atores privados são privilegiados em parcerias (PPPs) escondidas do escrutínio público com fragilização de pautas sociais e favorecimento dos mais ricos (Maricato et al., 2013; Mota, 2013; Pinheiro, 2018). Embora a participação seja um direito inalienável (Souza, 2015), as autoridades rejeitam auxílio popular sem nem mesmo esclarecer os motivos da rejeição (Mirafteb, 2016; Souza, 2015), como aconteceu com o caderno de propostas alternativas do DU. Essas atitudes propiciam a apreciação da democracia representativa como uma oligarquia liberal de participação mitigada (Mota, 2013; Souza, 2015) ou mesmo não-participativa, com processos manipuladores e até mesmo violentos (Arnstein, 1969; Souza, 2015).

A percepção no caso da Praça Portugal do autoritarismo da gestão pública e do acesso privilegiado a poucos, gerou uma forte postura reativa na sociedade (Mota, 2013), que criou grandes tensões a partir da resistência às agendas impostas unilateralmente (idem). Os atores em busca de formas de democracia mais direta (Barbacovi, 2016; Maricato et al., 2013; Mota, 2013; Souza, 2015) se organizaram em espaços populares (Taylor, 2007), grupos autogeridos (Assis et al., 2015) que pensaram estratégias e dinamizaram o espaço para visibilizar sua pauta.

Os atores cívicos buscaram então fazer uso dos instrumentos participativos (Mota, 2013; Souza, 2015) disponíveis para tentar fazer valer seus pontos de vista. Primeiramente, participaram na audiência pública, mas essas eram protocolares e não permitiam nenhuma mudança, só servindo para dizer que a população havia sido ouvida (Cisneiros, 2015). Em outros momentos, buscaram utilizar o recurso dos conselhos participativos (COMPIC e COEPA). Como eram esses deliberativos, poderia ser possível que uma decisão desses revertesse a intenção municipal. No entanto, suas composições eram paritárias e com cadeiras reservadas a determinadas entidades (Souza, 2015). Ao fim, os ativistas perceberam que esses eram processos de apacramento, limitados na sua efetividade (Arnstein, 1969; Mirafteb, 2016; Souza, 2015). Por maiores que tenham sido os esforços dos cidadãos, o poder de decisão se manteve longe deles (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015), com resultados previamente delimitados até onde o poder

público permitisse (Arnstein, 1969). Um conselho participativo é um instrumento de grande potencial, mas como é capaz de gerar grande incômodo às elites urbanas (Souza, 2015), essas se esforçam em controlá-los ao ponto de estarem confortáveis com os encaminhamentos desses.

Enquanto a participação deveria ser um processo de formação de alianças e aprendizagem coletiva (Mota, 2013; Polk, 2011; Taylor, 2007), essas qualidades se aplicaram aos grupos insurgentes que foram formados com pessoas de diferentes habilidades que não se conheciam anteriormente. Para a participação formal, foram encontrados vários obstáculos (Souza, 2015) e resistências (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013). Como exemplo disso, temos que tanto as audiências públicas como as sessões dos conselhos participativos ocorreram sem grande divulgação durante o dia e no meio da semana, o que favorece a presença apenas dos que têm tempo livre e maior educação formal (Mota, 2013; Taylor, 2007), em detrimento da presença de um público mais amplo³⁵.

Esses espaços convidados dos processos participativos (Taylor, 2007) excluem muitas pessoas interessadas em participar – não atores (Mota, 2013). Além disso, especialmente no caso dos conselhos, há um grande risco de cooptação e instrumentalização com pessoas tendo que votar contra o interesse coletivo, sob ordens e ameaças de superiores e poderosos (Arnstein, 1969; Taylor, 2007). Especialistas cooptados ou corrompidos podem reforçar a argumentação das forças dominantes (L. Rodrigues, 2017). Dessa maneira, os processos participativos deste caso foram utilizados para alcançar fins pré-determinados e legitimar interesses dominantes (Mota, 2013; Taylor, 2007), o que afastou a presença de cidadãos (Souza, 2015), descredenciados dos processos e desmobilizou quando pareceu não haver mais alternativas.

MOVIMENTOS CÍVICOS

A análise dos movimentos cívicos indicou aplicação de 52 das 68 ideias levantadas na componente teórica.

Neste caso, a causa maior identificada como movimento social (Barbacovi, 2016; Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Taylor, 2007) é a defesa do patrimônio histórico, no caso a Praça Portugal, referência de valor histórico, cultural, afetivo e visual (J. M. Nogueira & Pereira, 2016; Soares, 2011). Os que partilhavam o objetivo de preservar aquele objeto se uniram em grupos (Santana, 2016) ou tiveram o apoio de grupos previamente constituídos que tinham a proteção do patrimônio como um de seus objetivos. Assim surgiu o “Amigos da Praça Portugal”, que uniu esforços com o Direitos Urbanos Fortaleza e o IAB-CE, principalmente. As ações para demandas pontuais e alcance local (Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Silva, 2009) podem ser reconhecidas nos protestos pela preservação da praça, nos pedidos de tombamento e nos eventos de dinamização cultural.

Reunidos com o objetivo de preservar a Praça Portugal - lugar que muitos têm afeto -, os cidadãos uniram-se para exercer seu direito à cidade (Gehl, 2013; Maricato et al., 2013; Mota, 2013) e resistir às políticas autoritárias (Miraftab, 2016; Rogers & Gumuchdjian, 2001; Sandel, 2014) que objetivavam sua destruição. Agir dessa maneira, fortaleceu a conexão dessas pessoas com o lugar e seu senso de pertencimento na cidade (Santana, 2016).

Os grupos atuantes nesse caso demonstraram grande diversidade de composição e organização (Mota, 2013). Não há um modelo ideal de funcionamento (Healey et al., 1999) e

³⁵ Durante a sessão deliberativa do COMPHIC, o presidente do conselho, o secretário de cultura Magela Lima impediu a entrada de novas pessoas a partir de um determinado momento.

todos tiveram atuações importantes, mais ou menos relevantes a depender do momento. Alguns desses grupos evitaram criar estruturas e lideranças formais, optando pela informalidade e flexibilidade (Freeman, 1970), como o “Amigos da Praça Portugal” e o “Direitos Urbanos Fortaleza” (também a Massa Crítica, mas essa teve uma atuação muito pontual no desenvolvimento do caso). Os grupos inestruturados formalmente funcionam muito bem, mas têm dificuldades a longo prazo (Freeman, 1970), tanto que houve desmobilização dos Amigos da Praça Portugal e o DU se tornou inativo posteriormente, sem a presença de uma de suas lideranças. Somente os grupos com melhor estrutura organizacional conseguem influir em escalas maiores, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil que tem atuação nacional, com seções estaduais atuantes.

Para o bom funcionamento desses grupos, é importante que haja adequada capacidade institucional para responder os desafios apresentados (Healey et al., 1999). Para isso, são necessários os recursos de conhecimento (Polk, 2011): sendo os grupos repletos de grande diversidade de conhecimento, com ressalva ao IAB-CE, que embora formado apenas por arquitetos e urbanistas, têm várias especialidades distintas relevantes ao caso; os recursos relacionais referentes às capacidades de comunicação interna e externa (Mota, 2013) variam para cada grupo. O IAB-CE toma suas decisões sempre em reuniões presenciais semanais, os outros grupos também se reúnem presencialmente, mas tomam muitas decisões e resolvem assuntos à distância por meio de ferramentas de comunicação virtual.

O terceiro fator para a capacidade institucional é a “capacidade de mobilização” que se relaciona em parte com as características das lideranças, fatores críticos à coesão do grupo e sua atratividade (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Lydon & Garcia, 2015). As lideranças de todos os grupos cívicos deste caso atuaram como articuladores e conciliadores, em respeito às decisões tomadas coletivamente (Assis et al., 2015). Os líderes foram situacionais, podendo mesmo haver vários em um determinado momento, cada um com um papel específico (Assis et al., 2015). Como exemplo, o autor deste caso assumiu a liderança do IAB-CE no caso da Praça Portugal devido à sua disponibilidade, capacidade e interesse, mesmo não sendo o líder oficial, o presidente do instituto. A responsabilidade desses com o coletivo gera a confiança necessária ao adequado desenvolvimento das atividades (Assis et al., 2015).

O movimento em defesa da Praça Portugal fez com que vários grupos tentassem substituir o discurso dominante da destruição necessária do logradouro por alternativas de preservação e conciliação (Jiménez-Martínez, 2017). Para isso, os grupos tiveram relacionamentos variados com os meios de comunicação tradicionais (Carmon, 1999; Jiménez-Martínez, 2017), com alguns veículos abertos a entrevistas, enquanto outros criticavam suas atuações, geralmente enquanto utilizavam o argumento do desenvolvimento econômico como razão contrária à interrupção causada pelo movimento. Os grupos mais estruturados tinham maior procura de veículos de comunicação. Por outro lado, a mídia alternativa - como o canal “verso de pé quebrado” -, foi de grande auxílio por promover, visibilizar e registrar momentos determinantes (como as deliberações do COMPHC e COEPA) ao movimento, apesar de sua limitação (Jiménez-Martínez, 2017). Essa disputa entre a propagação de visões diferentes, de um discurso oficial e um popular causa conflitos (Jiménez-Martínez, 2017) por um futuro em disputa (Miraftab, 2016).

Os grupos deste caso apresentaram estratégias diferentes de atuação (M. Cavalcanti, 2013; Lefebvre, 2001). O DU, por exemplo, atuou de forma participativa *bottom-up* (Mota, 2013) na coleta de propostas alternativas. O IAB-CE atuou de maneira reflexiva, principalmente, lançando notas públicas sobre o desenvolvimento das questões e convidando técnicos ao debate. Os Amigos da Praça Portugal buscaram os meios legais para reverter a decisão, através dos conselhos participativos ou de instrumentos jurídicos. Por outro lado, houve os que atuaram de

forma insurgente e autônoma por meio de ações como a pintura da Praça Portugal (Massa Crítica Fortaleza) ou a realização de eventos de lazer que não atendiam orientações burocráticas como o “Ai Dentu – Lá na Praça”. As ações do planejamento insurgente se referem às ações idealistas, anti-hegemônicas e, de alguma forma, transgressoras em espaços de ação inventados, inclusivos e coletivos (Miraftab, 2016). Esse tipo de ação se relaciona de maneira muito próxima com o urbanismo tático, desenvolvido de forma legal ou ilegal, em ações de curto prazo e baixo orçamento que demonstram novas possibilidades como o potencial de uso criativo da praça que mantém e ativa o espaço (Lydon & Garcia, 2015). Surgido como resposta a processos autoritários e/ou burocráticos e ineficazes, essas pequenas intervenções podem transformar de forma rápida e positiva a cidade (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013) e, apesar de parecerem espontâneas, elas necessitam de reflexão, planejamento, tempo e atenção para criar mudanças físicas ou políticas duradouras da forma mais adequada aos grupos (Lydon & Garcia, 2015; Manzini, 2016).

Os grupos contavam com algumas características que favoreciam sua atuação, como a presença de uma referência simbólica de mobilização (Tarrow, como citado por Healey et al., 1999) – no caso, a Praça Portugal -, além de redes desenvolvidas entre os atores e uma atuação prática e proativa (idem). As características apontadas por Healey et al. (1999) também se aplicam a esse caso, como o contexto oportuno – a recente mobilização pelo Ocupe Cocó havia propiciado a organização, conexão e fortalecimento de vários grupos que consensualizavam com a grande parte da população que desejava preservar a praça; a habilidade de identificar os espaços onde está o poder e as possibilidades de mudança, como foi o caso da intervenção nos conselhos patrimoniais; possuir um rico repertório de práticas que promovam mobilização, como foram os abaixo-assinados coletados, os manifestos e os eventos de dinamização cultural; o acesso a líderes qualificados que estavam presentes em todos os grupos. Assis et al., (2015) reforça a importância da coesão entre os atores e houve grande inter-relação entre os grupos, salvo a Massa Crítica Fortaleza que tem uma dinâmica própria diferenciada. Dentre os sete princípios estabelecidos por Freeman (1970), como são muito relacionados a grupos estruturados que atuam em uma maior escala, ao menos pode ser considerado que todos os grupos estabeleciam difusão de informação a todos com a maior frequência e transparência possível. Para o IAB-CE que é uma associação formalizada com décadas de atuação em todo o território nacional, se aplica também a delegação, responsabilização, distribuição de autoridade, alocação de tarefas mediante critérios racionais e objetivos. Dentre os aspectos que podem ocasionar o fracasso dos grupos, podem ser percebidos ao menos a atenção demasiada dada ao tático, ao local e à conjuntura, e a desmobilização causada após o término da disputa pelo objeto.

Durante todo o processo, o movimento em defesa da Praça Portugal angariou muitas derrotas (e algumas vitórias temporárias) que desmotivaram seus participantes, mas mesmo assim continuaram a insistir (Luca, 2008; Sandel, 2014), reinventando suas estratégias e ações (Cisneiros, 2015; Miraftab, 2016), pois seus esforços eram reconhecidos e apreciados pela população (Lydon & Garcia, 2015; Sobral, 2017).

DESFECHO DO CASO

A nova Praça Portugal foi reinaugurada no dia 02 de setembro de 2016 com um desenho conciliador e muito semelhante com as proposições enviadas em 2014 no caderno de alternativas do DU. O espaço passou a sediar novamente protestos, manifestações e grandes eventos (agora com apoio da prefeitura que permitia o desvio do tráfego veicular para melhor aproveitamento da área). O grupo Amigos da Praça Portugal foi desmobilizado, o Direitos Urbanos Fortaleza

restou inativo por falta de lideranças que o ativassem e o IAB-CE continua com suas atividades desenvolvidas há décadas.

A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Para o caso da “Praça Portugal”, foram entrevistadas três pessoas de diversos grupos que participaram no processo. A seguir, serão identificadas como PP1, PP2 e PP3.

A respeito da primeira pergunta, sobre como os respondentes perceberam a abertura dada à participação popular no caso da Praça Portugal, cada um interpretou de maneira diferente. PP1 classificou como muito tímida a posição do poder público em relação à participação popular nas decisões. Lamenta que apesar do valor dos esforços dos cidadãos, o máximo obtido foi o adiamento de decisões que poderiam ter sido realizadas a qualquer momento autoritariamente. PP2 ressalta que o processo final da Praça Portugal se deu por meio de uma parceria público-privada, que em nada se adequa com o que seria realmente um processo participativo. PP3 foca sua resposta exclusivamente no processo do Conselho Estadual de Patrimônio (COEPA). Analisa que é preciso debater a representatividade do conselho e de que forma a opinião popular pode ser rebatida ali e de que forma os conselheiros podem ser mais responsáveis quanto a ela, pois, nesse caso específico, interpreta que somente a existência de um abaixo assinado com numerosas assinaturas (uma tradução de vontade popular) já deveria ser suficiente para iniciar os estudos de tombamento (que no caso tiveram seu início negado).

A respeito dos benefícios e vitórias que os movimentos conseguiram alcançar nesse processo, PP1 acredita que a principal conquista foi a permanência da praça, levemente alterada, mas não destruída. PP2 reconhece que a vitória da permanência da praça é muito frágil porque como o tombamento foi negado nas instâncias estadual e municipal, a “permanência da praça não está assegurada legalmente”. PP3 acha positivo e produtivo o ganho social do engajamento de jovens e moradores vizinhos na disputa por um direito coletivo.

Quando perguntados se achavam que o processo poderia ter sido mais participativo, PP1 ressalta que a iniciativa privada que “adotou” a manutenção das praças poderia ter se manifestado anteriormente e dialogado com os que lutavam por sua preservação. PP2 não tem expectativas de processos mais participativos devido ao caráter fortemente autoritário da gestão municipal nas políticas urbanas. PP3 menciona novamente o COEPA como exemplo de que a participação poderia avançar de forma a se tornar mais democrática mediante o uso de “plebiscitos, assembleias e consultas populares”.

A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para o caso da Praça Portugal, foram enviados, no dia 15 de maio de 2018, questionamentos a vários órgãos municipais de Fortaleza. Eram eles: a Secretaria de Conservação e Serviços Públicos (SCSP), responsável pelo projeto do binário das avenidas Santos Dumont e Dom Luís; a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), responsável pelo segundo projeto da Praça Portugal, que foi efetivamente construído; a Secretaria de Infraestrutura (SEINF) que auxiliou no desenvolvimento dos projetos para a praça; e a Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), responsável pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), todos parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

Nenhum dos órgãos respondeu os questionamentos. O único retorno obtido foi o da SEINF, que respondeu, através da senhora Jamile Peixoto da Assessoria de Comunicação, com a sugestão de que este autor entrasse em contato com a “Coordenadoria Especial de Participação Social” da PMF (entidade que não teve nenhuma participação no processo da Praça Portugal), uma semana depois, no dia 22 de maio de 2018. Em resposta deste autor no mesmo dia, foi reforçado o pedido das considerações da secretaria devido a ter participado na elaboração do projeto da Praça Portugal. Ainda no mesmo dia, a assessora disse “quanto ao projeto, veja com a Seuma”.

Quanto à SCSP, o procedimento está descrito no caso 7.2.2, um contato com questionamentos que não recebeu retorno por duas vezes;

Em relação à SEUMA, este autor buscou questionar o recebimento do e-mail após uma semana de espera. No contato telefônico efetuado no dia 22 de maio a servidora havia informado que o e-mail não havia sido verificado, por ter sido enviado a um endereço usado apenas para envio de informações do órgão, e não recebimento. Após envio ao endereço correto e menção do assunto de interesse, a atendente do setor de comunicação da secretaria tentou reverter o interesse deste autor nos questionamentos ao afirmar que havia sido uma parceria público-privada, que a prefeitura não havia gastado dinheiro na obra e que a praça havia sido adotada por uma construtora. Entretanto, isso não desfaz a responsabilidade da secretaria na organização do processo, no desenvolvimento do projeto, no posicionamento contra o tombamento do logradouro e na participação em debates e audiências públicas defendendo a intervenção. Após insistência, foi dito que seria enviado à secretária titular do órgão, Maria Águeda Muniz para que ela retornasse. Todavia, até o fim deste trabalho no começo de julho de 2018, os questionamentos permaneciam sem resposta.

Na SECULTFOR, o contato foi realizado com a Comissão de Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC), responsável pela coordenação do COMPHIC. A primeira ligação realizada após o envio dos e-mails foi feita no dia 18 de maio de 2018. Na ocasião, informaram a este autor que precisariam de mais tempo para responder porque a equipe técnica era nova (decorrente da substituição de secretário, quando conseqüentemente são trocados os funcionários por outros de maior confiança) e estavam a verificar e reorganizar a documentação do caso. Em novo contato realizado no dia 01 de junho, um arquiteto (conhecido deste autor) do órgão público informou que ainda seria necessário mais tempo, mas que poderiam responder até o dia 08 do mesmo mês. Entretanto, até o fim deste trabalho, nenhum retorno havia sido dado aos questionamentos.

DISCUSSÃO

O processo da Praça Portugal é muito peculiar, pois houve diferentes etapas, cada uma com características únicas (anúncio da obra, tentativas de diálogo, pedido de tombamento COMPHIC, dinamização cultural da praça, pedido de tombamento COEPA, intervenção massa crítica, desistência do primeiro projeto, nova tentativa de diálogo e acesso ao projeto, início das obras). Durante o desenvolvimento deste caso, houve sessões pseudoparticipativas do nível de “Informação” – nas sessões realizadas pelo PAITT -, “consulta” – nas audiências públicas - e mesmo de “apacamento/cooptação” – nos conselhos patrimoniais municipal e estadual. Entretanto, as audiências ocorreram por obrigatoriedade legal e os conselhos já existiam previamente. Apenas as sessões informativas foram realizadas em decorrência deste caso. Mesmo assim, houve um esforço governamental enorme em manipular a opinião pública, que passou pela difamação do espaço, a omissão ou distorção de informações para favorecimento do projeto municipal, a crítica aos ativistas, a substituição de conselheiros que, se votassem com suas

consciências, poderiam ir contra o interesse dos gestores públicos. Devido a todos esses fatos, este autor considera que o processo – em sua totalidade - foi não-participativo, estando no nível “1 – Manipulação” (Figura 4). Para a escala de Susskind (figura 5), o processo estaria no nível “3 – decidir unilateralmente, anunciar e clarificar publicamente e então implementar”.

Os grupos cívicos e indivíduos atuantes nesse movimento foram muito diversos e produziram muito conteúdo em defesa da praça. Além disso, as ações de dinamização do espaço reforçaram a não necessidade de sua destruição perante a percepção geral. Embora o grupo “Amigos da Praça Portugal” tenha se desmobilizado por ter sido criado de forma ativista para uma causa específica, a rede de contatos e relações criada por esse grupo se manteve. Como diz Taylor (2007), mesmo quando os movimentos são encerrados, eles deixam ganhos coletivos.

Há quem considere que a permanência da Praça Portugal foi uma vitória do movimento. Este autor é mais pessimista e acredita que o impedimento da chegada de recursos financeiros foi preponderante a essa decisão. Para evitar uma derrota política ao não conseguir executar seu projeto, a prefeitura optou por uma nova proposta realizada igualmente sem abertura à participação. A escolha por um desenho conciliador com os que desejavam a manutenção do formato circular da praça veio não devido a um diálogo verdadeiro e aberto com a população, mas por canais de acesso privilegiado que alguns atores detinham com o poder público. Aparentemente, um contexto não democrático, mas de certa forma favorável parece ter tido maior peso do que os esforços cívicos, que influíram indiretamente pela pressão exercida.

7.2.4 Caso 4 – Fórum Cocó



Figura 48: Reunião do Fórum Cocó. Fonte: Fórum Cocó, 2016

Para a pesquisa deste caso, foram buscadas as atas de reuniões do fórum, notícias jornalísticas, documentos produzidos pelo Fórum Cocó, seus participantes e pelas entidades governamentais relacionadas, além das percepções próprias deste autor a partir de sua participação como representante do grupo Direitos Urbanos Fortaleza. A descrição pormenorizada deste caso pode ser verificada no tópico A1.4

O Fórum Cocó foi um conselho participativo criado por iniciativa do Ministério Público Federal do Ceará (MPF-CE) para aproveitar um contexto político favorável à criação do Parque do Cocó, resultante da grande mobilização gerada pelo Ocupe o Cocó (ler 7.2.1) e pela eleição do novo governador do estado do Ceará, Camilo Santana, que, anteriormente, havia sido ambientalista e que, após eleito, havia afirmado sua intenção em regulamentar o parque.

O Fórum Cocó, enquanto instância criada pelo MPF-CE, não tinha caráter deliberativo vinculativo em suas decisões. O seu intuito era visibilizar a demanda de criação do parque e fornecer subsídios adequados para a tomada de escolha governamental. O fórum foi integrado, a convite do coordenador Alessandro Sales (e posteriormente por deliberação dos integrantes), por 24 entidades participantes: 1 representante do Ministério Público Federal, 1 do Ministério Público Estadual, 1 do poder legislativo municipal, 1 do legislativo estadual, 2 do poder executivo federal, 2 do executivo municipal, 3 do executivo estadual, 3 universidades, 2 entidades empresariais, 4 associações profissionais e 4 grupos cívicos (Direitos Urbanos Fortaleza, Movimento Pró-Árvore, Movimento Pró-Parque, SOS Cocó). Esse formato, em vez de ser paritário entre governo e sociedade civil, era (aproximadamente) tripartite, com apenas sete dos 24 assentos reservados para o poder público.

O Fórum surgiu a partir do manifesto de criação do “Fórum Permanente Pela Implantação do ‘Parque Ecológico do Cocó’”, publicado pela Procuradoria da República no Ceará (PR-CE) no dia 20 de janeiro de 2015. O documento reconhecia a importância da área, os riscos que a rondavam e os esforços governamentais prévios à sua regularização (Procuradoria da República no Ceará, 2015). O documento afirma que era o momento de “criação de um grande movimento social, capaz de encaminhar ao Governo do Estado do Ceará sugestões e reivindicações visando a

construção eficaz e definitiva da proteção dos atributos ambientais da área hoje conhecida como Parque Ecológico do Cocó” (Ibidem, pp. 5-6). O documento convidava ao fim várias entidades a participar e, após sua publicação, foi agendada a primeira reunião para 29 de janeiro de 2015.

Durante sete reuniões que ocorreram até o fim de abril de 2015, os participantes do Fórum Cocó buscaram, primeiramente, nivelar o conhecimento de todos sobre a situação presente e possibilidades. Depois, foram divididos em grupos de trabalho temáticos (GT 1 – Poligonal; GT 2 – Caracterização Ambiental e Urbanística; GT 3 – Aspectos Jurídicos; GT 4 – Intervenções atuais e futuras) para desenvolver sugestões que, após debate e deliberação, seriam enviadas ao Governo do Estado do Ceará.

Ao fim desse período, o Fórum Cocó deliberou, por maioria (houve discordância e abstenção de algumas entidades, principalmente as governamentais), a proposição de uma poligonal de 1.435 hectares que deveriam estar protegidos sobre a tipologia de Parque Estadual (proteção integral), sendo que seu território deveria passar por regularização fundiária – desapropriações e indenizações – após a criação da unidade de conservação, e que todas as obras permitidas ou em construção dentro da área do parque deveriam ser suspensas.

Embora as deliberações tivessem sido feitas no fim de abril, o relatório de envio ao governador do estado só ficou pronto em agosto de 2015. No dia 20, o documento foi apresentado aos participantes, que o assinaram em concordância (por vezes com ressalva, como fez o Sindicato das Indústrias da Construção Civil [SINDUSCON], entregando uma versão alternativa em alguns pontos). Entretanto, as entidades governamentais integrantes do Fórum não assinaram o documento.

O documento foi entregue ao governador numa reunião coletiva formal no Palácio da Abolição (espaço de trabalho do Governo do Estado do Ceará) no dia 26 de agosto de 2015. Na ocasião, o gestor estadual agradeceu o contributo, reforçou a intenção de regulamentar o parque até o final do ano e prometeu que haveria momentos de debate de ideias, de forma transparente e participativa. A partir de então, o Fórum Cocó deixou de se reunir e aguardou as proposições oficiais do governo.

O ano de 2015 terminou sem que o governo apresentasse sua proposta oficial de regulamentação. O fórum realizou cobranças quanto ao andamento dos trabalhos, mas aceitou o pedido de mais tempo requisitado pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

Em 14 de abril de 2016 (oito meses após a entrega do documento do fórum), a SEMA apresentou no Fórum Cocó sua proposta oficial de regulamentação do parque. Essa propunha que o parque fosse criado como uma área de proteção integral de 1.050,85ha com três Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE, menos restritiva) que acrescentariam mais 315,97ha. – inclusive 157ha em uma área do rio que não estava em discussão no fórum. Além disso, era proposto a remoção de 666 imóveis (residencial e/ou comercial) que estariam dentro da área do parque. Foi anunciado também que a intenção era de assinar o decreto de criação da unidade de conservação no dia 05 de junho, dia mundial do meio ambiente.

O anúncio foi de grande surpresa, pois estava muito próximo da data prometida para assinatura do decreto, o que indicava pouco tempo para o debate e improbabilidade de mudanças. O Fórum Cocó se reuniu novamente no dia 26 de abril de 2016³⁶ para fazer suas considerações e sugestões a respeito da proposta de poligonal oficial. Nesse momento, foi dada voz a membros da comunidade da Sabiaguaba que iriam ser removidos e a membros dos grupos LEHAB e Verdeliz. Foi deliberado pela maioria (apesar de, na maior parte das vezes, as entidades

³⁶ Nesse momento, dois novos grupos se uniram, na qualidade de interessados, às discussões. O Laboratório de Estudos em Habitação (LEHAB) da Universidade Federal do Ceará, e o Instituto Verdeliz.

governamentais terem votado em bloco em posição contrária) a reinclusão de algumas das áreas propostas pelo fórum (outras tiveram sua exclusão aceita).

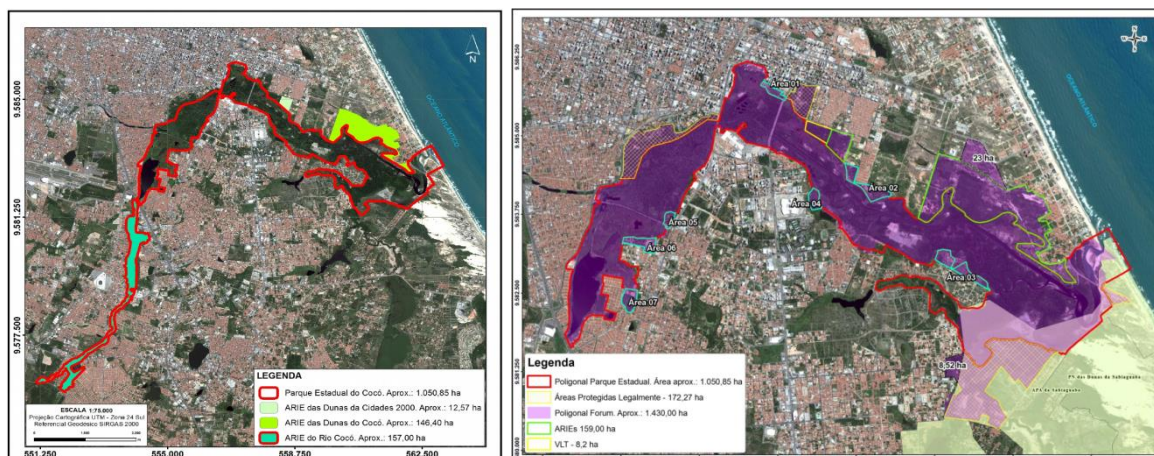


Figura 49: Mosaico de unidades de conservação propostas pelo governo. Fonte: SEMA, 2016

Figura 50: Comparação entre as poligonais do Fórum Cocó e oficial. VLT se refere a populações reassentadas por remoções do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Fonte: SEMA, 2016

A proximidade da data limite de criação do parque aliada à realização de várias sessões informativas organizadas pela SEMA com a mesma apresentação feita no dia 14 de abril e a falta de retorno do governo quanto às considerações do fórum, fez com que vários participantes do Fórum verbalizassem suas preocupações em relação à remoção das comunidades tradicionais na área do parque e a exclusão de áreas de grande importância ambiental.

Pouco menos de uma semana antes da data de assinatura do decreto, a SEMA respondeu as considerações do fórum pelo “Parecer Técnico Nº 002/2016 – CETIC/COAFI” (Secretaria do Meio Ambiente, 2016b). O documento negava todas as proposições do Fórum, sob o argumento de manter “a coerência de seguir o mesmo caminhamento da Linha de Terrenos de Marinha bem como da zona de ZPA1, por envolverem terrenos de patrimônio da União e áreas não edificantes respectivamente” (Ibidem, p. 6). Os membros dos grupos cívicos SOS Cocó, Movimento Pró-Árvore e Direitos Urbanos Fortaleza, unidos com uma representante do Instituto Verdeluz, consideraram inadequadas as respostas do documento às proposições do fórum e os procedimentos realizados pelo governo estadual antes da assinatura do decreto. Assim, se uniram em um movimento chamado Frente Cocó que publicou no dia 30 de maio de 2016 um vídeo-denúncia que contextualizava as atividades desenvolvidas pelo Fórum Cocó e pelo governo estadual. O vídeo rapidamente alcançou alguns milhares de visualizações.

A polêmica gerada pelas manifestações de diversos participantes do fórum fez com que o governo estadual recuasse e adiasse a assinatura do decreto para um outro momento. As demandas e mobilização das populações atingidas (com intermédio do LEHAB e Instituto Verdeluz) fez com que o governo se comprometesse a realizar um estudo antropológico para verificar quem se adequava como comunidade tradicional para permanecer dentro do parque.

Após o recuo e promessa de realização do estudo antropológico (as áreas propostas pelo Fórum continuaram, infelizmente, fora da poligonal de proteção), nenhuma ação para criação efetiva do parque foi tomada por um tempo. O Fórum Cocó realizou uma nova reunião em novembro de 2016 para demandar a criação.

No dia 04 de junho de 2017, o governador Camilo Santana, enfim, assinou o decreto de criação do Parque do Cocó (1 ano e 9 meses após a entrega da proposta do Fórum), atendendo uma demanda de mais de 40 anos da sociedade fortalezense.

OBJETO:

A análise do objeto se adequou, neste caso, a apenas 3 das 38 ideias referentes ao espaço público. Isso se dá por o objeto em causa ser um parque natural, uma área verde, em que muitos dos conceitos não se aplicam por serem direcionados a ruas, praças e largos.

Para o caso do Fórum Cocó, o Parque do Cocó, como parque urbano que abrange a maior parte da cobertura vegetal do município, serviu como uma causa agregadora das pessoas na densidade urbana (Glaeser, 2012), que aproxima, reúne e mostra que os defensores do verde não estão só (Rolnik, 2012), enquanto se manifestam não apenas no parque, mas também pelo parque (Maricato et al., 2013).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da administração pública se relacionou com 09 das 24 ideias levantadas pela teoria, enquanto 35 dos 84 conceitos de participação popular foram aplicados.

Durante todo o processo, o gestor público da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) participou do fórum. No entanto, houve muita cautela em apresentar dados e o desenvolvimento do trabalho governamental, além de preservar a identidade dos proprietários de terrenos. A opção final de não incluir na poligonal do parque as áreas verdes preservadas que fossem propriedade privada (apesar de terem baixo aproveitamento econômico por serem Áreas de Preservação Permanente ou estarem em Zonas de Proteção Ambiental) traz a impressão que o mercado imobiliário (L. Rodrigues, 2017; Santos, 1993) e as elites econômicas (Carvalho & Rodrigues, 2016; L. Rodrigues, 2017) tiveram acesso privilegiado (Taylor, 2007) e puderam influir na decisão governamental, diferentemente da população e dos participantes do Fórum Cocó.

No momento que a proposta oficial foi publicizada, foram utilizados argumentos referentes ao desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987) e à preservação do meio ambiente, mas a “opção” do corpo técnico público em não incluir mais áreas que poderiam ser protegidas, sem justificativa adequada, é um sinal de que esses foram cooptados e/ou corrompidos (L. Rodrigues, 2017) e atuaram pela manutenção do *status quo* (Souza, 2015).

As grandes dificuldades em conseguir efetivar sugestões populares alternativas (Thörn et al., 2011) - salvo o caso da possibilidade de permanência das comunidades tradicionais após estudo antropológico -, traz desconfiança e receio no envolvimento dos processos democráticos (Espinosa & Walker, 2011), mas mesmo assim a população resiste e busca suas utopias (Kelly et al., 2013).

A respeito da participação, a organização do Fórum Cocó decorreu das lutas de grupos que reforçaram o sentido de pertencimento com a cidade (Lefebvre, 2001) e o parque. Seu funcionamento vem de esforços cidadãos - com direitos e deveres estabelecidos (Mota, 2013; Rogers & Gumuchdjian, 2001; Rolnik, 2012; Souza, 2015) – altruístas pelo coletivo (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014), afinal era voluntária e não remunerada.

O Fórum Cocó é um caso peculiar de espaço convidado (Taylor, 2007), um instrumento não organizado nem normatizado (Mota, 2013; Souza, 2015) pelo governo, mas por uma instância pública fiscalizadora do governo, o Ministério Público. Por isso, os termos *top down* e *bottom-up* (Sobral, 2017) não são muito adequados à aplicação. Sua estrutura é a de um conselho participativo autogerido (Assis et al., 2015), instância normalmente percebida como símbolo da democratização da gestão pública e das políticas territoriais (Souza, 2015). Frequentemente, os conselhos são paritários, com metade dos assentos reservados ao governo e metade a instituições

não-governamentais (idem), mas o Fórum Cocó seguia uma estrutura aproximadamente tripartite, com apenas um terço das cadeiras reservadas a órgãos públicos. As reuniões do conselho decorriam, geralmente, entre terça e quinta, sempre no período da tarde. Para funcionários públicos, essa participação podia ser entendida como uma atividade a trabalho, mas para os atores cívicos era necessário um grande esforço para participar e buscar respostas a seus anseios e necessidades (Arnstein, 1969), tendo alguns que negociar ou sacrificar seus trabalhos ou estudos para estarem presentes. O tempo livre e uma maior educação formal (para discussão e proposição do tema) eram fatores importantes para estar presente nesse processo (Mota, 2013; Taylor, 2007). Isso traz o questionamento sobre quem realmente participa, pois os não atores (Mota, 2013) representados pelos calados (a voz à alguém sem assento no conselho só podia ser dada por alguém do conselho), os ausentes (boa parte dos interessados não conseguia participar no horário das reuniões) e os excluídos (o critério para ter assento não pareceu muito claro), incluem muitas pessoas.

O espaço do Fórum Cocó foi um ambiente em que os grupos cívicos (e demais participantes) puderam exercer posturas proativas (Mota, 2013) para um objetivo comum, enquanto novas alianças foram formadas e a aprendizagem coletiva acontecia (Mota, 2013; Polk, 2011; Taylor, 2007). Entretanto, foi percebido que os atores governamentais não estavam em busca do consenso ou do diálogo verdadeiro (Mota, 2013). Foi percebido pelos membros cívicos a resistência dos funcionários públicos em trazer as informações sobre o desenvolvimento de seus trabalhos ou de suas motivações e critérios (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Taylor, 2007). Para isso, o secretário estadual defendeu algumas vezes a qualidade dos especialistas técnicos que formulavam o trabalho “oficial” (L. Rodrigues, 2017), mas se isentou de esclarecer adequadamente a razão de rejeição das propostas do fórum (Miraftab, 2016; Souza, 2015). Quando os grupos cívicos perceberam as muitas resistências colocadas pelo poder público (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013), passaram a temer o uso da instância participativa como ferramenta de instrumentalização e legitimação (Souza, 2015) e, portanto, passaram a desempenhar posturas reativas (Mota, 2013) como maneira de resistir a agendas impostas unilateralmente (idem).

Foi percebido que apesar da presença dos atores governamentais, obstáculos externos foram colocados à uma participação efetiva (Souza, 2015). As elites tradicionais resistiram a partilhar o poder (Arnstein, 1969; Guarnacia, 2015; Kapur, 2018; Mota, 2013; L. Rodrigues, 2017) e preferiram continuar a tutelar a população, enquanto as principais decisões eram tomadas em palcos de difícil acesso (ou mesmo inacessíveis) (Mota, 2013). Os atores cívicos tiveram a impressão reforçada da democracia representativa como uma oligarquia liberal de participação mitigada (Mota, 2013; Souza, 2015), que precisa de doses de democracia direta (Barbacovi, 2016; Maricato et al., 2013; Mota, 2013; Souza, 2015).

São possíveis diferentes níveis de participação (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015). O Fórum Cocó se caracteriza como um processo de consulta, que só pode ser considerado como vantajoso quando há o compromisso real de considerar as ideias levantadas (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015). Neste caso, não houve uma participação autêntica, mas uma pseudoparticipação - ou falsa participação - (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015) que manteve o poder de decisão longe do povo e só permitiu resultados confortáveis ao poder público (idem). Os atores cívicos encerraram o processo com expectativas frustradas quanto às possibilidades participativas (Lydon & Garcia, 2015).

MOVIMENTOS CÍVICOS

A análise dos movimentos cívicos indicou aplicação de 35 das 68 ideias levantadas na componente teórica.

Os movimentos sociais são causas amplas que envolvem vários grupos (Barbacovi, 2016; Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Taylor, 2007). O movimento deste caso luta pela preservação e proteção legal da área conhecida como Parque do Cocó, dentro da macrocausa do movimento ambientalista. Os movimentos dão voz ao povo através da resistência e questionamento às instituições mais desafiadoras (Cisneiros, 2015; Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Santana, 2016). Dentro dessa causa, há vários grupos formados por pessoas com objetivo em comum (Santana, 2016). Os grupos atuantes neste caso foram o SOS Cocó, o Direitos Urbanos Fortaleza, o Movimento Pró-Árvore e o Movimento PróParque. Posteriormente, o Instituto Verdeliz e o LEHAB entraram em defesa das comunidades ameaçadas de remoção.

Esses grupos são formados por idealistas insatisfeitos com o presente que querem realizar o futuro de seus sonhos (BIG, 2011; Maricato et al., 2013; Miraftab, 2016; Piano, 2011; Santana, 2016), unidos por uma visão comum (Gehl, 2013; Maricato et al., 2013; Mota, 2013). Com base no afeto que têm pelo território, levantam-se contra políticas autoritárias e pouco democráticas (Miraftab, 2016; Rogers & Gumuchdjan, 2001; Sandel, 2014), o que fortalece seu pertencimento com os lugares (Santana, 2016). Para alguns grupos, a luta era por um ambiente ecologicamente equilibrado, para outros a efetivação do direito à cidade e para outros a garantia da moradia de populações vulneráveis.

Os grupos desse caso apresentam grande variedade de composição e modelos organizacionais (Mota, 2013). O Verdeliz e o LEHAB são grupos estruturados – o que permite maior capacidade de influir em escalas maiores (Freeman, 1970) –, enquanto os outros utilizam estruturas informais e flexíveis. Entretanto, não há um modelo ideal para atuação bem sucedida dos grupos (Healey et al., 1999). É mais importante que esses tenham boa capacidade institucional para responder os desafios que se apresentam (idem). Para isso, é preciso bons recursos de conhecimento (que os grupos do caso detêm por ter boa diversidade de profissões e habilidades), relacionais (a maioria dos grupos estão conectados entre si e com outras redes) e uma boa capacidade de mobilização (Healey et al., 1999; Mota, 2013; Polk, 2011). Importante mencionar que os grupos valorizam o contato presencial, mas dispõem de redes virtuais que mobilizam e facilitam a comunicação (Mota, 2013).

Todos os grupos dispõem de líderes, fatores críticos à coesão do grupo, à mobilização e atração de interessados (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Lydon & Garcia, 2015). As lideranças podem exercer vários papéis diferentes e serem fluidas e situacionais, de acordo com o necessário à cada momento (Assis et al., 2015). No caso do Fórum Cocó, as lideranças foram os membros dos grupos que tomaram assento ou ficaram encarregados de acompanhar o desenvolvimento do caso. Essas pessoas atuaram como articuladores no processo, mas sempre em respeito às decisões tomadas coletivamente com seus colegas de grupo (idem). Esse tipo de atitude demonstra responsabilidade e gera confiança na atuação (idem).

Relativamente à comunicação externa, o movimento cívico pela regulamentação do parque era a favor da proposta realizada no Fórum Cocó, que tensionou com o governo (Jiménez-Martínez, 2017) ao tentar substituir o discurso oficial e dominante (idem) por uma disputada alternativa de futuro (Miraftab, 2016). Para contrapor as iniciativas cidadãs, o governo fez uso do argumento econômico, ao dizer (sem grandes explicações) que a proposta do fórum seria muito onerosa aos cofres públicos (L. Rodrigues, 2017).

A atuação dos grupos cívicos no Fórum Cocó foi fundamental, pois veio deles a maior parte da voz ativa na fiscalização e denúncia da conduta do poder público (Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013; Pinheiro, 2018), além de terem se esforçado por uma maior autonomia popular (James et al., 2015; Souza, 2015) ao desmascarar os poderosos e gerar valores sociais e relacionais que fortalecem o espírito coletivo (Guarnacia, 2015; Manzini, 2016)

Há várias características que podem ser determinantes ao sucesso ou ao fracasso dos grupos. Manzini (2016) afirma que é preciso encontrar o equilíbrio entre o tempo e a atenção necessários à atuação. Durante as reuniões do Fórum, havia normalmente um longo período temporal em que os grupos conseguiam desenvolver bem suas necessidades, mas mesmo quando os prazos foram mais curtos - como a urgência na análise do parecer técnico enviado pela SEMA menos de uma semana antes da suposta assinatura do decreto -, os grupos conseguiram um bom desempenho. Podem também ser percebidas nesses grupos todas as dimensões importantes ao sucesso de dinâmicas colaborativas, como mencionadas por Tarrow (como citado por Healey et al., 1999), como a estrutura política oportuna – novo governador disposto a regulamentar o parque/ministério público como aliado; a referência simbólica pela qual as pessoas se mobilizariam – no caso, o Parque do Cocó; a disponibilidade de redes; e as atuações práticas para alcançar a mudança (um bom exemplo é o vídeo-denúncia, em que os grupos cívicos não esperaram uma posição institucional do fórum e reconheceram que deviam agir de imediato). Assis et al. (2015) menciona a importância da coesão entre os atores e o compartilhamento das experiências e cooperação. Essa característica se faz presente nas reuniões e encontros feitos, para além das reuniões do Fórum Cocó, entre os grupos cívicos e representantes de outras entidades que desejavam um parque melhor protegido, como a Universidade Federal do Ceará, o IAB-CE e a Câmara Municipal de Fortaleza. Para os princípios definidos por Freeman (1970), os grupos apresentaram delegação, responsabilização e alocação de tarefas por critérios racionais e objetivos por terem membros representantes no fórum, distribuição de poder entre os grupos que consultavam os pares antes das decisões, que implica na difusão de informação a todos.

Dentre os aspectos que podem ocasionar o fracasso dos grupos (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Souza, 2015), não se percebe nenhum deles na atuação dos grupos deste caso. Por outro lado, a não aceitação da proposta do fórum pode ser considerada uma frustrante derrota do movimento (Luca, 2008; Sandel, 2014), que ocasionou uma mudança de estratégia (Cisneiros, 2015; Miraftab, 2016) para denúncia e confronto.

DESFECHO DO CASO

Após a assinatura do decreto que regulamentou o Parque do Cocó, o Fórum Cocó voltou a se reunir em duas ocasiões. Primeiramente, em 23 de agosto de 2017 para debater sobre a manobra da Câmara dos Vereadores que, por meio de emenda, retirou o status de ARIE das Dunas do Cocó, área de preservação municipal. A reunião encaminhou a produção de dois ofícios para o poder executivo municipal e estadual. A segunda reunião, no dia 05 de setembro de 2017 foi para coleta de assinaturas dos participantes para envio dos ofícios.

No dia 06 de maio de 2018, foi empossado o Conselho Gestor do Parque do Cocó (em que o Movimento Pró-Árvore e o Instituto Verdeliz tomaram assento, sendo que a representante do primeiro era suplente do grupo Direitos Urbanos Fortaleza no fórum, o que demonstra grande conectividade das redes relacionais dos movimentos cívicos), órgão consultivo e paritário que dedicará esforços à manutenção e melhores proposições ao território do parque. Em respeito a autonomia dessa instância, o Fórum Cocó não deve voltar a se reunir.

A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Para essas perguntas, foram entrevistados três participantes do Fórum Cocó, que serão designados como F1, F2 e F3. Algumas respostas fornecidas por O1 (respondente 1 do Ocupe o Cocó) foram deslocadas aqui devido a sua pertinência com este caso.

A respeito da primeira pergunta que questionava sobre a percepção da abertura à participação popular na regulamentação do Parque do Cocó por intermédio do Fórum Cocó, F1 e F3 veem de maneira negativa e muito crítica. F1 afirma que como o fórum foi proposto pelo MPF, não viu nenhuma abertura ao diálogo por parte do Governo do Estado do Ceará. Considera ainda que embora tenha ficado entusiasmado com a proposta, passou a considerá-la ineficaz, incoerente e traiçoeira com ressalvas mesmo à atuação do coordenador do Fórum Cocó. F3 tem pensamento semelhante ao considerar que a participação nesse caso não serviu, pois mesmo após um ano e meio de trabalhos coerentes e tecnicamente embasados, as proposições do Fórum foram deixadas de lado para priorizar a oficial, que, “elaborada a portas fechadas”, deixou de incluir 400 hectares de áreas importantíssimas à manutenção do sistema ambiental. Avalia que “houve um grande desperdício de energia no Fórum Cocó”. F2, por outro lado, considera que a participação foi muito positiva pois foi “um passo inicial para que a população tome consciência do seu valor para a qualidade de vida dos habitantes da cidade”.

A respeito da segunda pergunta que questiona sobre as vitórias e benefícios, diretos e indiretos, alcançados pelos movimentos sociais no caso, F2 considera que os movimentos se fortaleceram “diante de uma vitória que favorece toda a cidade de Fortaleza”. O1 afirma que a regulamentação do parque deve ser entendida como uma conquista de 40 anos de pressão dos movimentos ambientalistas. F3 considera que a maior vitória foi ter garantido, de forma não definitiva, a permanência dos nativos das comunidades da Sabiaguaba e da Casa de Farinha até que seja feito um estudo antropológico para definir quem é comunidade tradicional ou não. Admite também que o movimento ambiental conseguiu alcançar dezenas de milhares de pessoas graças às redes sociais e atos de rua, o que resultou em vários novos grupos relacionados ao Parque do Cocó. F1, por outro lado, acredita que não houve nenhuma vitória, só perdas. Afirma que: perderam força durante o processo por a mídia não dar voz a outros que não o coordenador do Fórum; ficaram tachados como radicais e que, no final, o “bom-senso” venceu; e perderam quase 500 hectares das florestas mais importantes e bem preservadas da área.

Quando perguntados se achavam que o processo poderia ter sido mais participativo, F1 destaca que poderia ter sido mais participativo se houvesse maior apoio político e popular, que só será conseguido a longo prazo com educação. F2 acha que poderia ter sido mais participativo se a abertura tivesse se dado desde o início da intenção de criar o parque e se as decisões tivessem sido melhor consensualizadas. F3 ressalta que participação popular não se dá “apenas pela existência de estruturas dedicadas a isso”, pois tiveram várias oportunidades em audiências e reuniões do Fórum Cocó, mas tudo o que contrariava o mercado imobiliário não prosseguiu e a poligonal apresentada pelos órgãos públicos no início e no fim dos trabalhos era a mesma, independente das propostas dos cidadãos. Para uma maior participação, considera que os argumentos da sociedade civil fossem realmente considerados. O1 segue a mesma linha e critica a falta de aplicação do material produzido pelo Fórum, que foi utilizado mais como ferramenta de autopromoção do gestor estadual do que como embasamento para os estudos.

A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para esse caso, foram buscadas as considerações da SEMA e do MPF-CE, com questionamentos enviados por e-mail no dia 15 de maio de 2018. Até o dia 20 de junho de 2018, apenas o MPF-CE havia respondido os questionamentos, por meio de Alessandro Sales - coordenador do Fórum Cocó. Em relação à SEMA, foi feito contato telefônico no dia 22 de maio para verificar o recebimento das perguntas. Na ocasião, foi dito que as perguntas deveriam ser enviadas a um e-mail diferente do que havia sido indicado. Após reenvio, disseram que iriam ler e

depois responder. Sem resposta, foi feito novo contato no dia 01 de junho, quando se desculparam por estarem ocupados com a preparação da comemoração do dia mundial do meio ambiente (05 de junho) e afirmaram que, após essa data, responderiam (nunca responderam).

A respeito do primeiro questionamento que perguntava o entendimento dado à participação no caso do Fórum Cocó, o MPF afirma que o Fórum Cocó foi “um mecanismo de construção de consensos, uma nova forma de ver os conflitos e de sobre eles construir uma solução compartilhada entre os interessados”, essencial para “a definição democrática da política pública” e com papel fundamental da sociedade civil como catalizadora dos anseios populares.

Sobre o papel atribuído às atuações dos grupos SOS Cocó, Direitos Urbanos Fortaleza e Movimento Pró-Árvore nesse processo, o MPF considera que as perspectivas daqueles foram essenciais para o conflito e a superação desse. Para o MPF, os grupos “cumpriram o papel de reivindicação de seus olhares, de suas ideias e concepções sobre a melhor forma de proteção da área estudada, fizeram contrapontos a visões distintas e contribuíram decisivamente para a construção do consenso final”.

Ao questionamento de se o MPF acha que o processo poderia ter sido mais participativo, foi considerado que “a representatividade foi adequada, mas uma maior participação popular poderia ter ocorrido se tivéssemos realizado audiências públicas mais amplas na cidade”.

DISCUSSÃO

O caso do Fórum Cocó é muito peculiar por se tratar de uma instância participativa não organizada pelo governo, mas na qual esse tomou parte e se fez presente em todas as reuniões. Apesar de ser uma instância consultiva, sem poder para determinar qualquer atitude, o fórum traz mais possibilidades e diálogo do que um momento isolado de consulta (como as audiências públicas). Dessa maneira, poderia ser enquadrado no nível “5 – Aplacamento/Cooptação/Diálogo” que, em um primeiro momento, pareceu ter um grande potencial democrático, que fez com que os participantes adotassem uma postura proativa na elaboração do documento de sugestões ao governo estadual. Entretanto, em um segundo momento, percebeu-se que o trabalho realizado não foi devidamente apreciado, o que gerou uma postura reativa dos grupos cívicos. Foi percebido que os órgãos governamentais acompanhavam, mas não se dispunham ao diálogo verdadeiro, o agir comunicativo. Isso ficou evidente quando esses se abstiveram nas votações e na assinatura dos documentos, como se assumissem não fazer parte daquele momento ou não validassem seus contributos. Na escala de Susskind (figura 5), o processo estaria no nível “3 – decidir unilateralmente, anunciar e clarificar publicamente (devido às apresentações realizadas em diversos locais) e então implementar”

Embora o Parque do Cocó tenha sido regulamentado, a impressão deste autor é que a regulamentação surgiu apesar do Fórum Cocó, não graças a ele. Seus contributos foram desconsiderados sem que houvesse um debate ou justificativa adequada. Para o governo estadual, estar ali e ouvir sem compromisso é uma ampla participação, enquanto que para o Ministério Público Federal, organizador do Fórum, o grupo superou conflitos e encontrou consensos (percepção que este autor não compartilha). Apesar disso, o processo também trouxe vitórias indiretas, principalmente devido à voz ampliada que os atores cívicos obtiveram por estar ali, em um ambiente coberto pela mídia tradicional que despertou ainda mais o interesse popular.

7.2.5 Caso 5 – Avenida Lourenço Peixinho



Figura 51: Avenida Lourenço Peixinho. Foto: Autor, 2016

Este caso é o primeiro desta análise ao qual este autor não participou diretamente. A coleta de dados relativos à Avenida Lourenço Peixinho foi obtida inteiramente pela tese de doutoramento “Planeamento do Território: Metodologias, Actores e Participação” (Mota, 2013). A descrição aprofundada relativa a este caso pode ser lida no tópico A1.5 dos anexos.

A Avenida Lourenço Peixinho é a principal avenida da cidade de Aveiro, em Portugal. Sua construção teve início nas primeiras décadas do século XX de maneira a conectar o centro tradicional da cidade com a nova estação de caminho de ferro. Por décadas, o local foi palco da vida social e de grandes acontecimentos, mas tem perdido relevância desde o final da década de 90 para novas centralidades que surgiram - como os centros comerciais -, além de obras rodoviárias (túnel) que aumentaram o papel de passagem, ao invés de permanência.

A partir de 2008, a Câmara Municipal de Aveiro (CMA) anunciou a intenção de requalificar a avenida (objetivo consensualizado entre os cidadãos aveirenses), não por meio de um plano, mas por um projeto. Foi definido como objeto de intervenção a avenida e suas quadras envolventes.

Em junho de 2009, ocorreu o primeiro momento participativo de destaque que foi a organização do seminário “O Futuro da Avenida Lourenço Peixinho”. O evento contou com apresentações de especialistas e recolheu as visões de futuro dos presentes, que resultou na produção de um documento com 30 princípios para a intervenção na Avenida. Posteriormente ao evento, surgiu o grupo “Amigos d’Avenida” com o intuito de fazer melhor uso dos processos participativos e organizar melhor a população na demanda de seus anseios.

Após um período de hiato, a equipe técnica municipal responsável pela coordenação do projeto é substituída em 2010 por uma equipe liderada por professores da Universidade de Aveiro. A nova equipe logo publica um programa de intenções e preocupações para o projeto da avenida, mas a partir daí começam a surgir as primeiras críticas, voltadas especialmente ao excesso de preocupação em questões físicas (como o desenho de piso) em detrimento das socioeconômicas.

O grupo Amigos d’Avenida produziu – a partir de centenas de contributos cidadãos coletados por meio de sua lista de e-mails – uma proposta de visão, princípios, modelos e proposições para o reforço da identidade e do fortalecimento da população com o lugar. Esse documento foi apresentado publicamente, mas não recebeu grande atenção para além de palavras de aprovação.

Um segundo momento participativo relevante foi a realização, em junho de 2011, do workshop “Utilização do Espaço Público” que confrontou modelos alternativos e recolheu sugestões. Entretanto, não ficou claro posteriormente quais haviam sido os resultados desse momento.

Além desses dois momentos, a equipe técnica prezou por realizar sessões abertas de avaliação pública ao fim de cada etapa, com disponibilização prévia dos documentos para análise dos cidadãos interessados. Também foi criada uma comissão de acompanhamento do projeto, mas muitos cidadãos evitaram integrá-la por medo de serem cooptados ou demasiadamente responsabilizados. Os que nela ingressaram, todavia, demonstraram que essa não foi tão eficiente, o que os levou a repetir seus argumentos em outras ocasiões.

Após mais um longo intervalo no desenvolvimento do processo, surge, em meados de 2012, uma versão preliminar do Projeto Base. A versão final do projeto seria disponibilizada apenas em abril de 2013 em um contexto de desmobilização devido aos hiatos, às contradições entre o caderno de encargos e o resultado final, e às críticas quanto à radicalidade de propostas que seriam muito “penalizadoras” ao automóvel. Tudo isso – somado à falta de recursos financeiros - minou a credibilidade da iniciativa e retirou apoio político para sua execução.

OBJETO:

A análise do objeto se adequou, neste caso, a 14 das 38 ideias referentes ao espaço público.

A avenida Lourenço Peixinho foi palco do registro de boa parte da história de Aveiro no século XX (Rolnik, 2012), onde a sociedade foi projetada (Lefebvre, 2001) e se expressou (Goldberger, 2001). Entretanto, dentre as várias remodelações que a cidade passa (Rolnik, 2012; Thörn et al., 2011), o surgimento de novos centros comerciais e a realização de ações direcionadas ao atendimento de necessidades motorizadas ocasionou a criação de um túnel, uma estrutura para o automóvel (Gehl, 2013), que reduz o espaço para as atividades de interação humana (Guarnacia, 2015), o que leva ao abandono e desuso (Gehl, 2013) pela população, que se volta às novas áreas privadas mais qualificadas.

A iniciativa de requalificar a avenida despertou o interesse de grande parte da população que devido à proximidade física e afetiva (Glaeser, 2012), reconhecia a importância do local. Unidos pelo bem daquele espaço (Rolnik, 2012), os cidadãos reinterpretaram o que desejavam da avenida a partir dos anseios daquele momento temporal (Carvalho & Rodrigues, 2016).

O planejamento participativo para o novo projeto da Avenida Lourenço Peixinho elencou princípios de humanização do espaço – como estabelecido pelo “Novo Urbanismo” (Congress for the New Urbanism, 2001) – para gerar caminhabilidade (Lydon & Garcia, 2015), atrair mais pessoas (Gehl, 2013; Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Santana, 2016) e formar realmente um lugar (Abbud, 2006), onde as funções e rituais da vida cotidiana tomariam forma com mais intensidade (Heemann & Santiago, 2015).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da administração pública se relacionou com apenas 03 das 24 ideias levantadas pela teoria, enquanto 33 dos 84 conceitos de participação popular foram aplicados. O baixo número da análise da administração pública (que se repetirá nos próximos casos) vem em decorrência de boa parte da teoria deste trabalho se desenvolver em cima dos problemas e desafios da governação municipal. Um processo participativo é um bom início de avaliação que reduz a apreciação de características negativas como as que se dão nos processos manipulativos / não-participativos.

Sobre a administração pública, percebe-se que as atuações de gestões anteriores foram muito pautadas ao atendimento de necessidades rodoviaristas (Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Maricato et al., 2013), o que faz parte da regra geral. O desenvolvimento do processo participativo foi bom, mas os longos hiatos desmobilizaram as pessoas, minimizaram o envolvimento e aumentaram a desconfiança nas forças políticas (Espinosa & Walker, 2011). Mesmo assim, muitos habitantes se uniram no processo em busca da utopia (Kelly et al., 2013).

A participação formal neste caso se deu de forma *top-down* (Sobral, 2017), apesar dos processos consultivos em espaços convidados (Taylor, 2007), pois as decisões não eram tomadas em conjunto com a população. Decisões populares seriam uma premissa de autogestão, que normalmente só é encontrada em grupos menores (Assis et al., 2015). Apesar disso, as sessões participativas propiciaram uma imagem positiva dos planejadores atuando como facilitadores do processo (Miraftab, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015) e com especialistas fornecendo subsídios às escolhas e sugestões populares (L. Rodrigues, 2017). Essas características permitiram que os cidadãos exercessem uma postura proativa (Mota, 2013) para construção coletiva.

Apesar do processo participativo ter sido realizado para construir um projeto urbanístico, o método colaborativo utilizado se assemelha muito com o dos planos estratégicos (Mota, 2013), pois partiu da análise situacional para desenvolver uma visão de futuro para o projeto (Albrechts, 2004). Os planos estratégicos (ou o método adotado por eles) devem efetivar a participação (Mota, 2013; Souza, 2015) ao ser abertos, livres, conscientes da desigualdade de poder para prover um diálogo verdadeiro (Albrechts, 2004).

Essa oportunidade de participação para construção coletiva permite uma cidadania ativa, com direitos e deveres comuns (Maricato et al., 2013; Mota, 2013; Rogers & Gumuchdjan, 2001; Souza, 2015), que, por meio do esforço altruísta pelo coletivo (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014) e da busca por melhores respostas aos seus anseios (Arnstein, 1969), reforçam o sentido de pertencimento (Lefebvre, 2001).

Os processos participativos do caso trouxeram muitas oportunidades. Por meio deles, foi possível que os atores formassem alianças e interagissem em uma aprendizagem coletiva (Mota, 2013; Polk, 2011; Taylor, 2007), que possibilitava a superação de conflitos e diferenças por meio do debate e confronto de ideias (Buarque, 2018; Mota, 2013; Souza, 2015). Entretanto, existem vários requisitos para que essa participação seja efetiva (GRAID, 2016; Mota, 2013). Para isso, é importante que haja ampla divulgação dos encontros (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013), que os facilitadores favoreçam a busca do consenso e conciliação por meio do diálogo verdadeiro que informe suficientemente a população para que a tomada de decisões seja amadurecida (Sandel, 2014; Souza, 2015) em processos racionais-comunicativos e não violentos (idem). A partir da informação coletada no estudo do caso e dos requisitos a uma boa participação colocados por Mota (2013) e GRAID (2016), é possível supor que este caso contou com uma liderança inspiradora, mobilizadora e de capacidade técnica assertiva que inspirou confiança (na figura do professor Jorge Carvalho); teve o objeto e suas expectativas definidas com objetivos claros;

identificou os atores e teve cuidado para garantir a mobilização e engajamento desses; criou instâncias públicas de diálogo verdadeiro e resolução de conflitos; disponibilizou recursos para assegurar a transparência do processo. Por último, é importante que sejam manejadas as expectativas e os compromissos dos participantes ao fim do processo (Lydon & Garcia, 2015)

Apesar dos cuidados tomados para com o processo, houveram dificuldades à uma participação mais efetiva (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013). Os longos hiatos temporais entre as reuniões e, por vezes, a falta de prestação de contas ou justificação das escolhas podem ser considerados obstáculos ao objetivo de participar (Souza, 2015). Além disso, as decisões foram tomadas em palcos não neutros e de difícil participação (Mota, 2013), algo típico das democracias representativas que podem ser percebidas como oligarquias liberais avessas à uma participação real (Mota, 2013; Souza, 2015).

Essas características negativas do processo geram uma participação inefetiva e ineficaz devido à desmotivação e desmobilização dos interessados (Espinosa & Walker, 2011; Mota, 2013). É um fator importante que os facilitadores do processo evitem críticas e culpabilização dos cidadãos por não participarem (Taylor, 2007) e reconheçam as razões que causaram isso.

São vários os níveis possíveis de participação (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015). Para este caso, a participação rondou ao nível da consulta, o que é um ganho, pois foi percebido que houve verdadeiro compromisso em considerar as ideias cidadãos (idem). Entretanto, como o poder de decisão continua longe do povo, o processo pode ser considerado como pseudoparticipativo (idem), no qual independentemente do quanto se participe, os resultados só irão até onde o permitido pelo poder público (Arnstein, 1969).

MOVIMENTOS CÍVICOS

A análise dos movimentos cívicos neste caso indicou a aplicação de 30 das 68 ideias levantadas na componente teórica.

O grupo cívico Amigos d’Avenida foi formado por um conjunto de pessoas unidas com um objetivo em comum (Santana, 2016), refletir sobre como agir para melhor qualificar a avenida Lourenço Peixinho. Por ter surgido a partir de uma demanda específica, pontual e com alcance local, esse grupo se caracteriza como de ação ativista (Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Silva, 2009).

O grupo reuniu centenas de pessoas em sua lista de e-mails que foram mobilizadas para exercer seu direito à cidade e melhorar a cidade de Aveiro (Gehl, 2013; Maricato et al., 2013; Mota, 2013). Os componentes do grupo eram arquitetos, planejadores e muitas outras profissões (Lydon & Garcia, 2015; Piano, 2011) de idealistas insatisfeitos ansiosos por realizar o futuro de seus sonhos (BIG, 2011; Maricato et al., 2013; MirafTAB, 2016; Piano, 2011; Santana, 2016) enquanto demonstram e fortalecem seu pertencimento e afeto à cidade (Santana, 2016).

Dentre todas as possibilidades organizacionais de grupos (Mota, 2013), é reconhecido que não há um modelo ideal (Healey et al., 1999). No caso do Amigos d’Avenida, o grupo optou por manter uma estrutura informal, mais flexível (Freeman, 1970). A capacidade institucional do grupo em responder e gerir os desafios apresentados (Healey et al., 1999) se baseia na quantidade de conhecimentos disponíveis na grande diversidade de seus componentes – recursos de conhecimento (Healey et al., 1999; Polk, 2011); nas capacidades comunicacionais internas e externas dos recursos relacionais (Mota, 2013), internamente por meio da lista de e-mails – que facilita a comunicação, coleta de contributos e mobilização (Mota, 2013) quando não são possíveis as reuniões presenciais - e externamente pelo *blog*, além dos documentos produzidos.

O terceiro fator da capacidade institucional é a capacidade de mobilização que está muito relacionada com as lideranças. Por o grupo Amigos d’Avenida não ter uma estrutura formal, as lideranças são entendidas como dinamizadoras e articuladoras do processo (os mais dedicados), podendo ser situacional e fluidas para atender diversas funções (Assis et al., 2015). Os líderes são pessoas fundamentais à coesão, mobilização e atração de interessados (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Lydon & Garcia, 2015). Nesse grupo - e como em outros grupos colaborativos informais - as decisões são tomadas coletivamente e as lideranças gerem e executam o que for decidido, para manter a relação de confiança e responsabilidade com os outros integrantes (idem).

Além da capacidade institucional, vários autores reconhecem características importantes à atuação bem-sucedida dos grupos. Manzini (2016) coloca que os grupos precisam achar o equilíbrio entre o tempo e a atenção dedicados às suas atividades. Por o processo desenvolvido internamente no grupo não ter tido acompanhamento deste autor, nem menção na bibliografia pesquisada, não foi possível avaliar esse ponto. Tarrow (como citado por Healey et al., 1999, p. 131) identifica quatro dimensões para o sucesso das dinâmicas colaborativas que podem ser percebidas no caso da Avenida Lourenço Peixinho. O grupo surgiu numa estrutura política oportuna que propiciou o processo participativo, tinha a avenida como referência simbólica de mobilização, dispunha de redes (no caso, virtuais) que conectava os líderes à suas bases e às administrações públicas, e tiveram uma atuação prática para alcançar a mudança. Healey et al. (1999) traz outros aspectos complementares como o contexto parcialmente consensualizado às mudanças na avenida e o acesso aos agentes de mudança. Assis et al. (2015) menciona a importância da coesão, compartilhamento e cooperação do grupo, o que, aparentemente, foi alcançado na lista de e-mails.

Para esse caso, o grupo tentou colocar sua visão de futuro no processo participativo, que conflituou com visões de outros grupos ou cidadãos, afinal, o futuro é um território em disputa (Miraftab, 2016). Todavia, por vezes o argumento econômico (L. Rodrigues, 2017) aparecia como limitador das imagens de futuro.

Neste caso, o grupo Amigos d’Avenida deu voz ao povo no questionamento (Cisneiros, 2015; Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Santana, 2016) e fiscalização do processo (Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013; Pinheiro, 2018), mas agiu também de forma proativa por meio de uma atuação que reforçou os laços comunitários coletivos (Guarnacia, 2015; Manzini, 2016), na busca do desenvolvimento sustentável (James et al., 2015).

Ao fim do processo, o projeto trouxe muitas demandas do grupo, mas não teve apoio político para ser implantado, o que ocasionou uma derrota indireta ao grupo, com frustração e desmobilização dos envolvidos (Luca, 2008; Sandel, 2014). A tese pesquisada indica que pequenas ações de curto prazo e baixo custo poderiam ter auxiliado na captação de apoio político. Lydon & Garcia (2015) e Mota (2013) afirmam que o urbanismo tático pode complementar processos convencionais de planejamento, o que teria sido útil a este caso.

DESFECHO DO CASO

A proposta final para a Avenida Lourenço Peixinho veio a público em 2013, cinco anos depois do início do processo. Entretanto, essa nunca foi construída porque não houve recursos financeiros nem o apoio político necessário. A gestão de Ribau Esteves (2014-2021) iniciou, em meio ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA), um novo projeto de requalificação da Avenida Lourenço Peixinho em desconsideração ao resultado alcançado anteriormente. Dessa vez, a formulação da proposta também está a ser desenvolvida

lentamente, mas não tem apresentado momentos participativos – só se fazem apresentações informativas de tempos em tempos - como os realizados no caso estudado.

A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Para o caso da Avenida Lourenço Peixinho, só foi obtida resposta de um entrevistado, que será doravante referido como A1. Além das três perguntas costumeiras (percepção da abertura à participação popular no processo; benefícios e vitórias do movimento; como poderia ser mais participativo), foi adicionada uma quarta pergunta a este caso, referente à percepção de mudança da abertura à participação devido à mudança do gestor político.

Para a primeira pergunta, A1 refere como momento participativo no processo (que perdurou por mais que cinco anos), o seminário “O Futuro da Avenida Lourenço Peixinho” que reconhece ter sido bem organizado, com grande número de participantes e com um debate enriquecedor e qualificador. Ressalta, no entanto, que a síntese nos 30 princípios foi falha devido às opiniões antagônicas e divergentes.

Sobre a segunda pergunta, A1 conta que o grupo Amigos d’Avenida não participou do seminário do futuro da avenida por ter surgido em decorrência da dinâmica cívica que esse originou. Posteriormente, o grupo ganhou grande visibilidade por ter sido a voz cívica e crítica mais atuante, com qualidade técnica reconhecida. Apesar de surgido no processo da avenida, atuou com mais impacto na questão do Parque da Sustentabilidade e conseguiu influenciar a solução final desse.

A1 não tece sugestões de como o processo poderia ter sido mais participativo, apenas reconhece que a coordenação da segunda equipe técnica elaborou um projeto de grande qualidade - que foi abandonado - e afirma que o grupo Amigos d’Avenida não teve atuação significativa, sendo absorvido pela dinâmica dos espaços convidados pela autarquia.

A1 reconhece que houve piora em relação à participação com a mudança do gestor político, pois a nova gestão não continuou a lógica que existia de abertura à comunidade da tomada de decisão, apesar das falhas.

A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Após envio de e-mail com as perguntas para a Câmara Municipal de Aveiro (havia sido recomendado o envio das perguntas ao e-mail geral da instituição) no dia 15 de maio de 2018, foi realizado contato telefônico no dia primeiro de junho para verificar a razão do não envio de respostas e questionar se era possível aguardar por algum prazo. A ligação foi repassada do atendimento geral para o setor de obras públicas para, em seguida, ser enviada ao setor jurídico e depois para a doutora Cristina Ferreira, responsável pelo patrimônio público, que verificou que os e-mails haviam sido encaminhados ao presidente da câmara. A servidora avisou que tentaria acelerar o envio das respostas. Todavia, até o dia fim deste trabalho, no começo de julho, este autor não havia recebido nenhuma resposta.

DISCUSSÃO

O caso da Avenida Lourenço Peixinho é o primeiro dentre os analisados em que foi promovido um momento participativo em busca de contributos da comunidade, enquanto nos casos anteriores as instâncias participativas ocorriam para atender protocolos legais e burocráticos ou eram promovidas por entidades não governamentais. A realização de vários momentos de auscultação, seminário, workshop, audiências de validação das etapas, demonstra que esse foi um processo de consulta (nível 4 da escada da figura 4) comprometido com as opiniões populares. Na escala de Susskind, o caso também estaria no nível “4 – requisita contribuições, decide e anuncia publicamente, então implementa”.

A respeito dos movimentos cívicos, o grupo Amigos d’Avenida surgiu em decorrência da dinâmica gerada pelo processo participativo, de maneira quase que oposta aos “Amigos da Praça Portugal” que atuaram de maneira reativa a partir de um processo não-participativo. Isso demonstra que os grupos cívicos surgem não apenas como meios de resistência popular, mas também para aproveitar as oportunidades oferecidas por governos mais permissivos. Entretanto, neste caso, o grupo atuou principalmente dentro da lógica dos espaços convidados da gestão, quase como um articulador da sociedade civil. É possível imaginar que uma atuação mais reivindicativa, organizada em espaços populares e que fizesse uso de ações diretas de urbanismo tático e/ou placemaking poderia ter influenciado o processo diferentemente.

Apesar das qualidades de um processo (e uma equipe técnica) realmente comprometido com a participação, é notável o longo desenvolvimento temporal levado para produção do projeto para a Avenida. Cinco anos (2008 a 2013) é um período deveras alongado, em que as várias interrupções criaram desconfiança e desmobilizaram os cidadãos. A falta de recursos públicos oferecidos durante o processo - e após seu término - passa a impressão de que esse não era uma prioridade do gestor municipal. Tanto que não obteve apoio político suficiente e nunca foi executado. Sobre isso, é de levantar a hipótese que o processo só foi amplamente participado (quando não estava em interrupção) por não haver um compromisso sério das autoridades com sua realização, o que ocasiona a percepção desse como um método de aplacamento, uma “cortina de fumaça” para o falso compromisso com os anseios populares.

7.2.6 Caso 6 – Vivacidade



Figura 52: Manutenção do Largo de São Sebastião. Foto: Equipa Vivacidade, 2016

O caso do projeto Vivacidade foi uma parceria entre a Câmara Municipal de Aveiro (CMA), a ONG 4iS e a empresa cultural Setepés. A coleta de dados foi feita na publicação “Vivacidade: vestir os vazios da cidade; dress-up the city voids” (Actors of Urban Change, 2016), no artigo “Parcerias entre Sociedade Civil e Poder Público na Revitalização de Vazios Urbanos” (Braga & Passos, 2017), pelo *blog* <https://vivacidadeaveiro.wordpress.com/> e por entrevistas realizadas com um participante. A descrição completa do processo está no tópico A1.6 dos anexos.

A parceria entre essas instituições se deu na gestão política anterior à que executou o projeto, por meio da seleção pública ao programa *Actors of Urban Change* da Bosch Foundation. Seleccionada, a equipe de Aveiro recebeu 5.000 € para revitalizar um vazio urbano³⁷. O espaço, onde antes funcionava uma taberna, foi comprado pela CMA e demolido por apresentar risco estrutural. Para a iniciativa, foi planejado um exercício colaborativo com os moradores para a revitalização daquele espaço.

Inicialmente, o processo participativo realizou um levantamento histórico com coleta de memórias e vivências dos moradores (a partir de 22 de março de 2014), além de pesquisa em fontes documentais. Em seguida, em quatro reuniões ocorridas entre abril e junho do mesmo ano os participantes identificaram pontos positivos e negativos, necessidades, expectativas, ideias e desejos para criar uma visão comum, dividir tarefas e desenvolver uma estratégia de ação e mobilização.

A apresentação da proposta de intervenção ao espaço se deu em 12 de julho de 2014, em um piquenique comunitário. Uma das características do projeto era que ele fosse de baixo custo e identificasse elementos da memória coletiva. Após aprovação dos moradores, o processo teve um intervalo de alguns meses para que fosse aprovado na Câmara e contratado um especialista responsável pela construção. Em novembro, duas reuniões de trabalho ajustaram pormenores e definiram grupos de trabalho.

³⁷ No bairro do Liceu, embora outros espaços tenham sido cogitados.

A execução do projeto teve início quase um ano após o arranque do processo participativo. Primeiramente, foi buscado apoio entre empresas e pessoas que aceitassem colaborar na construção. Em seguida, a CMA realizou operações que necessitavam de maquinaria pesada, como a limpeza e terraplanagem do terreno, pavimentação (com pedras vindas de outra obra pública), consolidação da parede e reforço da terra do jardim. A partir daí, a construção colaborativa com os cidadãos tomou parte entre 7 e 21 de março de 2015.

Foi realizada uma parceria com proprietários para que cedessem provisoriamente alguns imóveis que estavam desocupados. Um deles se tornou um depósito às obras, mas o outro se tornou a Oficina Vivacidade, que esteve durante todo o período de portas abertas para servir como ponto de encontro entre os colaboradores, além de receber diversas oficinas (de desenho, pintura, carpintaria, jardinagem, etc.) e eventos culturais noturnos.

Após a conclusão das obras no espaço, foi escolhido um nome para o novo largo. A escolha foi pelo nome “Largo de São Sebastião”. Uma celebração que contou com a presença dos moradores - e até do presidente da câmara - marcou o fim do processo.

OBJETO:

A análise do objeto neste caso se adequou, a 17 das 38 ideias referentes ao espaço público.

O objeto inicial deste caso era um vazio urbano. Primeiramente, um edifício devoluto e depois um espaço livre utilizado apenas como estacionamento e depósito de lixo. O espaço precário, deteriorado e sem vida afastava as pessoas (E. R. Cavalcanti, 2016; Gehl, 2013; Santana, 2016), pois era um não-lugar (Abbud, 2006).

A pesquisa histórica e a coleta de memórias e vivências a respeito do bairro e daquele espaço mostra que a cidade e seus lugares são o registro físico da história (Rolnik, 2012), que demonstra seu percurso e desenvolvimento (L. Rodrigues, 2017). A interpretação do espaço varia a cada momento temporal (Carvalho & Rodrigues, 2016), como quando de lugar de encontro, o território se tornou um vazio urbano. Todavia, cada geração de moradores o percebia de maneira diferente (Luca, 2008) e tinha objetivos diversos ao espaço – que, ao fim, foram conciliados.

A ação coletiva e a participação de vários moradores demonstra que na cidade nunca se está só (Rolnik, 2012) devido à aproximação e densidade que o meio urbano propicia (Glaeser, 2012). Esse é um fator catalisador da força colaborativa (Glaeser, 2012) necessária para que a comunidade possa se expressar fisicamente (Goldberger, 2001) no território urbano.

O processo colaborativo buscou trazer um desenho mais voltado à escala humana (Congress for the New Urbanism, 2001) em um espaço pequeno, adequado às vivências na escala local (Santana, 2016). Interessados em garantir uma boa estrutura física com programação cultural (Gehl, 2013) que melhorasse o espaço e atraísse mais pessoas (Gehl, 2013; Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Santana, 2016) por meio de uma parceria público social (Sobral, 2017) expressa democraticamente em um espaço livre e aberto (Rogers & Gumuchdjan, 2001; Santana, 2016).

O caso, por ter sido organizado por uma instituição transnacional (Bosch Foundation), se tornou internacionalmente reconhecido pelos bons resultados (M. Cavalcanti, 2013) na qualificação do espaço público da cidade de Aveiro.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da administração pública se relacionou com apenas 03 das 24 ideias levantadas pela teoria, enquanto 25 dos 84 conceitos de participação popular foram aplicados.

A ação da administração pública neste caso demonstra que a vontade política é o fator determinante para as mudanças (Santos, 1993) necessárias ao desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987), pois a realização de uma parceria depende totalmente do interesse governamental. Assim, a gestão urbana, em conjunto com os cidadãos buscaram realizar a utopia de um lugar mais humano.

Há diferentes níveis de participação (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015). O caso do Vivacidade traz um exercício participativo *bottom-up* (Sobral, 2017) realizado colaborativamente com a comunidade, aproximando os processos decisórios dessa. Apesar dos momentos participativos serem realizados em espaços convidados pelo poder público (Taylor, 2007), as parcerias geram atitudes proativas dos cidadãos (Mota, 2013) por propiciarem processos transparentes e dialógicos de busca pelo consenso e divisão de responsabilidades entre Estado e Sociedade Civil (Arnstein, 1969; Nelson, 2007; Souza, 2015). Por ter sido tutelado pelo poder público, a autogestão social só é percebida na organização dos grupos (Assis et al., 2015)

Os processos realmente participativos requerem a escolha de métodos adequados (Mota, 2013) e a reflexão do papel do técnico em planejamento (Miraftab, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015) que deve atuar como mediador e facilitador (Carvalho & Rodrigues, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015). Neste caso, os profissionais mediaram ações de ruas, coleta de memórias e reuniões de trabalho, ocorridos em espaços próximos à população interessada (Albrechts, 2004; Lydon & Garcia, 2015) e com assessoramento técnico de especialistas (Albrechts, 2004; Lydon & Garcia, 2015; L. Rodrigues, 2017). Nesses momentos, a equipe técnica deve estar atenta para combater desequilíbrios de recursos e poder a fim de permitir o engajamento (Arnstein, 1969; Taylor, 2007) através do diálogo verdadeiro que informa suficientemente a população (Sandel, 2014; Souza, 2015). Essas características permitiram que os cidadãos participassem e fizessem uso de seu esforço altruísta pelo coletivo (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014), com direitos e deveres claros e estabelecidos (Mota, 2013; Rogers & Gumuchdjan, 2001; Rolnik, 2012; Souza, 2015).

Quando atendidos todos esses requisitos, os processos realmente participativos possibilitam o exercício do direito à cidade (Carvalho & Rodrigues, 2016; Lefebvre, 2001; Maricato et al., 2013) em processos comunicativos e consensuais que permitem a formação de alianças e a aprendizagem coletiva (Mota, 2013; Polk, 2011; Taylor, 2007), obtidas tanto nas reuniões de trabalho como nas oficinas realizadas durante a execução da obra. Além disso, o processo democratizou o planejamento territorial (Carvalho & Rodrigues, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015) e permitiu o reforço e aumento da eficácia e eficiência das instituições (Mota, 2013) aos olhos dos cidadãos participantes, que tiveram seu senso de pertencimento e cuidado com o espaço fortalecidos (Lefebvre, 2001; Santana, 2016), evidenciado na manutenção prolongada que alguns cidadãos desenvolvem ali.

Apesar das vantagens, é possível evidenciar que a interrupção das atividades por alguns meses devido a procedimentos burocráticos causou desmobilização de alguns dos cidadãos participantes (Espinosa & Walker, 2011; Mota, 2013).

MOVIMENTOS CÍVICOS

A análise dos movimentos cívicos neste caso indicou a aplicação de 24 das 68 ideias levantadas na componente teórica.

O caso em questão não se caracteriza como parte de ação de um movimento social, uma ação ampla, mas por uma ação de ativismo que busca melhorias para uma demanda pontual e de alcance local realizada por grupos (Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Silva, 2009) e com o poder público em parceria. Respectivamente, a 4iS e a CMA.

Tanto os atores promotores do processo (do poder público e do grupo cívico) quanto os participantes do processo se uniram pela visão comum mobilizadora (Gehl, 2013; Maricato et al., 2013; Mota, 2013) de mudar o mundo (Lydon & Garcia, 2015; Piano, 2011) – mesmo que a uma escala local – ao qualificar aquele espaço.

Muitos grupos ajudaram durante o processo participativo com pequenas atividades ou na realização de oficinas, e esses possuíam grande diversidade de composição e organização (Mota, 2013), mas o grupo cívico promotor, a 4iS, apesar de contar com uma estrutura formal que poderia garantir capacidade de influência em escalas maiores (Freeman, 1970), não segue um modelo associativo, se restringindo a um coletivo de pessoas. Isso não é necessariamente mal, pois não há modelo ideal de organização dos grupos (Healey et al., 1999). O importante é que esses tenham adequada capacidade institucional para responder aos desafios apresentados (idem). Para isso, é preciso apresentar recursos de conhecimento adequados referentes aos diversos tipos de conhecimentos presentes no grupo (Polk, 2011). A 4iS é um grupo multidisciplinar com grande variedade de habilidades e conhecimento. Outra característica da capacidade institucional são os recursos relacionais, relativos à capacidade de comunicação interna e externa do grupo (Mota, 2013). A 4iS tem grande capacidade de comunicação interna por ser um coletivo de poucos integrantes. Externamente, utiliza de ferramentas eletrônicas e redes sociais virtuais para comunicação, por serem alternativas práticas e econômicas.

A terceira qualidade da capacidade institucional é a capacidade de mobilização, que está muito relacionada com a liderança por ser essa um fator crítico à coesão do grupo, à mobilização e atração de mais pessoas (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Lydon & Garcia, 2015). Ao menos uma pessoa foi identificada como imprescindível ao grupo no formulário sobre movimentos cívicos, mas apesar disso, como a liderança pode necessitar de diferentes habilidades para exercer diversos papéis (Assis et al., 2015), os líderes podem ser situacionais de acordo com demandas específicas (Assis et al., 2015). O exercício da liderança no grupo depende na confiança gerada e na responsabilidade exercida (Assis et al., 2015).

A ação da 4iS nesse caso se caracterizou como uma ação *bottom-up* participativa à escala local (Miraftab, 2016; Mota, 2013). O modelo de reunião, discussão, planejamento, projeto e gestão colaborativos com busca de possíveis aliados e parceiros na comunidade remete ao método do placemaking (Heemann & Santiago, 2015; Tanscheit, 2016), que gerou uma nova normalidade (Manzini, 2016) na relação de cuidado e manutenção que manteve vivo o espaço após sua concretização (Lydon & Garcia, 2015).

A iniciativa da 4iS no processo auxiliou na produção de valores sociais e relacionais, além do fortalecimento do espírito coletivo da comunidade (Guarnacia, 2015; Manzini, 2016) e de seu afeto e senso de pertencimento com o lugar (Santana, 2016). Uma maior autonomia na busca do desenvolvimento sustentável foi alcançada (James et al., 2015; Souza, 2015).

Há características que são importantes ao sucesso dos grupos. Manzini (2016) considera que o equilíbrio entre o tempo e a atenção dada a cada ação é uma delas. A 4iS validou sua

metodologia no exercício, mas criticou os atrasos que não estavam sob seu controle. Para Tarrow (como citado por Healey et al., 1999) e Healey et al. (1999), os fatores que estiveram presente neste caso são: um contexto e estrutura política oportuna, devido ao financiamento da Bosch Foundation e da abertura à parceria dada pela CMA, em um consenso social sobre requalificar o espaço da antiga taberna; a presença de uma referência simbólica – o vazio urbano - para mobilização das pessoas; a disponibilidade de redes que conectem os grupos cívicos, a população geral e a administração pública, que, no caso, funcionaram bem devido à parceria; o rico repertório de atuações práticas para alcançar a mudança e promover a mobilização em situações específicas – perceptível nos vários diferentes exercícios participativos organizados (coleta de memória, ação de rua, workshops, reunião de grupos de trabalho). Assis et al. (2015) menciona a importância da coesão entre os atores e o compartilhamento das experiências e cooperações. Pela pesquisa realizada para este caso, os encontros seguiram métodos dialógicos que cumprem esse requisito.

Dentre as características negativas à uma boa atuação do grupo, é possível identificar neste caso a desmobilização (Assis et al., 2015) e o foco demasiado ao local (Souza, 2015), por ser um processo para um ativismo específico.

DESFECHO DO CASO

O Largo de São Sebastião foi concluído e inaugurado em 2015. O grupo responsável por sua execução fez uma manutenção completa um ano depois, enquanto a CMA faz manutenção básica periódica auxiliada por alguns moradores que cuidam regularmente dos jardins (horizontal e vertical). Atividades de lazer e outras atividades colaborativas ocorrem naquele espaço ocasionalmente.

A Câmara de Aveiro incluiu financiamento – dentro do âmbito do PEDUCA - a projetos semelhantes de qualificação do espaço público promovidos em parceria com grupos cívicos graças ao sucesso reconhecido na iniciativa.

A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Para o caso do “Vivacidade”, foi entrevistada apenas uma pessoa do grupo 4iS que auxiliou na promoção do processo, que será doravante referida como V1.

A respeito da abertura à participação popular pelo poder público, V1 primeiro faz a ressalva de que a candidatura ao programa *Actors of Urban Change* havia sido feita na gestão municipal anterior que era mais permissiva e menos controladora. A mudança do executivo traz, imediatamente, uma suspensão de quatro meses ao Vivacidade para que seja realizada uma auditoria interna.

Na opinião de V1, o executivo municipal – gestor e corpo técnico - desconhece o que é participação e como são e funcionam os processos participativos. À sua interpretação, a participação é por eles entendida somente como a escuta cotidiana dos cidadãos. Por isso, avalia que não há interesse em promover uma participação real, com partilha de informações, promoção de diálogos e debates abertos e transparentes.

A respeito das vitórias e benefícios obtidos pela organização 4iS, V1 afirma que o principal ganho foi a experiência no processo e a validação da metodologia desenvolvida pelo grupo. Além

disso, integrar uma rede europeia de “atores de mudança urbana” abriu novas portas e permitiu a partilha de conhecimento.

Quando questionado se o processo poderia ter sido mais participativo, V1 afirma que sim e destaca que a falta de uma equipe permanente que promovesse o projeto, informasse os moradores e conectasse os cidadãos e organizações para mobilizá-los, dificultou o processo. Na mesma linha, afirma que as prolongadas interrupções – na ordem de meses – ao projeto desmotivaram e desmobilizaram vários participantes que tiveram suas expectativas frustradas. Reativá-los foi difícil e não recuperou todos.

A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Após envio de e-mail com as perguntas para a Câmara Municipal de Aveiro (havia sido recomendado o envio das perguntas ao e-mail geral da instituição) no dia 15 de maio de 2018, foi realizado contato telefônico no dia primeiro de junho para verificar a razão do não envio de respostas e questionar se era possível aguardar dentro de algum prazo. A ligação foi repassada do atendimento geral para o setor de obras públicas para, em seguida, ser enviada ao setor jurídico e depois para a doutora Cristina Ferreira, responsável pelo patrimônio público, que verificou que os e-mails haviam sido encaminhados ao presidente da câmara. A servidora avisou que tentaria acelerar o envio das respostas. Todavia, até o dia 07 de julho este autor não havia recebido nenhuma resposta.

DISCUSSÃO

O caso do Vivacidade é o primeiro caso analisado em que a participação popular se encontra nos níveis da “participação real”. A promoção do processo participativo se deu por meio de uma parceria (nível 6 na escada da figura 4), onde o grupo cívico 4iS e o poder público da Câmara Municipal de Aveiro (dentre outros atores menores relevantes a esta análise) assumiram compromissos e dividiram responsabilidades. Na escala de Susskind (figura 5), o nível de participação seria “5 – delega autoridade para decidir e implementar dentro de certos parâmetros”.

O grupo cívico 4iS foi parte fundamental no processo por ter partido deles a iniciativa de realizar a inscrição na seleção do “*Actors of Urban Change*” da *Bosch Foundation*. Entretanto, a partir da entrevista realizada com um componente do grupo e da verificação do percurso temporal adotado desde o início até o término do trabalho, é possível perceber que a parceria ainda reservava um poder muito maior à autoridade estatal que, a meio de seus procedimentos legais e burocráticos, causou várias interrupções num processo que poderia ter sido mais fluido. Isso foi um fator negativo que gerou a desmobilização da população interessada. A mudança de um entendimento mais permissivo à participação na gestão política anterior para um mais restritivo na gestão que executou o processo, também ocasionou conflitos.

7.2.7 Caso 7 – Praça de Bolso do Ciclista



Figura 53: Praça de Bolso do Ciclista. Foto: Bruno Kendi / Gazeta do Povo, 2016

Para o caso da Praça de Bolso do Ciclista, a pesquisa se deu na dissertação de mestrado “Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação” (Santana, 2016). Sua descrição pormenorizada pode ser lida no tópico A1.7 dos anexos.

A Praça de Bolso do Ciclista surgiu a partir de diálogos entre a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) e a Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu (Cicloiguaçu). Com momentos de diálogo iniciados em 2011, a associação e a administração pública haviam consensualizado a criação de uma Praça do Ciclista. O terreno a receber a intervenção seria um vazio urbano público que havia sido doado anos antes para uma obra que nunca aconteceu, e por suas reduzidas dimensões (apenas 127m², por isso é chamada “de bolso”, *pocket*) não era interessante a outras demandas públicas ou privadas. O planejamento traçado inicialmente previa que o logradouro estivesse concluído para a ocasião da 3ª edição do Fórum Mundial da Bicicleta, que ocorreu em Curitiba entre os dias 13 e 16 de fevereiro de 2014. Todavia, as obras sequer foram iniciadas até a abertura do evento.

Durante os debates do evento, graças a mobilização de cicloativistas de várias partes do mundo e a energia criada por esses, foi despertada a possibilidade de sugerir ao poder público que os próprios ciclistas interessados construíssem a praça. A ideia foi apoiada por muitos dos presentes e então levada às autoridades que, para surpresa geral, deu seu apoio e concordância para essa experimentação, em que apenas forneceria equipamentos e mão de obra especializada para serviços pesados iniciais, como terraplanagem e compactação do terreno.

O projeto arquitetônico-paisagístico para o espaço já tinha sido desenvolvido em diálogos prévios entre a municipalidade e a associação. No entanto, esse passou por um processo de

revisão para se adequar à nova realidade em que seria construído principalmente com mão de obra voluntária e colaborativa mobilizada pelas entidades da sociedade civil (Cicloguaçu e Bicicletaria Cultural) e do executivo municipal (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba [IPPUC]). As sessões de discussão do projeto ocorreram entre janeiro e maio de 2014 em reuniões abertas, coordenadas por um arquiteto integrante da Cicloguaçu e divulgadas por meio de cartazes na região e de seus canais virtuais (redes sociais, websites, lista de e-mails). Esse método era limitado, mas alcançou uma quantidade razoável de pessoas previamente conectadas nas redes desses atores promotores.

Com o projeto pronto e apoios angariados (uma construtora próxima doou dinheiro para compra de equipamentos e a secretaria de trânsito se comprometeu a impedir a circulação de automóveis na rua para não atrapalhar a construção), as obras no local foram iniciadas em maio de 2014 e se estenderam por 21 finais de semana (apenas nesses dias por permitir a participação de maior número de voluntários colaboradores) até setembro de 2014. O regime construtivo foi de “mutirões”³⁸, planejados e geridos por reuniões prévias e posteriores. A divulgação desse processo se deu da mesma maneira que para a elaboração do projeto, mas contou agora com apoio e divulgação midiática.

Durante o processo construtivo, os colaboradores mais frequentes acabaram por assumir funções de liderança para orientação e coordenação de atividades relacionadas às habilidades que possuíam (era preciso ensinar os procedimentos a cada novo participante que chegava às obras). Em paralelo à construção, houve uma grande dinamização e animação cultural no espaço que atraía mais pessoas e tornou os encontros construtivos como momentos não apenas de trabalho, mas também de festa.

Após cinco meses de trabalho, a praça foi oficialmente inaugurada no dia 22 de setembro de 2014 (Dia Mundial Sem Carro) e contou na ocasião com discurso do prefeito de Curitiba e muitas demonstrações de orgulho pela conexão, afeto e pertencimento criados com o espaço pelos colaboradores.

OBJETO:

A análise do objeto no caso da Praça de Bolso do Ciclista se adequou a 17 das 38 ideias referentes ao espaço público.

O objeto em questão neste caso era um vazio urbano, um estabelecimento comercial desativado há anos, que havia sido doado para a municipalidade realizar uma obra que, entretanto, não foi realizada. O espaço continuava então deteriorado, precário e sem vida (M. Cavalcanti, 2013; Gehl, 2013; Santana, 2016). Era um não-lugar (Abbud, 2006) que afastava as pessoas - utilizadoras em potencial -, apesar de evidenciar parte da história daquele bairro (L. Rodrigues, 2017).

Os atores promotores do processo utilizaram a maior conectividade propiciada pelas redes sociais virtuais para agregar os vários interessados na iniciativa (Goldberger, 2001; Rolnik, 2012; Sobral, 2017). Muitos desses eram ciclistas - pois o uso da bicicleta aproxima as pessoas dos espaços urbanos (Santana, 2016) – que vieram de diversas partes da cidade, já que essa aproxima as pessoas por sua densidade e proximidade (Glaeser, 2012).

O processo colaborativo para projeto (e, posteriormente, construção) da praça foi capaz de unir várias pessoas que tinham percepções únicas da cidade (Luca, 2008), mas que

³⁸ Grupo de pessoas reunidos para uma ação direta, normalmente de construção ou limpeza.

encontraram um consenso para expressar fisicamente seus desejos enquanto comunidade (Goldberger, 2001), em demonstração da força colaborativa existente nos ambientes urbanos (Glaeser, 2012).

O processo, uma parceria público social para gestão compartilhada (Sobral, 2017) de um pequeno espaço adequado à vivência na escala local (Santana, 2016), utilizou princípios de humanização do espaço (Congress for the New Urbanism, 2001), como a busca por uma melhor estrutura física, requalificação dos espaços de transição e programação cultural (Gehl, 2013), que objetivavam criar um espaço melhor e mais atraente às pessoas (Gehl, 2013; Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Santana, 2016).

O terreno da praça, durante e após sua construção, foi um espaço de festa onde as pessoas se encontravam, se divertiam e celebravam entre amigos a autonomia na busca de um melhor espaço público (Gehl, 2013; Heemann & Santiago, 2015; Lefebvre, 2001). Após concluída, serviu também como espaço aberto e livre para expressão democrática (Rogers & Gumuchdjian, 2001; Santana, 2016), seja através das conversas cotidianas ou de protestos e manifestações políticas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da administração pública se relacionou com apenas 04 das 24 ideias levantadas pela teoria, enquanto 28 dos 84 conceitos de participação popular foram aplicados.

A respeito da administração pública, é possível constatar a atitude rodoviária das gestões anteriores, que ocasionaram a reivindicação ativa do movimento cicloativista por melhores espaços e condições. Na gestão pública que abriu diálogo com a Cicloguaçu, a vontade política de permitir e delegar a construção da praça à sociedade civil foi essencial à mudança (Santos, 1993), ao desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987) e à busca da utopia (Kelly et al., 2013).

Dentre os vários níveis possíveis de participação (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015), esse caso se destaca por apresentar um processo de participação real, autêntica, em que houve verdadeira divisão de poder entre os promotores e participantes (idem). Neste caso, foi promovida a delegação de poder pelo Estado ao abdicar de tomar a decisão final no processo, em favor da sociedade civil (Arnstein, 1969; Souza, 2015). Isso permitiu que a comunidade se organizasse por meio de posturas proativas (Mota, 2013) em espaços populares (Taylor, 2007). O processo pode mesmo ser considerado como autogestionário em reduzida escala, pois, apesar de dentro de uma sociedade estatista a autogestão só ser possível em instâncias e grupos menores e locais (Assis et al., 2015), neste caso todos os interessados puderam participar e gerir os resultados no exercício promovido pela Cicloguaçu (Assis et al., 2015; Souza, 2015).

O esforço altruísta (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014) catalisador desse processo surge pela busca do exercício do direito à cidade e da participação na construção coletiva (Carvalho & Rodrigues, 2016; Lefebvre, 2001; Maricato et al., 2013) por cidadãos que buscavam seus direitos e deveres (Mota, 2013; Rogers & Gumuchdjian, 2001; Rolnik, 2012; Souza, 2015) e aproveitaram as oportunidades nas contradições do poder governamental (Souza, 2015; Taylor, 2007) que concordava com a intervenção, mas estava contingenciado por outras prioridades e burocracias.

Os exercícios participativos obtidos desses esforços precisaram passar por reflexões, sobre o papel dos planejadores e promotores (Miraftab, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015) - que deveriam atender as funções de facilitadores/mediadores (Carvalho & Rodrigues, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015) - e dos métodos adequados para o bom desenvolvimento do processo. Para

isso, houve o cuidado de realizar os encontros em localidades próximas ao território de intervenção (supostamente, próximo aos interessados), que contavam também com assessoramento técnico (Albrechts, 2004; Lydon & Garcia, 2015). Além disso, a atuação comunicativa promovida pelo diálogo autêntico e pelas capacidades dialógicas e de escuta (Mota, 2013; Souza, 2015) serviram para informar suficientemente bem os participantes para que tomassem decisões maduras (Sandel, 2014; Souza, 2015). O combate ao desequilíbrio de recursos e poder (Albrechts, 2004; Arnstein, 1969; Taylor, 2007) ficou evidente na preocupação de sempre ensinar as habilidades necessárias à construção para qualquer novo participante que chegasse.

Este caso contou com uma participação efetiva no esforço pela construção da Praça de Bolso do Ciclista, o que reforçou o sentimento de pertencimento e cuidado com a cidade nos participantes (Lefebvre, 2001; Santana, 2016). A democratização do planejamento no processo serviu para reforçar e aumentar a eficácia e eficiência das instituições públicas e cívicas (Carvalho & Rodrigues, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015), enquanto os cidadãos formaram novas relações e aprenderam coletivamente (Mota, 2013; Polk, 2011; Taylor, 2007) por meio do diálogo, consenso e educação. Os cidadãos tiveram autonomia na deliberação em diálogos abertos e verdadeiros que os empoderaram e criaram a responsabilidade coletiva necessária ao bom funcionamento das democracias (Arnstein, 1969; Mirafteb, 2016; Mota, 2013; Sandel, 2014; Souza, 2015). Apesar de todos os benefícios, há alguns fatores que podem se apresentar como riscos, como foi o caso da excessiva responsabilização aos cidadãos, que funcionou bem neste caso para as etapas de projeto e construção, mas não tanto para a gestão posterior, quando houve desestímulo e desmobilização.

MOVIMENTOS CÍVICOS

A análise dos movimentos cívicos neste caso indicou a aplicação de 31 das 68 ideias levantadas na componente teórica.

Este caso, embora conectado com o movimento cicloativista, pouco se relaciona com suas demandas diretas. Aqui, o grupo de cicloativistas da Cicloguaçu, unidos com o objetivo comum (Santana, 2016) de criar um espaço dedicado aos ciclistas na cidade de Curitiba, uma causa específica, pontual e com alcance local, típica das ações ativistas (Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Silva, 2009) que unem pessoas de competências distintas (Lydon & Garcia, 2015; Piano, 2011) insatisfeitas com o presente (BIG, 2011; Maricato et al., 2013; Mirafteb, 2016; Piano, 2011; Santana, 2016) e que querem exercer seu direito à cidade e realizar sua visão comum de um futuro melhor (Gehl, 2013; Maricato et al., 2013; Mota, 2013).

O processo foi organizado pela Cicloguaçu, e sua estrutura organizacional formal foi um fator auxiliador à realização deste exercício participativo, mas muito mais pessoas além dos integrantes desse coletivo participaram. Muitos grupos com estruturas diversas (Mota, 2013) foram agregados e isso reforça que não há modelo ideal para a organização desses (Healey et al., 1999).

A capacidade institucional para gerir aos desafios (Healey et al., 1999) advindos da construção da praça depende de vários fatores. Os recursos de conhecimento (Healey et al., 1999; Polk, 2011) relativos a este caso foram percebidos na grande diversidade de habilidades, experiências e profissões dos participantes do processo, que contou com a multidisciplinaridade dos membros da Cicloguaçu, mas também com a inclusão de muitos outros colaboradores ao processo. Os recursos relacionais referentes às capacidades de comunicação interna e externa (Healey et al., 1999; Mota, 2013) foram, internamente, relacionados a reuniões presenciais e também ao uso das redes sociais virtuais (Mota, 2013), enquanto que externamente foi feito uso

de cartazes físicos e publicações nas redes sociais para mobilizar possíveis interessados. Além disso, houve ajuda da mídia tradicional que veiculou reportagens sobre a construção e da mídia alternativa que promoveu e deu visibilidade ao movimento, principalmente posteriormente ao produzir um documentário³⁹ sobre sua construção (Jiménez-Martínez, 2017)

O último fator referente à capacidade institucional é a capacidade de mobilização, que está muito relacionado com as lideranças, os “agentes de mudança” (Healey et al., 1999). Neste caso, os líderes que coordenaram o processo propiciaram a coesão dos participantes e buscaram a mobilização e atração desses (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Lydon & Garcia, 2015). O respeito às decisões tomadas coletivamente (Assis et al., 2015) e consensualizadas durante a fase de projeto trouxeram confiança e motivação ao engajamento contínuo dos participantes (idem). Durante a execução da obra, várias lideranças surgiram para exercer (e ensinar) diferentes papéis, de acordo com suas habilidades (idem), o que reforça a possibilidade do papel de líder ser fluido e situacional, podendo até ser exercido por várias pessoas ao mesmo tempo (idem).

A estratégia deste caso foi a de uma ação participativa *bottom-up*, tomada em proximidade com a população à escala local (Miraftab, 2016; Mota, 2013). O método pode ser considerado como de *placemaking* por ter ponderado o planejamento, desenho, gestão e programação colaborativos do espaço (Heemann & Santiago, 2015; Tanscheit, 2016). A diversa programação cultural - que animou os finais de semana durante e após a construção da praça - serviu para ativar e auxiliar a manutenção daquele espaço (Lydon & Garcia, 2015).

Como resultado, a atuação propositiva de construção da praça pela CicloIguaçu funcionou como uma denúncia da inoperância do poder público (Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013; Pinheiro, 2018) que permitiu o exercício participativo e deu voz (Cisneiros, 2015; Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015; Santana, 2016) e autonomia a seus participantes (James et al., 2015; Souza, 2015). Ao fim, valores sociais e relacionais foram gerados (Guarnacia, 2015; Manzini, 2016) e o senso de pertencimento e afeto da coletividade com a cidade saíram fortalecidos (Santana, 2016)

O movimento pela construção da Praça de Bolso do Ciclista aparentemente encontrou o equilíbrio entre o tempo e a atenção necessárias à realização das atividades (Manzini, 2016). Além disso, atendeu as seguintes características mencionadas por Tarrow (como citado por Healey et al., 1999) e Healey et al. (1999): decorreu em uma estrutura e contexto político oportunos, com uma gestão pública permissiva e com um encontro de cicloativistas que motivou o início do processo; teve a construção da praça e o uso da bicicleta como referência simbólica de mobilização popular; identificou os espaços onde se concentrava o poder (no caso, a prefeitura de Curitiba e o IPPUC) e dedicou esforços a mudar esse cenário; teve acesso a redes que conectavam os líderes (coordenadores do processo e pessoas com funções fundamentais) com a administração pública e com a população interessada que poderia ser mobilizada; e demonstrou grande repertório de práticas sugeridas pelos colaboradores para alcançar a mudança desejada. Houve também boa coesão entre os atores e compartilhamento das experiências e cooperação que auxiliaram a realização das atividades (Assis et al., 2015). De acordo com os princípios estabelecidos por Freeman (1970) para estruturação democrática, a pesquisa indica que o processo de projeto e execução contou com: delegação de autoridades específicas a indivíduos específicos para tarefas específicas; responsabilização desses; distribuição de autoridade entre o maior número possível de pessoas; alocação de tarefas mediante critérios racionais e objetivos; difusão frequente de informação a todos com transparência; acesso igualitário aos recursos necessários ao trabalho, com ensino e transmissão de conhecimento.

³⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=UGPe4nsoypE&t=638s>

Dos aspectos reconhecidos na componente teórica que dificultam a boa atuação dos grupos, o único que talvez possa ser aplicado no caso é a sedução pelo local, pelo curto e médio prazos, deixando ausente a preocupação com o longo prazo (Souza, 2015).

DESFECHO DO CASO

Após a conclusão das obras e inauguração, a praça continuou a ser utilizada e mantida pelo público ciclista e colaboradores por algum tempo, mas após certo período a presença e o cuidado desses se escassearam. Um novo público, de jovens e adolescentes passou a ocupar a praça, principalmente durante a noite, o que causou distúrbios e conflitos com os moradores da vizinhança. A limpeza e manutenção do local era feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba, mas Santana (2016) informa que não era muito eficiente.

A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Para os questionamentos, foram buscados dois membros da Cicloiguaçu, mas apenas um deu retorno às perguntas enviadas. Esse respondente será referido como PBC1

A respeito da abertura à participação popular dada pelo poder público no caso da Praça de Bolso do Ciclista, PBC1 afirma que foi algo realmente novo. “Não era apenas uma participação na tomada de decisão, mas na própria implementação”. Quando os ativistas se ofereceram para assumir o trabalho, era claro que haveria a vantagem de poupar recursos à administração pública, mas “acho que não tira o mérito do governo em permitir essa liberdade de ação”.

Sobre os benefícios e vitórias, diretas e indiretas, alcançados pela Cicloiguaçu, PBC1 destaca como maior benefício a grande mobilização das pessoas a fazer algo para sua própria cidade, não apenas na construção, mas também na dinamização do espaço. Também menciona o fato de dar vida nova àquela rua.

Quando questionado se o processo poderia ter sido mais participativo, PBC1 afirma que como era um processo experimental, com mais organização poderia ter sido mais eficiente e inclusivo, tanto no que se refere à responsabilidade do governo como dos cidadãos que coordenaram o processo.

Para esse caso, houve uma quarta pergunta referente à percepção de melhora ou piora na abertura à participação popular devido à mudança do gestor municipal. Para PBC1, o caso da Praça de Bolso do Ciclista foi algo excepcional que não foi normalizado. Os estágios de participação “de aparência” (com menção de PBC 1 à escala de participação de Arnstein, 1969) em audiências públicas e processos não verdadeiramente participativos, seguem ainda como “o *modus operandi* padrão”.

A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Enviadas as perguntas ao IPPUC no dia 15 de maio de 2018, o Instituto respondeu habilmente em apenas três dias, em um texto corrido enviado pela coordenadora Rosane Popp, mas elaborado pela Assessoria de Projetos.

Primeiramente, o texto fala sobre a missão e atividades do IPPUC como a coordenação dos processos de planejamento e monitoramento urbanos, em busca do desenvolvimento

sustentável, por meio de planos e projetos urbanísticos alinhados com as normas legais. Também indicam a atividade de regeneração urbana de áreas degradadas. Dito isso, afirmam que a participação popular esteve presente desde o início quando o órgão ouvia as reclamações dos moradores e de comerciantes sobre a degradação. Por isso, durante a elaboração do projeto de revitalização foram realizadas audiências públicas para apresentar as propostas e obter aprovação da comunidade local.

Para a implantação da Praça de Bolso do Ciclista, o IPPUC considera fundamental a parceria entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e o trabalho voluntário dos ciclistas e população em geral, intermediados pelas associações Cicloguaçu e Bicletaria Cultural. Reforça que “a participação popular está cada vez mais presente na tomada de decisão das instituições públicas” e afirma que, por meio dessa participação e de iniciativas como a da PBC, o cidadão consegue atuar junto ao poder público e melhorar a qualidade de vida da cidade e sua população.

A respeito do papel dos movimentos cívicos, apesar da importância mencionada anteriormente, afirma que houve também momentos não exitosos, pois desde o início estaria definido que caberia às associações o papel de implantar e manter a praça. A implantação foi feita com sucesso (como visto neste caso), mas os idealizadores da praça abandonaram o local com o passar do tempo sem assumir a responsabilidade, que retornou à prefeitura.

Sobre o questionamento da possibilidade do processo ser mais participativo, o IPPUC afirma entender que o processo teve participação ampla, mas que sua continuidade poderia ser revista e aperfeiçoada. Colocam que acreditam “que poderia ser criado algum tipo de instrumento que pudesse garantir que o compromisso firmado seja assumido na sua totalidade”.

DISCUSSÃO

O caso da Praça de Bolso do Ciclista alcança o nível máximo de “participação real” possível em uma sociedade estatal, a delegação de poder (nível 7 na escada de participação popular, figura 4). Nesse caso, a autoridade governamental abdica de coordenar o processo e tomar as decisões, em favor da sociedade civil organizada que passa a administrar o exercício participativo. Como esse processo vai ser tomado é uma análise a parte, já que, mesmo em casos assim, a participação promovida à população pelo grupo delegado pode ser de maior ou menor escala. Entretanto, o processo foi suficientemente participado em busca da autogestão dos interessados no assunto, apesar de haver espaços para melhorias como dito por PBC 1. Na escala de Susskind (figura 5), o caso está no nível “6 – delega completa autoridade para decidir e implementar”.

A administração pública, apesar de delegar a autoridade aos grupos Cicloguaçu e Bicletaria Cultural, não se isentou do processo e prestou o apoio necessário à execução do projeto. Essa é uma situação não corriqueira e foi realizada de modo experimental. Por isso, PBC1 afirma que o processo não foi tornado padrão.

Com a praça inaugurada após um processo colaborativo bem sucedido, houve problemas quanto à sua manutenção, que deveria ficar a cargo das associações civis. A Cicloguaçu, apesar de ser uma organização estruturada e que há anos dialogava com o poder público, demonstrou desmobilização para cumprir com a manutenção do espaço. Apesar o grupo ter concordado com isso, é preciso refletir se a demanda não era excessiva à capacidade institucional daquele grupo. A ausência dos atores promotores na manutenção da vida cotidiana também sinalizou que os moradores do entorno não desenvolveram suficientemente o pertencimento com o local.

7.2.8 Caso 8 – Praça da Alvorada



Figura 54: Ação de placemaking na Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-Braço, 2016

O caso da Praça da Alvorada foi uma intervenção de placemaking ocorrida em Fortaleza (Brasil), na qual este autor foi um dos organizadores, na qualidade de integrante do Coletivo A-braço. Além da vivência pessoal, a pesquisa buscou material divulgado nas redes sociais do grupo e nos artigos “Placemaking: teoria e prática na Praça da Alvorada em Fortaleza-CE. Uma experiência de transformação socioespacial” (Vasconcelos, Braga, Queiroz, Oliveira, & Morano, 2016) e “Recriação colaborativa do espaço público sem participação estatal: o caso da Praça Alvorada em Fortaleza-CE, Brasil” (Vasconcelos, Braga, Queiroz, Oliveira, & Morano, 2017). Sua descrição pormenorizada pode ser lida no tópico A1.8 dos anexos.

A ação na Praça da Alvorada foi organizada pelo Coletivo A-braço por meio da “Oficina de Placemaking” como atividade integrante do III Seminário de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). O método foi adaptado do “*placegame*” que os integrantes do grupo tiveram contato em workshop realizado no I Congresso Internacional de Espaços Públicos da PUC-RS, em 2015, em Porto Alegre (Brasil). Para isso, os organizadores selecionaram uma praça que tivesse dimensões medianas e produziram um caderno explicativo que servisse como guia de avaliação dos espaços.

Como a atividade da conferência seria voltada aos estudantes do curso de Arquitetura & Urbanismo, os membros do A-braço acharam importante estabelecer contato prévio com a comunidade residente na vizinhança da Praça da Alvorada, local escolhido por ter dimensões adequadas, uma estrutura física mediana que poderia receber melhorias e por ter demonstrações de afeto e cuidado por parte dos cidadãos (com lixeiras improvisadas). Assim, a oficina aconteceria entre os dias 09 e 12 de março de 2016, mas dois meses antes o contato havia sido iniciado com a população local por intermédio do líder comunitário Wander Alencar. Nesse período, foram realizadas conversas com os moradores no próprio logradouro, o anúncio da

intenção de realizar a atividade numa rádio local, e uma apresentação na própria praça (com telão e cadeiras de plástico), no dia 03 de março de 2016, sobre os conceitos teóricos que guiariam a intervenção a acontecer na semana seguinte, além de visitas e apresentações lúdicas sobre mobilidade urbana e espaço público nas escolas para convidar os estudantes a participarem e auxiliarem no processo.

A Oficina de Placemaking da UNIFOR teve duração de quatro dias. Primeiramente, na tarde do dia 09 de março foram realizadas (na universidade) várias palestras e posterior debate que tinham como objetivo trazer pessoas e grupos cívicos que incentivassem os alunos a refletir e querer atuar sobre o espaço público. O evento foi de acesso livre, não apenas aos que estavam inscritos nos quatro dias da oficina.

Na tarde de 10 de março, houve um processo de apresentação dos participantes (que aumentaram após as palestras do dia anterior) e dos organizadores sobre suas expectativas para o processo e explicações e orientação quanto ao material e cronograma a ser seguido. Após esse momento introdutório, os estudantes foram divididos em equipes que estariam responsáveis por diferentes setores da praça. Posteriormente, todos se dirigiram à Praça da Alvorada para sentir o espaço e dialogar com os utilizadores sobre suas apreciações e anseios para aquele local. Enquanto os estudantes ouviam e dialogavam, as ideias de intervenções eram elaboradas ali mesmo, em cartolinas no chão da praça, sob os olhos dos moradores. Durante a noite, retornaram à universidade para apresentar, uns aos outros, o que havia sido formulado e aconteceu um momento de reflexões e sugestões colaborativas entre todos.

O dia seguinte, 11 de março de 2016 – uma sexta-feira -, foi o dia de execução e para pôr em prática o que os estudantes haviam pensado colaborativamente com a comunidade. A UNIFOR ofereceu materiais e o transporte desses e dos estudantes até a praça. Quando lá chegaram, alguns moradores já estavam a realizar manutenção nos brinquedos, no espaço e a poda das árvores. Assim, até às 19h desse dia, foi construído novos mobiliários e brinquedos, recuperado o parque infantil, plantadas novas árvores, criado um ninho do livro e identificado o ponto de parada dos ônibus. Durante todo o dia, os alunos colaboraram com crianças, jovens e adultos da comunidade. Todos com voluntarismo e conhecimentos técnicos úteis aos trabalhos – marcenaria, ferraria, pintura. À noite, a praça apresentava uma cara nova e foi utilizada pelas crianças até perto das 23h (horário não usual, segundo relataram).

Para encerrar o processo, foi realizada uma pequena celebração na praça durante a manhã do dia 12 de março de 2016 (sábado). O evento teve venda de comidas, apresentação musical e uma roda de conversa entre moradores, estudantes e equipe organizadora para relatar sobre suas impressões e expectativas (atendidas ou não) com o processo.

OBJETO:

A análise do objeto da Praça da Alvorada se adequou a 15 das 38 ideias referentes ao espaço público.

Primeiramente, a Praça da Alvorada está localizada no Bairro da Sapiranga, um bairro em que a população residente tem socioeconômica baixa, médio-baixa. Há, portanto, uma discriminação por parte do poder público que prefere investir em áreas já estruturadas em vez de qualificar as que têm necessidade (Carvalho & Rodrigues, 2016; Fórum Social Mundial Policêntrico, 2006). A segregação espacial é reflexo dessa opção política que brutaliza e dificulta laços sociais e a força coletiva (Lefebvre, 2001; Luca, 2008; Rogers & Gumuchdian, 2001), além de propiciar violência e criminalidade que afasta as pessoas do espaço público (Azevedo, 2018).

Lefebvre (2001) afirma que a cidade é a projeção da sociedade sobre um local e Goldberger (2001) diz que a cidade é a expressão física da comunidade. Assim, a Praça da Alvorada que têm carências devido à falta de investimentos e a violência que assola comunidades carentes, retrata bem uma sociedade desigual como a brasileira (e, especialmente, a fortalezense). A escolha do Coletivo A-braço em transformar aquele local em um lugar onde as funções e rituais da vida cotidiana devem tomar parte (Heemann & Santiago, 2015; Lydon & Garcia, 2015) vem dentro de um objetivo maior de qualificar os espaços abertos e livres como palcos da vivência democrática (Rogers & Gumuchdjan, 2001; Santana, 2016).

O espaço urbano aproxima as pessoas graças à sua densificação (Glaeser, 2012) e demonstra que as pessoas não estão sozinhas (Rolnik, 2012) quando desejam fazer uso de sua força colaborativa (Glaeser, 2012), reforçada pela conectividade promovida pelas redes sociais virtuais (Goldberger, 2001; Sobral, 2017). Neste caso, isso foi bastante aparente na integração dos moradores do bairro com os estudantes participantes e ativistas externos que vieram ajudar.

A intervenção na Praça da Alvorada pode ser enquadrada como uma parceria público-social (Sobral, 2017) por ter sido uma intervenção da sociedade civil num espaço público com permissão dada pela administração pública. O Coletivo A-braço, enquanto ator promotor, buscou incutir nos participantes a busca de um desenho urbano humanizado (Congress for the New Urbanism, 2001), em que a estrutura física do logradouro pudesse ser melhorada para atrair a utilização de mais pessoas (Gehl, 2013; Instituto de Energia e Meio Ambiente et al., 2010; Santana, 2016).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A análise da administração pública se relacionou com apenas 03 das 24 ideias levantadas pela teoria, enquanto 25 dos 84 conceitos de participação foram aplicados.

A administração pública não teve relação direta neste caso, mas é possível identificar que a segregação espacial e a não-identificação entre regiões decorre de opções políticas tomadas ao longo do tempo (Pinheiro, 2018; Santos, 1993). A própria sociedade civil tomou as rédeas neste caso e buscou o desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987) por meio da qualificação socioambiental do logradouro e a busca de um espaço utópico, dos sonhos (Kelly et al., 2013).

Embora diferentes níveis de participação – da não participação até a participação autêntica – sejam possíveis (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015), o caso da Praça da Alvorada se enquadra, de certa forma, no nível de delegação de poder, por o estado ter permitido a ação, após ser informado da intenção de intervir (Arnstein, 1969; Souza, 2015). Entretanto, o Estado esteve, na verdade, ausente de todo o processo para além da permissão, o que demonstraria alguma capacidade de autogestão do grupo cívico e da comunidade neste caso (Assis et al., 2015). Dessa maneira, foram promovidos espaços populares abertos à participação (Taylor, 2007) e posturas proativas foram geradas (Mota, 2013).

As pessoas participaram neste caso graças à consciência cidadã de esforço altruísta pelo coletivo (L. Rodrigues, 2017; Sandel, 2014) e pelo desejo de exercer seu direito à cidade, à participação na construção coletiva da cidade (Carvalho & Rodrigues, 2016; Lefebvre, 2001; Maricato et al., 2013), com direitos e deveres na comunidade (Mota, 2013; Rogers & Gumuchdjan, 2001; Rolnik, 2012; Souza, 2015).

O Coletivo A-Braço assumiu o papel de promotor do processo participativo ao aproveitar uma oportunidade gerada pela contradição do poder governamental (Souza, 2015; Taylor, 2007) em ser o promotor exclusivo de intervenção no espaço público, mas não se atentar aos bairros

periféricos da cidade. Como o grupo tinha o objetivo de aplicar a metodologia do placemaking, foi feita uma reflexão – repassada também aos estudantes de arquitetura e urbanismo - sobre os métodos adequados (Mota, 2013) e o papel dos arquitetos-urbanistas em exercícios de planejamento colaborativo (Miraftab, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015). Foi transmitido e aplicado o conceito do profissional como um facilitador/mediador da participação, que usa suas habilidades técnicas como ferramentas à realização dos anseios populares (Carvalho & Rodrigues, 2016; Mota, 2013; Souza, 2015). A metodologia colaborativa promoveu as capacidades dialógicas dos técnicos e a atuação comunicativa (Mota, 2013; Souza, 2015) atenta ao desequilíbrio de recursos e poder (Albrechts, 2004; Arnstein, 1969; Taylor, 2007), além de prestar o assessoramento técnico diretamente no local da intervenção (Albrechts, 2004; Lydon & Garcia, 2015), o que facilitou a inclusão de mais interessados da localidade.

A metodologia colaborativa deste caso apresentou o diálogo verdadeiro e suficientemente informativo para que a comunidade tomasse suas decisões (Sandel, 2014; Souza, 2015), apesar do envolvimento ter sido limitado. Os cidadãos que participaram (estudantes e moradores) aprenderam coletivamente e puderam formar novas alianças (Mota, 2013; Polk, 2011; Taylor, 2007), enquanto eram empoderados pela responsabilidade coletiva (Arnstein, 1969; Mota, 2013; Sandel, 2014; Souza, 2015) e reforçavam seu senso de pertencimento e cuidado com a cidade (Santana, 2016).

Todo processo participativo apresenta, no entanto, riscos. Neste caso, a desigualdade socioeconômica e a dificuldade de incluir grupos marginalizados e desfavorecidos (Mota, 2013; Souza, 2015) foi impeditiva ao exercício pleno da cidadania democrática (Carvalho & Rodrigues, 2016; Sandel, 2014) por parte dos moradores da região. O fato do grupo ter deixado a manutenção e gestão do espaço inteiramente sob responsabilidade dos moradores também pode ter sido desestimulador a esses (GRAID, 2016; Taylor, 2007).

MOVIMENTOS CÍVICOS

A análise dos movimentos cívicos indicou, neste caso, a aplicação de 33 das 68 ideias levantadas na componente teórica.

Este caso foi organizado pelo Coletivo A-braço, um grupo de pessoas unidas com o objetivo (Santana, 2016) de promover a reflexão e a ação para a qualificação de espaços públicos. A Oficina de Placemaking da Praça da Alvorada foi uma ação ativista, que trouxe melhorias para demandas pontuais a um caso específico, com desmobilização dos participantes após o evento (Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Silva, 2009). O coletivo e os alunos participantes eram arquitetos (ou estudantes de arquitetura) que desejam mudar o mundo (Piano, 2011), mas não só esses participaram com esse objetivo (Lydon & Garcia, 2015). Vários cidadãos mobilizados com o objetivo de requalificar a praça e exercer seu direito à construção coletiva da cidade se uniram na empreitada (Gehl, 2013; Maricato et al., 2013; Mota, 2013).

Os grupos cívicos podem apresentar enorme diversidade de composição e organização (Mota, 2013). O coletivo A-braço, à época da ação, era um grupo sem estrutura formal de poucos integrantes. Freeman considera que grupos menores inestruturados conseguem funcionar bem, mas têm dificuldades a longo prazo e o grupo em questão funcionou muito bem à época da ação na praça como objetivo. Depois, ainda organizou ações menores e passou um tempo inativo por outras atividades de seus membros ou distanciamento dos integrantes. Apesar de dificuldades posteriores, a ação foi um sucesso. Não há modelo ideal de organização dos grupos (Healey et al., 1999)

A respeito da capacidade institucional do grupo para gerir os desafios apresentados neste caso (Healey et al., 1999), o grupo apresentou bons recursos relacionais, advindos de uma bem desenvolvida comunicação interna (entre os poucos membros) e a uma estratégia de comunicação externa (Mota, 2013) preparada com antecedência com auxílio das redes desenvolvidas com a universidade e a liderança comunitária para chegar aos públicos dos estudantes e moradores. A mídia desempenhou um papel relevante de promoção e visibilização da ação (Jiménez-Martínez, 2017). O programa de rádio “A Voz da Sapiroanga” e o jornal “Lagoa News”, partes de veículos de comunicação à escala da vizinhança, além da divulgação interna da UNIFOR a seus estudantes, foi muito importante para o alcance dos participantes. Posteriormente, a revista *Veja* – uma das maiores do Brasil -, seção Ceará, fez uma matéria sobre a ação.

Os recursos de conhecimento do grupo, apesar de apresentar alguma diversidade, eram limitados aos conhecimentos das áreas da arquitetura e urbanismo, dentre outras relacionadas (paisagismo, comunicação visual, história). Para a ação, entretanto, a participação de uma série de pessoas trouxe muitos conhecimentos extras importantes ao desenvolvimento do caso. Moradores com habilidades técnicas e manuais de pintura, marcenaria e ferragem, auxiliaram na construção e reparação de mobiliários, grupos parceiros doaram mudas e ensinaram como realizar o plantio de novas árvores.

O terceiro aspecto da capacidade institucional é a capacidade de mobilização, que em muito se relaciona com as lideranças, por essas serem críticas à coesão dos participantes, à mobilização e à atração de interessados (Assis et al., 2015; Healey et al., 1999; Lydon & Garcia, 2015). Internamente no Coletivo A-braço, todas as decisões são tomadas coletivamente. Não há líderes determinados, apenas responsáveis por tarefas decididas em conjunto (Assis et al., 2015). Por isso a liderança nesse grupo é fluida e situacional (*idem*) e pode exercer vários papéis diferentes (*idem*) a depender da demanda do momento. Entretanto, os cinco integrantes do coletivo durante a Oficina de Placemaking foram lideranças facilitadoras e mediadoras de todos os participantes. Ao respeitar as considerações e decisões do coletivo alargado, o grupo ganhou confiança e responsabilidade para gerir o processo (*idem*).

A Oficina de Placemaking foi uma ação *bottom-up* participativa à escala local com os moradores (Miraftab, 2016; Mota, 2013). Para ela, foi utilizada a metodologia do *placemaking* que construiu colaborativamente o desenho, a gestão e a execução do espaço (Heemann & Santiago, 2015; Tanscheit, 2016). A oficina também pode ser considerada como um exercício de urbanismo tático por ter aplicado uma ação direta de curto prazo e baixo orçamento que demonstrou uma possibilidade alternativa (Lydon & Garcia, 2015), planejada e executada em dois dias, mas preparada e refletida desde dois meses antes (*idem*). Realizada pela própria população aliada aos estudantes de arquitetura e o coletivo A-braço, a ação foi vista como uma oportunidade pela liderança local - que há muito tempo buscava ajuda do poder público em processos longos, burocráticos e ineficazes (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013) –, que obteve mudanças físicas de forma rápida e positiva em colaboração com a comunidade (Lydon & Garcia, 2015; Mota, 2013). Entretanto, o espaço precisava de manutenção e ativação para permanecer vivo (Lydon & Garcia, 2015), sendo que a responsabilidade a isso restou aos moradores e às lideranças comunitárias do local.

A requalificação colaborativa da Praça da Alvorada foi uma ação ativista apreciada pela população (Lydon & Garcia, 2015; Sobral, 2017) por ter buscado a autonomia cidadã (Souza, 2015), o fortalecimento do senso de pertencimento e afeto com o lugar (Santana, 2016), além de ter gerado valores sociais, novas relações e reforço da identidade coletiva (Guarnacia, 2015; Manzini, 2016).

O caso da Oficina de Placemaking na Praça da Alvorada mostrou um adequado planejamento do Coletivo A-Braço que soube equalizar o tempo e atenção para o sucesso da atividade (Manzini, 2016). Dentre as características citadas por Tarrow (como citado por Healey et al., 1999) e Healey et al. (1999) como características importantes ao sucesso de dinâmicas colaborativas, podemos mencionar um contexto oportuno, identificado pelo grupo na escolha de uma praça que apresentasse o afeto e cuidado vindo dos moradores, a presença da requalificação da praça como referência simbólica pelo qual as pessoas puderam ser mobilizadas; a presença de agentes de mudanças que concentraram esforços; redes que conectavam os líderes do exercício participativo com os líderes comunitários e suas bases; e uma atuação prática para mudanças. A importância da coesão e cooperação entre os atores e o compartilhamento das experiências mencionada por Assis et al. (2015) também esteve presente na união dos participantes e no aprendizado mútuo entre eles.

O único aspecto negativo reconhecido na teoria que parece se aplicar a este caso é o da sedução pela conjuntura, pelo local, pelo tático, em detrimento de uma visão geral (Souza, 2015).

DESFECHO DO CASO

Após a conclusão da requalificação, o Coletivo A-Braço deixou a manutenção aos moradores, acreditando que o senso de pertencimento havia sido fortalecido ao ponto de garantir o cuidado deles. Em visitas um mês e três meses depois, foi constatada a depredação de alguns dos bancos criados e a retirada de algumas árvores plantadas (que podem ter morrido). Um ano após a oficina, pouco das benfeitorias se manteve.

A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Para o caso da “Praça da Alvorada”, foram entrevistadas três pessoas do coletivo A-braço que participaram no processo. A seguir, serão identificadas como Ab1, Ab2 e Ab3.

A respeito da primeira pergunta, neste caso específico foi feita uma alteração. Para Ab1, a pergunta enviada foi “Como você percebe a abertura à participação popular pelo poder público no caso da Praça da Alvorada?”, enquanto que para Ab2 e Ab3 a pergunta omitiu as palavras “pelo poder público”. Isso se deu devido ao papel irrelevante desempenhado pelo poder público nesse caso. Assim, obteve-se uma resposta relacionada ao poder público, mas as outras duas foram interpretadas como a abertura à participação proporcionada **pelo coletivo**.

Ab1, que teve a pergunta direcionada à participação pelo poder público respondeu que o poder público não dava atenção àquela área, enquanto que Ab2 (que junto com Ab3 foram questionados sem menção ao poder público) considera que foi ampla e que o envolvimento da população com o espaço foi um critério de escolha do local. Ab3 afirma acreditar “que desde o início procuramos incluir a comunidade em todas as decisões”, ressalta que tiveram o apoio e opiniões dos moradores em todos momentos, desde o contato inicial até a celebração. A mesma pessoa informa que “A participação da comunidade foi fundamental para tomadas de decisão” e que “ouvir e entender as demandas e a dinâmica do lugar, assim como ter a participação ativa da comunidade, enriqueceu, direcionou e humanizou a ação”. Apesar das perguntas diferentes, todas as respostas mencionaram a importância do líder comunitário na ação.

Sobre as vitórias decorrentes dessa ação que o coletivo A-braço alcançou, Ab3 distingue entre os benefícios pessoais, para o coletivo e para a comunidade. Essa classificação vai orientar a

síntese. Como benefícios pessoais, foi um momento de romper preconceitos e reforçar a empatia, a solidariedade, a doação, as trocas de saberes e conhecer verdadeiramente os outros. Para o coletivo, foi a primeira grande ação que teve muitos apoiadores, criou laços e parcerias e garantiu visibilidade ao grupo, fortalecendo-o e aumentando a confiança entre os membros, além do interesse reforçado no estudo do urbanismo colaborativo. Para a comunidade, foi importante transmitir a mensagem de que “é possível agir diante aos problemas ao invés de apenas exigir e reclamar” (Ab1) e ter demonstrado confiança no potencial deles, demonstrando que unidos somos mais fortes. Apesar de algumas desconfianças e resistências iniciais, a nova praça trouxe muitos sentimentos positivos devido à participação conjunta.

Ao questionamento se o processo poderia ter sido mais participativo, as respostas vieram a partir do entendimento em relação ao exercício promovido pelo coletivo. Nesse ponto, há dissenso. Ab1 considera que foi suficientemente participativo, pois desde o início houve a preocupação em comunicar os moradores sobre os passos, ao mesmo tempo em que havia abertura para escutar críticas e ideias deles. Ab3 concorda em parte, pois acha que foi feito o “máximo para incluir a comunidade nas tomadas de decisão”. Reconhece, entretanto, que poderiam ter organizado algo para garantir a manutenção e continuidade da ação a longo prazo. Ab2 reconhece algumas falhas que impediram maior efetividade da participação desde o início, pois acredita que as visitas aos espaços da comunidade poderiam ter sido mais constantes para aprofundar o contato e “enraizar na população a importância e motivação daquela intervenção”.

A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública não foi consultada neste caso, pois desempenhou apenas o irrelevante papel de aceitar o pedido burocrático - oficiado - de intervenção no logradouro.

DISCUSSÃO

O caso da Praça da Alvorada traz um exercício participativo-colaborativo que é difícil de encaixar nas escalas de participação apresentadas nas figuras 4 e 5, porque, devido à ausência da administração pública no processo, pode, até certo ponto, ser considerado como um processo de autogestão (nível 8). Entretanto, houve o pedido ao poder público - por meio de documento oficiado - de realização de um evento no logradouro, que recebeu permissão formal e protocolar por escrito (não houve diálogo além do questionamento via telefone sobre a resposta ao ofício). Devido a isso, pode ser considerado que houve um processo de delegação de poder (nível 7) ao grupo para realizar a atividade no local. Sob outro ponto de vista, o Coletivo A-Braço, como promotor externo do exercício participativo, realizou uma parceria (nível 6) com a comunidade da vizinhança da Praça da Alvorada. A escala de Susskind não se aplica neste caso por ser voltada apenas à interpretação da abertura estatal aos processos participativos.

Com o poder público ausente e os integrantes do coletivo no papel de promotores do exercício participativo, é interessante constatar o entendimento do papel desses como coordenadores e facilitadores do processo, com respeito às decisões tomadas coletivamente. Apesar disso, reconhecem alguns dos membros do grupo que o esforço para incluir e atrair os moradores poderia ter sido feito de forma melhor.

O ponto fraco deste caso foi o desfecho. A ausência do acompanhamento dos resultados pelo coletivo e da preocupação em garantir a manutenção continuada, levou a ação a ser efêmera e de curto prazo, algo característico dos grupos inestruturados e ativistas.

8. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo será feita a análise comparativa dos resultados obtidos na análise individual dos casos (capítulo 7). É objetivado compreender de que forma as percepções explanadas anteriormente dialogam entre si e com a teoria previamente abordada.

Para esta parte do trabalho, a análise será dividida entre os processos – que inclui a análise comparativa entre objetos, administrações públicas, participação e movimentos cívicos –, a perspectiva dos cidadãos e a perspectiva das administrações públicas. Cada um desses tópicos será encerrado com uma discussão dos resultados alcançados pelos casos. Tabelas foram produzidas para sumarizar a quantidade de conceitos teóricos abordados em cada caso (por tópico e no total) e sua similaridade com outros casos, em quantidades absolutas e percentuais.

8.1 OS PROCESSOS

Inicialmente, baseado nos resultados alcançados e discutidos no capítulo anterior, é possível verificar a aplicabilidade dos casos analisados aos níveis reconhecidos da escada de participação mostrada no tópico 4.9 (figura 4).

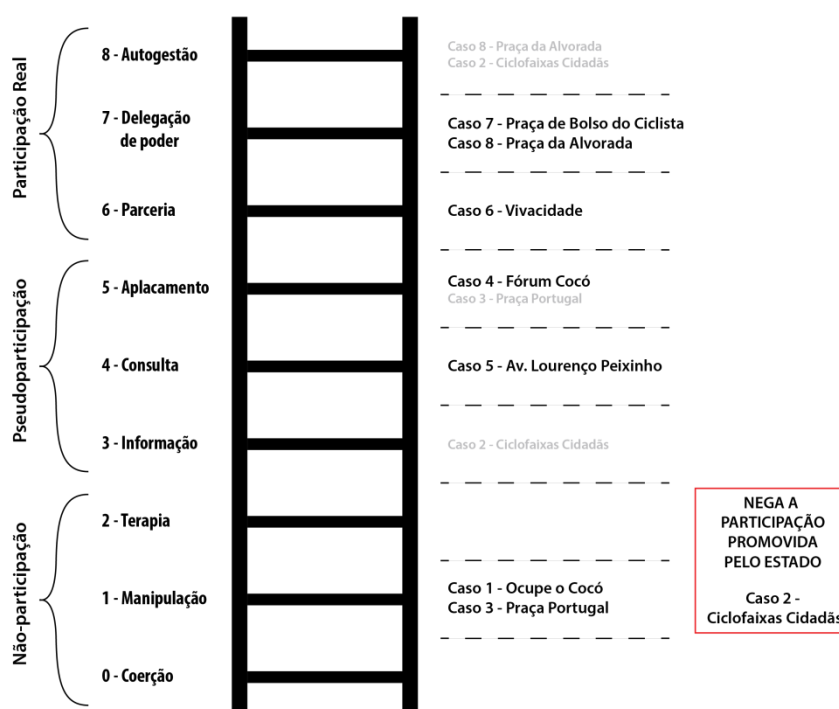


Figura 55: Casos aplicados à escada de participação. Fonte: Autor, 2018

A partir das análises do capítulo 7, o “Caso 1 – Ocupe o Cocó” seria um processo não-participativo de manipulação. O “Caso 2 – Ciclofaixas Cidadãs” não se adequa aos níveis da escada pois nega os processos participativos promovidos pelo Estado, as reuniões informativas da “Gestão Cicloviária”. Entretanto, o grupo é autogerido e intervém no espaço público, o que traz elementos do nível “8 – Autogestão”. O “Caso 3 – Praça Portugal” é, como o caso 1, também um processo não-participativo de manipulação, mas em que é possível reconhecer elementos pseudoparticipativos de aplacamento (nível 5) decorrentes da presença dos conselhos

participativos de patrimônio, existentes previamente ao anúncio do projeto. O “Caso 4 – Fórum Cocó” se adequa como processo pseudoparticipativo de aplacamento (nível 5), por ter sua estrutura originada de um conselho consultivo com voz e voto - com predominância da sociedade civil - promovido por iniciativa do Ministério Público. O “Caso 5 – Avenida Lourenço Peixinho” demonstra um processo de consulta (nível 4) realizado junto à sociedade para elaboração do novo projeto para a avenida. O “Caso 6 – Vivacidade” é o primeiro exemplo realmente participativo por ter sido promovida uma parceria (nível 6) entre a Câmara Municipal de Aveiro e as instituições civis promotoras, como a 4iS. O “Caso 7 – Praça de Bolso do Ciclista” é também um processo de participação verdadeira, mas um pouco mais evoluído que o caso 6, pois o que havia sido iniciado como uma parceria, passou para uma delegação de poder da Prefeitura Municipal de Curitiba a pedido dos ativistas da Cicloguaçu, que acreditaram que a construção da praça seria mais eficiente sob sua responsabilidade. O “Caso 8 – Praça da Alvorada” é um caso de difícil classificação, pois a administração pública desempenhou um papel irrelevante de apenas ser notificada e confirmar – via telefone – que não havia problemas sobre a intenção de intervir no espaço. Devido a essa “autorização”, o caso poderia ser considerado como uma delegação de poder (nível 7), mas a ausência do poder público no processo poderia caracterizar uma autogestão (nível 8) da sociedade civil (moradores da vizinhança, estudantes de arquitetura e promotores do Coletivo A-Braço), ou mesmo uma parceria entre os promotores e os moradores (ambos da sociedade civil).

Baseado no demonstrado na figura 55, podemos reconhecer que constituem processos não-participativos (ou predominantemente não-participativos) os casos “1 – Ocupe o Cocó”, “2 – Ciclofaixas Cidadãs” e “3 – Praça Portugal”, sendo que o caso 2 o é por negação da sociedade civil em participar nos processos pseudoparticipativos oferecidos. Os casos “4 – Fórum Cocó” e “5 – Av. Lourenço Peixinho” trazem exemplos de exercícios pseudoparticipativos em que pode ser dada voz e voto aos cidadãos, mas sempre de forma controlada e confortável às decisões governamentais. Os casos “6 – Vivacidade”, “7 – Praça de Bolso do Ciclista” e “8 – Praça da Alvorada” trazem casos de participação real, com divisão de poderes e responsabilidades entre poder público e sociedade civil, ou mesmo concessão de autoridade e poder de decisão predominante aos cidadãos.

No subcapítulo 7.1, a tabela 3 demonstrou a aplicação dos conceitos da componente teórica abordados em cada caso analisado. Neste capítulo será verificado o cruzamento dos conceitos similares entre os casos para perceber os aspectos convergentes e divergentes. Dessa maneira, a tabela 4 traz a verificação cruzada para o “Caso 1 – Ocupe o Cocó”.

Da esquerda para a direita da tabela 4, verificamos uma primeira coluna com o nome (e número) do caso. A seguir, uma coluna com os conceitos identificados para o caso em questão. A partir daí, dois agrupamentos de cinco linhas cada fazem as verificações de quantos conceitos similares aos do caso analisado podem ser encontrados nos demais casos (em relação a cada assunto e no total) e, embaixo, quanto essa similaridade significa percentualmente em relação ao número total de conceitos deste caso. É importante ter em conta que a taxa de semelhança de um caso X para Y não será igual à verificada do caso Y para X, porque mesmo que o número de conceitos similares seja idêntico, o número total de conceitos varia de caso a caso. A análise neste momento será focada nos percentuais de similaridades, que traduzem melhor os objetivos do capítulo do que os números absolutos apresentados acima. Para reforço dessa informação, as taxas de similaridade maiores que 75% estarão com letras verdes, enquanto as com menos de 25% estarão com letras vermelhas. A faixa mediana entre esses dois intervalos mantém a letra em cor preta.

Tabela 4: Análise comparativa do “Caso 1 – Ocupe o Cocó” com os demais casos.

CONCEITOS			Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8	
CASO 1 - OCUPE O COCÓ	cap. 2	16	Conceitos similares	5	14	8	3	2	3	2
	cap. 3	14		7	14	3	6	5	6	5
	cap. 4	25		17	24	21	13	7	6	5
	cap. 5	48		43	43	34	29	20	28	25
	Total	103		72	95	66	51	34	43	37
	cap. 2	100%	Percentual de similaridade	31,25%	87,50%	50,00%	18,75%	12,50%	18,75%	12,50%
	cap. 3	100%		50,00%	100,00%	21,43%	42,86%	35,71%	42,86%	35,71%
	cap. 4	100%		68,00%	96,00%	84,00%	52,00%	28,00%	24,00%	20,00%
	cap. 5	100%		89,58%	89,58%	70,83%	60,42%	41,67%	58,33%	52,08%
	Total	100%		69,90%	92,23%	64,08%	49,51%	33,01%	41,75%	35,92%

Para o caso 1, aplicável ao nível “1 – Manipulação”, percebe-se grande similaridade dos conceitos deste com conceitos presentes no caso 3, em todas as categorias (administração pública, espaço público, participação e movimentos cívicos). O cruzamento desses casos é o único que tem uma similaridade total acima de 75%, sendo uma taxa altíssima de 92,23%. Também há muita semelhança entre as características dos movimentos cívicos deste com o capítulo 2 (89,58%) e da participação popular com o caso 4. Paralelamente, há baixa similaridade com os conceitos de espaço público do caso 4, com os conceitos de administração pública dos casos 5, 6, 7 e 8, e com os conceitos relacionados à participação dos casos 7 e 8.

Para o caso 2, parcialmente identificado no nível “3 – Informação” percebe-se grande equivalência entre conceitos deste com os dos casos 1 e 3. Todas as categorias apresentaram semelhança acima de 75%, o que rebate nas taxas totais acima de 80%. No caso 4, há grande semelhança também entre os conceitos de participação popular. Apenas o cruzamento com os conceitos do espaço público (cap. 3) do caso 5 apresentou um índice abaixo de 25%.

Tabela 5: Análise comparativa do “Caso 2 – Ciclofaixa Cidadã” com os demais casos.

CONCEITOS			Caso 1	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8	
CASO 2 - CICLOFAIXAS CIDADÃS	cap. 2	6	Conceitos similares	5	5	4	3	2	3	2
	cap. 3	9		7	7	3	2	4	5	4
	cap. 4	22		17	18	17	14	8	7	6
	cap. 5	53		43	45	30	28	21	28	30
	Total	90		72	75	54	47	35	43	42
	cap. 2	100%	Percentual de similaridade	83,33%	83,33%	66,67%	50,00%	33,33%	50,00%	33,33%
	cap. 3	100%		77,78%	77,78%	33,33%	22,22%	44,44%	55,56%	44,44%
	cap. 4	100%		77,27%	81,82%	77,27%	63,64%	36,36%	31,82%	27,27%
	cap. 5	100%		81,13%	84,91%	56,60%	52,83%	39,62%	52,83%	56,60%
	Total	100%		80,00%	83,33%	60,00%	52,22%	38,89%	47,78%	46,67%

O caso 3, predominantemente aplicável ao nível “1 – Manipulação” é o caso que teve mais conceitos identificados na teoria (138, enquanto os outros casos variaram entre 103 e 69), decorrente, em parte por ter sido um processo complexo e longo, com várias etapas e, também, por ter sido acompanhado de perto por este pesquisador, o que favoreceu a percepção dos pormenores do processo. Para este caso, percebe-se grande similaridade com os conceitos de movimentos cívicos (cap. 5) presentes também nos casos 1 e 2, e nos conceitos de participação popular (cap. 4) do caso 4. No total, razoável similaridade com o caso 2. Por outro lado, há baixa semelhança com os conceitos da administração pública (cap. 2) dos casos 5, 6, 7 e 8; dos

conceitos de espaço público dos casos 2 e 4; e dos conceitos de participação popular com os casos 7 e 8.

Tabela 6: Análise comparativa do “Caso 3 – Praça Portugal” com os demais casos.

			Caso 1	Caso 2	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8	
CASO 3 - PRAÇA PORTUGAL	CONCEITOS									
	cap. 2	19	Conceitos similares	14	5	8	3	1	2	2
	cap. 3	29		14	7	3	14	12	12	14
	cap. 4	38		24	18	31	18	10	8	7
	cap. 5	52		43	45	34	29	22	30	32
	Total	138		95	75	76	64	45	52	55
	cap. 2	100%	Percentual de similaridade	73,68%	26,32%	42,11%	15,79%	5,26%	10,53%	10,53%
	cap. 3	100%		48,28%	24,14%	10,34%	48,28%	41,38%	41,38%	48,28%
	cap. 4	100%		63,16%	47,37%	81,58%	47,37%	26,32%	21,05%	18,42%
	cap. 5	100%		82,69%	86,54%	65,38%	55,77%	42,31%	57,69%	61,54%
Total	100%	68,84%		54,35%	55,07%	46,38%	32,61%	37,68%	39,86%	

O caso 4, percebido no nível “5 – Aplacamento” é o primeiro dos processos pseudoparticipativos. Apesar disso, o caso apresenta grande equivalência de seus conceitos com os relativos à administração pública dos casos 1 e 3; espaço público dos casos 1, 2 e 3; de participação popular com o caso 3; e dos movimentos cívicos com os casos 1, 2, 3 e 5. Por outro lado, há pouca similaridade com os conceitos de administração pública encontrados nos casos 5, 6, 7 e 8 (todos abaixo de 25%) e com os conceitos de participação popular aplicados no caso 8 (e, por muito pouco, o caso 7).

Tabela 7: Análise comparativa do “Caso 4 – Fórum Cocó” com os demais casos.

			Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8	
CASO 4 - FÓRUM COCÓ	CONCEITOS									
	cap. 2	9	Conceitos similares	8	4	8	2	2	2	2
	cap. 3	3		3	3	3	2	2	2	2
	cap. 4	35		21	17	31	22	12	9	8
	cap. 5	35		34	30	34	27	19	26	19
	Total	82		66	54	76	53	35	39	31
	cap. 2	100%	Percentual de similaridade	88,89%	44,44%	88,89%	22,22%	22,22%	22,22%	22,22%
	cap. 3	100%		100,00%	100,00%	100,00%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
	cap. 4	100%		60,00%	48,57%	88,57%	62,86%	34,29%	25,71%	22,86%
	cap. 5	100%		97,14%	85,71%	97,14%	77,14%	54,29%	74,29%	54,29%
Total	100%	80,49%		65,85%	92,68%	64,63%	42,68%	47,56%	37,80%	

O caso 5, percebido no nível “4 – Consulta” tem apenas três conceitos identificados da categoria de administração pública (cap. 2). A partir daí, os conceitos dessa categoria possuem 100% de similaridade com aspectos reconhecidos nos casos 1, 2 e 3. Também há 100% de similaridade em relação aos conceitos do espaço público identificados no caso 3. Há também grande rebatimento entre aspectos de movimentos cívicos reconhecidos nos casos 1, 2, 3, 4 e 7. Há bastante similaridade no total de conceitos com o caso 3. Há baixa semelhança nos conceitos relativos ao espaço público identificados nos casos 2 e 4 (com menos de 15%).

Tabela 8: Análise comparativa do “Caso 5 – Avenida Lourenço Peixinho” com os demais casos.

CONCEITOS			Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 6	Caso 7	Caso 8	
CASO 5 -Av. LOURENÇO PEIXINHO	cap. 2	3	Conceitos similares	3	3	3	2	1	2	1
	cap. 3	14		6	2	14	2	7	5	7
	cap. 4	33		13	14	18	22	15	11	10
	cap. 5	30		29	28	29	27	19	25	21
	Total	80		51	47	64	53	42	43	39
	cap. 2	100%	Percentual de similaridade	100,00%	100,00%	100,00%	66,67%	33,33%	66,67%	33,33%
	cap. 3	100%		42,86%	14,29%	100,00%	14,29%	50,00%	35,71%	50,00%
	cap. 4	100%		39,39%	42,42%	54,55%	66,67%	45,45%	33,33%	30,30%
	cap. 5	100%		96,67%	93,33%	96,67%	90,00%	63,33%	83,33%	70,00%
	Total	100%		63,75%	58,75%	80,00%	66,25%	52,50%	53,75%	48,75%

O caso 6 é o primeiro dos processos que podem ser considerados verdadeiramente participativos e é encontrado no nível “6 – Parceria”. Apresenta total semelhança nos conceitos de administração pública (cap. 2) com o caso 7; para os conceitos de espaço público (cap. 3) e participação popular (cap. 4) encontra alta taxa de semelhança com conceitos encontrados somente no caso 7; e grande equivalência a conceitos de movimentos cívicos identificados em todos os casos. Por outro lado, apresenta baixa similaridade com os conceitos de espaço público dos casos 2 e 4. No total de conceitos, apresenta grande similaridade com aspectos reconhecíveis no caso 7 da Praça de Bolso do Ciclista (86,96%).

Tabela 9: Análise comparativa do “Caso 6 – Vivacidade” com os demais casos.

CONCEITOS			Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 7	Caso 8	
CASO 6 - VIVACIDADE	cap. 2	3	Conceitos similares	2	2	1	2	1	3	2
	cap. 3	17		5	4	12	2	7	14	9
	cap. 4	25		7	8	10	12	15	20	17
	cap. 5	24		20	21	22	19	19	23	22
	Total	69		34	35	45	35	42	60	50
	cap. 2	100%	Percentual de similaridade	66,67%	66,67%	33,33%	66,67%	33,33%	100,00%	66,67%
	cap. 3	100%		29,41%	23,53%	70,59%	11,76%	41,18%	82,35%	52,94%
	cap. 4	100%		28,00%	32,00%	40,00%	48,00%	60,00%	80,00%	68,00%
	cap. 5	100%		83,33%	87,50%	91,67%	79,17%	79,17%	95,83%	91,67%
	Total	100%		49,28%	50,72%	65,22%	50,72%	60,87%	86,96%	72,46%

O caso 7 adequa-se ao nível “7 – Delegação de Poder”. Para este, há grande similaridade nos conceitos da administração pública (cap. 2) com os identificados nos casos 1, 2 e 6. Para as ideias do espaço público (cap. 3), apenas com o caso 6 há grande afinidade. Em participação (cap. 4), apenas com o caso 8 há assimilação acima de 75%. Para os movimentos cívicos (cap. 5) há alta equivalência com os casos 1, 2, 3, 4, 5 e 8 (e o 7 beirou a linha de corte, com 74,19%). Por outro lado, há baixíssima similaridade com os conceitos de espaço público identificados no caso 4 (apenas 11,76%) e com os conceitos de participação dos casos 1 e 2. No total, há identificação igual ou superior a 75% apenas com o caso 6.

Tabela 10: Análise comparativa do “Caso 7 – Praça de Bolso do Ciclista” com os demais casos.

CONCEITOS			Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 8	
CASO 7 - PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA	cap. 2	4	Conceitos similares	3	3	2	2	2	3	2
	cap. 3	17		6	5	12	2	5	14	10
	cap. 4	28		6	7	8	9	11	20	23
	cap. 5	31		28	28	30	26	25	23	24
	Total	80		43	43	52	39	43	60	59
CASO 7 - PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA	cap. 2	100%	Percentual de similarida- de	75,00%	75,00%	50,00%	50,00%	50,00%	75,00%	50,00%
	cap. 3	100%		35,29%	29,41%	70,59%	11,76%	29,41%	82,35%	58,82%
	cap. 4	100%		21,43%	25,00%	28,57%	32,14%	39,29%	71,43%	82,14%
	cap. 5	100%		90,32%	90,32%	96,77%	83,87%	80,65%	74,19%	77,42%
	Total	100%		53,75%	53,75%	65,00%	48,75%	53,75%	75,00%	73,75%

Para o caso 8 também se aplica (em parte) o nível “7 – Delegação de poder”. Para este, há grande similaridade nos conceitos de administração pública (cap. 2) com o caso 6 (100%). Para o espaço público (cap. 3), há alta equivalência com os conceitos identificados nos casos 3 e 6. Para participação popular (cap. 4), há muita semelhança nos casos 6 e 7, enquanto que para os movimentos cívicos (cap. 5), a identificação maior está com os casos 1, 2 e 3. Por outro lado, há baixa identificação com os aspectos do espaço público do caso 4 e dos conceitos de participação popular dos casos 1 e 2. No total de conceitos identificados, há grande similaridade com os casos 6 e 7.

Tabela 11: Análise comparativa do “Caso 8 – Praça da Alvorada” com os demais casos.

CONCEITOS			Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	
CASO 8 - PRAÇA DA ALVORADA	cap. 2	3	Conceitos similares	2	2	2	2	1	3	2
	cap. 3	15		5	4	14	2	7	14	10
	cap. 4	25		5	6	7	8	10	20	23
	cap. 5	33		25	30	32	19	21	23	24
	Total	76		37	42	55	31	39	60	59
CASO 8 - PRAÇA DA ALVORADA	cap. 2	100%	Percentual de similaridade	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	33,33%	100,00%	66,67%
	cap. 3	100%		33,33%	26,67%	93,33%	13,33%	46,67%	93,33%	66,67%
	cap. 4	100%		20,00%	24,00%	28,00%	32,00%	40,00%	80,00%	92,00%
	cap. 5	100%		75,76%	90,91%	96,97%	57,58%	63,64%	69,70%	72,73%
	Total	100%		48,68%	55,26%	72,37%	40,79%	51,32%	78,95%	77,63%

Quando o foco da análise são as respostas de uma categoria para todos os casos em vez da comparação entre as respostas de um caso com outros, temos outro tipo de tabela informativa que auxiliará a compreensão dos resultados. Na tabela 12 é possível perceber o número de conceitos similares entre os casos, enquanto que na tabela 13 percebemos o quanto essa quantidade de conceitos rebate na taxa de similaridade do total dos conceitos dos casos. Dessa maneira, é possível perceber as disparidades que acontecem na equivalência de casos que têm número total de conceitos muito diferentes entre si. Como exemplo disso, ao cruzar o caso 3 com o 5 (linha “Caso 3” x coluna “Caso 5”) vemos que a similaridade desse encontro é de apenas 15,79%, enquanto que ao cruzar o caso 5 com o caso 3 (linha “Caso 5” x coluna “Caso 3”) a equivalência é de 100%. O número absoluto de conceitos idênticos é o mesmo, 3. Entretanto, esses três conceitos são todos os do cap. 2 aplicados no caso 5, enquanto que para o Caso 3 foram identificados 19 conceitos. Uma similaridade equivalente quando comparados os casos em ambas as direções é um verdadeiro demonstrativo de real semelhança entre esses.

Com as devidas explicações das seguintes tabelas já realizadas, percebemos que, para os conceitos da administração pública (cap. 2), há alta similaridade nos cruzamentos dos casos 1-3, 2-1, 2-3, 4-1, 4-3, 5-1, 5-2, 5-3, 6-7 e 7-6. Há baixa similaridade na relação de 1-5, 1-6, 1-7, 1-8, 3-5, 3-6, 3-7 e 3-8, 4-5, 4-6, 4-7 e 4-8. O único caso de alta correspondência independente da direção de análise é entre os casos 6 e 7.

Tabela 12: Análise comparativa dos conceitos similares de administração pública (Cap. 2) entre os casos.

CAP. 2	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		5	14	8	3	2	3	2
Caso 2	5		5	4	3	2	3	2
Caso 3	14	5		8	3	1	2	2
Caso 4	8	4	8		2	2	2	2
Caso 5	3	3	3	2		1	2	1
Caso 6	2	2	1	2	1		3	2
Caso 7	3	3	2	2	2	3		2
Caso 8	2	2	2	2	1	2	2	

Tabela 13: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos de administração pública (Cap. 2) entre os casos.

CAP. 2	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		31,25%	87,50%	50,00%	18,75%	12,50%	18,75%	12,50%
Caso 2	83,33%		83,33%	66,67%	50,00%	33,33%	50,00%	33,33%
Caso 3	73,68%	26,32%		42,11%	15,79%	5,26%	10,53%	10,53%
Caso 4	88,89%	44,44%	88,89%		22,22%	22,22%	22,22%	22,22%
Caso 5	100,00%	100,00%	100,00%	66,67%		33,33%	66,67%	33,33%
Caso 6	66,67%	66,67%	33,33%	66,67%	33,33%		100,00%	66,67%
Caso 7	75,00%	75,00%	50,00%	50,00%	50,00%	75,00%		50,00%
Caso 8	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	33,33%	66,67%	66,67%	

Em relação aos conceitos de espaço público (cap. 3), a quantidade de conceitos similares entre os casos está demonstrada na tabela 14, enquanto as taxas de similaridade estão na tabela 15. É possível perceber altas taxas de similaridade no cruzamento dos casos 1-3, 2-1, 2-3, 4-1, 4-2, 4-3, 5-3, 6-7, 7-6 e 8-3. A única equivalência nas taxas acima de 75% se dá entre os casos 6 e 7 (com 82,35% de semelhança independente da direção de análise). Por outro lado, há baixa taxa de similaridade nos encontros entre os casos 1-4, 2-5, 3-2, 3-4, 5-2, 5-4, 6-2, 6-4, 7-4, 8-4. A única equivalência na baixa taxa de semelhança ocorre entre os casos 2 e 5 (22,22% em 2-5 e 14,29% em 5-2).

Tabela 14: Análise comparativa dos conceitos similares de espaço público (Cap. 3) entre os casos.

CAP. 3	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		7	14	3	6	5	6	5
Caso 2	7		7	3	2	4	5	4
Caso 3	14	7		3	14	12	12	14
Caso 4	3	3	3		2	2	2	2
Caso 5	6	2	14	2		7	5	7
Caso 6	5	4	12	2	7		14	9
Caso 7	6	5	12	2	5	14		10
Caso 8	5	4	14	2	7	9	10	

Tabela 15: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos de espaço público (Cap. 3) entre os casos.

CAP. 3	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		50,00%	100,00%	21,43%	42,86%	35,71%	42,86%	35,71%
Caso 2	77,78%		77,78%	33,33%	22,22%	44,44%	55,56%	44,44%
Caso 3	48,28%	24,14%		10,34%	48,28%	41,38%	41,38%	48,28%
Caso 4	100,00%	100,00%	100,00%		66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
Caso 5	42,86%	14,29%	100,00%	14,29%		50,00%	35,71%	50,00%
Caso 6	29,41%	23,53%	70,59%	11,76%	41,18%		82,35%	52,94%
Caso 7	35,29%	29,41%	70,59%	11,76%	29,41%	82,35%		58,82%
Caso 8	33,33%	26,67%	93,33%	13,33%	46,67%	60,00%	66,67%	

À participação popular (cap. 4), a tabela 16 demonstra a quantidade absoluta de conceitos similares encontrados entre os casos, enquanto a tabela 17 traduz esses valores em percentuais relativos ao total de conceitos de cada caso. Dessa maneira, há alta taxa de semelhança no cruzamento dos casos 1-3, 1-4, 2-1, 2-3, 2-4, 3-4, 4-3, 6-7, 7-8 e 8-7. É possível perceber equivalência nas altas taxas entre os casos 3 e 4 (com 81,58% para 3-4 e 88,57% para 4-3), e 7 e 8 (com 82,14% para 7-8 e 92% para 8-7). Por outro lado, a comparação apresenta baixa similaridade para os casos 1-7, 1-8, 3-7, 3-8, 4-8, 7-1, 7-2, 8-1 e 8-2. A equivalência nas baixas taxas de similaridade é verificável entre os casos 1 e 7 (com 24% para 1-7 e 21,43% para 7-1), e 1 e 8 (com 20% tanto para 1-8 como para 8-1).

Tabela 16: Análise comparativa dos conceitos similares de participação popular (Cap. 4) entre os casos.

CAP. 4	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		17	24	21	13	7	6	5
Caso 2	17		18	17	14	8	7	6
Caso 3	24	18		31	18	10	8	7
Caso 4	21	17	31		22	12	9	8
Caso 5	13	14	18	22		15	11	10
Caso 6	7	8	10	12	15		20	17
Caso 7	6	7	8	9	11	20		23
Caso 8	5	6	7	8	10	17	23	

Tabela 17: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos de participação popular (Cap. 4) entre os casos.

CAP. 4	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		68,00%	96,00%	84,00%	52,00%	28,00%	24,00%	20,00%
Caso 2	77,27%		81,82%	77,27%	63,64%	36,36%	31,82%	27,27%
Caso 3	63,16%	47,37%		81,58%	47,37%	26,32%	21,05%	18,42%
Caso 4	60,00%	48,57%	88,57%		62,86%	34,29%	25,71%	22,86%
Caso 5	39,39%	42,42%	54,55%	66,67%		45,45%	33,33%	30,30%
Caso 6	28,00%	32,00%	40,00%	48,00%	60,00%		80,00%	68,00%
Caso 7	21,43%	25,00%	28,57%	32,14%	39,29%	71,43%		82,14%
Caso 8	20,00%	24,00%	28,00%	32,00%	40,00%	68,00%	92,00%	

Aos movimentos cívicos (cap. 5), a tabela 18 demonstra a quantidade de conceitos semelhantes percebidos no cruzamento dos casos, enquanto a tabela 19 traduz esses valores em quantidades percentuais relativas ao total de conceitos de cada caso. Nela, é possível verificar alta taxa de similaridade no cruzamento dos casos 1-2, 1-3, 2-1, 2-3, 3-1, 3-2, 4-1, 4-2, 4-3, 4-5, 5-1, 5-2, 5-3, 5-4, 5-7, 6-1, 6-2, 6-3, 6-4, 6-5, 6-7, 6-8, 7-1, 7-2, 7-3, 7-4, 7-5, 7-8, 8-1, 8-2 e 8-3. São equivalentes em altas taxas de similaridade entre os casos 1 e 2 (89,58% para 1-2 e 81,13% para 2-1), 1 e 3 (89,58% para 1-3 e 82,69% para 3-1), 2 e 3 (84,91% para 2-3 e 86,54% para 3-2), 4 e 5 (77,14% para 4-5 e 90% para 5-4) e 5 e 7 (83,33% para 5-7 e 80,65% para 7-5). Por muito pouco, não houve equivalência de taxas acima de 75% entre os casos 6 e 7 (95,83% para 6-7 e 74,19% para 7-6). Não é verificada nenhuma taxa de similaridade abaixo de 25% (a menor indicada na tabela é de 39,62% para o caso 2-6). Esse resultado ocorre por haver 18 conceitos de movimentos cívicos urbanos que foram similares a todos os casos (enquanto apenas 3 aspectos de participação popular aplicáveis a todos os casos, 2 de espaço público e 1 de administração pública). O caso 6, em que foi reconhecido apenas 24 conceitos de movimentos cívicos, possui, portanto, automaticamente ao menos 75% de similaridade dessa categoria com qualquer outro caso, mas que, entretanto, nenhum caso apresentou alta similaridade ao ser comparado com esse (resultados da coluna “Caso 6”).

Tabela 18: Análise comparativa dos conceitos similares de movimentos cívicos (Cap. 5) entre os casos

CAP. 5	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		43	43	34	29	20	28	25
Caso 2	43		45	30	28	21	28	30
Caso 3	43	45		34	29	22	30	32
Caso 4	34	30	34		27	19	26	19
Caso 5	29	28	29	27		19	25	21
Caso 6	20	21	22	19	19		23	22
Caso 7	28	28	30	26	25	23		24
Caso 8	25	30	32	19	21	22	24	

Tabela 19: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos de movimentos cívicos (Cap. 5) entre os casos.

CAP. 5	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		89,58%	89,58%	70,83%	60,42%	41,67%	58,33%	52,08%
Caso 2	81,13%		84,91%	56,60%	52,83%	39,62%	52,83%	56,60%
Caso 3	82,69%	86,54%		65,38%	55,77%	42,31%	57,69%	61,54%
Caso 4	97,14%	85,71%	97,14%		77,14%	54,29%	74,29%	54,29%
Caso 5	96,67%	93,33%	96,67%	90,00%		63,33%	83,33%	70,00%
Caso 6	83,33%	87,50%	91,67%	79,17%	79,17%		95,83%	91,67%
Caso 7	90,32%	90,32%	96,77%	83,87%	80,65%	74,19%		77,42%
Caso 8	75,76%	90,91%	96,97%	57,58%	63,64%	66,67%	72,73%	

O total de conceitos verificados em todas as categorias entre os casos está identificado na tabela 20, enquanto a tabela 21 traduz esses valores totais para percentuais relativos ao número de conceitos de cada caso. Dessa maneira, verifica-se que há alta taxa de similaridade no cruzamento dos casos 1-3, 2-1, 2-3, 4-1, 4-3, 5-3, 6-7, 7-6 e 8-7. Apenas os casos 6 e 7 apresentam equivalência de similaridade acima de 75% (sendo 86,96% para 6-7 e 75% para 7-6). No total não foram verificadas taxas abaixo de 25% de semelhança. A menor taxa identificada foi no cruzamento 3-6 que resulta em apenas 32,61% de similaridade dos conceitos abordados na componente teórica.

Tabela 20: Análise comparativa do total de conceitos similares entre os casos.

TOTAL	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		72	95	66	51	34	43	37
Caso 2	72		74	53	46	34	42	41
Caso 3	95	75		76	64	45	52	55
Caso 4	66	54	76		53	35	39	31
Caso 5	51	47	64	53		35	39	31
Caso 6	34	35	45	35	42		60	50
Caso 7	43	43	52	39	43	60		59
Caso 8	37	42	55	31	39	50	59	

Tabela 21: Análise comparativa da taxa de similaridade dos conceitos identificados entre os casos.

TOTAL	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		69,90%	92,23%	64,08%	49,51%	33,01%	41,75%	35,92%
Caso 2	80,00%		83,33%	60,00%	52,22%	38,89%	47,78%	46,67%
Caso 3	68,84%	54,35%		55,07%	46,38%	32,61%	37,68%	39,86%
Caso 4	80,49%	65,85%	92,68%		64,63%	42,68%	47,56%	37,80%
Caso 5	63,75%	58,75%	80,00%	66,25%		52,50%	53,75%	48,75%
Caso 6	49,28%	50,72%	65,22%	50,72%	60,87%		86,96%	72,46%
Caso 7	53,75%	53,75%	65,00%	48,75%	53,75%	75,00%		73,75%
Caso 8	48,68%	55,26%	72,37%	40,79%	51,32%	65,79%	77,63%	

8.1.1 Discussão dos Aspectos Convergentes e Divergentes

A análise dos resultados obtidos individualmente e coletivamente permite inferir algumas considerações. Primeiramente, é importante perceber que os casos possuem complexidades diferentes, decorrentes em parte dos transcurtos temporais mais curtos ou alongados. Entretanto, a pesquisa *in loco* feita por este autor em alguns casos também permitiu fazer avaliações mais pormenorizadas. Por isso que, embora o caso 5 da Avenida Lourenço Peixinho tenha transcorrido por, em torno de, cinco anos, é o caso 3 da Praça Portugal que possui mais conceitos da componente teórica identificados (138 contra apenas 80 do caso 5), apesar da duração inferior de dois anos.

Os casos que apresentaram resistência dos cidadãos (não-participativos ou pseudoparticipativos) a projetos arbitrários de administrações públicas autoritárias, possuíram maior quantidade de conceitos do cap. 2 (poder público e governo à escala local), já que, neste, a maior parte das ideias levantadas eram dos “problemas e desafios da governação municipal” (tópico 2.2). Por isso, os casos 1 e 3, de manipulação em processos predominantemente não-participativos identificaram 16 e 19 conceitos, respectivamente. Quando o poder público oferecia exercícios participativos (espaços convidados da participação formal) ou demonstrava uma postura permissiva quanto à intervenção cidadã, uma impressão positiva era gerada de forma que não foram reconhecidos muitos problemas relativos à administração pública. Por isso, os casos 5, 6 e 8 identificaram apenas 03 (ou 04 no caso 7) dos 24 conceitos dessa categoria.

Houve algum equilíbrio independentemente do nível de participação da escada quanto aos conceitos do espaço público. Os casos 1, 5, 6, 7 e 8 identificaram entre 14 a 17 conceitos. O caso 3, todavia, teve 29 conceitos aplicados, em parte por ser um processo de resistência e uso muito forte e afetivo com o espaço público da Praça Portugal. Os casos 2 e 4 tiveram poucos conceitos (09 e 03, respectivamente) identificados em decorrência de serem aplicados a espaços públicos de circulação e não-permanência, onde a maior parte das ideias e atividades identificadas do cap. 3 são aplicadas. No caso 2, a referência são os espaços de circulação, as ruas e avenidas, enquanto no caso 4 o objeto em questão é o Parque do Cocó em sua componente natural e preservada.

Os conceitos de participação popular (cap. 4) tratam tanto da participação formal (*top-down* ou *bottom-up*) dos espaços convidados quanto da participação insurgente realizada em espaços populares/criados/inventados. Por isso, não há grandes distorções entre a quantidade de conceitos identificados, tendo os casos 1 e 2 (exercícios não-participativos) e os casos 6, 7 e 8 (realmente participativos) de 22 a 28 (média de 25) conceitos identificados. Os casos 3, 4 e 5 que são pseudoparticipativos e/ou contam com elementos pseudoparticipativos, trouxeram instrumentos e ferramentas de participação, como as audiências públicas, os conselhos participativos e o exercício participativo similar ao dos planos estratégicos (instrumentos referenciados no tópico 4.8). Por causa disso, mais conceitos da componente teórica foram identificados nesses casos, sendo 33 para o caso 5, 35 para o caso 4 e 38 para o caso 3. O caso 4 e o caso 3 são casos mistos e por isso têm mais aspectos teóricos aplicados. Para o caso 3, a postura reativa (identificada nos casos 1 a 4) à falsa participação dos espaços convidados (como dos casos 1 e 2) ocasionou a criação de espaços populares de participação (como nos casos 1, 2, 7 e 8, sendo que nesses dois últimos advindos de posturas proativas, não reativas). O caso 4, por outro lado, não teve os espaços populares como no caso 3, mas é marcado por os participantes terem apresentado uma postura proativa (como nos casos 5, 6, 7 e 8) no começo, que depois se tornou reativa (como nos casos 1, 2 e 3) ao perceberem a instrumentalização do processo pseudoparticipativo.

Os conceitos de movimentos cívicos (cap. 4) são aplicados em mais larga escala nos processos não-participativos, onde a resistência e insurgência dos grupos cidadãos desempenha papel importantíssimo. Por isso, dos 68 aspectos, 48 são aplicados ao caso 1, 53 ao caso 2, e 52 ao caso 3. Os demais casos apresentam de 30 a 35 conceitos identificados. A exceção se dá no caso “6 – Vivacidade”, em que apenas 24 ideias foram reconhecidas. Uma das razões dessa pouca aplicabilidade dos conceitos a esse caso, é que o grupo cidadão promotor (a 4iS) é uma organização sem fins lucrativos integrada à Universidade de Aveiro, o que retira a aplicabilidade de aspectos relacionados a grupos e movimentos populares. É importante lembrar que 18 dos conceitos desse capítulo são transversais a todos os casos.

Em comparação aos outros casos, o caso 1 – Ocupe o Cocó (tabela 4) demonstrou grande semelhança com aspectos identificados no caso 3 (em todas as categorias teóricas), com um total de 92,23% de semelhança. Em seguida há maior semelhança com os casos 2 (Ciclofaixas Cidadãs) e 4 (Praça Portugal), com 69,90% e 64,08%, respectivamente. Com o caso 2, a semelhança se dá mais nos aspectos dos movimentos cívicos, enquanto no caso 4, a similaridade se aplica mais aos conceitos de participação popular. Do caso 5 ao 8, há uma baixíssima similitude com os aspectos da administração pública (sempre menor que 20%), por esses casos serem caracterizados por processos realmente participativos ou ao menos um exercício realmente participativo (apesar de enquadrado num processo pseudoparticipativo). Também há pouca identificação com os aspectos do espaço público do caso 4 – que tem como objeto a cobertura vegetal do Parque do Cocó – e com os aspectos de participação popular dos casos 7 e 8, os que estão nos níveis mais altos e realmente participativos da escada de participação. O caso 5 (Avenida Lourenço Peixinho) fica numa posição intermediária no geral, enquanto os casos 6, 7 e 8 são pouco equivalentes no total, especialmente o caso 6 (33,01%).

O caso 2 - Ciclofaixas Cidadãs (tabela 5) demonstra uma alta equivalência nos conceitos desse com os encontrados nos casos 1 e 2 (no total e em todas as categorias). Esses três casos são de não-participação, com posturas reativas e criação de espaços participativos populares por movimentos cívicos. Há também equivalência com conceitos de participação encontrados no caso 4, especialmente pela insurgência prestada pelos movimentos na segunda etapa do processo. Por outro lado, a baixa equivalência só é verificada nos conceitos de espaço público do caso 5, o que é um tanto curioso, pois ambos referem-se a espaços viários, mas com abordagens distintas. A menor similaridade total verifica-se com o caso 6 - do Vivacidade (apenas 38,89%), devido às disparidades entre um processo com um grupo cívico insurgente e de tendências anarquistas que nega a pseudoparticipação dos espaços convidados pelo poder público, enquanto o outro caso é caracterizado por uma parceria entre a administração pública e uma associação integrada à uma universidade.

O caso 3 – Praça Portugal (tabela 6) é o último dos processos (predominantemente) não-participativos. Como esse caso foi o que mais teve conceitos identificados (138 contra 103 do caso 1, o segundo a ter mais), isso implica na maior dificuldade em encontrar altas taxas de similaridade com outros casos. A alta taxa de equivalência só é verificada para a participação popular no caso 4 – já que ambos contaram com os instrumentos pseudoparticipativos dos conselhos, deliberativo e consultivo – e para os movimentos cívicos dos casos 1 e 2, que também apresentam características reativas e atitudes insurgentes quanto a arbitrariedades do poder público. Há baixa equivalência com os aspectos da administração pública dos casos mais participativos (do 5 ao 8), do espaço público dos casos 2 e 4 (pela diferença de objetos, sendo o do caso 3 uma praça, do caso 2 as ruas da cidade e do caso 4 um parque natural) e da participação popular dos casos 7 e 8, os casos identificados com os níveis mais altos da escada, em adequada contraposição a um processo não-participativo de manipulação. Pelo total de

conceitos, a maior similaridade se dá com o caso 1 (68,84%) e a menor com, novamente, o caso 6 (32,61%).

O caso 4 – Fórum Cocó (tabela 7) é o primeiro dos processos predominantemente pseudoparticipativos. Nele, há grande equivalência de conceitos de administração pública nos casos 1 e 3 por também virem de processos de conflito com projetos específicos do poder público (enquanto o caso 2 segue por uma política pró-ciclista, não contra um projeto). Para os conceitos do espaço público, há 100% de similaridade com os casos 1, 2 e 3, mais pelos poucos conceitos deste caso (apenas três) do que por real afinidade. Na participação popular, percebe-se alta taxa de equivalência apenas com o caso três, em razão, principalmente, de ambos contarem com conselhos participativos. Sobre os movimentos cívicos, a alta semelhança se dá com os casos 1, 2, 3, 5 e 7, que trazem grupos cidadãos resistentes (casos 1, 2 e 3) ou que se organizaram para aproveitar oportunidades cedidas pelo poder público (caso 5 com a criação dos Amigos d’Avenida para aproveitar o processo promovido pela CMA, e caso 7 com a Cicloguaçu que aproveitou a oportunidade de diálogo com a PMC para sugerir que realizassem a execução da praça), tal qual a oportunidade de integrar um conselho que proporia sugestões à gestão estadual para implantar o Parque do Cocó. Há baixa equivalência nos quesitos da administração pública com os casos 5, 6, 7 e 8, os quais eram verdadeiramente participativos ou demonstravam essa intenção (caso 5) e aos conceitos de participação popular do caso 8, que difere mais que os outros por ter sido um exercício proativo, colaborativo e sem participação da autoridade pública. No total, o caso 4 se identifica mais com o caso 3 (92, 68%), em seguida com o caso 1 (80,49%) – em parte por ser o mesmo objeto, os mesmos gestores públicos e os mesmos grupos cívicos atuantes em ambos os casos. Com menor semelhança total, o caso 8 traz apenas 37,80% de conceitos similares devido às razões colocadas acima, além do objeto ser uma praça em vez de um parque.

O caso 5 – Av. Lourenço Peixinho (tabela 8) é, como o caso 4, também um processo pseudoparticipativo, mas é o primeiro em que os atores cívicos não desempenharam uma postura predominantemente reativa, mas sim proativa durante todo o exercício participativo. Em relação a administração pública, esse caso só reconheceu três conceitos aplicáveis. O baixo número ocasiona a alta taxa de similaridade com conceitos encontrados nos casos 1, 2 e 3 que, entretanto, não possuem reciprocidade. Para o espaço público, há rebatimento de 100% dos conceitos desse caso com os do caso 3, pela semelhança dos espaços (apesar de um ser uma avenida e outro uma praça) e seus potenciais de dinamização da vida urbana. Há grande equivalência em relação aos movimentos cívicos dos casos 1, 2, 3, 4 e 7, todos com grupos que trazem demandas de melhoria aos espaços públicos e aproveitam oportunidades (de espaços convidadas ou populares) que surgem. Baixa similaridade de conceitos só é verificada com os aspectos do espaço público dos casos 2 e 4 que tratam de ruas como aspecto de circulação, não de uso e fruição (caso 2) e de um parque natural em que o uso humano só é interessante em reduzida escala (caso 4). No total, a maior taxa de equivalência se dá com o caso 3, da Praça Portugal, mais por esse caso ser muito complexo, também com elementos pseudoparticipativos do que por equivalência mútua. Em seguida, o caso 4, outro caso pseudoparticipativo é o mais similar (66,25% de similaridade), enquanto que o caso 8 é o menos similar (48,75%) em razão de ser um processo realizado sem participação estatal, que diferencia bastante nos aspectos da participação popular e da administração pública.

O caso 6 – Vivacidade (tabela 9) é o primeiro a adentrar os níveis realmente participativos da escada. Esse caso é o que menos tem conceitos teóricos de movimentos cívicos aplicados, por o grupo promotor ser uma associação integrada à Universidade de Aveiro, além de possuir apenas três conceitos verificados do cap. 2 (administração pública), assim como os casos 5 e 8. Esse caso possui alta equivalência com os conceitos de todas as categorias – e conseqüentemente, do total - do caso 7, por ambos serem processos realmente participativos com parceria ou delegação de

poder para requalificar vazios urbanos e transformá-los em pequenos espaços públicos (largo / praça de bolso). Há alta similaridade com os conceitos de movimentos cívicos em todos os casos, mas como esse caso tem apenas 24 conceitos identificados e 18 desses são compartilhados a todos, era impossível não acontecer essa equivalência. Isso demonstra na verdade que o grupo promotor desse caso não se adequa muito bem às ideias da fundamentação teórica para movimentos cívicos. Há baixa equivalência nos aspectos do espaço público dos casos 2 e 4 pelas mesmas razões ditas no caso anterior (esses se referem não a espaços públicos de uso, mas a espaços de circulação ou áreas verdes naturais). A maior similaridade total do caso, como já dito, é com o caso 7. A menor similaridade é com o caso 1, que é um processo não-participativo onde os cidadãos adotaram posturas reativas e insurgentes.

O caso 7 – Praça de Bolso do Ciclista (tabela 10) é o caso que chega ao nível mais alto de participação possível em uma sociedade estatal. Para esse caso, há alta similaridade dos conceitos de administração pública com os casos 1, 2 e 6, mas isso não apresenta real equivalência, pois se deve ao baixo número de conceitos identificados para o caso (apenas quatro). Para os aspectos do espaço público, há alta equivalência apenas com o caso 6 (82,35%), pelas razões já explicitadas no parágrafo anterior. Na participação popular, há alta equivalência com o caso 8, por ambos terem sido processos colaborativos de requalificação de espaços públicos e há grande similaridade com conceitos de movimentos cívicos encontrados em todos os casos, com exceção do caso 6, o que demonstra a relação dos movimentos cidadãos proativos na tomada de ação. A maior similaridade no total de conceitos se dá com o caso 6 (com 75%) pelas razões já explicitadas, mas com o caso 8 tendo semelhança aproximada (73,75%). O caso menos similar é o caso 4, do Fórum Cocó, que tem como características divergentes a promoção de um exercício pseudoparticipativo em um espaço convidado cujo objeto é um parque natural.

O caso 8 – Praça da Alvorada (tabela 11) é o que mais se aproxima de uma autogestão participativa promovida pelos próprios cidadãos, mas pode também ser considerado como um processo de delegação de poder (como o caso 7) devido à permissão – e reduzida atuação - estatal para as obras. Esse caso tem grande semelhança nos aspectos do espaço público com conceitos do caso 3 por ambos terem uma praça como objeto e tratarem da festa e da dinamização do espaço. Na participação popular, a maior semelhança é com o caso 7 (92%) por também ser um processo colaborativo de qualificação de um espaço público promovido (principalmente) por cidadãos. A respeito dos movimentos cívicos, a alta similaridade é percebida com os casos 1, 2 e 3, por os grupos desses casos tomarem iniciativas para alcançar seus objetivos mesmo que à revelia do estado (O caso 7 vem logo atrás, com 72,73%). Há baixa equivalência com os conceitos de espaço público do caso 4 por o seu objeto ser um parque ecológico. Na questão da participação popular, a baixa similaridade se percebe nos casos 1 e 2, exemplos não-participativos contra políticas autoritárias. No total, há maior equivalência de conceitos com o caso 7, também colaborativo e de delegação de poder em uma praça. Por outro lado, o caso menos similar no total é o caso 4, devido aos aspectos do espaço público e também por ter se dado de forma pseudoparticipativa num espaço convidado com cidadãos que adotaram posturas reativas em certos momentos, em oposição ao espaço popular criado por cidadãos proativos nesse caso.

Quando analisada a totalidade de equivalências pelas tabelas 13, 15, 17, 19 e 21, podemos verificar melhor como as categorias interagem entre cada caso. Para melhor assimilação e entendimento, as tabelas 23, 25, 27, 29 e 31 retomam as informações do tópico anterior, mas com distinção cromática entre os casos não-participativos (vermelho claro), pseudoparticipativos (amarelo claro) e realmente participativos (verde claro). Além disso, bordas foram criadas entre setores de células para identificar o tipo de comparação efetuada entre os casos. A tabela 22 traz um modelo do que será apresentado nas seguintes. Em seguida, uma nova tabela trará o

resultado médio de similaridade desses setores para percepção geral. É importante ter atenção a detalhes previamente mencionados que podem causar resultados que demandam certa cautela, como as comparações dos casos realmente participativos na administração pública, que possuem poucos conceitos identificados, ou os 18 conceitos transversais de movimentos cívicos que faz com que o caso 6 tenha alta similaridade com conceitos de todos os outros casos. A verificação da similaridade no sentido oposto é o método adequado para verificar se há real equivalência.

Tabela 22: Modelo da tabela comparativa para discussão da taxa de similaridade entre os casos.

Capítulo	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1 Caso 2 Caso 3	Não-participação => Não-participação			Não-participação => Pseudoparticipação		Não-participação => Participação real		
Caso 4 Caso 5	Pseudoparticipação => Não-participação			Pseudoparticipação - Pseudoparticipação		Pseudoparticipação => Participação real		
Caso 6 Caso 7 Caso 8	Participação real => Não-participação			Participação real => Pseudoparticipação		Participação real => Participação real		

Assim, para a comparação dos conceitos de administração pública (capítulo 2), é possível perceber boa similaridade (64,24% no geral) entre os casos não-participativos. Entretanto, as comparações 1-2 e 3-2 têm baixos valores devido ao baixo número de conceitos identificados no caso 2, já que nesse o grupo cívico promotor nega as instâncias participativas formais e age à margem dessas. Na comparação entre os casos não-participativos e pseudoparticipativos, não há altas taxas de similaridade (40,55% no geral). Pelo contrário, há baixas taxas nas comparações 1-5 e 3-5. Situação similar ocorre com as comparações dos casos não-participativos com os casos verdadeiramente participativos (apenas 20,75% equivalência geral), especialmente entre os casos 1 e 3 com os casos 6, 7 e 8. A atuação marginal do poder público no caso 2 traz índices um pouco mais elevados do que em relação aos outros casos. As maiores taxas de equivalência (87,04% no geral) desse capítulo ficam entre a comparação dos processos pseudoparticipativos aos não-participativos. O caso 5 especialmente possui apenas três conceitos identificados que encontram rebatimento nos casos 1, 2 e 3. São eles: o rodoviarismo, o envolvimento mínimo e desconfiança com a política e a busca da utopia pelos cidadãos despertada pelas ações do poder público. Na comparação entre os casos pseudoparticipativos, a similaridade é baixa (apenas 44,44% no geral), especialmente na comparação do caso 4 ao 5 (apenas 22,22% de equivalência). A razão disso pode se dar devido às intenções de cada administração pública. No caso 4, os participantes tiveram a impressão de que o processo foi inócuo, com o governo não dando a devida atenção às proposições populares colaborativas. Por outro lado, no caso 5 as sugestões populares alteraram o direcionamento do resultado final do projeto, apesar da decisão não estar ao alcance dos cidadãos. Na comparação dos casos pseudoparticipativos aos realmente participativos, a equivalência também é baixa (33,33% no geral), principalmente pelo caso 4 (22% de similaridade a todos os casos desse setor). As mesmas razões do setor anterior se adequam à explicação dos resultados desse. Quando comparados os casos realmente participativos com os casos não-participativos, os resultados são razoavelmente altos (62,96% no geral). Entretanto, é preciso lembrar que esses casos têm poucos conceitos identificados e a análise no sentido inverso mostrou muitas diferenças. Caso houvessem mais conceitos relacionados à boa administração pública, em oposição aos problemas e desafios apresentados no tópico 2.2, talvez a situação demonstraria a maior divergência. A comparação dos casos realmente participativos com os pseudoparticipativos apresenta resultados medianos (50% no geral), com maior semelhança com

o caso 4. Na comparação entre os casos realmente participativos, há razoável similaridade (70,83% no geral, segundo índice geral mais alto), especialmente entre os casos 6 e 7.

Tabela 23: Tabela comparativa da taxa de similaridade entre os casos a respeito da administração pública.

CAP. 2	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		31,25%	87,50%	50,00%	18,75%	12,50%	18,75%	12,50%
Caso 2	83,33%		83,33%	66,67%	50,00%	33,33%	50,00%	33,33%
Caso 3	73,68%	26,32%		42,11%	15,79%	5,26%	10,53%	10,53%
Caso 4	88,89%	44,44%	88,89%		22,22%	22,22%	22,22%	22,22%
Caso 5	100,00%	100,00%	100,00%	66,67%		33,33%	66,67%	33,33%
Caso 6	66,67%	66,67%	33,33%	66,67%	33,33%		100,00%	66,67%
Caso 7	75,00%	75,00%	50,00%	50,00%	50,00%	75,00%		50,00%
Caso 8	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	33,33%	66,67%	66,67%	

Tabela 24: Tabela comparativa da taxa de similaridade geral da administração pública entre setores.

CAP. 2	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1								
Caso 2								
Caso 3		64,24%		40,55%			20,75%	
Caso 4								
Caso 5		87,04%		44,44%			33,33%	
Caso 6								
Caso 7		62,96%		50,00%			70,83%	
Caso 8								

A respeito do espaço público (cap. 3), a comparação entre os casos não participativos apresenta boa similaridade (62,99% no geral), apesar do caso 1 ter apenas 50% de similaridade com o caso 2 e do caso 3 ter apenas 48,28% de similaridade com o caso 1 e 24,14% com o caso 2, por os objetos serem variantes (espaço utilizável de um parque, ruas e praça). Entre os casos não-participativos e os pseudoparticipativos, a semelhança é reduzida (29,74% no geral), com destaque para a comparação 3-4 (apenas 10,34%) que demonstra a divergência entre os objetos da Praça Portugal e da cobertura verde do Parque do Cocó. Entre os casos não-participativos e os verdadeiramente participativos há razoável semelhança, com maior parte dos valores variando entre 40 e 50%. Na comparação dos casos pseudoparticipativos com os casos não-participativos, há o maior índice de semelhança geral (76,19%) em razão do caso 4 ter apenas três conceitos aplicados (enquanto cinco casos têm em torno de 15, o caso 2 tem 9 e o caso 3 tem 29). Por isso, há altíssimo rebatimento desses poucos conceitos nos outros casos (100% com os casos de 1 a 3). Entre os casos pseudoparticipativos não há tanta semelhança, apenas 40,48%. O caso 5 com o 4 especialmente por ter pouco (como quase todos os casos quando comparados com o caso 4, com exceção do caso 2, percebido na coluna “Caso 4”). Na comparação dos casos pseudoparticipativos com os casos realmente participativos, a similaridade é razoável (55,95% no geral), com, novamente, as comparações do caso 4 tendo valores mais altos. Quando comparados os casos verdadeiramente participativos com os casos não-participativos, os valores são, em regra, baixos (45,80% no geral), com destaque para a comparação 6-2 (apenas 23,53%). Entretanto, todos os casos quando comparados com o caso 3 da Praça Portugal possuem mais de 70% de similaridade (93,33% no caso 8), pois esses quatro casos têm como objeto resultante, praças públicas. Os casos verdadeiramente participativos com os pseudoparticipativos têm baixa equivalência (apenas 25,69%), com valores maiores em relação ao caso 5. Entre si, os casos verdadeiramente

participativos apresentam boas taxas de equivalência (67,19% no geral), com destaque para os casos 6 e 7, que tanto na leitura 6-7, como na 7-6, possuem 82,35% de similaridade.

Tabela 25: Tabela comparativa da taxa de similaridade entre os casos a respeito do espaço público.

CAP. 3	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		50,00%	100,00%	21,43%	42,86%	35,71%	42,86%	35,71%
Caso 2	77,78%		77,78%	33,33%	22,22%	44,44%	55,56%	44,44%
Caso 3	48,28%	24,14%		10,34%	48,28%	41,38%	41,38%	48,28%
Caso 4	100,00%	100,00%	100,00%		66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
Caso 5	42,86%	14,29%	100,00%	14,29%		50,00%	35,71%	50,00%
Caso 6	29,41%	23,53%	70,59%	11,76%	41,18%		82,35%	52,94%
Caso 7	35,29%	29,41%	70,59%	11,76%	29,41%	82,35%		58,82%
Caso 8	33,33%	26,67%	93,33%	13,33%	46,67%	60,00%	66,67%	

Tabela 26: Tabela comparativa da taxa de similaridade geral do espaço público entre setores.

CAP. 3	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1								
Caso 2	62,99%			29,74%		43,31%		
Caso 3								
Caso 4	76,19%			40,48%		55,95%		
Caso 5								
Caso 6	45,80%			25,69%		67,19%		
Caso 7								
Caso 8								

Nos quesitos da participação popular (capítulo 4), a comparação entre os casos de não-participação apresenta valores altos (72,27% no geral), acima de 60%. A exceção fica para a comparação 3-2 em que a Praça Portugal por ter tido várias etapas e até processos pseudoparticipativos não encontra muito rebatimento nas ciclofaixas cidadãos que negam os espaços participativos formais. Quando comparados os casos não-participativos com os pseudoparticipativos, há alta similaridade de todos com o caso 4 e similaridade razoável com o caso 5. No geral, a equivalência é de 67,64%. Ao comparar os casos não-participativos com os realmente participativos, há baixa equivalência entre os casos, entre 18,42% a 36,36% (25,92% no geral). Os menores percentuais (abaixo de 25%) estão nas comparações 1-7, 1-8, 3-7 e 3-8. Ao comparar os processos pseudoparticipativos com os não-participativos, os resultados são razoáveis (55,58% no geral), com exceção de 4-3, que encontra grande similaridade (88,57%), que é recíproca (81,58% em 3-4) por ambos os casos contarem com conselhos pseudoparticipativos e posturas reativas dos atores. Entre os casos pseudoparticipativos há um bom índice de similaridade (64,76% no geral). Na comparação dos mesmos com os casos verdadeiramente participativos, a similaridade é baixa (31,99% no geral). A mais alta (45,45%) se dá entre os casos de Aveiro da Avenida Lourenço Peixinho e do Vivacidade, por os dois contarem com um papel relevante da CMA em promover a participação, enquanto que a mais baixa foi do Fórum Cocó com a Praça da Alvorada (22,86%), um conselho consultivo promovido pelo ministério público e sem real poder de influência às autoridades em oposição a um exercício prático, colaborativo e (quase) autogerido. A comparação dos casos verdadeiramente participativos com os não-participativos demonstra baixa equivalência (27,44% no geral), com quatro comparações abaixo igual ou abaixo de 25% e apenas o 6-3 alcançando 40%, enquanto o 8-1 apresenta apenas 20% -

valor esperado de um processo manipulativo contra um “autogerido”. Entre a participação real e a pseudoparticipação, a equivalência é razoavelmente baixa (41,90% no geral). Entre os casos de participação real, a similaridade é alta (76,93%), especialmente no 6-7 e entre os casos 7 e 8, que apresentam muitas semelhanças, enquanto exercícios colaborativos de intervenção em praças.

Tabela 27: Tabela comparativa da taxa de similaridade da participação popular entre os casos.

CAP. 4	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		68,00%	96,00%	84,00%	52,00%	28,00%	24,00%	20,00%
Caso 2	77,27%		81,82%	77,27%	63,64%	36,36%	31,82%	27,27%
Caso 3	63,16%	47,37%		81,58%	47,37%	26,32%	21,05%	18,42%
Caso 4	60,00%	48,57%	88,57%		62,86%	34,29%	25,71%	22,86%
Caso 5	39,39%	42,42%	54,55%	66,67%		45,45%	33,33%	30,30%
Caso 6	28,00%	32,00%	40,00%	48,00%	60,00%		80,00%	68,00%
Caso 7	21,43%	25,00%	28,57%	32,14%	39,29%	71,43%		82,14%
Caso 8	20,00%	24,00%	28,00%	32,00%	40,00%	68,00%	92,00%	

Tabela 28: Tabela comparativa da taxa de similaridade geral da participação popular entre setores.

CAP. 4	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1								
Caso 2	72,27%			67,64%		25,92%		
Caso 3								
Caso 4	55,58%			64,76%		31,99%		
Caso 5								
Caso 6								
Caso 7	27,44%			41,90%		76,93%		
Caso 8								

Sobre os movimentos cívicos, é importante lembrar que 18 dos conceitos são compartilhados a todos, o que eleva a equivalência entre casos (a menor é de 39,62%, em 2-6) e, mesmo quando as posturas sejam reativas ou proativas, as atitudes dos grupos cidadãos podem fazer uso de estratégias como o *placemaking* ou o urbanismo tático e buscam, geralmente, prover autonomia aos cidadãos e fortalecer a coletividade. A comparação entre os casos não-participativos traz alta similaridade (entre 81,13% e 89,58%. 85,74% na média) Entre os casos não-participativos e os pseudoparticipativos, a equivalência é acima de regular (60,31% no geral) Ao comparar os casos não-participativos e os realmente participativos, as comparações variam entre 40 e 60% (51,41% no geral), com a menor equivalência sendo a de 2-6, como mencionado acima. Entre os casos pseudoparticipativos e os não-participativos, a similaridade é a mais alta (94,44% no geral), com apenas uma das seis comparações (a 4-2) abaixo de 90%. Entre os casos pseudoparticipativos há alta semelhança (acima de 75%, 83,57% no geral), havendo maior similaridade em 5-4 do que 4-5. A comparação dos casos pseudoparticipativos com realmente participativos traz similaridade razoavelmente alta, especialmente na comparação 5-7, em que ambos possuem grupos cívicos que aproveitaram brechas e oportunidades da administração pública. Entre os casos realmente participativos e os não-participativos, a similaridade é alta, com todas as comparações acima de 75% (89,28% no geral). A alta equivalência tanto dos processos pseudoparticipativos como dos realmente participativos com os não-participativos se explica, em parte, por os casos não-participativos terem mais conceitos identificados, em torno de 50, enquanto os outros casos possuem em torno de 30. Isso favorece o rebatimento com os casos não-participativos. Ao comparar os casos realmente participativos com os pseudoparticipativos há

alta similaridade (74,01% no geral), com exceção das comparações do caso 8 (8-4 e 8-5), pois a atitude do grupo cívico na construção colaborativa de uma praça, em que o estado não fez parte, difere bastante dos outros casos. Entre si, os casos realmente participativos também têm alta semelhança (79,75%) com apenas a comparação 8-6 abaixo de 70%, por o caso 6, ao contrário do 8, trazer uma parceria muito dependente da ação e decisão estatal.

Tabela 29: Tabela comparativa da taxa de similaridade dos movimentos cívicos entre os casos.

CAP. 5	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		89,58%	89,58%	70,83%	60,42%	41,67%	58,33%	52,08%
Caso 2	81,13%		84,91%	56,60%	52,83%	39,62%	52,83%	56,60%
Caso 3	82,69%	86,54%		65,38%	55,77%	42,31%	57,69%	61,54%
Caso 4	97,14%	85,71%	97,14%		77,14%	54,29%	74,29%	54,29%
Caso 5	96,67%	93,33%	96,67%	90,00%		63,33%	83,33%	70,00%
Caso 6	83,33%	87,50%	91,67%	79,17%	79,17%		95,83%	91,67%
Caso 7	90,32%	90,32%	96,77%	83,87%	80,65%	74,19%		77,42%
Caso 8	75,76%	90,91%	96,97%	57,58%	63,64%	66,67%	72,73%	

Tabela 30: Tabela comparativa da taxa de similaridade geral dos movimentos cívicos entre setores.

CAP. 5	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1								
Caso 2								
Caso 3								
Caso 4								
Caso 5								
Caso 6								
Caso 7								
Caso 8								

Ao verificar a taxa de similaridade do total de conceitos entre os casos, é possível perceber que, entre os casos de não-participação há alta similaridade para metade das comparações (74,78% no geral). O valor mais baixo se dá em 3-2 (54,35%), pois o complexo processo da Praça Portugal altamente envolvido com as instâncias e instrumentos governamentais difere bastante do processo de pintura de ciclofaixas nas ruas enquanto se nega as instâncias participativas formais. Dos casos não-participativos com os pseudoparticipativos há valores razoáveis de similaridade (54,54% no total) que variam entre 46,38% a 64,08%. Ao comparar os casos não-participativos com os verdadeiramente participativos a equivalência é média-baixa (39,35% no geral), com variação entre 32,61% a 47,78%. Os processos pseudoparticipativos apresentam alto percentual de semelhança com os não-participativos em três das seis comparações, enquanto as outras são médio-altas (73,59% no geral). Entre os processos pseudoparticipativos, a similaridade entre 4-5 e 5-4 é aproximada e razoavelmente alta (65,44% no geral). A comparação dos casos pseudoparticipativos com os realmente participativos apresenta taxas medianas próximas a 50% (47,17% no geral). Os processos realmente participativos apresentam equivalências medianas (57,11% no geral) com os não-participativos. À exceção se dá nas comparações com o caso 3, que apresenta valores de similaridade mais altos (de 65 a 72,37%) por ser esse um caso muito complexo, em que os outros casos encontram grande similaridade (Na comparação em sentido oposto, 3-6, 3-7 e 3-8 ficam com apenas 32,61 a 39,86% de semelhança). Quando comparados, os processos realmente participativos com os pseudoparticipativos possuem taxas de equivalência medianas (51,03% no geral), variando entre

40,79% a 60,87%. A comparação entre os casos realmente participativos traz uma alta taxa de equivalência (75,27% no geral, o único setor acima de 75%, apesar do setor não-participativo ter ficado muito próximo). O menor valor se dá na comparação 8-6, pois o caso da Praça da Alvorada possui algumas diferenças marcantes com o do Vivacidade, como a autonomia cidadã promovida por um grupo ativista, o uso do urbanismo tático e a requalificação de um espaço já existente.

Tabela 31: Tabela comparativa da taxa de similaridade total entre os casos.

TOTAL	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1		69,90%	92,23%	64,08%	49,51%	33,01%	41,75%	35,92%
Caso 2	80,00%		83,33%	60,00%	52,22%	38,89%	47,78%	46,67%
Caso 3	68,84%	54,35%		55,07%	46,38%	32,61%	37,68%	39,86%
Caso 4	80,49%	65,85%	92,68%		64,63%	42,68%	47,56%	37,80%
Caso 5	63,75%	58,75%	80,00%	66,25%		52,50%	53,75%	48,75%
Caso 6	49,28%	50,72%	65,22%	50,72%	60,87%		86,96%	72,46%
Caso 7	53,75%	53,75%	65,00%	48,75%	53,75%	75,00%		73,75%
Caso 8	48,68%	55,26%	72,37%	40,79%	51,32%	65,79%	77,63%	

Tabela 32: Tabela comparativa da taxa de similaridade total entre setores.

TOTAL	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Caso 1								
Caso 2		74,78%		54,54%			39,35%	
Caso 3								
Caso 4		73,59%			65,44%		47,17%	
Caso 5								
Caso 6								
Caso 7		57,11%		51,03%			75,27%	
Caso 8								

8.2 A PERSPECTIVA DOS CIDADÃOS

Ao todo, foram entrevistados 19 cidadãos que participaram do desenvolvimento dos casos estudados (suas respostas foram sintetizadas no capítulo 7). As três perguntas enviadas a esses serão discutidas e cruzadas neste tópico.

A primeira pergunta, referente à abertura à participação promovida em cada caso permitiu – a partir da leitura e análise cuidadosa das respostas providas pelos entrevistados – a identificação de três categorias apreciadas pelos respondentes: positiva, negativa e alternativa. A alternativa refere-se à apreciações referentes não ao poder público, mas à participação promovida pelos grupos cívicos. Uma observação importante é que O4, C1, C3, AB2 e AB3 receberam o questionamento “Como você percebe a abertura à participação popular no caso X?”, sem menção ao poder público (identificados com um asterisco após a identificação pessoal). As primeiras perguntas enviadas não faziam essa referência por o autor ter imaginado que a associação à participação promovida pelo estado era óbvia, mas após a resposta de AB2 (uma das primeiras), foi percebido que alguns casos em que a administração pública não tenha sido aberta à participação ou tenha desempenhado papel irrelevante, a participação que estaria em causa seria a promovida pelos grupos cívicos. Por isso, os questionamentos enviados para a maioria dos

seguintes entrevistados passou a contar com a menção ao poder público na pergunta. Entretanto, para algumas pessoas a pergunta foi feita propositalmente sem a menção, para verificar se a resposta fornecida levaria em referência a participação formal convidada ou a participação em espaços populares criados.

Tabela 33: Apreciação dos entrevistados quanto à abertura à participação popular.

PERCEPÇÃO DA ABERTURA À PARTICIPAÇÃO POPULAR PERCEBIDA PELOS ENTREVISTADOS																				
CASO	1				2			3			4			5	6	7	8			
RESPONDENTE	O1	O2	O3	O4*	C1*	C2	C3*	PP1	PP2	PP3	F1	F2	F3	A1	V1	PBC1	Ab1	Ab2*	Ab3*	
POSITIVA																				
NEGATIVA																				
ALTERNATIVA																				

Para esse primeiro questionamento, 13 respondentes avaliaram negativamente a abertura fornecida pela administração pública à participação popular. Três respondentes avaliaram positivamente e outros três avaliaram pela ótica da participação alternativa, promovida pelos cidadãos em espaços populares, como o acampamento do Ocupe o Cocó (caso 1) e o exercício de *placemaking* na Praça da Alvorada (caso 8).

Para o caso 1, quanto às avaliações negativas, foi comentado que o processo foi violento e teve falta de credibilidade. O4 destaca os "momentos de resistência e luta contra a repressão" como elementos simbólicos dessa participação alternativa e insurgente. Apesar de duas pessoas do caso 2 terem recebido perguntas sem menção ao poder público, todos avaliaram negativamente as autarquias, com referência à cultura política autoritária, à lógica capitalista rodoviária e ao modelo de organização política que limita a participação real. No caso 3, todos avaliaram negativamente a participação promovida pelo estado, seja no geral ou apenas no que concerne o papel dos conselhos participativos. Em reforço a esse entendimento, foi afirmado que a abertura foi muito tímida, que parceria público-privada não se adequa ao entendimento de participação popular e que os conselhos deveriam ser mais representativos e atentos às demandas da população. No caso 4, o primeiro dos processos pseudoparticipativos, um respondente percebeu positivamente a abertura, caracterizando-a como um passo inicial para a ampliação da consciência popular, enquanto os outros avaliaram negativamente por considerarem o fórum incoerente e ineficaz já que suas sugestões foram deixadas de lado pelo poder público. Ao caso 5, A1 fez uma avaliação positiva e considera o processo exemplar por ter sido bem organizado, muito participativo e com muitos debates enriquecedores. No caso 6, o primeiro dos processos realmente participativos, V1 faz uma avaliação negativa por considerar que a gestão pública desconhece o que é realmente participação, além de ser muito controladora. Para o caso 7, a avaliação de PBC1 foi positiva por reconhecer o mérito do governo em permitir essa liberdade de ação totalmente nova aos cidadãos. No caso 8, como o poder público não teve atuação relevante, as perguntas sem menção a esse ressaltaram a ampla participação, o envolvimento e a inclusão da comunidade no exercício alternativo promovido pelo Coletivo A-Braço. Apenas AB1 que recebeu o questionamento referente ao poder público avaliou negativamente esse e disse que aquela área era carente de investimento e atenção pela administração pública.

A segunda pergunta questionava a respeito dos benefícios e vitórias, diretas e indiretas, dos grupos e movimentos, percebidas pelos respondentes em decorrência dos casos estudados. A partir da análise das respostas, percebeu-se que os entrevistados podiam ter uma apreciação positiva ou negativa dos resultados. 16 acreditam que os desdobramentos foram positivos aos movimentos, enquanto três fazem uma leitura conclusiva negativa.

Tabela 34: Apreciação dos entrevistados quanto aos ganhos alcançados pelos grupos envolvidos.

Tabela 34: Apreciação dos entrevistados quanto aos ganhos alcançados pelos grupos envolvidos.

PERCEÇÃO DOS BENEFÍCIOS E VITÓRIAS, DIRETAS E INDIRETAS, ALCANÇADAS PELOS GRUPOS																					
CASO	1				2			3			4			5	6	7	8				
RESPONDENTE	O1	O2	O3	O4	C1	C2	C3	PP1	PP2	PP3	F1	F2	F3	A1	V1	PBC1	Ab1	Ab2	Ab3		
POSITIVA																					
NEGATIVA																					

No caso 1, todos os quatro entrevistados concordaram que houve ganhos positivos, foi destacada a regulamentação definitiva do parque após algum tempo, a ineditude e extraordinariedade da mobilização alcançada e a ampliação da consciência política e pedagógica que inspirou o engajamento dos cidadãos nessa e em outras causas posteriores. No caso 2, dois entrevistados têm visão positiva e destacam as ciclofaixas cidadãs como meio de inclusão da bicicleta no debate público, da transmissão de uma forma diferente de fazer política, da oficialização dos percursos desejados, do aumento do número de usuários da bicicleta e, conseqüentemente, da ocupação do espaço público. A pessoa que avaliou negativamente afirma que não percebe grande mudança, pois encara o *status quo* da lógica rodoviária com pouca alteração. No caso 3, igualmente ao anterior, duas apreciações positivas e uma negativa. Positivamente, destacam a não-destruição da praça e o engajamento da juventude e da população da vizinhança. Negativamente, é mencionado que não foi conseguido o tombamento do logradouro. No caso 4, também duas avaliações positivas e uma negativa. Positivamente, destacam a vitória em garantir (provisoriamente) a permanência das comunidades tradicionais, o grande alcance e fortalecimento dos movimentos e da pauta ambiental à parte da população, decorrente da participação no processo de legalização do parque. Por outro lado, quem fez avaliação negativa acredita que os grupos participantes perderam força por terem sido instrumentalizados e estarem sujeito a regras e protagonismos de outros. Para o caso 5, A1 faz avaliação positiva pois o grupo surgiu em decorrência do processo participativo promovido pela administração pública e, posteriormente, conseguiu influenciar e alterar outras decisões públicas. No caso 6, V1 destaca os ganhos da experiência advinda do processo e do ingresso da 4iS em uma rede europeia. Para o caso 7, PBC1 destaca o grande engajamento popular e a qualificação do lugar como aspectos positivos. No caso 8, todos concluem que houve resultados positivos, como a promoção e visibilização do grupo, a criação de vínculos e parcerias em uma grande rede de apoio, o aprofundamento dos integrantes no estudo de temas relacionados, o reconhecimento de pessoas inspiradoras, a requalificação da praça e o fortalecimento da coletividade através da mensagem de que, mobilizados em conjunto, todos podem agir para resolver seus problemas.

A terceira pergunta questionava sobre como os entrevistados acreditavam que o processo poderia ter sido mais participativo. A partir das respostas colocadas nas análises do capítulo 7, foi possível reconhecer 11 categorias de respostas a esse questionamento (em um universo de 19 respostas dos entrevistados). Dois dos respondentes não refletiram sobre proposições: PP2 afirmou não ter expectativa de maior participação com a atual gestão da cidade de Fortaleza e A1 não dá sugestão, apenas diz que o projeto resultante do processo tinha enorme qualidade. Esses dois serão considerados na categoria 0. A categoria 1 coloca ser necessário criar maior mobilização e apoio popular para ter força política (O4 e F1). A categoria 2 indica a importância de ter mais apoio da iniciativa privada (PP1). A categoria 3 sugere que a participação deveria estar presente desde o início do processo dos planos e projetos (F2). A categoria 4 reflete que era importante que houvesse mais respeito – pela administração pública - e consideração real das sugestões feitas pela sociedade civil organizada (O1, C1, F3). A categoria 5 defende que deveria ser propiciada maior autonomia aos conselhos participativos (O2). A categoria 6 informa que ferramentas de democracia direta – como plebiscitos, assembleias e consultas públicas – deveriam ser mais aplicadas (O3 e PP3). A categoria 7 fala que os processos deveriam ser melhor

organizados para garantir maior inclusão e eficiência (V1, PBC1 e Ab2). A categoria 8 sugere que deveriam ser aplicados modelos de autogestão e democracia direta (C2 e C3). A categoria 9 sugere que deveria ser dedicado, pela comunidade, mais tempo e cuidado posterior para a manutenção dos resultados (Ab3). A categoria 10 vem de Ab1 que informa que entende que o processo (da Praça da Alvorada, promovido pelo coletivo A-braço) foi suficientemente participativo.

Tabela 35: Reflexão dos entrevistados quanto às possibilidades de ampliação da participação.

REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES SOBRE COMO TORNAR OS PROCESSOS MAIS PARTICIPATIVOS																					
CASO	1				2			3			4			5	6	7	8				
RESPONDENTE	O1	O2	O3	O4	C1	C2	C3	PP1	PP2	PP3	F1	F2	F3	A1	V1	PBC1	Ab1	Ab2	Ab3		
CATEGORIA 0																					
CATEGORIA 1																					
CATEGORIA 2																					
CATEGORIA 3																					
CATEGORIA 4																					
CATEGORIA 5																					
CATEGORIA 6																					
CATEGORIA 7																					
CATEGORIA 8																					
CATEGORIA 9																					
CATEGORIA 10																					

A quarta pergunta foi feita apenas aos casos 5 e 7, por terem sido esses desenvolvidos em gestões políticas anteriores à que exercia o mandato durante o ano de 2018, e questionava a percepção na alteração da abertura à participação popular pela administração pública. Entretanto, o respondente V1 do caso 6 informou na resposta ao primeiro questionamento, que o processo havia sido iniciado numa gestão anterior e foi percebida piora na gestão que o executou.

Tabela 36: Percepção dos entrevistados quanto às mudanças de posturas da participação promovida pelo Estado.

PERCEPÇÃO DE ALTERAÇÃO DA ABERTURA À PARTICIPAÇÃO DEVIDO À MUDANÇA DA GESTÃO POLÍTICA																					
CASO	1				2			3			4			5	6	7	8				
RESPONDENTE	O1	O2	O3	O4	C1	C2	C3	PP1	PP2	PP3	F1	F2	F3	A1	V1	PBC1	Ab1	Ab2	Ab3		
MELHORA																					
PIORA																					

A piora foi percebida pelos respondentes da cidade de Aveiro (A1 e V1, casos 5 e 6), mas o respondente do caso 7 (PBC 1) não deu uma resposta conclusiva, já que apenas informou que o processo, apesar de não ter sido o único, continua sendo uma exceção à regra.

8.2.1 Discussão dos Aspectos Convergentes e Divergentes

A partir da primeira pergunta formulada aos entrevistados, é interessante verificar a comparação dos resultados quanto à apreciação. É possível compreender que todos os entrevistados que atuaram em processos não-participativos tenham uma visão negativa da abertura à participação promovida pelo poder público. A única exceção nesse tipo se dá pela resposta de O4, que sem menção ao poder público no questionamento, respondeu pela ótica do movimento em defesa do parque do Cocó, que, como dito por Assis et al. (2015), é um grupo autogerido, algo possível somente em escalas menores quando em uma sociedade estatal. Da mesma maneira, as respostas de Ab2 e Ab3 se referem ao processo promovido pelo próprio

grupo – sem participação estatal. A apreciação positiva dos processos só se dá a partir dos casos pseudoparticipativos, sendo que, enquanto no caso 5 a única apreciação foi positiva, o caso 4 possui mais avaliações negativas do que positivas, de acordo com seus respondentes. Isso reforça a impressão dada pela tabela 28 de que, embora os dois casos sejam “pseudoparticipativos”, não apresentam tanta similaridade além da categorização dada pelos autores referenciados neste trabalho. Tanto que, nessa tabela, na comparação entre os casos similares, a equivalência dos processos pseudoparticipativos é consideravelmente inferior do que entre os não-participativos ou entre os realmente participativos. Entre os casos verdadeiramente participativos, há divergência. Para o caso 6, o respondente teve uma apreciação negativa (apesar de ser uma parceria entre poder público e sociedade civil) por a autarquia controlar e limitar bastante o processo, causando até interrupções por problemas internos. Por outro lado, o entrevistado do caso 7 reforça a avaliação positiva por a prefeitura ter permitido a delegação de poder. Já o caso 8, que não contou com a participação estatal, teve apreciação negativa do estado por esse ter faltado com a manutenção do espaço. Paralelamente, Ab2 e Ab3 avaliaram positivamente o exercício promovido pelo grupo, mas não se isentaram de fazer as críticas necessárias.

Em relação à pergunta sobre a percepção dos benefícios e vitórias obtidas pelos grupos e movimentos cívicos, a grande maioria dos respondentes avaliou que resultados positivos puderam ser alcançados, mesmo quando as demandas do grupo não foram atendidas (caso 1) ou foram atendidas em parte (casos 2 a 6). Isso retoma o que Taylor (2007) afirmou quando escreveu que os movimentos sociais produzem benefícios mesmo quando entram em colapso ou avanços são revertidos. Boa parte dos benefícios mencionados vem da visibilidade alcançada pelas demandas populares nesses processos, o que fortalece a consciência da população e pode trazer melhores resultados no futuro. Um trabalho sempre necessário, pois a educação da sociedade deve ser refeita constantemente, como mencionado por Hardin (1968). Apenas três apresentaram percepções negativas quanto aos benefícios, decorrentes de frustrações, receios e pessimismos após tantos esforços que não conseguiram alterar as intenções da administração pública.

As respostas dos entrevistados para o questionamento de como os processos poderiam ter sido mais participativos, trouxe um sumário de 11 categorias a partir das 19 respostas. Se excluirmos a categoria 0 (sem sugestão) e a categoria 10 (também sem sugestão, mas por considerar o processo suficiente), tem-se nove proposições que podem ser agrupadas em três grupos de sugestões. As proposições para garantir maior apoio da sociedade e pressão sobre a administração pública (primeiro grupo, categorias 1 e 2); as propostas para estabelecer uma democracia participativa (segundo grupo, categorias 3 a 7); e as reflexões relacionadas à democracia direta (terceiro grupo, categorias 8 e 9). As respostas do primeiro grupo estão nos casos 1, 3 e 4, dois casos não-participativos e um caso pseudoparticipativo que tem muitos sinais de instrumentalização e cooptação. Para esse tipo de situação, parte dos atores cívicos só consegue visualizar a pressão popular como única para que governos autoritários levem em consideração suas demandas, já que instrumentos democratizantes e a predisposição ao diálogo não são ofertados. O grupo de sugestões para uma democracia participativa traz propostas do caso 1 ao caso 8, de forma incremental, pois enquanto a categoria 3 clama a necessidade básica de que os processos sejam participativos desde o início, a categoria 7 reflete sobre a necessidade de melhor organização para tornar os exercícios mais inclusivos e eficientes (ou seja, parte do pressuposto de que já há um procedimento participativo que pode ser melhor organizado). O terceiro grupo, da democracia direta traz reflexões do caso 2 e do 8, um caso não-participativo e um realmente participativo, mas ambos promovidos por grupos autogeridos à margem da atuação estatal. É interessante perceber que parte dessas sugestões já havia sido fornecida pelos respondentes do formulário de movimentos cívicos (capítulo 6), no questionamento quanto às sugestões para melhoria da participação (figura 34). Apesar de alguns dos entrevistados também

terem respondido o formulário, novas proposições surgiram por pessoas novas que foram contatadas ou mesmo por avaliações diferentes das escritas anteriormente.

A quarta pergunta – aplicada somente aos casos realizados nas cidades de Aveiro e Curitiba, que passaram por mudança de gestor político – trouxe respostas que demonstram que a abertura à participação promovida anteriormente pode ser facilmente revertida ou mantida como política ocasional de exceção, em acordo com a ideia de Milton Santos (1993) de que a vontade política é o fator por excelência da mudança.

8.3 A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Como trazido no capítulo 7, apenas dois dos sete casos (ao caso 8 não foram enviadas perguntas a nenhum órgão público) obtiveram respostas aos questionamentos enviados a algum órgão público. Apenas a Prefeitura Municipal de Curitiba – na figura do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, caso 7) – e o Ministério Público Federal – por meio da Procuradoria da República no Estado do Ceará (PR-CE, caso 4), responderam as perguntas. Ambas as instituições entenderam como positiva a participação popular e a atuação dos grupos cívicos nos casos e, apesar de terem avaliado os casos como bons exercícios participativos, os respondentes refletiram sobre como cada caso poderia ter sido melhor participado. A PR-CE acredita que teria obtido uma participação mais ampla com audiências públicas pela cidade, enquanto o IPPUC afirma que o processo poderia ser revisto e aperfeiçoado para garantir que os compromissos firmados com a sociedade se mantenham.

Tabela 37: Síntese das respostas fornecidas pelos órgãos públicos.

QUESTIONAMENTOS AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS													
CASO		1	2	3			4	5	6	7			
ENTIDADE		SEINF	SCSP	SCSP	SEUMA	SEINF	CPHC	SEMA	PR-CE	CMA	CMA	IPPUC	SETRAN
1ª	POSITIVA												
	NEGATIVA												
2ª	POSITIVA												
	NEGATIVA												
3ª	PROPÕE												
	NÃO PROPÕE												

8.3.1 Discussão dos Aspectos Convergentes e Divergentes

Apesar de vários órgãos públicos não terem dado retorno aos questionamentos – e a PR-CE não ser um órgão do “poder público”, mas um órgão público fiscalizador do exercício do poder -, a não resposta é também uma forma de responder os questionamentos. Ao optar por não dar o devido retorno às perguntas (mesmo após insistentes contatos telefônicos), as entidades demonstram não ter compromisso suficiente com a transparência e com o diálogo verdadeiro com os cidadãos interessados. As dificuldades impostas a esse retorno ficaram claras. Pedidos para entregar física e pessoalmente os questionamentos, exigência de assinatura do orientador deste trabalho e selo da universidade, informes de que toda resposta precisaria passar por autoridades que não têm tempo e/ou interesse para essas questões. Muitas foram as desculpas e os prazos fornecidos, mas pouco *feedback* foi realmente alcançado.

O retorno aos questionamentos fornecidos pelo IPPUC foi rápido para além das expectativas deste autor. Apenas três dias, um exemplo a todos os outros órgãos. A PR-CE

respondeu 13 dias após o envio do e-mail com as questões. Menos de duas semanas é um prazo que parece (a este autor) adequado. Entretanto, resta a indagação se seria obtido o retorno caso não tivesse sido o autor deste trabalho um dos integrantes do Fórum Cocó e, conseqüentemente, tivesse acesso fácil ao contato com o coordenador dessa instância e sua secretária.

Não por coincidência, os processos não-participativos - de forte tensão entre sociedade civil e administração pública - não responderam aos questionamentos, mesmo que este autor já conhecesse funcionários públicos desses órgãos anteriormente (ou exatamente por isso tenham evitado responder as questões). Aos processos pseudoparticipativos, o órgão público do caso 4 (SEMA, afiliada ao Governo do Estado do Ceará) não respondeu, como já haviam feito os órgãos municipais ligados à PMF. Entretanto, a Câmara Municipal de Aveiro (CMA), apesar de contemplada neste trabalho com um exercício pseudoparticipativo consultivo (elogiado pelo cidadão entrevistado) e um realmente participativo (caso 6) não deu retorno. Esse fato dialoga com a apreciação de piora em relação à participação popular verificada por A1 e V1 quando da mudança de gestão política da CMA. Os próprios servidores públicos informaram que todo e-mail a ser respondido pela CMA deve passar antes pelo presidente da câmara, o que denota uma postura centralizadora (senão autoritária) que reduz a eficiência comunicativa e transparência. A última entidade relacionada a um processo verdadeiramente participativo é a Secretaria de Trânsito de Curitiba (SETRAN), mas essa teve um papel menor no caso 7, apenas relacionado com a interrupção do tráfego veicular para permitir a construção da Praça de Bolso do Ciclista.

Sobre as respostas, ambas as entidades avaliaram como positivo o processo de abertura à participação e a relação com os movimentos cívicos. Isso é bom, mas contrasta (principalmente no caso 4) com as avaliações negativas realizadas pelos cidadãos participantes (no mesmo caso, é preciso ressaltar que possíveis resultados negativos podem advir da postura da SEMA). Há também a indagação de se os questionamentos seriam retornados mesmo que a apreciação fosse negativa (tanto do processo como do papel dos grupos cívicos). Afinal, muitos gestores enxergam a autocrítica como um sinal de fragilidade. A imagem externa, as crenças e os discursos dominantes (Jiménez-Martínez, 2017) devem sempre aparentar estar o mais próximo possível à perfeição para preservar os votos necessários a vitórias políticas-eleitorais posteriores. As reflexões enviadas para ampliação do processo participativo demonstra maturidade das entidades ao não temerem a autocrítica, entretanto, no caso do IPPUC a revisão do processo é colocada como necessária a partir de críticas realizadas às supostas responsabilidades da Cicloguiaçu, enquanto a PR-CE sugere a realização de mais audiências públicas, instrumentos participativos de consulta e pouca eficácia nos resultados e no envolvimento dos cidadãos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, as considerações finais trarão aspectos gerais reconhecidos ao longo do trabalho, as conclusões tomadas a partir do cruzamento das ideias, dos resultados e da hipótese, as limitações encontradas ao longo do processo e os próximos passos a serem tomados.

9.1 VISÃO GERAL E PRINCIPAIS IDEIAS

Este trabalho partiu da hipótese de que os movimentos sociais cidadãos que atuam no e para o espaço público fortalecem a sociedade e a democracia e podem trazer benefícios às administrações públicas e às políticas municipais. Para realizar essa avaliação, primeiramente foi necessário perceber aspectos teóricos dos temas relativos a essa hipótese: a governação à escala local, o espaço público urbano, a participação popular e os movimentos cívicos urbanos.

Em relação à governação à escala local, a pesquisa na literatura teórica primeiro realizou enquadramento de vários conceitos que seriam importantes ao entendimento dos casos selecionados posteriormente. Política, território, democracia, planejamento e gestão urbanas, capitalismo, neoliberalismo e governança. Em seguida, foram identificados problemas e desafios que incidem sobre governos municipais e atravancam a governação democrática das cidades. Questões como a segregação espacial, a influência das elites econômicas nas esferas públicas, a cidade corporativa, a cooptação e corrupção dos servidores públicos, a desigualdade socioeconômica, a falta de transparência, a influência e poder do mercado imobiliário, o utilitarismo, a tecnocracia e o rodoviarismo são alguns dos obstáculos percebidos por diversos autores. Entretanto, muitos cidadãos, ao perceberem essas situações, sentem-se impelidos a lutar para corrigir esses desvios e alcançar uma sociedade mais justa, em busca de suas utopias pessoais. A título de exemplo, a pesquisa trouxe informações a respeito de lugares que experimentam com modelos mais autônomos e democráticos de autogestão comunal. Auroville, Christiania e Rojava foram os territórios estudados. Uma cidade, um bairro e uma nação, diferentes escalas de aplicabilidade de organizações autogeridas.

O segundo capítulo da pesquisa trouxe, inicialmente, um breve histórico e enquadramento de vários conceitos sobre os espaços públicos. O uso desses como locais de encontro, de festa e confraternização onde a vida cotidiana toma parte; a cidade como a expressão física da sociedade e suas hierarquias; a força colaborativa que advém da proximidade, densidade e coletividade proporcionada pelo ambiente urbano; os conceitos de lugar e não-lugar; os esforços democráticos que acontecem nos espaços livres; a apreciação da cidade pelo caminhar e pelo uso da bicicleta; e a cidade como história construída, registrada no patrimônio público. Entretanto, vários aspectos criam obstáculos e reduzem as boas experiências proporcionadas pela vivência nas cidades. Dentre eles, a segregação e a discriminação espacial, o rodoviarismo (sua aplicação e consequências físicas), a concepção de cidade-máquina proveniente do modernismo, a falta de manutenção e a criminalidade que afasta os utilizadores que optam então por espaços privados ou pelo isolamento em condomínios fechados. Da mesma forma que os cidadãos reconhecem os problemas da governação, essas adversidades dos locais citadinos também motivam que os citadinos tomem medidas para melhorar o território. Ideias como “cidade para pessoas” e as provenientes da “Carta do Novo Urbanismo” (Congress for the New Urbanism, 2001), além da inspiração vinda de cidades mais qualificadas e da conectividade proporcionada pelas novas redes virtuais, proporciona condições necessárias para que os cidadãos ajam em busca da reconquista de espaços públicos de qualidade.

Com algum conhecimento referendado sobre os aspectos da governação e do espaço público, o trabalho buscou aprofundamento nas questões da participação popular. Primeiramente, foi percebido que a participação é um conceito intrinsecamente relacionado com a democracia, apesar de que, na maior parte do mundo, o sistema governativo da democracia representativa alija os cidadãos da participação. Dentre outras razões, isso tem criado grande insatisfação mundialmente, demonstrada em protestos para que possa ser exercido o direito à cidade e uma verdadeira cidadania ativa. Para isso, pequenas doses de democracia direta são aplicadas para aplacar os anseios e empoderar os cidadãos, ao mesmo tempo em que fortalecem as instituições. Quando organizados pelas autoridades públicas e coordenadas por essas, os exercícios participativos se dão em “espaços convidados”, de maneira *top-down*. Quando organizados pelo estado, mas de forma próxima e colaborativa com a sociedade, o termo utilizado é *bottom-up*. O mesmo termo vale também para iniciativas cidadãs autônomas organizadas em “espaços populares”. A depender da real abertura para o aceite da colaboração dos municípios, esses podem adotar posturas reativas ou proativas perante esses momentos. Para um processo participativo ser bem sucedido e evitar conflitos e tensões, é preciso que requisitos sejam atendidos como a escolha de métodos adequados e a ação comunicativa por meio do diálogo verdadeiro. Para isso, os planejadores devem entender seu papel nesses momentos como figuras de mediação e facilitação. Quando essas condições não são atendidas, os participantes (ocasionalmente representados apenas pelos que têm tempo livre e maior educação formal) podem se desmotivar e se desmobilizar ou criar resistência enquanto denunciam os erros e a ineficiência no processo. Para facilitar essa participação, alguns instrumentos foram criados, como as audiências públicas e os conselhos, orçamentos e planos participativos. Desses, apenas o modelo do orçamento participativo não esteve presente em nenhum dos casos de estudo, mas é importante perceber que os instrumentos podem ser aplicados de forma mitigada para controlar os efeitos da participação. Tendo em mente esse aspecto, vários autores reconheceram que a participação pode se dar de forma real, simbólica ou não se dar. A partir disso, a figura 4 demonstrou a escada dos diferentes níveis de participação como mencionados pelos autores pesquisados.

Com conhecimentos sobre governação, espaço público e participação popular, a peça restante ao escopo do trabalho era sobre os movimentos cívicos urbanos. Primeiramente, foi feita a distinção entre movimentos sociais – causas amplas que reúnem vários grupos e pessoas –, grupos – pessoas unidas com um objetivo em comum – e ativismos – ações tomadas por demandas pontuais e específicas. Para participar e ter uma postura ativa na discussão e modificação da cidade, as pessoas têm motivações e idealismos que guiam seus esforços, seja por causas (ambientalismo, cicloativismo, patrimônio histórico, espaço público, justiça social, direito à cidade) ou por grande insatisfação com o rumo decidido pelos gestores políticos. Em busca de maior autonomia e influência na tomada de decisão, os cidadãos (de todos os tipos), organizados coletivamente em grupos, tentam - por meio de práticas disruptivas e insurgentes - contrapor as imagens e crenças dominantes na disputa constante por um território futuro. Todavia, por vezes essas movimentações são reprimidas com violência. Organizados por seus sonhos, os grupos podem apresentar estruturas formais ou informais, horizontais ou hierarquizadas para planejar e realizar suas ações. Para atuações bem sucedidas, no entanto, esses grupos precisam ter adequada capacidade institucional, que significa apresentar bons recursos de conhecimento, recursos relacionais e capacidade de mobilização, além de lideranças responsáveis e mobilizadoras. Em relação à atuação, os grupos podem ser reflexivos e atuar apenas na esfera de comunicação, mas podem fazer uso da ação direta sobre o espaço público ao utilizar os princípios do *placemaking* e do urbanismo tático. A componente teórica reconheceu vários aspectos que influem no sucesso e fracasso dos grupos, mas foi percebido também que não existe um método correto de atuação. Cada grupo deve encontrar o seu, de forma equilibrada.

Após a parte teórica, o trabalho trouxe os primeiros resultados da coleta de dados. O formulário “Movimentos Cívicos Urbanos e suas relações com o público e o poder público” obteve 100 contribuições (respondidas em 2017 e 2018) de pessoas ligadas a causas sociais urbanas e integrantes de grupos e coletivos. As respostas da primeira parte do formulário trouxeram informações pessoais sobre os respondentes. Nesse momento, os resultados apresentaram a paridade de gênero daqueles e a grande diversidade de idades apresentadas. Além disso, foram indicadas mais de uma centena de grupos (109) que os respondentes já haviam integrado. Dentre esses, 48 grupos vindos das cidades de Fortaleza, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Braga e Aveiro – surgidos a partir da necessidade de fazer algo pela cidade - foram escolhidos pelos inquiridos para guiar as respostas seguintes. Em linhas gerais, a maioria deles (34 de 48) foi criada nesta década, atua com foco maior nas áreas de espaço público, mobilidade urbana e meio ambiente, e possuem estruturas predominantemente informais e horizontalizadas. Além disso, os grupos possuem dimensões reduzidas (geralmente menos de 20 participantes), com núcleos duros de até dez pessoas, capacidade de mobilização razoável, são voluntários e multidisciplinares, têm bons relacionamentos com empresas e têm dificuldades relacionadas às finanças, com custos geralmente divididos entre os participantes. A respeito da comunicação externa (ao público), os grupos não apresentam obstáculos ao ingresso de novos membros, comunicam-se com os interessados principalmente por meio de redes sociais, e têm relacionamentos bons com meios de comunicação tradicional (apesar de uma parte considerável ter ressalvas). Relativamente ao poder público, os investigados avaliaram com notas de 0 a 5 suas gestões municipais e, apesar da cidade de Fortaleza ter uma representatividade muito maior, não foi percebida divergência significativa entre as cidades na má avaliação das administrações públicas. Com nota média total de 1,54, as notas médias de cada cidade variaram entre 1,5 e 2. Logo, os inquiridos sugeriram 22 maneiras de melhorar a participação pública em suas cidades e informaram que a maior parte dos grupos já havia despertado atenção e reação das autoridades municipais, sendo que pouco mais da metade já havia cooperado alguma vez com essas. Por último, os respondentes deram várias respostas quanto ao que percebiam como a cidade ideal (aglomeradas em 15 categorias), o direito à cidade (19 categorias), autogestão (14 categorias) e às motivações desses a participar de grupos e atividades (18 categorias).

A partir dos conceitos levantados na pesquisa teórica e dos dados coletados com o formulário dos movimentos cívicos, foi realizada a escolha de casos que se adequassem aos níveis de participação identificados pela teoria e nos quais os grupos identificados no formulário tivessem participado, sempre em relação ao espaço público. Oito casos foram selecionados, cinco na cidade de Fortaleza, na qual o autor deste trabalho esteve envolvido, direta ou indiretamente, enquanto coletava dados, e três casos realizados em outras cidades (dois em Aveiro e um em Curitiba), nos quais os dados foram coletados em trabalhos acadêmicos de outros autores. Para cada um, foram analisados aspectos relacionados: ao objeto (espaço público), que foi representado por praças, ruas e avenidas, parque natural, vazios urbanos; à administração pública e à participação, na qual foram reconhecidos processos não-participativos, pseudoparticipativos e verdadeiramente participativos; aos movimentos cívicos, onde se analisou a motivação, a organização, os métodos de ação dos grupos envolvidos e as posturas adotadas em consequência à participação formal percebida. Por fim, foram explicados os encaminhamentos e conclusões do caso, foram buscadas as opiniões de cidadãos e órgãos públicos participantes no processo para verificar como esses percebiam a abertura à participação fornecida, o papel e benefícios obtidos pelos movimentos cívicos e de que maneira, acreditavam que poderia o exercício ter sido mais participativo. Por último, foi desenvolvida uma discussão interpretativa de cada caso à luz dos conceitos da componente teórica.

No capítulo prévio a estas considerações finais, foram analisados e comparados os resultados alcançados na análise individual desses. Dividido em três partes, este capítulo analisou

os processos, a perspectiva dos cidadãos e a perspectiva das administrações públicas. A parte relacionada aos processos trouxe comparações entre as similaridades e divergências dos objetos, das administrações públicas, da participação, dos movimentos cívicos e do total de aspectos entre eles. Para este momento, a comparação era unidirecional, sendo que na direção contrária os resultados obtidos frequentemente demonstraram divergências. Como esperado, houve grande similaridade em relação à participação e movimentos, entre os casos não-participativos e entre os realmente participativos. Entre os casos pseudoparticipativos, frequentemente houve divergências consideráveis, com o caso 4 estando mais relacionado aos casos não-participativos. Em relação ao espaço público, houve divergências consideráveis nas comparações com o caso quatro por seu objeto não ser um espaço de uso direto da população, mas uma área natural a ser preservada. Em relação aos movimentos cívicos, não houve divergências consideráveis para nenhum tipo de comparação, mas houve similaridades notáveis dos casos realmente participativos quando comparados aos não-participativos. Após essa verificação, foram analisados os resultados das perspectivas dos cidadãos e dos órgãos públicos em todos os casos. Os únicos casos que não trouxeram apreciações críticas à abertura promovida pela administração pública foram os casos 5 e 7 (o caso 6, mesmo sendo verdadeiramente participativo, percebeu vários momentos negativos quanto à participação, e o caso 8 foi promovido pelos cidadãos). A maioria dos cidadãos reconheceu benefícios e vitórias – mesmo que indiretas – a seus grupos e movimentos, sendo que poucos (provenientes de casos não-participativos ou pseudoparticipativos) apresentaram visão negativa a respeito disso. Aos entrevistados, foi questionado de que maneira os processos poderiam ter sido mais participativos e muitas das respostas encontrou rebatimento nos resultados de pergunta similar realizada no formulário do capítulo 6 (mesmo porque muitos dos entrevistados também haviam respondido o formulário previamente). Em relação às administrações públicas, entretanto, foi percebido que a grande maioria dos órgãos consultados não se deu ao trabalho de fornecer respostas aos questionamentos, enquanto que os únicos dois respondentes creditaram os exercícios como suficientemente participativos, passíveis de apenas algumas pequenas mudanças.

9.2 CONCLUSÃO

Cruzar as informações e resultados relacionados aos movimentos cívicos urbanos à participação popular e aos modelos de governação foi um trabalho muito interessante. A hipótese inicial dos benefícios trazidos por esses à sociedade, à democracia e (mesmo) às administrações públicas parece ter encontrado validação. Nos casos considerados como não-participativos ou pseudoparticipativos, a maior parte dos cidadãos entrevistados – apesar de terem suas demandas frustradas - reconheceu muitos ganhos coletivos indiretos, seja por meio da conscientização da sociedade graças aos esforços comunicativos dos temas em questão ou mesmo por mudanças posteriores da atitude administrativa que buscou reduzir conflitos que as prejudicou. Os casos realmente participativos, por outro lado, garantem o exercício pleno (ou quase pleno) da cidadania e do direito à cidade, com a colaboração entre administração pública e sociedade civil e garantia de autonomia aos segundos. Seja por tensão ou colaboração, o esforço cidadão é capaz de trazer consequências positivas e modificar o *status quo* dominante.

Baseado na escada dos níveis de participação de Sherry Arnstein (1969), autores como Souza (2015) e Mota (2013) discutiram sobre os diferentes degraus e fizeram suas releituras. Como conclusão desse trabalho, também será feita a interpretação deste autor quanto aos níveis de participação, só que relacionados diretamente com os modelos de governação por trás desses e às posturas cidadãs ocasionadas por esses. Dessa maneira, a figura 56 traz esta reinterpretção.

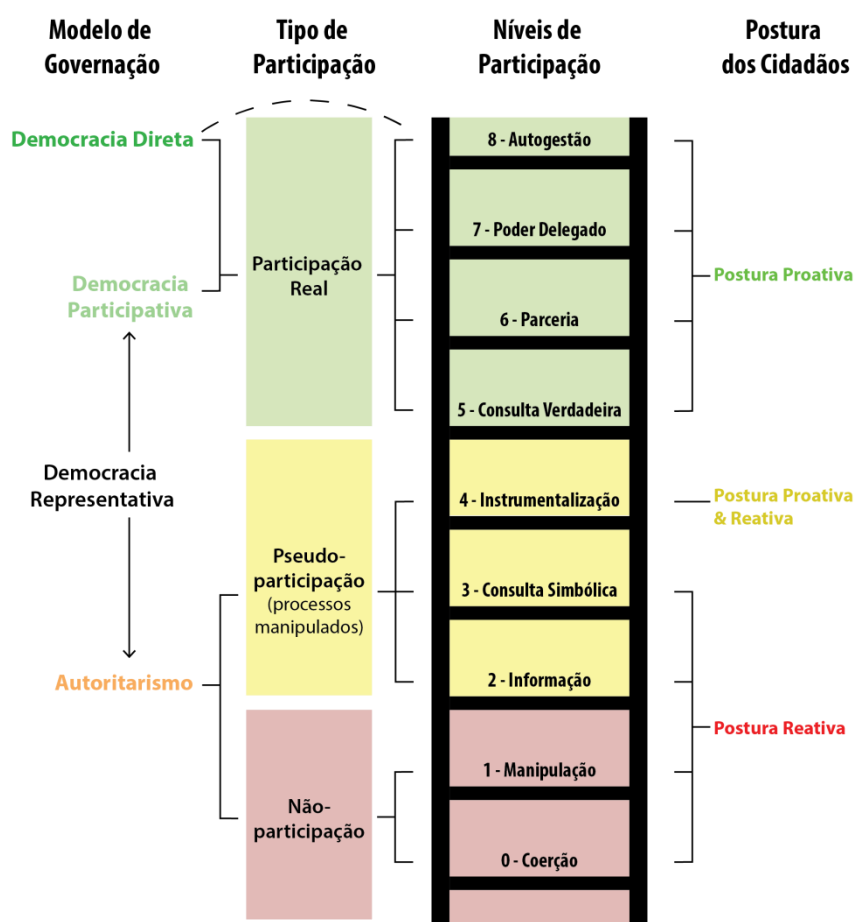


Figura 56: Releitura da escada de participação em relação aos modelos de governação e às atitudes despertadas nos cidadãos. Fonte: Autor, 2018

Nesta versão, a escada mantém nove degraus (começando do 0, como a das figuras 4 e 55). Entretanto, foi retirado o antigo nível “2 – Terapia” em concordância com a interpretação de Souza (2015) de que era apenas uma forma específica de manipulação, para adicionar mais um nível de consulta, agora dividida entre “3 – Consulta Simbólica” e “5 – Consulta Verdadeira”.

De baixo para cima, a escada se inicia no nível “0 – Coerção”, caracterizado por processos violentos e coercivos em que pessoas são forçadas a aceitar decisões autoritárias. Este trabalho não abordou nenhum procedimento assim, mas reconhece a existência de muitos casos afins, especialmente quando das remoções de comunidades desprivilegiadas no Brasil. Por isso, foi feita a opção de manter incluso esse degrau.

O primeiro nível, “1 – Manipulação” já estava presente em outras leituras, mas este trabalho traz uma interpretação diferente. Para os outros autores, reuniões em que as pessoas eram induzidas a aceitar as propostas governamentais eram manipulações. Entretanto, para este trabalho, o nível de manipulação não será considerado como esse que advém de reuniões, mas como o proveniente do esforço de convencimento, propaganda e marketing das autoridades públicas para fazer valer sua visão, podendo até fazer uso de informações distorcidas e de difamação de imagens alternativas e posicionamentos de opositores. Esses dois níveis são entendidos como processos não-participativos e são característicos de governos autoritários. Os cidadãos, desejosos em participar na construção coletiva da cidade, de fazer valer seus anseios e denunciar as inoperâncias autárquicas, adotam posturas reativas em resposta aos autoritarismos

e entram em conflito e confronto com o poder público, sendo ocasionalmente reprimidos com violência (verbal e física). O caso “1 – Ocupe o Cocó” é um bom exemplo de processo de manipulação, pois o maior esforço da administração pública foi o de induzir a aceitação do projeto enquanto distorcia e criticava os argumentos contrários.

O nível seguinte, “2 – Informação” refere-se não a informações dadas em entrevistas, jornais ou websites, mas a sessões organizadas pelo poder público com caráter informativo (o quanto de informação será disponibilizada é uma questão de transparência. Seja mais ou menos transparente, o que está em causa, para este trabalho, é a capacidade de influência dos cidadãos interessados em participar nas decisões). Nessas, os cidadãos podem até ter direito a voz, mas com o intuito de tirar dúvidas sobre o que já foi decidido previamente pelo corpo técnico e político municipal. Não há perspectiva de alteração das informações que são trazidas a público. As reuniões informativas do caso “2 – ciclofaixas cidadãs” e do caso “4 – Praça Portugal”, que não tinham o intuito de consultar os interessados e nem o poder de aplicar qualquer decisão a partir do coletado, são adequadas a esse nível.

O próximo degrau traz a primeira modificação em relação aos níveis estabelecidos por outros autores. Antes, o nível de consulta estava entre informação e aplacamento/cooptação. Nessa releitura, esse nível será nomeado como “3 – Consulta Simbólica”. A consulta simbólica permite momentos em que os cidadãos apresentam seus pontos de vista, falam de seus anseios, podem até responder questionários e inquéritos ou integrar conselhos consultivos, mas as decisões continuam sendo tomadas a portas fechadas, a partir da discricionariedade (nome formal para arbitrariedade) do corpo técnico e dos gestores políticos e, conseqüentemente, sujeita a boa parte dos problemas e desafios elencados no tópico 2.2. Frequentemente, esses momentos consultivos são mal anunciados e divulgados, burocráticos e decorrentes de protocolos e formalidades legais e, portanto, não recebem atenção verdadeira dos órgãos públicos promotores. Após divulgados os resultados, como os cidadãos participantes geralmente não se sentem contemplados, não resta alternativas a não ser contestar e tentar pressionar por mudanças.

O nível seguinte, “4 – Instrumentalização” é o equivalente ao que Arnstein (1969) chama de Aplacamento (*Placation*) e Souza (2015) chama de cooptação. Esse nível permite que os cidadãos tenham um espaço maior na possibilidade de tomada de decisão, sendo mesmo possível que recebam direito à voto para decidir em conselhos participativos deliberativos. Entretanto, nesse nível, apesar do *status* que possa ser concedido aos participantes, as regras do jogo são estabelecidas de maneira que não haja risco de contrariedade às intenções do poder público. Os conselhos municipal e estadual do patrimônio do caso “3 – Praça Portugal” são bem ilustrativos desse degrau. Órgãos paritários entre poder público e sociedade civil, com representantes cooptados do primeiro que são colocados para tomar assento e obedecer ordens superiores sem independência para decidir. Os cidadãos que participam dessas instâncias por vezes depositam suas esperanças e esforços na possibilidade de conquistar os votos necessários para fazer valer suas demandas e o interesse popular (já que o “interesse público” é o dos governantes). Entretanto, uma hora percebem que não havia (desde o começo) possibilidade de um resultado satisfatório a si, pois a arquitetura institucional determinava uma estrutura que não permitiria sustos ou derrotas ao Estado. O termo aplacamento de Arnstein ainda cabe nesse nível, mas refere-se a entrada de grupos e entidades nessas instâncias. Regozijam-se e têm seus ímpetos reativos aplacados pela oportunidade de poder votar sobre os rumos públicos e demonstrar sua argumentação aos similares. Entretanto, ao perceberem como funciona o modelo, surge a indignação e retornam às posturas reativas, se “desaplacando”. Por isso, a opção pelo termo “Instrumentalização” parece mais coerente, já que os grupos cidadãos com assento nesses conselhos serão eventualmente mencionados quando as autoridades quiserem afirmar que a

decisão veio de processos muito participados com a presença de vários grupos cidadãos, instrumentalizados para servir a objetivos que discordam, em processos manipulados. O termo cooptação de Souza (2015) é entendido por este autor como adequado a cidadãos e ativistas convidados a trabalhar no setor público sob as ordens de gestores antes criticados por esses, ou por servidores que assumem cargos de confiança e tomam assento nesses conselhos não para decidir a partir de diálogos verdadeiros, mas para obedecer às ordens dos chefes.

Os níveis 2, 3 e 4 estão acima dos processos não-participativos, mas há muitas ressalvas quanto a chamar esses de processos participativos. Embora possa haver primeiros sinais de participação, como as sessões informativas, as consultas e a concessão de direito à voz e voto, isso não os tornam exercícios realmente participativos, porque as decisões continuam fora da alçada dos cidadãos. É possível participar e participar, dedicar horas de esforço para estar presente nas sessões e perceber que nada ou muito pouco foi contemplado na decisão final, sem que seja dada sequer justificativa razoável (como o ocorrido no caso “4 – Fórum Cocó”), ou que não havia como o resultado ser diferente (contrário aos desejos populares). Esses três níveis constituem, portanto, processos pseudoparticipativos, onde os processos são manipulados (a diferença do nível “1 – Manipulação” se faz pela presença dos momentos de encontro e reunião, mesmo que sem autonomia de decisão e mudança) pelos bastidores para que o controle autárquico seja mantido e nenhum imprevisto aconteça a seus planos. Juntamente com os processos não-participativos, esses são representações do autoritarismo dos governantes, mas com a diferença de que na pseudoparticipação há um esforço de aparentar democraticidade e interesse às ideias dos cidadãos que é replicado pelos meios de comunicação desprovidos de visão crítica e reprodutores do *status quo*. Aos níveis 2 e 3, a postura dos cidadãos costuma ser reativa devido à insatisfação com a encenação de participação que não dá autonomia ou possibilidade de mudança às decisões. A exceção fica com o nível 4, pois a instrumentalização passa uma imagem de real oportunidade de mudança em que os grupos cívicos, satisfeitos, são proativos nos conselhos até perceberem as limitações colocadas a esses pelo poder público (como nos níveis 2 e 3) e, logo, retomam as posturas reativas e conflituosas com as administrações públicas.

Dando início aos processos realmente participativos, a interpretação deste trabalho traz um novo nível, o “5 – Consulta Verdadeira”, referente aos processos consultivos em que os resultados realmente são adequados aos anseios populares demonstrados na coleta de dados. O caso “5 – Avenida Lourenço Peixinho” traz um exemplo de uma consulta que pode ser tida como verdadeira, pois tanto no trabalho acadêmico pesquisado (Mota, 2013) como na entrevista de um cidadão participante do processo, foi ressaltado que o projeto resultante estava de acordo com muito do que foi demandado nos encontros, um encerramento muito diferente do percebido pelos participantes do Fórum Cocó (caso 4) por exemplo. A apreciação de um processo consultivo como simbólico ou verdadeiro depende de seus resultados. Caso os cidadãos participantes reconheçam o resultado como adequado, demonstra que a consulta foi verdadeira. Entretanto, um resultado que seja apresentado (teoricamente) em desacordo com os desejos populares pode ainda fazer parte de uma consulta verdadeira caso ocorra um processo de validação desse pelos participantes interessados (Assembleias, plebiscitos e referendos também são meios para esse fim). Caso não validado pelos participantes, se o produto passar por reformulação até ser, enfim, aceito, não restará dúvidas da consulta verdadeira. Arnstein (1969) chama esse poder de veto como uma das faces da delegação de poder, mas logo mais falaremos desse outro nível.

No nível “6 – Parceria” há uma real divisão de poder e responsabilidades entre poder público e sociedade civil. Isso pode acontecer em processos colaborativos projetuais como o analisado no caso “6 – Vivacidade”, ou mesmo em instâncias como os conselhos participativos, desde que o poder público tenha apenas uma parte dos assentos (40% ou 33%, normalmente) e

não esteja numa posição confortável com conhecimento prévio das decisões a serem tomadas. Nesses casos, os cidadãos adotam posturas proativas para fazer valer seus anseios e tentar aproveitar as oportunidades colocadas pela administração municipal. Por mais que estejam insatisfeitos e haja conflitos, uma postura reativa só deve ocorrer se os cidadãos estiverem fora do processo (o que pode acontecer, já que a parceria parte muitas vezes de convites a entidades pré-selecionadas ou após aceitação de convites por parte das municipalidades). As parcerias público-privadas também se enquadram nesse degrau, mas esse formato implica em uma participação que somente um determinado tipo de ator pode alcançar, um acesso privilegiado e, portanto, pouco representativo ao quesito participação popular. Esse nível ainda corre riscos como os reconhecidos pelo entrevistado V1 que considerou a parceria pouco profícua à participação devido às dificuldades e intervalos colocados pelo promotor público.

O nível “7 – Delegação de Poder”, é o nível de participação mais alta possível em uma sociedade estatal. Nele, o Estado abdica de suas prerrogativas e confere autonomia a cidadãos organizados em grupos da sociedade civil. A concessão do poder de veto à sociedade, como mencionado por Arnstein (1969) continua a ser um caso de poder delegado. O veto mencionado no caso da consulta verdadeira é referente apenas ao processo consultivo que as pessoas tenham porventura participado. Um poder delegado de veto pode assumir um caráter mais amplo, para projetos que surjam sem processo consultivo prévio. Para os casos de poder delegado, os cidadãos que recebem autonomia total ou majoritária sobre o processo, adotam, conseqüentemente, posturas proativas para efetivar seus anseios e necessidades. No mais, não há grande distinção nesta releitura quanto ao já descrito por outros autores na componente teórica. O caso “7 – Praça de Bolso do Ciclista” se adequa a este nível, como já mencionado anteriormente.

Os níveis 5, 6 e 7 representam processos verdadeiramente participativos onde os cidadãos colaboram e adotam posturas proativas, mas, como mencionado no parágrafo anterior, em meio ainda a uma sociedade estatal. Os três denotam o ápice que a democracia participativa pode alcançar, por meio das doses de democracia direta mencionadas por Souza (2015), implantadas para contrapor o déficit de participação percebido nas democracias representativas. Quando essas ferramentas não são utilizadas, a democracia representativa torna-se autoritária e muito propícia a ser direcionada por interesses contrários aos da sociedade. Governantes egocêntricos, a tecnocracia ou a influência das elites econômicas que fazem uso da desestruturação democrática do sistema de tomada de decisão (Freeman, 1970) se aproveitam da fraca governação democrática, o que ocasiona o sentimento de decepção com a política e falta de representatividade tão presente em tantos países. Aos cidadãos resta a apatia política ou as posturas reativas na tentativa de reverter os retrocessos e conseguir construir uma cidade ideal.

O nível “8 – Autogestão” é a mais alta possibilidade de participação. Ao nível da sociedade, só é possível na ausência de um Estado (entendido como uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada⁴⁰), pois implica autonomia a todos os cidadãos interessados para tomar decisões de forma horizontal, sem hierarquia, relações de poder e controle externo de uma entidade superior tutelar (uso de alguns dos conceitos colocados pelos respondentes do formulário a essa questão no item 6.5 deste trabalho). Embora sejam raros os lugares e comunidades autogeridos por meio da democracia direta (único modelo de governação possível compatível com a autogestão), como Auroville, Christiania e Rojava (descritas no tópico 2.3), a autogestão também se faz presente em escalas menores como em grupos e associações e, por isso, as ações da Massa Crítica Fortaleza (caso 2) e do Coletivo A-braço (caso 8) podem ser percebidas como processos autogeridos internamente aos

⁴⁰ <https://www.significados.com.br/estado/>

grupos e colaborativos aos demais interessados. Como o nível mais alto dos processos realmente participativos, a autogestão favorece as posturas proativas e colaborativas.

É preciso ser feita a ressalva que, por mais que os processos de tomada de decisão sejam realmente participativos, sempre é possível que haja conflitos e divergências entre os participantes (algo percebido em Christiania nos embates por sua “normalização” ou na divergência entre participantes da Massa Crítica Fortaleza que ocasionou o surgimento da Ciclovida - a face institucional e formal do cicloativismo fortalezense). Para isso, é preciso que as contradições sejam superadas (Souza, 2015) por meio do diálogo verdadeiro e da ação comunicativa entre os divergentes.

Outra ressalva perceptível é que, especialmente em casos longos como o caso da Praça Portugal, diferentes etapas podem apresentar diferentes níveis de participação. A realização de uma sessão informativa, uma audiência pública de consulta simbólica, um conselho participativo instrumentalizado ou mesmo a forte propaganda do projeto municipal paralela à difamação dos opositores, foram todos níveis percebidos no caso 4. Cada momento pode ter sua avaliação individual, mas é possível também fazer avaliações gerais simbolizadas pelo nível de participação predominante. No caso, na avaliação deste trabalho, o caso exemplificado seguiria como um processo de manipulação, por as sessões informativas não terem continuado quando da mudança de projetos, as consultas simbólicas serem pontuais para cumprir formalidades legais e os conselhos instrumentais não terem sido criados em decorrência desse projeto. Da mesma maneira, a postura cidadã em relação ao nível de participação também é caracterizada pela atitude reconhecida como predominante. Mesmo na pseudoparticipação pode haver grupos proativos (por ingenuidade ou acesso privilegiado)

A partir das informações angariadas nas referências bibliográficas, das análises individuais e conjuntas dos casos e do que foi desenvolvido nesta conclusão, é possível acreditar que a hipótese de que os movimentos cívicos trazem benefícios gerais ao fortalecer a sociedade, a democracia e qualificam as administrações públicas e políticas municipais, foi validada. Afinal, mesmo quando defrontados com processos não-participativos ou pseudoparticipativos, os cidadãos reagem e movem-se de forma insurgente para denunciar, questionar e transmitir visões alternativas que incentivam pessoas a sair da apatia política e questionar os rumos da democracia, e mesmo na derrota, há o aprendizado coletivo que pode afetar mesmo a gestão pública, receosa de provocar reação semelhante posteriormente ou ansiosa por perceber oportunidades de agradar o eleitorado (como se deu no caso do Fórum Cocó, posterior às tensões do Ocupe o Cocó). Por outro lado, nos processos verdadeiramente participativos, os cidadãos atuam proativamente em colaboração com atores promotores de forma a melhorar a cidade e seus espaços públicos, enquanto exercem o direito à cidade e a cidadania ativa. Independentemente da ação estatal, os grupos cívicos são capazes de proporcionar os benefícios à sociedade e à democracia em exercícios autogeridos e colaborativos de uma maneira que pode ser considerada proativa, mas que também não deixa de ser reativa às necessidades comunitárias não atendidas pelo poder público. Assim, a busca por maior participação e autonomia comunitária são catalisadores básicos desses valores positivos e, para isso, os planejadores devem abdicar de visões estadocêntricas e perceber suas qualidades como facilitadores do processo.

9.3 LIMITAÇÕES E DESAFIOS ENCONTRADOS

Durante o desenvolvimento desta dissertação, foram encontradas algumas limitações e desafios que alteraram o escopo inicialmente planejado para a coleta de dados e análise dos resultados.

Primeiramente, em relação à escolha dos casos, foram escolhidos casos em contextos – de certa maneira – similares. Duas cidades brasileiras e uma cidade portuguesa. Embora os governantes, sistemas legais e condições socioeconômicas sejam diferentes, os dois países compartilham de muitos aspectos culturais similares. A verificação em culturas tradicionalmente diferentes poderia talvez trazer conclusões destoantes das obtidas neste trabalho. Além disso, os casos analisados que não tiveram a participação direta desse autor podem ter tido aspectos relevantes não verificados, já que não foram consultadas muitas fontes referentes a cada caso (especialmente os de Aveiro e Curitiba, com busca em apenas um trabalho cada e nas entrevistas realizadas, também com apenas uma resposta cada). Por último, a ausência de pesquisa para um caso de coerção (o processo menos participativo de todos) é como uma peça que falta na escada de participação abordada neste trabalho.

Uma segunda limitação é referente às informações obtidas pelos questionamentos aos cidadãos e aos órgãos públicos. A desconsideração da grande maioria em responder os questionamentos foi um desafio, mas a não-resposta também serviu como resposta (como mencionado anteriormente) e permite interpretações a respeito do tratamento dado aos cidadãos, à transparência e participação. Por outro lado, com os cidadãos foi percebida uma dificuldade muito maior de acesso e retorno das pessoas com quem este autor não desenvolveu contato pessoal anterior. Dos pedidos para responder o formulário dos movimentos cívicos aos questionamentos enviados por e-mail, a maior ausência de respostas veio das pessoas com quem não havia relacionamento prévio. Por ser o autor um desconhecido a pedir um favor, também não pareceu correto perguntar ou cobrar pelas respostas mais do que uma vez, diferentemente da liberdade de tratamento permitida a amigos e conhecidos.

Por último, o trabalho analisou a relação da participação popular com os movimentos cívicos e os modelos de governação, sob a perspectiva da literatura pesquisada e da ótica dos cidadãos (ativistas) e dos órgãos públicos, mas restam dúvidas quanto a apreciação de tudo isso pela população não envolvida, os não-atores e os ausentes. Como eles percebem as movimentações cívicas e de que forma essas os influenciam.

9.4 PRÓXIMOS PASSOS

As análises e verificações desenvolvidas neste trabalho para as temáticas da administração municipal, o espaço público, a participação popular e os movimentos cívicos (e seus cruzamentos) foram muito enriquecedoras a este autor. Por isso, esta dissertação conclui uma etapa, mas abre muitas portas de possíveis caminhos a serem seguidos e temas a serem pesquisados. A pesquisa de temas pouco abordados aqui desperta o interesse deste autor, como a questão da apreciação dos não-atores quanto aos processos participativos formais ou informais desenvolvidos, o desenvolvimento desses exercícios em contextos diferentes para verificação das posturas cidadãs a serem adotadas, a participação em processos autogeridos e mesmo uma pesquisa mais aprofundada sobre os desenvolvimentos dos grupos cidadãos são, por exemplo, alguns temas que despertam interesse para futuras pesquisas que podem, porventura, serem desenvolvidas em um futuro doutorado.

Além disso, esta pesquisa trouxe interesse e motivação a este autor para retomar a atuação enquanto integrante de grupos cívicos e ativistas, agora com bagagem teórica aprofundada para aplicar os conhecimentos alcançados neste trabalho de forma útil à cidadania ativa, atento aos futuros casos que possam porventura decorrer onde o autor estiver.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbud, B. (2006). *Criando paisagens* (3rd ed.). São Paulo: Editora Senac.
- Actors of Urban Change. (2016). *Vivacidade: vestir os vazios da cidade; dress-up the city voids*. Aveiro: Projeto Vivacidade.
- Adams, D. (2010). *O guia do mochileiro das galáxias*. (C. I. da Costa & P. F. H. Brito, Trans.) (Popular). São Paulo: Arqueiro.
- Albrechts, L. (2004). Strategic (spatial) planning reexamined. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 31(5), 743–758. <https://doi.org/10.1068/b3065>
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Assis, D. G. C. de, Silva, F. M. V. da, Siqueira, E. S., & Binotto, E. (2015). O Papel Da Liderança Em Associações : Os Desafios Na Construção De Processos Coletivos De Gestão the Leadership in Memberships : the Challenges in the Construction of Collective Management Process. *Gestão E Planejamento*, 16(1), 4–28. Retrieved from <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3193/2576>
- Autonomy Region Rojava. (n.d.). Retrieved from http://wiki.p2pfoundation.net/Autonomy_Regions_Rojava
- Azevedo, G. (2018, February 3). Cidadão comum que sai armado tem mais chance de morrer, diz autor do Mapa da violência: entrevista com Júlio Jacobo Waiselfisz. Retrieved February 21, 2018, from <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/03/cidadao-comum-que-sai-armado-tem-mais-chance-de-morrer-diz-autor-do-mapa-da-violencia.htm>
- Barbacovi, P. O. (2016). *Bicicleta e Direito à Cidade: como as políticas públicas em ciclomobilidade afetam o direito à cidade dos cidadãos de Fortaleza*. Universidade Federal do Ceará.
- Biehl, J. (2014, December 16). Impressions of Rojava: a report from the revolution. Retrieved February 7, 2018, from <https://roarmag.org/essays/janet-biehl-report-rojava/>
- BIG. (2011). *Yes is More* (1st ed.). Köln: Taschen.
- Braga, J. O. S. de A. (2015). Quem faz a cidade ? Uma reflexão sobre memória , planejamento e participação no caso da Praça Portugal em Fortaleza , CE. In *1º Congresso Internacional de Espaços Públicos* (pp. 1–10). Porto Alegre: ediPUCRS. Retrieved from http://www.pucrs.br/eventos/espacospublicos/downloads/128_D.pdf
- Braga, J. O. S. de A. (2017). Movimentos Urbanos e Cívicos de Fortaleza , Brasil , e suas Relações com o Público e o Poder Público . In *Livro de resumos da IV Conferência de Planejamento Regional e Urbano* (p. 56). Aveiro: Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://www.ua.pt/conferenciapru/file/45960?ref=ID0ECCA>
- Braga, J. O. S. de A., & Passos, V. dos S. (2017). Parcerias entre Sociedade Civil e Poder Público na Revitalização de Vazios Urbanos. In *IV Conferência de Planejamento Regional e Urbano* (p. 17). Aveiro: Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://www.ua.pt/conferenciapru/file/45960?ref=ID0ECCA>
- Brasil, A. (2015, June 23). Manifesto em defesa da Praça Portugal. Retrieved June 5, 2018, from <https://semmuros.wordpress.com/2015/06/23/manifesto-em-defesa-da-praca-portugal/>
- Brundtland, G. H. (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development. United Nations Commission* (Vol. 4). <https://doi.org/10.1080/07488008808408783>
- Buarque, D. (2018, February 20). 'Jornadas de Junho' viraram símbolo do fracasso da ascensão do Brasil: entrevista com César Jiménez-Martínez. Retrieved February 21, 2018, from <https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2018/02/20/jornadas-de-junho-iraram-simbolo-do-fracasso-da-ascensao-do-brasil/>
- Caminha, R. N. P. (2014a). A praça pede passagem. Fortaleza: A Praça Portugal Pede Passagem.

- Caminha, R. N. P. (2014b). Apresentação intitucional documentário “A Praça Pede Passagem.” Fortaleza: A Praça Portugal Pede Passagem; Chiaroscuro cine.
- Carmon, N. (1999). Three generations of urban renewal policies: analysis and policy implications. *Geoforum*, 30(2), 145–158. [https://doi.org/10.1016/S0016-7185\(99\)00012-3](https://doi.org/10.1016/S0016-7185(99)00012-3)
- Carvalho, C., & Rodrigues, R. (2016). *O direito à cidade* (1st ed.). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Cavalcante, E. P. G. (2015). Praça Portugal : a negação da identidade e da memória coletiva pela política cearense. In EdIPUCRS (Ed.), *1º Congresso Internacional de Espaços Públicos* (pp. 1–10). Porto Alegre.
- Cavalcanti, E. R. (2016). Vazios Urbanos E Seus Novos Usos : Reflexões Para a Forma Urbana De Fortaleza (Ce) Vazios Urbanos E Seus Novos Usos : Reflexões Para a Forma Urbana De Fortaleza (Ce) Vacant Land and Its New Uses : Reflections on Urban Form in Fortaleza (Ce), 1–21.
- Cavalcanti, M. (Ed.). (2013). *As lições de Bogotá e Medellín: do caos à referência mundial* (1st ed.). Recife: INTG.
- Cerqueira, D., Lima, R. S. de, Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. dos S. (2017). *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro. Retrieved from <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>
- Cisneiros, L. (2015, April 24). Democracia na rua: Ocupe Estelita. Retrieved June 6, 2018, from <https://direitosurbanos.wordpress.com/2015/05/07/democracia-na-rua-ocupe-estelita/>
- Congress for the New Urbanism. (2001). Carta do Novo Urbanismo. (F. Rogeiro, Trans.). Retrieved from https://www.cnu.org/sites/default/files/cnu charter_portuguese.pdf
- Cruz, H. de F., & Peixoto, M. do R. da C. (2007). Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, (35), 253–270.
- Delicato, C. T. (2007). Condomínios horizontais: a ilusão de viver juntos e isolados ao mesmo tempo. *Urbana*, 2(1), 1–8. <https://doi.org/https://doi.org/10.20396/urbana.v2i1.8635244>
- Dirik, D. (2016, April 5). Construindo a Democracia sem Estado. Retrieved March 5, 2018, from <http://curdistam.blogaliza.org/tag/confederalismo-democratico/>
- Espinosa, A., & Walker, J. (2011). *A complexity approach to sustainability*. (H. J. Jensen, Ed.), *A complexity approach to sustainability* (1st ed., Vol. 1). London: Imperial College Press. <https://doi.org/10.1142/9781848165298>
- Fernandes, J. A. R., & Sposito, M. E. B. (2013). *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. (U. do P.- CEGOT, Ed.), *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto. Retrieved from <https://journals.openedition.org/confins/10603?lang=pthttp://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/21669>
- Fórum Cocó. (2015). *Relatório final Fórum Cocó*. Fortaleza.
- Fórum Social Mundial Policêntrico. (2006). Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Quito, Barcelona e Porto Alegre. Retrieved from <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>
- Freeman, J. (1970). A tirania da falta de estrutura. Difusão Herética. Retrieved from https://we.riseup.net/assets/99743/A_TIRANIA_DA_FALTA_DE ESTRUTURA.pdf
- Gavroche, J. (2017, April 27). The economics and politics of the Rojava revolution. Retrieved May 5, 2018, from <http://autonomies.org/2017/04/the-economics-and-politics-of-the-rojava-revolution/>
- Gehl, J. (2013). *Cidades para Pessoas* (1st ed.). São Paulo: Perspectiva. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Glaeser, E. L. (2012). *Triumph of the city: how our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier* (1st ed.). London: Penguin Books.
- Goldberger, P. (2001, February 1). Cities, Place and Cyberspace. Retrieved May 5, 2018, from <http://www.paulgoldberger.com/lectures/cities-place-and-cyberspace/>
- Governo do Estado do Ceará. Decreto N° 32.248 (2017). Fortaleza: Governo do Estado do Ceará.

- GRAID. (2016). Aplicação do conceito de resiliência: sete princípios para construir resiliência em sistemas socioecológicos. Retrieved May 6, 2018, from <http://applyingresilience.org/pt/start-pt/>
- Guarnacia, M. (2015). *PROVOS: Amsterdam e o nascimento da contracultura*. (L. de S. Mendes, Trans.) (1st ed.). São Paulo: Veneta.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science*, 162(3859), 1243–1248. <https://doi.org/10.1126/science.162.3859.1243>
- Healey, P., Magalhães, C. de, & Madanipour, A. (1999). Institutional Capacity-Building. Urban Planning and Urban Regeneration Projects. *FUTURA- Journal of the Finish Society for Future Studies*, 3(18), 117–137.
- Heemann, J., & Santiago, P. C. (2015). Guia do Espaço Público para Inspirar e Transformar. Retrieved from <http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espaço-Público1.pdf>
- Henriques, S. (2015, April 8). Praça Portugal é epicentro de discórdia no Brasil. Retrieved June 5, 2018, from https://www.rtp.pt/noticias/mundo/praca-portugal-e-epicentro-de-discordia-no-brasil_n818429
- Holanda, C. I. (2014). Que rufem os tambores , não os tratores ! Fortaleza.
- Holanda, A. de. (1976). *Roteiro para construir no Nordeste: arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados* (1st ed.). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado de Desenvolvimento Urbano.
- Instituto de Energia e Meio Ambiente, Boareto, R., Corrêa, R., & Cunha, K. B. da. (2010). *A Bicicleta e as Cidades: Como inserir a bicicleta na política de mobilidade urbana*. (L. Varanda & S. Tharby, Trans.), *Iema*. Retrieved from <http://www.energiaeambiente.org.br/index.php/bibliotecas/download/35?arq=A-bicicleta-e-as-cidades.pdf>.
- Instituto de Planejamento de Fortaleza. (2015a). *Fortaleza hoje*. (L. Parente & A. Assaoka, Eds.), *Fortaleza 2040* (Vol. Série Fort). Fortaleza: Edições Iplanfor. Retrieved from <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/fortaleza-2040/publicacoes-do-projeto>
- Instituto de Planejamento de Fortaleza. (2015b). *Plano de Mobilidade de Fortaleza PlanMob*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza. Retrieved from http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_plano_de_mobilidade_urbana_17-08-2015.pdf
- Instituto dos Arquitetos do Brasil - departamento Ceará. (2014). A ausência de política urbana , o binário e a Praça Portugal. Fortaleza: IAB-CE. Retrieved from <http://iabce.org.br/administrador/arquivos/file/IAB-CE - A ausência de política urbana, o binário e a Praça Portugal.pdf>
- Instituto dos Arquitetos do Brasil - departamento Ceará. (2015). A Praça Portugal na trama dos interesses especulativos comerciais. Fortaleza: IAB-CE.
- James, P., Magee, L., Scerri, A., & Steger, M. (2015). *Urban sustainability in theory and practice: circles of sustainability* (1st ed.). Oxon; New York.: Routledge.
- Jiménez-Martínez, C. A. (2017). *Nationhood, Visibility and the Media: The Struggles for and over the Image of Brazil during the June 2013 Demonstrations*. The London School of Economics and Political Science, London. Retrieved from http://etheses.lse.ac.uk/3550/1/Jimenez_Nationhood_Visibility.pdf
- Kapur, A. (2018). *Auroville Dream & Reality*. (A. Kapur, Ed.) (1st ed.). Penguin Books.
- Kelly, P., Dacombe, R., Farndon, J., Hodson, A. S., Johnson, J., Kishtainy, N., ... Weeks, M. (2013). *O livro da Política*. (R. Longo, Trans.) (1st ed.). São Paulo: Globo.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à Cidade* (5th ed.). São Paulo: Centauro.
- Leoni, G. (2011). *Norman Foster* (1st ed.). São Paulo: Folha de São Paulo.
- Luca, T. R. de. (2008). História dos, nos e por meio dos periódicos. In C. B. Pinsky (Ed.), *Fonte*

- Contexto (2nd ed., Vol. 1, pp. 111–153). São Paulo: Contexto.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Lydon, M., & Garcia, A. (2015). *Tactical Urbanism: short-term action for long-term change* (1st ed.). Washington: Island Press.
- Manzini, E. (2016, October 24). The case for disruptive normality. Retrieved May 6, 2018, from <http://www.shareable.net/blog/the-case-for-“disruptive-normality”>
- Maricato, E., Vainer, C., Harvey, D., Brito, F., Peschanski, J. A., Maior, J. L. S., ... Lima, V. A. de. (2013). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (1st ed.). São Paulo: Boitempo; Carta Maior.
- Massa Crítica Fortaleza. (2014). Manifesto Ciclofaixa Cidadã. Fortaleza: Massa Crítica Fortaleza. Retrieved from <https://www.facebook.com/MassaCriticaFortaleza/photos/a.534823563209874.145717.534313223260908/990091764349716/?type=3&theater>
- Massa Crítica Fortaleza. (2015a). Se a prefeitura não faz, o povo faz: contra a criminalização da Massa Crítica e outros movimentos. Fortaleza: Massa Crítica Fortaleza. Retrieved from <https://www.facebook.com/MassaCriticaFortaleza/photos/a.534823563209874.145717.534313223260908/1208066899218867/?type=3&theater>
- Massa Crítica Fortaleza. (2015b, September 8). Nota sobre a morte da Praça Portugal. Retrieved June 5, 2018, from <https://www.facebook.com/MassaCriticaFortaleza/photos/a.534823563209874.145717.534313223260908/1221765591182331/?type=3&theater>
- Massa Crítica Fortaleza. (2018). *MASSA CRITICA FORTALEZA - O FILME*. Brasil. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=ez9kkfC9JwM&t=1s>
- Melo, J. A. T., & Marinho, N. C. (2016). O ocupe o cocó: apontamentos para uma aproximação entre os direitos à resistência, à cidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na luta em defesa do parque. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico: RBDU*, 2(2), 93–116.
- Mirafitab, F. (2016). Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais*, 18(3), 363. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>
- Mota, J. C. B. da. (2013). *Planeamento Do Território : Metodologias , Actores E Participação*. Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://ria.ua.pt/handle/10773/13666>
- Nelson, A. (Ed.). (2007). *Steering sustainability in an urbanising world: policy, practice and performance* (1st ed.). Hampshire: Ashgate.
- Nogueira, A. G. R. (2014). O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, 7(14), 45–67. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n14p45>
- Nogueira, J. M., & Pereira, R. R. (2016). Critérios e Análises Econômicos na Escolha de Políticas Ambientais, 1–20. Retrieved from <http://www.ceemaunb.com/jmn/publicacoes/04CriterioseAnalise.pdf>
- PAITT - Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito. (2014). *Binário Santos Dumont / Dom Luís - Resumo da análise*. Fortaleza.
- Peck, J. (2016). ECONOMIC RATIONALITY MEETS CELEBRITY URBANOLOGY : Exploring Edward Glaeser ' s City. *International Journal of Urban and Regional Research*, 1–30. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12321>
- Phoenix, W. (2014). *Autocracia: velocidade, poder e morte no mundo motorizado*. (L. de Castro, Trans.) (1st ed.). São Paulo: Veneta.
- Piano, R. (2011). *A responsabilidade do arquiteto: conversas com Renzo Cassignoli* (1st ed.). São Paulo: BEI Comunicação.
- Pinheiro, V. (2018). Um panorama das resistências ao Estado-Capital em Fortaleza. In R. R. P. F. S. D. M. N. D. M. de F. N. R. L. R. B. Pequeno (Ed.), *Cidade Estado Capital: reestruturação*

- urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo* (pp. 264–287). São Paulo: FAUUSP.
- Polk, M. (2011). Institutional Capacity-building in Urban Planning and Policy-making for Sustainable Development: Success or Failure? *Planning Practice and Research*, 26(2), 185–206. <https://doi.org/10.1080/02697459.2011.560461>
- Procuradoria da República no Ceará. (2015). Fórum permanente pela implantação do “parque ecológico do Cocó.” Fortaleza: Ministério Público Federal. Retrieved from <http://www.mpf.mp.br/ce/atuacao/forum-coco/manifesto-coco>
- Rodrigues, L. (2017). *Manual de crimes urbanísticos: exemplos para compreender os negócios da especulação imobiliária* (2nd ed.). Lisboa: Guerra e Paz.
- Rogers, R., & Gumuchdjan, P. (2001). *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gili, Editorial Gustavo.
- Rolnik, R. (2012). *O que é cidade* (4th ed.). São Paulo: Brasiliense.
- San Francisco Planning. (2016). Public space: stewardship guide. San Francisco: City and Council of San Francisco. Retrieved from <http://sf-planning.org/public-space-stewardship-guide>
- Sandel, M. J. (2014). *Justiça: o que é fazer a coisa certa* (13th ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santana, D. T. (2016). *Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira* (1st ed.). São Paulo: Hucitec.
- Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza. (2014). *Plano diretor cicloviário integrado*. (S. N. Rodrigues, G. L. Matos, G. Pinheiro, P. B. Júnior, R. de P. Oliveira, & J. F. de S. Filho, Eds.). Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza.
- Secretaria do Meio Ambiente. (2016a). *Criação de unidades de conservação do rio cocó*. Fortaleza.
- Secretaria do Meio Ambiente. (2016b). *Parecer Técnico Nº 002/2016 – CETIC/COAFI*. Fortaleza.
- Silva, K. N. da. (2009). Resenha do Livro: Planejamento Urbano e Ativismos Sociais. *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, 1(3), 126–131. Retrieved from http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n3/Planejamento_Urbano_e_Ativismos_Sociais.pdf
- Simons, P. Z. (2016, May 19). Rojava: Democracy and Commune. Retrieved May 6, 2018, from <https://crimethinc.com/2016/05/19/rojava-democracy-and-commune>
- Soares, B. B. (2011). La fabrique du patrimoine: de la cathédrale à la petite cuillère. *Mana*, 17(2), 484–487. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132011000200010>
- Sobral, L. (2017). Macro Micro: como Macro e Micro urbanismos podem cooperar? Conversas sobre gestão compartilhada de espaços públicos. São Paulo: A Cidade Press. Retrieved from https://docs.wixstatic.com/ugd/33dfe0_1771860f28b741fbb48cfb33f03a1649.pdf
- Souza, M. L. de. (2015). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos* (10th ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Tanscheit, A. P. (2016, May 23). Conexões entre pessoas e lugares podem ser a chave para a segurança dos espaços públicos. Retrieved from <http://www.mobilize.org.br/noticias/9546/conexoes-entre-pessoas-e-lugares-podem-ser-a-chave-para-a-seguranca-dos-espacos-publicos.html>
- TATORT Kurdistan. (2014). Democratic Autonomy in Rojava. Retrieved May 6, 2018, from <http://new-compass.net/articles/revolution-rojava>
- Tax, M. (2016, October 28). O modelo Rojava. Retrieved March 4, 2018, from <http://curdistam.blogaliza.org/tag/confederalismo-democratico>
- Taylor, M. (2007). Community Participation in the Real World: Opportunities and Pitfalls in New Governance Spaces. *Urban Studies*, 44(2), 297–317. <https://doi.org/10.1080=00420980601074987>
- Thörn, H., Wasshede, C., Nilson, T., Amouroux, C. S., Boggild, S. S., Hansen, A. L., ... Starecheski, A.

- (2011). *Space for urban alternatives?: Christiania 1971-2011*. (H. Thörn, C. Wasshede, & T. Nilson, Eds.). Vilnius: Gidlunds Förlag. Retrieved from <http://www.gupea.ub.gu.se>
- Vasconcelos, A. A., Braga, J. O. S. de A., Queiroz, J. F. H., Oliveira, M. A. de, & Morano, R. P. (2016). Placemaking: teoria e prática na Praça da Alvorada em Fortaleza-CE. Uma experiência de transformação socioespacial. In G. M. Barbirato, A. N. R. da Silva, L. C. L. de Souza, R. A. R. Ramos, D. S. Rodrigues, R. V. R. Barbosa, & J. C. C. Barbirato (Eds.), *Pluris - 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável: contrastes, contradições, complexidades: desafios urbanos no século XXI* (p. 12). Maceió: Viva Editora. Retrieved from <http://www.fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema 2 - Cidades Inovadoras e Inteligentes/Paper790.pdf>
- Vasconcelos, A. A., Braga, J. O. S. de A., Queiroz, J. F. H., Oliveira, M. A. de, & Morano, R. P. (2017). RECRIAÇÃO COLABORATIVA DO ESPAÇO PÚBLICO SEM PARTICIPAÇÃO ESTATAL : O caso da Praça Alvorada em Fortaleza-CE, Brasil. In *IV Conferência de Planejamento Regional e Urbano* (pp. 108–109). Aveiro: Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://www.ua.pt/conferenciapru/file/45960?ref=ID0ECCA>
- Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza, Câmara de Comércio Brasil Portugal no Ceará, Vice-Presidente da Federação das Câmaras Portuguesas no Brasil, Sociedade Beneficente Dous de Fevereiro, & Academia do Bacalhau. (2014). Em defesa da manutenção da Praça Portugal. Fortaleza.
- Walker, R. A. (2016). Why Cities? A Response. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 164–180. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12335>

ANEXOS

A1. COMPONENTE DESCRITIVA DOS ESTUDOS DE CASO

A coleta de dados fornecida pelo formulário “movimentos cívicos urbanos e suas relações com o público e o poder público” trouxe dados muito interessantes ao desenvolvimento deste trabalho. Entretanto, como o foco do trabalho é, além dos movimentos cívicos urbanos, o espaço público e a cultura de participação, faz-se necessário abordar melhor esses temas.

O método escolhido para verificar a relação entre as temáticas abordadas nesta dissertação passou então por escolher casos relevantes de movimentos cívicos urbanos - referenciados na coleta de dados - sobre o espaço público, o que, necessariamente, leva a algum tipo de relação com a participação popular e a administração pública. Foram escolhidos, portanto, oito diferentes casos para análise. Cada um desses traz distinções marcantes nos métodos que os diferem uns dos outros. Inicialmente, foi pensado em buscar um caso referente para cada nível da “escada de participação popular” de Arnstein (1969) e suas releituras (como analisado no tópico 2.3.8). Essa triagem inicial buscou então casos que pudessem ser considerados como “não-participação”, “pseudoparticipação” e “participação real”. Os casos escolhidos foram: o “Ocupe Cocó”, as “Ciclofaixas Cidadãs”, a “Praça Portugal”, o “Fórum Cocó”, a “Avenida Lourenço Peixinho”, o “Vivacidade”, a “Praça de Bolso do Ciclista” e a “Praça da Alvorada”. Para cinco desses, houve atuação e participação direta (“Praça Portugal”, “Fórum Cocó” e “Praça da Alvorada”) ou indireta (“Ocupe Cocó” e “Ciclofaixas Cidadãs”) do autor deste trabalho, com informações trazidas pela documentação angariada à época, vivência empírica e bibliografia de outros autores. Os demais casos (“Avenida Lourenço Peixinho”, “Vivacidade” e “Praça de Bolso do Ciclista”) partiram da leitura bibliográfica de produções comunicativas e acadêmicas.

Como forma de verificar melhor os resultados alcançados e a percepção dos atores desses processos, foi elaborada uma série de perguntas direcionadas a: 1 – os ativistas dos grupos relacionados (anexo 2); 2 – os órgãos públicos envolvidos nesses processos (anexo 3). Ao primeiro grupo, as perguntas questionavam sobre a opinião dos respondentes quanto à qualificação da abertura à participação popular, os ganhos diretos e indiretos obtidos pelos movimentos sociais e de que maneira acreditavam que o processo poderia ter sido mais participativo. Para alguns casos, foi feita um quarto questionamento referente à percepção de mudança na política de participação quando os gestores públicos municipais haviam sido alterados. Ao segundo grupo, as perguntas tinham conteúdo semelhante, sendo as perguntas referentes ao entendimento e definição dada à abertura da participação popular promovida naquele caso, ao papel atribuído aos movimentos cívicos urbanos nesses casos e se o órgão achava que o processo poderia ter sido mais participativo e, se sim, de qual maneira.

Os resultados serão discutidos nas próximas páginas com a seguinte ordem: contextualização do caso; percepção dos ativistas; percepção do órgão público e uma tabela síntese do caso a partir das informações coletadas através do formulário quanto aos grupos preponderantes em cada caso.

A1.1 Ocupe o Cocó



Figura 57: Início do acampamento do Ocupe Cocó. Foto: Eugenia Siebra, 07/2013

O “Ocupe o Cocó” foi “um movimento de resistência em defesa do meio ambiente e de uma área pública verde na cidade de Fortaleza” (Melo & Marinho, 2016, pp. 11-12) que, por quase três meses, “procurou tornar efetiva a participação popular na gestão dos interesses da cidade (...), mobilizando a sociedade fortalezense em torno da discussão da mobilidade urbana e da preservação ambiental” (Ibidem, pp. 9-10).

Com envolvimento apenas em parte do desenvolvimento dos processos relacionados ao Ocupe Cocó, este autor buscou informações em artigo acadêmico escrito por participantes diretos e ativos (Melo & Marinho, 2016) e em conteúdos jornalísticos⁴¹ e de opinião (blogs) que apoiaram a escrita deste subcapítulo.

O “Ocupe o Cocó” teve como objeto o parque do Cocó, a principal área verde da cidade de Fortaleza. O parque se refere às áreas verdes circundantes ao Rio Cocó (principalmente entre a foz e a rodovia BR-116), cujo nome significa, em língua indígena, roçados (plural de có, roça⁴²) e remete às plantações que as diversas tribos possuíam em suas margens e vazantes. Com nascente na Serra da Aratanha (município de Pacoti) e com foz no oceano atlântico, já em Fortaleza, sua bacia hidrográfica irriga a maior parte do município (figura 42) e sua cobertura vegetal envolvente é um dos poucos resquícios da vegetação original do território. Sendo que, em 1986 essa cobertura ocupava 53,8% da área e, em 2014, se limitava a apenas 21% (figura 43, IPLANFOR), devido ao intenso crescimento experimentado pela cidade desde a década de 60 (em um processo de macrocefalia urbana).

⁴¹ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/09/veja-cronologia-das-polemicas-e-protestos-envolvendo-o-coco.html>;

⁴² Aragão, 1994, como citado em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Coc%C3%B3

Fortaleza se expandiu, a partir de seu centro histórico litorâneo, para oeste e sudoeste. Na segunda metade do século XX, voltou-se também ao leste, na direção de que vinha os ventos predominantes da cidade. O Rio Cocó era, até então, um limitador à essa expansão, o que garantia a preservação de seus ecossistemas (Melo & Marinho, 2016, p. 2). Com a construção de três pontes que permitiram seu atravessamento (av. Engenheiro Santana Júnior, av. Sebastião de Abreu e da Sabiaguaba, por ordem cronológica) ao longo das últimas quatro décadas, essa nova frente se tornou importante aos investimentos do capital imobiliário, o que gerou grandes conflitos com ambientalistas que desejam a preservação daquele ecossistema, especialmente seu manguezal (idem).

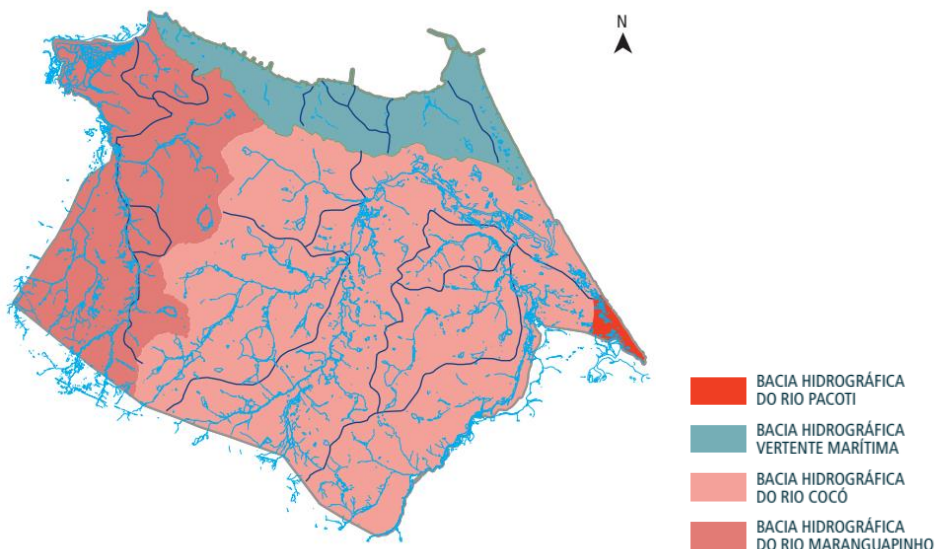


Figura 58: Bacia hidrográfica da cidade de Fortaleza. Fonte: (Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2015a), 2015

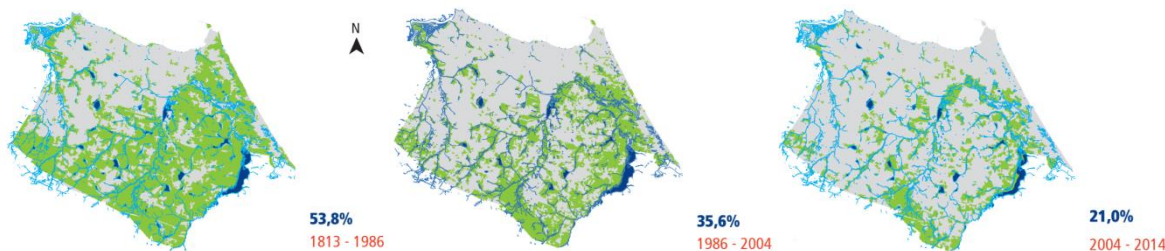


Figura 59: Dizimação da cobertura vegetal de Fortaleza. Fonte: (Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2015a)

A partir de um contexto global de busca da preservação e desenvolvimento sustentável e com atenção a essa nova frente de expansão da cidade de Fortaleza, surge no ano de 1985 o movimento SOS Cocó que organizou diversas mobilizações em defesa desse ecossistema (Melo & Marinho, 2016, p. 2) - mobilizações contra pontes, novas avenidas, centros comerciais e edificações que, aos poucos, reduziram essa área verde.

As mobilizações e a pressão popular resultante levaram diversos governos de cunhos ideológicos distintos a editarem importantes normas para a proteção desse ecossistema - rio, dunas, mangues, vegetação (Melo & Marinho, 2016, p. 3). Assim, foi criado em 11 de novembro de 1983, pelo governador Lúcio Alcântara, o Parque Adahil Barreto; em 30 de janeiro de 1986, a prefeita Maria Luiza Fontenele instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) do Vale do Rio Cocó,

mas essa nunca foi regulamentada; em 1989, o governador Tasso Jereissati, por meio do decreto 20.253/1989 delimitou área a ser desapropriada para a criação do Parque Ecológico do Cocó; em 1993, o governador Ciro Gomes, por meio do decreto 22.587/1993, ampliou essa mesma área para um total de 1.046 ha. Esses dois decretos, todavia, não chegaram a criar uma unidade de conservação como estabelecido pela Lei Federal 9985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Em 2006, a prefeita Luizianne Lins criou, por meio de dois decretos, duas áreas de conservação na Sabiaguaba (foz do Rio Cocó), o Parque Natural Municipal das dunas móveis e uma Área de Proteção Ambiental na sua envolvente, que funciona como zona de amortecimento. Em 2009, foi criada a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das Dunas do Cocó (Lei 9.502/2009) pelo legislativo municipal. Ainda em 2009, o Plano Diretor Participativo – PDP - de Fortaleza (Lei Complementar 62/2009) estabelece a área previamente delimitada de 1.046 há como Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA 1), que garante preservação integral com exigência de total permeabilidade do solo e proibição a construções.

Apesar de todo esse arcabouço legal e das normativas de ordenamento presentes no Plano Diretor Municipal, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) anunciou no dia 05 de julho de 2013 a construção de um complexo de viadutos em dois níveis (figuras 44 e 45) no entroncamento das avenidas Antônio Sales e Engenheiro Santana Júnior. Orçada em 17 milhões de reais (ao redor de quatro milhões de euros), a obra seria construída em 420 dias e demandaria o corte de 94 árvores dentro dos limites do Parque do Cocó para expansão da largura viária.



Figuras 60 e 61: Maquete 3D dos viadutos do Cocó. Fonte: PMF, 2013⁴³

Desde o início, várias críticas ao projeto dos viadutos do Cocó surgiram. Não só pelo desmatamento previsto, mas também pela falta de atenção dada aos modos desmotorizados de locomoção (figura 46) – caminhada e bicicleta. Apesar das críticas, a Prefeitura inicia já no dia 12 de julho o corte das 94 árvores, sob argumentos de que essas eram invasoras e seriam plantadas seis novas árvores para cada cortada, de forma a acalmar os críticos ambientais e mostrar a eficiência e celeridade da máquina pública. À noite, após o corte das árvores, manifestantes ocuparam a área, com 20 barracas de acampar, para impedir a derrubada de mais árvores.

⁴³ <https://www.youtube.com/watch?v=D6LtoF0k340>



Figura 62: Desenho da época mostra questionamentos quanto ao uso da bicicleta, caminhabilidade e obstrução de visuais. Autor: Daniel Lima, 2013

A prática de manifestações e ocupações de espaços públicos como forma de denunciar abusos e violações e criar espaços políticos igualitários de livre debate e discussão - estava em alta nos últimos anos devido aos diversos movimentos *Occupy* que ocorriam em todo o mundo (Melo & Marinho, 2016, p. 10). Apesar de ocorridas em contextos diversos, guardavam algumas características comuns como “a participação da juventude, a negação de qualquer forma de representação, sindical ou política (com críticas muito fortes aos partidos políticos), as deliberações através de assembleias e a utilização das redes sociais ou virtuais para sua mobilização” (idem).

Apesar das práticas semelhantes, foi a proximidade temporal com os gigantescos protestos conhecidos como “Jornadas de Junho” de 2013, ocorridos em várias cidades do Brasil durante a Copa das Confederações, que garantiu a energia e mobilização necessárias para iniciar essa ocupação (Melo & Marinho, 2016, p. 11) e angariar todo o apoio conseguido com movimentos sociais já existentes ou surgidos naquele contexto.



Figuras 63 e 64: Manifestação do Castelão em 19/06/2013, com 70.000 protestantes e confronto com a polícia. Fonte: Mara Paula/Valdecy Alves⁴⁴ (fig. 47), 2013 e Thompson Mota⁴⁵ (fig. 48), 2013.

⁴⁴ <http://valdecyaves.blogspot.pt/2013/06/o-povo-na-rua-manifestacao-de-fortaleza.html>

As Jornadas de Junho, ocorridas menos de um mês antes do início do “Ocupe o Cocó” foram protestos (principalmente) contra a corrupção governamental e a prioridade dada à Copa do Mundo sobre áreas como saúde e educação. Os protestos estavam alinhados com outros movimentos - como os que aconteciam na Turquia, os *Indignados* na Espanha ou *Occupies* nos Estados Unidos – dentro de um fenômeno global de desconfiança à política tradicional e descontentamento com o capitalismo (Jímenez-Martínes, 2017, pp. 126-127). Não é portanto exagerado dizer que “foi a utopia de uma nova sociabilidade da população com sua cidade” (Melo & Marinho, 2016, p. 11) que animou os acampados do Ocupe o Cocó.

Poucos dias depois do início da ocupação, o procurador da República Oscar Costa Filho (do Ministério Público Federal) requere ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA – um relatório sobre os danos ambientais e requisitos legais da obra (Melo & Marinho, 2016, p. 12). A vistoria relatou um desmatamento de 0,2 ha e a ausência de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA – específico. O procurador pede então no dia 16 de julho o embargo da obra, que é concedido ainda no mesmo dia. O Instituto Ambiental Viramundo entrou como parte do processo e adicionou a questão da impossibilidade de construção naquela área de acordo com o PDP de Fortaleza.

Em meio às batalhas judiciais, “sucederam-se os dias de ocupação com a promoção de rodas de conversa e debates quanto ao modelo de gestão ideal para a sociedade e as formas de conciliação entre a mobilidade urbana e a preservação ambiental na cidade de Fortaleza” (Melo & Marinho, 2016, p. 12). Luciana Monte, ativista (membro do grupo Quem Dera Ser um Peixe e que prestou ajuda ao Ocupe o Cocó) entrevistada nesta pesquisa diz que há muito não via a comunidade se unir em torno de um objetivo comum. Para ela, “estudantes, indígenas, integrantes de diversos movimentos sociais, ambientalistas, artistas, moradores do entorno simpatizantes da causa, gente de todas as classes sociais, até os moradores de rua que circulavam por ali eram bem acolhidos pelos que integravam essa ocupação”. Afirmo ainda que “havia uma programação de pautas e atrações montadas de maneira colaborativa e voluntária. Doações de água e alimento e todo mundo cuidando de todo mundo. Sempre presenciei muito respeito”. Para ela, havia um verdadeiro interesse em incluir e acolher quem lá chegava. No final do mês de julho, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) - organizados em um grupo chamado Direitos Urbanos Fortaleza - promoveram um “Concurso de Alternativas ao Viaduto Antônio Sales/Engenheiro Santana Júnior” (Figura 49). Paralelamente, funcionários municipais, partidários da gestão e setores conservadores da sociedade e da mídia tradicional promoviam verdadeira campanha de desinformação e difamação dos ativistas. O uso de termos como “vagabundos”, “maconheiros”, “desocupados” se tornou frequente entre essas camadas, inclusive por pessoas que usavam de agressão verbal ao passar pelo acampamento, ou mesmo pelo vice-prefeito de Fortaleza que, em sua página pessoal, criticou os ativistas e os chamou de “ecochatos” no dia 30 de julho (Figura 50).

⁴⁵ <http://www.thompsonmota.com.br/2013/06/protesto-perto-do-castelao-tem.html>

CONCURSO DE ALTERNATIVAS AO VIADUTO

ANTONIO SALES | ENGENHEIRO SANTANA JUNIOR

por que?

Este concurso vem da necessidade de se propor alternativas à proposta retrógrada e rodoviária que está sendo implantada pela prefeitura de Fortaleza. A partir dele queremos fomentar a produção de projetos que prezem por uma cidade mais humanizada, sustentável, com mais espaços públicos e modais coletivos. Criando-se assim maior qualidade de vida para a população.

como?

A proposta para a área deverá ser feita a nível de partido arquitetônico em uma (01) prancha de tamanho A3 no formato pdf. A forma de representação é livre. O concurso é aberto tanto para graduandos quanto para arquitetos formados, além de outros profissionais envolvidos na melhoria dos espaços públicos e da mobilidade urbana.

quando?

As propostas devem ser enviadas para o e-mail: cacau@arquitetura.ufc.br até o dia 10 de agosto de 2013. Não há limite para o número de participantes por projeto enviado. As melhores proposições serão expostas nos corredores da faculdade de arquitetura da UFC e disponibilizadas num caderno digital a ser produzido pelo grupo Direitos Urbanos I Fortaleza. Este caderno será direcionado à Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinf) e à Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA). Além disso, o mesmo será disponibilizado livremente na internet.

Figura 65: Cartaz do concurso de alternativas aos viadutos. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2013.

 **Gaudencio Lucena** compartilhou um link via Sabino Nogueira.
há 12 horas

Eu digo o seguinte, já passou da hora de o GOVERNO (MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL) deixar de se INTIMIDAR por esses ECODESOCUPADOS ou se preferirem: ECODECHATOS. O Governo tem sim que fazer OBRAS que beneficiem a MAIORIA. E esses DEFENSORES da INCOMPETÊNCIA da DES"administração" ANTERIOR eu dou uma SUGESTÃO: Já que vocês são contra a EVOLUÇÃO de uma METRÓPOLE que no mundo inteiro se modernizam e obviamente PÉS DE CASTANHOLA, NINHOS DE QUERO-QUERO, ABRIGOS DE MORCEGOS, HABITAT DE RATAZANAS, E FORMIGUEIROS, todos de extrema importância para a HUMANIDADE, terão que entrar na COTA de SACRIFÍCIO para que essas OBRAS (isso sim, IMPORTANTES para a COLETIVIDADE) sejam EXECUTADAS. A diferença que veremos será a COMPETÊNCIA da ADMINISTRAÇÃO ROBERTO CLÁUDIO/GAUDENCIO LUCENA. OBRA INICIADA, OBRA CONCLUÍDA, ao contrário da DESASTRADA GESTORA da FORTALEZA "bela?" Então vocês ACAMPADOS DESOCUPADOS fica a DICA: Sejam COERENTES com suas CAUSAS, Ainda há lugares BASTANTE ATRASADOS sem nenhuma INFRA-ESTRUTURA e nenhuma OBRA que tanto os INCOMODAM e sejam muito FELIZES em suas CAVERNAS, aproveitem e levem algumas mudas de CASTANHOLA e VELAMES de mangue. São coisas INDISPENSÁVEIS para a VIDA. ABAIXO o ATRASO e a INCOMPETÊNCIA. Meta BRONCA e faça o que FORTALEZA precisa PREFEITO .

 **Implantação de dois viadutos no cruzamento das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Antônio Sales**
www.youtube.com

A obra de mobilidade urbana, que deverá ser concluída em um prazo de 420 dias, contará com investimento de R\$ 17 milhões. A intervenção

Figura 66: Vice-prefeito de Fortaleza criticou os manifestantes. Fonte: Jornal dos Municípios, 2013⁴⁶.

⁴⁶ <http://www.jornaldosmunicipios.com.br/noticias/municipios/fortaleza/vice-prefeito-compartilha-postagem-com-criticas-ao-movimento-contrario-a-obras-no-coco/>

Na noite de 6 de agosto, o governador do estado do Ceará, Cid Gomes (padrinho político e partidário do prefeito Roberto Cláudio, ambos à época no Partido Socialista Brasileiro - PSB), fez uma visita surpresa ao acampamento (transmitida por *livestream* pelos manifestantes). Entre gafes cometidas em sua fala, demonstrações de alternativas por meio de cidadãos e discussões acaloradas com o vereador João Alfredo (participante ativo do movimento e voz desse no poder legislativo municipal), o governador propôs a retirada do grupo da área em troca da promessa de “legalização do Cocó” (que, como visto anteriormente, carecia de proteção legal específica apesar de iniciativas anteriores) que protegeria o parque e impediria intervenções semelhantes. Os ativistas apoiavam a legalização, mas não aceitaram permitir os impactos dessa obra em troca desse “compromisso oral”. Luciana Monte alega que essa aparição de figura política tão proeminente, apesar da tentativa populista na negociação, demonstra a grande visibilidade e significância do movimento.



Figura 67: Governador Cid Gomes visita o acampamento do Cocó. Fonte: Jornal dos Municípios, 2013⁴⁷.

Apesar da visita do governador, na madrugada do dia 8 (praticamente um dia depois) a Guarda Municipal de Fortaleza, a mando da PMF, iniciou um processo arbitrário e truculento de desocupação forçada do acampamento – que perdurava há 27 dias. “A Guarda Municipal agiu com violência desproporcional, bem como, não houve aviso prévio da desocupação referida, nem tampouco autorização ou ordem judicial” (Melo & Marinho, 2016, pp. 12-13).

Em relatório feito pela Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Ceará – RENAP-CE) endereçado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, denuncia os excessos cometidos pela Guarda. É dito que os guardas estavam sem identificação e, ao chegar, já fizeram uso da violência contra os manifestantes que estavam a dormir. Foram desferidos xingamentos aos manifestantes, além de bombas de efeito moral, spray de pimenta, tasers, balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio que afetaram também os moradores das proximidades. Há mesmo relatos de uso de tortura ao obrigar manifestantes detidos a sentarem em cima de formigueiros. Tudo isso motivou a abertura de uma investigação pela Polícia Federal para apurar as ilegalidades cometidas (Melo & Marinho, 2016, p. 13).

⁴⁷ <http://www.jornaldosmunicipios.com.br/noticias/municipios/fortaleza/cid-gomes-bate-boca-com-joao-alfredo-durante-visita-ao-parque-do-coco/>



Figuras 68, 69, 70, 71, 72 e: Registros da violência da Guarda Municipal contra os manifestantes do Ocupe o Cocó. Fonte: página “Dunas do Cocó” no Facebook, 2013.

Figura 73: Guarda usa spray de pimenta no vereador João Alfredo. Fonte: autor desconhecido, 2013

No mesmo dia 8 em que os manifestantes foram desocupados de forma violenta, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Ceará (IAB-CE) emitiu uma nota em que considerou inadequadas as obras por: 1 – Ter sido concebida sem que houvesse um Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PMMU); 2- Estar em desacordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012); 3 – considerar viadutos uma solução defasada que não atende pedestres e ciclistas; 4 – não ter sido apresentado um projeto completo (executivo) nem orçamento. Propôs então que: 1- as obras fossem suspensas; 2 – que fosse formulado o mais rápido possível o PMMU; 3 – que as obras fossem contratadas a partir de projetos completos e orçamentos feitos de forma transparente e com acompanhamento da sociedade; 4 – que a prefeitura instalasse imediatamente o Conselho da Cidade de Fortaleza (um Conselho de Desenvolvimento Urbano, como apresentado no tópico 4.8) que fosse “formado pelas mais amplas representações da sociedade, com caráter deliberativo e que venha a funcionar como guardião do interesse público, da transparência administrativa, da continuidade e da revisão periódica dos planos e projetos de desenvolvimento urbano de longo prazo”⁴⁸.

No dia 09 de agosto, um dia após a desocupação, foi concedido o pedido para suspender as obras dos viadutos, sob risco de multa à administração municipal em caso de retomada da construção (Melo & Marinho, 2016, p. 13). Após essa decisão, os ativistas voltaram a acampar no parque, apesar da presença da Guarda Municipal nos arredores (Ibidem, p. 14).

No dia 10 de agosto, o grupo Massa Crítica Fortaleza pintou uma ciclofaixa cidadã na avenida Antônio Sales (esse tema será melhor abordado no tópico seguinte). Localizado ao fim da avenida, o acampamento do Ocupe o Cocó recebeu, também, uma faixa de pedestres pintada pelo mesmo grupo para atravessar a av. Eng. Santana Júnior (que não contava com essa estrutura) e chegar com maior segurança ao local.

O prazo de envio de propostas para o “Concurso de Alternativas aos Viadutos” do grupo Direitos Urbanos Fortaleza foi até o dia 10 de agosto. Logo, os organizadores realizaram a apresentação das propostas no próprio acampamento. Das 11 alternativas recebidas (de 10

⁴⁸ Disponível para leitura em <http://iabce.org.br/?view=topic&page=723>

proponentes, um enviou duas versões), várias foram apresentadas para centenas de pessoas na noite do dia 11 de agosto, um domingo, com cobertura de vários veículos de comunicação locais, nacionais e alternativos. As propostas já vinham sendo divulgadas por seus autores (dentre os quais se inclui o autor deste trabalho) nas redes sociais para promover o debate e a mobilização.



Figuras 74 e 75: Apresentação das propostas alternativas no Ocupe o Cocó. Fonte: André Teixeira/G1, 2013.



Figura 76: Proposta autoral de alternativa aos viadutos. Compartilhada centenas de vezes e com mais visualizações no youtube⁴⁹ do que o vídeo do projeto oficial. Fonte: Autor

Poucos dias após as apresentações, mais especificamente no dia 14 de agosto, o desembargador federal Edilson Pereira Nobre Júnior do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) invalidou a suspensão que estava em vigor há menos de uma semana. O desembargador argumentou que “a paralisação da construção dos viadutos causará maior prejuízo à ordem e à economia públicas, tanto por impossibilitar que a sociedade possa usufruir de melhorias no

⁴⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=0Ysq25B3MyI&t=16s>

trânsito da região, como por impor severos prejuízos a serem suportados com verbas públicas”⁵⁰. A ausência do EIA-RIMA demandado legalmente não afetou o julgamento do magistrado.

Apesar dessa decisão judicial negativa ao movimento, o debate na cidade era intenso e as propostas alternativas alcançaram muita visibilidade. Para contrapor isso, o prefeito e os funcionários municipais começaram a anunciar que as propostas eram inviáveis, sem, no entanto, apresentar os argumentos que corroborassem essa tese ou mesmo promover o debate necessário à melhor compreensão desses entendimentos. Também foi criado um “movimento” favorável aos viadutos chamado de #ViadutoSIM. Esse grupo, formado essencialmente por funcionários e assessores municipais⁵¹, organizou uma manifestação a favor dos viadutos no dia 17 de agosto. A participação de interessados foi muito inferior ao que o Ocupe o Cocó conseguia mobilizar. No mesmo dia, foi realizada a festa “canto e reunião em defesa do parque” no acampamento. O evento contou com apresentações musicais e confraternização.



Figura 77: Canto e reunião em defesa do parque. Foto: Lucas Moreira Victor, 2013



Figura 78: Participantes da manifestação a favor dos viadutos. Foto: Kilvia Muniz, 2013

No dia 19 de agosto foi organizada uma roda de conversa na ocupação com alguns dos autores de propostas alternativas e pessoas ligadas ao movimento. Membros da Igreja Católica estavam lá para ouvir os manifestantes e tentar intermediar um diálogo com a administração pública⁵². Para esse evento, alunos de uma escola pública foram convidados a participar e

⁵⁰ <https://pt.globalvoices.org/2013/08/19/fortaleza-justica-brasileira-autoriza-obra-no-parque-ecologico-do-coco/>

⁵¹ Vídeo “Viaduto para que, para quem?” (inclui cenas da violenta desocupação de 08/08/2013), em <https://www.youtube.com/watch?v=vjDAA9hrJu4>

⁵² Vídeo “Vida Sim – Salve o Cocó” em <https://www.youtube.com/watch?v=Y0ee5aPyIgE>

conhecer melhor a ocupação e suas pautas. Por outro lado, percebendo a resistência contínua dos manifestantes, o governo estadual solicitou na Justiça Estadual a ação de manutenção de posse da área para obter justificativa jurídica para desocupação e prosseguimento das obras.



Figuras 79 e 80: Roda de conversa com projetistas e alunos de escolas. Fotos: Júlia Duarte, 2013

Em entrevistas concedidas no dia 19, os autores das propostas se colocaram disponíveis para debater alternativas com o prefeito e sua equipe técnica. O arquiteto Yuri Nobre disse⁵³: “a gente quer que a prefeitura chegue e nos convide. Que a gente possa conversar e, através de um debate democrático, chegar a um consenso. Viaduto não é solução”. O governador Cid Gomes dizia querer chegar a um acordo com os manifestantes sem ter que recorrer à violência. A vereadora Rosa da Fonseca, uma das lideranças do acampamento, afirmou que “existe uma forma muito simples de resolver isso: é o prefeito e o governador realmente abrirem um debate com a cidade sobre alternativas de mobilidade urbana que não ataquem o parque”. A deputada estadual Eliane Novais (PSB) chegou a dizer que o prefeito Roberto Cláudio era incoerente por dizer que queria dialogar, mas enviava a Guarda Municipal para fazer um despejo covarde e truculento. A Prefeitura chegou a afirmar que havia tentado negociar, mas que não havia abertura dada pelos manifestantes, em uma típica estratégia TINA (*there is no alternative*) como visto no tópico 2.1.2.

Com o passar dos dias, as propostas alternativas em defesa do parque e da ocupação, continuaram a ser divulgadas. Foi realizada pelos vereadores do PSOL João Alfredo e Toinha Rocha uma audiência pública, no dia 20 de novembro, no auditório da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará com o intuito de debater as alternativas ao viaduto e uma mobilidade mais humana (figura 65). Para esse evento, foram convidados os secretários municipais de Infraestrutura e de Urbanismo e Meio ambiente, mas não compareceram.

Audiência Pública sobre
Obras do viaduto, suas alternativas e a mobilidade urbana, humana e sustentável
 debate com apresentação das propostas alternativas ao viaduto



**terça, 20/08
 às 15h**

Auditório da ADUFC-Sindicato [Av. da Universidade, 2346]
 Informações: 3444.8361 [Gabinete Ver. João Alfredo]

Realização:



Apoio:



⁵³ <https://al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/19873-manifestantes-querem-convite-de-rc-para-debater-alternativas-a-viaduto>

Figura 81: Convite para debate público organizado por vereadores da oposição. Fonte: Cacau UFC, 2013

No dia 21 de agosto, a juíza Joriza Magalhães proferiu decisão que concedeu a desocupação da área para reintegração de posse, como havia requisitado o governo estadual, com possibilidade de uso de força policial, desde que “pautada pela serenidade e respeito aos direitos fundamentais de todos os envolvidos” (Melo & Marinho, 2016, p. 14). Foi ainda “determinado que o mandado de cumprimento da decisão proferida fosse realizado por dois oficiais de justiça, em dia útil, das 6h às 20h” (idem), com ordem para que tudo fosse filmado e que fossem notificadas a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (idem). No acampamento, a notícia da decisão chegou de maneira informal e os manifestantes, após reunirem-se em uma assembleia, decidiram resistir ao despejo forçado. (idem).

No dia seguinte, oficiais de justiça notificaram os ocupantes em torno das 07h30min da manhã, informando que havia um prazo de três horas para retirarem-se do local (Melo & Marinho, 2016, p. 14). “A partir de então, vários movimentos sociais da cidade de Fortaleza começaram a juntar-se à manifestação em defesa do parque, chegando a reunir cerca de 400 pessoas no local” (idem). Manifestantes acorrentaram-se às árvores e chegaram a fazer uma gigantesca roda humana para demonstrar o grande apoio que tinham. A Polícia Militar já estava na área, à espera da ordem para iniciar o confronto.



Figuras 82 e 83: Manifestantes se aglomeram na ocupação, dão entrevistas e se amarram entre si e às árvores para resistir ao despejo. Fotos: David Chang, 2013



Figura 84: Foto panorâmica mostra a grande quantidade de manifestantes na resistência do Ocupa o Cocó. Foto: David Chang, 2013



Figura 85: Grande roda humana em apoio ao Ocupe o Cocó. Foto: David Chang, 2013

Graças aos esforços de negociação dos representantes do Ministério Público e dos vereadores João Alfredo e Toinha Rocha, a mesma juíza que havia autorizado a desocupação suspendeu a ordem para que fosse antes ouvido o que a União tinha a dizer – já que parte da área era parte do Patrimônio da União- (Melo & Marinho, 2016, p. 15). O movimento então comemorou mais uma breve vitória.

No dia 29 de agosto, o desembargador Edilson Nobre do TRF5 suspendeu a decisão anterior, voltando a permitir a desocupação. Ele colocou “o entendimento de que não havia sido efetivamente demonstrada a ocorrência de fato novo, afirmando que o dano ambiental alegado não passaria de mera suposição” (Melo & Marinho, 2016, p. 15), apesar das vitórias realizadas pelo IBAMA e pelo Ministério Público, órgãos federais. Novamente sob a iminência de desocupação do Parque, alguns ocupantes decidiram iniciar uma greve de fome em protesto contra a decisão judicial. A ação visava atrair atenção da população e sensibilizar para a defesa do parque (idem).



Figura 86: Manifestantes iniciam greve de fome. Foto: Rosa da Fonseca, 2013



Figura 87: Grevistas dão entrevista. Foto: Eugenia Siebra, 2013

Logo houve nova decisão favorável à permanência dos acampados. No mês de setembro se travou uma verdadeira guerra judicial com decisões favoráveis e contrárias sendo expedidas rapidamente e cancelando as anteriores (Melo & Marinho, 2016, p. 15). Enquanto isso, a ocupação angariava ainda mais apoio entre a sociedade devido aos esforços de comunicação, eventos culturais e os diversos debates e audiências públicas promovidas pelos apoiadores do movimento. Apesar disso, a Prefeitura não se fazia presente nesses momentos ou enviava funcionários com pouca autoridade que não possuíam a prerrogativa de criar compromissos ou debater alterações nos projetos. No dia 5 de setembro, o prefeito Roberto Cláudio chegou a afirmar que não deixaria de fazer os viadutos por uma “minoria gasguita, autoritária e

agressiva⁵⁴” e que os projetos alternativos não eram “razoáveis” (apesar da ausência de diálogo por parte do executivo municipal que promovesse esse entendimento entre as partes).



Figura 88: Debate sobre o direito à resiliência. Fonte: ADUFC, 2013



Figura 89: Cinedebate na Universidade Estadual do Ceará. Foto: Júlia Duarte, 2013



Figura 90: Debate sobre a legalização do Parque do Cocó e as alternativas aos viadutos na Universidade Federal do Ceará. Fonte: rede social Ocupe o Cocó, 2013

⁵⁴ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/roberto-claudio-diz-que-nao-deixara-de-fazer-viadutos-por-cao-de-uma-minoria-gasguita-autoritaria-e-agressiva-1.851202>

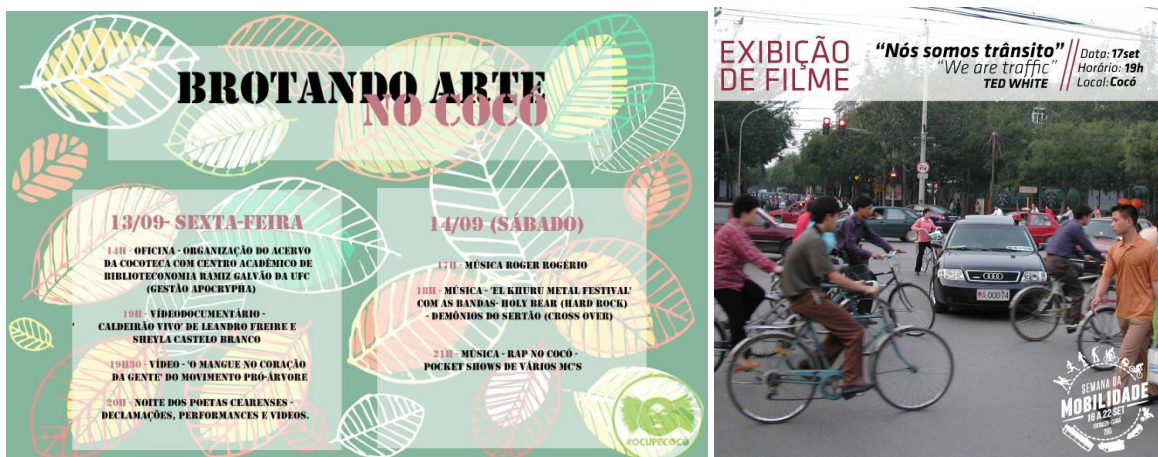


Figura 91: Cartaz do evento “Brotando Arte no Cocó”. Foto: Mayara Kiwii, 2013
Figura 92: Cartaz de exibição de filme sobre mobilidade urbana. Fonte: Ciclovida, 2013

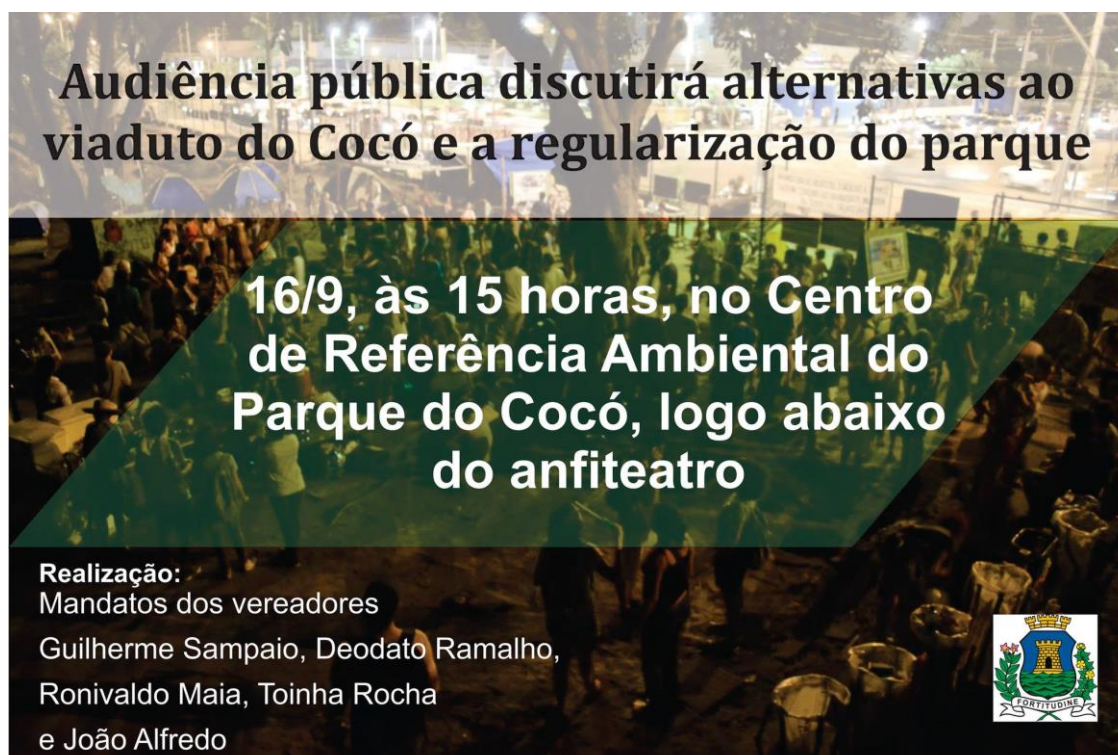


Figura 93: Audiência pública promovida por vereadores de oposição. Fonte: rede social Ocupa o Cocó, 2013



Figura 94: Venda de camisetas em apoio à ocupação. Foto: Lucas Moreira Victor, 2013
Figura 95: Grupos, como os Francisclistas demonstraram apoio à ocupação. Fonte: Diogo Mendonça, 2013

Apesar de todo o apoio recebido, as autoridades públicas se mantiveram irredutíveis e obtiveram enfim a autorização definitiva para a desocupação forçada da área, que foi realizada no dia 4 de outubro, após 84 dias de resistência (Melo & Marinho, 2016, p. 15). Naquele dia, mesmo observadas as recomendações legais, um efetivo de 350 policiais militares com apoio de policiais federais e guardas municipais foi reunido. Os manifestantes, por sua vez, organizavam-se para a derradeira resistência e celebravam o período que lá permaneceram. O entroncamento das avenidas que dava entrada à ocupação foi isolado e transformado em praça de guerra. Durante o conflito, manifestantes jogaram pedras e a Polícia utilizou balas de borracha, bombas de fragmentação e gás lacrimogênio (que afetou também os moradores do entorno). “Terminava ali a mais duradoura e significativa manifestação popular em defesa de uma área pública verde da cidade de Fortaleza” (Melo & Marinho, 2016, pp. 15-16).



Figura 96: Manifestantes dançam com indígenas antes da desocupação. Foto: Thais Leo, 2013

Figura 97: Manifestantes e passantes assistem a desocupação. Foto: Tiago Stille, 2013



Figura 98: Batalhão de Choque realiza a desocupação dos manifestantes. Foto: Bruno Mendonça, 2013

Melo & Marinho (2016, pp. 16-17) ressaltam que, apesar dos tribunais superiores estarem recorrentemente alinhados politicamente com os órgãos executivos públicos em nome de um “interesse público”, o Ocupe o Cocó atualizou a defesa do meio ambiente e provocou, em pouco tempo, grande mobilização na cidade e debates acerca da mobilidade, preservação ambiental,

participação popular e a importância dos espaços públicos. Um período intenso de vivência entre antigos e novos ativistas, 30 anos de SOS Cocó em 3 meses de Ocupe o Cocó.

Já no dia seguinte à desocupação, o prefeito Roberto Cláudio foi à área com sua equipe e tratores para a retomada do corte das árvores e início das obras. Apesar de aparentemente encerrado, o processo continuou com outras atividades e muitas críticas à postura adotada pelo gestor municipal.



Figura 99: Prefeito acena positivamente ao trator. Foto: Kiko Silva, 2013

Figura 100: Charge do Clayton de 5 de outubro de 2013. Fonte: Clayton, 2013

Uma semana depois, no dia 12 de Outubro, uma nova proposta alternativa foi publicizada. O “Circuito Cocó”⁵⁵, concebido por uma equipe de arquitetos e urbanistas (dentre os quais, o autor deste trabalho), psicólogo e publicitário, propuseram uma alternativa simples e de baixo custo que propunha apenas alteração do sentido de tráfego das avenidas envolventes daquele setor do parque. Essa nova proposta veio como forma de dar nova força ao debate e contrapor as acusações de que os projetos anteriores eram “inviáveis” por apresentarem estruturas como túneis. A alternativa teve grande aceitação de diversos setores, de ambientalistas a promotores do mercado imobiliário, passando por membros da academia. Seus integrantes deram entrevistas e participaram de audiência pública no auditório do legislativo municipal, além de realizar apresentações no parque e no edifício defronte a área da ocupação. A administração pública, como anteriormente, não se propôs a debater a alternativa e deu início às obras.



Figura 101: Convite audiência pública Circuito Cocó. Fonte: rede social do Circuito Cocó, 2013

⁵⁵ Para mais informações, https://www.facebook.com/circuitococo/?ref=br_rs



Figura 102: Audiência Circuito Cocó no auditório do legislativo municipal. Foto: Felipe Arruda, 2013

Figura 103: Convite à apresentação do Circuito Cocó no parque do Cocó. Fonte: Circuito Cocó, 2013

No dia 22 de novembro, manifestantes do Ocupe o Cocó e simpatizantes organizaram uma manifestação em defesa do Cocó na Praça do Ferreira, praça mais tradicional do Centro de Fortaleza.



Figura 104: Manifestação na Praça do Ferreira pelo parque do Cocó. Foto: Felipe Arruda, 2013

No dia 29 de novembro de 2014, quando enfim foram inaugurados os viadutos do Cocó, ambientalistas e cicloativistas foram ao evento de inauguração para protestar pela legalização do Parque do Cocó (que teve seguimento no caso A1.4, o Fórum Cocó) e pela implantação de ciclofaixas na região – que como havia sido identificado desde início, se tornou bastante perigosa à circulação dos meios desmotorizados (e continua a ser, pois até 2018 nenhuma estrutura do tipo foi realizada nessa área, apesar do manifesto interesse de ciclistas em reuniões informativas da equipe da “gestão cicloviária” e da dificuldade de conexão criada entre três avenidas com ciclovias ou ciclofaixas).



Figuras 105 e 106: Manifestantes protestam em defesa do Cocó durante a inauguração dos viadutos. Fotos: Arquivo pessoal, 2014

Apesar de todos os embates e conflitos para a realização dessa obra, a administração municipal encarou a construção do complexo de viadutos como uma das (senão a maior) maiores vitórias políticas. A propaganda municipal se candidatou e recebeu prêmios relacionados à essa obra⁵⁶ e no aniversário de 40 anos do prefeito, seu bolo de aniversário tinha viadutos e outros objetos que simbolizavam a sua gestão.



Figura 107: Imagem dos viadutos do Cocó concluídos. Foto: PMF, 2015

Figura 108: Aniversário do prefeito com bolo de viaduto. Fonte: página facebook Roberto Cláudio, 2013



Figura 109: Tia Lourdes: não é o Cocó que precisa da gente. É a gente que precisa do Cocó. Foto: Juliana Muniz, 2013

⁵⁶ <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-vence-premio-de-melhor-projeto-de-mobilidade-com-viadutos>

TABELA SÍNTESE DO CASO E DO GRUPO

Tabela 38: Quadro síntese do caso “Ocupe Cocó”.

OCUPE COCÓ	
CIDADE: Fortaleza, Brasil	PERÍODO: julho a outubro/2013
OBJETO: Viaduto em dois níveis / Parque Urbano	
GESTOR MUNICIPAL: Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra	
PARTIDO: PSB (à época); PDT (atualmente)	MANDATO: 2013 a 2020 (reeleito)
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS: Secretaria de Infraestrutura - SEINF	
INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS: Audiência pública	
GRUPOS ENVOLVIDOS (diretamente): SOS Cocó, Ocupe Cocó, Crítica Radical; Direitos Urbanos Fortaleza	
GRUPOS ENVOLVIDOS (indiretamente): Instituto Ambiental Viramundo; Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-CE); Movimento Pró-Árvore; Ciclovida; Circuito Cocó; Rede Nacional dos Advogados Populares (RENAP)	
AÇÕES TOMADAS PELOS GRUPOS: Ocupação (acampamento); manifestos; projetos urbanísticos alternativos; entrevistas à mídia; divulgação em redes sociais; debates; eventos culturais; ações judiciais	
SOS COCÓ⁵⁷	
DATA DE CRIAÇÃO: 1985	EM ATIVIDADE? Sim
MOTIVAÇÃO INICIAL: O grupo surgiu a partir da necessidade de somar esforços em defesa do Rio Cocó, de seu parque e todo o meio ambiente de entorno contra as investidas do setor imobiliário.	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Meio Ambiente	
ORGANIZAÇÃO INTERNA: Horizontal, sem hierarquia ou mandatos	
Nº DE MEMBROS NO NÚCLEO DURO: em torno de 5	
GRUPO VOLUNTÁRIO? Sim	RELAÇÃO COM EMPRESAS? Sem relações
GRUPOS PARCEIROS: Ceará no Clima; Direitos Urbanos Fortaleza; Instituto Verdeluz; Movimento Pró-Árvore; Coletivo Verdejar; Bom Dia Cocó, dentre outros	
MULTIDISCIPLINARIDADE: Formado por profissionais do direito, biologia, geografia e comunicação (jornalismo)	
FINANCIAMENTO: Doações e divisão de custos entre membros	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS: Facebook e e-mail	
RELAÇÃO DO GRUPO COM A MÍDIA: Aberto ao diálogo e entrevistas	
AValiação da abertura à participação: 1 - Muito ruim	
COOPERAÇÃO COM PODER PÚBLICO: Ocasionalmente em estudos/trabalhos científicos	

⁵⁷ Quatro membros do grupo responderam ao formulário

A1.2 Ciclofaixas Cidadãs – Massa Crítica Fortaleza



Figura 110: Ciclofaixa cidadã da Rua Ana Bilhar. Fonte: versodepequebrado, 2013

As ciclofaixas cidadãs consistem na pintura – por cidadãos, individualmente ou em grupos - de linhas brancas em uma das margens do leito carroçável. Como esses são, normalmente, feitos de asfalto, utiliza-se predominantemente a cor branca para criar maior contraste visual. Esse tipo de ações têm como objetivo proporcionar maior segurança aos utilizadores de bicicleta daqueles caminhos ao mesmo tempo em que pressionam para que mais pistas cicláveis sejam oficializadas.

Este subcapítulo abordará as ciclofaixas cidadãs produzidas na cidade de Fortaleza pelo grupo Massa Crítica Fortaleza que – até onde constatado – aparenta ser o grupo mais influente do Brasil nesse tipo de ação, com mais de 14 mil curtidas em sua página no Facebook e mais de 24 mil visualizações no Youtube do vídeo de sua primeira intervenção, a pintura da Ciclofaixa da Rua Ana Bilhar.

Antes, no entanto, é preciso contextualizar o que é a Massa Crítica e quando surgiu. O sufixo “Fortaleza” no nome daquele grupo indica que é uma derivação da Massa Crítica “original”. Surgida em 1992, na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, aquele grupo reunia pessoas diversas, sem lideranças definidas, para pedalar juntos e chamar atenção à utilização da bicicleta como meio de transporte e as mudanças necessárias à uma política ciclovária necessária e adequada. A única informação definida de antemão aos encontros é a data (sempre na última sexta-feira do mês), horário e local de partida. A ideia originou um documentário intitulado “*We Are Traffic*” e passou a ser realizada em mais de duzentos países. Em alguns lugares do Brasil, a Massa Crítica passou a ser chamada de “Bicicletada”⁵⁸.

Como tantas outras Massas Críticas mundo afora, a Massa Crítica Fortaleza iniciou suas atividades em 2007, mas nos primeiros anos ela agia basicamente como todas as outras, organizando pedaladas conjuntas de na última sexta-feira de todo mês para mostrar a viabilidade da bicicleta como meio de transporte. No entanto, para algumas pessoas isso não parecia mais ser suficiente como forma de conscientizar sobre o uso desse meio como transporte, pois o uso da bicicleta em *night rides* (conhecidos em Fortaleza como *night bike*) começou a se tornar muito praticado. Esses passeios consistem em encontros de acesso livre para pedalar juntos pelas ruas à noite. O que os difere da Massa Crítica tradicional é que nos *night bikes* a

⁵⁸ <http://movimentoconviva.com.br/massa-critica-20-anos/>

premissa não é chamar atenção à bicicleta como meio de transporte viável, mas a prática de um esporte⁵⁹ de forma casual, com os amigos, de maneira segura e controlada, com passeios geralmente organizados geralmente por empresas que podem fazer cobranças (ou não) em troca da oferta de “facilidades”, como água, aluguel de bicicletas, batedores para abrir o caminho ou proteger a retaguarda dos pelotões (como são chamados os grupos, que podem reunir centenas de ciclistas), além de veículo motorizado de apoio para casos de exaustão física, problemas técnicos ou mesmo acidentes. Ocasionalmente esses grupos podem usar “uniformes” de identificação e demandar o uso de equipamentos esportivos de segurança como capacetes, luvas, joelheiras.

Em 2013, como visto no tópico anterior (4.1), o Brasil passou por gigantescas manifestações (Jornadas de Junho) que despertaram a consciência cívica de muitos jovens e desencadeou uma série de ativismos. Enquanto o “Ocupe o Cocó” acontecia no parque homônimo e a discussão sobre mobilidade urbana e formas alternativas de locomoção estavam em debate, os participantes da Massa Crítica Fortaleza daquele momento se organizaram para realizar uma ação direta de pintura de uma ciclofaixa cidadã na Rua Ana Bilhar, como forma de dar grande visibilidade à demanda pela expansão da malha cicloviária da cidade, que nessa época era de 73km, uma “malha tímida perante os 4.000km de vias na cidade” (Instituto de Planejamento de Fortaleza, 2015b, p. 53).



Figura 111: Malha cicloviária de Fortaleza em janeiro de 2013. Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2016⁶⁰

A pintura dessas ciclofaixas cidadãs não foi algo pioneiro no movimento cicloativista. Há casos anteriores. No entanto, talvez seja pioneiro o método utilizado por esses ativistas para pintar as ciclofaixas. Foi construída uma máquina informal de pintar ciclofaixas, carinhosamente

⁵⁹ <https://www.mercadinhossaoluiz.com.br/blog/exercite-se-com-o-night-bike/>

⁶⁰ <http://thecityfixbrasil.com/2016/06/13/fortaleza-e-a-seguranca-viaria-iniciativas-da-capital-cearense-para-priorizar-a-bicicleta/>

batizada de “Gaudência” em homenagem ao então vice-prefeito de Fortaleza após seus comentários contra os ocupantes do Cocó (figura 66).

A “máquina” foi construída a partir de um carrinho de supermercado em que se acopla um recipiente grande com tinta (ou água misturada com corante) que se liga a um registro por meio de uma mangueira. Esse registro tem em sua base um pincel/vassoura que absorve a tinta e pinta o chão⁶¹. Pode ser operada com uma pessoa, mas com duas (uma à frente e uma atrás) garante-se maior estabilidade do traçado. Para a ação da pintura da ciclofaixa da Rua Ana Bilhar, foram utilizados também uma placa de gesso para demarcar previamente o percurso que a máquina deveria fazer, spray branco e stêncils de bicicletas para simbolizar aquela área como uma ciclofaixa.



Figura 112: Preparação da Gaudência. Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2016

Figura 113: Gaudência em ação na pintura da ciclofaixa da Ana Bilhar



Figura 114: Preparos para passar a máquina de ciclofaixas na Ana Bilhar. Fonte: versodepequebrado, 2013

Figura 115: Modelo de stêncil de bicicleta semelhante ao utilizado na ação. Fonte: 1bandoav, 2014

A ciclofaixa foi pintada ao longo de três quilômetros nas primeiras horas da manhã de 04 de agosto de 2013 e a ação foi toda filmada pelo canal de youtube “versodepequebrado”⁶². É dito que esse vídeo, lançado no mesmo dia da ação, foi o vídeo mais visualizado no Brasil naquele dia. Até o dia 27 de maio de 2018 contava com 24.720 visualizações. Um detalhe importante do vídeo é que não se vê o rosto de nenhum dos participantes do ato. Isso acontece por o Massa Crítica Fortaleza, além de agir de forma anti-hierárquica, evita a indicação de líderes e opta pelo anonimato e pela autogestão do grupo. Como atuam anonimamente, ninguém tem autorização para falar pelo grupo e dar entrevistas à mídia ou participar de reuniões a portas fechadas com autoridades (Massa Crítica Fortaleza, 2018). Uma vantagem desse método é de evitar possíveis represálias ou perseguições por as ações serem consideradas infracionais ou ilegais. Uma desvantagem é não se fazer presente em diálogos – bem raros – que possam trazer ganhos concretos à causa.

⁶¹ O tutorial dessa máquina pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=2Y5wJ86-C-c>

⁶² <https://www.youtube.com/watch?v=Roq26AWROZk>

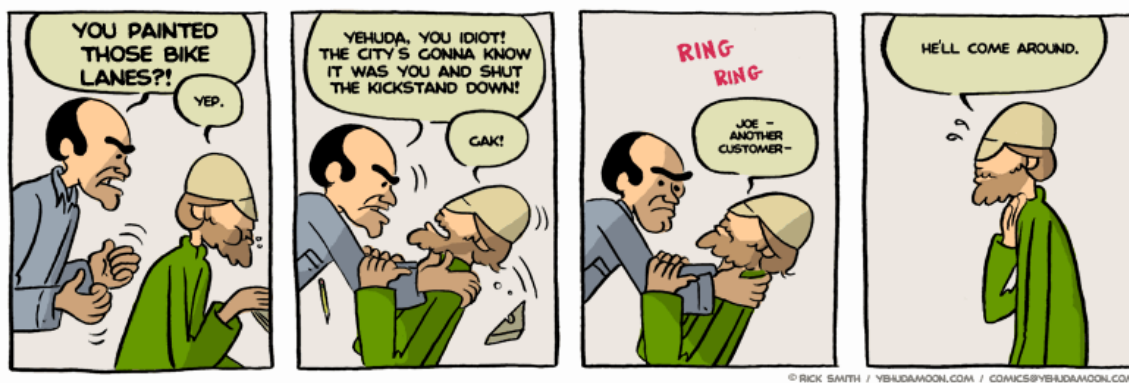


Figura 116: história em quadrinhos “Yehuda Moon” demonstra o receio de represálias quanto à pintura de ciclofaixas cidadãs. Autor: Rick Smith⁶³, 2008

A ação foi considerada um sucesso com enorme repercussão (o vídeo auxiliou nesse processo) que alimentou ainda mais o debate que vinha acontecendo na cidade sobre mobilidade urbana e meios de deslocamento mais sustentáveis, além de servir de pauta a diversos veículos de comunicação locais e nacionais⁶⁴. Poucos minutos após o fim da atividade, já era possível ver ciclistas utilizando aquele espaço e automóveis mantendo respeito e a distância adequada. Apesar das vantagens alcançadas, a Prefeitura optou por apagar, através da Autarquia Municipal de Trânsito (AMC) a ciclofaixa na noite do dia seguinte (05 de agosto de 2013). A justificativa apresentada para a retirada era de que a pista não estava “dentro dos padrões estabelecidos no Manual de Sinalização do Código de Trânsito Brasileiro”⁶⁵.

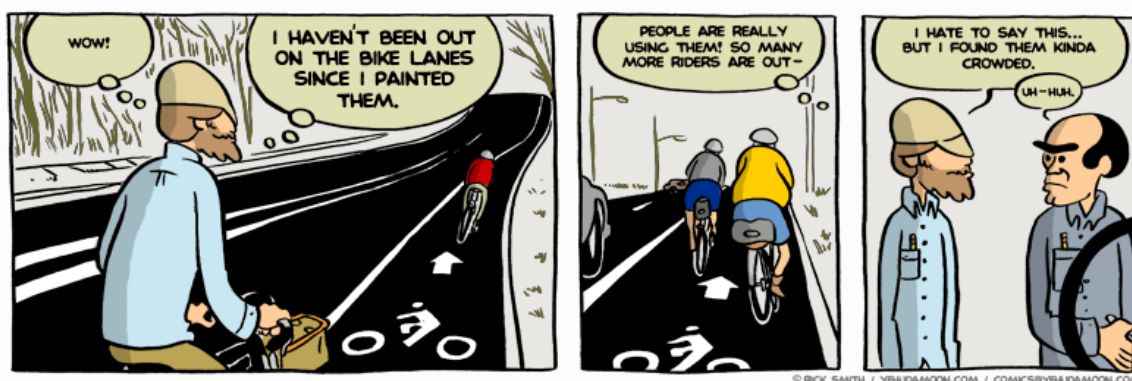


Figura 117: Pintura de ciclofaixas cidadãs atraem os ciclistas devido à possibilidade de deslocamento mais seguro nelas. Autor: Rick Smith, 2008

⁶³ <http://yehudamoon.com/>

⁶⁴ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/grupo-pinta-ciclofaixa-na-ana-bilhar-1.383634> ; <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2013/08/04/noticiafortaleza.3104997/grupo-pinta-ciclofaixa-na-rua-ana-bilhar.shtml>; <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/08/em-fortaleza-mutirao-de-ciclistas-pinta-tres-quilometros-de-ciclofaixa.html>; <http://vadebike.org/2013/08/ciclofaixa-ana-bilhar-fortaleza/> ;

https://revistabicicleta.com.br/bicicleta_noticia.php?grupo_pinta_ciclofaixa_na_ana_bilhar&id=19561 ;

⁶⁵ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/amc-finaliza-retirada-de-ciclofaixa-na-ana-bilhar-1.858773>

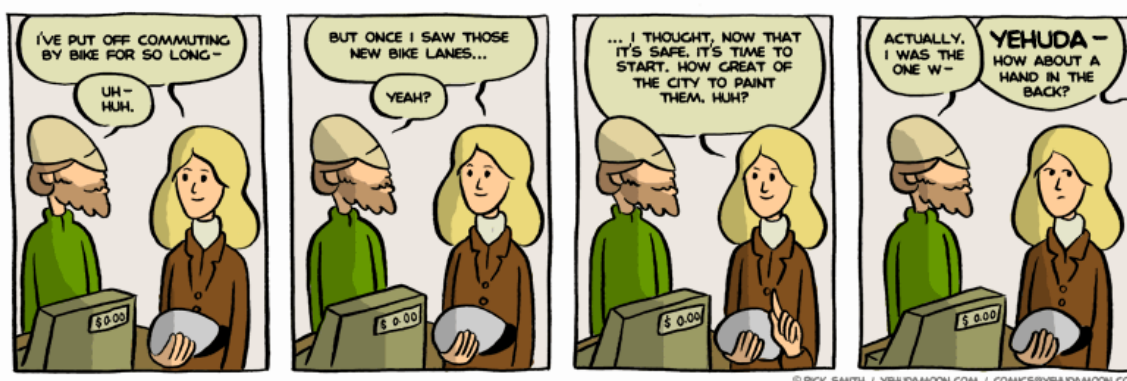


Figura 118: Há uma série de pessoas interessadas em pedalar que se sentem inseguras sem espaços dedicados a isso. Autor: Rick Smith, 2008

Não obstante o apagamento da ciclofaixa da Ana Bilhar, o grupo retomou a atividade no dia 10 de agosto de 2013, seis dias depois da primeira pintura, para pintar, dessa vez, uma ciclofaixa na Avenida Antônio Sales que termina no entroncamento com a Av. Engenheiro Santana Júnior, onde o acampamento “Ocupe o Cocó” havia retornado após a desocupação brutal e ilegal do dia 08 de agosto (analisado no tópico A1.1). Ao término da pintura da ciclofaixa, o grupo, em vez de se dispersar, iniciou a pintura de uma faixa de pedestres para acesso seguro ao parque (não havia essa estrutura na av. Eng. Santana Júnior). Novamente a ação foi filmada e editada para divulgação, alcançando mais de 5.000 visualizações no canal “versodepequebrado” no Youtube. Acompanhe em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Y5wJ86-C-c&t=141s>.



Figura 119: Pintura de faixa de pedestres após pintura da ciclofaixa da Av. Antônio Sales. Fonte: versodepequebrado, 2013

Logo a Prefeitura fez uso do mesmo método da Ana Bilhar e apagou novamente a ciclofaixa (a faixa de pedestres foi mantida até ser apagada com a chuva e o passar do tempo). Nos dias seguintes, os debates sobre as diferentes visões de mundo aplicadas à mobilidade urbana foram crescendo cada vez mais e as ciclofaixas cidadãos despertaram a ira de setores mais conservadores da sociedade (que apoiavam também as obras dos viadutos do Cocó). O jornalista Roberto Maciel criticou em seu blog, no dia seguinte, que o movimento Massa Crítica colocava a vida dos ciclistas em risco ao fazer “ciclofaixas fantasmas” (termo dele) sem projetos técnicos. Dizia ainda que apaga-las gerava custos aos contribuintes e que deveriam ser identificados os responsáveis para serem responsabilizados porque “brincam com o perigo de jogar incautos sob

rodas de carros, ônibus e caminhões”⁶⁶. No dia seguinte (12 de agosto de 2013), o mesmo comunicador complementou as informações a quem (acredita ele) não o havia compreendido. Para ele, a ação “é de uma irresponsabilidade sem tamanho, de uma inconsequência absurda, de uma ignorância lesiva à integridade alheia”. Conclui então que “o ato de empurrar pessoas para o perigo é criminoso. Simples assim” e cobra mais uma vez a identificação dos participantes da Massa Crítica. Realiza, por fim, uma comparação com uma situação em que um suposto grupo ativista demarcasse uma área segura para banho em águas recheadas de tubarões⁶⁷.

A esse tipo de reação negativa e hostil a manifestações pró-ciclismo é dado o nome de *bikelash* (derivado de *backlash*, uma reação negativa, só que voltado especificamente a bicicletas) e é comum em praticamente todas as cidades do mundo que seguem a cultura carrocêntrica e rodoviarista nas políticas de mobilidade urbana. Para os que ainda percebem o mundo com essa mentalidade, a bicicleta não pode assumir o papel de meio de locomoção e deve servir apenas como instrumento de lazer e de práticas esportivas ocasionais. No caso brasileiro, há um outro fator que pesa e contribui para essa postura reacionária. A grande desigualdade socioeconômica que persiste no país – e especialmente em Fortaleza⁶⁸. Muitos dos trabalhadores das camadas mais baixas são submetidos a processos de segregação espacial devido aos altos aluguéis cobrados pelo mercado imobiliário nas “zonas nobres” que concentram grande parte dos empregos. Com deslocamentos longos e baixa remuneração salarial, muitas vezes, para garantir a subsistência, não sobra dinheiro sequer para o transporte público. A bicicleta é uma possibilidade real e importante de deslocamento para essas pessoas, já que não demanda custos diretos de uso e tem baixos custos de manutenção, além de garantir previsibilidade do tempo de deslocamento – normalmente não sujeito a interrupções por congestionamentos automobilísticos. Por outro lado, para quem está no topo da pirâmide, bicicleta como meio de transporte é vista como “coisa de pobre” e muitos evitam se identificar com isso (inclusive os que ascendem socialmente e obtêm “sucesso na vida” ao comprar um carro).

De volta ao caso da argumentação negativa do jornalista quanto à ciclofaixa cidadã, talvez não tenha percebido à época da escrita da opinião que sem a infraestrutura ciclável (oficial ou não) os ciclistas já convivem diariamente com situações de insegurança e sob o constante risco de parar “sob rodas de carros, ônibus e caminhões”. Talvez tenha pensado nos novos ciclistas que seriam atraídos pela demarcação popular, mas esqueceu-se dos que já convivem com a insegurança e a violência do trânsito cotidianamente e que, para eles, seja oficial ou não, ter um espaço reservado ao seu deslocamento com uma quantidade razoável de motorizados respeitando já é um ganho e tanto em comparação à situação anterior. O artista visual Rafael Limaverde desenhou uma charge como crítica aos comentários do jornalista, em que um ciclista pedalando (provavelmente) na ciclofaixa cidadã é perseguido por um tubarão na direção de um veículo 4x4 (apesar do espaço livre na faixa ao lado). O jornalista não teve certeza se era uma crítica e avaliou que o desenho era “um retrato dos riscos de quem se aventura a pedalar numa pintura artesanal que não respeita critérios técnicos nem se integra a ações prévias de legislação, sinalização, divulgação e controle urbano”⁶⁹ sob a ameaça dos “tubarões” que “impunes e sem educação nem controle dirigem pelas ruas de Fortaleza” e mesmo consciente disso, atua na lógica da impunidade desses em prejuízo dos ciclistas e suas demandas por espaços mais seguros.

⁶⁶ <http://blogs.diariodonordeste.com.br/roberto/fortaleza/massa-critica-tem-comportamento-em-relacao-a-vida-dos-ciclistas-abaixo-da-critica/>

⁶⁷ <http://blogs.diariodonordeste.com.br/roberto/fortaleza/nao-fui-bem-compreendido-dai-reforco-induzir-as-pessoas-a-usarem-ciclofaixas-fantasmas-e-o-mesmo-que-empurra-las-para-o-perigo/>

⁶⁸ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/fortaleza-e-uma-das-cidades-mais-desiguais-da-america-latina-diz-onu.html>

⁶⁹ <http://blogs.diariodonordeste.com.br/roberto/fortaleza/a-arte-de-rafael-limaverde/>

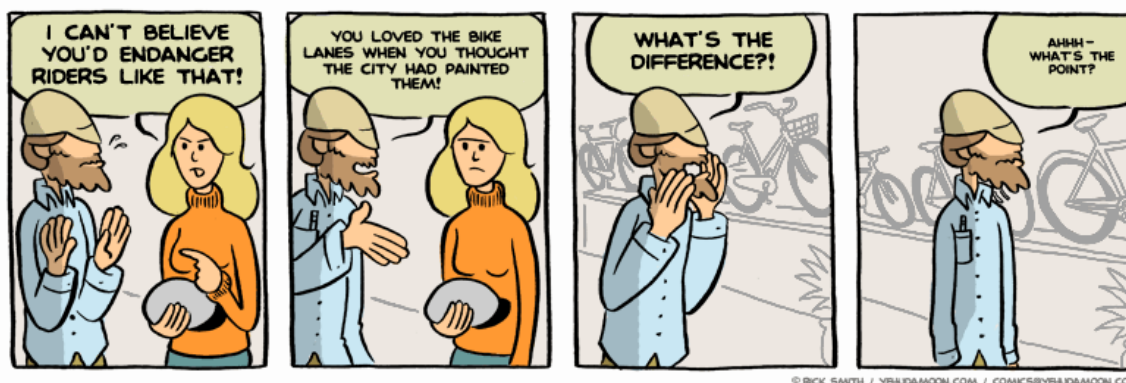


Figura 120: Há quem apoie ciclofaixas, desde que feitas pelas autoridades estatais. Autor: Rick Smith, 2008

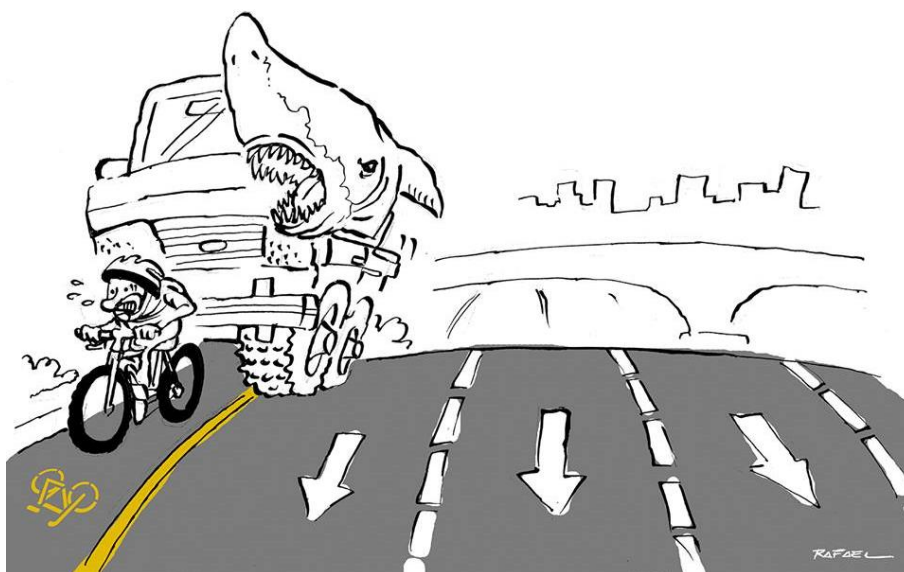


Figura 121: Charge de Rafael Limaverde retrata as dificuldades de pedalar com os “tubarões” do trânsito. Autor: Rafael Limaverde, 2013

Em 2013, o grupo produziu ainda em setembro a ciclofaixa cidadã da rua Oscar Andrade, no bairro do Bom Jardim. Graças a essas, ganhos foram percebidos a curto prazo. Apesar da quase criminalização dos ativistas por parte de setores da sociedade, a Prefeitura decidiu implantar oficialmente uma ciclofaixa na Rua Ana Bilhar pouco mais de um mês após a pintura (com previsão de conclusão dos trabalhos no dia 20 de outubro)⁷⁰. Embora a ação do grupo tenha influenciado diretamente a escolha, é possível que o projeto cicloviário para aquela via já estivesse em desenvolvimento – o que não tira nenhum mérito da pressão exercida pela população para a concretização dessa demanda. Na Rua Canuto de Aguiar - uma rua paralela próxima - foi implantada uma ciclofaixa no sentido oposto para completar o “binário”.

A desocupação definitiva do acampamento “Ocupe o Cocó” e o início consequente das obras dos Viadutos do Cocó no dia 04 de outubro de 2013 trouxe sentimento de derrota e frustração a diversos grupos que atuaram direta ou indiretamente nesse movimento. Talvez por isso tenha havido certa desmobilização das ações diretas de pintura de ciclofaixas cidadãs que só reapareceram novamente mais de um ano depois.

⁷⁰ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/09/apos-protestos-prefeitura-anuncia-pintura-de-ciclofaixas-em-fortaleza.html>

Visões diferentes a respeito das práticas necessárias ao movimento cicloativista levaram alguns participantes da Massa Crítica Fortaleza a se organizar formalmente em uma “associação sem fins lucrativos”, a CICLOVIDA – Associação dos Ciclistas Urbanos de Fortaleza – a fim de auxiliar o movimento cicloativista com uma instituição que ampliasse o respeito e os direitos dos ciclistas por meio de produção de conteúdo técnico, contagens de ciclistas, organização de debates e eventos, prestação de entrevistas e articulação com o poder público.

A partir de então, o movimento cicloativista na cidade de Fortaleza passou a ter duas faces. Uma formal, organizada e respeitosa à ordem estabelecida pelo *status quo* (mas em luta por alteração desse), representada pela Ciclovida, e outra revolucionária, anti-hegemônica e radical que faz uso de ações diretas no espaço público, representada pela Massa Crítica Fortaleza.

Em 2014, novas ciclofaixas oficiais surgiram pela cidade em grandes e importantes avenidas, mas ainda concentradas no que é percebido como “área nobre” da cidade – trecho verticalizado e bem infraestruturado onde residem as classes sociais mais altas. Entretanto, essas novas pistas surgiram de forma pontual e desarticulada de um planejamento maior.

A partir do crescente debate sobre o uso da bicicleta como modo de deslocamento, um quadro legal favorável (devido à Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída em 2012), a oportunidade de ganho político (por ser uma demanda com popularidade crescente) e a possibilidade de apaziguamento com o movimento cicloativista, a Prefeitura iniciou o processo de realização de um Plano Diretor Ciclovitário Integrado – PDCI. Esse plano não contou com a participação dos cicloativistas até uma etapa avançada, quando um esboço preliminar de malha e tipologia ciclovitária foi disponibilizado para consulta e envio de sugestões pelo reduzido período de uma semana. Os cicloativistas, individualmente ou por meio de associações, enviaram contributos e participaram de algumas reuniões no último quadrimestre de 2014. Assim, o PDCI foi concluído, formulado como lei e aprovado efetivamente no dia 23 de dezembro de 2014⁷¹ com um horizonte de implantação até 2030. O plano prevê que Fortaleza terá - até essa data - 524,2 km de pistas cicláveis (ciclovias, ciclofaixas, ciclorrota e passeios compartilhados), com perspectivas de curto e médio prazo (até 2020 e 2025, respectivamente) de implantação.

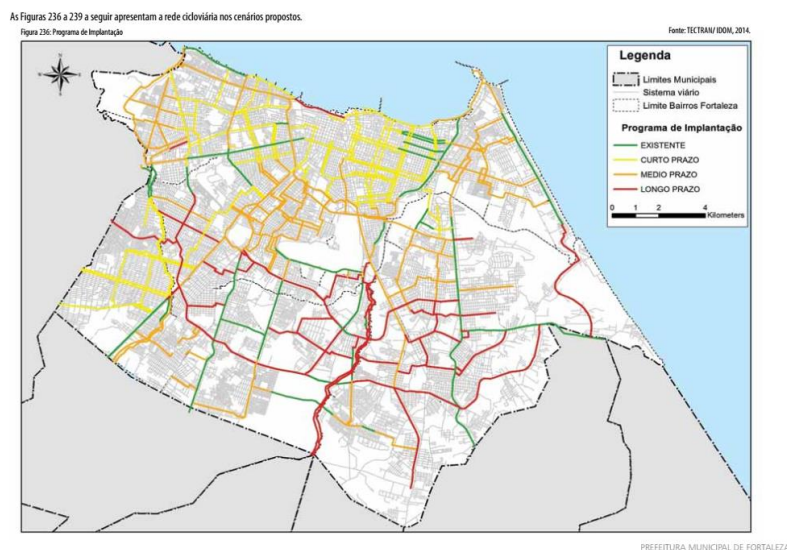


Figura 122: Programa de implantação da rede ciclovitária de Fortaleza. Fonte: (Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza, 2014)

⁷¹ <https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-ordinaria/2014/1031/10303/lei-ordinaria-n-10303-2014-institui-a-politica-de-transporte-ciclovituario-aprova-o-plano-diretor-ciclovituario-integrado-do-municipio-de-fortaleza-e-da-outras-providencias>

A formulação desse plano e dos mapas de rotas previstas, desde antes de sua aprovação legal, permitiu que o movimento cicloativista pressionasse e demandasse por determinados trechos - em seu julgamento – prioritários ou criticar/questionar o atraso de rotas previstas no plano e até então não realizadas. Dessa maneira, a Massa Crítica Fortaleza pintou no fim de setembro as ciclofaixas das ruas Oswaldo Cruz e Joaquim Nabuco (28/09/2014), no bairro da Aldeota, e das ruas Oscar França e Oscar Araripe (12/10/2014), no bairro Bom Jardim, localizado na periferia da cidade e carente de investimentos em infraestrutura básica.

A partir da ação nas ruas Oswaldo Cruz e Joaquim Nabuco (que no início do ano já haviam recebido uma manifestação [sem ação direta] para a implantação de novas ciclofaixas)⁷², o grupo fez melhorias na máquina de pintura de ciclofaixas. Foram colocadas rodas grossas para dar mais estabilidade e foi adaptada uma estrutura de cano de ferro para permitir a pintura orientada à largura pretendida à pista ciclável. Tudo foi gravado e disponibilizado em vídeo na Internet⁷³ com o ensino das adaptações à máquina de pintura de ciclofaixas. No dia seguinte, foi lançada uma nota pela Massa Crítica (algo frequente após as ações do grupo, para explicar as motivações de escolha daquele local) e o secretário da Autarquia Municipal de Trânsito – AMC -, responsável pela sinalização do trânsito da cidade, classificou a pintura como “um ato de vandalismo lamentável”⁷⁴, “deplorável” e que “pode provocar graves acidentes porque confunde ciclistas e motoristas”.



Figura 123: Segunda versão da máquina de pintura de ciclofaixas, durante a pintura no Bom Jardim. Fonte: Queimando Ilusões, 2014

Duas semanas depois, no dia 12 de outubro de 2014, o grupo cicloativista se reuniu para pintar as ciclofaixas cidadãs das ruas Oscar França e Oscar Araripe, no bairro Bom Jardim, as primeiras feitas na periferia da cidade. No dia seguinte, o grupo lançou, através de sua *fanpage* no Facebook o “Manifesto da Ciclofaixa Cidadã”, que constava:

Atenção: Esta é uma ciclofaixa não-oficial, de caráter simbólico, e tem como objetivo chamar a atenção dos governantes e da população para a importância de se respeitar o espaço dos ciclistas e garantir nossa segurança através de investimentos cicloviários.

⁷² <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/01/15/noticiafortaleza.3191458/protesto-cobra-implantacao-de-ciclofaixas-em-fortaleza.shtml>

⁷³ <https://www.youtube.com/watch?v=nXE3rMjK4bg>

⁷⁴ <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/09/29/noticiafortaleza.3322552/coletivo-pinta-ciclofaixa-em-ruas-da-aldeota.shtml>

A Massa Crítica é um movimento popular, horizontal e sem vínculos partidários. É composta por qualquer pessoa que tenha interesse em propagar a bicicleta como meio de transporte. Acreditamos que a bicicleta é uma importante solução para os problemas de mobilidade urbana enfrentados em nossa cidade e que toda a população deve cobrar do poder público uma resposta a essa necessidade tão urgente.

Gostaríamos também de avisar aos governantes, em resposta as declarações do secretário da AMC, que “vandalismo” é o total descaso com que é tratado os ciclistas de nossa cidade, principalmente nas periferias. Os poucos e insuficientes investimentos ciclovitários que são feitos nunca atingem aqueles que mais precisam. “Deplorável” é que os ciclistas tenham que fazer, com seus próprios recursos, aquilo que é obrigação do poder público.

A Prefeitura de Fortaleza, na gestão do Prefeito Roberto Cláudio, criou recentemente o Plano Diretor Ciclovitário Integrado, PDCI, que garantirá 400km de ciclovias por toda a cidade dentro de um prazo de 15 anos. Esse prazo é um verdadeiro absurdo. Se considerarmos o caos de mobilidade urbana que vive a nossa cidade e os vários acidentes fatais ocorridos com ciclistas, atestamos que esse plano já deveria ter sido concluído 15 anos atrás. Nada justifica tamanha lentidão e má vontade política quando vidas estão em jogo, deixar obras tão urgentes e importantes para os futuros prefeitos concluírem apenas demonstra a falta de interesse em realizá-las. A maior parte do PDCI pode ser concluída utilizando apenas tinta. É um investimento barato e que irá beneficiar muitas pessoas: aquelas que já utilizam a bicicleta como meio de transporte, as passarão a usá-la ao se sentirem mais seguras em uma infraestrutura adequada, os usuários de outros modais de transporte ao reduzir a quantidade de carros nas ruas e beneficiará toda a população, ao garantir o acesso a um meio de transporte sustentável, não poluente e que faz bem a saúde de quem usa.

Esta é a CICLOFAIXA CIDADÃ do Bom Jardim. Que a população aproveite, os motoristas respeitem, e a prefeitura oficialize. (Massa Crítica Fortaleza, 2014)

O manifesto foi também colado em muros e postes ao longo do percurso pintado, para que os moradores da região conhecessem o trabalho e o apoiassem. O documento serviu também para responder o funcionário público que havia qualificado negativamente a ação anterior e explica as motivações do grupo, inclusive a esperança de que aquelas pinturas fossem oficializadas. Novamente, a ação foi inteiramente documentada em vídeo e disponibilizada nas redes sociais⁷⁵.



Figura 124: Lema da Massa Crítica Fortaleza, se “a prefeitura não faz, o povo faz”. Fonte: Massa Crítica, 2014

Figura 125: Manifesto colado nas ruas do Bom Jardim. Fonte: Massa Crítica, 2018

Apesar da evidente tensão produzida com o poder público pelas ações diretas do grupo que acabam por fragilizá-lo ao demonstrar sua atuação inconsistente e ineficaz (Sobral, 2017), poderia a administração pública utilizar essas atitudes cívicas como meios de analisar e avaliar

⁷⁵ Vídeo “Pintura de ciclofaixa cidadã no Bom Jardim” https://www.youtube.com/watch?v=73QhziZM_JA

como pilotos para a criação das oficiais, podendo mesmo evitar várias despesas públicas. No entanto, prefere-se demonstrar autoridade e reafirmar o papel estatal de único controlador e planejador do espaço público a admitir uma possível “fraqueza”⁷⁶.



Figura 126: A pintura das ciclofaixas vem não como forma de oposição ao planejamento ciclovitário público, mas como demanda para a implementação rápida desse. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2014

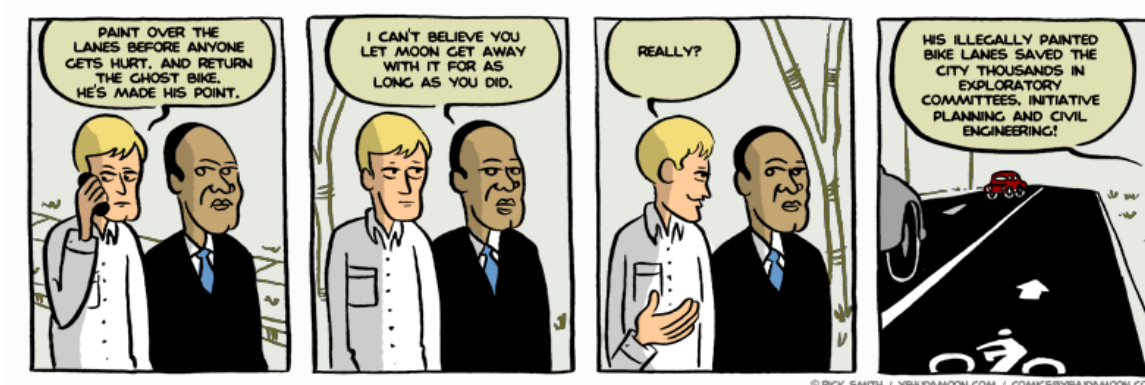


Figura 127: As ciclofaixas cidadãs podem trazer ganhos também à administração pública. Fonte: Rick Smith, 2008

Até o fim do ano de 2014, foram pintadas ainda mais três ciclofaixas: nas ruas Padre Anchieta e Raimundo Arruda, José Barcelos e José Cândido e na Avenida Bezerra de Menezes (que já possuía uma ciclovía segregada, mas que, após obras para implantação de um BRT [*Bus Rapid Transit*], passou por redução em alguns trechos, o que levou à pintura de uma ciclofaixa ao lado no leito carroçável para demandar alargamento da pista ciclável). Todas essas ações aconteceram na noite de 05 de dezembro de 2014.

⁷⁶ Uma curiosidade é que as ciclofaixas cidadãs pintadas na periferia tiveram vida mais longa do que as pintadas na “zona nobre”, levando mais dias para serem apagadas.



Figuras 128 e 129: As ciclofaixas cidadãs realizadas em dezembro de 2014 logo foram apagadas, como todas as outras anteriores. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2014

Em 2015, novas ciclofaixas cidadãs foram pintadas. Primeiro na Avenida Perimetral (12/03/2015) para conectar os dois CUCAs (Centro Urbano de Cultura, Arte, Esporte e Ciência) - equipamentos socioculturais em bairros periféricos da cidade. Em seguida, na Avenida da Universidade (31/05/2015), rota de grande fluxo de pessoas e automóveis que cruza o centro de humanidades da Universidade Federal do Ceará. Além da pintura da ciclofaixa, foi também instalada lá uma ghost bike, uma bicicleta pintada de branco e fixada em uma estrutura alta para servir de memorial a ciclistas vitimados pelo violento tráfego motorizado.

Com o anúncio da prefeitura em implantar uma faixa de transporte público na Rua Padre Valdivino, a Massa Crítica Fortaleza tomou a iniciativa de pintar uma ciclorrota (conhecida também pelo termo inglês *sharrow*, por ser uma rota compartilhada com setas e desenhos de bicicleta que indicam isso) cidadã na rota paralela João Brígido/Dom Expedito Lopes (21 de junho de 2015), pois (à época) não havia intenso volume de tráfego que demandasse segregação (o que demonstra mais uma vez que as intervenções do grupo não eram tomadas por impulso, mas realizadas com planejamento e cuidado técnico).



Figuras 130, 131 e 132: Respectivamente, ciclofaixa cidadã da av. Perimetral; ciclofaixa cidadã da Av. Da Universidade; ciclorrota da rua João Brígido. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2014

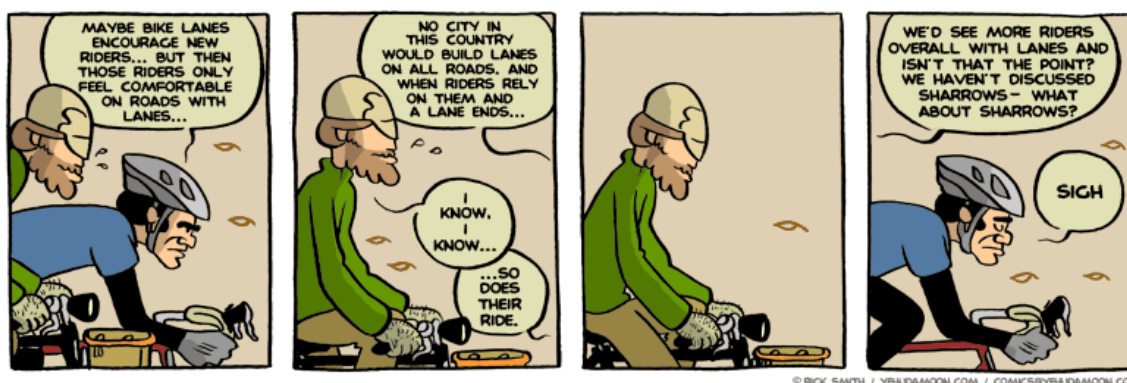


Figura 133: A estrutura segregada traz segurança e conforto aos ciclistas, mas nem todas as ruas têm demanda a esse formato. Ciclorrotas são adequadas a vias mais calmas. Fonte: Rick Smith, 2008

No dia 07 de agosto de 2015, o grupo realizou uma intervenção que gerou uma reação mais intensa por parte do poder público: a pintura de uma ciclofaixa na Avenida 13 de Maio e de símbolos de partilha na faixa reservada ao transporte público na Avenida Domingos Olímpio. As duas vias são importantes eixos de conexão Leste-Oeste na cidade e onde há muito se demandava que fossem implantadas pistas cicláveis, especialmente na Domingos Olímpio que conecta a ciclovia da Avenida Bezerra de Menezes à oeste com a ciclofaixa da Avenida Antônio Sales à leste. Por conta dessas pinturas, a AMC denunciou o grupo Massa Crítica Fortaleza à polícia e solicitou o início de uma investigação por considerar a pintura de faixas cicláveis exclusividade do poder público⁷⁷.

Esse novo fato criou uma grande reação em cadeia no movimento cicloativista, sendo quase que imediatamente marcado um ato-protesto “contra a criminalização dos movimentos sociais” para o dia 28 de agosto de 2015. O ato e a tentativa de criminalizar a Massa Crítica Fortaleza tiveram repercussão e apoio nacional entre o movimento cicloativista, a ponto de a União dos Ciclistas do Brasil (UCB) compartilhar em seu site e redes sociais⁷⁸ o convite à manifestação e a nota publicada pela Massa Crítica a respeito da questão. O texto dizia que “Continuaremos na rua, continuaremos na luta! Querem dizer que somos criminosos. Nós dizemos que criminosos são eles, que sempre negligenciaram a segurança de quem escolheu a bicicleta como meio de transporte” (Massa Crítica Fortaleza, 2015a) e concluía que “A mensagem do estado é clara: não lutem por seus direitos, apenas votem e esperem passivamente a boa vontade das autoridades. Nossa mensagem também é clara: só a luta muda a vida” (idem). O Manifesto Internacional Situacionista (como citado em Massa Crítica Fortaleza, 2018) diz que “na sociedade dominante de hoje, que produz em massa desconsolados pseudo-jogos de não-participação, uma atividade artística verdadeira é forçosamente classificada no campo da criminalidade. É semiclandestina. Aparece sob a forma de escândalo”.

⁷⁷ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/09/23/investigado-pela-policia-grupo-pinta-ciclofaixas-e-ganha-fama-em-fortaleza.htm>

⁷⁸ <https://www.uniaodeciclistas.org.br/associadas-ucb/lutarnaocriime-em-apoio-a-quem-pedala-em-fortaleza/>



Figura 134: Imagens das intervenções ocorridas no dia 07 de agosto de 2015. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2015

Figura 135: Convite à manifestação contra a criminalização da Massa Crítica e dos movimentos sociais. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2015

O evento do dia 28 de agosto de 2015 reuniu dezenas, quiçá centenas de ciclistas em apoio à causa, reunidos inicialmente no tradicional ponto de partida da Massa Crítica, a praça da Gentilândia. A partir dali, os manifestantes debateram sobre o que fazer durante o ato e decidiram por fazer várias ações. A primeira e mais chamativa foi a de interromper a passagem do cruzamento da Avenida da Universidade com a Avenida 13 de Maio por alguns minutos para pintar várias mensagens no asfalto. Frases como “+ amor, - motor”; “vá de bike”; “+ bicicleta – carros”; “revolução”; “sua pressa não vale uma vida”; e “mais adrenalina menos gasolina” deram o tom do apoio à bicicleta como meio de deslocamento. Em seguida, os manifestantes se deslocaram até a praça defronte o prédio da AMC, o departamento municipal responsável pelo pedido de investigação e realizaram pinturas na fachada do edifício enquanto entoavam gritos de “ei AMC, criminoso é você!” (Massa Crítica Fortaleza, 2018).



Figuras 136 e 137: Cenas da manifestação “Lutar não é crime”. Fonte : Massa Crítica Fortaleza, 2018

Até o final do ano de 2015, a Massa Crítica Fortaleza pintou mais uma ciclofaixa cidadã. Dessa vez na Avenida Domingos Olímpio (01/12/2015), onde antes haviam sido desenhados símbolos de bicicleta na faixa reservada ao transporte público. Essa ação teve duas motivações. A mais marcante foi como protesto e demanda imediata de uma pista exclusiva após o atropelamento da jornalista e cicloativista Kelly Hekally no dia 23 de novembro de 2018 por um

ônibus na mesma avenida⁷⁹ (o que gerou protestos e bloqueio da avenida com pneus queimados no mesmo dia)⁸⁰. Apesar do traumatismo craniano e de ter passado alguns dias no hospital, a jornalista se recuperou. A segunda motivação foi exatamente por a administração pública não ter tomado nenhuma atitude em estabelecer uma estrutura que desse conforto e segurança a milhares de ciclistas que por lá trafegavam todos os dias (comprovado mediante contagem de ciclistas feitas pela Ciclovida⁸¹).



Figura 138: Montagem anuncia a ciclofaixa da Domingos Olímpio. Fonte : Massa Crítica Fortaleza, 2015

Em 2016, a Massa Crítica Fortaleza trouxe uma nova versão de sua máquina de pintar ciclofaixas, adaptando o sistema anterior de tinta a uma bicicleta cargueira, no lugar do carrinho de supermercado. Esse novo método permite a pintura de trechos muito mais longos em menos tempo, enquanto se pedala. No entanto, a largura da pista ciclável passa a ser muito mais irregular e não se para para pintar os símbolos de bicicleta por meio dos stêncils. A primeira ciclofaixa cidadã pintada com essa nova ferramenta foi novamente na Avenida Domingos Olímpio, no dia 13 de agosto de 2016, pois apesar de toda a pressão exercida e das promessas dos órgãos públicos em iniciar a pista oficial lá, as obras ainda não haviam sido concluídas (e os prazos eram constantemente adiados).



Figuras 139 e 140: A terceira versão da máquina de pintar ciclofaixas. Fonte : Massa Crítica Fortaleza, 2018

⁷⁹ <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/mobilidadeurbana/jornalista-e-atropelada-por-onibus-quando-pedalava-na-avenida-domingos-olimpio/>

⁸⁰

⁸¹ <https://ciclovida.org.br/contagens-de-ciclistas/>

A pressão exercida desde o final de 2015 resultou no anúncio da ciclofaixa da Avenida Domingos Olímpio no começo de março de 2016⁸². Inicialmente prometida para abril, e depois para junho⁸³, as obras só foram efetivamente iniciadas no dia 19 de julho de 2016⁸⁴ (mais de um mês depois da última ciclofaixa cidadã lá realizada). Inaugurada oficialmente no dia 06 de setembro de 2016⁸⁵, considera-se ter sido de grande importância a pressão exercida pelos cicloativistas, especialmente da Massa Crítica Fortaleza, para sua realização.

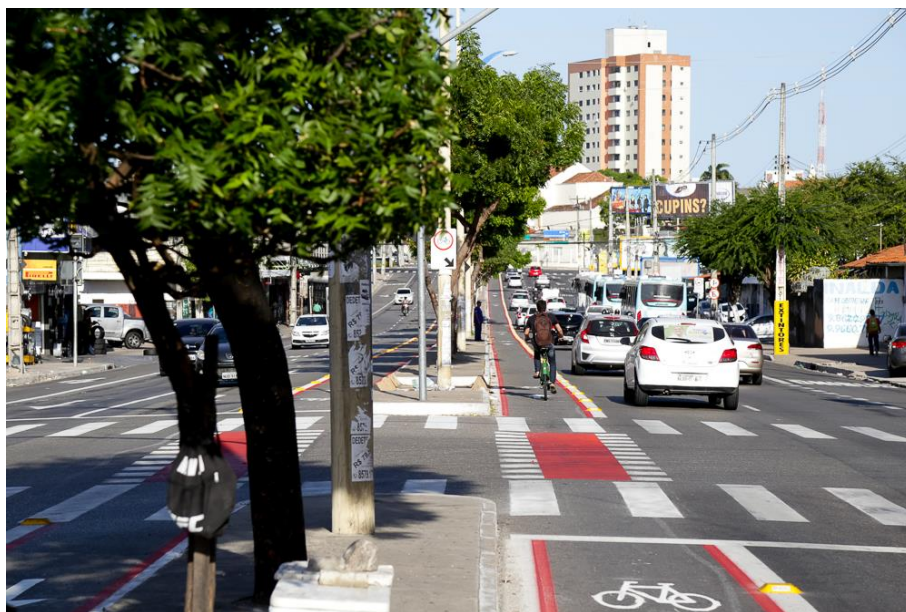


Figura 141: Ciclofaixa oficial da Avenida Domingos Olímpio. Fonte : Tribuna do Ceará, 2016

Ainda em 2016, foi pintada uma nova ciclofaixa cidadã na Avenida Perimetral (a primeira havia sido realizada em março de 2015) em novembro de 2016. Essa ação pintou 16km de ciclofaixa em uma avenida de grande fluxo e alta conectividade dentro da cidade e que conecta os três CUCAs (equipamentos culturais implantados em bairros periféricos e carentes de investimentos. Apesar das duas pinturas, essa ciclofaixa ainda não foi oficializada).

Em 2017, a única ciclofaixa pintada foi na Avenida Eduardo Girão, com cinco quilômetros. No entanto, o grupo realizou e lançou um filme contando a história de suas ações desde 2013. Massa Crítica Fortaleza – O Filme (Massa Crítica Fortaleza, 2018). O filme e seu anúncio teve repercussão entre pesquisadores nacionais e internacionais, com convites para falar das ações para veículos como “CityLab”⁸⁶ e até convites para participar de festivais internacionais de filmes sobre temática relacionada (figura 125). O filme foi disponibilizado ao público no Facebook e no Youtube desde fevereiro de 2018 e traz entre filmagens das ações diretas, frases e citações de literatura acadêmica que referenciam a motivação de seus participantes. Como a frase do Manifesto Internacional Situacionista (como citado por Massa Crítica Fortaleza, 2018) que diz que “é possível se pensar que as reivindicações revolucionárias de uma época correspondem à ideia

⁸² <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/domingos-olimpio-recebera-ciclofaixa-1.1502304>

⁸³ <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/05/24/noticiasjornalcotidiano.3616546/ciclofaixa-da-avenida-domingos-olimpio-deve-ser-entregue-em-junho.shtml>

⁸⁴ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/07/ciclofaixa-da-av-domingos-olimpio-comeca-ser-implantada.html>

⁸⁵ <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/09/ciclofaixa-da-domingos-olimpio-e-entregue-nesta-terca-feira.html>

⁸⁶ <https://www.citylab.com/transportation/2017/10/this-is-how-to-do-guerilla-bike-activism/542871/>

que essa época tem da felicidade”. O filme também traz a informação de que os ativistas brincam ao dizer que só pararão “de fazer ciclofaixas cidadãs quando a cidade tiver 5.000km de ciclofaixas” (Massa Crítica Fortaleza, 2018).

Em levantamento realizado no dia 23 de maio de 2018 pelo mapa cicloviário oficial da Prefeitura de Fortaleza, a cidade contava então com 226,3 km de pistas cicláveis, sendo 101,5km de ciclovias, 120,8km de ciclofaixas, 3,9km de ciclorrota e 0,1km de passeio compartilhado. Houve um acréscimo de mais de 150km de pistas cicláveis desde janeiro de 2013. Embora realizadas pela administração pública, é possível creditar parte dessa realização ao movimento cicloativista que por presença em ações institucionais e reflexivas (Ciclovida), pedagógicas e motivacionais (Bike Anjo e Ciclanas) ou por meio da ação direta das ciclofaixas cidadãs (Massa Crítica Fortaleza) deu força a essa pauta e criou grande pressão social.



Figura 142: Convite a participar do Rueda Film Festival. Fonte : Massa Crítica Fortaleza, 2017

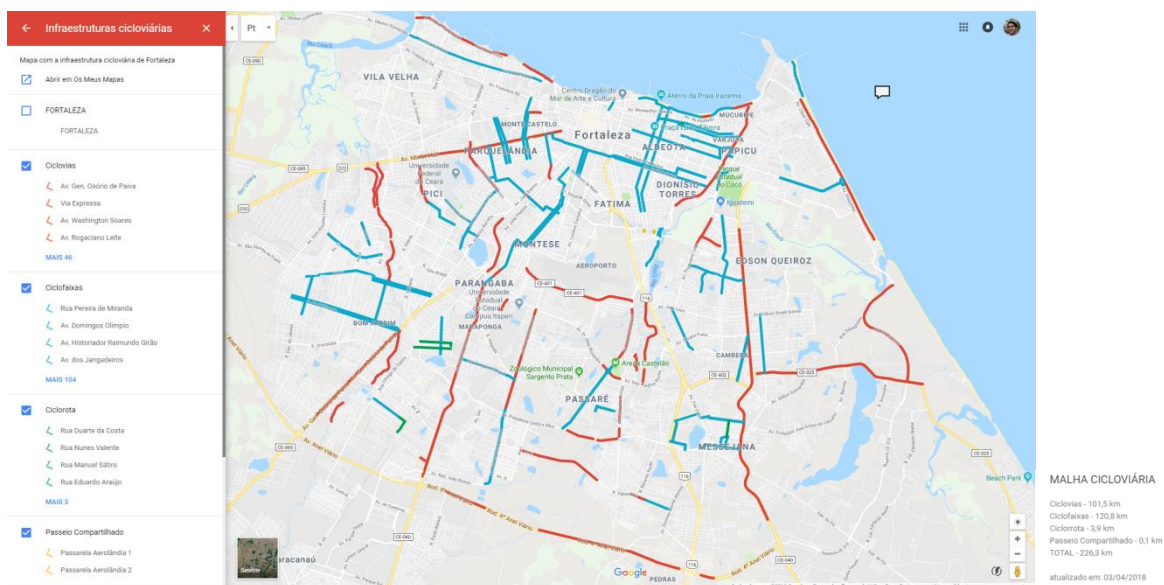


Figura 143: Malha cicloviária de Fortaleza a 23 de maio de 2018. Fonte : PMF, 2018

TABELA SÍNTESE DO CASO E DO GRUPO

Tabela 39: Quadro síntese do caso “Ciclofaixas Cidadãs”.

CICLOFAIXAS CIDADÃS	
CIDADE: Fortaleza, Brasil	PERÍODO: 08/2013 a 11/2016
OBJETO: Sistema viário urbano	
GESTOR MUNICIPAL: Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra	
PARTIDO: PSB; PROS; PDT (atualmente)	MANDATO: 2013 a 2020 (reeleito)
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS: Secretaria de Conservação e Serviços Públicos - SCSP	
INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS: Reuniões periódicas para consulta (gestão cicloviária)	
GRUPOS ENVOLVIDOS (diretamente): Massa Crítica Fortaleza;	
GRUPOS ENVOLVIDOS (indiretamente): Associação dos Ciclistas Urbanos de Fortaleza - CICLOVIDA; Ciclanas; Direitos Urbanos Fortaleza;	
AÇÕES TOMADAS PELOS GRUPOS: Ação direta de pintura de ciclofaixas cidadãs em ruas e avenidas; produção de manifestos; contagem de ciclistas	
MASSA CRÍTICA FORTALEZA	
DATA DE CRIAÇÃO: Entre 2007 e 2012	EM ATIVIDADE? Sim
MOTIVAÇÃO INICIAL: Surgiu a partir de um movimento homônimo mundial para promover a bicicleta como transporte viável.	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Mobilidade Urbana e Espaço Público	
ORGANIZAÇÃO INTERNA: Horizontal, autogerida e anônima	
Nº DE PARTICIPANTES CONSTANTES: 5 a 10	
GRUPO VOLUNTÁRIO? Sim	RELAÇÃO COM EMPRESAS? Não
GRUPOS PARCEIROS: Movimentos libertários	
MULTIDISCIPLINARIDADE: O grupo é multidisciplinar, mas não demanda habilidades específicas, apenas a vontade em participar	
FINANCIAMENTO: Divisão voluntária entre participantes	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS: Facebook	
RELAÇÃO DO GRUPO COM A MÍDIA: Nenhuma. Evita.	
AValiação da abertura à participação: 0,33 - Entre "0 - totalmente errada" e "1 - muito ruim"	
COOPERAÇÃO COM PODER PÚBLICO: Não	

A1.3 Praça Portugal



Figura 144: Evento de lazer e protesto na Praça Portugal. Foto: Autor, 2015

Este subcapítulo traz subsídios de dois artigos, um escrito pelo autor deste trabalho para o 1^a Congresso Internacional sobre espaço público que refletiu sobre memória, planejamento e participação no projeto do binário das avenidas Santos Dumont e Dom Luís (Braga, 2015, p. 2) e outro pela arquiteta e urbanista Erika Cavalcante para a mesma conferência que aborda a ameaça ao monumento e a perda de identidade e memória coletiva “por decisão imposta e legitimada pelo aparato estatal” (Cavalcante, 2015, p. 2).

A Praça Portugal é uma praça com monumento em arco e esfera armilar que homenageia Portugal e se configura “como um dos mais notáveis símbolos urbanos locais” (Cavalcante, 2015, p. 2). Esse logradouro foi criado pelo decreto—lei nº 202 de 23 de maio de 1947 (Braga, 2015, p. 2; Cavalcante, 2015, p. 4) com o nome de Praça Nunes Weyne no loteamento Lydiápolis (que viria a se tornar o bairro Aldeota), no que marcava o início da expansão da cidade a leste de seu centro histórico (Braga, 2015, p. 2). Apesar disso, a praça só foi efetivamente construída em 1968, com homenagem às origens lusitanas (Cavalcante, 2015, p. 4) devido à “boa relação e ajuda financeira que a comunidade portuguesa prestou em sua construção” (Braga, 2015, p. 2).

Construída em formato circular – algo inovador em uma cidade de malha predominantemente ortogonal (Braga, 2015, p. 2) - ao meio de uma rotatória (possivelmente por influência da comunidade portuguesa que se referenciou na praça Marquês de Pombal de Lisboa [Ibidem, p. 3]), a praça passou a funcionar “como espaço público livre e instrumento regulador do trânsito desde sua construção em 1968” (Ibidem, p. 2), apesar de, em suas primeiras décadas, comportar fluxo automotor tão reduzido que sequer necessitava de sinalização de trânsito, ao ponto de motoristas estacionarem na rotatória ou seguirem em fluxo contrário sem causar prejuízos (Garcia, 2013, como citado em Braga, 2015, p. 2).

Desde então, diversas gerações de moradores da cidade passaram a se apropriar desse espaço que “se tornou referência na região” (Braga, 2015, p. 3). Na década de 80, a praça sediou várias feiras que acabaram por desconfigurar o desenho original (idem). Por isso, em 1991 a praça passou por uma grande reforma “que mudou o desenho interno ao círculo” (idem). O projeto, de autoria da arquiteta Maria Clara Caminha – diretora do Departamento de Projetos de Fortaleza – contou com a colaboração de diversas pessoas (Cavalcante, 2015, p. 5) para trazer um desenho que estabelecia uma esfera armilar em aço corten suspensa sob um arco monumental que fazia o eixo leste-oeste da avenida Dom Luís (Braga, 2015, p. 3). “O arco tinha em seu lado oeste um espelho d’água que simbolizava o mar aonde Portugal se expandiu para os quatro cantos do mundo, representado pelas quatro pracetas das diagonais” (idem), o que enfatizou o “caráter monumental e a relação local com a cultura lusitana” (Cavalcante, 2015, p. 5) e fortaleceu a praça como marco urbano - “elemento que se fixa no imaginário das pessoas e chama atenção em relação ao contexto que se insere” (Braga, 2015, p. 5). A “reinauguração deu-se em 28 de dezembro de 1992, em festivo encontro com cearenses e portugueses” (Cavalcante, 2015, p. 5).



Figura 145: O primeiro desenho da Praça Portugal. Foto: Autor desconhecido

Figura 146: Praça Portugal após reforma de 1991. Foto: Autor desconhecido

Enquanto a praça estava sob obras, a feira que lá acontecia se transferiu a uma outra praça distante cerca de 500m e por lá permaneceu (Braga, 2015, p. 3). O novo desenho, apesar de trazer novas possibilidades de uso por ser amplo e de grande visibilidade, tornou-se meramente contemplativo nos primeiros anos. Com o incremento da motorização urbana, a praça tornou-se “ilhada” e, em parte devido a isso, vários jovens de cultura marginal passaram a se apropriar do lugar (idem). Ao final dos anos 90 até 2014, a praça se tornou ponto de encontro para centenas de roqueiros, nerds, otakus e emos (idem). Além disso, a praça se tornou “centro cívico de organização política e de lazer da área” com festas, eventos, protestos e manifestações (Ibidem, p. 2). Como disse Oswald Barroso (2015, como citado em Cavalcante, 2015, p. 8), “quando a elite quer ser ouvida, ou quando o povo quer ser ouvido pela elite, levantam-se nela”.



Figura 147: Manifestação operária do “Dia Estadual de Lutas”. Foto: Evilázio Bezerra, 2014

Figura 148: Protesto pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Foto: Kleber Gonçalves/DN, 2015

Figura 149: Manifestação “Mobilidade Urbana para Quem?”. Foto: André Teixeira/G1, 2013

Com a frota automobilística e os congestionamentos da cidade em constante aumento, os problemas da mobilidade urbana passaram a ter grande visibilidade e ter o debate massificado na população. Nesse cenário, com a “capacidade de tráfego da rotatória da Praça Portugal comprometida, saturada e desequilibrada em suas aproximações, o prefeito Roberto Cláudio Bezerra anunciou em 07 de março de 2014 o projeto para execução imediata do binário das avenidas Santos Dumont e Dom Luís” (Braga, 2015, p. 3), que previa a remoção da praça em sua identidade circular para ser substituída por um cruzamento com quatro praças menores (idem). A proposta, formulada pela equipe do PAITT – Plano de Ações Imediatas de Transporte e Tráfego -, previa a implantação de sentido único nas duas avenidas, com retirada das árvores do canteiro central, para criar faixas de transporte público e ciclofaixa (Ibidem, p. 4).



Figuras 150 e 151: Modelos 3D do cruzamento no lugar da Praça Portugal. Fonte: PAITT, 2014

O anúncio do binário e da remodelação da Praça Portugal causou uma grande discussão popular (Braga, 2015, p. 4) que resultou em resistência e questionamentos (Cavalcante, 2015, p. 5). “Dessa forma, arquitetos e urbanistas criticaram a remoção da praça, ambientalistas foram contra a remoção das árvores, (...) historiadores questionavam a pouca atenção dada a um símbolo da história e do patrimônio da região” (Braga, 2015, p. 4). A priorização dos veículos automotores, o desrespeito ao patrimônio histórico, o afeto das pessoas para com o lugar e a perda de um marco urbano – constituído não apenas por sua estrutura permanente, mas também pela imagem temporária formada pela grande árvore de natal montada na praça nessa época – foram temas de muitas manifestações cidadãs produzidas em depoimentos, análises, entrevistas, debates, cartas abertas ou projetos urbanísticos (Ibidem, pp. 2, 4, 5). A reação popular à destruição iminente do bem demonstrou sua identificação com esse (Cavalcante, 2015, p. 5).

“Com a grande repercussão pró-permanência da Praça Portugal, foi iniciada uma campanha de desmoralização e descaracterização do local organizada pela própria Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o intuito de facilitar a aceitação e desacreditar os críticos da obra” (Braga, 2015, p. 4). O prefeito então alegou que a praça é subutilizada pela população, em clara desconsideração aos jovens que lá frequentavam (Cavalcante, 2015, p. 5). Em outra ocasião, afirmou que a “Praça Portugal não era uma praça, mas sim uma rotatória e que não teria valor histórico por ser muito ‘nova’, tendo apenas 45 anos de idade, quase a mesma idade que o gestor”⁸⁷ (Braga, 2015, p. 4). É importante ter em conta que a presença de jardins urbanos decorrentes de desenhos viários em nada os impede de serem considerados praças (Macedo & Robba, 2002, como citado em Braga, 2015, p. 4). Além do prefeito, políticos de sua base aliada⁸⁸

⁸⁷ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/praca-portugal-nao-e-uma-praca-mas-uma-rotatoria-diz-roberto-claudio-veja-video-1.842533>

⁸⁸ <http://www.politicacomk.com.br/para-o-lider-de-roberto-claudio-demolicao-da-praca-portugal-e-apenas-um-detalhe/>

também tomaram a atitude de desmerecimento do logradouro, como um deputado estadual que disse “Para mim, a Praça Portugal é um entulho”⁸⁹.

Em resposta a essas atitudes demeritórias por parte das autoridades e como crítica bem-humorada a tais afirmações, surgiu no dia 10 de março de 2014 a página de *Facebook* “Fortaleza Desmemoriada” que fazia montagens com os absurdos ditos e imaginava afirmações semelhantes aplicadas a outros espaços de valor histórico-cultural da cidade.



Figuras 152, 153, 154, 155, 156 e 157: Bom-humor ao ironizar as críticas à praça. Fonte: Fortaleza desmemoriada, 2014

Devido ao choque pela proposta trazida pela Prefeitura, o Instituto dos Arquitetos do Brasil – seção Ceará (IAB-CE) convidou os técnicos do PAITT responsáveis pela proposição dos binários para realizarem uma apresentação técnica na sede do instituto. No dia 17 de março de 2014, uma equipe de engenheiros e arquitetos municipais realizou a apresentação no IAB-CE (publicamente e com acesso livre). Na ocasião, causou revolta que, por mais que tenham realizado simulações de tráfego com oito cenários (com apenas um que desconfigurava a Praça Portugal), em que nenhum aperfeiçoava todos os aspectos (Braga, 2015, p. 4), tenha sido negada a possibilidade de modificação da proposta, que teria as obras iniciadas em três dias (Cavalcante, 2015, p. 7). Ao término da apresentação, alguns dos servidores públicos ficaram pessoalmente ofendidos devido às críticas produzidas ao projeto e ao método. Isso prejudicou posteriormente a comunicação entre as partes. Nos dias seguintes, a equipe realizou a mesma apresentação em outros locais, mas em todos os casos “o autoritarismo da gestão, que propunha uma ‘imposição’ sob o disfarce de ‘debate’, com a comunidade, já prenunciava sua postura frente à sociedade e ao patrimônio” (idem).

⁸⁹ <https://glo.bo/2HeH3mJ> - Deputado chama Praça Portugal de “entulho” e defende intervenções no local

Outras instituições também principiaram tentativa de diálogo com a Prefeitura - já que havia sido demonstrada abertura para isso⁹⁰ - como a comunidade portuguesa – tendo à frente o Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza – que, a convite do prefeito, teve uma reunião em 14 de março de 2014 que encaminhou a criação de uma comissão de avaliação de alternativas técnicas (Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza et al., 2014).



Figuras 158 e 159: Cenários alternativos analisados pelo PAITT. Fonte: (PAITT - Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito, 2014, pp. 33–34)

Como prometido na apresentação, a execução do binário das avenidas Santos Dumont e Dom Luís teve início nos dias seguintes – pouco mais de duas semanas após o anúncio das obras -, com a remoção de 194 árvores dos canteiros centrais. Muitas dessas morreram durante o transplante e foi impedida a visita de cidadãos que buscaram verificar as condições das que foram transplantadas no Horto Municipal (Braga, 2015, p. 5).

As obras na Praça Portugal, entretanto, não puderam ser iniciadas de imediato devido à Lei Orgânica do Município que estabelece que qualquer alteração física em uma praça deve ser submetida à aprovação na Câmara de Vereadores (Braga, 2015, p. 5; Cavalcante, 2015, p. 7) e, à época, não havia um projeto definitivo, apenas representações esquemáticas, do que viria a ser a praça (Braga, 2015, p. 5).

“Graças a esse intervalo que a praça estaria protegida e a uma possibilidade de abertura ao diálogo acenada pelo prefeito de Fortaleza” (Braga, 2015, p. 5), muitos grupos atuaram em busca de angariar agumentos e posições favoráveis à manutenção da Praça Portugal (idem), além das diversas manifestações pessoais que eram reproduzidas no facebook, em blogues, em artigos de opinião nos jornais. O grupo Direitos Urbanos Fortaleza realizou uma coleta de propostas alternativas à proposição oficial para o logradouro. O IAB-CE preparava um documento que expressasse a visão da entidade quanto a tudo, a comunidade portuguesa aguardava as reuniões da comissão prometida e um documentário sobre a praça começou a ser produzido.

Concomitantemente, as obras de implantação do sentido único nas avenidas prosseguiram e foram concluídas rapidamente (com exceção das regularizações dos passeios e estacionamentos). Apenas uma intervenção foi feita na envolvente da Praça Portugal para conciliar o fluxo veicular com a estrutura que ainda não podia ser removida. O canteiro central do lado sul da Avenida Desembargador Moreira foi estendido até à praça, eliminando a função de rotatória e criando uma parada no encontro com a avenida Dom Luís. Isso propiciou maior fluidez e facilidade de acesso à praça, devido ao tempo semaforico, mas a administração pública

⁹⁰ <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2014/03/10/noticiaspoliticas.3217938/roberto-claudio-diz-que-esta-aberto-a-sugestoes-sobre-praca-portugal.shtml>

continuou a insistir na obra como solução para acessibilidade. O grupo Massa Crítica Fortaleza, irritado com as declarações, pintou, por meio de uma ação direta popular no dia 11 de abril de 2014, uma faixa de pedestre de acesso à praça⁹¹ a fim de de explicitar que a pouca quantidade de pessoas naquele local era causa da proposital falta de sinalização.

O caderno de propostas do grupo Direitos Urbanos Fortaleza – DU – reuniu sete ideias alternativas ao cruzamento. “O material ficou disponível a todos no fórum do coletivo e foi enviado por e-mail à equipe do PAITT” (Braga, 2015, p. 6), no dia 02 de maio de 2014. No entanto, a equipe municipal apenas confirmou o recebimento desse no dia 19 de maio de 2014, dezessete dias após o envio (idem). Nenhum debate foi produzido acerca do documento.



Figura 160: Ativistas pintam faixa de pedestre na Praça Portugal. Fonte: Massa Crítica 2014

Figura 161: Caderno de propostas alternativas à Praça Portugal. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2014



Figura 162: Proposta alternativa do arquiteto Yuri Nobre. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2014

Figura 163: Proposta alternativa do arquiteto José Otávio Braga. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2014

Figura 164: Proposta alternativa dos arquitetos Paulo Angelim, Abner Sousa e Vitor Xavier. Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, 2014

O IAB-CE que vinha sendo muito cobrado a divulgar seu posicionamento, publicou, no dia 25 de abril de 2014, uma nota intitulada “A ausência de política urbana, o binário e a Praça Portugal”. Nela, elencavam aspectos positivos e negativos da iniciativa do PAITT e listavam 14 questionamentos pendentes. O texto ressaltava que: o compromisso político da proposta estava restrito a questões viárias (Instituto dos Arquitetos do Brasil - departamento Ceará, 2014, p. 2); o anúncio de início imediato das obras permitia “deduzir que a gestão estava tratando, em princípio, as definições do PAITT como definitivas e aprovadas” (Ibidem, p. 1); que as sucessivas

⁹¹ <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/04/11/noticiafortaleza.3234842/ativistas-pintam-faixas-de-pedestre-que-dao-acesso-a-praca-portugal.shtml>

apresentações em espaços de debate demonstraram um “diálogo mais informativo que participativo, em que independente do que se discutisse a solução para o desenho urbano já estava tomada” (Ibidem, p. 2), o que demonstrava “a inaptidão da gestão para dialogar com a sociedade nas etapas de diagnóstico e formulação” (idem). Concluía, portanto, que “a proposta de intervenção do binário das avenidas Santos Dumont e Dom Luís não correspondem a um planejamento urbano integrado e democrático” (Ibidem, p. 4) e recomendava explanações mais aprofundadas dos questionamentos, “bem como uma maior abertura ao diálogo com a sociedade” (idem).

No dia primeiro de maio, os representantes das entidades luso-brasileiras radicadas no Ceará afirmam que haviam colocado seus “melhores esforços no sentido de argumentar pela preservação deste valioso logradouro público” (Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza et al., 2014, p. 1) na comissão criada para avaliação de alternativas técnicas ao cruzamento, com a primeira reunião realizada no dia 28 de abril. Na ocasião, “restou clara a irredutibilidade dos técnicos indicados pela Prefeitura em não considerar a integridade da Praça Portugal como uma alternativa. Ao contrário, restou clara a intenção dessa equipe técnica de obliterar a praça” (idem). Por isso, seus “representantes renunciaram às respectivas posições na Comissão, uma vez que nenhuma das entidades que representam concorda com os desdobramentos desse anteprojeto” (idem). Assim, a nota veio esclarecer que o grupo se opunha veementemente ao anteprojeto apresentado e continuaria a se esforçar na “defesa intransigente da praça, perfilados ao lado da maioria da população de Fortaleza” (idem).

Em pouco mais de dois meses, uma quantidade gigantesca de manifestações a favor da Praça Portugal surgiram, apesar da posição irredutível da gestão municipal quanto à retirada dessa. Entretanto, as etapas oficiais que deviam ser seguidas para as obras incluíam a realização de uma audiência pública para apresentar o projeto. Com a intenção de manobrar e evitar mobilizações críticas e polêmicas na apresentação, a Prefeitura, com apoio da base aliada no legislativo municipal, anunciou uma audiência pública para as 14h do dia 20 de maio de 2014. O problema é que a divulgação desse evento foi feita a partir das 12h15min do mesmo dia, menos de duas horas antes do início. Foi nesse mesmo dia que a Prefeitura divulgou em vídeo o que seria o projeto definitivo para a Praça Portugal⁹². Todavia, seria impossível a qualquer cidadão ver o vídeo no dia de seu lançamento, analisá-lo, descobrir sobre a audiência e se deslocar à Câmara Municipal para expor seu ponto de vista a tempo.



Figuras 165 e 166: Representações gráficas do projeto para a Praça Portugal do escritório Imagic . Fonte: Imagic, 2014

Após muitas críticas dos vereadores de oposição daquela casa legislativa e ameaças de invalidez da sessão, foi marcada uma nova audiência pública para o dia 02 de junho de 2014,

⁹² <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/05/20/noticiafortaleza.3253742/prefeitura-divulga-video-do-projeto-da-praca-portugal.shtml>

dessa vez com alguns dias de antecedência, o que permitiu o convite às pessoas que se opunham ao projeto, como o autor deste trabalho que foi apresentar o caderno de propostas alternativas do grupo Direitos Urbanos Fortaleza. Cavalcante (2015, p. 7) conta que o debate realizado na Câmara Municipal contou “com a presença voluntária de arquitetos, urbanistas, historiadores, filósofos, membros do consulado português, políticos, dentre outros” e até da leitura de um texto de Rui Nogueira Paes Caminha - filho da arquiteta Maria Clara Caminha, responsável pelo projeto do desenho de 1991 da praça – que, à época, produzia um documentário chamado “A praça pede passagem” que buscava registrar e divulgar o apoio à praça para mantê-la ou manter o registro histórico desse momento⁹³. Nos documentos lidos, questionava “afinal como poderíamos apegar-nos a algo, se a cada par de anos colocamos tudo abaixo” (Caminha, 2014a) no que conclui “rogamos aos membros dessa casa, ilustração máxima da cidadania, que escutem o clamor de tantos que se posicionam contrário à essa medida” (Caminha, 2014b). Apesar disso, os “questionamentos e proposições dos defensores da praça foram ignorados” (Braga, 2015, p. 6). Entre os poucos vereadores aliados à gestão e, portanto, contrários à praça que compareceram ao evento, foi destaque o vereador Carlos Mesquita que declamou ao microfone que concurso de projeto era coisa de arquiteto querendo emprego, além de outras descortêsias⁹⁴.

Apesar de estar presente uma maioria favorável à preservação da Praça Portugal na audiência do dia 02 de junho de 2014, no dia 12 do mesmo mês os vereadores entraram em sessão para votar sobre a alteração física da praça. Cavalcante (2015, p. 7) conta que “se quase nenhum político desfavorável à praça apareceu na discussão, compareceram em massa para votar sua demolição. De um total de 37 vereadores, apenas 7 votaram em favor de estudos antes da aniquilação do bem”. Após a intervenção ser validada (Lei nº 10.127 de 13 de junho de 2014) e não possuir mais obstáculos à sua implantação e nem perspectiva de conciliação por meio do diálogo, os defensores da manutenção do logradouro apostaram na possibilidade de tombamento a nível municipal para preservação do bem histórico (Braga, 2015, p. 6) no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHC) da Secretaria de Cultura de Fortaleza.

Dois Pedidos de Tombamento Provisório foram protocolados na Secultfor. Um deles, da arquiteta Erika Cavalcante, no dia 25 de abril de 2014 e outro pelo vereador João Alfredo (Cavalcante, 2015, p. 8). Anexado aos pedidos, vinham “o caderno de alternativas do DU, um abaixo-assinado com mais de 3.000 assinaturas pela preservação da praça, o livro ‘Praça Portugal – um laço entre Portugal e o Ceará, dentre outros’” (Braga, 2015, p. 6). O secretário municipal de cultura (cargo de confiança indicado pelo prefeito), Magela Lima, também presidente do conselho, deu prosseguimento apenas ao pedido do vereador João Alfredo (Cavalcante, 2015, pp. 7-8). “Em percebida má fé pública, o secretário expunha o problema ao Conselho como se tratando apenas de rivalidade política, e não de interesse social” (Ibidem, p. 8), com omissão do abaixo-assinado aos conselheiros e recusa a esclarecer por que não o havia apresentado (idem).

Na sessão seguinte do conselho, procedeu-se a votação para tombamento provisório da praça e, conseqüentemente, estudos para o tombamento definitivo. Com um empate de oito votos a favor pela abertura dos estudos e oito votos pelo arquivamento do processo, o voto de desempate coube ao presidente do conselho, que deu razão à interrupção do processo (Braga, 2015, p. 7). Todos os votos da sociedade civil e de entidades supra-municipais foram pela preservação da praça⁹⁵, o que incluía: o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o

⁹³ <https://vimeo.com/123459294>

⁹⁴ Informação oral presenciada por este autor.

⁹⁵ <http://blogdoeliomar.com.br/2014/07/03/conselho-municipal-de-protecao-ao-patrimonio-nega-tombamento-da-praca-portugal/>

Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). A favor do arquivamento do processo votaram os representantes da: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR), Procuradoria Geral do Município (PGM), Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE), Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR-CE), Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) e Ordem dos Advogados do Brasil – seção Ceará (OAB-CE). Com exceção da OAB, todos eram cargos indicados pelo poder legislativo ou executivo municipal e estadual, integrantes da mesma base aliada. Cavalcante (2015, p. 8) ressalta que a Prefeitura de Fortaleza doou terreno público para construção da nova sede da OAB dez dias antes, no dia 24 de junho de 2014.⁹⁶ A votação e parte das argumentações favoráveis à praça foram gravadas e publicadas no vídeo “Praça Portugal – o fim da praça da gente?”⁹⁷.

Apesar da derrota no COMPHC e do “caminho liberado” ao início das obras (prometido para setembro de 2014, apesar de decisão judicial impeditiva em vigor⁹⁸), os grupos favoráveis à sua preservação tornaram-se mais articulados e passaram a se identificar como “Amigos da Praça Portugal” com esforços aplicados na dinamização do espaço com eventos e atividades regulares para demonstrar seu potencial e não permitir que as discussões acerca dela arrefecessem. Assim, em outubro de 2014 surge o evento “Praça Portugal, Viva!” que organizou três eventos - 11 de outubro de 2014, 13 de dezembro de 2014 e 10 de janeiro de 2015 - com atividades culturais e recreativas infantis (Cavalcante, 2015, pp. 5-6). Houve também eventos esporádicos como “o encontro coletivo para desenho de paisagens “Urban Sketchers”, a apresentação de dança típica portuguesa promovida pelo Vice-Consulado de Portugal e o evento de dança “Kizomba em Fortaleza”⁹⁹. Além dos eventos, muitos textos continuavam a ser veiculados em diversos veículos de comunicação. O estudante Carlos Lury Holanda “consagrou-se como um dos vencedores da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro”¹⁰⁰ (Cavalcante, 2015, p. 6) na categoria “artigo de opinião” com o texto “Que rufem os tambores, não os tratores” que conclui em seu texto “Dessa forma, precisamos exigir uma ampla discussão a respeito das ações que estão sendo implementadas na atual administração municipal” (C. I. Holanda, 2014, p. 1) e “Assim, pensar, discutir e debater o futuro da cidade é necessário. Não podemos permitir que gestores temporários, em nome da mobilidade urbana e do ‘desenvolvimento’, apaguem a memória da cidade” (C. I. Holanda, 2014, p. 1).



Figura 167: Carlos Lury Holanda vencedor da Olimpíada de Língua Portuguesa. Foto: Helena Martins, 2014

Figura 168: Apresentação de dança típica portuguesa. Fonte: Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza, 2014

Figura 169: Casal dança kizomba na Praça Portugal. Fonte: Branquelas Produções, 2014

⁹⁶ <http://cmfor.ce.gov.br/legislativo-aprova-doacao-de-area-publica-a-oab/>

⁹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=r1KM8ndjGGY>

⁹⁸ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/intervencao-na-praca-portugal-deve-ser-iniciada-em-setembro-1.1059120>

⁹⁹ https://www.youtube.com/watch?v=21Hk_vyMPDk

¹⁰⁰ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/12/brincava-com-os-livros-diz-cearense-vencedor-de-olimpiada-de-portugues.html>



Figura 170: Cartaz do segundo evento Praça Portugal, viva!. Fonte: Praça Portugal Viva, 2014

Figura 171: Crianças se divertem durante o evento Praça Portugal, Viva!. Fonte: Praça Portugal Viva, 2014

Apesar das constantes promessas e prazos de início das obras e demolição da praça, o ano de 2014 seguiu com a praça sólida (Braga, 2015, p. 7), mesmo após a suspensão, em setembro, da liminar que impedia as obras¹⁰¹, devido a processos burocráticos de licitação para escolha da construtora a realizar a obra. Já em 2015, muitos outros eventos aconteceram já em janeiro. Após o último “Praça Portugal, Viva” no dia 10 de janeiro, foi marcado o “banho de sol na praça” em que um grupo de amigos foi tomar banho de sol nos jardins do logradouro (prática incomum numa cidade possuidora de belas praias) na manhã do dia 17 de janeiro¹⁰². À tarde do mesmo dia, aconteceu o primeiro “Ai Dentu – Lá na Praça” (de 10 edições que iriam até 26 de julho, algumas foram filmadas¹⁰³), encontro que promovia feira gastronômica e cultural na praça em finais de semana e que usou como pretexto a frase dita pelo prefeito Roberto Cláudio no ano anterior, “você não vê ninguém sentado, tomando um suco, comendo um sanduíche, refletindo”. Por meio de convite aberto e divulgação de um evento nas redes sociais, dezenas ou centenas (No Ato de Amor à Praça Portugal, 8ª edição do Ai Dentu, no dia 14 de junho, houve momento com mais de 800 pessoas na praça¹⁰⁴) que se reuniram para aproveitar o espaço da Praça, sem pagamento de ingresso ou qualquer tipo de restrição. Paralelamente ao Ai Dentu, outras atividades foram promovidas, como roda de capoeira, exibição de filme, brincadeiras do “Praça Portugal, Viva!”, oficinas, workshops e apresentações musicais, tudo de maneira colaborativa. Na manhã seguinte à 1ª edição do “Ai Dentu”, no dia 18 de janeiro de 2015, uma foto foi rapidamente compartilhada, pois trazia um casal nu na Praça Portugal para o ensaio fotográfico “Fortaleza: iconografia do esplendor e do esquecimento” do fotógrafo Régis Amora. O modelo masculino da foto declarou que “a foto não salvará a praça, mas é certo que ela vai dar relevo à discussão em torno dela e do patrimônio histórico da cidade”¹⁰⁵. No segundo semestre, houve os encontros religiosos “Encontro com Cristo na Praça”, iniciados em junho e o ensaio nu da cantora Karine Alexandrino em outubro.

¹⁰¹ <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/mobilidadeurbana/por-falta-de-dinheiro-demolicao-da-praca-portugal-segue-sem-previsao/>

¹⁰² <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/manisfestantes-tomam-banho-de-sol-na-praca-portugal-1.1200121>

¹⁰³ https://www.youtube.com/watch?v=y4ug2dXRd_w&t=83s e

<https://www.youtube.com/watch?v=yajULuGmENo>

¹⁰⁴ Contagem feita in loco pelo autor deste trabalho

¹⁰⁵ <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/cotidiano-2/casal-de-artistas-promove-ensaio-nu-em-defesa-da-praca-portugal/>



Figura 172: Pessoas tomam banho de sol na Praça Portugal. Foto: Érika Fonseca, 2015

Figura 173: Ensaio “Fortaleza: iconografia do esplendor e do esquecimento”. Foto: Régis Amora, 2015



Figura 174: Imagem divulgação da segunda edição do Ai Dentu. Fonte: Autor, 2015

Figura 175: Feira do Ai Dentu! Lá na Praça – 1ª edição. Foto: Autor, 2015



Figura 176: Feira do Ai Dentu! Lá na Praça – 2ª edição. Foto: Autor, 2015

Figura 177: Música no Ai Dentu! Lá na Praça – 6ª edição. Foto: Autor, 2015



Figura 178: Ato de Amor à Praça Portugal - Ai Dentu! Lá na Praça – 8ª edição. Foto: Autor, 2015

Figura 179: Exibição de filme no Ai Dentu! Lá na Praça – 10ª edição. Foto: Autor, 2015

Além dos eventos de dinamização do espaço, o grupo “Amigos da Praça Portugal” adotou como nova estratégia em 2015 buscar novamente a proteção do bem através do processo de tombamento. Como a instância municipal (COMPHEC) já havia recusado o pedido, buscou-se nesse momento a instância estadual, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (COEPA) da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), cujo secretário, Guilherme Sampaio, tinha sido uma voz ativa na defesa da praça enquanto ocupava o cargo de vereador. O novo pedido, “amadurecido durante os meses que se passaram após a negativa do conselho municipal” (Braga, 2015, p. 7) incluía contextualização histórica, levantamento paisagístico e análise urbanística desenvolvida por uma equipe multidisciplinar (idem). O pedido, apesar de entregue no fim de janeiro, só teve decisão tomada ao fim de junho (idem). Durante esse período, como estava sob análise, nenhuma intervenção pôde ocorrer na praça.

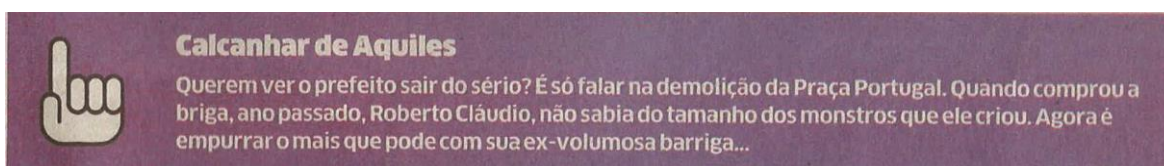


Figura 180: Comentário da jornalista Regina Marshall de 11 de fevereiro de 2015. Fonte: Diário do Nordeste, 2015

Em entrevista concedida no dia 08 de abril de 2015 para a RTP Notícias¹⁰⁶, o vice-cônsul de Portugal em Fortaleza, Francisco Brandão, conta sobre as qualidades físicas e cívicas da Praça Portugal e destaca o debate “sem precedentes sobre um local público”¹⁰⁷, “maioritariamente na sua defesa” (Henriques, 2015). Afirma ainda que “a insistência na sua destruição passado um ano é uma surpresa” (idem) e conclui que todo o processo “tem sido para nós uma lição de civismo e já se encontra como um marco de Fortaleza”, tendo ainda a esperança da preservação do logradouro, pois “a mobilização da sociedade civil persiste e várias autoridades já se manifestaram sensíveis aos argumentos da sua preservação” (idem). Além disso, a matéria jornalística informava que o início das obras havia sido atrasado devido a necessidade de realizar nova licitação que permitisse a concorrência internacional, visto que os fundos viriam da Corporação Andina de Fomento (CAF), banco de desenvolvimento da América latina.

Enquanto as sessões do COEPA decorriam até a votação pela abertura dos estudos de tombamento, o IAB-CE publicizou no dia 11 de maio de 2015 o documento “A Praça Portugal na trama dos interesses especulativos comerciais”. Nesse documento, o instituto defende que a cidade precisa aliar o desenvolvimento com o respeito “aos seus cidadãos, o direito à história e o direito à cidade” (Instituto dos Arquitetos do Brasil - departamento Ceará, 2015, p. 1), e observa que, em uma cidade com enorme carência de infraestrutura urbana nos bairros que não compõem sua “zona nobre”, “o discurso da instalação de um novo produto turístico, apoiado por grande soma de recurso público, numa área plena de infraestrutura, não pode ter guarida como prioridade de investimento urbano para a cidade”¹⁰⁸ (idem). Conclui que “o desejo da população fortalezense pelo respeito à sua história” (Ibidem, p. 2) e outros anseios, devem ser “os norteadores das decisões de gestão deliberadas em instâncias como o COEPA” (idem) para terminar declarando-se deste então favorável ao tombamento provisório e início de estudos para tombamento definitivo do bem (idem).

¹⁰⁶ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/praca-portugal-e-epicentro-de-discordia-no-brasil_n818429

¹⁰⁷ Nota do autor: provavelmente o debate sobre os viadutos do Cocó em 2013 tenha alcançado escala semelhante.

¹⁰⁸ O orçamento para o projeto do escritório Imagic para a Praça Portugal estava orçado em 17 milhões de reais, uma quantia que permitiria construir mais de uma centena de praças mais simples nos bairros periféricos.

Ao fim de maio de 2015, foi lançado o documentário “A Praça pede passagem” de Rui Caminha, exibido em julho na própria praça em ocasião da décima edição do “Ai Dentu”.

O processo de análise patrimonial no COEPA foi administrado com maior cuidado e respeito do que no COMPHIC, com direito à fala de ambas as partes (apesar de, em alguns momentos, os defensores das obras na praça terem discursado sobre trânsito em um conselho de patrimônio), mas, mesmo assim, o resultado foi igual (Braga, 2015, p. 8). A votação, ocorrida no dia 17 de junho de 2015, trouxe várias polêmicas e evidências de manipulação, pois “na véspera da votação, o governador Camilo Santana substituiu quatro representantes e nomeou mais seis conselheiros” (Cavalcante, 2015, p. 8). O governador, aliado do prefeito Roberto Cláudio, evidenciou, ao trocar os conselheiros, “sua intenção de interferir diretamente na decisão do pleito, que resultou na negação de estudos sobre o tombamento da Praça Portugal” (idem). Na ocasião, votaram a favor das aberturas de estudos para tombamento: o IAB-CE, a UFC, a UECE, o IPHAN, o Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE) e os acadêmicos Liberal de Castro e Diatahy de Menezes, membros do conselho por notório saber. Votaram a favor do arquivamento do processo: A Assembléia Legislativa do Ceará (AL-CE), a UNIFOR, a Universidade Regional do Cariri (URCA), a Universidade Vale do Acaraú (UVA), a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE), a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), a Secretaria de Turismo (SETUR), a Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural (COPAHC) da SECULT, a Secretaria das Cidades, a Secretaria de Desenvolvimento e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Se abstiveram o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Além das substituições de conselheiros governamentais e do “aparecimento” no dia da votação de conselheiros que se ausentaram de todos os debates promovidos, houve a troca de representante da OAB-CE, que trocou Lucas Guerra, à época secretário adjunto da Comissão de Direitos Culturais da ordem, por Pedro Bruno Amorim, que não integrava a comissão e já havia representado a entidade ao votar contra os estudos de tombamento no COMPHIC¹⁰⁹. Causou surpresa o fato da UNIFOR (universidade particular) se opor à realização dos estudos, quando um ano antes havia sido favorável. O professor José Liberal de Castro, referência local em arquitetura e patrimônio, chegou a declarar que não se surpreendia com mais uma experiência negativa em Fortaleza e que¹¹⁰ aquele conselho era uma grande armação, fazer parte dele era participar de um jogo de cartas marcadas¹¹¹. José Soares (2015, como citado por Cavalcante, 2015, p. 8), do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais, afirmou que “tal manobra ocorreu para desvirtuar a natureza do Conselho de órgão promovedor de políticas públicas de cultura para legitimação de políticas governamentais”. Mais tarde, no mesmo dia, o prefeito Roberto Cláudio afirma que as obras deveriam ser iniciadas até setembro¹¹².

¹⁰⁹ <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2015/06/17/noticiaspoliticas,3455248/coepa-rejeita-tombamento-da-praca-portugal-apos-troca-de-conselheiros.shtml>

¹¹⁰ <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/06/18/noticiasjornalcotidiano,3455736/obras-na-praca-portugal-comecam-ate-setembro-diz-roberto-claudio.shtml>

¹¹¹ Informação oral ouvida pelo autor na ocasião

¹¹² Nota do autor: igualmente como havia dito ano passado após a votação do COMPHIC



Figuras 181 e 182: Votação no COEPA com manifestações por meio de faixas. Foto: Arquivo pessoal, 2015
Figura 183: As faixas também foram expostas na praça no “Ato de Amor à Praça Portugal” em 14 de junho de 2015. Foto: Arquivo pessoal, 2015

O processo de votação que resultou no indeferimento do pedido de tombamento provisório no COEPA resultou em grande indignação a vários setores da sociedade que acompanhavam seu desenvolvimento com interesse na preservação da praça. Assim, seis dias após a decisão do conselho, a arquiteta e urbanista Amiria Brasil, à época professora na UNIFOR, tomou a iniciativa de escrever e divulgar em seu blog¹¹³ um Manifesto em defesa da Praça Portugal, subscrito por 69 docentes do ensino de arquitetura e urbanismo e de áreas afins ao planejamento urbano não só de Fortaleza, mas de várias instituições do Brasil. No texto, é afirmado que “grandes e dispendiosas modificações na infraestrutura urbana não devem ser objeto de decisões abruptas, ocasionais, imediatistas” (Brasil, 2015) e conclui que “a maneira como as decisões sobre as questões urbanas mais polêmicas vêm sendo tomadas na cidade de Fortaleza é de profunda preocupação” (idem), visto que “claramente pouco ou simplesmente desconsideram o pleno envolvimento dos movimentos organizados da sociedade civil” (idem). Critica ainda os conselhos paritários por não cumprirem seus papéis de “espaço democrático de deliberação” para se tornarem “mecanismos legitimadores de decisões previamente tomadas” (idem), de forma que a representação da população nessas instâncias de participação é nula ou distorcida (idem).

No dia 25 de junho de 2015, o prefeito Roberto Cláudio afirmou em entrevista¹¹⁴ que o projeto estava completo e o custo total da obra seria de R\$ 15.000.000 (4.343.310 € à época), financiados pela CAF, mas ainda com pendência de aprovação e autorização no Ministério da Fazenda, por ter impacto no endividamento público (num período em que o país passava por ajuste fiscal). Dois dias depois, no dia 27 de junho de 2015, a não liberação dos recursos monetários era apontada como razão para o não início das obras¹¹⁵. Sob o risco de encerrar o ano sem contar com os recursos e devido ao desejo de iniciar a obra ainda naquele ano, a prefeitura estudava a possibilidade de iniciar as obras com recursos próprios até receber o financiamento. Durante o mês de agosto de 2015 a demolição ainda não havia ocorrido (Braga, 2015, p. 8) e mesmo ao início de setembro, o financiamento continuava pendente de deferimento¹¹⁶.

Caso as obras fossem iniciadas sem a garantia do dinheiro do financiamento, haveria um grande risco político, amplificado pela grande repercussão da sociedade à demolição. Em 2016 haveria novas eleições municipais, na qual Roberto Cláudio tentaria a reeleição e uma obra

¹¹³ <https://semmuros.wordpress.com/2015/06/23/manifesto-em-defesa-da-praca-portugal/>

¹¹⁴ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/praca-portugal-custara-r-15-milhoes-1.1323950>

¹¹⁵ <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/politica/2015/08/27/noticiapoliticacoluna.3495041/prefeito-busca-alternativa-para-iniciar-obra-na-praca-portugal.shtml>

¹¹⁶ <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/mobilidadeurbana/por-falta-de-dinheiro-demolicao-da-praca-portugal-segue-sem-previsao/>

parada e inacabada após a destruição, sem resultados, do monumento sem resultados seriam utilizadas como críticas ao gestor durante o pleito. Mesmo após o financiamento aprovado, seria necessário o deferimento posterior do Senado Federal, no qual os senadores do estado do Ceará faziam oposição (naquela época) ao autarca (Braga, 2015, pp. 8–9).

Receosos pelo provável início das obras em setembro e lamentosos com a demolição da Praça Portugal, o grupo Massa Crítica Fortaleza realizou no dia 06 de setembro uma ação direta no logradouro que pintou de várias cores os segmentos do piso da praça e o monumento central (tanto o arco como o cubo), além de criar uma faixa de pedestre multicolorida de acesso à praça¹¹⁷. Os manifestantes sabiam, à época, que ao realizar essa intervenção poderiam entrar em conflitos com defensores da preservação do espaço, mas o fizeram por achar que a praça seria destruída brevemente, apesar de rezear que a intervenção pudesse servir de argumento à destruição célere da Praça - algo como “já tá estragado, destrói logo então” - (Massa Crítica Fortaleza, 2018). No dia 08 de setembro, o secretário da Regional¹¹⁸ II, em uma entrevista que criticava a intervenção artística, afirmou que “o dever da Prefeitura é manter o patrimônio público”¹¹⁹, o que foi uma grande contradição com a intenção da gestão municipal de demolir o mesmo objeto em discussão. No mesmo dia, o grupo publicou a “Nota sobre a morte da Praça Portugal” em que afirmava que, já que a praça seria demolida, poderiam pintá-la e transformá-la numa gigantesca flor (Massa Crítica Fortaleza, 2015b). Questiona também a indignação de quem critica a intervenção, mas era favorável à destruição e conclui afirmando que convocariam um restauro coletivo assim que a administração municipal anunciasse a permanência do espaço (idem).



Figuras 184 e 185: Intervenção da Massa Crítica na Praça Portugal. Fonte: Massa Crítica Fortaleza, 2015

No dia 10 de setembro de 2015, o prefeito Roberto Cláudio anuncia que as obras só serão iniciadas em 2016 (apesar de pequenas intervenções previstas) devido à não liberação dos recursos pelo Ministério da Fazenda até o fim do ano¹²⁰. Também comentou sobre a intervenção da Massa Crítica Fortaleza ao dizer que não a entendia como arte e achou “pouco criativa, de mau (sic) gosto e que acabou trazendo prejuízos aos cofres públicos”.

Em entrevista dada pelo prefeito Roberto Cláudio no dia 26 de outubro de 2015, foi anunciado o recuo na intenção de demolir a praça devido à falta de recursos¹²¹. Na ocasião,

¹¹⁷ Vale lembrar que o mesmo grupo havia pintado uma faixa de pedestre em abril de 2014, apagada logo em seguida. No quase um ano e meio decorrido entre as duas ações, nunca foi criada a travessia oficial.

¹¹⁸ Agrupamento de bairros, algo como uma Junta de Freguesia

¹¹⁹ <https://www.facebook.com/MassaCriticaFortaleza/videos/1221984857827071/>

¹²⁰ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/mudancas-na-praca-portugal-ficam-para-2016-1.1382728>

¹²¹ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/10/prefeito-de-fortaleza-recua-e-praca-portugal-nao-vai-mais-ser-demolida.html>

afirmou que a praça seria reformada, mas teria preservado o seu formato circular. No dia 5 de novembro de 2015, a prefeitura então divulgou aos jornalistas a nova ideia concebida para a Praça Portugal. Nessa nova proposta, o núcleo central permaneceria, mas teria seu raio reduzido em 4m (8m no diâmetro) para permitir o acréscimo de mais uma faixa de tráfego na rotatória, a ciclofaixa seria prolongada e passaria sobre a praça, seriam implantados semáforos e travessias elevadas de pedestres ao nível do passeio e as ruas marginais atrás das pracinhas de canto seriam fechadas, tendo as pequenas praças conectadas ao passeio. Em resumo, era muito próximo do que as propostas alternativas do caderno do DU já pediam desde abril de 2014 (com exceção, é claro, do diâmetro da praça). Foi dito nesse momento que a proposta surgiu de estudos feitos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) “que sugeriram um projeto mais simples que a implantação do cruzamento”¹²². O prefeito Roberto Cláudio chegou a declarar que devido ao risco de não execução por não liberação dos recursos, “a SEUMA veio com esse projeto mais simples, que conciliava diversos interesses, inclusive o de preservação da Praça”¹²³. Foi anunciado que as obras começariam em janeiro e perdurariam por quatro meses.

Apesar do que dizia o discurso oficial, informantes declararam (à época) a este autor que os projetos vinham sendo produzidos em escritórios particulares de renome e/ou que eram responsáveis por outros projetos municipais em execução. Diz-se que o projeto foi proposto voluntariamente como maneira de achar uma solução pacífica que mantivesse a Praça Portugal, mas esses autores e co-autores só vieram a ser divulgados em 29 de dezembro de 2016¹²⁴.

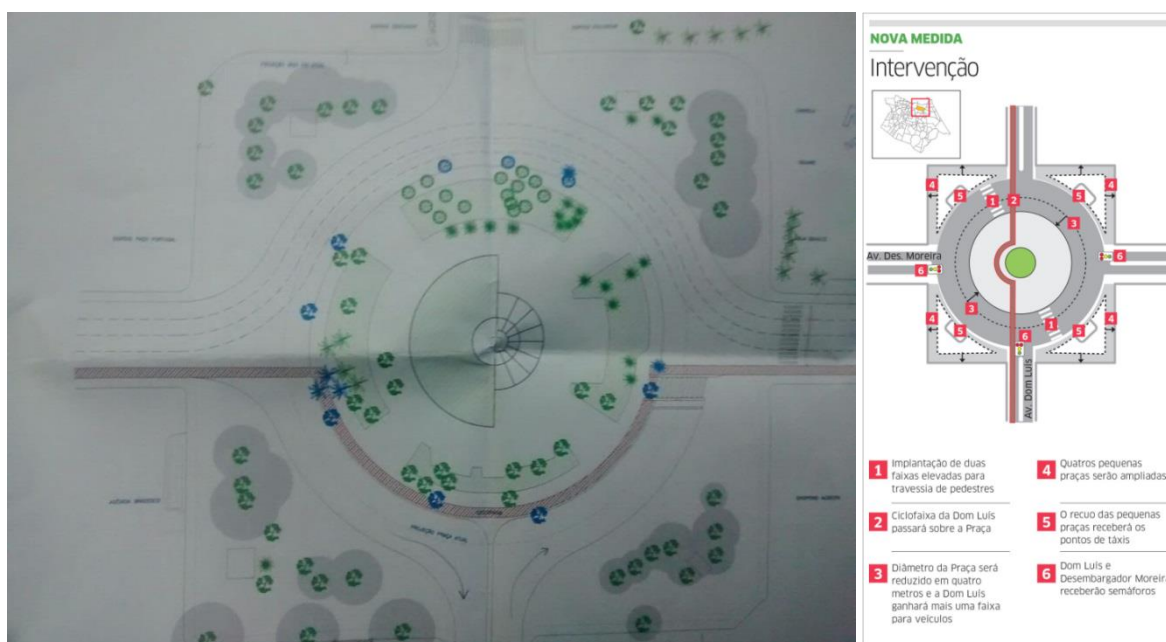


Figura 186: Fotografia de estudo urbanístico para a Praça Portugal recebida no dia 10/09/2015. Foto: Arquivo pessoal, 2015

Figura 187: Desenho esquemático das alterações propostas na nova proposta. Fonte: Diário do Nordeste, 2015

¹²² <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/cotidiano-2/prefeitura-volta-atras-e-garante-formato-autentico-da-praca-portugal/>

¹²³ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/obras-da-praca-portugal-comecam-em-janeiro-1.1426680>

¹²⁴ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/iniciativa-privada-deve-bancar-a-praca-portugal-1.1461449>

Com a informação publicizada de que um novo estudo vinha sendo produzido, o IAB-CE requisitou, como instituição, por meio de ofícios enviados às vias formais e oficiais de solicitação de informação, acesso a todos os “projetos e documentos, elaborados ou em elaboração, correlatos às possíveis intervenções urbanísticas na Praça Portugal” (anexos 5, 6 e 7). No dia 21 de setembro de 2015 foram protocolados ofícios – solicitação formal que permite o acompanhamento on-line da movimentação nos órgãos da administração pública - ao gabinete do Prefeito (processo P777456/2015), ao secretário de infraestrutura – responsável pela construção de obras públicas – (processo P777640/2015), ao secretário de conservação e serviços públicos – secretaria responsável pelos binários (processo P777758). No Brasil, a Lei de Acesso à Informação – LAI – (Lei nº 12.527/2011) estabelece um prazo de 20 dias contínuos, prorrogável por mais 10 dias mediante justificativa expressa, para que um órgão público ofereça a informação pretendida¹²⁵. No caso dos pedidos feitos pelo IAB, nenhum deles recebeu qualquer retorno por mais de um mês. Dessa maneira, o instituto entrou com nova leva de pedidos (Anexos, 8, 9 e 10) no dia 01 de dezembro de 2015 que reiterava as solicitações anteriores e deixava claro que, cas as entidades previamente mencionadas (gabinete do prefeito, protocolo P875645/2015; SEINF, protocolo P875134/2015; SCSP, protocolo P875554/2015) não respondessem no prazo previsto pela LAI, o Ministério Público Estadual seria acionado. Dessa maneira, os novos ofícios receberam resposta formal das secretarias de infraestrutura (anexo 11) e de conservação e serviços públicos (anexo 12), ambas no dia 21 de dezembro de 2015 (o gabinete do prefeito não respondeu porque repassou à SCSP). A primeira respondeu que “vimos por meio deste informar, que os projetos estão disponíveis para consulta na Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINF. Do exposto, solicitamos entrar em contato com a Coordenadoria de Elaboração de Projetos – COPROJ desta Secretaria, para agendamento”. A segunda demonstrou (anexo 12), primeiramente, algum tipo de ressentimento quanto à apresentação dos técnicos do PAITT no IAB-CE no dia 17 de março de 2014, para depois informar que o projeto arquitetônico estava a cargo da SEINF e de acordo com o “veiculado na imprensa, a proposta alternativa de intervenção da Praça Portugal está sendo conduzida pela SEUMA”, conclui indicando buscar esses dois órgãos para maiores informações. É importante mencionar que outras pessoas tentaram ter acesso ao projeto durante o período. O vereador João Alfredo buscou por ofício acesso ao mesmo na SEUMA, mas foi negado, por “estar ainda em fase de elaboração”, o que indica que só seria dada a oportunidade de consultá-lo após seu encerramento, quando seria improvável fazer qualquer alteração.

A partir dessa abertura a consulta ao projeto, o IAB-CE agendou a visita na qual foi enviado um representante para colher as informações (no caso, o autor desta dissertação, que à época estava na qualidade de secretário-geral adjunto da instituição). Na COPROJ da SEINF no dia 13 de janeiro de 2013. Ao chegar lá, fui recebido pela coordenadora de projetos Manuela Nogueira que informou (apesar do que havia sido dito no ofício-resposta da secretaria) que o novo projeto vinha sendo desenvolvido pela SEUMA e a SEINF só poderia disponibilizar o projeto anterior e algumas imagens 3D do novo¹²⁶. Por ter sido a única possibilidade apresentada, foi aceita a oferta, apesar do desapontamento.

¹²⁵ <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/pedidos/prazos>

¹²⁶ Nota do autor: na visita, foi possível perceber que havia acesso ao projeto novo no computador da funcionária

Ilmo. Sr.
Vereador João Alfredo
Partido Socialismo e Liberdade - PSOL
Rua: Dr. Thompson Bulcão – 830 – Gabinete 06
Cep: 60.810-460 – Fortaleza-Ce

Ref.: Solicitação do Projeto Praça Portugal

Senhor Vereador,

Cumprimentando-o cordialmente, e em resposta ao Ofício nº 229/2015, informamos que ainda não dispomos do material solicitado por está ainda em fase de elaboração, após sua conclusão teremos o maior prazer em atendê-lo.

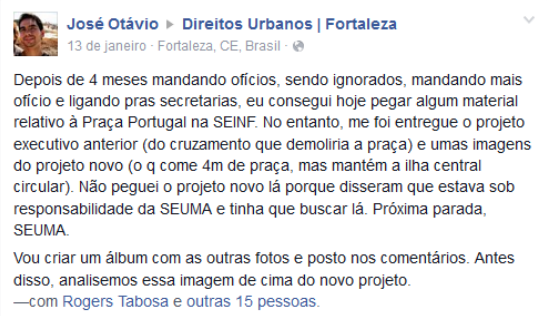


Figura 188: Resposta dada pela SEUMA ao vereador João Alfredo. Fonte: João Alfredo, 2015
Figura 189: Relato da visita feita à SEINF para recolha do projeto. Fonte: Arquivo pessoal, 2016



Figuras 190 e 191: Imagens 3D do novo projeto da Praça Portugal. Curiosamente, as imagens traziam a informação de terem sido produzidas no dia 30 de setembro de 2015. Fonte: SEINF, 2016

No dia 03 de fevereiro de 2016 o IAB solicitou então à SEUMA o acesso ao novo projeto da Praça Portugal, através de ofício protocolado com o número de processo 17272016 (anexo 13). Apesar da solicitação, a secretaria promoveu um encontro a portas fechadas para convidados selecionados no dia 05 de fevereiro de 2015. Nele, foi apresentado o projeto completo pronto para execução a essas pessoas. Em notícia veiculada no site da prefeitura no mesmo dia (disponível no anexo 14, pois foi removida do endereço original), era informado que havia estado presente o grupo Direitos Urbanos Fortaleza (do qual o autor era, à época, moderador e administrador) e havia sido realizado convite ao IAB-CE. Todavia, esse convite nunca foi realizado e não há registro disso. Devido a isso, o instituto solicitou correção da matéria – por meio de ofício protocolado no dia 12 de fevereiro com o nº 20782016–SEUMA (anexo 15) - e publicação de nota explicativa sobre o engano, além de sugerir a realização de um novo debate, aberto, em amplo espaço e de livre acesso de forma a ser transparente e democrático. Curiosamente, a resposta veio no mesmo dia, assinada pela própria secretária (anexo 16), afirmando que o convite havia sido feito por telefone. Ela se dispôs também a realizar outro encontro (que nunca aconteceu), já que “o trabalho desta Seuma pauta-se na lisura e transparência, bem como na necessidade de ouvir os representantes de nossa sociedade no intuito de construirmos uma cidade agradável e acessível a todos os fortalezenses” (como dito no documento enviado).

O colega Yuri Nobre, arquiteto e urbanista convidado à reunião do dia 05 (e identificado como representante do Direitos Urbanos) compartilhou um relato sobre o que passou com ele¹²⁷. Informa que: recebeu o convite por telefone, mas que em nenhum momento afirmaram que deveria representar algum grupo, então foi como cidadão interessado; que o projeto já estava

¹²⁷ <https://www.facebook.com/groups/DireitosUrbanosFortal/permalink/562345783919862/>

completo e havia assinatura de cinco escritórios com contrato assinado, mas sem que tenha sido explicada a forma de contratação; que a obra deveria ter início em março; conclui que “cabe discutir a forma como o projeto foi colocado e a real necessidade de se gastar tanto dinheiro numa área nobre como aquela” e que “se fosse realmente pra fazer a intervenção que se abrisse um concurso público de projetos e assim teríamos dezenas de soluções diferentes que poderiam ser debatidas”. No mesmo dia, o autor deste trabalho publicou nota pessoal sobre o acontecido¹²⁸

Apesar do projeto estar completo e da grande agilidade na resposta do ofício protocolado com nº 20782016, a resposta ao ofício 17272016 – que solicitava acesso ao projeto – só veio no dia 22 de fevereiro de 2015 (anexo 17). Na ocasião, apesar das notícias, do encontro e das respostas de ofícios anteriores, a secretaria respondeu – em documento com nome de duas funcionárias, mas sem assinatura dessas - que “temos a informar que não consta nos arquivos desta secretaria, projetos ou documentos referentes as (*sic*) intervenções urbanísticas na Praça Portugal”. Baseado nisso, os membros do IAB-CE se indignaram e prepararam um pedido para o Ministério Público Estadual, em conjunto com outros defensores da Praça Portugal. Enquanto o documento era produzido, uma nova resposta chegou da SEUMA (anexo 18) no dia 29 de fevereiro de 2016, informando que “em 23 de fevereiro de 2016, foi protocolado nesta secretaria o Processo nº 2638/2016 referente à reforma da Praça Portugal que se encontra sob análise”. Apesar da informação, não dispunha de mais informações sobre como consulta-lo. O grupo continuou a escrita da representação.

Paralelamente, foi veiculado na imprensa, no dia 18 de fevereiro de 2016, que as obras da nova Praça Portugal seriam financiadas pela iniciativa privada – uma PPP, parceria público-privada -, por meio de cinco empresas do setor de varejo e construção civil. O nome das empresas só seria divulgado após assinatura de toda documentação e termo de cooperação. Foi dito também que as obras custariam R\$ 6 milhões e seriam iniciadas na primeira quinzena de março e deveriam estar concluídas no dia 15 de agosto¹²⁹.

Os defensores da praça continuaram a escrita da representação judicial para o MPE e a protocolaram sob o nº 6565/2016-0 na manhã do dia 02 de março de 2016. Após uma semana, o Ministério Público do Estado do Ceará, através do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo e Defesa do Patrimônio (Caomace) notificou a Prefeitura e deu prazo de 48 horas para que fosse enviado: uma cópia do novo projeto arquitetônico, explicação sobre a seleção de empresas para adoção, o que cada empresa realizará e qual a natureza jurídica do consórcio¹³⁰. A este autor, na qualidade de arquiteto e urbanista, interessava mais o projeto arquitetônico para expô-lo e realizar ampla discussão. No entanto, quando a secretaria atendeu o pedido do MPE, o projeto arquitetônico enviado em CD era o anterior de 2014. Não houve represálias quanto a isso.

A partir do dia 15 de março de 2016, começou a tramitar na Câmara de Vereadores o projeto de lei nº 61/2016 que permitiria a remodelação física da Praça Portugal (diminuição do raio do círculo central de 40,80 para 36,50m e fechamento das ruas marginais). Uma audiência pública foi requerida pelo vereador João Alfredo e realizada no dia 22 de março de 2014. Na ocasião, o autor deste trabalho tomou assento como representante do IAB-CE. Estavam presentes também a secretária de urbanismo e meio ambiente, Maria Águeda Muniz e dois vereadores,

¹²⁸<https://www.facebook.com/groups/DireitosUrbanosFortal/permalink/562355880585519/>

¹²⁹<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/02/18/noticiasjornalcotidiano,3576685/cinco-empresas-financiarao-obras-na-praca-portugal.shtml>

¹³⁰<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/03/09/noticiafortaleza,3586186/ministerio-publico-notifica-prefeitura-sobre-novo-projeto.shtml>

João Alfredo Melo – requerente do evento – e o líder do governo naquela casa legislativa. Na ocasião, a secretária admitiu – após ser pressionada – que o contato com os escritórios do novo projeto vinha desde antes de setembro do ano passado; que não trouxe o projeto a público porque ele estava em formulação; que o primeiro projeto trazido pelo grupo de arquitetos trouxe repulsa por não ter o cruzamento, mas foi desenvolvido em seguida. Ao ser perguntada por que as outras proposições enviadas em 2014 não tiveram tratamento semelhante, a gestora disse que aquelas não atendiam critérios técnicos (não especificados quais); ao ser criticada por não haver debates durante o processo, respondeu com “estamos debatendo aqui agora”¹³¹.

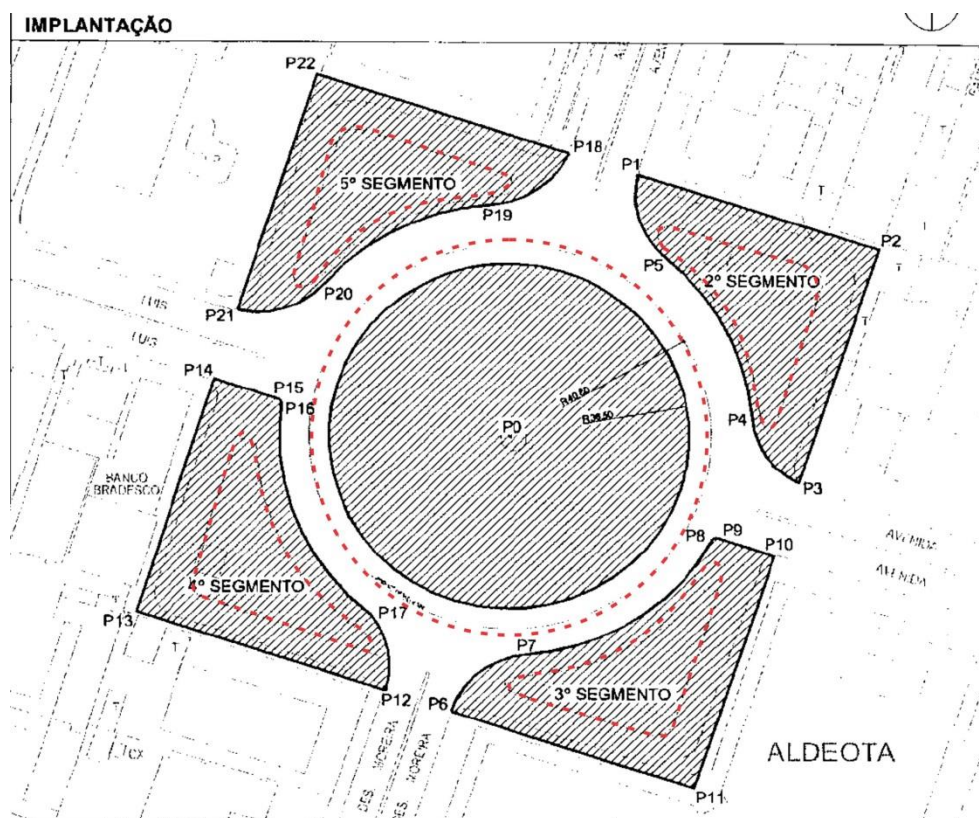


Figura 192: Alterações físicas na Praça Portugal (em vermelho tracejado, forma anterior). Fonte: Autor, 2016

Aos cidadãos presentes, foi um momento frustrante que inspirou texto satírico deste autor, originalmente publicado no *Facebook*¹³², que simula o diálogo ocorrido na audiência:

IAB: Estamos há 5 meses pedindo o projeto e querendo participar e ampliar o debate sobre o projeto. Vocês estão obstruindo a lei de acesso à informação e a gestão democrática da cidade prevista no Estatuto da Cidade.

SEUMA: O projeto tá disponível agora pra vocês verem lá na secretaria.

IAB: Quem fez o projeto? Como foi escolhido?

SEUMA: Um grupo se voluntariou e trouxe uma opção que, inicialmente, discordamos, pois não tinha o cruzamento, mas depois estudamos e vimos que o resultado seria aproximado do cruzamento e a desenvolvemos.

IAB: Outras pessoas também enviaram projetos querendo debater e não tiveram retorno.

SEUMA: Porque essas ideias e projetos não iam de acordo com o que queríamos.

IAB: Esse projeto novo de vocês também não, mas vocês aceitaram desenvolvê-lo.

¹³¹ Informação oral

¹³² <https://www.facebook.com/groups/DireitosUrbanosFortal/permalink/580110478810059/>

SEUMA: Estudos técnicos definiram isso. Queria notar que vocês vivem reclamando e destrutando técnicos municipais que são de boa fé, enorme coração e até 30 anos de experiência.

IAB: Cadê esses estudos? Não podemos levá-los a sério se não temos acesso a eles.

SEUMA: "Muda de assunto" -----

IAB: Vocês ainda não fizeram as calçadas de todo o binário, prioridade na Política Nacional de Mobilidade Urbana e responsabilidade municipal de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

SEUMA: Ignora e muda de assunto.

IAB: Gostaríamos de propor que a prefeitura retire o Projeto de Lei 61/2016 que estabelece nova geometria para a Praça Portugal e dê mais um tempo para que, com a divulgação do projeto, façamos o debate e tragamos sugestões de alteração.

SEUMA: Vocês podem alterar o que quiserem nesses espaços, mas o novo formato geométrico da praça vai ser esse e que a gente colocou. Vocês deveriam ter feito as sugestões anteriormente.

IAB: Nós adorariamos, mas estamos há 5 meses pedindo acesso ao projeto e não nos foi disponibilizado.

SEUMA: Não podíamos disponibilizar antes porque era apenas estudo preliminar.

IAB: E vocês esperam que nós acreditemos que vocês vão aceitar qualquer alteração agora que o projeto executivo está finalizado, pronto e com projeto de lei de alteração da praça já enviado à Câmara? A etapa de debate é exatamente durante o estudo preliminar.

SEUMA: Poisé, mas nossos estudos técnicos garantem que assim é melhor e decidimos fazer assim.

IAB: Que vida ruim essa de sociedade civil."

Pouco tempo depois, o projeto de alteração do espaço físico foi aprovado pela Câmara e pouco faltava ao início das obras. Somente no dia 15 de abril de 2016 foram divulgadas as empresas "adotantes" da Praça que se responsabilizariam pela construção. Foram escolhidas quatro construtoras: C. Rolim, Marquise, Mercurius e Fujita (todas com empreendimentos nos arredores que seriam valorizados com a nova praça), que deveriam assinar o termo de adoção no sábado, dia 16 de abril de 2016 para dar início às obras logo no dia 18 de abril de 2016¹³³.



Figuras 193 e 194: Praça Portugal durante obras de remodelação. Fonte: Autor desconhecido, 2016

¹³³ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/04/quatro-construtoras-devem-adotar-praca-portugal-reforma-comeca-na-2.html>

As obras da Praça Portugal foram concluídas e sua reinauguração se deu no dia 02 de setembro de 2016. Na ocasião, foi inaugurada junto com a praça, uma estátua do empresário Ivens Dias Branco, filho de portugueses, “com o objetivo de representar a importância da comunidade portuguesa para o desenvolvimento de Fortaleza”¹³⁴. Desde então, a Praça Portugal voltou a ser utilizada e se tornou novamente palcos de grandes eventos, de manifestações políticas a celebrações culturais e de lazer¹³⁵



Figura 195: Nova Praça Portugal. Foto: JL Rosa, 2016



Figura 196: Evento de natal Vós na Praça. Fonte: Revista Vós, 2016

¹³⁴ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/praca-portugal-e-inaugurada-apos-quatro-meses-de-obra-1.1611026>

¹³⁵ Com a nova possibilidade de fechamento do espaço viário da rotatória por deslocação do tráfego a ruas adjacentes, o que propicia uma gigantesca área de 12.500m² para eventos no centro urbano da cidade.

TABELA SÍNTESE DO CASO E DO GRUPO

Tabela 40: Quadro síntese do caso “Praça Portugal”

PRAÇA PORTUGAL	
CIDADE: Fortaleza, Brasil	PERÍODO: março de 2014 a setembro de 2016
OBJETO: Praça pública no meio de uma rotatória	
GESTOR MUNICIPAL: Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra	
PARTIDO: PROS ¹³⁶ e depois PDT	MANDATO: 2013 a 2020 (reeleito)
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente; Secretaria de Turismo de Fortaleza; Secretaria de Cultura de Fortaleza; Secretaria Municipal de Infraestrutura; Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos; Secretaria de Cultura do Estado do Ceará; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS: Audiências públicas; Conselhos setoriais deliberativos	
GRUPOS ENVOLVIDOS (diretamente): Direitos Urbanos Fortaleza; Instituto dos Arquitetos do Brasil – seção Ceará; Amigos da Praça Portugal; Movimento Náutico Urgente; Massa Crítica Fortaleza; Vice-consulado de Portugal em Fortaleza	
GRUPOS ENVOLVIDOS (indiretamente): Coletivo Verdejar; Movimento Pró-Árvore; Ciclovida; Urban Sketchers Fortaleza; Branquelas Produções; A Praça pede Passagem	
AÇÕES TOMADAS PELOS GRUPOS: Abraço coletivo na praça; Estudos urbanísticos alternativos; Pedidos de acesso à informação; Pedidos de tombamento do bem histórico; Eventos culturais e de lazer para dinamizar o espaço; Ação direta no logradouro; Publicação de notas públicas, manifestos e opiniões; Abaixo-assinados; Produção de documentário sobre a Praça Portugal; presença em entrevistas e debates.	
Direitos Urbanos Fortaleza ¹³⁷	
DATA DE CRIAÇÃO: 2013	EM ATIVIDADE? Sim
MOTIVAÇÃO INICIAL: O grupo surgiu inspirado no grupo homônimo de Recife para fomentar o debate sobre o direito à uma cidade humanizada a partir do anúncio de obras polêmicas em Fortaleza que desconsideravam a opinião da sociedade civil.	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Mobilidade urbana; Planejamento Urbano; Espaço Público; Patrimônio Histórico; Meio Ambiente; Habitação	
ORGANIZAÇÃO INTERNA: Horizontal, com lideranças naturais e situacionais.	
Nº DE MEMBROS NO NÚCLEO DURO: 10 a 20	
GRUPO VOLUNTÁRIO? Sim	RELAÇÃO COM EMPRESAS? Não
GRUPOS PARCEIROS: Ciclovida; Movimento Pró-Árvore; Coletivo Verdejar; Movimento Pró-Parque; Massa Crítica Fortaleza.	
MULTIDISCIPLINARIDADE: Sim. Arquitetos e urbanistas, publicitários, engenheiros, sociólogos, profissionais de comunicação, professores, advogados e estudantes.	
FINANCIAMENTO: Custos divididos entre membros ou crowdfunding	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS: Facebook. Fórum de debates e fanpage	
RELAÇÃO DO GRUPO COM A MÍDIA: Boa. Dão entrevistas e pautam as notícias	
AVALIAÇÃO DA ABERTURA À PARTICIPAÇÃO: 1 – Muito Ruim	
COOPERAÇÃO COM PODER PÚBLICO: Em reuniões e outros espaços convidados	

¹³⁶ Partido Republicano da Ordem Social

¹³⁷ Seis membros do grupo responderam ao formulário

A1.4 Fórum Cocó



Figura 197: Membros do Fórum Cocó entregam as propostas para criação do Parque do Cocó ao governador. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2015

O caso deste subcapítulo teve suas informações obtidas pela vivência do autor deste trabalho como participante do Fórum Cocó, pelas atas das reuniões e também pelos documentos produzidos pelos órgãos governamentais, pelo fórum e seus participantes.

O Fórum Cocó é um conselho participativo que surgiu a partir de um contexto (de certa forma) favorável à sua implantação. Melo & Marinho (2016, p. 17) afirmam que a “síntese entre a persistência histórica do SOS Cocó e a impaciência impertinente do Ocupe o Cocó certamente é quem impulsionou o Ministério Público Federal a instalar um Fórum Permanente pela Legalização do Parque do Cocó”. Além da grande movimentação popular em defesa dessa área verde - que tem origem na década de 70 e tinha sua expressão mais recente no Ocupe O Cocó (A1.1) -, o início de 2015 marcou o começo de uma nova gestão do governo estadual, com a saída de Cid Gomes (que havia se reunido e conversado com cidadãos no Ocupe Cocó) para a entrada de Camilo Santana. O novo governador do Estado do Ceará era engenheiro agrônomo de formação com mestrado em “Desenvolvimento e Meio Ambiente” pela Universidade Federal do Ceará (UFC)¹³⁸ e chegou a ser agraciado com o prêmio “Ambientalista do Ano” em 2002 pela Fundação SOS Chapada do Araripe e pela subseção de Juazeiro do Norte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Desde seus primeiros dias no novo cargo, Camilo havia declarado que apoiava e gostaria de legalizar e regulamentar o Parque do Cocó durante seu mandato. A partir desse novo cenário, o procurador da república do Ministério Público Federal, Alessandro Sales – que já havia se envolvido na defesa judicial do Parque do Cocó em algumas ações – lançou no dia 20 de janeiro e 2015 o manifesto de criação do “Fórum Permanente Pela Implantação do ‘Parque Ecológico do Cocó’” (Procuradoria da República no Ceará, 2015).

O manifesto (Procuradoria da República no Ceará, 2015) se inicia com a explicação dos valores do parque – ambientais, climáticos, turísticos, econômicos, sociais -, para depois alertar do risco e das constantes ameaças que o rondavam, vindas do mercado imobiliário e de outras fontes. Ressalta que, apesar do parque estar lá, lhe falta respaldo jurídico/legal, pois toda a legislação anterior (ver tópico A1.1) não o criou de forma definitiva, nunca tendo sido realizada as desapropriações necessárias, apesar de boa parte do terreno ser de áreas públicas ou de preservação permanente (portanto, com reduzido aproveitamento econômico). Lembra que, em 2008, o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará (CONPAM)

¹³⁸ <https://www.escavador.com/sobre/500430/camilo-sobreira-de-santana>

elaborou, a pedido do governo estadual, vários estudos multidisciplinares que embasavam a criação da unidade de conservação na área do parque. No entanto, o gestor estadual não editou decreto de criação durante o seu mandato. O Ministério Público Federal, tendo em conta essa situação, ajuizou três ações civis públicas com o objetivo de preservar esse ecossistema dos avanços realizados contra ele. Apesar desses (e de outros) processos pela proteção do parque, houve inércia governamental quanto a essa questão. Com a nova gestão estadual iniciada em 2015 e com base no já descrito, o órgão acreditou que era chegado o momento de “criação de um grande movimento social, capaz de encaminhar ao Governo do Estado do Ceará sugestões e reivindicações visando a construção eficaz e definitiva da proteção dos atributos ambientais da área hoje conhecida como Parque Ecológico do Cocó” (Ibidem, pp. 5-6), trazendo para isso a ideia de criar um Fórum Permanente composto por instituições públicas, privadas, associações, ONGs, universidades e “todos que entendem a importância da criação definitiva desta proteção e lutam por sua concretização” (Ibidem, p. 6). Essa instância participativa, no entanto, reconhecia a prerrogativa do Governo do Estado do Ceará em criar o parque e, por isso, buscou subsidiar a autoridade governamental no processo de tomada de decisão por meio de debates, estudos técnicos, proposições jurídicas, dentre outros.

O manifesto do Ministério Público Federal (MPF) convidou as seguintes instituições para integrar o “Fórum Cocó”: Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE); Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMA); Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (SEUMA); Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Superintendência Regional do Patrimônio da União no Ceará (SPU-CE); Procuradoria Geral do Estado do Ceará (PGE); Procuradoria Geral do Município de Fortaleza (PGM); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (AL-CE); Câmara Municipal de Fortaleza (CMF); SOS Cocó; Movimento Proparque; Movimento Pró-Árvore; Projeto Reportagem Afetiva; Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC); Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU-CE); Conselho Regional de Biologia (CRB); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE); Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará (CREA-CE). Foram realizados os convites para que as instituições se fizessem presentes já na primeira reunião do Fórum, agendada para o dia 29 de janeiro de 2015, no auditório da Procuradoria da República do Estado do Ceará (PR-CE).

À primeira reunião, em 29 de janeiro de 2015, dentre todos os convidados pelo manifesto, só estiveram ausentes a UECE e a AL-CE. Realizada no auditório da PR-CE, essa (como todas as reuniões seguintes) foi aberta ao público interessado, além da imprensa e de outros veículos de comunicação, que acompanharam os trabalhos que se desenvolviam por duas ou três horas, sempre no período da tarde. De início, o procurador Alessandro Sales destacou a importância da criação legal para sua conservação e ressaltou o momento político oportuno à criação do fórum, do qual a presença do secretário estadual do Meio Ambiente era um indício. Artur Bruno – o dito secretário – confirmou a intenção do governo do estado na efetivação da unidade de conservação que, segundo eles, deveria ser realizada da forma mais democrática possível. Em seguida, os participantes puderam se apresentar e tecer observações e considerações em apoio à iniciativa de criação do fórum. O procurador, também coordenador do Fórum, justificou a ausência das instituições e disse que o Fórum estava aberto a sugestões de outros participantes não inclusos no manifesto. Vários dos presentes sugeriram então a participação do grupo Direitos Urbanos Fortaleza. Então foi dito que esse primeiro momento serviria para estruturar o Fórum, seus participantes e sua metodologia. Para isso, foi sugerido que MPF e MP-CE falassem das questões judiciais da área, que a SPU apresentasse as áreas da união, que os movimentos sociais dissertassem sobre as qualidades das áreas e que a SEMA (à época ainda chamada de CONPAM) apresentasse os estudos feitos em 2008 para demarcação do

parque. Ao fim, os presentes deliberaram que as instituições deveriam ter um representante e um suplente e aceitaram o MPF como coordenador e o representante da CMF, vereador João Alfredo, como secretário. A segunda reunião ficou marcada para 5 de fevereiro de 2015.

Na segunda reunião do Fórum Cocó – ocorrida em 05 de fevereiro de 2015 foi deliberada a inclusão de dois novos participantes, o grupo Direitos Urbanos Fortaleza (com o autor deste trabalho como representante) e o Sindicato da Indústria de Construção Civil (SINDUSCON-CE). As entidades começaram então a realizar apresentações para nivelar o conhecimento dos participantes antes de realizar novas proposições. O MPF apresentou as principais demandas judiciais sobre a área do Cocó e a SPU apresentou a sistemática de demarcação da dominialidade da união na região. Outras apresentações foram passadas à próxima reunião por falta de tempo útil. Ao fim, o fórum deliberou que se reuniria semanalmente às quintas-feiras (o que foi bastante flexibilizado posteriormente).

A terceira reunião do Fórum Cocó – ocorrida em 11 de fevereiro de 2015 – trouxe os primeiros embates, discussões e divergências. O professor Antonio Miranda (representante da UFC) realizou apresentação sobre o projeto de Veto Popular no bairro do Cocó, previsto na Lei Orgânica do Município que diz que é possível barrar obras públicas ou privadas se forem reunidas assinaturas de 5% dos eleitores daquele município (ou daquele bairro se for uma influência menor). Os membros do Fórum solicitaram que a SEMA apresentasse na próxima reunião (26 de fevereiro de 2015) os estudos de 2008 que embasam o atual trabalho de delimitação do parque. A representante da instituição disse que os estudos estavam em desenvolvimento e não estavam prontos para serem apresentados no fórum. Como o solicitado eram os estudos realizados sete anos antes, os membros do fórum insistiram e em votação majoritária pediram que os estudos já realizados fossem apresentados na reunião seguinte. Somente foram contrários a essa demanda a SEMA, SEMACE e SINDUSCON.



Figura 198: Reunião do Fórum Cocó de 29 de abril de 2015. Fonte: Fórum Cocó, 2015

Figura 199: Apresentação do GT “Aspectos Jurídicos”. Foto: Bruno Gomes, 2015

A quarta reunião do Fórum Cocó, ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2015, recebeu duas apresentações bastante importantes. Primeiro, a técnica Maria Dias apresentou os trabalhos da poligonal que vinha sendo utilizado pela SEMA (ainda chamada de CONPAM à época) como base para os trabalhos daquele momento. Houve um momento de conflito, pois a poligonal apresentada como sendo dos estudos antigos trazia uma área de 1.204,66ha, mas era amplamente conhecido e foi destacado por membros (e demonstrado na hora graças à disponibilidade do arquivo em uma unidade USB) que a proposta antiga era de 1.312,30ha. O secretário Artur Bruno (da SEMA) ficou constrangido sem saber o que responder no momento, pois havia passado a impressão de indução ao erro. Em seguida, o vereador João Alfredo e representante do SOS Cocó apresentaram as intervenções e ameaças previstas ao Parque do Cocó. Ao final foi deliberado que seriam formados grupos de trabalho (GTs) em eixos temáticos

para produzir material que subsidiasse as sugestões do Fórum Cocó. Para isso, foram criados quatro GTs: 1 – poligonal e tipologias (com UFC, SINDUSCON, Pró-Árvore, Direitos Urbanos e CAUCE); 2 – Caracterização ambiental e urbanística (com CREA-CE, SEUMA, UNIFOR, FIEC e Próparque); 3 – aspectos jurídicos (com OAB, MPF, SPU e PGM); e 4 – intervenções atuais e futuras (com SOS Cocó, CMF e MP-CE).

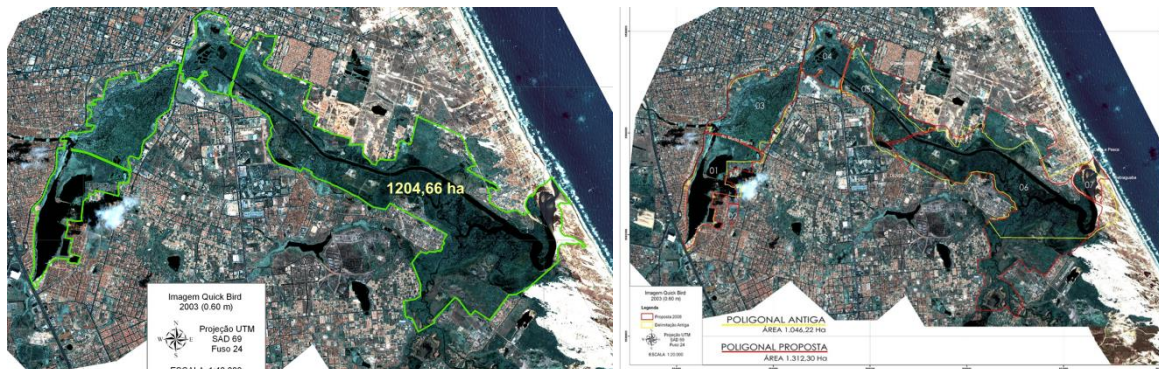


Figura 200: Poligonal apresentada no Fórum Cocó. Fonte: SEMA, 2015
Figura 201: Poligonal dos estudos de 2008 do CONPAM. Fonte: CONPAM, 2008



Figura 202: Intervenções que ameaçam o Parque do Cocó. Apresentada primeiro individualmente e depois melhorada para apresentação do GT 4. Fonte: João Alfredo Melo, 2015

Antes da quinta reunião, os GTs se reuniram por conta própria para desenvolver seus estudos a fim de compartilhar com o restante do Fórum na reunião seguinte. Este autor fez parte do GT Poligonal junto com Movimento Pró-Árvore, SINDUSCON, CAU e UFC. Naquele momento, apesar de divergências ideológicas, os trabalhos do grupo decorreram de forma positiva e sem

conflitos, com as reuniões ocorrendo na sede do SINDUSCON. O procedimento adotado pelo grupo foi o de sobrepor a poligonal existente do decreto de 1989 (1.046,22ha), a poligonal apresentada pela Maria Dias na quarta reunião (1.204,66ha), a poligonal do CONPAM de 2008 (1.312,30ha) e analisar possíveis áreas que os membros tivessem conhecimento que pudessem ser incluídas ou excluídas. Ao fim, o trabalho foi consensual com ressalva da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das Dunas do Cocó, em que DU, MPA e CAU gostariam de incluir na poligonal do Parque do Cocó, de proteção integral (mais restritiva), enquanto o SINDUSCON optou por não fornecer apoio nesse ponto, já que um grande empreendimento imobiliário disputa na justiça o direito de construir na área, por mais que já estivesse protegida legalmente.



Figura 203: Poligonal existente do decreto de 1989 (1.046,22ha). Fonte: Autor, 2015

Figura 204: Poligonal do estudo do CONPAM de 2008 (1.312,30ha). Fonte: Autor, 2015



Figura 205: Poligonal apresentada por Maria Dias no Fórum Cocó (1.204,66ha). Fonte: SEMA, 2015

Figura 206: Sobreposição da poligonal e inclusão da área em azul claro. Fonte: Autor, 2008

Na quinta reunião, ocorrida no dia 26 de março de 2015, os grupos temáticos iriam apresentar o resultado de seus trabalhos. No início, foi deliberada e aceita a inclusão do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-CE) como participante do Fórum. A primeira apresentação foi do GT 3 (Aspectos Jurídicos) pelo procurador Alessandro Sales que abordou os conceitos e possibilidades de unidades de conservação previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, baseado na lei 9.985/2000). Em seguida, o grupo 4, de intervenções, apresentou uma análise mais aprofundada do que já havia trazido o vereador João Alfredo na quarta reunião. Por último, o GT 1 (Poligonal) trouxe sua sugestão de poligonal para o parque, com 1.387ha, desenvolvida a partir do método que incluiu praticamente todas as áreas previstas nos estudos anteriores, desde que ainda preservassem sua cobertura vegetal e não tivessem sido urbanizadas, com a ressalva da área que o SINDUSCON discordava. O grupo 2 pediu para apresentar suas considerações na reunião seguinte. O secretário Artur Bruno informou que traria considerações sobre a nova poligonal oficial do Parque na próxima reunião.



Figura 207: Poligonal sugerida pelo GT Poligonal (1.387ha). Fonte: Autor, 2015

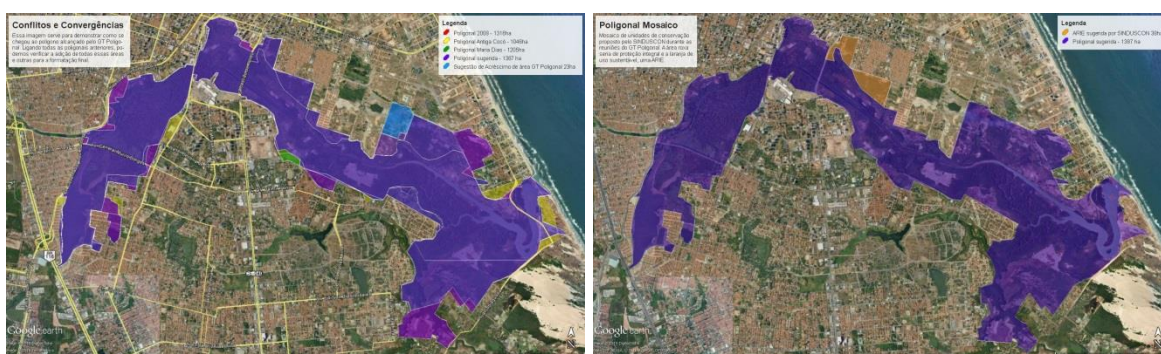


Figura 208: Demonstração do método de sobreposição de poligonais. Fonte: Autor, 2015

Figura 209: Versão alternativa proposta pelo SINDUSCON para a poligonal. Fonte: Autor, 2015

A sexta reunião aconteceu no dia 16 de abril de 2015 e contou com a apresentação do GT 2, sobre caracterização ambiental e urbanística da área, apresentada pelo membro do IAB-CE que trouxe informações sobre os parâmetros construtivos e de ocupação do solo previstos nas leis municipais. O secretário Artur Bruno (SEMA) fez um breve informe sobre os estudos governamentais e anunciou que nas próximas semanas deveria ser divulgada a nova proposta oficial de poligonal. O fórum deliberou então que era preciso sistematizar e sintetizar as conclusões trazidas por cada GT para avaliação coletiva na próxima reunião, agendada para o dia 29 de abril. Entretanto, foi decidido que na semana seguinte se reuniriam apenas os coordenadores de cada GT para produção dessa síntese. Eram eles: GT 1 – Professor Miranda (UFC); GT 2 – Rodrigo Ponce de Leon (IAB-CE); GT 3 – Alessander Sales (MPF); GT 4 – João Alfredo Melo (CMF); além do autor deste trabalho como assistente na formatação dessa apresentação.

Após a sistematização das conclusões dos grupos, a sétima reunião ocorreu no dia 29 de abril de 2015 e deliberou sobre o conteúdo trazido pelos coordenadores. As deliberações foram por meio de votações, onde foi aceito o resultado majoritário, pois não houve consenso entre as partes. Algumas instituições votaram contrário em certos aspectos (com mais frequência o

SINDUSCON e a FIEC), enquanto boa parte dos órgãos governamentais se absteve de votar, possivelmente como estratégia para não se comprometer com nenhuma decisão tomada pelo Fórum (o que passou a este pesquisador a impressão de falta de seriedade e compromisso com aquela instância participativa). Assim, foi aceita pela maioria a poligonal de 1.400ha (1.387 acrescidos de 13ha durante ajustes na sistematização) e houve solicitação – deliberada ali mesmo – de inclusão de duas áreas. A primeira localizada ao norte das Dunas da Praia do Futuro, sem urbanização e com vegetação característica de Cerrado, com 28ha e a segunda, um complemento à leste no final do bairro Caça e Pesca, com 7ha. Dessa maneira, a poligonal deliberada resultante continha 1.435ha. Em seguida, foi aceito pela maioria que o futuro parque deveria seguir a tipologia, de acordo com o SNUC, de Parque Estadual. A terceira proposição deliberada pela maioria foi a respeito da regularização fundiária – desapropriações e indenizações – necessária à formação da unidade de conservação. Nesse ponto, foi deliberado que deveria ser criada a unidade e então seguir os procedimentos listados na “Cartilha de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais” do ICMBio. Por último, a maioria aceitou a sugestão de suspender todas as permissões e obras dentro da área delimitada pela poligonal do Fórum Cocó. Após o fim das deliberações, o Fórum Cocó voltaria a se reunir a pedido do procurador Alessandro Sales, quando a escrita do relatório de sistematização estivesse concluída, para recolha das assinaturas e posterior entrega ao Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana.

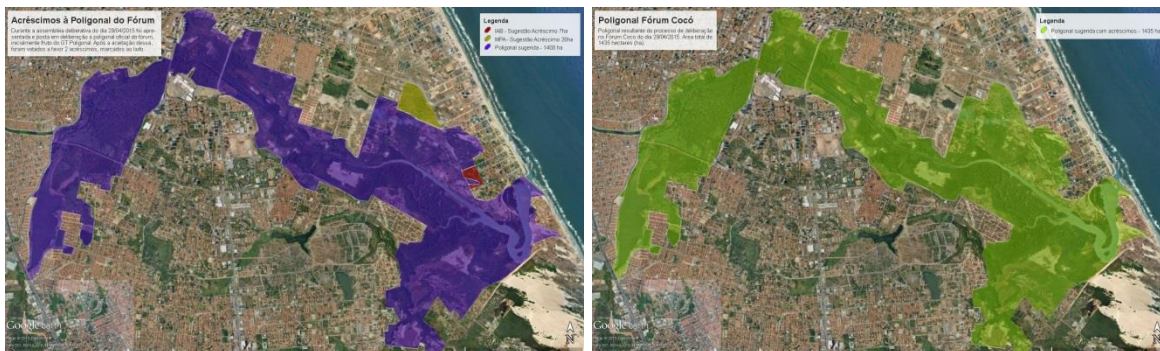


Figura 210: Poligonal proposta pelo GT 1 + acréscimos sugeridos. Fonte: Autor, 2015

Figura 211: Poligonal deliberada e aceita pela maioria do Fórum Cocó (1.435ha). Fonte: Autor, 2015

Tipologia

Tipologia sugerida (SNUC) – Parque Estadual

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

- § 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.
- § 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.
- § 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.
- § 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Figura 212: Tipologia deliberada e aceita para o parque. Fonte: Autor, 2015

Figura 213: Proposta deliberada e aceita para desapropriações e indenizações. Fonte: Autor, 2015

Regularização Fundiária:

Desapropriações e indenizações

A proposta apresentada ao fórum para deliberação é a seguinte:

Cria-se a unidade de conservação de proteção integral com a edição do Decreto fixando sua poligonal e abre-se o procedimento de regularização fundiária nos moldes estabelecidos pela Cartilha de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação do ICMBIO, que pode perfeitamente ser adaptada ao caso.

A conclusão do relatório das propostas deliberadas pelo Fórum Cocó demorou, no entanto, mais do que o esperado. Após pressão de alguns participantes, o coordenador do Fórum Cocó, Alessandro Sales, encaminhou no início de agosto de 2015 a proposta de relatório final a

todos os participantes. O documento produzido fazia uma contextualização e introdução (como o manifesto anteriormente feito), listava os objetivos do Fórum Cocó, as 25 entidades que haviam participado das sete reuniões e as proposições deliberadas coletivamente “visando colaborar com o processo de tomada de decisão que deverá culminar com a criação formal definitiva da tão sonhada unidade de conservação Parque Ecológico do Cocó” (Fórum Cocó, 2015). Em decorrência disso, foi organizada uma oitava reunião do Fórum no dia 20 de agosto de 2015 para apresentação do relatório e coleta das assinaturas dos participantes, sendo que um dos membros mais importantes, o secretário Artur Bruno (SEMA), não assinou o relatório.

Com o documento devidamente assinado e corroborado pelos participantes do Fórum Cocó, foi agendada uma entrega formal ao governador do estado do Ceará, Camilo Santana, no dia 26 de agosto de 2015. Na ocasião, demais membros depositaram suas assinaturas, para, dentro da sala de reuniões do Palácio da Abolição - espaço de trabalho oficial do governador – apresentar as conclusões do trabalho e ouvir do governante as promessas de que “haverá um momento para confronto de ideias e que tudo será feito de forma transparente e participativa”¹³⁹ e que estava comprometido em regulamentar o parque até o final do ano, além de palavras de agradecimento ao contributo fornecido.



Figura 214: Participantes do Fórum Cocó se reúnem com governador. Fonte: Fórum Cocó, 2015

Figura 215: Coordenador Alessander Sales entrega propostas do Fórum ao governador. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2015

Após a entrega do documento, o Fórum Cocó voltou a agendar uma reunião para o dia 26 de outubro de 2015 para discutir a respeito de notícias divulgadas sobre os estudos da demarcação da poligonal em andamento. Na ocasião, a SEMA informou alguns avanços e pediu mais tempo para desenvolver os estudos. Até o fim daquele ano, o Parque do Cocó não foi regulamentado pelo Governo do Estado do Ceará.

O Fórum Cocó voltou a se reunir em 14 de abril de 2016 para uma nova etapa, voltada ao acompanhamento e análise dos estudos governamentais. Nesse momento, a SEMA apresentou seus estudos de demarcação da poligonal oficial para o Parque do Cocó (oito meses passados da entrega da proposta do Fórum). A proposta da secretaria era de criar o Parque do Cocó como área de proteção integral, mas apenas com 1.050,85ha e criar três Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), sendo uma nas dunas do bairro Cidade 2000 com 12,57ha, uma nas dunas do Cocó (próximo ao bairro da Praia do Futuro) com 146,4ha e uma na parte meridional do Rio Cocó dentro do território municipal, em área discutida, mas não incluída na proposta de poligonal do Fórum, com 157,00ha, o que totalizaria 1.366,82ha de áreas protegidas com maior ou menor

¹³⁹ <http://www.sema.ce.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/44558-camilo-santana-parabeniza-contribuicao-do-forum-pelo-coco>

intensidade (embora haja menos de 70ha de diferença entre a proposta do fórum e a oficial, a ARIE do Rio Cocó não foi incluída na do Fórum. Sem ela, o total seria de 1.209,82ha. Quase 225ha a menos). Nessa proposição, eram previstos 666 imóveis a serem removidos, pois a tipologia Parque Estadual não permite ocupação humana em seu interior. Foi anunciado ainda a intenção da gestão estadual em oficializar a criação do parque no dia mundial do meio ambiente, em 5 de junho de 2016. Após a apresentação, participantes do Fórum questionaram as razões das diferenças apresentadas entre a poligonal oficial e a poligonal proposta pelo Fórum. O secretário disponibilizou então o relatório do material apresentado. Assim, a reunião seguinte ficou agendada para o dia 26 de abril de 2016 para deliberar sobre o material oficial apresentado.

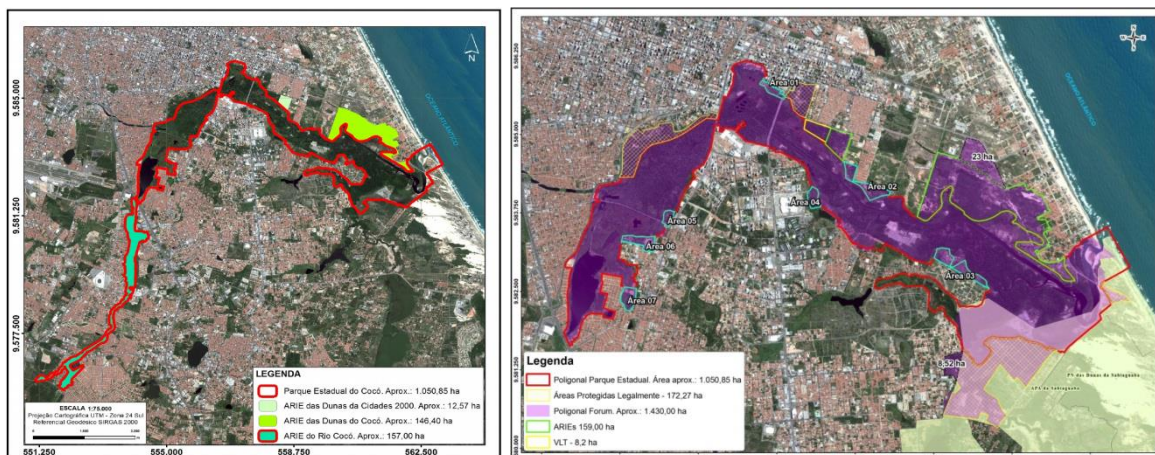


Figura 216: Mosaico de unidades de conservação propostas pelo governo. Fonte: SEMA, 2016

Figura 217: Comparação entre as poligonais do Fórum Cocó e oficial. VLT se refere a populações reassentadas por remoções do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Fonte: SEMA, 2016

A apresentação desse conteúdo gerou grande repercussão na cidade (todas as reuniões tinham cobertura midiática e o que se passava lá era reverberado às multidões pelos veículos de comunicação e também pelos participantes em suas redes pessoais), o que ocasionou a presença de mais dois grupos cívicos relevantes (não como participantes, mas como espectadores interessados), o Laboratório de Estudos em Habitação (LEHAB) da UFC e o Instituto Verdeliz que atua (principalmente) com educação ambiental nas comunidades residentes no bairro da Sabiaguaba (à foz do Rio Cocó). Esses dois grupos se interessaram em participar da discussão devido à necessidade de defesa da permanência das comunidades carentes que estariam passíveis de remoção com a nova proposta oficial, algumas delas situadas há décadas naqueles espaços e com sustento econômico baseado em atividades relacionadas ao rio e à floresta – e que, caso removidas, seriam completamente desestruturadas. Passaram então a integrar um grupo cívico-institucional-técnico-científico alargado que ocasionalmente se reunia para discutir os temas de interesse entre as reuniões do Fórum. Esse grupo incluía, além dos dois novos integrantes citados acima, Direitos Urbanos Fortaleza, SOS Cocó, Movimento Pró-Árvore, Movimento Pró-Parque, Câmara Municipal, UFC e IAB-CE. Houve, então, no período entre reuniões, a análise das propostas do relatório oficial (que, curiosamente, iniciava com a seguinte frase “elaborado com a intensa participação das instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como de representantes de diferentes segmentos da sociedade” [Secretaria do Meio Ambiente, 2016], que não foram listados e não incluía nenhum dos presentes nesse grupo de análise) e discussão de possíveis alternativas para reincluir as áreas deixadas de fora pelo governo e manter algumas das comunidades.

No dia 26 de abril de 2016, ocorreu a décima primeira reunião do Fórum Cocó, para debater e deliberar sobre a proposta oficial do governo e as considerações trazidas pelos

membros do Fórum. Inicialmente, foi dada a palavra a representantes da comunidade da Sabiaguaba (também membros do Conselho Gestor do “Parque Natural Municipal Dunas da Sabiaguaba) que foram defender a permanência dos moradores daquela região em razão de serem uma comunidade tradicional. Houve debate sobre criar uma unidade de conservação que permitisse esse tipo de uso, como uma reserva extrativista. Em seguida, membros do Fórum apresentaram considerações sobre as diferenças entre a poligonal oficial e a do fórum, concordando com algumas exclusões de áreas, mas reivindicando a reinclusão de várias outras. Após a apresentação, foi deliberado qual seria a posição e as sugestões do Fórum ao Governo do Estado do Ceará. Nas votações sobre as áreas, geralmente se apresentavam duas escolhas, a proposta do fórum (geralmente de inclusão no parque, mais protetiva e restritiva) e a proposta oficial. Ocasionalmente foram colocadas para votação posições intermediárias que garantissem melhor preservação, mas sem tantas restrições e dificuldades de implantação. Em outros casos o SINDUSCON sugeria a opção de manter a legislação vigente, de forma a preservar os direitos construtivos. O que se percebeu nessas deliberações foi a votação em bloco dos órgãos governamentais que formularam a proposta oficial contra os órgãos da sociedade civil que formularam a proposta do fórum. Houve pequenas variações, às vezes com um de um lado concordando com a posição do outro e o SINDUSCON sempre optando pelas opções menos restritivas. Com a votação concluída, o Fórum enviou as deliberações para a SEMA.



Figura 218: Comparação entre Poligonal do Fórum (verde claro) e oficial (vermelho). Fonte: Autor, 2016

Sem nenhuma reunião do Fórum Cocó agendada para as semanas seguintes e com a urgência devido à proximidade da data prometida para assinatura do decreto de criação do Parque (5 de junho de 2016), sem que as reivindicações do fórum tivessem sido atendidas ou justificadas devidamente pelo não atendimento, vários membros do Fórum começaram a reverberar suas preocupações pela sociedade. A SEMA, ao seguir o cronograma estabelecido para a criação do parque, deu início ao procedimento de realizar três audiências públicas em diferentes pontos da cidade para apresentar a proposta oficial (sempre o mesmo conteúdo apresentado no Fórum Cocó, sem novidades).

No dia 28 de maio de 2016, foi enviado pela SEMA o “Parecer Técnico Nº 002/2016 – CETIC/COAFI” (Secretaria do Meio Ambiente, 2016b) em resposta às considerações propostas pelo Fórum Cocó no mês anterior. O corpo técnico da secretaria trouxe respostas que foram percebidas por vários participantes cívicos do Fórum Cocó, como insuficientes. Logo na primeira página cometeu-se o erro de afirmar que a Poligonal do Fórum tinha 1.330,26ha (1.435ha na verdade) para, em comparações que retiravam e incluíam partes, considerar que a diferença entre as duas poligonais seria “na verdade” de apenas 1,8ha. Para boa parte das áreas consideradas, a resposta para não aceitação das deliberações do Fórum foi de manter “a coerência de seguir o mesmo caminhamento da Linha de Terrenos de Marinha bem como da zona de ZPA1, por envolverem terrenos de patrimônio da União e áreas não edificantes respectivamente” (p. 6), sem, no entanto, demonstrar nenhum impeditivo razoável à inclusão. Em alguns outros casos, optou-se por não incluir áreas que prevejam receber obras estaduais, mesmo que ainda não iniciadas, o que demonstra que a proposição do Fórum Cocó - entregue no relatório de agosto de 2016 - de suspender obras previstas dentro da poligonal, não foi aceita. Noutros momentos, foi defendida a ideia do mosaico de unidades de conservação com diferentes restrições e âmbitos governamentais (municipal e estadual).

Com base nos passos dados à assinatura do decreto, nas respostas fornecidas pela secretaria em resposta às deliberações do Fórum, no risco de áreas ecologicamente importantes ficarem de fora, na ameaça de remoção das comunidades e no pouco tempo útil até o dia 5 de junho de 2016, o SOS Cocó, o Movimento Pró-Árvore e o Direitos Urbanos Fortaleza (membros do Fórum Cocó), acrescidos de uma representante, do Instituto Verdeluz, se organizaram em um grupo chamado “Frente Cocó” para produzir um vídeo-denúncia de todos os problemas e ameaças percebidos no processo e na atuação dos órgãos governamentais.¹⁴⁰ O vídeo, publicado no Facebook no dia 30 de maio de 2016 e alcançou rapidamente um grande número de pessoas. Até o dia 02 de junho de 2016 (é notável que o interesse de uma produção dessas é situacional e se dá, principalmente, nos primeiros dias), o vídeo registrava 26.085 pessoas alcançadas, com 9.500 visualizações e 411 compartilhamentos. Colocado também no Youtube¹⁴¹, tinha 959 visualizações. O vídeo seguiu um roteiro produzido por esse grupo com gravações em locais dentro do parque que estivessem relacionadas à denúncia. Ao fim, no entanto, foi incluída uma tomada sem edição em que os quatro participantes relatavam a ida a uma das audiências públicas e comentavam o material de resposta da equipe técnica da SEMA. Gabriel Aguiar do movimento SOS Cocó comenta aos 11min05s do vídeo “Nós recebemos no dia anterior à audiência pública e tivemos uma noite pra avaliar e o que tem aqui não é absolutamente nada novo, não tem absolutamente nenhum argumento rebatendo o que nós falamos”. Completa afirmando que “desde que a proposta foi apresentada até hoje, todos esses meses, não foi recuado nenhum ponto da proposta” e conclui ao dizer que “Então a gente não chama isso de diálogo! Diálogo é quando você apresenta um ponto, o outro debate, você vai alterando tentando fazer um consenso. Não é o que tá acontecendo”. O autor deste trabalho comentou na ocasião que “não houve nenhum compromisso de realmente dialogar, de buscar um consenso com a comunidade”.

¹⁴⁰ <https://www.facebook.com/FrenteCoco/videos/1371871366173337/>

¹⁴¹ <https://www.youtube.com/watch?v=nLtMAQnpOEg&t=579s>



Figura 219: Gabriel Aguiar, do SOS Cocó, e Leonardo Jales, do Movimento Pró-Árvore falam em frente o mangue do Cocó. Fonte: Frente Cocó, 2016



Figura 220: Membros da Frente Cocó denunciam o que ocorria. Fonte: Frente Cocó, 2016

Devido à grande repercussão e as polêmicas que surgiam, o Governo do Estado optou por adiar a assinatura do decreto de criação do Parque do Cocó e, com intermédio do MPF, acordou que seria feito um estudo antropológico para verificar, antes das remoções, quais pessoas realmente ajudavam na preservação do parque e se encaixavam como comunidade tradicional.

Após o adiamento, no entanto, o assunto parecia ter sido enterrado. Nada de novo surgia e dessa maneira, foi convocada mais uma reunião do Fórum Cocó (a 12ª) para discutir a respeito da não ocorrência de nenhum ato efetivo para a criação do parque¹⁴². Na ocasião foi explicado pelo secretário Artur Bruno que todos os estudos estavam concluídos e faltava apenas a assinatura do decreto pelo governador. A partir disso, nenhum encaminhamento fora tomado pelo Fórum.

Passados seis meses dessa reunião (e 1 ano e 9 meses da entrega da proposta do Fórum), o governador Camilo Santana assinou o decreto de criação do Parque do Cocó no dia 04 de junho de 2017¹⁴³, finalmente regularizando uma área verde demandada há 40 anos pela população¹⁴⁴. Na cerimônia, realizada no próprio parque, foram homenageadas diversas personalidades com a comenda “Amigo do Parque”, dentre eles, o coordenador do Fórum Cocó, Alessandro Sales, e o secretário do Fórum (ex-vereador e ator relevante também no Ocupe o Cocó, ver A1.1) João Alfredo Teles Melo.

O Parque do Cocó foi criado pelo o decreto nº 32.248 (Governo do Estado do Ceará, 2017) que estabelece em seu artigo 1º que “fica criada a Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral denominada Parque Estadual do Cocó, localizada nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba e Itaitinga, no Estado do Ceará, com área do Trecho 01 de 1.080,7377 ha e um perímetro de 41.529,2171m; Trecho 02 de 490,5547 ha e um perímetro de 26.260,1428”. Percebe-se que houve um aumento na área do Trecho 01 desde que foi apresentado ao Fórum Cocó em 2016 (na ocasião era 1.050,85 ha) e que o Trecho 02, que era uma ARIE (ARIE do Rio Cocó) foi criado também como Parque Estadual, mais protetivo quanto ao meio ambiente.

¹⁴²

http://cnews.com.br/cnews/noticias/106104/forum_pela_implantacao_do_parque_do_coco_volta_a_se_reunir ; <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/forum-cobra-delimitacao-do-parque-do-coco-1.1661096>; <http://blogdoeliomar.com.br/2016/11/25/forum-pela-implantacao-do-parque-do-coco-marca-reuniao-para-fazer-cobranças/>

¹⁴³ <http://www.ceara.gov.br/2017/06/04/coco-parque-e-regulamentado-apos-40-anos/>

¹⁴⁴ <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/06/demarcacao-do-parque-do-coco-de-1977-ate-2017.html>

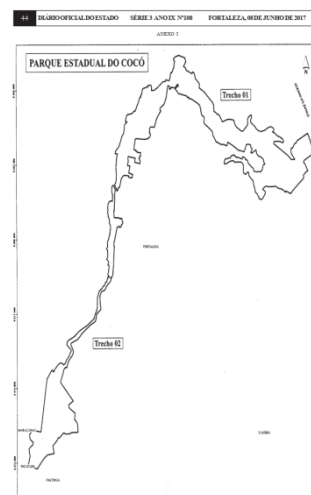


Figura 221: Governador Camilo Santana cria o Parque do Cocó. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2017
Figura 222: Poligonais do Parque do Cocó definidas na lei. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2017

Após a criação oficial do Parque Estadual do Cocó, o Fórum Cocó voltou a se reunir em duas ocasiões. Primeiro, no dia 23 de agosto de 2017¹⁴⁵ em decorrência do ato da Câmara Municipal de Fortaleza que durante a votação da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) suprimiu por meio de uma emenda a unidade de conservação ARIE municipal Dunas do Cocó. O Fórum havia sugerido que essa área fosse incluída no parque para garantir maior proteção, devido ao receio de que acontecesse algo assim, já que o capital imobiliário tem grande interesse naquela área (e grande influência sobre políticos locais). Dessa maneira, o Fórum estabeleceu recomendações a enviar à Prefeitura Municipal de Fortaleza e ao Governo do Estado do Ceará para reverter esse ato. O segundo momento de reunião foi no dia 05 de setembro de 2017 para assinatura dos participantes do fórum nos ofícios a serem enviados aos órgãos públicos.

Outras ações previstas com a criação do parque também começaram a tomar parte. Primeiramente, foi realizado um concurso nacional de ideias para vários setores do Parque do Cocó, promovido pela SEMA e pelo IAB-CE. A equipe classificada em primeiro lugar é de São Paulo, mas um escritório local de Fortaleza obteve a segunda classificação¹⁴⁶. Também foi aberta e realizada a seleção e empossados em 06 de maio de 2018 os membros do Conselho Gestor do Parque do Cocó. Esse conselho “é consultivo e paritário com 24 vagas, sendo 12 preenchidas por instituições públicas e 12 para entidades da sociedade civil¹⁴⁷”. Das 12 vagas da sociedade civil, uma se destina às universidades, duas às comunidades tradicionais, quatro para ONGs e/ou movimentos socioambientais, quatro para entidades, associações e grupos organizados de bairros do entorno do Parque e uma para representante do setor privado. Foram selecionadas duas ONGs e/ou movimentos socioambientais que tiveram atuação relevante no Fórum Cocó. O Movimento Pró-Árvore (representado no Conselho pela arquiteta Maria Emília Leite que era, no Fórum Cocó, suplente do grupo Direitos Urbanos Fortaleza) e o Instituto Verdeliz (representado no conselho pela advogada Beatriz Azevedo de Araújo). Com a posse do conselho, o Fórum Cocó deixa de se reunir, em respeito à autonomia desse.

¹⁴⁵ <https://racismoambiental.net.br/2017/08/22/mpfce-forum-pela-implantacao-do-parque-do-coco-volta-a-se-reunir-nesta-quarta-feira/>

¹⁴⁶ <http://www.ceara.gov.br/2017/12/20/governador-entrega-premiacao-do-concurso-nacional-de-ideias-para-o-parque-estadual-do-coco/>

¹⁴⁷ <http://www.sema.ce.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/47091-sema-divulga-resultado-da-selecao-do-conselho-gestor-do-parque-do-coco>



Figura 223: Premiação do concurso nacional de ideias para o Parque do Cocó. Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2017

Figura 224: Posse dos conselheiros do Conselho Gestor do Parque do Cocó: Diário do Nordeste, 2018

TABELA SÍNTESE DO CASO E DO GRUPO

Tabela 41: Quadro síntese do caso “Fórum Cocó”.

FÓRUM COCÓ	
CIDADE: Fortaleza, Brasil	PERÍODO: janeiro de 2015 a setembro de 2017
OBJETO: Regulamentação legal do Parque do Cocó	
GESTOR ESTADUAL: Camilo Sobreira de Santana	
PARTIDO: PT ¹⁴⁸	MANDATO: 2015 a 2018
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS: Secretaria do Meio Ambiente	
INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS: Conselho consultivo criado pelo Ministério Público	
GRUPOS ENVOLVIDOS (diretamente): SOS Cocó, Movimento Pró-Árvore, Direitos Urbanos Fortaleza, Movimento Pró-Parque	
GRUPOS ENVOLVIDOS (indiretamente): Instituto Verdeluz; Coletivo Verdejar	
AÇÕES TOMADAS PELOS GRUPOS: Atos de rua; Entrevistas à mídia; Ações educativas; Produção de vídeos-denúncias divulgados nas redes sociais.	
Movimento Pró-Árvore¹⁴⁹	
DATA DE CRIAÇÃO: 2011	EM ATIVIDADE? Sim
MOTIVAÇÃO INICIAL: Reunir pessoas interessadas e preocupadas com a cobertura arbórea da cidade e lutar contra seu extermínio, além de divulgar e promover o interesse pelo tema.	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Meio Ambiente	
ORGANIZAÇÃO INTERNA: Horizontal, com lideranças situacionais.	
Nº DE MEMBROS NO NÚCLEO DURO: 10 a 20	
GRUPO VOLUNTÁRIO? Sim	RELAÇÃO COM EMPRESAS? Consultoria e assessoria
GRUPOS PARCEIROS: Coletivo Verdejar, SOS Cocó, Direitos Urbanos Fortaleza	
MULTIDISCIPLINARIDADE: Sim. Profissionais do direito, agronomia, paisagismo, sociologia, educação, biologia, engenharia, arquitetura, artes, fotografia e vídeo.	
FINANCIAMENTO: Custos divididos entre membros	

¹⁴⁸ Partido dos Trabalhadores

¹⁴⁹ Três membros do grupo responderam ao formulário

MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS: Facebook
RELAÇÃO DO GRUPO COM A MÍDIA: O grupo tem acesso a alguns canais midiáticos e sempre é solícito, mas mantém cautela e desconfiança.
AVALIAÇÃO DA ABERTURA À PARTICIPAÇÃO: 1 – Muito Ruim
COOPERAÇÃO COM PODER PÚBLICO: Parcerias e assessoramento para realização de estudos técnico-científicos.

A1.5 Avenida Lourenço Peixinho



Figura 225: Avenida Lourenço Peixinho, em Aveiro. Foto: Autor, 2016

Esse caso teve sua investigação baseada na tese de doutorado de Mota (2013).

A Avenida Lourenço Peixinho é um importante eixo viário da cidade de Aveiro, mas é também um testemunho histórico do crescimento da cidade (Mota, 2013, p. 539). Construída a partir da segunda década do século XX, essa grande alameda arborizada marcou e orientou o desenvolvimento urbano do centro tradicional até a Estação de Caminho-de-ferro (idem). No entanto, nas últimas décadas, a avenida teve sua relevância diminuída com o surgimento de novas centralidades (ibidem, p. 540).

A partir de 2008, a Câmara Municipal de Aveiro – CMA –, gestão Élio Maia, propôs uma reabilitação da Avenida Lourenço Peixinho. “A ideia de reabilitar a ‘joia da coroa’ que se encontrava num processo de degeneração progressivo, estava associada à preocupação do que essa desqualificação trazia para a imagem da cidade, dada sua dimensão simbólica” (Mota, 2013, p. 543). A intervenção, que valorizaria a vivência e a interação social, era um consenso entre os habitantes da cidade (Ibidem, pp. 542-543). Apesar disso, o contexto político daquele momento não era o mais propício, devido aos conflitos gerados pela intervenção do Parque da Sustentabilidade (Ibidem, p. 590).

Para a requalificação da avenida não foi proposto um plano, mas um projeto que, de forma mais rápida e eficaz, contava também com componentes programáticas e normativas (Mota, 2013, p. 544). Para tanto, a autarquia, por meio de seus técnicos municipais, definiu como objeto a avenida e seus quarteirões adjacentes (Ibidem, p. 543).

Os atores cívicos tiveram um papel mais sóbrio, apesar de crítico quanto à demanda do projeto. Produziram e publicaram alguns documentos e participaram nos “espaços convidados” organizados pela autarquia municipal (Mota, 2013, p. 578).

Um dos principais momentos relativos a esse projeto se dá na realização do seminário “O futuro da Avenida Lourenço Peixinho”. Esse evento, ocorrido durante dois dias de junho de 2009, permitiu a participação de todos os interessados e trouxe apresentações de especialistas de

diversas áreas para, em seguida, recolher dos presentes as suas diversas visões de futuros para a avenida. As informações coletadas permitiram a produção de um documento com 30 princípios para a intervenção na avenida, mas apesar disso, Mota (2013, p. 553) refere que “dado o carácter muito diversificado de intervenções, não permitiu produzir uma síntese, que induzisse uma definição de um futuro programa”.



Figura 226 Cartaz para seminário “O Futuro da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Fonte: Mota, 2013

Figura 227: Seminário “O Futuro da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Fonte: Mota, 2013

Esse seminário foi também a razão de criação do grupo cívico Amigos d’Avenida que serve como espaço de encontro e reflexão dos cidadãos sobre a cidade e os projetos para ela (Mota, 2013, pp. 540, 580). Esse grupo organizou-se por meio de um blog e de uma lista de e-mails (com centenas de participantes) onde eram partilhadas opiniões e eram organizados debates e reflexões públicas (Ibidem, p. 541).

No início de 2010, entretanto, saiu da coordenação a equipe técnica de servidores municipais para dar lugar a uma nova equipe coordenada pelo professor da Universidade de Aveiro, Jorge Carvalho, para reforçar e garantir a efetivação do projeto em um contexto de forte contestação devido a outros projetos da autarquia (Mota, 2013, p. 544). No entanto, devido ao grande hiato temporal e os exercícios anteriores, “criou-se a ideia, no início deste segundo ciclo, de que o debate já tinha sido produzido, o que impossibilitou a reformulação da encomenda” (Ibidem, p. 553).

A nova equipe técnica - responsável pela coordenação técnico-científica, enquanto a autarquia assegurava o acompanhamento institucional (Mota, 2013, p. 577) -, publicou em 2010 um programa de intenções e preocupações baseado em três pilares: a qualificação do espaço público, as regras para transformações dos edifícios e a dinâmica para qualificação do terciário (Ibidem, p. 545). Apesar de aspectos relevantes, foram realizadas várias críticas devido ao “excesso de presença das questões físicas” (Ibidem, p. 546) em detrimento de questões socioeconômicas. “Houve a sensação de que a encomenda teria sempre um carácter redutor, muito centrado na intervenção projetual sobre o espaço público” (Ibidem, p. 553).

A partir desse programa, surgem as primeiras críticas. O consenso aparentemente desenvolvido no seminário passou por várias mudanças devido a críticas não apresentadas anteriormente, como à penalização do uso do automóvel (Mota, 2013, p. 557). Houve quem dissesse que “houve algum descuido com a contemplação de algumas intenções que os actores estavam a colocar no projecto, o que gerou alguma desmobilização” (idem).

Após crítica dos Amigos d’Avenida pelo instrumento projeto não estar enquadrado num plano ou processo de planeamento (Mota, 2013, p. 549), o grupo produziu em paralelo, a partir da iniciativa colaborativa “Vamos construir um projecto para a Avenida” – que contou com conversas e visitas ao espaço público e ao interior dos edifícios, além dos debates na lista de e-mails (Ibidem, p. 581) -, “uma proposta de visão, princípios, modelos e propostas concretas em termos de operacionalização” (Ibidem, p. 554) para a reconstrução do sentido de lugar e de

comunidade e do reforço da identidade e do sentido de pertencimento (Ibidem, p. 548). Para isso, o documento identificou três dimensões principais: o papel da avenida como expositor da cidade; enquanto palco da realização de diversas atividades; e enquanto espaço de residência para todos (Ibidem, p. 581). Essas sugestões “procuravam mostrar à autarquia a necessidade do programa base ser reequacionado” (Ibidem, p. 549), mas apesar de ter sido apresentado publicamente, “este documento não mereceu particular consideração, para além de algumas palavras de circunstância e de aprovação geral” (Ibidem, p. 554).

PROPOSTA PARA A QUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DOUTOR LOURENÇO PERINHO 2 PROGRAMA 1 2013

2. Programa

PROGRAMA BASE (FORNECIDO PELA CMA)

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:

- Organizando a Avenida no quadro da organização funcional e da mobilidade da área envolvente, favorecendo atravessamentos transversais (entre a Beira-Mar / Sã Barcoas e a área do Centro de Congressos) e perspectivando prolongamentos.
- Condicionando a solução a Programa para a Avenida (e para o túnel), a fixar no quadro da elaboração do Plano de Mobilidade e a aprovar pela CMA.
- Valorizando a função pedonal, em articulação com a vivificação das funções terciárias e artístico-culturais do rés-do-chão dos edifícios.
- Diminuindo a presença automóvel, anulando (ou minimizando) estacionamento de superfície e condicionando a circulação ao longo do eixo, preferencialmente sem utilização de semáforos ou sinais de trânsito.
- Perspetivando lançamento de concurso para construção de estacionamento subterrâneo que, se possível, pague a intervenção no espaço público.
- Perspetivando a colocação de elementos que possam adquirir valor simbólico (associados à água, arte, tecnologia ...).

REGRAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DOS EDIFÍCIOS:

- Fixando volumes, considerando a articulação dos existentes, o respetivo valor patrimonial e a necessidade de remate ou embocamento de empresas laterais.
- Fixando usos desejáveis e admissíveis, com vista a uma ocupação multifuncional e à animação do espaço público.

DINÂMICA PARA QUALIFICAÇÃO DO TERCIÁRIO:

- Acentuando processos relacionais entre agentes (públicos e privados, sobretudo com funções comerciais, culturais e administrativas) e, destes, com a CMA.
- Construindo com este programa de qualificação e perspetivando procura de meios financeiros para o efeito.

princípios 'avenida' como:

- 1 'montra e porta de entrada'** -> oportunidade para potenciar as funções económicas e sociais mais dinâmicas da cidade (tecnologias, arte e cultura, lazer) -> reabilitar edificado; oportunidade para discutir a realocação das funções centrais da cidade (por ex: serviços CM, loja cidadão,...);
- 2 'espaço de residência para todos'** -> repovoar o centro é a avenida; respondendo às diferentes necessidades e estratos sociais (jovens, classe média,...); os problemas 'invisíveis' que 'habitam' a avenida (os sem abrigo);
- 3 'passeio público'** -> espaço pedonal para interacção social
- 4 'palco'** -> desenvolvimento de actividades artísticas em espaço público; arte urbana; laboratório de experimentação de aplicação de tecnologias em espaço público;
- 5 'espaço acessível e partilhado'** -> maior prioridade aos modos suaves de deslocação; acentuar deslocações transversais e menos longitudinais;
- 6 'rótula de ligação'** -> articulação da Avenida com outros espaços da cidade

Figura 228: Programa base para requalificação da avenida. Fonte: Mota, 2013

Figura 229: Princípios produzidos pelos Amigos d’Avenida. Fonte: Mota, 2013

Um segundo momento participativo de grande relevância foi o Workshop “Utilização do Espaço Público” – ocorrido em 17 de junho de 2011, em que foi avaliada a metodologia, criada uma discussão dentre três modelos alternativos do espaço público que orientariam a decisão dos técnicos e foram dadas várias sugestões ao desenho de chão e à animação do espaço (Mota, 2013, p. 557). Todavia, apesar das grandes qualidades desse exercício de reflexão entre cidadãos (Ibidem, p. 589), os resultados dos contributos não foram conhecidos ou explicitados, o que impediu forte mobilização pelo projeto (ibidem, p. 558).



Figuras 230 e 231: Workshop “Utilização do Espaço Público”. Fonte: Mota, 2013

Ao fim de cada etapa, foram realizadas sessões de avaliação pública abertas a todos os interessados. Antes desses momentos, a equipe coordenadora do projeto disponibilizava previamente toda a documentação para tomada de conhecimento e análise dos cidadãos (Mota, 2013, pp. 555,587,588). Apesar dos esforços em publicização dos documentos - exigência da

equipe coordenadora -, por vezes os cidadãos não recebiam o retorno devido, ficando sem saber no que resultou os seus contributos (ibidem, p. 587).

Essa evolução metodológica, com total liberdade para a realização de auscultações públicas (Mota, 2013, p. 572), ocorreu graças à nova equipa técnica, ansiosa por buscar uma “solução para a Avenida que fosse ao encontro do desejo dos cidadãos” (Ibidem, p. 560), mas também por a autarquia não ter recursos financeiros (e, portanto pressa) para executar a obra (idem).

Foi criada uma comissão de acompanhamento do projeto que despertou grandes ressalvas por medo de cooptação ou responsabilização desmedida de seus participantes. Os cidadãos que efetivamente participaram dela sentiram necessidade de repertir publicamente seus argumentos, possivelmente por não terem recebido a devida atenção nesses espaços (Mota, 2013, p. 586).

Um ano depois, em meados de 2012 surge a versão preliminar do Projeto Base. O atraso se deu por causa da falta de recursos financeiros para realizar as reuniões e mobilizar os técnicos. A proposta e relatório final surgem, então, em abril de 2013, em um contexto de grande desmobilização devido aos longos hiatos do processo e a contradições entre o que estava no caderno de encargos e o resultado final, que reduziu a credibilidade da iniciativa (Mota, 2013, pp. 558-559).



Figuras 232 e 233: Apresentação do projeto final para a Avenida. Fonte: Mota, 2013



Figuras 234, 235 e 236: Imagens da maquete 3D para o novo projeto da Avenida. Fonte: CMA, 2013

O processo de formulação do novo projeto para a Avenida Lourenço Peixinho foi “um exercício longo, com uma duração de mais de cinco anos, que criou muitas expectativas” (Mota, 2013, p. 575). Embora o resultado final tenha sido muito coerente com os objetivos delimitados, houve foco excessivo no espaço público e na arquitetura urbana (Ibidem, p. 574), o que levantou críticas quanto à sua parcialidade, seu enviesamento e insuficiência quanto aos problemas do local. Melhores resultados poderiam ter sido alcançados se houvesse tido uma recolha suficiente

das informações de natureza imaterial e um quadro de objetivos mais ambicioso (Ibidem, pp. 571-572, 575). Apesar da questão da circulação viária ter sido prioritária, seus resultados foram considerados muito radicais, sem implementação gradual, o que sem amplo apoio político, criou resistências à sua implantação (Ibidem, pp. 572, 575). A respeito da participação, o projeto teve vários momentos participativos, mas as descontinuidades desses por longos períodos de tempo gerou desgaste, descrença e desmotivação, além de produzir resultados contraditórios e dificuldades no diálogo (Ibidem, pp. 564, 572, 579). A falta de financiamento decorrente, em parte, da falta de candidatura às “Parcerias para a Regeneração urbana”, inviabilizou a concretização e execução do projeto (Ibidem, p. 551). “Por todas estas razões, existe no final do projecto uma sensação de desconforto com os resultados finais, que se traduziu no facto dos produtos finais não terem sido aprovados politicamente” (Mota, 2013, p. 576).

TABELA SÍNTESE DO CASO E DO GRUPO

Tabela 42: Quadro síntese do caso “Avenida Lourenço Peixinho”.

AVENIDA LOURENÇO PEIXINHO	
CIDADE: Aveiro, Portugal	PERÍODO: 2008 a 2013
OBJETO: Requalificação e reformulação de uma avenida	
GESTOR MUNICIPAL: Élio Manuel Delgado da Maia	
PARTIDO: Independente	MANDATO: 2005 a 2013 (reeleito)
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS: Câmara Municipal de Aveiro	
INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS: Auscultações; Workshops; Reuniões	
GRUPOS ENVOLVIDOS (diretamente): Amigos d’Avenida	
GRUPOS ENVOLVIDOS (indiretamente): -	
AÇÕES TOMADAS PELOS GRUPOS: Publicação de propostas, manifestos e estudos alternativos.	
AMIGOS D’AVENIDA¹⁵⁰	
DATA DE CRIAÇÃO: 2008	EM ATIVIDADE? Sim
MOTIVAÇÃO INICIAL: Efetivas e promover a inovação social.	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Mobilidade Urbana; Meio Ambiente; Habitação; Espaço Público; Patrimônio Histórico; Planejamento Urbano; Política.	
ORGANIZAÇÃO INTERNA: Horizontal, sem hierarquia	
Nº DE MEMBROS NO NÚCLEO DURO: 1 a 5	
GRUPO VOLUNTÁRIO? Sim	RELAÇÃO COM EMPRESAS? Sim, por meio do diálogo
GRUPOS PARCEIROS: Sem especificação	
MULTIDISCIPLINARIDADE: Sim. Sem especificação	
FINANCIAMENTO: Divisão de custos entre membros ou apoio da comunidade	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS: Redes sociais e lista de e-mail	
RELAÇÃO DO GRUPO COM A MÍDIA: Ocasional	
AVALIAÇÃO DA ABERTURA À PARTICIPAÇÃO: 5 - Excelente	
COOPERAÇÃO COM PODER PÚBLICO: Sim.	

¹⁵⁰ Apenas um membro do grupo respondeu

A1.6 Vivacidade



Figura 237: Largo de São Sebastião após término das obras. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

O projeto VivaCidade foi uma parceria entre a Câmara Municipal de Aveiro – CMA -, a ONG 4iS e a empresa cultural Setepés para a formação de uma equipe para disputar o financiamento promovido pelo programa *Actors of Urban Change*, da “Robert Bosch Foundation” que concedia apoio de 5000 € aos projetos selecionados (Braga & Passos, 2017, p. 6).

A seleção do projeto se deu mediante a escolha de um vazio urbano a ser revitalizado no bairro do Liceu. Esse espaço, central e com grande potencial visual (Actors of Urban Change, 2016, p. 43) localizado na esquina das ruas de São Sebastião e Infante Dom Henrique, chegou a abrigar uma taberna na década de 80, mas por estar abandonada e sob risco estrutural, foi adquirida pela Câmara Municipal que conduziu a sua demolição. Posteriormente, o espaço serviu apenas como estacionamento e depósito de lixo (Braga & Passos, 2017, p. 6).



Figuras 238 e 239: Antiga taberna e vazio urbano anterior. Fonte: Google Street View, 2016

O trabalho inicial da equipe coordenadora foi de estudar o enquadramento histórico, social e formal da área e sua envolvente, através de levantamento bibliográfico, imagético e de testemunhos pessoais (Actors of Urban Change, 2016, pp. 43-46). A primeira ação participativa foi realizada no dia 22 de março de 2014. Na ocasião foi apresentada a iniciativa e foram coletadas memórias, vivências e experiência dos moradores, estimuladas através do material histórico levantado anteriormente. O processo envolveu quatro equipes, duas fixas e duas móveis e levou

algumas semanas devido a adesão de várias pessoas (Ibidem, pp. 46-47), atraídas pelo boca-a-boca, mas também pela pintura de um mural em stêncil que promovia o projeto. (Ibidem, p. 52).

Após conhecer melhor o espaço e os moradores da região, foram realizadas quatro reuniões de trabalho com a comunidade, entre abril e junho de 2014, cujo objetivo era de formar um grupo de trabalho para a intervenção urbana naquele vazio. Os participantes identificaram os pontos positivos e negativos do bairro, além de suas necessidades, expectativas, ideias e desejos para a intervenção até se alcançar uma proposta consensual de intervenção (Actors of Urban Change, 2016, p. 52-53). Com a visão comum estabelecida, foram divididas tarefas de acordo com o interesse de cada um e definidos grupos de trabalho para a execução, além de uma estratégia para envolver mais pessoas (Ibidem, p. 53)



Figuras 240 e 241: Primeiras reuniões com a comunidade. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

A segunda fase do processo teve início no dia 12 de julho de 2014 com um piquenique comunitário – em que os restaurantes e moradores próximos apoiaram com comidas – que reuniu cerca de 70 pessoas (Actors of Urban Change, 2016, p. 59). Nesse evento foi apresentado o processo de participação e a proposta de intervenção resultante no vazio urbano. Essa incluía “uma zona de estar com jardim, cor, mobiliário lúdico e um mural que faça referência à antiga taberna que aí existiu” (Ibidem, p. 60), recebeu ideias de melhoria e foi validada por unanimidade.

A proposta foi concebida sob a premissa de ser uma intervenção de baixo custo. Havia alguns elementos referenciais nela, como um pórtico de entrada, uma zona de estar, um mural que referenciasse a taberna preexistente, um jardim, horizontal e vertical, lúdico e três árvores (Actors of Urban Change, 2016, pp. 60-61).



Figura 242: Um dos estudos preliminares ao espaço. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

A etapa seguinte visou criar uma estratégia de execução do projeto. Para isso foi contratado um especialista responsável pela construção e, de forma participada, foi criado um plano de execução, aprovado no dia 31 de outubro de 2014 pela CMA. A partir daí, foram realizadas mais duas reuniões de trabalho, em novembro, para ajustar os pormenores da proposta de intervenção e definir os grupos de trabalho (Actors of Urban Change, 2016, p. 61).

A fase de execução só foi ter início um ano após o arranque do processo. Para tal, foi garantido previamente os apoios aos materiais, serviços e trabalhos especializados, vindos de empresas locais ou por pessoas dispostas a partilhar seus diversos conhecimentos técnicos (Actors of Urban Change, 2016, p. 62; Braga & Passos, 2017, p. 8). A exceção a esses apoios colaborativos veio da CMA que contratou maquinário para preparar e nivelar o terreno. A Câmara também conseguiu alguns materiais como as pedras da calçada, vindas de outra obra pública. Todos os demais custos foram cobertos pelo orçamento disponível ao projeto (idem).

A etapa de execução necessitava de um espaço âncora que atraísse mais pessoas enquanto servisse como armazém e oficina. Para tal, obteve-se uma antiga loja – fechada há cerca de 20 anos – e uma casa devoluta, juntas às obras. Firmou-se um contrato de comodato por três meses com os proprietários e procedeu-se uma limpeza e remodelação do espaço. Nesse espaço passou a funcionar a Oficina Vivacidade, fundamental ao processo construtivo (Actors of Urban Change, 2016, p. 66; Braga & Passos, 2017, p. 7).

Ao longo das três semanas em que a maior parte das obras tomou parte, a Oficina Vivacidade esteve sempre de portas abertas, estimulando a curiosidade e servindo como referência cultural e de encontro a quem quisesse se associar aos trabalhos (Actors of Urban Change, 2016, pp. 66, 70). Lá, foram realizadas cerca de 15 oficinas promovidas por coletivos artísticos, associações locais e grupos informais, e foram produzidas as peças de mobiliário urbano (cadeiras, bancos e mesas) a serem utilizadas na praça – posteriormente personalizadas por artistas e ilustradores (Actors of Urban Change, 2016, p. 70)



Figura 243 Preparação para o início das obras. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

Figura 244: Oficina Vivacidade. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

Dentre as diversas oficinas que ensinavam habilidades aos envolvidos no processo (como por exemplo, carpintaria, tricô e ilustração), foi realizado um “Curso de Formação em Jardins

Verticais”, organizado pelo CEARTE com duração de 40h em horário pós-laboral. Primeiramente, houve uma parte teórica e depois uma parte prática com a instalação dos jardins verticais nas obras do vazio urbano (Actors of Urban Change, 2016, p. 70).



Figura 245: Trabalho colaborativo para construção do novo espaço. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

Figura 246: Montagem do jardim vertical no novo espaço. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

Ao fim, foi realizada uma celebração onde compareceu “o Presidente da Câmara, famílias inteiras, estudantes, músicos e jardineiros, até estrangeiros vieram naquele dia, ver a união entre a Vontade e o Querer, ao Largo de São Sebastião” (Actors of Urban Change, 2016, p. 85).



Figura 247: Votação nas ruas para o nome do novo espaço. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

Figura 248: Celebração da inauguração do Largo de São Sebastião. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

Figura 249: Presença do Presidente da Câmara na celebração. Fonte: Actors of Urban Change, 2016

O processo do Vivacidade, a construção do Largo de São Sebastião, foi um processo que durou um ano e meio e trouxe aprendizados e conhecimentos adquiridos. Primeiro, percebeu-se ser fundamental ter na equipe promotora um funcionário público que sirva de ligação com a administração pública (Actors of Urban Change, 2016, p. 90). Segundo, “quebrou-se um mito! Os cidadãos envolvem-se, experimentam, constroem e cuidam” (Ibidem, p. 96) quando lhes é dada a

oportunidade de serem não apenas utilizadores, mas promotores de todo o processo e trabalho (Braga & Passos, 2017, p. 8).

O projeto Vivacidade foi um projeto muito inspirador, um exercício de cidadania, experimentação e construção coletiva em um processo participativo e colaborativo que fez a comunidade refletir sobre o território e sua identidade para imaginar e valorizar o espaço público e suas qualidades (Actors of Urban Change, 2016, pp. 6, 8, 58, 96). Envolver e fortalecer a comunidade – moradores e estudantes - para requalificar um espaço vazio, degradado e desprovido de função traz a ideia de remendar e revestir a cidade para qualificar e dar vida aos espaços, enquanto se cria bens comuns (Ibidem, pp. 8, 43)

TABELA SÍNTESE DO CASO E DO GRUPO

Tabela 43: Quadro síntese do caso “Vivacidade”.

VIVACIDADE	
CIDADE: Aveiro, Portugal	PERÍODO: 1º semestre 2014 a 2º semestre 2015
OBJETO: Requalificação de um vazio urbano	
GESTOR MUNICIPAL: José Agostinho Ribau Esteves	
PARTIDO: PSD ¹⁵¹	MANDATO: 2014 a 2021 (reeleito)
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS: Secretaria de Infraestrutura - SEINF	
INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS: Parceria no planejamento e execução	
GRUPOS ENVOLVIDOS (diretamente): 4iS; Setepés	
GRUPOS ENVOLVIDOS (indiretamente): Aveiro Sketchers; Aveiro Desaparecido	
AÇÕES TOMADAS PELOS GRUPOS: Formulação da metodologia do processo participativo, divisão de tarefas da coordenação do processo.	
4iS¹⁵²	
DATA DE CRIAÇÃO: 2012	EM ATIVIDADE? Sim
MOTIVAÇÃO INICIAL: Efetivas e promover a inovação social.	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Mobilidade Urbana; Habitação; Espaço Público; Arte Urbana; Comunicação; Juventude.	
ORGANIZAÇÃO INTERNA: Horizontal, decisões coletivas	
Nº DE MEMBROS NO NÚCLEO DURO: 1 a 5	
GRUPO VOLUNTÁRIO? Sim	RELAÇÃO COM EMPRESAS? Sim
GRUPOS PARCEIROS: Universidade de Aveiro; Administração Municipal; coletivos; associações culturais; empresas	
MULTIDISCIPLINARIDADE: Design e comunicação, planejamento regional e urbano, cultural, estratégico, facilitação e mediação, inovação e ação social, TIC e turismo.	
FINANCIAMENTO: Apoios municipais e empresariais e candidatura a financiamentos	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS: Redes sociais, lista de e-mail, imprensa, comunicação física	
RELAÇÃO DO GRUPO COM A MÍDIA: Inexistente	
AValiação DA ABERTURA À PARTICIPAÇÃO: 1 - Muito ruim	
COOPERAÇÃO COM PODER PÚBLICO: Sim, no Vivacidade.	

¹⁵¹ Partido Social Democrata

¹⁵² Apenas um membro do grupo respondeu

A1.7 Praça de Bolso do Ciclista



Figura 250: Vista geral da Praça de Bolso do Ciclista. Fonte: Santana, 2016

A Praça de Bolso do Ciclista (PBC), localizada na região central da cidade de Curitiba (Brasil), possui área de 127m² (por isso é chamada de “de bolso”, *pocket*) e foi inaugurada em 22 de setembro de 2014 (Santana, 2016, p. 56). O diferencial dessa praça é que ela foi construída por meio de trabalho comunitário e voluntário de cidadãos em parceria com o poder público. Concebida pela iniciativa de cicloativistas da Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu (Cicloiguaçu) – um grupo cívico com estrutura formal institucionalizada - em diálogo com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, o processo ocorreu em um vazio urbano (de propriedade pública) no qual a administração pública cedeu autorizações e materiais necessários à obra, mas a construção – realizada sob regime de mutirão¹⁵³ - ficou a cargo da comunidade coordenada pela Cicloiguaçu¹⁵⁴

A partir de conversas entre Cicloiguaçu e IPPUC ainda em 2011, levantou-se a possibilidade de transformar aquele terreno sem uso em uma praça, que seria chamada Praça do Ciclista devido à proximidade com entidades envolvidas nesse tema e pela iniciativa ter vindo de pessoas ligadas ao movimento cicloativista (Santana, 2016, pp. 67, 68). Os cidadãos e técnicos municipais buscaram informações sobre aquele espaço e descobriram que era de posse da própria Prefeitura de Curitiba (Ibidem, pp. 67, 69). O terreno havia sido cedido, alguns anos antes, por um prédio em construção para a criação de uma subestação de rebaixamento de voltagem. A estação não foi construída, mas a doação foi efetivada de qualquer maneira (Ibidem, p. 69). Como essa área não apresentava potencial econômico/imobiliário por suas dimensões reduzidas, os membros da Cicloiguaçu solicitaram que a praça fosse realizada lá, o que foi aceito pela gestão municipal do período 2009-2012 (Ibidem, pp. 69, 75).

O plano inicial era que a praça fosse construída, concluída e entregue pela Prefeitura no período anterior ao início da terceira edição do Fórum Mundial da Bicicleta, ocorrido em Curitiba entre os dias 13 e 16 de fevereiro de 2014 (Santana, 2016, p. 72). Como a construção sequer havia

¹⁵³ Ação coletiva para um determinado fim. Usualmente para fins de construção ou limpeza.

¹⁵⁴ Foi feito um documentário sobre o processo <https://www.youtube.com/watch?v=UGPe4nsoypE>

sido iniciada à época do evento, os questionamentos levantados durante o fórum serviram como catalisadores da busca de uma alternativa para implantação do espaço (Idem).



Figura 251: Antigo vazio urbano onde hoje está a PBC. Fonte: Santana, 2016

Figura 252: Mural pintado durante a terceira edição do Fórum Mundial da Bicycleta. Fonte: Santana, 2016

Como o processo burocrático seria lento e demorado devido ao contexto de preparação para obras da Copa do Mundo FIFA e as eleições presidenciais, “surgiu a proposta inusitada para que a reforma da praça fosse conduzida pelos próprios cidadãos” (Patricio, 2015, como citado em Santana, 2016, p. 72). De forma inédita, a prefeitura aceitou a proposição (idem). Assim, foi estabelecida uma parceria entre administração pública e comunidade, em que “o poder público ficaria encarregado de viabilizar as condições mínimas necessárias, cederia o terreno e os equipamentos e mão de obra especializada para os serviços iniciais” (Santana, 2016, p. 76) para a comunidade seguir coletivamente com o processo até sua conclusão (idem).

O projeto paisagístico da praça que já havia sido iniciado nos diálogos entre Ciclolguaçu e IPPUC, passou a ser discutido coletivamente em reuniões abertas no espaço da “Bicicletaria Cultural”, agora sob coordenação de um arquiteto integrante da associação (Santana, 2016, p. 76). As sessões de discussão do projeto ocorreram de forma célere (se comparado aos trâmites normais de projetos públicos) de janeiro a maio de 2014 (idem). Ao final, decidiu-se alterar o projeto, pois o método construtivo comunitário tinha limitações e, portanto, o resultado final deveria estar ao alcance desse modelo. A prefeitura disponibilizou alguns materiais armazenados em depósitos municipais e se responsabilizou pelos serviços iniciais de movimentação de terra, nivelamento do solo, etc (Ibidem, pp. 78, 81).

As reuniões para formulação do projeto eram abertas e divulgadas por cartazes colados na região e pela internet por e-mails, redes sociais e páginas web (Santana, 2016, p. 77), mas tinham o alcance restrito principalmente às redes pessoais dos que estavam envolvidos nesse processo, que formavam um núcleo duro de dez a vinte pessoas que atuaram como lideranças (ibidem, p. 78), de forma comprometida, interessada e não vertical (ibidem, p. 84).

Além dos materiais e serviços concedidos pela



Figura 253: Cartaz-convite às reuniões de discussão do projeto.

Fonte: Santana, 2016

Prefeitura de Curitiba, os proprietários do prédio e terreno ao lado cederam o espaço para armazenamento e canteiro de obras e uma construtora que possuía um empreendimento na região (e percebeu que a ação o valorizaria), forneceu R\$ 10.000 (3.290 € à época) para compra de equipamentos e o que fosse necessário (Santana, 2016, pp. 82–83).



Figura 254: Projeto inicial da praça feito pelo IPPUC. Fonte: Santana, 2016

Figura 255: Projeto final da Praça feito a partir das reuniões abertas e colaborativas. Fonte: Santana, 2016

Com o projeto definido, os “mutirões” de construção da Praça de Bolso do Ciclista aconteceram durante 21 finais de semana em 2014, com cerca de cem participantes em cada (Patricio, 2015, como citado em Santana, 2016, p. 84). O planejamento inicial era de que a construção tomasse parte entre maio e junho, mas o processo se estendeu até setembro devido às condições climáticas e à efetiva mão de obra voluntária disponível (Santana, 2016, p. 86). A gestão das atividades se fazia não apenas durante, mas também em reuniões realizadas antes e depois dos mutirões para acolher os interessados e avaliar os procedimentos (Ibidem, p. 85).

A divulgação do processo construtivo se deu pela Internet (como na etapa anterior) e a partir de convites físicos no local da praça. Além dessas ferramentas, a movimentação gerada no local e a divulgação midiática contribuíram significativamente para o conhecimento da atividade (Santana, 2016, pp. 85, 137).



Figura 256: Banner-convite à construção coletiva. Fonte: Santana, 2016

Figura 257: Reuniões preparatórias de gestão das atividades. Fonte: Santana, 2016

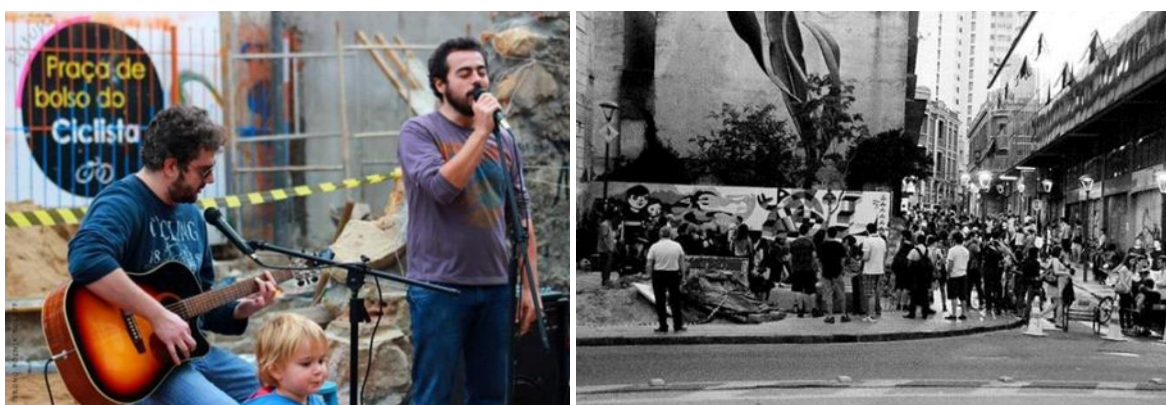
Para facilitar as obras e para garantir segurança dos voluntários, a Secretaria de Trânsito – SETRAN – fechava o trecho de rua ao lado da praça nos finais de semana (Santana, 2016, p. 86).

Com muitos voluntários indo e vindo a todos os momentos, logo destacaram-se lideranças, um “núcleo duro” de cerca de 20 pessoas mais assíduas que, por possuírem determinadas habilidades, orientavam e coordenavam alguns setores da obra (Santana, 2016, p. 87). “Arquitetos, mestres de obras, representantes políticos, pessoas responsáveis pela divulgação, pela animação cultural, pela condução dos mosaicos sobressaíram como lideranças naturais” (Ibidem, p. 83). Toda vez que novos participantes chegavam, era preciso disponibilizar algum tempo para ensinar o necessário aos trabalhos (ibidem, p. 86). Quem queria ajudar e não tinha habilidades específicas ou iniciativa para aprender, geralmente ajudava nos mosaicos (ibidem, p. 92). Apesar de ter havido pouca participação da população do entorno da praça (ibidem, p. 106), “acredita-se que as pessoas que têm experiências significativas e ligações afetivas a determinados locais tendem a cuidar melhor, a vigiar, a conscientizar a respeito do seu uso” (ibidem, p. 119).



Figuras 258 e 259: Construção da praça reuniu pessoas de todos os tipos. Fonte: Santana, 2016
Figura 260: Profissional ensina voluntária. Fonte: Santana, 2016

Paralelamente aos trabalhos de construção da praça, um movimento cultural de uso e animação do espaço surgiu e, já no primeiro mês, foram organizadas exposições de filmes e documentários, apresentações de música, teatro, dança, yoga, oficinas de mosaico, culinária, pintura, malabarismo, horta capilar, atividades para crianças com jogos e brincadeiras e ações educativas sobre ciclomobilidade (Santana, 2016, pp. 92,93). As atividades atraíram curiosos, pessoas de todos os tipos, de crianças a idosos (Ibidem, p. 95) que tornaram a praça e a rua “espaços de convivência, de confraternização, de troca de experiências e saberes, em um ambiente de convívio diversificado, entre pessoas de diferentes classes sociais, faixas etárias, reunindo distintas formas de pensar e viver” (Ibidem, p. 96).



Figuras 261 e 262: Eventos culturais animaram a construção da PBC. Fonte: Santana, 2016

Após cinco meses de construção, o espaço estava praticamente finalizado e teve sua inauguração oficial no dia 22 de setembro de 2014, em ocasião do Dia Mundial Sem Carro (Santana, 2016, p. 97). Na ocasião o prefeito de Curitiba ressaltou a cultura de parceria entre

sociedade e poder público e declarou que “A Praça de Bolso do Ciclista é um bem imaterial da cidade. A palavra que define este lugar é atitude, e é somente dessa maneira, com a mobilização de todos, que podemos transformar a nossa sociedade” (PMCe, 2014, como citado por Santana, 2016, p. 98). Um participante do processo chegou a afirmar que “Construirmos o novo espaço com nossas próprias mãos confere um valor diferente do que se recebêssemos a praça pronta” (Bressan, 2014, como citado em Santana, 2016, p. 100). Dessa forma o vazio urbano tornou-se uma praça, um local de passagem tornou-se de paragem (Santana, 2016, p. 136), um não-lugar se tornou efetivamente um lugar.

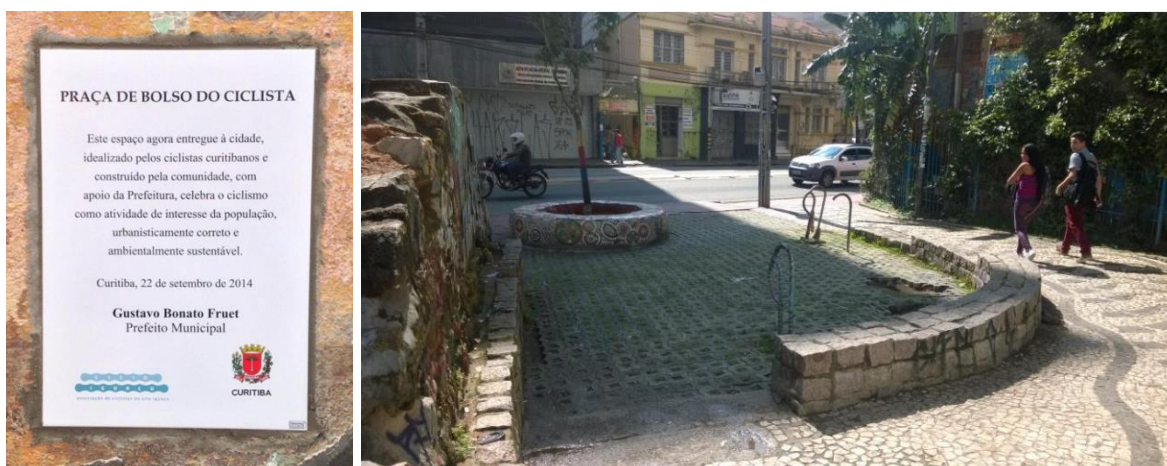


Figura 263: Placa de inauguração da PBC. Fonte: Santana, 2016

Figura 264: Pessoas caminham pela PBC num dia qualquer. Fonte: Santana, 2016

Os voluntários que dedicaram seu tempo sem nenhum tipo de remuneração além da vivência urbana, do trabalho coletivo, do contato com o “estranho” e do lazer, formaram uma rica conexão com a cidade. Isso foi possível graças ao papel da Cicloguaçu que, como organização civil organizada e responsável, aproveitou a abertura ao diálogo da administração pública, fundamental para que tudo tivesse ocorrido (Santana, 2016, pp. 100, 102).

Apesar da forte relação da PBC com a comunidade ciclista (pelo nome, por sua construção), foi percebido um processo de transição de público, com um novo perfil de usuários jovens e adolescentes se apropriando da praça (Santana, 2016, p. 118). Foi percebida uma gradual desmobilização do público ciclista que frequentava o espaço, ao longo dos meses pós-inauguração (idem). Santana (2016, p. 150) considera isso uma tendência de ativismo, em que após ter uma demanda pontual atendida, o grupo se desmobiliza.

O novo público e os novos usos dados à praça vieram acompanhados de conflitos com os moradores devido ao “consumo excessivo de drogas e álcool na região, aumento da sujeira no local, perturbação do sossego, incidência de brigas” (Santana, 2016, p. 149). Por isso, uma enorme mensagem que dizia “A Praça é nossa, cuidemos” foi escrita no muro (Ibidem, p. 123).

Como conclusões, o caso da PBC reforça uma tentativa “inédita e possível” (Santana, 2016, p. 151) “de mudança nas formas de gestão do poder público, no sentido de uma maior abertura às demandas sociais e incorporar novos processos decisórios, mas igualmente do cidadão face à cidade e seus direitos e deveres” (Ibidem, p. 148). A união de interesses e o diálogo verdadeiro entre a Prefeitura e a Cicloguaçu foram essenciais, mas “quando um segmento da sociedade apresenta certa estrutura e organização política (...), como é o caso da Cicloguaçu, minimizam-se as distâncias entre poder público e população e a conexão entre as diferentes esferas fica facilitada” (Ibidem, p. 70

O processo construtivo da praça reuniu as características para desenvolver o sentimento de pertencimento, que ocorreu de forma temporária, já que a construção foi protagonizada – em sua maioria – por ciclistas de várias regiões da cidade, a conexão do espaço com os moradores não se fortaleceu, pois esse não fez parte de suas vivências diárias, apesar de não permanecerem indiferentes ao local. Houve, portanto, “uma abertura para que outros grupos se apropriassem do local e estes trouxeram consigo práticas diferenciadas, com outras finalidades” (Santana, 2016, pp. 150, 151).

Mais do que um simples espaço construído, que também pe ponto de encontro e marco simbólico da causa da bicicleta, “a experiência da PBC representa a materialização de uma vivência cidadã ativa e compromissada com e na cidade, na busca de torna-la mais humanizada, onde seus cidadãos têm vontade e voz” (Santana, 2016, p. 153). Voluntariado, mobilização e organização foram qualidades ressaltadas em um espaço de ação política e cidadã que pode servir de exemplo a outras iniciativas (Ibidem, pp. 151, 153).

TABELA SÍNTESE DO CASO E DO GRUPO

Tabela 44: Quadro síntese do caso “Praça de Bolso do Ciclista”.

PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA	
CIDADE: Fortaleza, Brasil	PERÍODO: janeiro a setembro de 2014
OBJETO: Transformação de um vazio urbano em uma praça	
GESTOR MUNICIPAL: Gustavo Bonato Fruet	
PARTIDO: PDT	MANDATO: 2013 a 2016 (reeleito)
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS: IPPUC; SETRAAN	
INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS: Audiências Públicas; Parcerias	
GRUPOS ENVOLVIDOS (diretamente): Cicloiguação	
GRUPOS ENVOLVIDOS (indiretamente): Bicletaria Cultural	
AÇÕES TOMADAS PELOS GRUPOS: parceria com o poder público; ampla divulgação; projeto e construção colaborativa e voluntária; dinamização do espaço.	
CICLOIGUAÇÃO¹⁵⁵	
DATA DE CRIAÇÃO: 2011	EM ATIVIDADE? Sim
MOTIVAÇÃO INICIAL: Fomento do uso da bicicleta como meio de transporte urbano e a necessidade de estabelecer diálogos formais com o governo para isso.	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Espaço Público; Mobilidade Urbana	
ORGANIZAÇÃO INTERNA: Com cargos e mandatos eletivos decididos em assembleias e reuniões	
Nº DE MEMBROS NO NÚCLEO DURO: 5 a 10	
GRUPO VOLUNTÁRIO? Sim	RELAÇÃO COM EMPRESAS? Sim. Prestação de serviços
GRUPOS PARCEIROS: Grupos ligados à mobilidade e ao meio ambiente	
MULTIDISCIPLINARIDADE: Sim. Arquitetos e urbanistas, designers, artistas, advogados, engenheiros, empresários, administradores, psicólogos e sociólogos. Conhecimentos ligados à infraestrutura e comportamento urbano.	
FINANCIAMENTO: Ações geralmente voluntárias, mas pode ter crowdfunding, doações ou contratação de serviços.	

¹⁵⁵ Dois membros do grupo responderam ao formulário

MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS: Site, lista de e-mails e facebook
RELAÇÃO DO GRUPO COM A MÍDIA: Boa
AVALIAÇÃO DA ABERTURA À PARTICIPAÇÃO: 1,5 – Entre Muito Ruim e Inadequada
COOPERAÇÃO COM PODER PÚBLICO: Sim. Na PBC e em auxílio em pesquisas, dados, divulgação de projetos e melhorias.

A1.8 Praça da Alvorada



Figura 265: Mobiliário urbano novo na Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

O caso da Praça da Alvorada foi uma ação realizada pelo Coletivo A-braço na cidade de Fortaleza no período de 9 a 12 de março de 2016. O grupo surgiu entre o final de 2015 e começo de 2016 em decorrência dos encontros e do aprendizado obtido no “I Congresso Internacional de Espaços Públicos da PUC-RS” em Porto Alegre – em outubro de 2015 -, onde os membros do grupo tiveram contato com a metodologia do *Placemaking*. O nome do grupo se refere “ao afeto e integração que ocorre nas ações, ao mesmo tempo em que se evidencia a prática manual necessária à concretização de seus objetivos” (Vasconcelos et al., 2016, p. 5) de qualificar o espaço público e promover sua apropriação e pertencimento. A cidade de Fortaleza, onde o grupo se baseia tem grandes dificuldades nesses aspectos devido, em parte, ao “cenário de abandono por parte do poder público, receio relacionado à segurança por parte da população e até desconhecimento dos equipamentos existentes por parte dos moradores é uma realidade em certas áreas da cidade (Ibidem, p. 3).

O coletivo A-braço realizou sua primeira ação, a “Oficina de Placemaking”, em decorrência do III Seminário de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza – UNIFOR (Vasconcelos et al., 2017, p. 3), que permitiu a oportunidade de testar a metodologia *Placemaking* em uma ação colaborativa (Idem). Diferentemente das ações frequentemente realizadas em espaços públicos, essa atividade não teve como parceiro o poder público municipal. A UNIFOR, uma universidade particular da cidade, prestou o apoio logístico necessário à sua realização. O “poder público foi contatado apenas com o objetivo de ser informado, evitando assim possíveis infrações e problemas burocráticos futuros” (Vasconcelos et al., 2017, p. 1). Foi interessante neste caso perceber a capacidade institucional proveniente da colaboração entre, cidadãos, coletivos sem fins lucrativos e universidade (idem).

A opção pelo método do Placemaking (abordado no tópico 5.3.6 deste trabalho) veio a partir da experiência que os membros do grupo tiveram na atividade “Placegame – jogo do lugar” no congresso em Porto Alegre. Nessa atividade, os participantes eram divididos em grupos e recebiam um caderno com questões referentes à avaliação de um espaço público previamente selecionado. Ao se dirigir ao lugar, os grupos tinham meia hora para explorar e analisar cada setor designado e conversar com os usuários daqueles ambientes. Após esse período, voltavam à sala de aula e encerravam a atividade com a formulação de uma síntese das qualidades e problemas, reconhecimento de possíveis parceiros e apresentação de suas conclusões aos demais (Vasconcelos et al., 2016, p. 4). Os membros do coletivo A-braço decidiram realizar oficina semelhante em Fortaleza, mas reconheceram que a experiência em Porto Alegre teve algumas limitações e, portanto, pensaram em alterações àquela metodologia. Foi decidido então que era importante aplicar uma carga teórica maior e incentivadora aos participantes. O material de apoio passou por melhorias e foi decidido que a oficina não poderia terminar na apresentação aos participantes. “Era necessário dar o devido retorno à comunidade e oferecer aos estudantes uma experiência que efetivamente concretizasse as propostas” (idem). Dessa forma, a metodologia do Placemaking permitiria uma experiência imersiva de contato pessoal e interpretação dos anseios da comunidade, além de criar a oportunidade para uma atuação prática na cidade. (Ibidem, p. 3).

A aplicação do método, no entanto, demandava um espaço. Para escolha desse, foram estabelecidos alguns critérios como: comprimento de em torno de 50m de comprimento para cada lado; estrutura nem muito degradada nem muito qualificada, que permitisse melhorias com pequenas ações; a existência prévia do sentimento de pertença dos moradores dos arredores com aquele espaço, com uso dos equipamentos e sinais que demonstrassem o interesse e cuidado com esse. Assim, foram pré-selecionadas cinco praças, mas a que pareceu se adequar melhor aos critérios foi a Praça da Alvorada (Vasconcelos et al., 2016, p. 5).

A Praça da Alvorada foi selecionada após visita do grupo e verificação de que essa era uma área de pequenas dimensões, triangular, com uma quadra poliesportiva central e com grande uso e fluxo de pessoas, especialmente durante a noite. Além dessas características, foi percebida a presença de uma intervenção popular: garrafões de 20 litros de água mineral foram transformados em lixeiras. Essa demonstração de apropriação e disposição em cuidar do lugar levou o coletivo a conhecer o senhor Wander Alencar, líder comunitário responsável por aquela intervenção, além de eventos culturais – naquele espaço - de animação da comunidade, e mesmo pela pacificação do bairro, que presenciava constantemente brigas de gangues e assassinatos. O contato do grupo interessado em promover a oficina com a comunidade local criou pontes e estabeleceu parcerias para as futuras ações a serem implantadas no logradouro (Vasconcelos et al., 2016, pp. 3,5; 2017, p. 3). Apesar disso, a praça possuía carências que eram também oportunidades para a transformação rápida e de baixo custo, como o parque infantil degradado e os poucos e mal posicionados bancos (Vasconcelos et al. 2016, p. 4).



Figura 266: Garrafão de água improvisado como lixeira. Foto: Luciana Otoch, 2016

A preparação para a ação colaborativa teve início com antecedência de dois meses, nos quais foi realizada a aproximação com a comunidade do bairro da Sapiranga (onde se localiza a praça escolhida). Durante esse período, foram realizadas visitas ao local, conversas com moradores, divulgação em redes sociais e, no dia 26 de fevereiro de 2016, conseguiu-se – graças ao apoio da população local - um espaço no programa “A Voz da Sapiranga”, na rádio local, para divulgar o projeto e convidar a população a uma apresentação – na própria praça – na semana seguinte sobre o tema e os objetivos da ação (Vasconcelos et al., 2016, p. 7; 2017, p. 4). Na semana seguinte, no dia 3 de março de 2016, o grupo conseguiu um telão, caixa de som e cadeiras de plástico e apresentou, à noite, na Praça da Alvorada para cerca de 20 moradores, temas como “Direito à Cidade”, “Urbanismo Tático” e “Placemaking” e as expectativas a respeito da ação a ocorrer. Além disso, os componentes do coletivo realizaram duas apresentações, mais leves e descontraídas, sobre mobilidade urbana e espaços públicos numa escola de ensino infantil e fundamental para convidar e incentivar as crianças a participarem do processo. (Vasconcelos et al., 2016, p. 7).



Figura 267: Primeira conversa informal com utilizadores da Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016



Figura 268: Divulgação da “Oficina de Placemaking” na rádio local. Fonte: Coletivo A-braço, 2016



Figura 269: Apresentação na praça sobre a ação da “Oficina de Placemaking”. Fonte: Coletivo A-braço, 2016



Figura 270: Apresentação e convite às crianças nas escolas. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

A “Oficina de Placemaking” durou quatro dias, entre 09 e 12 de março, durante o evento universitário. O primeiro dia ofereceu palestras por pessoas e grupos da cidade que atuam diretamente no espaço urbano; o segundo dia trouxe a introdução à ação e visita à praça para diagnóstico e reconhecimento da área e da população que resultou em projetos de curto prazo; o terceiro dia serviu à execução das ideias e projetos formulados no dia anterior; no quarto dia foi realizada uma celebração dos resultados obtidos (Vasconcelos et al., 2016, p. 8; 2017, p. 4).

(OFICINA DE PLACEMAKING)

SEMANA DE ARQUITETURA e URBANISMO DA UNIFOR

PROGRAMAÇÃO		09 a 12 de março 2016	
09/03 (quarta) 14 - 18 hrs: Palestras de Alunos e Profissionais. Local: UNIFOR	10/03 (quinta) 14 - 18 hrs: Trabalho de Campo Local: Praça da Alvorada 18:30 - 22 hrs: Desenvolvimento de projetos Local: UNIFOR	11/03 (sexta) 8 - 12 hrs: Execução de Projetos em Campo 13 - 20 hrs: Execução de Projetos em Campo	12/03 (sábado) 8 - 12 hrs: Confraternização Local: Praça da Alvorada

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
DESIGNANDO E APRENDENDO

COLETIVO (A-BRAÇO)

Figura 271: Programação da “Oficina de Placemaking”. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

No primeiro dia, 09 de março, foi realizado um ciclo de palestras “com pessoas e grupos que modificam o espaço público em prol da coletividade e atuam de maneira formalizada ou não para esse fim” (Vasconcelos et al., 2016, p. 6). O grupo teve a intenção de apresentar “pessoas inspiradoras e que provocassem inquietações” (Ibidem, p. 8) e por isso foram convidados o Coletivo Verdejar – que planta árvores de forma voluntária em espaços públicos da cidade; Liana Feingold – da empresa/coletivo Estar Urbano – realiza ações de urbanismo tático através de parcerias com a iniciativa privada; Narcélio Grud – artista responsável pelo Festival Concreto de arte urbana; Celso de Liz – presidente da Associamigos que gere e mantém uma praça pública em um bairro nobre da cidade; e Wander Alencar, líder comunitário da Sapiranga. O evento contou com 50 ouvintes e as apresentações tinham duração média de 20 minutos (Ibidem, p. 6).

O evento teve início com uma apresentação do coletivo A-braço que apresentou os mesmos conceitos apresentados na semana anterior na praça, só que dessa vez para um público mais técnico (majoritariamente, estudantes de arquitetura e urbanismo) (Vasconcelos et al., 2016, p. 8). Em seguida, os convidados realizaram suas apresentações e fomentaram uma discussão enriquecedora sobre o contexto da cidade àquela época (idem) e o papel do cidadão com o meio urbano (Vasconcelos et al., 2017, p. 4), o que deixou a plateia bastante motivada.



Figuras 272 e 273: Palestras do primeiro dia da “Oficina de Placemaking”. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

O segundo dia de atividades – período da tarde do dia 10 de março de 2016 - teve início com apresentação dos 14 estudantes que efetivamente iriam participar da oficina. Sentados em roda, todos se apresentaram - inclusive os organizadores - para em seguida ser distribuído o material – adaptado do *Placegame* - e explicado os objetivos da atividade (Vasconcelos et al., 2016, p. 9). Para isso, a equipe produziu um caderno que trazia a definição de placemaking, um guia de como avaliar o espaço (Ibidem, p. 6) e um mapa com a divisão da praça em quatro setores, em que cada equipe ficaria responsável por analisar e propor medidas de fácil execução, baixo custo e compatíveis com os anseios dos usuários, em interação e colaboração com as áreas vizinhas (Ibidem, pp. 8, 9).

Os participantes se deslocaram então à Praça da Alvorada e lá chegaram por volta das 16h, quando não havia muitas pessoas. Aos poucos, com o fim dos expedientes de trabalho e de aulas, pessoas foram chegando cada vez mais e se aproximavam aos estudantes para compreender o intuito da atividade (Vasconcelos et al., 2016, p. 9). Dessa maneira, diálogos foram iniciados e sugestões foram dadas lá mesmo, em cartolinas, às intervenções que seriam produzidas (idem). Ao retornar às 18h à Universidade, as ideias foram compartilhadas e debatidas em sala de aula com os demais participantes, sendo complementadas de forma colaborativa (idem).



Figura 274: Setorização da Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

Figuras 275, 276 e 277: Cartazes com as propostas desenvolvidas pelos participantes aos setores. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

O terceiro dia – 11 de março – foi o dia de execução das propostas, aprimoradas na conversa da noite anterior. A universidade, como instituição que abrigava a “Oficina de Placemaking” disponibilizou transporte e materiais aos participantes (Vasconcelos et al., 2016, p. 7). Com início às 8h da manhã para reunir os materiais, a equipe partiu com trinta minutos de atraso e, ao lá chegar, ficou impressionada por perceber que os moradores da comunidade já lá estavam a preparar o espaço, a podar as árvores e a fazer a manutenção dos brinquedos infantis (ibidem, pp. 9-10). Isso foi interessante pois “a partir do momento que a população recebeu inspiração e energia para agir, eles passaram a tomar iniciativas por conta própria” (Vasconcelos et al., 2017, p. 6), com adultos, crianças e adolescentes disponíveis a ajudar (idem).

Os participantes agiram em colaboração com os moradores que dispunham de conhecimento técnico útil aos trabalhos – marceneiros, ferreiros, pintores - e estavam voluntariosos em realizar a ação, enquanto as crianças ajudaram na pintura da mureta da quadra e na plantação de mudas¹⁵⁶ (Vasconcelos et al., 2016, p. 10). A ação perdurou até ser concluída às 19h. A comunidade foi à noite ver as melhorias e alegou que mesmo as crianças continuaram a brincar na praça até as 23h (idem).

¹⁵⁶ A ação foi filmada pela TV Unifor e disponibilizada ao grupo: <https://www.youtube.com/watch?v=wnFVHM-WRYI>



Figura 278: Pintura da mureta com ajuda das crianças. Foto: Luciana Otoch, 2016

Figura 279: Novos brinquedo com pneus usados no parque infantil. Fonte: Coletivo A-braço, 2016



Figura 280: Criação de novos bancos a partir de pallets. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

Figura 281: Pintura da mureta da quadra finalizada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016



Figura 282: Novo banco com “ninho do livro”. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

Figura 283: Apresentação e convite às crianças nas escolas. Foto: Luciana Otoch, 2016

Para encerrar a oficina, foi realizada uma pequena celebração na nova Praça da Alvorada na manhã do dia 12. O evento contou com venda de comidas, apresentação musical e uma roda de conversa com os moradores e estudantes para que relatassem suas expectativas e como essas foram atendidas durante o processo. A maior parte dos presentes eram crianças, mas havia pessoas das mais diversas (Vasconcelos et al., 2016, p. 10). “A celebração configura-se como uma fortificação de todas as experiências vivenciadas e proporciona aos moradores o enraizamento do conceito de que aquele é um lugar que pertence a eles e deve ser cuidado, protegido e contruído por eles no cotidiano” (Vasconcelos et al., 2017, p. 6).

Apesar do reconhecimento de algumas fraquezas como a pouca relevância dada à avaliação da praça pelo material fornecido e pela apresentação dada à comunidade em linguagem muito técnica (Vasconcelos et al., 2016, p. 11), a Oficina de Placemaking superou várias expectativas. A mesa de debates apresentou diversos conceitos e inspirou vários alunos a agirem pela cidade (inclusive com alguns se tornando, posteriormente, membros do A-braço) e trouxe participantes que nem haviam se inscrito à atividade. Houve grande interação entre os alunos e a comunidade da Sapiranga - e de ambos com o espaço público -, que unidos puderam viabilizar “a execução das tarefas de forma rápida e eficiente” (idem) enquanto desenvolviam o sentido de pertencimento (idem).

O envolvimento e interesse dos participantes na ação foi muito perceptível. Os estudantes indagavam sobre quando a ação seria replicada e se os organizadores realizariam outras intervenções, enquanto os moradores questionavam se manteríamos aquele espaço ou voltaríamos para acompanhar os resultados (Vasconcelos et al., 2016, pp. 11-12). É possível dizer que “os ganhos da oficina não podem ser quantificados objetivamente” (Ibidem, p. 12) - apesar de todos os resultados concretos -, mas subjetivamente por ter, através do interesse coletivo, proporcionado conscientização e engrandecimento intelectual e cívico em relação a um bem comum (idem), com fortalecimento de laços entre colaboradores (Vasconcelos et al., 2017, p. 6).

Esse processo é um exemplo de atuação contrária às soluções rígidas descendentes (*top-down*) e estadocêntricas. As ações colaborativas são abertas e valorizam o conhecimento de todos por meio das trocas e diferenças, ao agir em conjunto e obter resultados que podem melhorar a vida de todos que tomam as rédeas de suas vidas (Vasconcelos et al., 2017, pp. 6-7).



Figura 284: Participantes da ação de placemaking na Praça da Alvorada. Fonte: Coletivo A-braço, 2016

Tabela 45: Quadro síntese do caso “Praça da Alvorada”.

PRAÇA DA ALVORADA	
CIDADE: Fortaleza, Brasil	PERÍODO: março de 2016
OBJETO: Requalificação de uma praça no bairro da Sapiroanga	
GESTOR MUNICIPAL: Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra	
PARTIDO: PDT	MANDATO: 2013 a 2020 (reeleito)
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS: Secretaria Executiva da Regional VI	
INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS: -	
GRUPOS ENVOLVIDOS (diretamente): Coletivo A-braço	
GRUPOS ENVOLVIDOS (indiretamente): Coletivo Verdejar; Eu Quero Paz na Sapiroanga	
AÇÕES TOMADAS PELOS GRUPOS: visitas e convites à comunidade; diálogo com líderes comunitários; divulgação em redes sociais e meios de comunicação; debates e apresentações; construção de mobiliário urbano; plantação de árvores; pintura da praça; reparo e criação de brinquedos.	
Coletivo A-braço¹⁵⁷	
DATA DE CRIAÇÃO: 2015	EM ATIVIDADE? Sim
MOTIVAÇÃO INICIAL: O coletivo foi criado a partir da experiência dos integrantes em um congresso sobre espaço público que inspirou a intervir para melhorar o espaço urbano da cidade de Fortaleza, de forma real e colaborativa.	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Arte Urbana; Espaço Público; Mobilidade Urbana; Meio Ambiente	
ORGANIZAÇÃO INTERNA: Horizontal, com lideranças situacionais.	
Nº DE MEMBROS NO NÚCLEO DURO: 1 a 5	
GRUPO VOLUNTÁRIO? Sim	RELAÇÃO COM EMPRESAS? Sem relações
GRUPOS PARCEIROS: Coletivo Verdejar; Associação Amigos da Praça Martins Dourado; Universidade de Fortaleza; escritório Estar Urbano; artistas urbanos	
MULTIDISCIPLINARIDADE: Não. Formado por profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo, mas relaciona-se com outras áreas	
FINANCIAMENTO: Ações por vezes não envolvem custos, por vezes receberam patrocínio da Universidade de Fortaleza	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS: Redes sociais. Facebook e Instagram	
RELAÇÃO DO GRUPO COM A MÍDIA: Boa, apesar de algumas ressalvas.	
AValiação DA ABERTURA À PARTICIPAÇÃO: 2 - Inadequada	
COOPERAÇÃO COM PODER PÚBLICO: Nunca houve. Foi feito apenas um pedido e o grupo recebeu um convite, mas declinou.	

¹⁵⁷ Quatro membros do grupo responderam ao formulário

A2. MATERIAL UTILIZADO PARA A COLETA DE DADOS

Os documentos das próximas páginas referem-se ao material desenvolvido por este autor para a coleta de dados com os atores selecionados. Primeiramente, a pesquisa “Movimentos Cívicos Urbanos e suas relações com o público e o poder público” desenvolvida na plataforma “formulários Google”. Em seguida, os questionamentos enviados aos cidadãos participantes de movimentos relacionados a cada caso e, posteriormente, os questionamentos enviados às administrações públicas municipais. Será anexada neste tópico uma versão genérica das perguntas, já que todas seguiram a mesma estruturação.

ANEXO 1 – Pesquisa “Movimentos Cívicos Urbanos e suas relações com o público e o poder público”

PESQUISA - Movimentos Cívicos Urbanos e suas relações com o público e o poder público.

Olá pessoal! Esse formulário vem como uma etapa inicial da minha pesquisa de mestrado para que eu possa desenvolver um artigo sobre os movimentos cívicos urbanos, o contexto de seus surgimentos, suas motivações e como esses se organizam e se relacionam entre si, com a população, a mídia e o poder público. Espero poder contar com a vossa paciência (uns 15 a 20 minutos) para responder as perguntas aqui. Acredito que será bastante enriquecedor. Esse formulário solicita seu e-mail para que possa manter contato e possa lhe enviar o artigo pronto se for de seu interesse. Além disso, a maioria das questões é de resposta obrigatória. No entanto, caso não saiba responder, pode afirmar não saber sem problemas.

*Obrigatório

1. **Endereço de e-mail ***

1ª ETAPA - Identificação Pessoal

Para identificar o respondente e a qual grupo pertence.

2. **Qual seu nome? ***

3. **Tem preferência por ter sua identidade preservada na pesquisa, sendo identificado como "anônimo"?** *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

4. **Qual seu gênero? ***

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Prefiro não responder

Outro: _____

5. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- menos de 20
- 20 a 25
- 25 a 30
- 30 a 35
- 35 a 40
- 40 a 50
- mais de 50

6. A qual grupo/coletivo/movimento você participa e auxilia majoritariamente? Que outros grupos você participa ou participou? *

II - GRUPOS

Perceber as características fundamentais dos grupos atuantes em movimentos cívicos urbanos

2ª Etapa - Identificação do Grupo/Coletivo/Iniciativa/Movimento

A partir da próxima pergunta, peço que responda com base em apenas um grupo escolhido dos quais você participa ou participou.

7. Qual grupo vai definir suas respostas seguintes? *

8. Quando surgiu o grupo? *

9. Em que cidade o grupo atua? *

10. O que motivou o seu surgimento? *

11. O grupo ainda está ativo? Em caso negativo, quando foi encerrado e por quê? *

12. Em que área(s) o grupo atua? *

Marque todas que se aplicam.

- Mobilidade Urbana
- Meio Ambiente
- Habitação
- Espaço Público
- Patrimônio Histórico
- Arte Urbana
- Planejamento Urbano
- Comunicação
- Feminismo
- Segurança Pública
- Juventude
- Outro: _____

13. Como o grupo se organiza internamente? Há hierarquia? Existem mandatos eletivos e/ou temporários? *

14. Quantas pessoas participam ativamente e continuamente na maior parte das discussões e ações? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 5
- 5 a 10
- 10 a 20
- mais de 20

15. Você considera haver alguma pessoa imprescindível ao grupo (núcleo duro)? Se sim, quantas? *

16. Incluindo essas, quantas pessoas o grupo é capaz de reunir para um evento ou ação? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 10
- 10 a 20
- 20 a 30
- 30 a 50
- mais de 50
- Outro: _____

17. Com quais outros grupos e instituições o grupo se relaciona e dialoga? *

18. O grupo se relaciona com empresas? Se sim, como se dá essa relação? *

19. É um grupo multidisciplinar? Quais profissões, conhecimentos e habilidades se fazem presentes nos participantes ativos do grupo? *

20. Os participantes atuam voluntariamente? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não. Há remuneração.
- Outro: _____

21. Explique como se realiza o financiamento das ações e atividades. *

22. Em sua opinião, quais foram as ações e atividades mais relevantes já realizadas pelo grupo? *

III - Público

Relação do grupo com seu público alvo e seguidores.

3ª Etapa - Relação com o público

Verificar como cada grupo se relaciona com o público alvo e comunica suas atividades.

23. Como pode-se participar do grupo? Como se dá a entrada de novos membros? *

24. Como o grupo comunica-se com o público em geral? *

25. Quais vantagens e desvantagens você percebe nesse método de comunicação? *

26. Qual a relação do grupo com a mídia (jornais, televisão, blogs)? *

IV - Poder público

Relação dos grupos com o poder público.

4ª Etapa - Relação com o poder público

Avaliar como se percebe a abertura do poder público à participação popular e às demandas levantadas pelos grupos.

27. Como você avalia a abertura à participação no planejamento das políticas públicas ? *

Marcar apenas uma oval.

- 0 - Totalmente errada
- 1 - Muito ruim
- 2 - Inadequada
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Excelente

28. O que você avalia que poderia ser feito diferentemente pelo poder público para ampliar a participação? *

29. Em algum momento o poder público reagiu às ações do grupo? Especifique, se possível a reação tanto em caso positivo como negativo. *

30. O grupo já cooperou alguma vez com o poder público? Como se deu essa parceria? *

V - Considerações finais

Conceitos importantes que gostaria de conhecer sua opinião.

31. O que é a cidade ideal para você?

32. O que é Direito à Cidade para você?

33. O que você entende por autogestão?

34. O que lhe motiva a participar desses grupos e atividades?

35. Sugira alguém para preencher esse formulário e fornecer mais informações à pesquisa. (Nome e, se possível, e-mail ou página do facebook).

36. Gostaria de adicionar mais alguma coisa?

ANEXO 2 – PERGUNTAS ENVIADAS AOS CIDADÃOS ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NOS CASOS

Para essa etapa, foram buscados cidadãos/ativistas envolvidos com os casos selecionados (foi dada preferência a pessoas que houvessem respondido previamente o formulário do ANEXO 1, mas foram abertas algumas exceções a pessoas envolvidas que, porventura, não tivessem respondido ao questionário). A todos foi explicado diretamente em chat privado que as perguntas se destinavam ao desenvolvimento da dissertação “Movimentos Cívicos, Cultura de Participação e a Transformação da Cidade: tensão e cooperação no desenvolvimento urbano” e foi perguntado se preferiam que sua identidade fosse preservada (posteriormente, optou-se por manter o anonimato de todos os respondentes, com exceção de uma ativista do Ocupe Cocó que teve algumas falas transcritas na componente descritiva do tópico A1.1).

As perguntas enviadas foram estruturadas com o seguinte formato:

Pergunta Cidadãos 1:

Como você percebe a abertura à participação popular pelo poder público no caso em questão?

Pergunta Cidadãos 2:

Quais os benefícios e vitórias, diretas e indiretas, que o(s) grupo(s) relacionado(s) ao caso alcançaram em decorrência do caso em questão?

Pergunta Cidadãos 3:

Acha que o processo poderia ter sido mais participativo? Se sim, de que maneira?

Pergunta Cidadãos 4:¹⁵⁸

Com a mudança de gestão política da nome da instituição pública municipal, percebeu melhora ou piora na abertura à participação popular nos exercícios de planejamento? Por quê?

Em cada caso foram listados os seguintes grupos e instituições públicas (se aplicável).

0. (Caso); (grupos); (Instituição Executiva Municipal).
1. Ocupe o Cocó; movimentos (por serem muitos grupos, não foram especificados).
2. Ciclofaixas Cidadãs; movimentos cicloativistas.
3. Praça Portugal; movimentos cívicos (mesmo que do caso 1).
4. Fórum Cocó; movimentos sociais.
5. Avenida Lourenço Peixinho; Amigos d’Avenida; Câmara Municipal de Aveiro.
6. Vivacidade; 4iS (Plataforma para a Inovação Social); Câmara Municipal de Aveiro.
7. Praça de Bolso do Ciclista; Cicloguaçu; Prefeitura Municipal de Curitiba.
8. Praça da Alvorada; Coletivo A-Braço.

¹⁵⁸ Pergunta incluída apenas aos casos da cidade de Aveiro e Curitiba, em que houve troca política na gestão municipal.

ANEXO 3 – PERGUNTAS ENVIADAS AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS RELACIONADOS AOS CASOS

Todas as perguntas deste anexo foram enviadas aos e-mails institucionais dos órgãos públicos. Cada e-mail utilizava a seguinte estrutura:

“Boa tarde!

Me chamo José Otávio Braga e estou a desenvolver uma pesquisa no âmbito do mestrado em Planeamento Regional e Urbano na Universidade de Aveiro, Portugal, com o título de “OS MOVIMENTOS CÍVICOS, A CULTURA DE PARTICIPAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE: tensão e cooperação no desenvolvimento urbano”.

Gostaria portanto de pedir o auxílio do órgão para responder às seguintes perguntas referentes ao caso do/da/das Ocupe Cocó / Ciclofaixas Cidadãs / Praça Portugal / Fórum Cocó / Avenida Lourenço Peixinho / Vivacidade / Praça de Bolso do Ciclista / Praça da Alvorada.

PERGUNTAS

Agradeço enormemente a receptividade primeiramente apresentada por contato telefônico e conto com vossa ajuda.

Atenciosamente e com os melhores cumprimentos.”

Cada órgão público recebeu as seguintes três perguntas:

Pergunta Poder Público 1:

Como o “órgão público” entende e define a abertura dada à participação popular no caso da “caso referente”?

Pergunta Poder Público 2:

Como o órgão entende e que papel atribui às atuações desenvolvidas pelos movimentos “grupos relacionados diretamente” nesse processo (ou mais resumidamente às resistências ao início das obras e ao acampamento no parque do cocó)?¹⁵⁹

Pergunta Poder Público 3:

O “órgão público” acha que o processo poderia ter sido mais participativo? Se sim, de qual maneira?

Para cada caso foram listados os seguintes órgãos públicos e movimentos relacionados:

0. (Caso); (órgão público); (grupos)
1. Ocupe o Cocó; SEINF; SOS Cocó, Direitos Urbanos (DU) Fortaleza, Ciclovida, Ocupe o Cocó
2. Ciclofaixas Cidadãs; SCSP; Massa Crítica Fortaleza, Ciclovida
3. Praça Portugal; SCSP, SEUMA, SEINF, SECULTFOR; DU Fortaleza, IAB-CE
4. Fórum Cocó; SEMA-CE e MPF-CE; SOS Cocó, DU Fortaleza, Movimento Pró-Árvore
5. Avenida Lourenço Peixinho; Dep. Planeamento – CM Aveiro; Amigos d’Avenida
6. Vivacidade; Dep. Planeamento – CM Aveiro; 4iS (Plataforma para a Inovação Social)
7. Praça de Bolso do Ciclista; IPPUC e SETRAN; Cicloiguaçu

¹⁵⁹ Os grupos foram chamados de movimentos, apesar do que dito neste trabalho, para facilitar a compreensão dos interlocutores.

	Cidades-empresas competindo pelo capital global	Maricato et al., 2013; Carvalho & Rodrigues, 2016								
	Marketing e propaganda neoliberal think-tanks	Peck, 2016								
	There is no Alternative	Thorn et al, 2011								
	Utilitarismo	Sandel, 2014; Rodrigues, 2017								
	Tecnocracia	Barbacovi, 2015; Lefebvre, 2001; Souza, 2015; Rodrigues, 2017								
	Rodoviarismo	IEMA, 2004; Maricato et al., 2013								
	A utopia e a busca dela	Kelly et al, 2013								
3	Cidade como projeção da sociedade sobre um local	Lefebvre, 2001								
	Cidade, expressão física da comunidade	Goldberger, 2001								
	Cidade é proximidade, densidade e aproximação	Glaeser, 2016								
	Cidade como expressão da hierarquia social e relações de dominação, com obras físicas que demonstram e validam riqueza, poder e status quo	Walker, 2016								
	Cidade registro da própria história	Rolnik, 2012								
	Cidade interpretada por cada momento temporal	Carvalho & Rodrigues, 2016								
	Patrimônio Cultural mostra o percurso de uma cidade	Rodrigues, 2017								
	Cada geração tem uma percepção única da cidade	Luca, 2008								
	Nunca se está só na cidade	Rolnik, 2012								
	Cidade festa como locais de diversão, celebração e encontros entre amigos	Gehl, 2013; Heeman & Santiago, 2015; Lefebvre, 2001								
	A cidade não é só palco das lutas, mas também é aquilo pelo que se luta	Maricato et al., 2013								
	Força colaborativa principal razão da existência das cidades	Glaeser, 2016								
	Espaços abertos e livres para expressão física da democracia	Rogers, 2001; Santana, 2016								
	Lugar e Não-Lugar	Abbud, 2006								
	Para ser lugar, as funções e rituais da vida cotidiana devem tomar parte	Heeman & Santiago, 2015; Lydon & Garcia, 2015								
Caminhabilidade como fator de qualidade de espaços públicos	Lydon & Garcia, 2015									

tempo									
Podem ser colocados obstáculos externos ou internos à participação	Souza, 2015								
A dificuldade de incluir grupos marginalizados e desfavorecidos	Souza, 2015; Mota, 2013								Incluiu
Quem quer ajudar e participar às vezes se depara com muitas resistências	Mota, 2013; Lydon & Garcia, 2015								
Riscos de cooptação e instrumentalização podem afastar as pessoas	Souza, 2013								
Participação é um direito inalienável. Retirar esse direito é tutelar e infantilizar a população	Souza, 2015								
Uma participação inefetiva e ineficaz pode desmotivar e desmobilizar os interessados	Mota, 2013; Espinoza & Walker, 2011								
Preconceitos quanto à participação popular	Mota, 2013; Souza, 2015								
O diálogo verdadeiro informa suficientemente a população para que tomem decisões maduras	Souza, 2015; Sandel, 2014								
As limitações físico-espaciais à participação são combatidas com delegação e descentralização	Souza, 2015								
É preciso garantir ampla divulgação para que o maior número de pessoas participe	Mota, 2013; Lydon & Garcia, 2015								
Tempo livre e maior educação formal garantem maior representatividade desse grupo nos processos	Taylor, 2007; Mota, 2013								
Deve haver momentos próximos aos interessados e com assessoramento técnico	Albrechts, 2004; Lydon & Garcia, 2015								
Resistências ao diálogo verdadeiro e à redistribuição do poder pelo poder público (e privado)	Arnstein, 1969; Taylor, 2007; Mota, 2013								
É preciso combater o desequilíbrio de recursos e poder para produzir engajamento e mudar o status quo	Taylor, 2007; Albrechts, 2004; Arnstein, 1969								
Conflitos e diferenças são sinais de vitalidade e liberdade e podem ser positivos desde que possam ser superados através do debate e confronto de ideias	Mota, 2013; Buarque, 2018; Souza, 2015								
Um processo racional-comunicativo é não violento, compromissado com o diálogo e traz conhecimento emancipador	Mota, 2013; Souza, 2015								
O consenso pode mascarar relações de poder, vencedores e perdedores	Mota, 2013								

Os processos participativos podem ser usados para alcançar fins pré-determinados e legitimar interesses dominantes	Mota, 2013; Taylor, 2007								
Rejeição de antemão de ideias populares sem esclarecimento adequado	Miraftab, 2016; Souza, 2015								
O uso da figura dos especialistas como reforço à argumentação	Rodrigues, 2017								
Participação pode ser inócua às decisões, com as grandes questões definidas e itens acessórios a discutir	Mota, 2013; Taylor, 2007								
A cooptação durante processos	Taylor, 2007; Arnstein, 1969								
A responsabilização demasiada aos cidadãos pode ser um desestímulo	GRAID, 2016; Taylo, 2007								
Críticas e culpabilização dos cidadãos por não participarem	Taylor, 2007								
Existem instrumentos, normatizados ou não, criados para efetivar a participação	Mota, 2013; Souza, 2015								
Instrumentos são pouco utilizados porque incomodam as elites urbanas	Souza, 2015								
As audiências públicas são processo de consulta que não permitem grandes mudanças	Cisneiro, 2015								
Os conselhos participativos são instrumentos símbolo do espaço de democratização da gestão pública de políticas e territórios	Souza, 2015								
Os conselhos costumam ser paritários e com cadeiras reservadas a entidades	Souza, 2015								
Bom modelo de conselho participativo é o do OP de POA	Souza, 2015								
O orçamento participativo é um instrumento político de gestão dos recursos	Souza, 2015								
O OP consiste na escolha dos cidadãos quanto ao objetivo de investimento de parte ou totalidade dos recursos. O poder público deve informar, organizar o processo e prestar contas	Souza, 2015; Mota, 2013								
Questionamento quanto a regulamentar legalmente ou autorregulamentar o OP	Souza, 2015								
Os planos estratégicos são das principais metodologias colaborativas	Mota, 2013								
Planos estratégicos devem ser abertos, livres, consciente da desigualdade de poder para um diálogo verdadeiro	Albrechts, 2004								
Os planos estratégicos analisam as situações para desenvolver visões de futuro e planos de ações	Albrechts, 2004								

	Manejo de expectativas e compromissos ao fim de um processo participativo	Lydon & Garcia, 2015																	
	Diferentes níveis possíveis de participação	Arnstein, 1969; Mota, 2013; Souza, 2015																	
	Níveis de não-participação; falsa participação e participação autêntica	Souza, 2015																	
	Escala de SUSSKIND	Mota, 2013																	
	A não-participação se refere a processos violentos ou manipuladores	Arnstein, 1969; Souza, 2015																	
	Os processos pseudoparticipativos são as etapas iniciais a uma participação plena, mas mantendo o poder de decisão longe do povo	Souza, 2015; Arnstein, 1969; Mota, 2013																	
	A informação pode ser dada de forma mais ou menos completa e, mais ou menos transparente	Arnstein, 1969; Souza, 2015																	
	O processo de consulta é um ganho, mas somente quando comprometido à consideração das ideias levantadas	Mota, 2013; Souza, 2015; Arnstein, 1969																	
	Os processos de aplacamento/cooptação podem parecer favoráveis à participação, mas são limitados em sua efetividade e podem servir para desmobilizar os ativistas	Arnstein, 1969; Souza, 2015; Mirafteb, 2016																	
	Por mais que se participe em processos pseudoparticipativos, os resultados só vão até onde o poder público permitir	Arnstein, 1969																	
	Os processos de participação real são os que há real divisão de poder entre promotores e participantes	Arnstein, 1969; Souza, 2015; Mota, 2013																	
	As parcerias são processos de diálogo e transparência, em que Estado e sociedade civil consensualizam e dividem responsabilidades	Arnstein, 1969; Souza, 2013; Nelson, 2011																	
	Na delegação de poder o Estado abdica da tomada de decisão ou concede poder de veto em favor da sociedade civil	Arnstein, 1969; Souza, 2013																	
	A autogestão numa sociedade capitalista estatal se dá em instâncias menores como grupos e associações	Assis et al., 2015																	
	A autogestão é a gestão por parte de todos os interessados sem uma instância superior tutelar	Souza, 2013; Assis et al., 2015																	
	Uma participação efetiva aumenta o senso de pertencimento e cuidado com a cidade	Santana, 2016																	
5	Os movimentos sociais são causas maiores que envolvem vários grupos em defesa de um grande ideal coletivo	Pinheiro, 2018; Santana, 2016; Taylor, 2007; Barbacovi, 2015																	

Um grupo é um conjunto de pessoas unidas com um objetivo em comum	Santana, 2016								
Os ativismos são ações que buscam melhorias para demandas pontuais e com alcance local, realizadas por grupos, podendo se desmobilizar após sucesso ou fracasso	Santana, 2016; Pinheiro, 2018; Silva, 2009								
Os grupos cívicos que agem pela cidade fortalecem seu pertencimento e afeto a ela	Santana, 2016								
Os grupos que têm afeto levantam-se contra políticas e decisões autoritárias tomadas sem debate	Sandel, 2014; Rogers, 2001; MirafTAB, 2016								
Cidadãos unidos por uma visão comum mobilizam-se para melhorar a cidade e exercer o direito à cidade	Mota, 2013; Gehl, 2013; Maricato et al., 2013								
O movimento cicloativista é símbolo de movimentos reivindicativos contra a carrocracia	Santana, 2016; Guarnacia, 2015								
O movimento ambientalista atua localmente na defesa de áreas verdes e arborização urbana									
O movimento em defesa do patrimônio histórico age na defesa de monumentos, edifícios e espaços públicos que tenham valor histórico, cultural, afetivo e/ou visual	Nogueira, 2014; Soares, 2011								
Os movimentos cívicos dão voz ao povo, através da resistência e questionamento às instituições mais desafiadoras	Lydon & Garcia, 2015; Guarnacia, 2015; Santana, 2016; Cisneiro, 2015								
A ação dos movimentos encaminha para a conquista da autonomia e do desenvolvimento sustentável	Souza, 2015; James, 2015								
O futuro é território de disputa	MirafTAB, 2016								
Os ativistas são idealistas insatisfeitos com o presente e querem realizar o futuro de seus sonhos	Piano, 2011; MirafTAB, 2016; Santana, 2016; BIG, 2011; Maricato et al., 2013								
Os arquitetos têm o desejo de mudar o mundo, mas não apenas eles	Piano, 2011; Lydon & Garcia, 2015								
Os movimentos fiscalizam e denunciam as inoperâncias do poder público, o que resulta em tensão	Mota, 2013; Pinheiro, 2018; Guarnacia, 2015; Lydon & Garcia, 2015								
A ação ativista diante da inércia pública é apreciada pela população, mas não pelo governo	Sobral, 2017; Lydon & Garcia, 2015								

Os movimentos por vezes são reprimidos com violência	Glaeser, 2012; Guarnacia, 2015								
Os movimentos precisam se reinventar constantemente devido às repressões sofridas	Miraftab, 2016; Cisneiros, 2015								
O planejamento insurgente rompe com os espaços delimitados e normatizados pelo Estado	Miraftab, 2016								
Os movimentos têm mais derrotas que vitórias e a frustração pode desmobilizar, embora muitos resistam	Sandel, 2014; Luca, 2006								
A atuação dos grupos gera valores sociais, relacionais, fortalece o coletivo e desmascara os poderosos	Manzini, 2016; Guarnacia, 2015								
Os grupos podem, através de práticas disruptivas, gerar uma nova normalidade	Manzini, 2016								
Grande diversidade de composições e organizações dos movimentos	Mota, 2013								
Vários grupos evitam criar estruturas e lideranças formais, optando pela informalidade e flexibilidade	Freeman, 1970								
Não existe grupo sem estrutura. Todo grupo estruturar-se-á de alguma maneira a algum momento	Freeman, 1970								
A ausência da estrutura formal possibilita a hegemonia de uma estrutura informal	Freeman, 1970								
As estruturas informais (elites) são inevitáveis, mas não necessariamente ruins. Podem ser úteis e responsáveis	Freeman, 1970								
Não se pode abolir o poder, é preciso controlá-lo por estruturas formais	Freeman, 1970								
Pessoas mais distintas podem tornar-se lideranças involuntárias	Freeman, 1970								
Grupos menores inestruturados conseguem funcionar bem, mas têm dificuldades a longo prazo	Freeman, 1970								
Obter capacidade de influência em escalas maiores demanda estruturação para melhor organização	Freeman, 1970								
É preciso levar a sério a responsabilização e legitimidade para evitar a tirania	Taylor, 2007								
Capacidade institucional como a habilidade de responder e gerir os desafios apresentados	Healey et al., 1999								
Recursos de conhecimento refere-se à expertise e conhecimentos formais, tácitos e empíricos	Polk, 2011								

Recursos relacionais se referem às capacidades de comunicação e conexão internas e externas	Mota, 2013								
Redes sociais virtuais como novas formas de comunicação e mobilização dos grupos	Mota, 2013								
As lideranças são fatores críticos à coesão do grupo, à mobilização e atração de mais pessoas	Assis et al., 2015, Lydon & Garcia, 2015; Healey et al., 1999								
A falta de lideranças implica em desorganização e desmobilização	Assis et al., 2015								
Em grupos cívicos e voluntários, as lideranças devem atuar como articuladores e conciliadores	Assis et al., 2015								
Em ações e grupos colaborativos, as decisões são tomadas coletivamente. Os líderes devem gerir o processo e cuidar da execução do que for decidido	Assis et al., 2015								
As lideranças podem exercer vários papéis diferentes	Assis et al., 2015								
As lideranças nos grupos podem ser fluidas e situacionais, de acordo com demandas específicas	Assis et al., 2015								
A relação entre líderes e liderados baseia-se na confiança e responsabilidade para com o poder e autoridade	Assis et al., 2015								
Internamente, são muito importantes as reuniões presenciais, mas ferramentas virtuais têm auxiliado bastante também									
Há grande variedade de ferramentas de comunicação interna e externa									
Os movimentos sociais tentam substituir crenças e discursos dominantes por alternativas mobilizadoras	Jímenez-Martínez, 2017								
Os movimentos cívicos têm relacionamentos variados e até contraditórios com os meios de comunicação tradicionais	Jímenez-Martínez, 2017; Carmon, 1999								
O argumento do desenvolvimento econômico é sempre usado na comunicação contra os movimentos	Rodrigues, 2017								
A mídia alternativa promove e visibiliza os movimentos, mas ainda é limitada	Jímenez-Martínez, 2017								
Dentre os conflitos entre governo e movimentos cívicos, está as diferentes imagens e representações	Jímenez-Martínez, 2017								
Todo grupo tem uma estratégia própria que orienta suas ações revolucionárias	Lefebvre, 2001; Cavalcanti, 2013								

A4. DOCUMENTOS ANEXOS REFERIDOS NOS ESTUDOS DE CASOS

Neste tópico serão anexados os documentos mencionados na componente descritiva, no tópico “A1.3 Praça Portugal”.

ANEXO 5 – Ofício IAB – Gabinete do Prefeito (1)



Departamento do Ceará- Fundado em 1957
Instituto de Arquitetos do Brasil
Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos
Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos
Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

Ofício Nº 128/2015

Fortaleza (CE), 18 de setembro de 2015

Exmo. Sr. Prefeito de Fortaleza


ASSUNTO: Solicitação de acesso aos projetos correlatos à Praça Portugal.

1. O Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará (IAB-CE) é uma associação de direito privado sem fins econômicos e duração por tempo indeterminado que congrega arquitetos(as) e urbanistas e estudantes de arquitetura e urbanismo de todo o Estado do Ceará.
2. Com essas prerrogativas esse instituto historicamente tem buscado sempre posicionar-se na defesa dos interesses coletivos dos habitantes da cidade.
3. Nesse sentido e tendo em vista que é nosso dever contribuir na compreensão e no debate das questões da política urbana, solicitamos que nos seja disponibilizado todos projetos e documentos, elaborados ou em elaboração, correlatos às possíveis intervenções urbanísticas na Praça Portugal.
4. Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente e colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários ao tempo em que renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Instituto de Arquitetos do Brasil- Departamento do Ceará- IAB-CE



Antônio Custódio dos Santos Neto
Presidente

Exmo. Sr.
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
M.D. Prefeito de Fortaleza

Prefeitura de Fortaleza – Gabinete do Prefeito – Paço Municipal
Rua: São José, 01 - Centro - CEP 60060-170 - Fortaleza- CE.

ANEXO 6 – Ofício IAB – SEINF (1)



Departamento do Ceará- Fundado em 1957

Instituto de Arquitetos do Brasil

Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos

Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos

Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

Ofício Nº 129/2015

Fortaleza (CE), 18 de setembro de 2015

Ilmo. Sr. Secretário Municipal da Infraestrutura

ASSUNTO: Solicitação de acesso aos projetos correlatos à Praça Portugal.

1. O Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará (IAB-CE) é uma associação de direito privado sem fins econômicos e duração por tempo indeterminado que congrega arquitetos(as) e urbanistas e estudantes de arquitetura e urbanismo de todo o Estado do Ceará.
2. Com essas prerrogativas esse instituto historicamente tem buscado sempre posicionar-se na defesa dos interesses coletivos dos habitantes da cidade.
3. Nesse sentido e tendo em vista que é nosso dever contribuir na compreensão e no debate das questões da política urbana, solicitamos que nos seja disponibilizado todos projetos e documentos, elaborados ou em elaboração, correlatos às possíveis intervenções urbanísticas na Praça Portugal.
4. Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente e colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários ao tempo em que renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Instituto de Arquitetos do Brasil- Departamento do Ceará- IAB-CE

Antônio Custódio dos Santos Neto
Presidente

Ilmo. Sr.
Samuel Dias
M.D. Secretário Municipal da Infraestrutura

Secretaria Municipal da Infraestrutura – Prefeitura Fortaleza
Av. Dep. Paulino Rocha, 1343 – Cajazeiras - CEP 60.864-310- Fortaleza- CE.

ANEXO 7 – Ofício IAB – SCSP (1)



Departamento do Ceará- Fundado em 1957

Instituto de Arquitetos do Brasil

Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos

Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos

Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

Ofício Nº 130/2015

Fortaleza (CE), 18 de setembro de 2015

Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SCSP

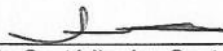
ASSUNTO: Solicitação de acesso aos projetos correlatos à Praça Portugal.

1. O Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará (IAB-CE) é uma associação de direito privado sem fins econômicos e duração por tempo indeterminado que congrega arquitetos(as) e urbanistas e estudantes de arquitetura e urbanismo de todo o Estado do Ceará.
2. Com essas prerrogativas esse instituto historicamente tem buscado sempre posicionar-se na defesa dos interesses coletivos dos habitantes da cidade.
3. Nesse sentido e tendo em vista que é nosso dever contribuir na compreensão e no debate das questões da política urbana, solicitamos que nos seja disponibilizado todos projetos e documentos, elaborados ou em elaboração, correlatos às possíveis intervenções urbanísticas na Praça Portugal.
4. Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente e colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários ao tempo em que renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Instituto de Arquitetos do Brasil- Departamento do Ceará- IAB-CE


Antônio Custódio dos Santos Neto
Presidente

Ilmo. Sr.
João Pupo
M.D. Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SCSP
Av. Pontes Vieira, 2391 - Aldeota - CEP 60130-237- Fortaleza- CE.

ANEXO 8 – Ofício IAB – Gabinete do Prefeito (2)



Departamento do Ceará- Fundado em 1957

Instituto de Arquitetos do Brasil

Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos

Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos

Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

Ofício Nº 206/2015

Fortaleza (CE), 30 de novembro de 2015

Exmo. Sr. Prefeito de Fortaleza

ASSUNTO: Novo pedido de solicitação de acesso e posterior debate ao novo projeto correlato à Praça Portugal

O Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Ceará (IAB-CE) é uma associação de direito privado sem fins econômicos e duração por tempo indeterminado que congrega arquitetos (as) e urbanistas, além de estudantes de arquitetura e urbanismo de todo o Estado do Ceará.

Com essas prerrogativas, este instituto historicamente tem buscado posicionar-se na defesa dos interesses coletivos dos habitantes da cidade.

Tendo esclarecido nosso papel, voltamos a reiterar o pedido previamente estabelecido no Ofício No. 128/2015, protocolado sob o nº de processo P777456/2015 no dia 21/09/2015 às 11h52min, que estacionou, após nove dias de movimentação, no dia 30/09/2015, na SCSP/SECEX, representada pela figura do secretário executivo Luiz Alberto Sabóia.

O Ofício No. 128/2015 solicitava o acesso aos projetos correlatos à Praça Portugal em um momento que já havia sido anunciada a elaboração pela prefeitura de uma alternativa ao cruzamento pretendido desde o anúncio do binário Santos Dumont - Dom Luís. O ofício fora enviado com vistas a participar de um tema de tal importância, em que o instituto se manifesta desde o dia 19 de março de 2014, e poder contribuir como possível com a colaboração dos diretores e associados. No entanto, o atraso em responder, de forma afirmativa ou negativa, a solicitação para além do prazo máximo inicial de 20 dias para obtenção de informações constitui um desrespeito aos princípios da transparência estabelecidos na lei 12.527/2011, que oficializa em formato legal o procedimento para acesso às informações e estabelece prazos e recursos no artigo 11 e na seção II. Finalizado o prazo máximo possível de até 30 dias, terminado em 21/10/2015, é cabível uma reclamação ao Ministério Público Estadual pelo descumprimento da L.A.I (Lei de Acesso a Informação).

Todavia, reiterando nossa expectativa que a Prefeitura Municipal de Fortaleza cumpra seu compromisso com a transparência, o diálogo, o debate de idéias e a gestão democrática da cidade, vimos, por meio deste novo ofício, solicitar o debate amplo sobre o projeto com o completo acesso a todos os dados, documentos e projetos, elaborados ou em elaboração, correlatos às possíveis intervenções na Praça Portugal, de forma a garantir a recepção de idéias, a cocriação e a participação popular que visem uma devida gestão democrática da cidade.

ANEXO 9 – Ofício IAB – SEINF (2)



Departamento do Ceará- Fundado em 1957

Instituto de Arquitetos do Brasil

Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos

Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos

Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

Ofício Nº 207/2015

Fortaleza (CE), 30 de novembro de 2015

Ilmo. Sr. Secretário Municipal da Infraestrutura

ASSUNTO: Novo pedido de solicitação de acesso e posterior debate ao novo projeto correlato à Praça Portugal

O Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Ceará (IAB-CE) é uma associação de direito privado sem fins econômicos e duração por tempo indeterminado que congrega arquitetos (as) e urbanistas, além de estudantes de arquitetura e urbanismo de todo o Estado do Ceará.

Com essas prerrogativas, este instituto historicamente tem buscado posicionar-se na defesa dos interesses coletivos dos habitantes da cidade.

Tendo esclarecido nosso papel, voltamos a reiterar o pedido previamente estabelecido no Ofício No. 128/2015, protocolado sob o nº de processo P777456/2015 no dia 21/09/2015 às 11h52min, que estacionou, após nove dias de movimentação, no dia 30/09/2015, na SCSP/SECEX, representada pela figura do secretário executivo Luiz Alberto Sabóia.

O Ofício No. 128/2015 solicitava o acesso aos projetos correlatos à Praça Portugal em um momento que já havia sido anunciada a elaboração pela prefeitura de uma alternativa ao cruzamento pretendido desde o anúncio do binário Santos Dumont - Dom Luís. O ofício fora enviado com vistas a participar de um tema de tal importância, em que o instituto se manifesta desde o dia 19 de março de 2014, e poder contribuir como possível com a colaboração dos diretores e associados. No entanto, o atraso em responder, de forma afirmativa ou negativa, a solicitação para além do prazo máximo inicial de 20 dias para obtenção de informações constitui um desrespeito aos princípios da transparência estabelecidos na lei 12.527/2011, que oficializa em formato legal o procedimento para acesso às informações e estabelece prazos e recursos no artigo 11 e na seção II. Finalizado o prazo máximo possível de até 30 dias, terminado em 21/10/2015, é cabível uma reclamação ao Ministério Público Estadual pelo descumprimento da L.A.I (Lei de Acesso a Informação).

Todavia, reiterando nossa expectativa que a Prefeitura Municipal de Fortaleza cumpra seu compromisso com a transparência, o diálogo, o debate de idéias e a gestão democrática da cidade, vimos, por meio deste novo ofício, solicitar o debate amplo sobre o projeto com o completo acesso a todos os dados, documentos e projetos, elaborados ou em elaboração, correlatos às possíveis intervenções na Praça Portugal, de forma a garantir a recepção de idéias, a cocriação e a participação popular que visem uma devida gestão democrática da cidade.

ANEXO 10 – Ofício IAB – SCSP (2)



Departamento do Ceará- Fundado em 1957

Instituto de Arquitetos do Brasil

Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos

Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos

Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

Ofício Nº 208/2015

Fortaleza (CE), 30 de novembro de 2015

Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SCSP

ASSUNTO: Novo pedido de solicitação de acesso e posterior debate ao novo projeto correlato à Praça Portugal

O Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento Ceará (IAB-CE) é uma associação de direito privado sem fins econômicos e duração por tempo indeterminado que congrega arquitetos (as) e urbanistas, além de estudantes de arquitetura e urbanismo de todo o Estado do Ceará.

Com essas prerrogativas, este instituto historicamente tem buscado posicionar-se na defesa dos interesses coletivos dos habitantes da cidade.

Tendo esclarecido nosso papel, voltamos a reiterar o pedido previamente estabelecido no Ofício No. 128/2015, protocolado sob o nº de processo P777456/2015 no dia 21/09/2015 às 11h52min, que estacionou, após nove dias de movimentação, no dia 30/09/2015, na SCSP/SECEX, representada pela figura do secretário executivo Luiz Alberto Sabóia.

O Ofício No. 128/2015 solicitava o acesso aos projetos correlatos à Praça Portugal em um momento que já havia sido anunciada a elaboração pela prefeitura de uma alternativa ao cruzamento pretendido desde o anúncio do binário Santos Dumont - Dom Luís. O ofício fora enviado com vistas a participar de um tema de tal importância, em que o instituto se manifesta desde o dia 19 de março de 2014, e poder contribuir como possível com a colaboração dos diretores e associados. No entanto, o atraso em responder, de forma afirmativa ou negativa, a solicitação para além do prazo máximo inicial de 20 dias para obtenção de informações constitui um desrespeito aos princípios da transparência estabelecidos na lei 12.527/2011, que oficializa em formato legal o procedimento para acesso às informações e estabelece prazos e recursos no artigo 11 e na seção II. Finalizado o prazo máximo possível de até 30 dias, terminado em 21/10/2015, é cabível uma reclamação ao Ministério Público Estadual pelo descumprimento da L.A.I (Lei de Acesso a Informação).

Todavia, reiterando nossa expectativa que a Prefeitura Municipal de Fortaleza cumpra seu compromisso com a transparência, o diálogo, o debate de idéias e a gestão democrática da cidade, vimos, por meio deste novo ofício, solicitar o debate amplo sobre o projeto com o completo acesso a todos os dados, documentos e projetos, elaborados ou em elaboração, correlatos às possíveis intervenções na Praça Portugal, de forma a garantir a recepção de idéias, a cocriação e a participação popular que visem uma devida gestão democrática da cidade.

ANEXO 11 – Ofício Resposta SEINF



Ofício 15122110/OF - ASJUR/SEINF

Fortaleza, 21 de Dezembro de 2015

A Ilmo. Sro.
Antônio Custódio dos Santos Neto
Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Ceará - IAB/CE
Rua Carapinima, 2425, Benfica
CEP: 60.015-290 Fortaleza/CE
Telefones: (85) 3283.5454 / (85) 98897.3480
Nesta

Assunto: Resposta ao Ofício n.º 207/2015 - Instituto de Arquitetos do Brasil - Processo Administrativo n.º P875134/2015 - Solicitação de Acesso a Projeto.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao ofício supracitado, vimos por meio deste informar, que os projetos estão disponíveis para consulta na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINF. Do exposto, solicitamos entrar em contato com a Coordenadoria de Elaboração de Projetos - COPROJ desta Secretaria, para agendamento.

No ensejo, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Eng. Samuel Dias
CREA/CE 13487D
Secretário da SEINF

ANEXO 12 – Ofício Resposta SCSP



OFÍCIO Nº 306/2015/SCSP

Fortaleza, 21 de dezembro de 2015.

Exmo. Sr.
Antônio Custódio dos Santos Neto
Presidente IAB

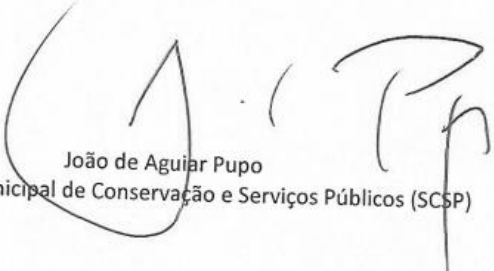
Sr. Presidente,

Refiro-me ao Of. 208/2015 enviado a este Secretário no dia 30 de novembro de 2015, bem como a ofícios anteriores, para informar o que segue:

1. Essa Secretaria está sempre disponível para fornecer informações acerca dos assuntos a ela pertinentes. Nesse sentido, técnicos, urbanísticos e engenheiros desta Secretaria compareceram, de forma pró-ativa e antes de qualquer pedido de informação, à sede deste Instituto em 17 de março de 2014 para apresentar de forma detalhada o estudo de circulação do binário da Aldeota e alterações de circulação propostas para Praça Portugal. Convém lembrar que tal reunião ocorreu antes do efetivo início das obras de intervenção. Vale ressaltar ainda que embora tratados com excessiva agressividade e descortesia por partes de alguns presentes, os técnicos da Prefeitura mantiveram postura de profissionalismo e disponibilidade;
2. Como já informado, compete a esta Secretaria os estudos específicos de **circulação**, tendo ficado o projeto arquitetônico a cargo da Secretaria de Infraestrutura do Município;
3. Recentemente veiculado na imprensa, a proposta alternativa de intervenção da Praça Portugal está sendo conduzida pela Seuma.

Face ao exposto, colocamo-nos mais uma vez a disposição e sugerimos que para informações específicas sobre projetos arquitetônicos sejam procuradas a Seinf e a Seuma.

Atenciosamente,


João de Aguiar Pupo
Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP)

ANEXO 13 – Ofício IAB – SEUMA



Departamento do Ceará- Fundado em 1957

Instituto de Arquitetos do Brasil

Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos

Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos

Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

Ofício Nº 030/2016

Fortaleza (CE), 01 de fevereiro de 2016

Ilma. Sra. Secretária

ASSUNTO: Solicitação de acesso aos projetos correlatos à Praça Portugal.

1. O Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará (IAB-CE) é uma associação de direito privado sem fins econômicos e duração por tempo indeterminado que congrega arquitetos(as) e urbanistas e estudantes de arquitetura e urbanismo de todo o Estado do Ceará.
2. Com essas prerrogativas esse instituto historicamente tem buscado sempre posicionar-se na defesa dos interesses coletivos dos habitantes da cidade.
3. Nesse sentido e tendo em vista que é nosso dever contribuir na compreensão e no debate das questões da política urbana, solicitamos que nos seja disponibilizado todos projetos e documentos, elaborados ou em elaboração, correlatos às possíveis intervenções urbanísticas na Praça Portugal.
4. Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente e colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários ao tempo em que renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Instituto de Arquitetos do Brasil- Departamento do Ceará- IAB-CE

Antônio Custódio dos Santos Neto
Presidente

Ilma. Sra.
Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
M.D. Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA
Av. Paulino Rocha, 1313 – Cajazeiras - CEP 60.864-311- Fortaleza- CE.

ANEXO 14 – Notícia removida do site da Prefeitura sobre encontro na SEUMA

24/02/2016

Prefeitura de Fortaleza realiza encontro sobre novo projeto Praça Portugal



**Prefeitura de
Fortaleza**

Publicado em *Prefeitura Municipal de Fortaleza* (<http://www.fortaleza.ce.gov.br>)

[Início](#) > Prefeitura de Fortaleza realiza encontro sobre novo projeto Praça Portugal

Prefeitura de Fortaleza realiza encontro sobre novo projeto Praça Portugal

05/02/2016 | Urbanismo



O novo projeto da Praça Portugal apresenta diversas inovações, a exemplo da ciclofaixa contínua circundando a metade do logradouro

A Prefeitura de Fortaleza realizou, nesta sexta-feira (05/02), encontro com representantes de segmentos envolvidos no projeto da nova Praça Portugal. A conversa foi conduzida pelas Secretarias Municipais de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), de Infraestrutura (Seinf) e de Desenvolvimento Econômico e Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC).

O novo projeto da Praça foi apresentado aos participantes que tiveram a oportunidade de tirar dúvidas, questionar e sugerir ideias. A reunião contou com a presença da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza (CDL), Sindicato dos Taxistas do Ceará (Sinditaxi), Direitos Urbanos e Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (Asbea).

Segundo a secretária de Urbanismo e Meio Ambiente, Águeda Muniz, o projeto possibilitará que as pessoas se apropriem do espaço público, tornando a praça mais um lugar de lazer em Fortaleza. "Estamos prospectando pessoas e empresas interessadas em adotar esse projeto por meio do Programa Adoção de Praças e Áreas Verdes. É uma iniciativa voluntária que irá colaborar muito com a nossa Cidade".

O novo projeto da Praça Portugal apresenta diversas inovações, a exemplo da ciclofaixa contínua circundando a metade do logradouro; e dos quatro espaços menores localizados nos vértices da área da Praça serem integrados às calçadas e dois deles ganharem faixa de pedestre elevada.

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/print/seuma/noticias/seuma/prefeitura-de-fortaleza-realiza-encontro-sobre-novo-projeto-praca-portugal>

1/2

24/02/2016

Prefeitura de Fortaleza realiza encontro sobre novo projeto Praça Portugal

Foram convidados também o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/CE), Bancas de Revista, Shopping Aldeota, Banco Bradesco e responsáveis pelos edifícios Centurion, Mercurius e Palladium.

URL de origem: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/seuma/noticias/seuma/prefeitura-de-fortaleza-realiza-encontro-sobre-novo-projeto-praca-portugal>

ANEXO 15 – Ofício IAB – Retratação SEUMA



Departamento do Ceará- Fundado em 1957
Instituto de Arquitetos do Brasil
Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos
Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos
Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

Ofício Nº 031/2016

Fortaleza (CE), 11 de fevereiro de 2016

Ilma. Sra. Secretária

ASSUNTO: "Prefeitura de Fortaleza realiza encontro sobre novo projeto Praça Portugal"


O Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Ceará, - IAB-CE vem por meio deste ofício informar a vossa senhoria o não recebimento de convite formal para participar da reunião que aconteceu dia 05/02/2016, na SEUMA, sobre "Novo Projeto da Praça Portugal". Entramos em contato dia 02/02/2016, com a Sra. Edineuza, quando obtivemos informação que a SEUMA estaria organizando tal reunião. Nesse momento, manifestamos imediato interesse em participar do possível encontro e fomos informados que a reunião ainda não estava confirmada e que receberíamos o convite logo fosse. Foi informado ainda que até aquela data haviam apenas cinco confirmações de presenças e seriam necessárias dez confirmações para que a reunião viesse a acontecer. Ressaltamos ainda que a matéria na página da SEUMA, sobre o encontro, sugere que o Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB/CE foi convidado e não compareceu como de fato isso realmente não aconteceu.

Solicitamos correção na matéria publicada e lançamento, no portal da secretaria, de nota explicando o engano interno. Sugerimos ainda que seja realizado novo debate, aberto, em amplo espaço, de livre acesso, com transmissão on-line em tempo real para quem não puder comparecer, para cumprir os requisitos de transparência e gestão urbana democrática tão necessários.

Renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Instituto de Arquitetos do Brasil- Departamento do Ceará- IAB-CE



Antônio Custódio dos Santos Neto
Presidente

Ilma. Sra.
Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
M.D. Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA
Av. Paulino Rocha, 1313 – Cajazeiras - CEP 60.864-311- Fortaleza- CE.

ANEXO 16 – Ofício Resposta SEUMA – Retratação



Ofício N^o 484/2016 – GS/SEUMA

Fortaleza, 12 de fevereiro de 2016.

Ilmo. Sr.

Antonio Custódio dos Santos Neto

Presidente do IAB/CE

Nesta

Senhor Presidente,

Apresentando nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, esclarecer o ruído na comunicação em relação a reunião referente ao Projeto da Praça Portugal, que ocorreu no último dia 05 do mês corrente.

O convite para a reunião em questão fora realizado por telefone a todas as entidades que se fizeram presente; tendo em vista que o discurso do convite foi o mesmo a todos os convidados, acreditamos ter havido, realmente, um ruído na informação.

Considerando que o trabalho desta Seuma pauta-se na lisura e transparência, bem como na necessidade de ouvir os representantes de nossa sociedade no intuito de construirmos uma cidade agradável e acessível à todos os fortalezenses, nos dispomos a essa instituição quanto a realização de um novo momento, onde ideias e discursos serão pautados no planejamento da nossa Praça Portugal.

Atenciosamente, subscrevo-me,


Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
Secretária da SEUMA

Galvão da Secretária
Av. Dep. Paulino Rocha, 1343 • Cajazeiras • CEP 60.361-311 Fortaleza, Ceará, Brasil.
65 – 3333.6991.02

Recobido
15/02/2016

ANEXO 17 – Ofício Resposta SEUMA – Acesso ao projeto (1)



Fortaleza, 22 de fevereiro de 2016

OFÍCIO Nº 89/2016 – COL/SEUMA

Ilmo Sr.

ANTÔNIO CUSTÓDIO DOS SANTOS NETO

Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará – IAB-CE

Av. Carapinima, 2425 | Benfica

Fortaleza, Ceará

Ilmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, e em resposta à solicitação formulada através do Processo Nº 1727/2016, temos a informar que não consta nos arquivos desta secretaria, projetos ou documentos referentes as intervenções urbanísticas na Praça Portugal.

Atenciosamente,

MARIA STELLA DE ALBUQUERQUE XEREZ MONTEIRO MOTA

Gerente da Célula de Licenciamento para Construção

SEUMA

ASTRID CÂMARA BEZERRA

Coordenadora de Licenciamento

SEUMA

► **COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO**
Av. Dep. Paulino Rocha, 1343 | Cajazeiras | CEP 60864-311 | Fortaleza-CE
Fone: (85) 3452-6901 | (85) 3452-6903 | Fax: (85) 3253-3911



ANEXO 18 – Ofício Resposta SEUMA – Acesso ao projeto (2)



Ofício Nº. 618 /2016 – COL/SEUMA

Fortaleza, 29 de fevereiro de 2016.


Ilmo. Senhor
ANTONIO CUSTÓDIO DOS SANTOS NETO
Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil
Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB,
Av.Carapinima, 2425 - Benfica
CEP. 60.015-290 – Fortaleza-CE.

Ref.: Processo nº. 1727/2016

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, e em resposta à solicitação formulada através do Processo nº. 1727/2016, informamos que em 23 de fevereiro de 2016, foi protocolado nesta secretaria o Processo nº. 2638/2016 referente à reforma da Praça Portugal que se encontra sob análise.

Atenciosamente,


Astrid Câmara Bezerra

Coordenadora de Licenciamento - SEUMA


Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

Secretária da SEUMA

Coordenadoria de Licenciamento
Av. Dep. Paulino Rocha, 1343 • Cajazeiras • CEP 60.864-311 Fortaleza-Ceará.
Fone: (85) 34526913 Fax: (85) 32533911